



CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS
DE DOUTORAMENTO E AVANZADOS
DA USC (CIEDUS)

TESE DE DOUTORAMENTO

A TERRITORIALIDADE DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: A
LUTA PELA HABITAÇÃO POPULAR
NO ESTADO DA BAHIA

Oriana Araujo da Silva

ESCOLA DE DOUTORAMENTO INTERNACIONAL
PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EN HISTORIA,
XEOGRAFÍA E HISTORIA DA ARTE

SANTIAGO DE COMPOSTELA

2018





DECLARACIÓN DA AUTORA DA TESE

A territorialidade dos movementos sociais urbanos: a luta pela habitação popular no Estado da Bahia

Dna. Oriana Araujo da Silva

Presento a miña tese, seguindo o procedemento axeitado ao Regulamento, e declaro que:

- 1) A tese abarca os resultados da elaboración do meu traballo.
- 2) De selo caso, na tese faise referencia ás colaboracións que tivo este traballo.
- 3) A tese é a versión definitiva presentada para a súa defensa e coincide coa versión enviada en formato electrónico.
- 4) Confirmo que a tese non incorre en ningún tipo de plaxio doutros autores nin de traballos presentados por min para a obtención doutros títulos.

En Santiago de Compostela, 20 de setembro de 2018

Asdo: Oriana Araujo da Silva





AUTORIZACIÓN DO DIRECTOR / TITOR DA TESE

A territorialidade dos movementos sociais urbanos: a luta
pela habitação popular no Estado da Bahia

D. Rubén Lois Camilo González

INFORMA:

Que a presente tese, correspóndese co traballo realizado por Dña. Oriana Araujo da Silva, baixo a miña dirección, e autorizo a súa presentación, considerando que reúne os requisitos esixidos no Regulamento de Estudos de Doutoramento da USC, e que como director desta non incorre nas causas de abstención establecidas na Lei 40/2015.

En Santiago de Compostela, 20 de setembro de 2018

Asdo Rubén Lois Camilo González



RESUMO

Moradia é uma das necessidades básicas que muita gente não consegue suprir, porque não possui o dinheiro para adquirir os ‘bens’ necessários a uma vida digna; portanto, num mundo em que tudo é mercadoria, há várias pessoas que estão excluídas, desterritorializadas, entregues à própria sorte devido à parca atuação do Estado, relegadas à condição de Sem-teto.

Entretanto, mesmo na condição de desterritorializados, os Sem-teto organizam-se para lutar por direitos, constituindo movimentos sociais de luta por habitação e reterritorializando-se, mesmo que de modo precário nas ocupações de terrenos e prédios sem função social, onde improvisam suas moradias em barracos e cômodos ínfimos, aguardando a conquista da sonhada moradia digna ou erguendo-a aos poucos, à medida que o tempo passa. Identificá-los, conhecer e analisar suas estratégias de atuação, bem como sua relação com os demais agentes produtores do espaço urbano, nas médias e grandes cidades da Bahia, foram os objetivos essenciais dessa investigação.

A verificação foi realizada nas 24 maiores cidades do Estado e concluiu-se que na Bahia há importantes movimentos socioterritoriais de luta por habitação consolidados até o ano de 2015, não apenas em Salvador que os concentra e de onde se expandiram para atuar em outras cidades como Feira de Santana, Simões Filho e Candeias, mas também em Vitória da Conquista, Eunápolis e Teixeira de Freitas.

Foram identificados e pesquisados os seguintes movimentos: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Salvador, Movimento dos Sem Teto da Bahia, Movimento dos Sem Teto da Bahia – Simões Filho, Movimento dos Sem Teto da Bahia – Feira de Santana, União por Moradia Popular-BA, Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho, Movimento de Luta por Teto, Associação dos Sem-Teto Independente de Eunápolis, Movimento dos Sem-Teto de Candeias e o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos.

A pesquisa bibliográfica e em meio digital, a análise documental e, essencialmente, os trabalhos de campo e as entrevistas com coordenadores, forneceram os dados para sua caracterização e compreensão da organização política, estratégias de atuação e agendas, objetivos, territorialização, bem como da relação com outros agentes produtores do espaço urbano, até onde foi possível adentrar o universo de cada movimento identificado.

Juntos os Movimentos socioterritoriais identificados na Bahia mantinham até 2017 cerca de 5.200 famílias em ocupações diretas, já haviam beneficiado aproximadamente 20.000 famílias e mantinham aproximadamente 50.000 famílias cadastradas e em formação política nos núcleos. No total há cerca de 75.000 famílias diretamente envolvidas na luta por habitação na Bahia a partir desses movimentos, o que permite afirmar que há cerca de 200.000 pessoas movendo-se (de diferentes formas) em busca da efetivação de direitos.

Estes movimentos são heterogêneos, atuam de modo diverso e se relacionam de forma muito específica com os diversos agentes sociais que estabelecem contato, bem como no que diz respeito aos horizontes políticos, embates internos, formas de atuação e de gestão, dentre outros aspectos, discutidos no texto. Possuem em comum o poder de mobilização de sua militância para a luta, a fim de que o direito à moradia se efetive para todos, atuando em tom de reivindicação e não de súplica. Fustigam os agentes hegemônicos, questionam, incomodam e, resistem, persistem para subverter a ordem estabelecida, protagonizando a condução de suas existências rumo a uma vida mais digna, para a qual a moradia é porta de entrada.

Palavras-chave: moradia, movimentos sociais, sem-teto, cidades, Bahia.



ABSTRACT

Housing is one of the basic necessities that many people can not afford because they do not have the money to acquire the 'goods' necessary for a decent life; therefore, in a world where everything is merchandise, there are several people who are excluded, deterritorialized, given to their own fate due to the meager performance of the State, relegated to the status of Homeless.

However, even in the condition of deterritorialized, the Homeless organize themselves to fight for rights, constituting social movements of struggle for housing and reterritorializing, even if precariously in the occupations of land and buildings without social function, where they improvise their dwellings in shacks and tiny rooms, awaiting the conquest of the dreamed decent dwelling or raising it gradually, as time passes. Identifying them, knowing and analyzing their strategies of action, as well as their relationship with other agents producing urban space in the medium and large cities of Bahia, were the main objectives of this investigation.

The verification was carried out in the 24 largest cities of the State and it was concluded that in Bahia there are important socio-territorial movements of struggle for housing consolidated until the year 2015, not only in Salvador that concentrates them and from where they have expanded to work in other cities as Feira de Santana, Simões Filho and Candeias, but also in Vitória da Conquista, Eunápolis and Teixeira de Freitas.

The following movements were identified and researched: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Salvador, Movimento dos Sem Teto da Bahia, Movimento dos Sem Teto da Bahia – Simões Filho, Movimento dos Sem Teto da Bahia – Feira de Santana, União por Moradia Popular-BA, Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho, Movimento de Luta por Teto, Associação dos Sem-Teto Independente de Eunápolis, Movimento dos Sem-Teto de Candeias and the Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos. Of these, only in Salvador, Vitória da Conquista, Eunápolis and Teixeira de Freitas had movements configured by internal forces. In Candeias, Feira de Santana and Simões Filho, they forged themselves from the expansion of Salvador's movements.

In addition to documentary analysis, bibliographic research and digital media, fieldwork and interviews with coordinators provided the data for their characterization and understanding of political organization, strategies of action and agendas, objectives, territorialization, as well as the relationship with other agents producers of urban space, as far as it was possible to enter their universe.

Together, the socio-territorial Movements identified in Bahia had, until 2017, approximately 5,200 families in direct occupations, had already benefited approximately 20,000 families with housing and maintained approximately 50,000 families registered and in political formation in the nuclei. In total there are about 75,000 families directly involved in the struggle for housing in Bahia from these movements, which allows to affirm that there are about 200,000 people moving (in different ways) in search of effective rights.

These movements are heterogeneous, act in a very different way and relate in a very specific way to the various social agents that establish contact, as well as to political horizons, internal conflicts, forms of action and management, among other aspects, discussed in the text. They have in common the power to mobilize their militancy for the struggle, so that the right to housing becomes effective for all, acting in a tone of claim and not of petition. They harass the hegemonic agents, question, bother, resist and persist to subvert the established order, leading the conduction of their existences towards a more dignified life, of which the dwelling is the gateway.

Key words: housing, social movements, homeless, cities, Bahia.



RESUMEN EXPANDIDO

Para vivir es necesario que se tenga más que un techo. Sin embargo, hay miles de personas que no tienen siquiera un techo para practicar su territorialidad mínima, la acogida y abrigo que una vivienda permite y, en ese instante habitan las calles, los viaductos, los barracones de la ciudad, o enfrentan la sobrecarga de alquileres que comprometen demasiado la renta familiar.

La vivienda es una de las necesidades básicas que mucha gente no puede suplir, porque no posee el dinero para adquirir los 'bienes' necesarios y, actualmente, prácticamente todo (especialmente para quien no tiene ningún medio de producción), necesita ser comprado; por lo tanto, hay varias personas que están excluidas y, simplemente, están a la parte del mercado y relegadas a la propia suerte debido a la parca actuación del Estado.

La participación de la persona que se encuentra sin techo por contingencias económicas en un movimiento de lucha por vivienda representa el acrecimiento del sentido de ciudadanía, de reivindicación de derechos y no de súplica.

Al luchar por vivienda, se establece el cuestionamiento sobre algunas cuestiones cruciales en el sistema capitalista hasta aquí forjadas: la propiedad privada del suelo urbano, de inmuebles urbanos y la libre regulación del mercado sobre los precios, así como sobre la libertad del propietario en decidir sobre la comercialización o uso del inmueble para los fines que desee, incluso para el fin de pura especulación inmobiliaria, en detrimento de la función social.

La constatación de que las metrópolis baianas e incluso las ciudades medias poseen extensas favelas, alta demanda por alquileres y muchos 'moradores de calle', mientras que en las ciudades pequeñas ocurren las viviendas de favor, el abrigo improvisado en los fondos de la casa de otros, en garajes, en depósitos de basura, demuestra que la precariedad e insuficiencia de unidades habitacionales (o su indisponibilidad / inaccesibilidad) alcanzan el Estado de Bahía, en diferentes escalas y formatos.

Las ciudades baianas, especialmente las mayores, son un retrato fiel de cómo es posible coexistir espacios hiperdegradados, de mucha pobreza, junto a espacios maravillosos, sobre los que reflexionó Mike Davis al considerar que en los países desarrollados el 6% de la población vive en espacios degradados, mientras que en los países dichos en 'vía de desarrollo' hasta el 78,2% de la población vive en espacios degradados; ya Brasil posee cerca del 36% de su población, aproximadamente 51,7 millones de personas, viviendo en áreas hiperdegradadas.

Es fundamental considerar que las desigualdades sociales en Bahía no son sólo de renta, sino también étnica (así como en Brasil). Lejos de constituirse en un Estado no racista como se pretende difundir, claro está que las principales molestias sociales y económicas alcanzan en mayor número la población negra y mestiza - afrodescendiente, heredera del infeliz legado de superexplotación y abandono producido por el sistema esclavista, que en la población blanca.

Se produjo la ciudad desasistida, ilegal, un 'bolsón de pobreza', fruto de la (des) territorialización humana bajo la égida del sistema capitalista, aunque, a pesar de la constatación tanto visual como estadística, la cuestión de la lucha por la tierra urbana en Brasil, efectiva por la acción de movimientos sociales ha tardado en constituirse, debido especialmente a la diversidad de pautas urbanas

Obviamente los grupos contrahegemónicos contrarían los intereses de diversos agentes sociales y necesitan organizar diferentes estrategias para enfrentarse a los propietarios de

tierras y inmuebles, las noticias peyorativas de los medios de comunicación, la justicia y su 'imparcialidad' cuestionable.

Los movimientos sociales se diferencian de las acciones colectivas y activismos sociales, (aunque se constituyan en un subconjunto de los mismos) - que muchas veces son organizados por entidades de clases, a ejemplo de asociaciones de moradores - que buscan atender las demandas inmediatas de los asociados.

Además los movimientos sociales no se asemejan también a activismos sociales emergentes y efímeros -que a pesar de poseer gran poder de mostrarse a los medios y de presión popular, no son necesariamente fruto de una acción de un movimiento social.

A pesar de tenues, las distinciones necesitan ser realizadas, a fin de comprender que no toda manifestación de la sociedad por vivienda en Bahía, por ejemplo, representa un movimiento social de lucha por vivienda en el municipio donde ocurrió. De la acción de los movimientos sociales pueden emerger una serie de transformaciones; de esas, las implicaciones en el territorio interesan especialmente a ese estudio.

En el caso de considerar los movimientos socioterritoriales, es importante destacar la idea de territorio como triunfo, en el sentido de objeto de lucha, deseo de conquista, pero especialmente, como esencial para la existencia: tener un espacio que ofrezca abrigo contra las intemperies es, en mínimo, necesario. No es un lujo. No debería ser inaccesible a ningún ser humano.

Identificar qué movimientos urbanos de lucha por vivienda actúan en Bahía y qué territorialidades producen es el objetivo general de esa investigación. Para ello, se realizaron investigaciones exploratorias y consulta a la bibliografía acerca de los movimientos sociales, a fin de clasificar las diferentes acciones colectivas, definiendo los movimientos socioterritoriales urbanos de lucha por vivienda y, a partir de ahí organizar una metodología de investigación viable. La Bahía posee 417 municipios y se definió el límite de los centros urbanos con más de 50.000 habitantes, como el recorte espacial de análisis para investigar la existencia de tales movimientos.

La identificación de los movimientos socioterritoriales de lucha por vivienda en las ciudades medias de Bahía, de sus estrategias esenciales, interlocutores, escalas de actuación, redes de colaboración, fue realizada vía investigación en medio digital en sitios de noticias y similares, de modo directo con coordinadores de los movimientos identificados y de modo indirecto a partir de otras investigaciones.

Los resultados fueron tabulados y organizados registrándose los elementos esenciales al análisis pretendido, así como para elaborar un banco de datos susceptible de interfaz con programas específicos de geoprosesamiento, para constitución posterior de la cartografía pretendida.

Se examinaron las 24 ciudades baianas con más de 50.000 habitantes, de las cuales se identificaron movimientos socioterritoriales urbanos de lucha por vivienda en 7 de ellas, a saber: Salvador, Faria de Santana, Vitória de la Conquista, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Simões Filho y Candeias.

La especulación inmobiliaria nortea la mayor parte de las acciones de varios grupos económicos y también de propietarios individualizados, de modo que ha sido muy aceptada, sin mucho cuestionamiento por la sociedad brasileña que parece haber sido convencida de que ese modelo es acertado, pero bajo amplia resistencia los movimientos de lucha por vivienda y de sociólogos, geógrafos, urbanistas y antropólogos, entre otros estudiosos, que saben muy bien que ese modelo conduce a la segregación y exclusión socioterritorial, haciendo las ciudades brasileñas aún más desiguales.

El cumplimiento de las Leyes de interés social existentes depende de voluntad sociopolítica y de presión política -de todos, es decir, del deseo de producir una sociedad y un espacio urbano más justos que, desgraciadamente, parece todavía no haber contagiado la parte acostumbrada con las benesses de la explotación de los más pobres. Este legado esclavista, colonial, necesita con urgencia ser superado.

El sentido de resistencia no siempre fue una lógica predominante entre los más pobres, sobreponiendo el sentido de supervivencia. En ese inicio del siglo XXI, los movimientos de lucha por la vivienda en Brasil se fortalecieron, actuando con más énfasis, mayor organización y poder de visibilización de la causa, que sufría de 'invisibilización' forjada por los agentes hegemónicos de la producción del espacio urbano, a los cuales interesa el mantenimiento del status quo.

La lucha de los 'sin techo' en Brasil no es sólo por vivienda, sino por una sociedad más justa. La relación de fuerzas es desigual: no controlan los medios de masas, no poseen la simpatía del poder judicial, sufren todo tipo de prejuicios sociales

El despertar de la población excluida, su motivación y movilización para la lucha sugiere que hay una nueva conciencia política en curso y ya se sabe que no basta luchar para sobrevivir, hay que luchar para vivir, para acceder a los más diversos bienes producidos por la humanidad, de los cuales la vivienda y el acceso a la ciudad es prioridad para los sin techo. Lógico que esa conciencia de derechos y disposición para la lucha aún no alcanzó a todos los excluidos, porque si así lo fuera habría una revolución social en Brasil.

Los movimientos socioterritoriales se ocupan del presente y del futuro inmediato; su devenir es esa noche - cuando estarán de vigilia, sin saber si vendrán retirarlos - o la mañana, donde aguardarán los desdoblamiento y consecuencias de sus luchas: la conquista o la expulsión del territorio, la lucha cotidiana por la supervivencia, la convivencia, siempre fácil entre los pares; están, ellos mismos, siendo los vectores del cambio a la sociedad y nuevas relaciones de poder que anhelan.

En cuanto agente social complejo y de suma importancia para la equidad social en Brasil, los movimientos sociales de lucha por la vivienda popular se presentan como portadores de la necesaria fuente de cuestionamiento y presión política del "orden" social excluyente que impera en el país, organización y movilización de los excluidos para la lucha por la inclusión social, inicialmente por la conquista de la vivienda y otros derechos para una vida digna.

En este sentido, la existencia de movimientos de lucha por vivienda revela la insurgencia contra el modelo excluyente de ciudad que posee Bahía, colocando al ciudadano en su condición efectiva de productor del espacio urbano, como protagonista en la denuncia de la desigualdad y de la exclusión a partir su propia condición de sin techo y en la defensa del derecho a la morada digna y a la ciudad.

En Bahía hay importantes movimientos socioterritoriales de lucha por vivienda no sólo en Salvador que los concentra y de donde se expandieron para actuar en otras ciudades como Faria de Santana, Simões Filho y Candeias, pero también en Vitória da Conquista, Eunápolis y Teixeira de Freitas.

Juntos estos movimientos sociales en Bahía mantenían hasta 2017 cerca de 5.200 familias en ocupaciones directas. Ya han beneficiado a cerca de 20.000 familias y mantiene aproximadamente 50.000 familias registradas y en formación política en los núcleos. En total hay cerca de 75.000 familias directamente involucradas en la lucha por vivienda en Bahía a partir de los movimientos identificados en las medianas y grandes ciudades, lo que significa cerca de aproximadamente 200.000 personas en busca de la efectividad de derechos.

Estos movimientos son heterogéneos, actúan de modo diverso y se relacionan de forma muy específica con los diversos agentes sociales que establecen contacto, de modo que

postulados generales para su conjunto presentan características universales cuyas esencias son mejores apprehendidas en apreciaciones específicas, como se demostró a lo largo de los análisis realizados.

Todos los MSLHP identificados en Bahía son multiterritoriales porque actúan en más de un territorio de las ciudades: todos a lo largo de la existencia ocuparon más de un territorio. Sin embargo, su distribución espacial en Bahía es distinta, ya que hay movimientos que actúan en más de una ciudad como el MSTB, la UMP-BA y el MSTS y hay movimientos que actúan sólo en la ciudad de su origen como el MLT, MDMT, MTD, MSTC y ASTIE.

Las ciudades de Bahía aquí consideradas medianas y grandes - o aquellas con más de 50.000 habitantes - corresponden a 24 ciudades o cerca del 6% de un total de 417 ciudades y poseen juntas 5.626.835 habitantes, lo que representa aproximadamente el 60% de un total de 9.381.569 habitantes que vivían en ciudades en Bahía en 2010 (IBGE, 2010).

Se constató la ocurrencia de MSLHP consolidados y en actuación hasta 2015 en las 3 mayores ciudades del Estado: Salvador, Faria de Santana y Vitória da Conquista. Sin embargo, sólo en Salvador y Vitória da Conquista hay movimientos creados a partir de los agentes locales o con articulación nacional más directa.

En Salvador (Metrópoli) se identificó la actuación de los siguientes movimientos: MSTS, UMP, MDMT y MSTC. En Faria de Santana (Ciudad Grande) la lucha fuera organizada por movimientos de Salvador: el MSTB y la UMP-BA. En Vitória da Conquista (CMGP) se constató la actuación del MTD, resultado de articulaciones locales y nacionales.

En el conjunto de las ciudades medianas de mediano porte (CMMP) se ubicó un movimiento socioterritorial de lucha por vivienda en Teixeira de Freitas: el MLT. Se trata de un movimiento creado por fuerzas locales.

Es importante resaltar la ocurrencia de MSLHP en tres Ciudades Medianas de Pequeño Porte (CMPP), con población absoluta variando entre 60.000 a 100.000 habitantes: Candeias, Simões Filho y Eunápolis, pero Simões Filho y Candeias se sitúan en la RMS y resultan de la influencia y la actuación directa del MSTB y MSTS. En ese grupo se destaca Candeias en que, tras la intervención del MSTS para la constitución del MSTCD, la militancia se separó del MSTS y fundó el MSTC coordinado en el local.

De las CMPP de Bahía sólo en Eunápolis fue identificado un movimiento socioterritorial que emergió a partir de la actuación de agentes completamente endógenos: la ASTIE, cuya creación resultó del contacto de sus líderes con liderazgos de la lucha por tierra rural.

Entre las variables analizadas, la densidad demográfica de más de 100 hab./km² presentó mayor correlación con la existencia de MSLHP, ya que, con la excepción de Vitória da Conquista y Eunápolis, los otros cinco municipios donde los MSLHP fueron identificados poseen densidades por encima de 100 hab./km².

De modo inverso, no todas las ciudades cuyas densidades municipales se sitúan por encima de 100 hab./km² poseen MSLHP identificados, como es el caso de Itabuna, Dias D'Ávila, Irecê, Santo Antônio de Jesús, Alagoinhas, Ilhéus, además Lauro de Freitas y Camaçari (donde ya ocurrió la actuación del MSTB, pero se encuentra inactivo). Así, de los 13 municipios con más de 100 hab./km², en 5 fueron identificados MSLHP: Salvador, Teixeira de Freitas, Faria de Santana, Simões Filho y Candeias.

Otro indicador considerado fue el índice de urbanización, constatando que las siete ciudades donde fueron identificados MSLHP están en municipios con más del 89% de población urbana; de estas, 2 ciudades detiene toda la población urbana del municipio: Salvador y Eunápolis.

Es un hecho notorio que en los 24 municipios investigados se ha producido un fuerte vaciamiento del campo, ya que sólo en Guanambi y Valença la tasa de urbanización se sitúa

por debajo del 80%, mientras que 16 municipios poseen tasas de urbanización aproximadas superiores al 90% , destacándose Salvador y Lauro de Freitas, consideradas 100% urbanas.

Desde el punto de vista de la distribución espacial de las ciudades donde actúan los MSLHP en el estado de Bahía se observa que la mitad se sitúa en la área de influencia de Salvador, en su Región Metropolitana, como es el caso de Candeias y Simões Filho o en su área de la influencia como es el caso de Feira de Santana. Esta cercanía con Salvador, que concentra los diferentes movimientos socioterritoriales identificados de lucha por vivienda, es un factor explicativo de la existencia y actuación de los movimientos debido a la oportunidad de comunicación, facilidad de contacto, de desplazamiento y transporte, conforme resaltaron los líderes entrevistados.

El Estado (prefecturas locales y ente federado) es el principal agente desterritorializador de los MSLHP en Bahía tanto por el uso de mecanismos sutiles de coerción, cooptación y conformación como a través de la 'eficaz' estrategia de ofrecer viviendas minúsculas en barrios de la periferia de la periferia, como por mecanismos más hostiles, más agresivos, como en el uso de la fuerza policial en procesos de reintegración de posesión. El Estado sigue engendrando esfuerzos variados para el mantenimiento del 'derecho de propiedad' en detrimento del 'derecho de uso', buscando conciliar lo inconciliable, sin jamás partir para el enfrentamiento de los propietarios de terrenos y promotores inmobiliarios de las ciudades medias y grandes de Bahía.

El análisis de la relación de los MSLHP con el Estado en Bahía es compleja porque muy diferenciada tanto entre los movimientos como en el movimiento, porque hay ocasiones en que cierto movimiento asume un carácter de cooperación con el Estado para resolver determinada cuestión, mientras adopta un carácter completamente antagónico para resolver otra cuestión. Por lo tanto, la dimensión del análisis político sólo puede ser mejor realizada si se investiga cada movimiento y sus especificidades, lo que requiere estudios exclusivos.

De igual complejidad es la relación de los movimientos identificados en las ciudades medias y grandes de Bahía con los demás agentes de la producción del espacio urbano, como demuestran las discusiones realizadas.

La acción directa sobre el territorio a partir de la ocupación de los inmuebles vacantes es la principal estrategia para la denuncia del abandono de una prerrogativa del Estado al no cumplir su papel en la garantía de los derechos constitucionales. En las ocupaciones los militantes enfrentan todo tipo de dificultad que varía desde la lucha cotidiana por la supervivencia a las diferentes intemperies a que están sometidos en sus viviendas improvisadas; se enfrenta aún al prejuicio social y las dificultades de convivencia en la ocupación.

La contestación que los movimientos socioterritoriales de lucha por vivienda emprenden es una forma de resistencia a la exclusión social y territorial que enfrenta tantos ciudadanos en el inicio del siglo XXI en Bahía y, obviamente, es combatida por los agentes sociales que contrarían: los promotores inmobiliarios y propietarios de tierras y el propio Estado que no parece simpatizar con el cuestionamiento realizado por esos grupos; además, los medios de comunicación y el poder judicial siguen siendo muy conservadores para actuar a favor del Sin techo, siendo rarísimos los ejemplos de apoyo.

En contrapartida, los partidarios suelen tener relación con sindicatos, partidos políticos más a la izquierda, Universidades, sectores progresistas de la Iglesia católica, Organizaciones No Gubernamentales, que tienden a aproximarse a la defensa de los derechos humanos.

La fuerza de los sin techo resulta de su capacidad de movilización, del establecimiento de redes de apoyo, pero esencialmente de la sinergia de su militancia, coordinación,

simpatizantes y partidarios. A pesar de sufrir una serie de derrotas, se alimentan de las victorias y esperanza de la conquista de la vivienda y de la autonomía de las personas.

No cabe duda de que los MSLHP identificados en Bahía son agentes contrahegemónicos que actúan en la búsqueda de justicia territorial, de un sentido de producción del espacio urbano que incluya a las personas independientes de las fuerzas del mercado en las excluyentes ciudades medias y grandes de Bahía.



AGRADECIMENTOS

Em Santiago de Compostela evidenciou-se ainda mais que “Caminhando se faz o caminho”, bem como a ideia de que o melhor do caminho é, além da caminhada e o que se vê, o aprendizado que fica e os encontros que tornam tudo mais leve e interessante.

Especialmente, registro a gratidão ao professor Dr. Rubén Lois C. González pela confiança, incentivo e orientações; e à sua família, pela acolhida. Fica a gratidão também à equipe do IDEGA-USC, pela cordialidade, competência e paciência.

À Manolo, Dona Inês, Seu Manuel e à família Cabalar (em fase de acréscimo), pelo cuidado e gentileza a mim dispensados, desde aquele inverno de 2014, quando esta sertaneja se quedou na Galícia: Moitas grazas. Levarei as lições aprendidas para toda a vida.

Entre a UEFS e a USC foi bom ter caminhado esse caminho com Vanessa e Ricardo (lhes agradeço pelos diferentes auxílios), além de Marcelo, Raquel Vale, Anderson, Maria da Paz e Alex. Obrigada pela amizade.

Em São Domingos evidenciou-se que o melhor de ir é voltar e que o vínculo não tem a ver com a proximidade. Estamos sempre perto, mesmo quando distantes. Em casa, agradeço ao apoio e carinho de minha mãe, Marialva, que cumpre meu papel na minha ausência com as meninas. À Ângelo, que cuida de tudo, das meninas e de mim, além de assessor fundamental nos trabalhos de campo: a minha vida é melhor contigo. À Rebeca e Raquel, por existirem, apoiarem e ajudarem com o que puderam: ‘Meu mundo não seria melhor se não fossem Rá e Ré’. Ao meu irmão, Onildo, pelo incentivo, cuidado e, por lembrar sempre que ‘os aplausos só valem se houver mérito’. À Núsia, pelos diferentes apoios e à Hanna, por nos alegrar. À tia Nalva, pela preocupação e zelo. Nada seria possível sem vocês! “Aonde quer que eu vá, levo vocês no olhar”. À minha Raquel um agradecimento especial pela revisão do texto e auxílio com as referências.

Nas cidades baianas estudadas, o encontro com os Sem-teto, suas lideranças e militantes evidenciou que as suas Geografias são contra-hegemônicas: obrigada por me receberem e compartilharem suas histórias comigo. Agradeço sinceramente aos incansáveis Tikão, Pedro Cardoso, Ana Vaneska, Jhones Bastos, Cema, Marli Carrara, Eliete, Rita Sebadelhe, Juliana, Conceição Neves, Rita Ferreira, Gazo, Leonardo, Rodrigo e toda a militância.

Agradeço aos estudantes do curso de Geografia da UEFS, que me incentivam a aprender mais. Sou grata à Universidade Estadual de Feira de Santana, por possibilitar a realização da pesquisa e por tudo.

Obrigada ainda a todos os amigos e parentes que torceram por mim.





À família RARO, que facilmente vira AMORR (do seu jeito);

A todas as pessoas que carregam bandeiras por um mundo melhor.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Poema escrito em parede na ocupação Quilombo Lucas da Feira – Feira de Santana/BA.....	40
Figura 2	Bahia: Conflitos fundiários urbanos mediados pela SEDUR (2007-2012).....	52
Figura 3	Bahia: Municípios com população da sede superior a 50.000 habitantes (2010)	53
Figura 4	Léxico essencial no discurso e práticas dos agentes hegemônicos da produção do espaço urbano	67
Figura 5	Léxico essencial no discurso e práticas dos agentes contra-hegemônicos da produção do espaço urbano	68
Figura 6	Ações sociais: relações entre os principais conceitos constituintes	74
Figura 7	Registro de organizações religiosas no Brasil.....	109
Figura 8	Terreiros de Candomblé em Salvador.....	110
Figura 9	Bahia: cidades com mais de 50.000 habitantes (2010)	122
Figura 10	Bahia: taxa de urbanização das sedes municipais das grandes e médias cidades (2010)	125
Figura 11	Bahia: Distribuição da população da população por sexo, segundo os grupos de idade (2010).....	126
Figura 12	Empreendimentos do PMCMV e Programa Casa da Gente por território de identidade na Bahia	130
Figura 13	Residencial Coração de Maria (Salvador), 2016 – PMCMV.....	131
Figura 14	Cidades com mais de 50.000 habitantes na Bahia sem movimentos socioterritoriais de luta por habitação identificados.....	133
Figura 15	Cidades com mais de 50.000 habitantes na Bahia com movimentos socioterritoriais de luta por habitação identificados.....	136
Figura 16	Representações cartográficas da Baía de Todos os Santos	137
Figura 17	Evolução urbana de Salvador (Século XVII ao XXI)	138
Figura 18	Fotografia panorâmica do frontispício de Salvador	138
Figura 19	Municípios da Região Metropolitana de Salvador	139
Figura 20	Tipologia habitacional de Salvador e empreendimentos imobiliários (por ano de lançamento).....	140
Figura 21	Vista aérea de Salvador (Agosto de 2012)	141

Figura 22	IDH de Salvador e municípios da RMS	142
Figura 23	Condomínio e Shopping Bela Vista no ‘Miolo’ de Salvador	143
Figura 24	Vista aérea do Nordeste Amaralina e Pituba ao fundo – Salvador.....	143
Figura 25	Domicílios (%) com renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo.....	144
Figura 26	Mapa da violência em Salvador.....	144
Figura 27	Unidades habitacionais em Alagados IV e V (Salvador/BA), entregues em 2016	146
Figura 28	Aspecto da moradia em palafitas em Alagados/Salvador (BA) em 2015.....	146
Figura 29	Incêndio em Alagados/Salvador (BA) em 14 de janeiro de 2015	146
Figura 30	Deslizamento de encosta no bairro Barro Branco – 15 mortos (2015).....	147
Figura 31	Área aproximada das terras de João Peixoto Viegas no início do século XVII.....	150
Figura 32	Sesmarias de João Peixoto Viegas (século XVIII)	151
Figura 33	Área urbana de Feira de Santana até 1940 e rede hídrica associada	152
Figura 34	Feira livre antes de 1977	153
Figura 35	Rede hídrica de Feira de Santana e evolução da mancha urbana (até 2003)	156
Figura 36	Lagoa do Prato Raso, no Centro de Feira de Santana. Esquerda (a): Parque urbano. Direita (b): vista do aterramento da Lagoa	156
Figura 37	Distribuição espacial dos Conjuntos habitacionais e loteamentos PLANOLAR por empreendedores – Feira de Santana (até 2004)	158
Figura 38	Distribuição espacial dos empreendimentos habitacionais em Feira de Santana, por faixa de renda e tamanho (2009-2014).	159
Figura 39	Vista aérea do complexo de condomínios Vila Olímpia, no bairro Pedra do Descanso (2014)	160
Figura 40	Anúncio para comercialização de lotes no condomínio LaguneVille	160
Figura 41	Assentamentos subnormais de Feira de Santana	161
Figura 42	Habitação na Lagoa da Jurema (2012)	165
Figura 43	Expansão urbana de Vitória da Conquista-Bahia (1940-2015)	166
Figura 44	Vila América: ruas enlameadas em 2015	166
Figura 45	Entorno do pórtico do Condomínio Green Ville em 2014	167
Figura 46	Expansão urbana de Vitória da Conquista-Bahia (1940-2015)	168
Figura 47	Vitória da Conquista: Padrões habitacionais (2004)	168

Figura 48	Centro de Teixeira de Freitas (2016).....	171
Figura 49	Rua das Tangerinas, ocupada desde 1960 (vista panorâmica e interna)	172
Figura 50	Vista aérea de Eunápolis (2017).....	173
Figura 51	Aspecto urbano da rua Flor do Bairro – Bairro Gusmão – Eunápolis (2012)...	174
Figura 52	Expansão urbana dos Bairros de Eunápolis (aproximação)	174
Figura 53	Residencial Alecrim - PMCMV (Eunápolis)	175
Figura 54	Engenho em Cotegipe, século XVI	176
Figura 55	Vetores do crescimento urbano de Simões Filho até 2004	178
Figura 56	Rua Deus da Esperança, Simões Filho (2017)	178
Figura 57	- Largo da Igreja de Nossa Senhora das Candeias	179
Figura 58	Candeias: área urbana e hipsometria	180
Figura 59	Aspecto de áreas de risco em Candeias (2015)	183
Figura 60	Barracos no Quilombo Lucas da Feira – Feira de Santana/BA.....	188
Figura 61	Elementos relacionados à moradia adequada.....	189
Figura 62	Zonas Especiais de Interesse Social em Salvador (2016)	194
Figura 63	Salvador: MSLHP identificados até 2015.....	196
Figura 64	Conflitos fundiários em Salvador, identificados pela SEDUR (2010).....	198
Figura 65	Ocupações dos Sem-teto em Salvador, identificados por Santos et al. (2012)	199
Figura 66	Palace Hotel (Salvador)/ Vista do Meatpacking (Nova York).....	201
Figura 67	Convites à participação popular contra o Programa Revitalizar em página de rede social	203
Figura 68	Protesto na Câmara de Vereadores em 24/04/2017 contra o PL 302/2016.....	203
Figura 69	Localização da moradia original e nova moradia dos ocupantes do Edifício Lord (MSTS)	204
Figura 70	Participação do MSTS no 2 de Julho	206
Figura 71	Logomarca do MSTS	208
Figura 72	Interior de ocupação do MSTS.....	208
Figura 73	Comentário em rede social do MSTS (26/01/2016).....	209
Figura 74	Logomarca da ATDSTS	211
Figura 75	Municípios de atuação do MSTS (2017).....	213

Figura 76	Ocupações do MSTS (2007).....	215
Figura 77	Ocupação do MSTS: Mansão do Horto	219
Figura 78	Logomarca do MSTB	221
Figura 79	MSTB: Municípios de atuação (2017)	227
Figura 80	Aspecto da Ocupação Guerreira Zeferina (2016)	230
Figura 81	Atividade do Grupo Teatro do Oprimido do MSTB em 2017.....	231
Figura 82	Participação do MSTB no 2 de Julho	231
Figura 83	Ocupação Quilombo Paraíso	232
Figura 84	Vista do entorno da área em disputa no Quilombo Paraíso – Salvador (BA). 2015	233
Figura 85	Resultado da ação da polícia em 2009 no Quilombo Paraíso.....	234
Figura 86	UMP: Caminhada em julho de 2017.	236
Figura 87	Logomarca da UMP-BA.....	237
Figura 88	Municípios de atuação da UMP-BA.....	241
Figura 89	Residencial Mangabeiras (UMP-Feira de Santana).....	241
Figura 90	Casas autoconstruídas da Ocupação Sol Nascente (UMP-Itambé)	242
Figura 91	Loteamento Monte Alegre (UMP-Senhor do Bonfim).....	242
Figura 92	Condomínio das Mangueiras e Zulmira Barros – Salvador (UMP-BA)	244
Figura 93	Cursos ofertados pelo MDMT em 2017	245
Figura 94	Logomarca do MDMT.....	246
Figura 95	Terrenos e prédios desocupados no Centro Histórico de Salvador (2017).....	246
Figura 96	Cadastro de família no MDMT.....	248
Figura 97	Inscrição em parede da Ocupação da SEFAZ – MDMT (2017)	249
Figura 98	Ocupação da SEFAZ – MDMT (2017)	249
Figura 99	Feira de Santana: MSLHP identificado até 2015	250
Figura 100	Esquerda: residencial Verde Água, Feira de Santana-BA. Direita: Residência de militante no movimento Quilombo Lucas da Feira.....	253
Figura 101	Local utilizado como banheiro coletivo, no Quilombo Lucas da Feira.....	253
Figura 102	Ocupações de terrenos em Vitória da Conquista, entre 1985 e 2010	256
Figura 103	Assentamentos habitacionais e ocupações em Vitória da Conquista (2005).....	256
Figura 104	Ocupação América Latina, Vitória da Conquista	257
Figura 105	Vitória da Conquista: MSLHP identificado até 2015.....	257

Figura 106	Logomarca do MTD nacional.	258
Figura 107	Lote e moradia no assentamento Zumbi dos Palmares.	258
Figura 108	Territórios ocupados pelo MTD em Vitória da Conquista.....	259
Figura 109	Moradia demolida pela prefeitura de Vitória da Conquista em 2017	261
Figura 110	Logomarca do MLT	262
Figura 111	MLT: atuação na Bahia	263
Figura 112	Ocupação Colina Verde (Teixeira de Freitas).....	264
Figura 113	Estrutura organizacional do MLT	265
Figura 114	Ocupação Rosa de Luxemburgo	266
Figura 115	Manifestação pública na Câmara de Vereadores em março de 2015.....	267
Figura 116	Ocupação Rosa de Luxemburgo	267
Figura 117	Bahia: município de atuação da ASTIE	269
Figura 118	Ocupação na quadra poliesportiva – Eunápolis	270
Figura 119	Ocupação das casas da CONDER, Eunápolis (2009)	270
Figura 120	Moradia no bairro Nacional (Eunápolis).....	271
Figura 121	Casas do Juca Rosa (Eunápolis).....	271
Figura 122	Simões Filho: MSLHP identificado	272
Figura 123	Conjunto Parque Continental (Simões Filho)	272
Figura 124	Placa com logomarcas do MSTCD e da ATDSTCD.	274
Figura 125	Novas logomarcas do MSTC e da ATDSTC	275
Figura 126	MSTC: atuação na Bahia.....	276
Figura 127	Aspecto das casas e da Rua na Ocupação do Sarandi.	278
Figura 128	Candeias III (2017).....	278
Figura 129	Reunião para discutir a entrega de casas	280
Figura 130	Cidades médias e grandes da Bahia que possuem MSLHP constituídos	290
Figura 131	MSLHP identificados e atuação nas cidades médias e grandes da Bahia	292



LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Trabalhos de campo realizados	55
Quadro 2	Elementos constituintes dos movimentos sociais.....	75
Quadro 3	Abordagens da pobreza e relação com movimentos cidadãos	81
Quadro 4	Enfoques teóricos dos movimentos sociais na contemporaneidade	82
Quadro 5	Salvador: Rendimento domiciliar per capita (%), em salários mínimos - 2010.....	145
Quadro 6	Ocupações erradicadas e removidas em Salvador durante a Ditadura Militar.....	149
Quadro 7	Rendimento domiciliar per capita (%) de Feira de Santana (2010)	153
Quadro 8	Vitória da Conquista: Rendimento domiciliar per capita (%) - 2010	164
Quadro 9	Ocupações de prédios e terrenos do MSTS – Salvador (2012).....	216
Quadro 10	Ocupações de prédios e terrenos do MSTB – Salvador (2018)	228
Quadro 11	Marcos essenciais na luta por moradia no Quilombo Paraíso (MSTB)	233
Quadro 12	Ocupações e empreendimentos da UMP-BA.....	239
Quadro 13	Assentamentos e ocupações organizados pelo MTD-Vitória da Conquista.....	260
Quadro 14	Ocupações organizadas pelo MLT-Teixeira de Freitas.....	264
Quadro 15	Marcos essenciais na luta por moradia no Acampamento Rosa de Luxemburgo	267
Quadro 16	Lutas da ASTIE (Eunápolis)	270
Quadro 17	Ocupações do MSTC	277
Quadro 18	Principais ações na Ocupação Candeias III.....	280
Quadro 19	Síntese dos Movimentos Socioterritoriais de Luta por Habitação identificados na Bahia (2017)	294



LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Bahia: População total urbana e quantidade de cidades por classe de habitantes (2010).....	119
Tabela 2	Cidades da Bahia com mais de 50.000 habitantes (2010).....	121
Tabela 3	Taxa de urbanização (%), população da sede (%) e densidade demográfica dos municípios médios e grandes da Bahia (2010).....	124
Tabela 4	Déficit habitacional, unidades habitacionais contratadas e imóveis vazios em cidades baianas com mais de 50.000 habitantes	128
Tabela 5	Eunápolis (BA): População urbana e rural (1970-2010)	173
Tabela 6	Frequência da ocorrência de MLHS na Bahia por classe de cidades.....	289





SUMÁRIO

1 MOVIMENTOS E MORADIA: ELEMENTOS NA INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA	37
1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR HABITAÇÃO NA BAHIA: ATUALIDADE EM PLENO SÉCULO XXI.....	37
1.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA	41
1.2.1 A abordagem qualitativa e o olhar dialético	41
1.2.2 Contribuições metodológicas de geógrafos brasileiros na abordagem dos movimentos sociais.....	45
1.3 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	48
1.3.1 A definição da escala de análise: Delimitação dos municípios investigados ou dos movimentos investigados?	49
1.3.2 O trabalho de campo na pesquisa sobre movimentos sociais.....	54
1.3.3 A significação da fala do outro: o uso da entrevista	55
1.3.4 A cartografia da ação	59
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO.....	60
2 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DE LUTA POR HABITAÇÃO: DIMENSÕES CONCEITUAIS E RELACIONAIS.....	65
2.1 AGENTES SOCIAIS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	65
2.1.1 Discurso e práticas dos agentes hegemônicos e contra-hegemônicos da produção do espaço urbano	66
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: UNIVERSO CONCEITUAL	69
2.2.1 O que é movimento social.....	70
2.2.2 Enfoques teóricos dos movimentos sociais	79
2.3 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES CONSTITUÍDAS NA QUESTÃO DA HABITAÇÃO.....	82
2.4 RELAÇÕES A SEREM ESTABELECIDAS OU AGENTES A SEREM ENFRENTADOS?	87
2.4.1 Promotores imobiliários, proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários	87
2.4.2 O Estado: agente central	89
2.4.2.1 Dentro do Estado: os funcionários públicos	94
2.4.2.2 Dentro do Estado – o judiciário.....	96
2.4.2.1.1 Avanços nos marcos regulatórios que influenciam a questão da habitação.....	98

2.4.3 A mídia.....	105
2.4.4 A Igreja Católica e outras organizações religiosas.....	108
2.4.5 A Universidade	110
2.4.6 Os políticos, a habitação e a política partidária no movimento	111

3 ESPECIFICIDADES, PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO DA MORADIA NAS CIDADES MÉDIAS E GRANDES DA BAHIA117

3.1 CIDADES MÉDIAS E GRANDES DA BAHIA: DISPARIDADES.....	117
3.1.1 Déficit habitacional e vazios (in)disponíveis nas cidades baianas com mais de 50.000 habitantes	126
3.2 NEM TODOS QUE PRECISAM SE ORGANIZAM: CIDADES MÉDIAS SEM MOVIMENTOS DE LUTA POR HABITAÇÃO NA BAHIA	132
3.3 RECONHECENDO A IGUALDADE: CIDADES MÉDIAS E GRANDES COM MOVIMENTOS DE LUTA POR HABITAÇÃO NA BAHIA	134
3.1 Salvador: opulência e miséria na constituição da metrópole baiana	137
3.3.2 Feira de Santana	149
3.1.3 Vitória da Conquista	162
3.4 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO EM CIDADES MÉDIAS DE MÉDIO PORTE DA BAHIA	169
3.4.1 Teixeira de Freitas	169
3.5 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO EM CIDADES MÉDIAS DE PEQUENO PORTE DA BAHIA.....	171
3.5.1 Eunápolis.....	171
3.5.2 Simões Filho.....	176
3.5.3 Candeias	179

4 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS URBANOS DE LUTA PELA HABITAÇÃO POPULAR NA BAHIA187

4.1 INCONFORMADOS, INSURGENTES E COMBATIVOS: PROTAGONISTAS DA LUTA POR HABITAÇÃO NA BAHIA.....	187
4.2 SALVADOR: A CONCENTRAÇÃO DA CONTESTAÇÃO	193
4.2.1 Territórios especiais: o Centro Histórico de Salvador e a luta constante por permanência e inclusão.....	200
4.2.2 MSTs - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Salvador.....	206
4.2.2.1 MSTs: A emblemática Ocupação da ‘Mansão do Horto’ Florestal	218
4.2.3 MSTB - Movimento dos Sem-Teto da Bahia.....	221
4.2.3.1 Quilombo Paraíso: resistência de quase uma década.....	232
4.2.4 União por Moradia Popular – Bahia: a Efetivação da Autogestão	235
4.2.5 MDMT - Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho.....	244

4.3 MSTB EM FEIRA DE SANTANA: O QUILOMBO LUCAS DA FEIRA	249
4.4 A LUTA POR HABITAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	255
4.4.1 MTD – Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos	258
4.5 MOVIMENTOS DE LUTA POR MORADIA EM TEIXEIRA DE FREITAS: A AÇÃO DO MLT – MOVIMENTO DE LUTA POR TETO	262
4.5.1. Ocupação Rosa de Luxemburgo - MLT	266
4.6 LUTA POR MORADIA EM EUNÁPOLIS: ASTIE – ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TETO INDEPENDENTE DE EUNÁPOLIS	268
4.7 O MSTB E A LUTA POR MORADIA EM SIMÕES FILHO.....	272
4.8 CANDEIAS: DO MSTS AO MSTCD AO MSTC – MOVIMENTO DOS SEM-TETO DE CANDEIAS	274
4.8.1 Ocupação Candeias III: denúncia do abandono e luta por inclusão	278
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
5.1 TERRITORIALIDADES REDEFINIDAS NA LUTA POR HABITAÇÃO POPULAR.....	285
6 CONCLUSÃO	303
6.1 MORADIA, RETERRITORIALIZAÇÃO E CIDADANIA	303
REFERÊNCIAS	307
APÊNDICE	329



Capítulo 1

MOVIMENTOS E MORADIA: ELEMENTOS NA INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA





1 MOVIMENTOS E MORADIA: ELEMENTOS NA INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA

1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR HABITAÇÃO NA BAHIA: ATUALIDADE EM PLENO SÉCULO XXI

Investigar as territorialidades constituídas pelos movimentos de luta pela habitação popular conduz ao exame do contexto do surgimento da necessidade de atuação desses movimentos, de modo que não se pode deixar de refletir sobre o processo de produção da cidade nos moldes neoliberais que há muitas décadas se impõe no Brasil e no mundo.

Especialmente sob o auspício da ausência premeditada do Estado no mundo subdesenvolvido, na periferia do sistema capitalista, ocorre o fortalecimento de políticas para a cidade-mercadoria, mais voltadas à sua inserção de modo ‘atraente’ num capitalismo global interessante para as elites endógenas e exógenas, do que para promover a qualidade de vida necessária aos cidadãos, de modo que resultam nos intensos processos de pauperização da população brasileira e, por conseguinte, na segregação e exclusão socioterritorial.

A sociedade que produz e sente esses processos, numa relação de reciprocidade, assiste à constituição dos espaços urbanos legais e ilegais e sofre com seus efeitos: uns pela reclusão e o medo generalizado da violência (Souza M. L., 2008), outros pela vida (im)possível nos ‘limites do habitar’ (Gordilho-Souza, 2008).

Ante tanta disparidade emergem – como se verificou – possibilidades de contestação, de luta, de resistência e de esperança na construção de uma cidade melhor para todos, que na perspectiva dos movimentos sociais urbanos de luta pela habitação, começa com o acesso universal à moradia digna.

Ao lutar por moradia, estabelece-se o questionamento sobre algumas questões cruciais no sistema capitalista até aqui forjadas: a propriedade privada do solo urbano, de imóveis urbanos e a livre regulação do mercado sobre os preços, bem como sobre a liberdade do proprietário em decidir sobre a comercialização ou uso do imóvel para os fins que desejar, inclusive para o fim de pura especulação imobiliária, em detrimento da função social.

O questionamento sobre a ‘cidade mercadoria’ de que fala Rodrigues (2010) ou ‘cidade do capital’ embora seja visto e difundido das formas mais pejorativas possíveis pela elite que quer fazer crer que isso é impossível, é de suma importância para promover uma organização espacial menos segregacionista e excludente, tão necessárias para a construção de uma sociedade mais justa.

Trata-se da busca pelo reconhecimento de que a humanidade pode produzir outros tipos de relações, ou a cidade da nova sociedade a que se referem os Sem-teto (Souza M. L., Introdução: A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto, 2009), calcadas inclusive em noções de solidariedade – conforme indicado por Santos (2002) ao conclamar uma outra globalização.

Especialmente no mundo subdesenvolvido, “A “boa cidade” não é de todos, mas dum seleto e isolado grupo” (Yazigi, 2003, p. 255), uma vez que interessa ao capital e seus agentes hegemônicos a produção da cidade fragmentada por bolsões de miséria, decadência e violência.

Produz-se então um contraponto mercadológico a essa cidade ‘inabitável’ e constrói-se o imaginário de que a autoss segregação é uma necessidade para a vida mais tranquila, do que resultam a ampliação dos lucros com a produção da ‘boa cidade’, da boa condição de moradia – hoje quase sinônima da vida em condomínios ‘seguros’ – especialmente nas cidades médias e grandes brasileiras.

As paisagens urbanas saltam aos olhos de todos e já não se pode mais esperar que o *apartheid* social nas cidades brasileiras (Boulos, 2013) seja resolvido com mais muros, mais grades, mais cercas elétricas, que contraditoriamente, torna a cidade brasileira o espaço das prisões e não o espaço dos homens livres, uma vez que constata-se cada vez mais a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade, na qual constroem-se muitos muros e poucas pontes (Souza M. L., 2006).

Na perspectiva de Gomes (2010), elaboram-se verdadeiras ‘ilhas utópicas’, cidades dentro da cidade (condomínios), ou cidades de feudos (Rodrigues, O projeto de lei de responsabilidade territorial e a atuação de geógrafos urbanos, 2010), numa alusão às primeiras cidades-fortalezas ou burgos como as construídas na Europa medieval, que em nada se assemelham à cidade real, segregada e ilegal (Maricato, O impasse da política urbana no Brasil, 2011).

A essa cidade dos que podem autoss segregar-se está contraposta a cidade da ‘urbanização desurbanizada’ (Lefebvre, O direito à cidade, 2001), estabelecendo a cidade do *apartheid* ou cidade do capital (Boulos, 2013) ou ainda a cidade mercadoria e a cidade empresa, onde tudo é vendido e deve ser administrada como uma empresa privada (Vainer C. B., 2011).

Aos excluídos, o que resta? Como viver sem as mínimas condições?

Para viver é necessário que se tenha mais que um teto... Contudo, há milhares de pessoas que não possuem sequer um teto para praticar a sua territorialidade mínima, conforme a concepção de Haesbaert (2010) – que possibilita aconchego e abrigo –, e nesse instante habitam as ruas, os viadutos, os barracos da cidade, ou enfrentam a sobrecarga de alugueis que comprometem demasiadamente a renda familiar.

Porto-Gonçalves averiguou que de cada 10 habitantes urbanos no mundo, 7 estão na Ásia, África, América Latina e Caribe e alertou que:

A ideologia do urbano como ‘modelo de civilidade’ não corresponde à realidade cotidiana onde estão 70% da população do planeta. Dos quase 3 bilhões de urbanos (2,923 bilhões), cerca de 924 milhões estão em favelas, sendo que dessa população favelada, 94% está na África, na Ásia, na América Latina e na Oceania, segundo a ONU. Ou seja, a população vivendo em favelas no mundo é maior do que a população total dos países desenvolvidos (Canadá, EUA, Japão e Europa)!. (Porto-Gonçalves, A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha., 2010, p. 110)

O autor atestou que essa expansão exacerbada da população urbana gerou aglomerações suburbanas, nem urbanas nem rurais – forjadas no termo periferia –, nas quais as populações enfrentam problemas relacionados às áreas de risco em que vivem (enchentes, chuvas, furacões), à insegurança generalizada e perda dos mais jovens devido à causa *mortis* assassinato, de modo que em nada essas periferias lembram o conceito de cidadania, correlato ao de cidade.

A constatação de que as metrópoles baianas e mesmo as cidades médias possuem extensas favelas, alta procura por alugueis e muitos ‘moradores de rua’, enquanto nas cidades pequenas ocorrem as moradias de favor, o abrigo improvisado nos fundos da casa de outros, em garagens, em lixões, demonstra que a precariedade e insuficiência de unidades habitacionais (ou a sua indisponibilidade/ inacessibilidade) atingem o Estado da Bahia, em diferentes escalas e formatos.

As cidades baianas, especialmente as maiores, são um retrato fiel de como é possível coexistir espaços hiperdegradados, de muita pobreza, ao lado de espaços maravilhosos, sobre os quais refletiu Davis ao ponderar que nos países desenvolvidos 6% da população vive em espaços degradados, enquanto nos países ditos em ‘via de desenvolvimento’ até 78,2% da população vive em espaços degradados; já o Brasil possui cerca de 36% de sua população, aproximadamente 51,7 milhões de pessoas, vivendo em áreas hiperdegradadas (Davis, 2014).

É fundamental considerar que as desigualdades sociais na Bahia não são apenas de renda, mas também étnica (assim como no Brasil). Longe de constituir-se num Estado não racista como se pretende difundir, claro está que as principais mazelas sociais e econômicas atingem em maior número a população negra e mestiça – afrodescendente, herdeira do infeliz legado de superexploração e abandono produzido pelo sistema escravista (1500 – 1888) –, do que à população branca, conforme constatou estudo sobre o Movimento dos Sem-Teto de Salvador (Cloux R. F., 2008).

Produziu-se a cidade desassistida, ilegal, um ‘bolsão de pobreza’, fruto da (des)territorialização (Haesbaert, 2010) humana sob a égide do sistema capitalista, embora, apesar da constatação tanto visual quanto estatística, a questão da luta pela terra urbana no Brasil, efetivada pela ação de movimentos sociais tenha demorado a se constituir, devido especialmente à diversidade de pautas urbanas (Maricato, 2011).

Essa relativa demora relaciona-se ainda à dificuldade de organização e mobilização política dos mais pobres e necessitados de teto, bem como à produção de uma ideologia de passividade que ‘paralisou’ durante muito tempo as pessoas e à repressão aos movimentos sociais que enfrentaram o regime militar no Brasil (1964 – 1988), notadamente movimentos urbanos. A reorganização dos movimentos e sua ampliação se deram com mais força a partir da abertura política.

A eleição mais tarde de um presidente de esquerda (Luís Inácio Lula da Silva – 2003) que parecia representar os anseios dos movimentos sociais atraiu muitos movimentos para a institucionalidade.

O presidente de esquerda fora eleito e reeleito, fizera sucessor, o Brasil galgou alguns progressos legais, políticos e creditícios relativos à questão da habitação, mas não realizou a reforma urbana e agrária (Maricato, O impasse da política urbana no Brasil, 2011), talvez porque o Estado continue a serviço das elites endógenas e de interesses exógenos, como ocorre especialmente nos países pobres (Benítez, 2008).

No ano de 2016, um golpe político apoiado por deputados e senadores, engendrado pelo vice-presidente da república, na forma de *impeachment*, retirou a presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores– PT) e empossou o vice-presidente Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), que adotou uma série de cortes nos setores sociais: educação, saúde, moradia. O referido golpe denotou que o poder das forças conservadoras é mais forte do que se supunha e que seus métodos são cada vez mais ‘astutos’.

O cenário pesquisado não pode ser melhor analisado se focalizado isoladamente. Essas questões mais amplas revelam importantes elementos da relação entre os diversos agentes (hegemônicos e contra-hegemônicos), com diferentes tipos de força e poder, que ao final influem na produção do espaço urbano e nas políticas relacionadas à moradia..

Apesar de uma série de avanços na legislação para a garantia de direitos fundamentais, o Brasil nunca pautou a realização da reforma urbana, que corresponde a “[...] uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social” (Souza M. L., 2008, p. 112), o que implicaria contrariar a imposição

capitalista e aplicar os marcos legais que apregoam a função social da terra urbana, conforme pretendem os que lutam por habitação enquanto direito essencial.

Não obstante, a segregação espacial continua a se impor: “Espaço contraditório por excelência, a cidade brasileira ajusta-se às condições do mundo globalizado incluindo poucos, excluindo muitos num processo simultâneo” (Silva J. B., 2003, p. 29).

A esses poucos, permite-se a mobilidade total ou potencial, visto que efetivamente podem ir e vir, praticando a multiterritorialidade acessível apenas aos poucos ‘cidadãos globais’, que dispõem de dinheiro e conhecimento para mover-se; enquanto propaga-se essa possibilidade como evolução do mundo contemporâneo, constata-se que é uma possibilidade apenas virtual (Haesbaert, O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade, 2010) e sequer virtual para quem ainda no século XXI precisa lutar pelo acesso à moradia.

A territorialidade dos Sem-teto é, pelo contrário, incerta, fluida, por depender da conquista da permanência e do medo do despejo. É fruto de uma lógica global e local perversas, que podem ser revertidas quando predominar uma consciência universal advinda da cognoscibilidade do planeta e da valorização do homem, calcada na solidariedade, conforme propôs (Santos M., 2002).

É necessário reconhecer que mesmo quando a experiencição da beleza da condição humana está ainda distante do ser humano que se encontra Sem-teto, mas pode ao mesmo tempo parecer tão próxima para os que lutam por moradia, inspirando-lhe poeticamente mesmo ao vivenciar as mais adversas situações, como denota o poema escrito numa parede da Ocupação Quilombo Lucas da Feira, retratado e reescrito na figura 1, certamente a fagulha de esperança em sua generalização estará sempre acesa.



CASA DE VERÃO

MORO

EM UM BARRACO

DE LONA,

É CORRERIA.

TODA HORA ALGUÉM ME CHAMA, TENHO QUE

SUPORTAR DUAS GOTEIRAS NA MINHA CAMA,

NOITES FRIAS, DE MUITA INSÔNIA

CULPADAS SÃO ELAS, AS GOTEIRAS DA MINHA

CAMA. A CHUVA PASSOU, CONSEGUI DORMIR, É HORA

DE TRABALHAR, TENHO QUE LEVANTAR, MAS TEM

DUAS GOTEIRAS NA MINHA CAMA.

POETA DA PERIFERIA

(atribuído a Joquielson Batista)

Figura 1 Poema escrito em parede na ocupação Quilombo Lucas da Feira - Feira de Santana/BA
Fonte: Atribuído à Joquielson Batista, líder do Quilombo Lucas da Feira (MSTs), morto em outubro de 2012, em Salvador. Foto: Oriana Araujo, 09/07/2014.

1.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

Onde e como atuam os movimentos sociais urbanos de luta pela habitação popular na Bahia e quais são as territorialidades constituídas a partir dessa ação? Eis o questionamento central que instigou à realização dessa pesquisa.

Ao esquadriñar respostas para essa dúvida, objetivou-se, de modo geral, analisar a ação dos movimentos sociais de luta pela habitação popular na Bahia e a constituição de novas territorialidades. Devido à amplitude desse objetivo e de sua generalidade, foram delimitados objetivos mais específicos, que possibilitaram a apreensão do universo pesquisado e estão listados a seguir:

- ✓ Identificar os movimentos sociais urbanos de luta pela habitação popular nas cidades médias e grandes da Bahia;
- ✓ Identificar a abrangência espacial das ações dos movimentos sociais urbanos de luta pela habitação popular na Bahia;
- ✓ Analisar as estratégias de atuação dos movimentos sociais urbanos de luta pela habitação popular na (re)produção do espaço urbano no Estado da Bahia;
- ✓ Analisar a relação dos movimentos sociais urbanos de luta pela habitação popular com os demais agentes produtores do espaço urbano, principalmente o Estado, os proprietários fundiários e os incorporadores imobiliários.

A hipótese de investigação supôs que não há movimentos sociais de luta por habitação constituídos em todos os municípios da Bahia, de modo que sua ocorrência deva ser identificada nas maiores cidades do Estado, onde o déficit habitacional é maior e as condições de segregação espacial, exclusão e também de politização e mobilização para a luta conduzam à organização popular.

Considerou-se ainda que os movimentos de luta por habitação da Bahia são capazes de promover importantes territorialidades e de produzir mudanças espaciais e sociais, a exemplo do que ocorre em outros Estados brasileiros, de modo que se constituam em importantes agentes contra-hegemônicos para a equidade socioespacial.

A metodologia de pesquisa adotada, compreendida como um conjunto de pressupostos teóricos, filosóficos e empíricos que norteiam a escolha dos procedimentos ou técnicas utilizadas na pesquisa, embora não utilize dogmaticamente, tangencia o método dialético, enquanto inspiração filosófica para as análises efetuadas e será explicitada a seguir.

1.2.1 A abordagem qualitativa e o olhar dialético

Formulou-se uma metodologia exequível para o desenvolvimento dessa pesquisa, em concordância com a perspectiva de que “A investigação social é como um desenho da realidade social: elege-se uma perspectiva, entre uma multiplicidade possível; mas não há um retrato absoluto assim como não há só uma representação da realidade” (Moreira C. D., 2007, p. 55).

Desvendar as territorialidades dos movimentos de luta pela habitação popular na Bahia é desvelar aspectos da resistência e da ação socioespacial na perspectiva de ‘desenho’ de uma cidade acessível a todos, da cidade como direito e não da cidade como mercadoria, com cidadãos agentes na sua produção, evidenciando que os processos espaciais que ocorrem na cidade não são ‘naturais’ – resultado da força da própria cidade, de modo autônomo – como desejam fazer pensar os que lucram com a cidade (Rodrigues, 2013).

Investigar a realidade vista, sentida e concebida pelos movimentos de luta pela habitação é visibilizar a cidade produzida pela parcela da população excluída do acesso a bens

essenciais à vida, afinal não foi a cidade que produziu a sociedade, foi e é a sociedade que produz a cidade, em sua geograficidade e historicidade. Aliás, a cidade não faz coisa nenhuma, não existe, não constrói, não legisla (como indica o uso metonímico de que a cidade foi, é, fez, fará): são as pessoas, os agentes sociais produtores do espaço que constroem, usam e animam a cidade.

O espaço urbano, como todo espaço, corresponde às formas-conteúdo – ou a cidade tomada como paisagem –, mais a vida que as anima, que lhes atribui valores e qualificações, de modo que sempre estará em mutação, já que as ações variam quanto à intencionalidade e racionalidades dominantes e concorrentes (Santos M. , 2012).

A ideia de que a cidade tem força própria retira a dimensão de responsabilização social e política essencialmente dos gestores, situados no âmbito confortável de que as coisas são como são por força da cidade e não como resultado da soma de políticas públicas adotadas ou inexistentes, bem como da pressão e fiscalização populares ou de sua omissão.

Realizou-se uma pesquisa dos movimentos de luta pela habitação popular na Bahia, focados em sua geograficidade, já que a espécie humana corresponde à natureza tomando consciência de si própria, de maneira que toda sociedade é geográfica (Porto-Gonçalves, 2006).

Trata-se de estudar a luta por outra produção do espaço ‘desde os de baixo’, de suas lutas contra o modelo de dominação e neoliberal, no qual tem aberto profundas brechas, forçando as elites a negociarem e considerarem suas demandas (Zibechi R. , 2007).

Para a compreensão de temas como esse, que necessitam de análise da intensidade dos fenômenos e de sua significância, destacam-se as abordagens qualitativas, por serem capazes de “[...] incorporar o significado e a intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas tanto em seu advento quanto em sua transformação como construções humanas significativas” (Pessoa & Ramires, 2013, p. 24).

É preciso assinalar ainda a importância que se dá aos processos na pesquisa qualitativa, bem como à postura interpretativa sobre as ações sociais, de modo que apresenta tensões e conflitos internos para o pesquisador, ao trabalhar na busca da captura da essência, haja vista que “A palavra qualidade deriva de *qualitas* e significa essência” (Pessoa & Ramires, 2013, p. 25).

Burgos (2015) ao refletir sobre a importância da integração entre teoria e prática para a compreensão das realidades estudadas indicou que se deve transitar entre a pressuposta exatidão dos números à complexidade contraditória dos fenômenos sociais. Na sua discussão isso pode ser compreendido do fato de que, em Sorocaba – SP, enquanto os órgãos oficiais estimam a existência de um déficit habitacional de 12 mil de moradias, houve 30.000 famílias inscritas para um sorteio de 2.560 unidades habitacionais do PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) (Burgos, 2015).

No Brasil, ao mesmo tempo em que foram construídos grandes condomínios fechados em espaços ‘periféricos’ (mas bem servidos de infraestrutura viária e de serviços), ampliou-se a construção de conjuntos habitacionais também em espaços ‘periféricos’ (que não são bem servidos de transporte público e de serviços), servindo de depósitos distantes para os mais pobres.

Nesse sentido, abordagens que se proponham a pensar geograficamente os movimentos sociais, coadunam com a perspectiva dialética já presente na relação espaço-sociedade; distintivamente os estudos de movimentos que lutam por redistribuição das porções do espaço às quais não possuem acesso, disputando-as e transformando-as em territórios, lidam diretamente com a justiça espacial ou mais especificamente a justiça territorial, como se depreende de D. Harvey e B. M. Fernandes (Catalão, 2008).

Ao investigar as territorialidades constituídas pelos movimentos de luta pela habitação popular na Bahia, não foram dispensadas as possibilidades de uso dos dados quantitativos disponíveis ou de elaborá-los a partir de fonte direta, mas sem deixar de considerar que a natureza complexa das relações sociais entre os diversos agentes produtores do espaço baiano, em sua essência, em sua qualidade fundamental está relacionada muito mais às suas ações, intenções e interações do que aos dados, embora esses sejam de fundamental importância para sua caracterização. Concebeu-se que a opção pelo método qualitativo ou quantitativo

[...] são a expressão directa e lógica de duas visões epistemológicas distintas [...] de dois paradigmas diferentes que implicam modos alternativos de compreender a realidade social, os objectivos da investigação, o papel do investigador e a instrumentação técnica. [...]

Para concluir, perspectiva positivista e perspectiva subjectivista, técnicas quantitativas e técnicas qualitativas conduzem a conhecimentos diferentes. (Moreira C. D., 2007, pp. 54-55).

Entretanto, deve-se ter clareza de que, ante a complexidade da realidade socioespacial é fundamental conhecer a extensividade e magnitude do objeto da pesquisa, caracterizá-lo, detalhá-lo em múltiplos aspectos. As ações sociais ocorrem num espaço específico, em territórios específicos, envolvem agentes específicos (mas articulados por coesão e/ou por oposição), de modo que os levantamentos estatísticos, a tabulação de dados, a espacialização cartográfica, próprios das abordagens quantitativas serão utilizados para auxiliar na compreensão do fenômeno estudado, de modo que, associados, produzam um conhecimento válido, calcado numa escolha metodológica racional, rigorosa e objetiva, mas livre de ‘esquizofrenia metodológica’, que poderia conduzir a escolhas radicais e excludentes, conforme discutem Pessoa e Ramires (2013).

O método de investigação utilizado é o dialético, haja vista sua perspectiva desde a Grécia antiga de “(...) no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão” até a acepção moderna de que “(...) é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.” (Konder, 1981, p. 07).

Apesar da ponderação de Foucault (2007) de que a dialética, entendida como a lógica de contradição, não dá conta da compreensão dos confrontos e do que lhe é intrínseco, considerou-se que a abordagem dialética das inúmeras questões que envolvem as lutas territoriais dos Sem-teto e seus diversos agentes interlocutores, estratégias e modos de ação, permite a superação da aparência dos fenômenos para captar a sua essência, sempre à luz da criticidade, do exame constante do mundo e da revisão das interpretações que se produz, como propôs (Santos M., 1997).

Ao indicar as razões para optar pelo método dialético em sua pesquisa, Lima e Mioto avaliaram que nessa perspectiva o pesquisador trabalha:

[...] a contradição e o conflito; o ‘devir’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo. (Mioto & Lima, 2007, p. 39).

Embora a concepção das autoras aborde em demasia a concretude, o histórico, aproximando-se mais da dialética marxista, os elementos apontados, desde que investigados não de modo dicotômico, mas integrados, coadunam com o que apontou Cerón (2006), ao considerar que na construção do conhecimento dialético, os investigados são sempre autônomos, reflexivos sobre sua realidade e capazes de transformá-la:

Em su forma más inmediata, el enfoque reflexivo o dialéctico apunta a la modalidad compleja de lo social, entendido ahora no como la mediación por el intérprete “intersubjetivo” –y sus

discursos—, sino por el intérprete “actor” —y sus intereses y programas de actuación—. (Cerón, 2006, p. 26).

[...]

La investigación que se resalta como sistematización participativa puede comprenderse como una reflexión de los participantes sobre sus prácticas, para identificar patrones de actuación y resultados que puedan ser coherentes o rediseñados. Constituyen, por así decir, modalidades de investigación-aprendizaje en el sentido que el investigador organiza un trabajo de “análisis de la práctica” para el aprendizaje de los propios analistas y practicantes. (Cerón, 2006, p. 27).

Destarte, a perspectiva de compreensão reflexiva da relação estabelecida entre os movimentos de luta por habitação e os demais agentes produtores do espaço urbano e as territorialidades daí resultantes, pretende abordar as múltiplas contradições aí existentes, que estão também em constante conflito e mudanças¹.

Trata-se de pensar o movimento que decorre de tudo, do caráter mutável das coisas, já que o pensar dialético pressupõe considerar o caráter dinâmico, instável e contraditório da condição humana, bem como da capacidade humana de intervir ativamente na realidade, apesar das condições e ritmos que lhe impõe a realidade objetiva, que pode ser melhor apreendida a partir de uma visão de conjunto, de totalidade, da estrutura significativa de uma realidade, de determinada situação, que resultará em sínteses e análises repletas de contradições e mediações concretas (dimensões imediatas e mediatas) analisadas, que também são provisórias, dada a constante emergência do novo na vida humana (Konder, 1981).

O estudo sobre grupos subalternos, a exemplo dos Sem-teto remete às desigualdades entre as classes sociais, sendo importante considerar que o termo luta de classes

[...] remite a las clases como conjuntos humanos que, ubicados en posiciones distintas en las relaciones de propiedad, luchan entre sí y al interior de sí, entre fracciones, en función de intereses de todo tipo —económicos, políticos, teóricos, culturales en sentido amplio—; se alían entre sí y con fracciones de otras clases, o sea que la confrontación siempre se da entre alianzas que constituyen fuerzas sociales; que esas alianzas producen alineamientos, construyen poder y permiten el proceso de toma de conciencia acerca de sí mismas y de sus antagonistas. (Izaguirre, 2004, p. 249).

No mesmo sentido, Harvey advoga a revivificação do marxismo (compreendido como um paradigma filosófico, do qual o método histórico-dialético resulta), à revelia do modismo que situa todas as coisas no pós, que estaria na moda intelectual contemporânea, argumentando a seu favor, dentre outras questões, que as condições histórico-geográficas atuais, especialmente advindas dos efeitos mais negativos que positivos da globalização, suas contradições e paradoxos, do neoliberalismo e da privatização de funções que devem ser públicas, bem como da possibilidade de expansão de formas progressistas de ação política, como a ação dos zapatistas (México), podem ser compreendidas sob o viés marxista, que desde o século XIX antevia muito do que agora está acontecendo (Harvey, 2013).

No que tange aos Sem-Teto, especialmente interessa a discussão sobre a produção necessária de trabalhadores excedentes para nutrir o sistema capitalista de mão-de-obra barata, considerando as leis da demanda e da oferta, tornando-os parte do ‘exército de reserva’. Nesse caso, uma reserva com grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho que resulta também na exclusão do mercado da habitação, de modo que alguns movimentos preocupam-se ainda com a inclusão produtiva dos seus militantes.

Atentou-se para o desenvolvimento de uma metodologia de investigação que contemple a perspectiva de análise conjuntural (Zemelman, 2003), já que impõe limites e originam contradições como constatado na pesquisa sobre a influência dos movimentos de luta por moradia na produção do espaço de João Pessoa (PB) (Souza Júnior, 2008).

¹Como já o dizia Heráclito de Efeso, cinco séculos a.C: tudo está em constante mudança (nunca se toma banho no mesmo rio) e o conflito é o pai e rei de todas as coisas (Citado por Konder, 1981).

Ao investigar os movimentos de luta por habitação popular na Bahia, pretende-se compreender suas geo-grafias, conforme indica (Porto-Gonçalves, 2006), tão nítidas nas (des/re)territorialidades dos Sem-teto que atuam nas cidades estudadas.

1.2.2 Contribuições metodológicas de geógrafos brasileiros na abordagem dos movimentos sociais

A pesquisa sobre os movimentos de luta por habitação no âmbito da Geografia vem sendo realizada por vários autores que a depender de seus objetos, elaboraram diferentes estratégias metodológicas.

A Geografia possui lugar preponderante na análise das resistências e das lutas emancipatórias, no processo de reorganização societário no mundo, para o qual os conceitos de espaço, lugar e território, em escalas que estão imbrincadas são essenciais, especialmente para os movimentos que lutam por dimensões, estruturas e recursos do espaço em uma realidade complexa que requer abordagens interdisciplinares para explicações multicausais (Bringel, 2007).

A diversificação de movimentos populares e pautas urbanas obriga à reflexão sobre a existência na Geografia de “(...) instrumentos adequados para analisar, compreender e interagir, no atual momento, objetivando desvendar as contradições e os confrontos que ocorrem no espaço” (Rodrigues, 2013, p. 12).

A pesquisa acerca da metodologia empregada por geógrafos brasileiros no estudo dos movimentos sociais identificou três autores que dedicaram mais atenção ao tema, reiterando o que constatara Pedon (2013). Outros autores possuem importantes reflexões de cunho teórico-conceituais e empíricos e também apresentam suas metodologias, mas não a tratam com foco específico, de modo que o debate acerca dessas reflexões está situado no capítulo 2.

As concepções dos autores discutidos a seguir possuem na sua abordagem sobre os movimentos sociais forte preocupação em estabelecer uma metodologia de pesquisa que possa servir de suporte para a realização de outras pesquisas que relacionem movimentos sociais, espaço e suas categorias de análise.

Bernardo Mançano Fernandes ademais da colaboração teórica sobre a distinção entre tipos – movimentos socioterritoriais e socioespaciais – argumenta que uma leitura geográfica deve compreender como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam os espaços e os territórios de ação dos movimentos, dos quais resultam quatro processo geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade; e quatro processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade (Fernandes B. M., 2000) (Fernandes B. M., 2005).

A espacialização corresponde ao movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico ou território (é o presente), exemplificada pelas marchas realizadas pelos movimentos sociais. O autor é categórico ao afirmar que a espacialização não é sinônimo de territorialização e que, portanto não há “desespacialização” (Ibid, 2005).

A espacialidade é subjetiva e carrega o significado da ação, correspondendo a um multidimensionamento contínuo da ação e pode ser exemplificada pelas propagandas veiculadas e lembranças da memória e pode ocorrer concomitantemente à espacialização (Ibid, 2005).

Considera que na produção do espaço as relações sociais são realizadoras e também realizadas, de modo que ocorrem movimentos das propriedades do espaço e do território: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição.

Indica que da expansão e/ ou criação de territórios processa-se a territorialização, que pode ser contínua ou interrupta; e a territorialidade, correspondente aos usos que as relações mantenedoras fazem do território, pode ser de dois tipos: local e deslocada.

A territorialidade local pode ser simples, com uso destinado a um só fim, como os hospitais; e múltipla, com uso destinado a vários fins (auditório/ sindicato, reuniões e escolas). As territorialidades deslocadas correspondem à reprodução de ações, relações ou expressões de um território, em outro, a exemplo do forró em São Paulo e do chimarrão no Nordeste (Ibid, 2005).

Argumenta ainda que do refluxo e destruição de territórios tem-se a desterritorialização, que explicita claramente as contradições e conflitos socioterritoriais, dos quais resulta o processo geográfico TDR (Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização): “Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade.” (Ibid, 2005, p. 30).

Para o autor os movimentos, quanto à forma de organização das famílias podem ser: isolados caso atuem uma determinada microrregião ou num espaço geográfico mais restrito, ainda que não estejam isolados do contato com outras instituições, ou territorializados caso atuem em diversas macrorregiões e formem uma rede de relações com estratégias políticas que promovam e fomentam a sua territorialização, ou ainda especializados.

Outro geógrafo preocupado com a questão da abordagem geográfica dos movimentos sociais aponta “(...) a necessidade de uma abertura radical de perspectivas de análise espacial dos movimentos sociais, o que aqui denominamos dimensões espaciais dos movimentos ou espacialidades dos movimentos” (Santos R. E., 2011, p. 137).

Propõe uma abordagem “(...) sobre os movimentos sociais e a ação política através de raciocínios espaciais – raciocínios centrados no espaço –, tensionamentos analíticos baseados nos conceitos da análise espacial (...)”, sugerindo dimensões analíticas, mas recomenda que não esgota as possibilidades e entende que são “(...) instrumentos manipuláveis através de operações e de estratégias e racionalizações da luta dos movimentos” (Ibid, 2011, p.138). As dimensões sugeridas pelo autor são:

1. Materialização/ manifestação

A cartografia da ação social, a localização dos conflitos, onde ocorrem (sedes, locais das manifestações públicas, lugares de combate e conflito), permite compreender as múltiplas hierarquias que perfazem a sociedade e seu espaço. Sua materialização grafa e marca um ponto no espaço que serve de referência para o movimento e para a sociedade. Podem-se mapear ainda os lugares que são os receptáculos concretos das ações que o movimento realiza (Ibid, 2011).

2. Recortes espaciais e as construções identitárias

O espaço é referencial direto na conformação de identidades, calcadas em percepções de vidas com iguais condições materiais (recorte espacial comum: bairro, lugar, região), que geram disposições para a luta ou grupos de interesse (Ibid, 2011).

3. Território e territorialidades

Os movimentos possuem diferentes relações com o território e a territorialidade, mas via de regra, lutam contra a des-territorialização econômica, política, simbólica ou cultural (Ibid, 2011).

Dessas diferentes formas de relação resultam *movimentos fundados por territorialidades*, que constituem suas relações, embates, e por consequência seus atores, identidades e condições de existência, como o movimento dos seringueiros; *movimentos que defendem seus*

territórios e suas territorialidades, a exemplo dos quilombolas; *movimentos que buscam imprimir novas territorialidades*, novas relações sociais como o Movimento dos Sem-Terra [e seu correlato urbano, os Sem-teto].

4. Ação e temário, agendas

Na concepção do autor, as agendas dos movimentos sociais são fatos sociais, problemáticas e experiências vivenciadas que conformam a identidade e os discursos comuns no movimento social, capazes de conduzir à mobilização de sistemas de disposição ou mobilização de disponibilidades políticas para a ação coletiva, que por sua vez corresponde à espacialização dessas mesmas agendas (Ibid, 2011).

5. Ação e interlocutores

Considera ainda que o indivíduo que age deve compreender os discursos contemporâneos sobre o mundo e o poder de ludibriar desses discursos que se pretendem globais, mas são perpetuados a partir de uns poucos países, a fim de definir seus interlocutores com vistas a reforçar ou perturbar as estabilizações que configuram a ordem questionada. Assim, são fluidas as relações entre protagonistas e antagonistas num campo de conflitividade, de modo que há interlocução entre os atores em diferentes escalas, havendo

[...] estruturas de sistemas posicionais complexos, não baseados apenas em oposições entre antagonistas e protagonistas, mas também em solidariedades, afinidades, indiferenças, afiliações, negações de tomada de posição, etc, posições estas que são dinâmicas, cambiantes e, em nada, fixas. [...] Além dos embates e das oposições, os pactos, alianças (perenes, mais ou menos duradouras, ocasionais, efêmeras, cambiantes no tempo e no espaço), diálogos, trocas de informações, de influências etc., são constituintes intrínsecos aos campos de conflitividade estruturantes da(s) sociedade(s) contemporânea(s), que complexificam os arranjos escalares [...]. (Santos R. E., 2011, p. 187).

6. Ação e desdobramentos, impactos, efeitos, causas, origem

Adverte que os impactos da ação possuem importante relação com a apreensão das diferentes formas de definir e estabelecer interlocução em diferentes escalas, das hierarquias entre os atores envolvidos, seus jogos e estratégias de poder, do desencadeamento da reação de interlocutores em outros níveis escalares, argumenta que tais impactos não dependem apenas dos protagonistas das lutas, mas também das fricções derivadas das resistências e ação dos antagonistas, que podem ter um caráter neutralizador e reverter os significados da ação e manifestação, invertendo o impacto da mobilização (Ibid, 2011).

Ampara-se na discussão de Ribeiro (2002) sobre a forma como a ação dos movimentos sociais costuma ser veiculada pela mídia, a partir exclusivamente do gesto, considerado por analistas da grande imprensa e pela própria mídia, marcada por estereótipos e excluindo a fala do outro.

Destaca que a estratégia de comunicação é fundamental para desencadear reações rápidas de interlocutores em outras escalas e mobilizar solidariedades, como faz o movimento zapatista no México e o fizera o movimento de seringueiros no Brasil, estabelecendo redes do acontecer solidário em escala internacional (Ibid, 2011).

7. Esferas institucionais do movimento como distintas dimensões espaço-temporais

Estar junto implica lidar com conflitos internos, com disputas de poder, de tal forma que “[...] “internamente”, os movimentos também são frutos de embates e solidariedades” (Ibid, 2011, p. 206).

Disto resulta a constituição de formas de organização que torna possível o estar junto e acomodam tensões e jogos de poder internos. As engenharias/ esferas institucionais possibilitam ler o próprio movimento social como um campo de conflitividade.

Propõe que a leitura das esferas institucionais dos movimentos sociais a partir de raciocínios centrados no espaço se dê sob dois aspectos que se articulam: primeiro, a

organização como construção escalar, de forma a sobrepor esferas hierarquizadas, que configuram contêineres de poder. Segundo, considerar que essas esferas buscam evitar forças disruptivas no movimento, constituindo-se assim em lugares distintos do fazer político que correspondem a sistemas de práticas e normas de conduta: trata-se de mecanismos disciplinadores da ação, capazes de instaurar sinergias e percepções, pensamentos e ações que sejam duradouros, considerando-se que as práticas sociais resultam de relações sociais e aprendizados que decorrem de processos individuais, experiências socioespaciais e identidades muito distintas, que interferem no posicionamento de cada indivíduo, de seu papel social² (Ibid, 2011).

O estudo sobre os mecanismos de gestão e práticas de gestão do espaço na ocupação Quilombo das Guerreiras (RJ) considerou-o um território dissidente, tendo em conta a adoção de práticas reais de autogestão, calcadas efetivamente em princípios democráticos, numa prática mais horizontal, uma vez que concluiu que o ‘coletivo de moradores’ debate, organiza, executa e delibera ações e soluções necessárias à solução dos problemas, de modo que “(...) todos os moradores possuem formalmente o direito à voz. Já os votos são distribuídos de acordo com as famílias (sendo um voto para cada uma)” (Almeida, Grandi, & Moreira, 2009, p. 71).

Constatarem ainda a preocupação na ocupação com uma formação política, de modo que todos queiram, devam e comprometam-se a participar. Destacaram que o estabelecimento de espaços de convivência não deliberativos é constituído em estratégias fundamentais para a criação de laços pessoais que ajudam a sanar os conflitos.

Tais perspectivas assemelham-se à que apontou para a importância de considerar os recursos humanos e materiais, as demandas e repertório de ações coletivas, a composição dos dirigentes e os espaços que dispõem os movimentos sociais, bem como sua autonomia em relação ao Estado e suas propriedades revolucionárias, que moderadamente, podem ser interpretadas como novas formas de ação coletiva (Rivera, 1999).

8. Sujeitos

Os sujeitos são constituídos por experiências sociais e espaciais que lhes distinguem e distinguem os papéis que executam, inclusive os políticos, condicionando as formas e intencionalidades do ‘agir’ que denotam as experiências individuais, as espacialidades da vida humana, as trajetórias (Ibid, 2011).

Ao adicionar as redes de relações e interações, ocorre o estabelecimento de fatores que influenciam a tomada de posições e o fazer político na dinâmica interna dos movimentos sociais, que promovem ou atenuam as disputas e embates, interferem na forma de organização do movimento, gerando ou não forças disruptivas (Ibid, 2011).

Considerando-se os objetivos dessa pesquisa, associados às proposições metodológicas desses autores e as questões teórico-conceituais e de metodologias de pesquisas específicas de outros geógrafos e de não-geógrafos, definiu-se os procedimentos e técnicas que foram aplicados nessa pesquisa, elencados e explicitados no item seguinte.

1.3 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

O primeiro procedimento técnico da pesquisa correspondeu à realização de pesquisa bibliográfica e documental acerca da temática em estudo e de seus conceitos chave:

²Ao tratar de ‘papel social’ recorreu a Giddens (1989, p. 22): “Finalmente, cada pessoa está posicionada, de um modo ‘múltiplo’, dentro de relações sociais conferidas por identidades sociais específicas; essa é a principal aplicação do conceito de papel social. (...) Não são apenas os indivíduos que estão ‘posicionados’ em relação uns aos outros; os contextos de interação social também estão.” (Santos R. E., 2011, p. 216).

movimentos sociais, movimentos socioterritoriais, Sem-teto, agentes sociais, déficit habitacional, territorialidades.

A pesquisa bibliográfica corresponde ao “[...] estudo teórico elaborado a partir da reflexão pessoal e da análise de documentos escritos, originais primários denominados fontes, segue uma sequência ordenada de procedimentos” (Mioto & Lima, 2007, p. 40).

Fora necessário reunir e consultar as mais diversas fontes de divulgação de pesquisas no Brasil, a fim de organizar o referencial teórico da investigação e obter arcabouço teórico suficiente para analisar as territorialidades produzidas pelos movimentos sociais urbanos de luta pela habitação popular na Bahia, a partir da discussão das distintas perspectivas conceituais.

A análise documental foi efetuada nos marcos regulatórios acerca da questão da habitação, tanto no Brasil quanto na Bahia, a exemplo da Constituição Federal de 1988, da Lei 10.257/01 - Lei Federal de Desenvolvimento Urbano, conhecida como “Estatuto das Cidades”, Lei 11.124/ 2005 - Lei do sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e Decreto 5.796/2006 que a regulamenta, Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Lei 11.578/2007, Lei 11.888/2008, Lei 11.977/2009, Lei 12.424/2011, Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituíram importantes diretrizes sobre a cidade, o direito e a produção da moradia no Brasil.

Realizou-se uma pesquisa na imprensa escrita e digital, nos últimos 5 anos (2011-2016), sobre movimentos reivindicatórios de habitação popular, a fim de coletar notícias sobre os movimentos sociais de luta por habitação na Bahia. Estabeleceu-se o ano de 2015 como limite para a identificação de movimentos socioterritoriais de luta por habitação popular consolidados nas cidades baianas pesquisadas.

Além da imprensa digital, buscou-se de modo geral, na internet, a partir de palavras chaves como movimentos de luta pela habitação, Sem-teto, morador de rua, ocupação de terreno, invasão de terreno, a fim de encontrar notícias em blogs e páginas desses movimentos em redes sociais, para expandir a abrangência da pesquisa e suas fontes, haja vista que muitas informações estão disponíveis nessa forma de ‘imprensa livre’ passível com a expansão do acesso à internet no Brasil.

Constatou-se, outrossim, que há dificuldades de encontrar notícias divulgadas pelos próprios movimentos sociais, devido à ausência de páginas oficiais mantidas na internet pelos movimentos identificados, bem como da atualização até mesmo de páginas de redes sociais (facebook), o que orientou a atentar para uma dimensão importante em relação aos movimentos de luta pela habitação popular na Bahia: seus instrumentos de comunicação, por serem importantes meios para a mobilização interna e para a visibilização externa das lutas.

1.3.1 A definição da escala de análise: Delimitação dos municípios investigados ou dos movimentos investigados?

É importante considerar a questão da escala espacial onde a ação humana efetivamente ocorre, uma vez que esta é modificada a cada aumento ou diminuição da escala abordada, de modo que a escolha da escala ressalta e/ou minimiza e/ou eclipsa alguns pontos do real, bem como do espaço de atuação de cada agente social (Harvey, 2013) (Corrêa, 2013).

A definição da amplitude do objeto de estudo e de como pode esclarecer ou ocultar elementos importantes sobre a territorialidade dos movimentos de luta pela habitação popular na Bahia e suas objetivações requereu importantes cuidados.

Desde o início da investigação numa abordagem em escala estadual, foi identificado que haveria algumas perdas no que tange às questões relacionadas aos indivíduos que efetivamente produzem o movimento, suas práticas espaciais cotidianas a partir de uma

interação mais próxima, imersa no “mundo da vida” diária que acontece na escala “nanoterritorial” – uma parcela muito pequena do território (Souza M. L., 2013) – como ocorre numa ocupação de Sem-Teto, pois, conforme a colaboração do referido autor, do ponto de vista metodológico, na Geografia:

(...) muito ainda falta para que se aprofunde a consciência das históricas lacunas referentes à escassez de envolvimento com a escala “nanoterritorial” e com os ativismos sociais e para que se disseminem os métodos mais adequados para se lidar com essa escala (Ibid, p.165).

É de essência que trata o autor (Ibid) quando advoga que os estudos geográficos devem afastar-se das visões de sobrevôo³, por cima, gerais, para uma visão mais próxima, que permita captar as questões intrínsecas aos fenômenos estudados, a partir deles próprios, considerando os valores, expectativas, temores, palavras dos homens e mulheres concretos e não apenas a organização espacial, as relações e práticas sociais.

Conforme a perspectiva enunciada por Milton Santos, o espaço é indivisível, é o todo e pode ser estudado em suas partes, de modo que é possível enxergar primeiro o todo, o modo geral como o fenômeno se dá, numa síntese que possibilite a visão de conjunto, a fim de poder situar mais adequadamente as especificidades investigadas sob a forma de estudos de casos (Santos M. , 2012), como proposto nessa investigação, que adota uma escala mais geral, de maior amplitude territorial e de menor detalhe local, porque o foco são os movimentos de luta pela habitação na Bahia, enquanto produtores do espaço geográfico, suas práticas, lutas, relações com outros agentes e territorialidades daí decorrentes.

Por essa razão, a pesquisa em escala nanoterritorial fora realizada como aproximação do mundo das pessoas Sem-teto, como pesquisa exploratória, em algumas ocupações e foram publicadas em artigos acadêmicos e parcialmente incorporadas à tese, como estudos de caso (Araujo O. , 2017) (Araujo & González, 2017).

Claro está que essa aproximação com a militância fora demasiado necessária para auxiliar na análise das falas dos coordenadores dos movimentos sociais entrevistados, em razão de que nem sempre eles são moradores das ocupações e estão, por assim dizer, no *front* da luta pela habitação, mas articulando-a, buscando por outras vias a realização do direito à moradia para todos.

Uma das etapas mais difíceis da investigação foi justamente o delineamento de quais municípios seriam investigados na Bahia, ou de quais movimentos atuam na Bahia e a partir daí investigá-los.

Ademais, é imposta uma questão epistemológica: afinal, o que propicia o surgimento do movimento de luta pela habitação popular é o déficit habitacional? Considerando-se que sim, é forjada uma linha de corte razoável que é estabelecer os municípios médios e grandes da Bahia, onde o déficit quantitativo é sempre maior, conforme verificado.

Entretanto, os movimentos também atuam em municípios menores, porque foi estabelecida uma articulação que produziu a organização social para o questionamento da exclusão do acesso à moradia e sua vinculação aos movimentos de luta pela habitação. Por isso hesitou-se em considerar apenas o déficit habitacional como indicador principal, mas a julgar por seu caráter factível, esse critério sobrepôs-se aos demais que são difíceis de uma aproximação real num universo de 417 municípios, em um Estado muito grande (territorialmente comparável à Espanha, mas um pouco maior) e cuja produção acadêmica sobre as cidades médias e pequenas ainda é muito reduzida, bem como a difusão de informações em jornais e meios digitais confiáveis.

³ O próprio autor indica que é uma referência à noção de ‘pensamento de sobrevôo’ de Merleau-Ponty.

As informações sobre os Sem-teto são muito desencontradas e os movimentos sociais não divulgam regularmente dados sobre suas ações e, por isso realizou-se a coleta direta dos dados com seus coordenadores que nem sempre estão com os registros disponíveis durante a entrevista ou a coleta indireta a partir das pesquisas já realizadas.

Nesse sentido, fora necessário inclusive verificar até que ponto constituem movimentos sociais de lutas pela habitação, conforme a delimitação teórico-conceitual delineada e a possibilidade de serem classificados como tal, já que em muitos casos é recente a sua constituição, geralmente a partir de dissidências de líderes de movimentos em processo de consolidação mais avançada, com criação de um outro movimento, cuja duração e intensidade de lutas apenas o futuro dirá se irá ocorrer.

Os órgãos de planejamento do Estado da Bahia também não dispõem dessa informação (Bahia, 2015), haja vista que preocupam-se em mediar os conflitos fundiários urbanos (Figura 2) quando são acionados e isso não significa, necessariamente, que as ações foram encampadas por um movimento social organizado (Gohn, 2010), de modo que incluem as ‘invasões espontâneas’.

A fim de dissipar dúvidas quanto à investigação em municípios menores, foram investigados, de modo exploratório, os vinte municípios do território do sisal e foi constatado que ocorreram mobilizações sociais importantes no que tange à luta por habitação, a partir de estratégias como a ação direta e indireta. Contudo, se constatou que essas ações são espontâneas e não resultaram em movimentos sociais de luta por habitação popular.

Ante esse imbróglio optou-se então por investigar as cidades de porte médio e grande na rede urbana da Bahia, levando em consideração o universo das cidades com o mínimo de 50.000 habitantes residentes para compor a investigação porque correspondem aos principais centros da rede urbana baiana (Figura 3).

De modo geral, essas cidades apresentaram forte urbanização nas últimas décadas, associada em parte ao grande fluxo migratório da população rural e de cidades menores e, via de regra, não possuíram políticas habitacionais suficientemente amplas para acompanharem o crescimento da população, apresentando importantes déficits habitacionais e, em alguns casos, altíssima densidade demográfica.

Nesse sentido, a cartografia resultante da pesquisa, informa a identificação da existência ou não de movimentos sociais de luta por habitação popular nas cidades com mais de 50.000 habitantes e apresenta ainda a atuação dos movimentos identificados em cidades menores, conforme informado por lideranças entrevistadas.

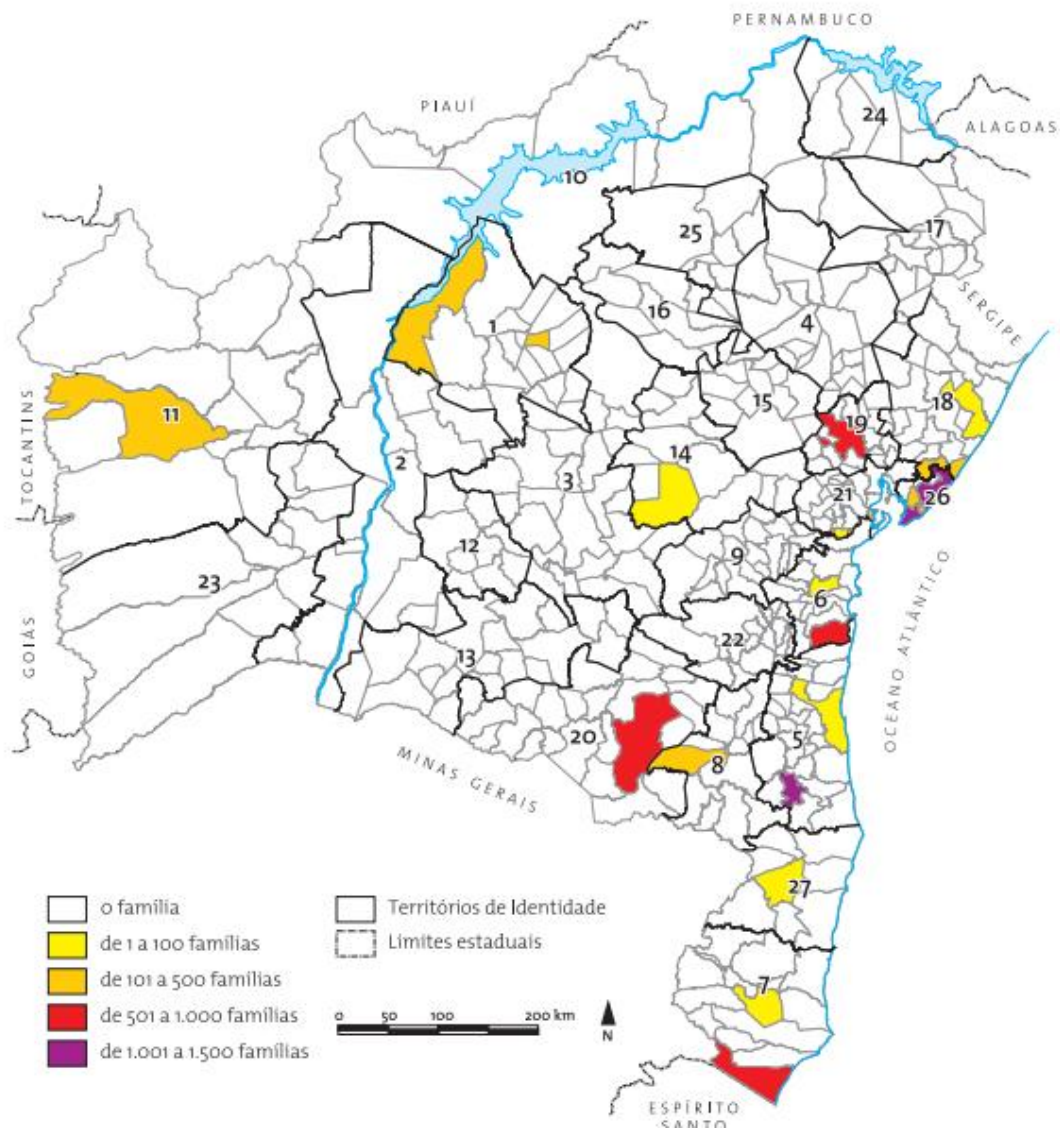


Figura 2 Bahia: Conflitos fundiários urbanos mediados pela SEDUR (2007-2012)
Fonte: BAHIA, 2015, p. 41.



Figura 3 Bahia: Municípios com população da sede superior a 50.000 habitantes (2010)

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Oriana Araujo

1.3.2 O trabalho de campo na pesquisa sobre movimentos sociais

O trabalho de campo sempre foi um importante procedimento da investigação geográfica, por representar o contato direto com a realidade, de modo que diversos autores defendem o seu uso, devendo-se “(...) revigorar os trabalhos práticos, com aferição da verdade terrestre” (Cavalcanti, 2011, p. 40).

É preciso considerar a indicação de que numa análise dialética ontológica o campo aparece como forma de manifestações do real, cujo conteúdo não é dado diretamente (Silva A. C., 1982), de forma que se deve conhecer a aparência para apreender a essência, do modo mais holístico possível (Santos M. , 1997), já que nas pesquisas sobre grupos sociais nem sempre no campo tem-se a ‘verdade terrestre’, porque há multidimensões implícitas por trás das paisagens visíveis das ocupações e conjuntos habitacionais conquistados pelos Sem-teto organizados em movimentos de luta por habitação.

A escolha do método de pesquisa – positivista, neo-positivista, dialético, fenomenológico ou hermenêutico – influenciará diretamente no tipo de trabalho de campo que o pesquisador irá realizar, uma vez que o método expressa a concepção de mundo do autor e, seu ritmo e compreensão/ética do mundo se expressará na forma como será realizada a pesquisa, incluindo o trabalho de campo e a utilização de outras técnicas de pesquisa (Suertegaray, 2002), de modo que o trabalho de campo pode ser concebido como “(...) um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo” (Suertegaray, 2002, p. 04).

De modo análogo, outros autores advertem que nem sempre o dado corresponde ao que é ‘dado’, haja vista que o dado é conhecido a partir das informações obtidas pelo pesquisador que recorta e exclui outras formas de apreensão do real (Escolar, 1998).

Interessa observar que a inserção do pesquisador na rotina de seus pesquisados, visitando-os para estudá-los, pode provocar modificações de comportamentos e até mesmo estranhezas, e deve atentar para o fato de que

No campo, o cientista está submetido às dinâmicas da realidade que elegeu estudar. Sendo assim, é comum que o que se planejou no laboratório ou gabinete não ocorra exatamente como se esperava. Isto significa que o planejamento do campo da pesquisa requer certa flexibilidade por parte do pesquisador (Venturi, 2006, pp. 75-76).

Na ida ao campo ocorre a necessária interação com os ocupantes e assentados ou suas lideranças e são apresentadas outras dimensões e conflitos que passam a ser considerados, a exemplo das crianças que recebem e acompanham o pesquisador quase todo o tempo, ávidas por contarem suas histórias, pedindo para serem fotografadas, mostrando seus espaços de brincar e, na sua inocência, contando ‘coisas’ que aconteceram.

Revelam-se outras dimensões, essencialmente culturais, que às vezes é possível captar, outras não. Um exemplo é a necessidade de diversão aos fins de semana; outro é a tentativa de cercar seus terrenos, buscando certa privacidade, mesmo num contexto de demasiada precariedade; outro é a visitação de homens que se tornam ‘amigos’ das adolescentes.

Evidentemente, pesquisar não é produzir conhecimento apenas a partir do que é visto, mas sim de articular a teoria e a prática para revelar a “(...) essência dos fenômenos geográficos.” (Alentejano & Rocha-Leão, 2006, p. 57).

No que diz respeito à relação do pesquisador com os pesquisados, Lacoste já apontava desde 1977 a questão da responsabilidade e do compromisso político que o pesquisador estabelece com os grupos que estuda, porquanto a pesquisa depende de sua cooperação. Contudo é importante também dissociar o pesquisador dos pesquisados, pois são sujeitos com

visões, experiências e lugares distintos, cujas perspectivas serão sempre diferentes e para o autor:

O pesquisador, quer seja coletivo ou individual, não deve procurar aproveitar-se de sua pesquisa para envolver-se diretamente nas lutas políticas do grupo que estuda, pois mesmo aqueles que ele acredita ajudar não deixarão de lhe dizer, no fim de algum tempo, que ele os embaraça, que ele pretende dirigi-los, e que, de toda maneira, enquanto estrangeiro não está diretamente envolvido por estas lutas (Lacoste, 2006, p. 92).

Faz-se necessário evitar que a vontade de auxiliar do pesquisador conduza a estranhezas, a julgar que seu ‘modo de ver’ e ‘fazer’ as coisas são diferentes das formas utilizadas pelos grupos pesquisados, razão pela qual o retorno aos pesquisados sobre os conhecimentos produzidos a partir de sua colaboração é difícil porque os resultados da pesquisa podem contrariar as expectativas dos grupos sociais, causando uma série de incômodos, conforme o dissera Kaiser (2006) e também Lacoste (Ibid), embora para este último os resultados devam ser apresentados aos grupos estudados como forma de colaboração do saber produzido sobre eles que resulta em poder.

Nesse sentido, o trabalho de campo adquire um caráter fundamental na análise das territorialidades constituídas pelos movimentos de luta pela habitação popular na Bahia, devido ao fato de que a ocupação se constitui, geralmente, na sua principal forma de confrontação do *status quo*, bem como a própria terra ou prédio ocupados são o próprio objetivo da luta. Assim, a ida ao campo, ao território em disputa, equivale à observação do real como subsídio para sua interpretação, para seu conhecimento.

Os trabalhos de campo foram realizados nas cidades onde foram identificados movimentos socioterritoriais de luta pela habitação popular Quadro 1, a fim de auxiliar as análises.

Quadro 1 Trabalhos de campo realizados

Município/ Acampamento	Data
Feira de Santana/ Quilombo Lucas da Feira (MSTB)	09/07/2014 16/07/2014
Salvador/ Quilombo Paraíso (MSTB)	21/03/2015
Audiência Pública/ Centro Histórico de Salvador	07/04/2017
Salvador/ Ocupação IPAC III - Mama Luta (MSTB)	10/04/2017
Salvador/ Sede da ATDSTS (MSTB)	10/04/2017
Salvador/Superintendência da Caixa Econômica Federal (Reunião do Fórum Pós-ocupação)	26/04/2017
Salvador/ Ocupação da SEFAZ (MDMT)	03/05/2017
Vitória da Conquista/ Assentamento Zumbi dos Palmares (MTD)	24/05/2017
Vitória da Conquista/ Ocupação Santo Dias	24/05/2017
Vitória da Conquista/ Ocupação Dandara (MTD)	29/08/2017
Feira de Santana/ Quilombo Lucas da Feira (MSTB)	16/08/2017
Teixeira de Freitas/ Ocupação Rosa de Luxemburgo (MLT)	31/08/2017
Eunápolis/ Ocupação Juca Rosa (ASTIE)	01/09/2017
Candeias/ Ocupação Sarandi (MSTC)	02/03/2018
Salvador/ Condomínio das Mangueiras e Zulmira Barros (UMP-BA)	02/03/2018

1.3.3 A significação da fala do outro: o uso da entrevista

A entrevista, tomada em sentido amplo, corresponde à comunicação verbal entre dois ou vários interlocutores, daí seu aspecto eminentemente interacional e de conversa (Minayo, 2013), mas não se trata de uma conversa informal, já que possui expectativas explícitas (um falar e outro escutar), é dirigida a pessoas selecionadas de acordo com um objetivo prévio,

possui finalidade cognoscitiva, é estimulada e guiada pelo pesquisador, além de estar baseada num esquema flexível de questionamentos (Moreira C. D., 2007).

É uma etapa da pesquisa em que se busca conseguir informações ou coletar dados que não são apreensíveis apenas pela pesquisa bibliográfica e pela observação, uma vez que são dados subjetivos relacionados aos valores, atitudes e opiniões dos entrevistados (Boni & Quaresma, 2005).

Por essa razão, exige atenção redobrada por parte do pesquisador, tanto na elaboração do seu roteiro de entrevistas em relação aos seus objetivos quanto na fase de aplicação da entrevista, bem como na análise da mesma, considerando que as falas são também detentoras de intencionalidades e há um sem fim de variáveis que podem intervir em benefício ou em prejuízo da lisura da entrevista.

Na perspectiva de Venturi (2006, p. 72) é uma técnica de pesquisa necessária ao estudo de temas em que “(...) a relação sujeito-objeto exija intersubjetividade.” Num sentido restrito a entrevista corresponde à coleta de informações para a produção de dados primários e secundários, com finalidades específicas, conforme a perspectiva de que é uma estratégia para “[...] captar formalmente a fala sobre determinado tema” (Minayo, 2013, p. 66) ante

[...] a possibilidade que tem a fala de ser reveladora de condições de vida, da expressão dos sistemas de valores e crenças e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir por meio de um porta-voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor” (Minayo, 2013, p. 63).

Sobre a entrevista, enquanto ato de interação com objetivos pré-definidos, Koch, 1998 (apud Mattos, 2005), acrescentou que é o ato intencional de atuar sobre o outro de determinada maneira para obter determinadas reações verbais e não-verbais.

Como resultado de processos intersubjetivos e também da inter-relação do pesquisador com o pesquisado, é necessário considerar possíveis omissões, ‘luzes e sombras’ que cada fala exprime sobre o tema em investigação (Minayo, 2013); assim, é recomendado incorporar o contexto de sua produção: elementos externos, que variam desde as ‘macrosituações’ – questões sociais amplas na qual o pesquisado está inserido – à ‘microsituação’ – fatores psicossociais do pesquisador e do pesquisado (Moreira C. D., 2007).

Nesse sentido, desde as etapas exploratórias da investigação até a definição do escopo de questões efetivamente relevantes para o desenvolvimento da tese, foram utilizados diferentes tipos de entrevista. Inicialmente foram realizadas entrevistas abertas (Minayo, 2013), que também podem ser consideradas informais: “[...] caracterizada pelo desenvolvimento e realização das perguntas no contexto e no decurso da interação (sem uma seleção prévia de temas concretos, nem uma redação prévia de perguntas)” (Moreira C. D., 2007, p. 204).

Nessa etapa da pesquisa o objeto de estudo não era conhecido empiricamente, por conseguinte as entrevistas informais e a observação serviram tanto para avançar no delineamento dos instrumentos finais da coleta de dados, como na confrontação dos pressupostos com a realidade encontrada, pelo fato de que para observar é necessário que se tenha contato direto com a realidade investigada (Boni & Quaresma, 2005).

Por conseguinte, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conforme a definição de Moreira (2007) baseado em Denzin (1970), que permite:

- ✓ A flexibilidade de respostas, por serem livres;
- ✓ Adquirir um contexto equivalente de respostas, uma vez que se realiza a mesma pergunta aos entrevistados selecionados;
- ✓ Adquirir respostas realmente variadas atribuídas a diferenças de opiniões e posicionamentos dos entrevistados e não ao instrumento de pesquisa.

Outras vantagens da entrevista semiestruturada, de acordo com Boni e Quaresma (2005) são:

- ✓ Entrevista de analfabetos;
- ✓ Elasticidade quanto à duração;
- ✓ Maior interação que pode gerar mais espontaneidade e confiança;
- ✓ Maior proximidade que pode permitir a abordagem de temas complexos e delicados;
- ✓ Podem ser utilizados recursos visuais, como fotografias.

É admissível acrescentar que ainda há possibilidade de perceber o que diferentes pessoas e/ou representantes de grupos de pessoas, como é o caso dos líderes entrevistados dos movimentos socioterritoriais de luta pela habitação na Bahia, pensam, percebem e lidam com diferentes situações concretas de suas lutas em relação aos movimentos em que militam, bem como aos demais com os quais se articulam.

Entretanto, para não incorrer no risco de assumir os movimentos sociais como algo homogêneo e investigá-los apenas pelas vozes de suas lideranças sob risco de perder dimensões importantes de sua complexidade interna e dos sistemas de ação nos quais se movem (Rivera, 1999), foram selecionadas algumas ocupações e foram aplicadas entrevistas também a pessoas acampadas, em parte indicadas pelas lideranças e, em parte (quando foi possibilitado), escolhidas aleatoriamente, a fim de buscar compreender minúcias que perpassam as vidas dos Sem-teto, que por razões diversas, podem não aparecer nas falas de seus líderes.

Portanto, o zelo com as etapas de preparação/planejamento da entrevista em sua intrínseca relação com o objetivo da pesquisa, a escolha dos entrevistados e sua necessária familiaridade com o tema, a oportunidade da entrevista e a consideração da disponibilidade do entrevistado que deve ser convidado com antecedência suficiente a fim de garantir que o pesquisador seja recebido, bem como o estabelecimento de condições favoráveis às confidências e sigilo do entrevistado, devem ser tão bem cuidadas quanto a elaboração do questionário ou roteiro de entrevistas (Boni & Quaresma, 2005).

Uma importante dimensão da entrevista diz respeito ao lugar onde ocorre, conforme indicaram pesquisadores que realizaram entrevistas com pessoas em situação de rua: “(...) o lugar no qual acontece tem certamente impacto sobre seu conteúdo. (...) é ao compartilhar esse contexto, essa inscrição territorial, o tempo da entrevista, que o pesquisador é capaz de acessar certos conteúdos” (Malfitano & Marques, 2011, p. 295).

Refletiu-se sobre essa questão, mas devido à experiência de que, no contexto das ocupações de Sem-teto tendem a existir co-presenças: uma espécie de público para assistir à entrevista, o que lhe confere um caráter de palestra, em que o entrevistado fala para os demais e passa também a fazer perguntas ao pesquisador, bem como invoca esse público a participar emitindo suas opiniões e resgatando suas memórias, compondo uma espécie de ‘grupo focal’, mas com certa ‘direção’ do líder, optou-se por realizar mais de uma ida ao campo (quando foi possível): para ter esse contato, conforme o desejo de seus líderes, mas foi marcada uma entrevista ‘definitiva’ – válida devido à metodologia da pesquisa adotada, em outro lugar, mais reservado, onde apenas o entrevistado e o entrevistador estivessem presentes.

Outra questão, semelhante ao que ocorrera com Malfitano e Marques (2011), é que alguns entrevistados, apesar de estarem devidamente esclarecidos sobre os objetivos de pesquisa e razões da entrevista e parecerem compreender o que havia sido perguntado, não respondiam à questão feita, falando sobre outras questões que desejavam visibilizar, insistindo na necessidade de outros encontros, que o pesquisador participasse de vários momentos do movimento.

Com relação à entrevista de coordenadores de movimentos sociais, é interessante notar que sua militância e sua vida por vezes estão tão imbrincadas que as respostas às perguntas estão repletas de suas memórias de vida, de vivências pessoais, de modo que passam a fazer verdadeiros relatos de sua história de vida.

A perspectiva do pesquisador deve equilibrar o desejo de apoio às lutas por uma sociedade mais justa com o extremo cuidado de que a pesquisa deve resultar e só se justifica na produção de conhecimento crítico da realidade e não como mero exercício de camaradagem e ativismo (Alves & Silva, 1992), o que conduziria a uma concordância ‘cega’ com tudo o que fosse dito; por isso, foi adotada a postura de pesquisador e não de militante-parceiro do entrevistado.

Estabelecer uma relação de confiança com os entrevistados foi fundamental; o fato de ser professora de uma Universidade pública baiana, referendada socialmente, também auxiliou na aproximação com os pesquisados, embora seja necessário reconhecer que a situação de ‘distinguir’ uma pessoa para que sua informação ou opinião se torne parte do conhecimento científico pode gerar distintos comportamentos porque, deve-se considerar que “Há pessoas que se sentem como “[...] aparecendo na TV”, outras constrangidas como em um interrogatório judicial. Muita coisa será percebida sublinaramente por cada um dos atores ali envolvidos (entrevistador e entrevistado), sobre o outro” (Mattos, 2005, p. 834).

De igual forma, considerando as discussões do referido autor, buscou-se também evitar o personalismo advindo do ‘obstáculo epistemológico’ que sobrevém da própria convicção de pesquisador sobre o tema.

De modo análogo, as etapas de transcrição das entrevistas e de sua análise foram criteriosamente elaboradas: primeiro porque nem sempre o outro fala ‘todas’ as suas verdades; segundo porque é possível que o pesquisado adote um ‘personagem’ e responda não o que efetivamente pensa, mas o que imagina que o pesquisador quer ouvir; terceiro, porque ele próprio pode desejar criar uma imagem de si e do ‘movimento’ e sabe que a pesquisa acadêmica ajuda a difundir. E, por último, é possível informar elementos de expressão corporal que complementam a fala e dizem muito sobre o pensar do outro: um riso irônico, um gesto, que se bem indicados enriquecem a comunicação verbal, embora difíceis de serem transcritos, configuram importantes mensagens não-verbais.

Considerou-se o pressuposto-questionamento de Mattos (2005) sobre como saltar legitimamente da fala de um entrevistado para um significado interpretativo, captando fielmente a fala, garantindo objetividade, de modo que as informações resultantes das entrevistas conduzam a inferências maiores, amparadas à luz das teorias que subsidiam as análises das territorialidades produzidas pelos agentes sociais no processo de produção do espaço geográfico, de modo a resultar num entendimento autêntico, pertinente e sustentável em relação ao que o entrevistado anunciou.

A etapa de recuperação, a partir da transcrição das entrevistas foi devidamente realizada, atentando-se para a indicação tanto da transcrição o mais literal possível da fala, quanto da captura de macro-situações, considerando-se silêncios, pausas, hesitações, reparações e correções como instrumentos importantes na transcrição para a interpretação das falas em busca de seus significados.

Na sequência, procedeu-se à análise do significado pragmático da entrevista, a partir da releitura exaustiva das respostas dos entrevistados, considerando-as em suas singularidades, mas também no delineamento de um conjunto de respostas que se assemelham ou distinguem demasiadamente, de modo que serviram à formulação de observações conclusivas sobre o modo como os coordenadores dos distintos movimentos socioterritoriais da Bahia de luta por habitação lidam com os mais diferentes agentes sociais e suas estratégias de atuação.

1.3.4 A cartografia da ação

A cartografia, concebida como ciência e arte de representação espacial de fenômenos a partir de mapas, possui fundamental importância nos estudos geográficos, especialmente os que pretendem analisar a produção do espaço geográfico pela sociedade.

Conforme se sabe, nenhuma representação espacial é completamente neutra, uma vez que quem comunica ideias comunica também formas de ver o mundo e, por essa razão, a cartografia foi muito mais utilizada pelos grupos sociais hegemônicos do que pelos grupos sociais contra-hegemônicos, dado que é necessário o domínio de técnicas que há cerca de duas décadas atrás, não eram de fácil acesso e aprendizado. Ademais, conforme assegura Girardi (2008), o uso do mapa na Geografia fora marginalizado com a ascensão da geografia crítica, propondo o desenvolvimento de uma cartografia geográfica crítica, calcada na

[...] atenção para a textualidade do mapa, sua subjetividade e retórica. Como produto intelectual, o mapa carrega a intencionalidade do seu autor [e o mapeador não é apenas um transcritor do espaço, já que contribui para a sua produção⁴]. [...] O mapa como território, por sua imaterialidade ligada diretamente ao material, deve ser utilizado pela Geografia Crítica para seus propósitos fundamentais: analisar as desigualdades do mundo e interferir para que sejam alteradas (Girardi, 2008, p.64).

Tal argumento é reiterado pela perspectiva apontada por Santos (2011a), de que ocorre atualmente uma valorização política da dimensão espacial e da sua representação, o que (re)coloca a cartografia no centro da disputa do poder, com a diferença que agora, há ‘novos atores na cena cartográfica’, que produzem (auto)mapeamentos e mapeamentos participativos, capazes de denotar outras visões de mundo, que apontem, como indica Alvarenga (2011), os efeitos do desenvolvimento desigual nas cidades, não como anomalia do sistema, mas como parte de seus fundamentos estruturantes; a visibilização da força reflexiva e transformadora da ação social torna o mapa não apenas uma ilustração analítica, mas sim um sustento à memória.

No âmbito dos estudos geográficos, é importante reiterar que

O geógrafo localiza. Ele localiza para compreender melhor e para estudar configurações territoriais. Ele localiza não para introduzir um elemento vago de erudição, para dar um nome e coordenadas, mas porque ele sabe que muitas coisas estão relacionadas à localização: assim, ele relativiza, diferencia, compara e contextualiza. (Brunet, 1997, p.25, citado por Girardi, 2008, p. 319).

Atualmente, com a expansão de ferramentas disponíveis na internet, embora nem sempre utilizando regras cartográficas criteriosas (que não retira, em absoluto, a validade do que comunicam), é possível elaborar mapas e demonstrar processos espaciais segundo o ponto de vista dos agentes contra-hegemônicos, mas ainda não há uma generalização da cartografia que evidencie os problemas sociais que atingem os mais pobres, de forma que há muito a ser percorrido para equilibrar a balança da informação visual em mapas:

É necessário construir outra cartografia, que desobedeça à dominante, que conta com a aliança do Estado com a mídia hegemônica.

[...] de uma cartografia da ação que inclua as descobertas, e também as mazelas, do cotidiano. [...]

Há, concretamente, uma sociedade profundamente ativa sem representações sociais correspondentes, o que facilita a difusão dos códigos comportamentais da modernização passiva e a manutenção da colonialidade (Ribeiro A. C., 2011, p. 29).

⁴Girardi (2008) indicou que a cartografia geográfica crítica fundamenta-se na leitura desconstrucionista do mapa, cuja base encontra-se no pensamento de Harley (1989).

A ‘cartografia da ação social’ conforme discutida por, dentre outros, autores como Ribeiro (2011) e Santos (2011), além de Porto-Gonçalves (2006), Girardi (2008)⁵ e Germani (2010)⁶, promove a síntese espacial da denúncia dos processos sociais que vêm ocorrendo no Brasil, a exemplo da luta por moradia e por terra, da violência a que estão expostos os militantes, das ações judiciais, nos âmbitos urbanos e rurais, mas ainda possui produção tímida, em relação a outras temáticas.

Santos (2006) indica que os elementos constituintes do sistema de ações do espaço geográfico são mais difíceis de especializar do que os elementos constituintes do sistema de objetos.

No dizer de Ribeiro (2011, p. 30) “Existe, de fato, uma vitalidade social extraordinária sistematicamente recusada por discursos, mapas e imagens”. Trata-se de expor claramente que há lutas importantes sendo desenvolvidas em diversos lugares, que precisam ser examinadas, discutidas pela sociedade, de modo que:

A cartografia da ação social refere-se, sobretudo, às formas de protestos, reivindicações, vínculos sociais que acabam por desenhar novas configurações espaciais e sociais, representações espaciais de trajetos vividos e experimentados. (Ribeiro, Silva, & Schipper, 2011, p. 32).

A identificação dos movimentos socioterritoriais de luta por habitação nas cidades médias da Bahia, de suas estratégias essenciais, interlocutores, escalas de atuação, redes de colaboração, foi realizada via pesquisa em meio digital em sites de notícias e semelhantes, de modo direto com coordenadores dos movimentos que foi possível entrevistar e de modo indireto a partir de outras pesquisas.

Os resultados foram tabulados e organizados cadastrando-se seus elementos essenciais à análise pretendida, bem como a fim de elaborar um banco de dados passível de interface com programas específicos de geoprocessamento, para constituição posterior da cartografia pretendida.

Foram elaborados mapas que demonstram as territorialidades resultantes da ação de luta por moradia dos movimentos de Sem-Teto da Bahia, identificando os municípios onde foram encontrados movimentos sociais de luta pela habitação popular. Para isso foram utilizadas as bases digitais disponíveis em siscom.ibama.gov.br/shapes, tratadas a partir do banco de dados que fora constituído nessa pesquisa, no programa ArcGis.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

O texto estrutura-se em cinco capítulos: esse primeiro capítulo cujo título é ‘Movimentos e moradia: elementos na investigação geográfica’, é introdutório e visa situar a temática abordada, apresentar o problema de pesquisa, as hipóteses da investigação, os objetivos gerais e específicos, o recorte espacial escolhido, a metodologia que orienta a pesquisa e seus procedimentos técnicos, devidamente amparados na bibliografia consultada.

No segundo capítulo ‘Movimentos socioterritoriais e luta por habitação: dimensões conceituais e relacionais’, elabora-se a discussão teórica e investiga-se a abordagem realizada por geógrafos e outros cientistas a respeito da questão da luta por habitação popular empreendida por movimentos sociais, apresentando-se quadros sínteses e diagramas conceituais de elementos fundamentais à compreensão do tema. Nesse capítulo realiza-se uma discussão a respeito dos agentes fundamentais na produção do espaço urbano relacionados à

⁵ A cartografia da questão agrária no Brasil produzida por E. P. Girardi encontra-se disponível em: www.fct.unesp.br/nera/atlas.

⁶ A cartografia da questão agrária na Bahia produzida por G. Germani encontra-se disponível em: www.geografar.ufba.br.

moradia, a exemplo do Estado, promotores imobiliários, proprietários fundiários e dos meios de produção, o judiciário e os funcionários públicos, a Igreja, a mídia, a Universidade e os partidos políticos.

No terceiro capítulo ‘Cidades excludentes e resistência popular’ apresenta-se o resultado da investigação sobre as maiores cidades da Bahia, a forma como estão agrupadas para melhor compreensão e as variáveis investigadas como possíveis potencializadoras da ocorrência ou não de movimentos sociterritoriais de luta por habitação na Bahia. Elabora-se um breve estudo da organização do espaço urbano das cidades onde foram identificados tais movimentos, atrelado à questão da moradia nas cidades.

No quarto capítulo são apresentados e caracterizados os movimentos identificados, recorrendo-se tanto às informações colhidas nas entrevistas realizadas, como às observações realizadas em campo, buscando compor a ‘Territorialidade dos movimentos sociais de luta pela habitação popular na Bahia’ conforme sugere o título do capítulo.

No quinto capítulo apresenta-se uma síntese da investigação inter-relacionando a discussão dos capítulos anteriores, demonstrando a ocorrência dos movimentos de luta por habitação identificados na Bahia, bem como estabelecendo-se análises gerais sobre sua constituição, territorialidades, relação com os demais agentes sociais, resistências, problemas e potencialidades.

No sexto capítulo apresenta-se, de modo resumido, as conclusões da pesquisa. Na sequência lista-se as referências bibliográficas e digitais citadas na tese, além dos formulários utilizados para a realização das entrevistas e o termo de livre esclarecido.





Capítulo 2

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E LUTA POR HABITAÇÃO: DIMENSÕES CONCEITUAIS E RELACIONAIS





2 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DE LUTA POR HABITAÇÃO: DIMENSÕES CONCEITUAIS E RELACIONAIS

2.1 AGENTES SOCIAIS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A configuração territorial do espaço urbano não se define por forças invisíveis, pela mão do mercado, pelo capital, ou pelo Estado, como os agentes hegemônicos querem fazer crer. Admite-se que a produção do espaço “É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (Corrêa, 2013, p. 43). As práticas desses agentes podem ser contraditórias, sem limites rígidos e atuam individualmente ou coletivamente (Ibid); (Corrêa, 2002).

Tal assertiva corrobora a indicação de Capel (1972) de que o espaço urbano é resultado da ação de alguns agentes que atuam dentro das margens legais do sistema capitalista ou à revelia, arcando com as consequências. Destaca que numa sociedade capitalista a cidade e o espaço não são moldados de acordo com os interesses dos habitantes, mas sim de interesses por vezes contraditórios de promotores imobiliários e empresas da construção, proprietários fundiários e organismos públicos.

Exemplo claro de como as escolhas políticas influem no cotidiano, no espaço que se produz e onde se vive, é o fato lembrado por Druck (2006) de que o pagamento dos juros de 20 dias das dívidas internas e externas era equivalente ao montante investido em habitação popular e saneamento básico por 10 anos no Brasil.

O estudo de Brito (2008), a respeito do Recôncavo Baiano, utilizou a noção de agentes sociais e procurou compreender a natureza, significado e implicações espaciais das suas ações na reprodução desse espaço. Para o autor, a análise do espaço a partir da atuação de agentes, permite compreender os processos sociais e respectivas formas espaciais.

O uso do termo agente social e não ator social concorda com a discussão realizada por Pedro Vasconcelos, que revisou algumas abordagens sobre as duas noções e concluiu que: “Apesar dos limites apontados sobre a noção de agente, prefiro sua utilização à noção de ator, tendo em vista que esta última remete a papéis de representação, tanto na vida corrente como nas artes (teatro, cinema)” (Vasconcelos P. A., 2013, p. 70).

Aproxima-se ainda da ideia de Jacque Lévy (2003, apud Vasconcelos, 2013, p. 76) de que “(...) o agente é um indivíduo ou um coletivo capaz de ações voluntárias ou de iniciativas próprias”, que são muito claras nos processos de planejamento, ação e manutenção das ocupações imobiliárias e de terrenos realizadas pelos Sem-teto.

Na análise dos movimentos sociais de luta por habitação e a produção de territorialidades na Bahia, abordá-los como agentes sociais, ademais dos motivos já elencados, consiste em evidenciar a superação da condição de pessoas-indivíduos singulares que reunidas não representam necessariamente uma classe social apenas: trata-se de pessoas de classes sociais, trabalhos, formações escolares, religiões, orientações sexuais, etnias, culturas distintas, com intenções e projetos pessoais, bem como personalidades igualmente distintas, que reúnem-se em busca de algo, o que produz, inclusive, conflitos internos nos movimentos sociais.

É preciso compreender que, nesse processo de constituição de um agente social coletivo organizado para determinado fim, acontece uma (re)aprendizagem da cidadania, conforme a perspectiva enunciada por Santos, que questiona a visão muitas vezes imediatista de quem participa de movimentos sociais apenas para consumir algo da cidade que não acessa por meios próprios como a moradia:

[...] uma boa parcela do conteúdo dos movimentos sociais urbanos defende mais o consumidor que, mesmo, o cidadão. Com o “veneno do consumismo” nas classes médias, o direito à moradia quase se confunde aqui com o direito de ser proprietário. De forma que o reaprendizado da cidadania é uma grande tarefa deste fim de século, que também é a crítica ao consumismo. (Santos, 1987, p. 125-126, apud Martin, 1997, p.11).

Conforme a perspectiva enunciada por Campos, França Filho e Fernandes (2011), evidencia-se o caráter de agente social coletivo que adquire o encontro de Sem-Teto (indivíduos/ consigo próprios) na organização de movimentos de luta pela habitação (pessoas reunidas/ convosco), ante a extrema desigualdade das forças de produção do/no espaço urbano entre os diferentes agentes, de forma que a construção da identificação de interesses comuns e do encontro entre as pessoas, ocorre na extrapolação do ser-para-si (individual) para o ser-para-outro, constituindo coletivos capazes de questionar, lutar, ‘re-agir’ e produzir novas territorialidades e uma sociedade mais justa.

2.1.1 Discurso e práticas dos agentes hegemônicos e contra-hegemônicos da produção do espaço urbano

Dimensionar o problema das práticas dos agentes hegemônicos e contra-hegemônicos na produção do espaço urbano encaminha a pesquisa para o conhecimento de um conjunto de ações orquestradas, que vão desde a busca por invisibilidade da sua existência e ação até a máxima visibilidade, de acordo com qual é o agente social e o que pretende. Nesse sentido, buscou-se estabelecer uma síntese do léxico essencial desses agentes (Figura 4; Figura 5), a partir da colaboração dos autores indicados.

A correlação das palavras-chave ‘intenção, interesse e sentido’, que se avizinham e são interdependentes nas e para as práticas de “(...) grupos políticos e econômicos à procura de algo que mantenha e/ou exacerbe seu poder e sua hegemonia” (Modesto, 2013, p. 95) e compreender seus significados auxiliam a desvendar processos subjacentes às ações dos sujeitos em análise.

Considerou-se que intenção, interesse e sentido também constituem o modo de fazer dos grupos contra-hegemônicos, mas conforme o léxico adotado e as cargas simbólicas que representam, bem como as perspectivas de ação que enunciam, fica claro que trata-se de projetos societários muito distintos.

A intenção e interesses dos grupos hegemônicos, calcadas na manutenção do poder/ privilégios, dominação/ manipulação, discriminação/ opressão, exclusão/ descarte/ privação da humanidade, diferenciação desigual e na cidade mercadoria, interessa aos lucros podres da elite endógena brasileira e do ideário neoliberal exógeno.

Em sua oposição encontram-se os grupos contra-hegemônicos, calcados na transformação das relações de poder desiguais, na autoridade partilhada, inconformismo/ indignação ante injustiças sociais, formação de consciências críticas e na cidade para a vida que interessa aos movimentos sociais de luta por habitação e a todas as pessoas que combatem desigualdades.

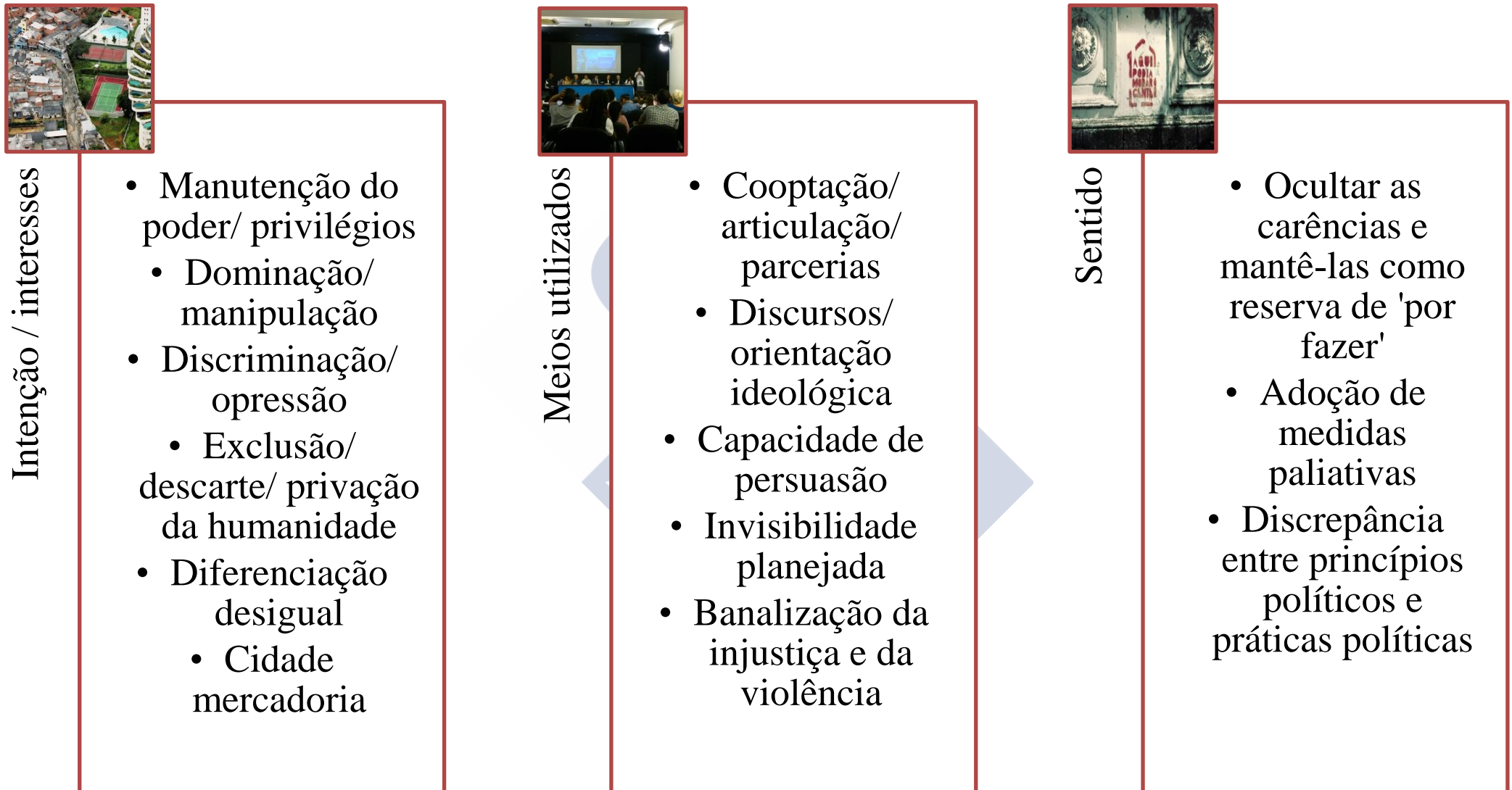


Figura 4 Léxico essencial no discurso e práticas dos agentes hegemônicos da produção do espaço urbano
Fonte: Modesto (2013), Santos (2010), Souza (2012). Imagens: 1ª Foto: Vieira (2002). Demais fotos: Oriana Araujo. Elaboração: Oriana Araujo



Intenção / interesses

- Transformar relações de poder desiguais
- Estabelecer relações de autoridade partilhada
- Inconformismo/ indignação ante injustiças sociais
- Formar consciências críticas
- Cidade para a vida
- Visibilizar a causa e ações



Meios utilizados

- Organização da luta
- Resistência coletiva
- Cursos/ formação de lideranças
 - Autogestão
 - Luta contra a opressão



Sentido

- Emancipação/ autonomia
- Transformação social
 - Justiça social
 - Denúncia das carências
 - Ruptura
 - Instauração de sinergias transformadoras
- Adoção de medidas radicais e/ ou negociadas

Figura 5 Léxico essencial no discurso e práticas dos agentes contra-hegemônicos da produção do espaço urbano
Fonte: Modesto (2013), Souza (2012, 2013), Santos (2010). Figuras: MSTB - Movimento Sem Teto da Bahia (s.d). Elaboração: Oriana Araujo

Igualmente antagônicos são os meios utilizados: cooptação/ articulação/ parcerias, discursos/ orientação ideológica, capacidade de persuasão, invisibilidade planejada, banalização da injustiça e da violência para os agentes hegemônicos. Organização da luta, resistência coletiva, cursos/ formação de lideranças, luta contra a opressão, visibilização da causa e ações, para os grupos contra-hegemônicos.

Mais diferentes ainda, os sentidos que norteiam as ações: ocultar as carências e mantê-las como reserva de 'por fazer', adoção de medidas paliativas, discrepância entre princípios políticos e práticas políticas, conduzem as práticas dos agentes hegemônicos, enquanto emancipação/ autonomia, transformação social, justiça social, denúncia das carências, ruptura, instauração de sinergias transformadoras e adoção de medidas radicais e/ ou negociadas, conduzem as práticas dos agentes contra-hegemônicos, onde se situam os movimentos socioterritoriais de luta por habitação identificados nas cidades médias e grandes da Bahia.

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: UNIVERSO CONCEITUAL

A discussão acerca dos movimentos sociais e da necessidade de delimitações conceituais tem ocorrido entre os especialistas na questão e, mais recentemente, no Brasil e no mundo, nota-se um crescente interesse pelo tema especialmente após as manifestações populares conhecidas como Primavera Árabe, no Norte da África (a partir de 2010) e as manifestações anti-neoliberais nos países europeus e Estados Unidos e do crescimento dos movimentos de trabalhadores Sem-terra e Sem-teto na América Latina.

No Brasil, o tema retornou à pauta após os gigantescos protestos de rua iniciados em Salvador-Bahia, devido à reivindicação pelo 'passe livre', ou o direito ao uso gratuito do transporte urbano, que avolumou-se para outras pautas urbanas, todas relacionadas com o que entende-se como direito à cidade e à cidadania, ganhando extrema força no sudeste brasileiro (São Paulo e Rio de Janeiro) e em todas as regiões brasileiras: os protestos de junho de 2013 demonstraram a força da mobilização social.

De acordo com Vasquéz⁷, a definição conceitual realizada a partir da reflexão teórica sobre os significados que se atribuem aos fenômenos que emergem da prática é um momento da própria prática política, sobre o qual se deve atribuir especial atenção quando os acontecimentos e as conjunturas encontram-se em mudança e há necessidade da (re)construção de novas bases epistemológicas, que podem surgir a partir da atualização de antigos conceitos, de sua mudança e mesmo de sua substituição, especialmente a partir da descolonização do saber (Vázquez, 2011).

A delimitação dos espaços que ocupam os conceitos distintos empregados na análise das mobilizações cidadãs (comportamento coletivo, ação coletiva, movimento social) já que englobam fenômenos demasiadamente amplos preocupam diversos autores (Blanco, 1996).

Para Zibechi há mudanças tão profundas em curso na América Latina, nas 'sociedades em movimento', que falta uma nova linguagem e criatividade, capaz de falar sobre relações e movimentos sociais sem repetir o que já se sabe:

Hacen falta expresiones capaces de captar lo efímero, los flujos invisibles para la mirada vertical, lineal, de nuestra cultura masculina, letrada y racional. Esse lenguaje aún no existe, debemos inventarlo en el fragor de las resistencias y las creaciones colectivas. O, mejor, aventarlo desde el subsuelo de la sociabilidad popular [...]

⁷ A autora realizou uma análise dos artigos publicados sobre os movimentos sociais nas revistas do OSAL (Observatório Social da América Latina).

Necesitamos, enfin, poder nombrarnos de tal modo que seamos fieles al espíritu de nuestros movimientos, capaces de transmutar el miedo y la pobreza en luz y esperanza (Zibechi R., 2007, p. 16).

Vasquéz (2011) constatou o uso indiscriminado e, às vezes como sinônimos, por autores especialistas que têm publicado em revistas do OSAL, das seguintes expressões: movimiento social, fuerzas sociales, movimiento popular, movimiento comunitario, movimiento sociopolítico, movimiento de clase, fuerzas populares, rebeliones, revueltas, revueltas plebeyas, movilizaciones, insurrecciones, insurgencias, multitud y muchedumbre.

Atentos à necessária reflexão conceitual e a fim de não se utilizar o conceito de movimentos sociais de modo indiscriminado ou ‘emprestado’ da sociologia (Souza M. L., 2009), (Neves, 2004), tornando-o apenas uma metáfora na Geografia, conforme o conselho de Santos (2011), procurou-se estudar as principais abordagens utilizadas na sociologia e outras ciências sociais, mas especialmente o uso do conceito na Geografia.

No Brasil, há uma discussão profícua sobre o uso dos movimentos sociais na análise geográfica, que serão aventadas a seguir, associando-a a outros autores e temas.

2.2.1 O que é movimento social

Os movimentos sociais não correspondem a todo e qualquer ‘movimento social’, ‘manifestação social’, ‘ações coletivas’, conforme apontam Gohn (2010) e Souza (2009). Os movimentos sociais, na perspectiva de Gohn (2010), ao contrário da facilidade de definição popular, que percebe o movimento como algo homogêneo, a partir da demanda em si e do resultado de suas ações na sociedade, deve ser cientificamente abordado de modo a abarcar as práticas sociopolíticas desenvolvidas. Nesse sentido, a autora elaborou uma conceituação explicativa do conceito de movimentos sociais, da qual destaca-se o seguinte:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articulados em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo social. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum (Gohn, Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos, 2010, p. 251).

A amplitude da definição realizada pela autora é coerente com as reflexões de Rivera (1999), a respeito do que ocorrera no México, ao se considerar demasiadamente a ideia de durabilidade da ação e insistir na reflexão teórica sobre o que é ou não movimento social, ademais de seu estudo empírico e servem de alerta sobre o excessivo apego a ‘regras’ para defini-los:

La fuerza de la influencia tourainiana en México dejó a los analistas en la perplejidad, pues dentro de esa perspectiva sólo unos cuantos movimientos de orden urbano-cultural podían ser entendidos como movimientos sociales en sentido estricto, y eso aún con reservas (el ecologista, el feminista) (Rivera, 1999, p. 110).

Embora elementos como a formalidade, organização e estabilidade, bem como a polêmica questão da durabilidade ou longevidade do movimento social, além das questões referentes ao tipo de pauta da luta e sua ‘novidade’ suscitem importantes discussões entre os diversos pesquisadores da área, os debates permitem apontar para a ideia de que os movimentos sociais advêm de um processo político, social e cultural a partir dos interesses comuns e sua atuação não se condiciona a apenas uma ação ou mobilização social que se esgota quando o objetivo é atingido.

Não obstante, é necessário que se investigue e sejam relativizados vários elementos, uma vez que, nem tudo que parece ser, é de fato, um movimento social. Touraine afirmou que o uso da categoria movimentos sociais deve ser reservado ao conjunto dos fenômenos que foram assim nomeados numa longa tradição histórica, correspondentes “[...] a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada” (Touraine, 2006, p. 18). Para o autor, a oposição à dominação é uma dimensão fundamental na definição do movimento social: “[...] só há movimento social se a ação coletiva – também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em um setor específico da vida social – se opuser a tal dominação” (Touraine, 2006, p. 19).

Tal perspectiva é convergente com a de Castells que, no início da década de 1970, destacou a importância da ideologia sobre as formas de expressão do movimento social e sua intervenção política, econômica, bem como de seu conteúdo e dinâmica. Ponderou sobre o papel da organização do movimento, visto que daí decorre a fusão ou articulação com outras práticas sociais, mas destacou que os efeitos são mais importantes que a gênese da organização. No que se refere às lutas urbanas, numa perspectiva que coaduna com a de Touraine (2006) indicou:

Por movimento social urbano, entendemos um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, de tal modo que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de força na luta de classes, quer dizer, em última instância no poder do Estado. (Castells, 2000, p. 541).

Contudo, essa opção conceitual restringe a possibilidade de análise enquanto movimento social das organizações coletivas conservadoras, que utilizam diferentes estratégias para a manutenção dos interesses de seus associados. Julga-se importante considerá-los também nos estudos sobre a produção do espaço, a fim de conhecer os seus instrumentos e estratégias que estão tacitamente imbricadas com outros agentes hegemônicos para combater os que questionam os processos de segregação espacial e de exclusão territorial.

São três os princípios subjacentes ao reconhecimento dos movimentos sociais, segundo Touraine: Identidade, referente à definição do ator; Oposição, referente ao adversário identificado; Totalidade, referente aos temas culturais comuns (Neves, 2004).

É importante considerar a perspectiva defendida por Calheiros e Duque de que os contextos atuais mudam tanto que as definições clássicas de movimentos sociais perderam acuidade e princípios clássicos para a definição de movimentos sociais já não explicam as atuais realidades, uma vez que a identidade (quem somos?) hoje está cada vez mais fluida, a oposição (contra quem lutamos?) já não está tão fácil de definir e a totalidade (que tipo de sociedade pretendemos?) está prejudicada por não haver uma utopia alternativa à que se abandonou (Calheiros & Duque, 2013).

Referem-se a uma realidade completamente discrepante da latinoamericana – a dos países centrais do capitalismo ou mundo desenvolvido – em que as lutas clássicas conseguiram efetivamente melhorar a qualidade de vida da população; discutem o modo como os imperativos da globalização e seus ditames ao Estado, indicando-lhe medidas de austeridade, destroem a classe média e promovem incertezas em relação ao futuro de seus filhos, obrigando-os a mobilizarem-se, o que recoloca a organização popular no centro das questões.

Apesar das inúmeras diferenças que afetam especialmente a condição de vida da população, ditames globais atingem os movimentos sociais de luta por habitação também nos países da periferia e semi-periferia do capitalismo ou mundo

subdesenvolvido e, elementos como a fluidez da identidade, dificuldade em definir a oposição e reelaboração de um horizonte utópico, complicam ainda mais a análise.

Por aqui também, definir o que seria um movimento social hodierno (do latim *hodiernus*, “referente ao dia de hoje”, de *hodie*, “hoje”), conforme questionaram Calheiros & Duque (2013), requer redobrada atenção às suas especificidades, ou aos seus elementos comuns.

No caso do Movimento dos Sem-Teto e Sem-Terra concorda-se que claramente são “[...] partícipes de um *movimento de massas politizadas*, com críticas à sua condição de subcidadania, estratégias de ação politicamente construídas e com uma utopia de transformação” (Scherer-Warren, 2003, p. 84), igualmente reiterando-se a complexidade que lhes é subjacente.

As ideias defendidas por Frank e Fontes (1989) acrescentaram reflexões importantes para a definição/delimitação do que é o movimentos social: a consideração de que os movimentos sociais são cíclicos devido às mudanças conjunturais (ciclos políticos, econômicos e ideológicos) que os produziram parece válida, pois os movimentos sociais podem, por razões diversas, não sobreviverem indefinidamente, mas isso não impede que sua ação não tenha promovido fortes e positivos efeitos em relação ao que se propôs.

O argumento de que tanto podem formar coalisões como competir com outros movimentos (Frank & Fontes, 1989), sugere as possibilidades de constituição de redes importantes, bem como de cisões que são inerentes às instituições que lidam com o poder.

A indicação de que pode haver relação entre os novos movimentos sociais com os ‘velhos’ movimentos sociais – facilmente observável a partir do envolvimento anterior de suas lideranças em movimentos religiosos e sindicais (Ibid) –, sugere que muitos dos novos movimentos sociais não são tão novos assim, uma vez que o próprio processo de formação política dos líderes dos movimentos imbrica-se em experiências anteriores.

A defesa de que os movimentos sociais lutam geralmente por autonomia, inclusive em relação ao Estado, bem como de que seu poder assenta-se na sua capacidade de mobilização social, além dos outros argumentos apontados por Frank e Fontes (1989), permite flexibilizar, por exemplo, tanto a dimensão indicada como durabilidade da ação dos movimentos sociais, como a questão da sua institucionalização, porque sua organização espontânea, evidenciada por um senso de justiça social, não requer a sua institucionalização, conforme também indicara Castells (2000).

Na perspectiva de Mellucci (1989), quem participa da ação coletiva busca também solidariedade e identidade, que diferente de outros bens, não podem ser calculados.

Considera que um movimento social é “[...] uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação.” Argumenta que os movimentos sociais da década de 1980 “[...] não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Eles tentam mudar as vidas das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade” (Mellucci, 1989, p. 59).

Embora as reflexões realizadas por Mellucci sejam ricas, é necessário considerar que as sociedades complexas a que se refere, são distintas das sociedades da periferia do capitalismo, em suas organizações políticas, econômicas e especialmente do ponto de vista da cultura, da história e de suas geografias – nesse caso, destacam-se as diferentes formas de produção do espaço urbano, que especialmente no mundo subdesenvolvido –

produziu cidades extremamente desiguais, em que ocorre forte segregação socioespacial e exclusão territorial.

O significativo número de famílias hoje militantes em movimentos de lutas por habitação popular no Brasil, à procura dos direitos básicos como o acesso à moradia, representam tanto o alarmante problema da exclusão quanto o enorme potencial de insurgência dos excluídos.

Na distinção elaborada por Montaño e Duriguetto (2011) entre movimentos sociais e mobilizações sociais, estas se assemelham aos ativismos sociais definidos por Souza (2009), enquanto diferenciam o movimento social de ONG devido essencialmente à identidade coletiva, afirmando que:

(...) um “movimento social” caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização. Uma “mobilização social” remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída.

(...) o Movimento Social, dentre outras determinações, é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/ necessidade/ reivindicação/ pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões – o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão. Por seu turno, a ONG é constituída por agentes, remunerados ou voluntários, que se mobilizam na resposta a necessidades, interesses ou reivindicações em geral alheios, não próprios. (Montaño & Duriguetto, 2011, p. 264).

A análise de Jacobi (1989) considerou os movimentos sociais como um fenômeno político, agentes que se movem ante as contradições sociais numa conjuntura em que a exclusão e carências são explicitadas pela sua luta reivindicatória, tornando-se agentes da transformação social, de modo que sua relação com o Estado é complexa, ambígua e relaciona-se ao caráter progressista ou reacionário do movimento, bem como de sua autonomia em relação ao Estado, de modo que são heterogêneos e internamente contraditórios. Alerta para o fato de que não se deve subestimá-los ou superestimá-los, pois têm possibilidades e limites, dos quais se destaca a passagem do reconhecimento de uma carência para a formulação da reivindicação e afirmação do direito, que resulta na construção de novas representações sociais (Jacobi, 1989).

Rodrigues apresentou uma concepção análoga, ao indicar que os movimentos sociais expressam conteúdo de classes nas suas diferentes lutas:

(...) os movimentos sociais populares são formas de organização societária que expressam conteúdo de classes e que apontam, com suas reivindicações, formas diferentes de distribuição de riqueza e de poder. No geral se dirigem ao Estado, pois é este que regula as normas de uso do solo urbano. Colocam em destaque como ele não cumpre com suas funções constitucionais, tanto de prover moradia digna como promover a função social da cidade. Reivindicam novos direitos, tendo como horizonte o direito à cidade e a possibilidade de participar das decisões para além do momento do voto. Resistem contra a usurpação de direitos já institucionalmente reconhecidos, como o direito à moradia, e pela aplicação da função social da cidade e da propriedade (Rodrigues, Os geógrafos na luta pela cidade como direito, 2013, p. 16).

Ferreira (2011) ponderou sobre o fato de que, no Brasil, os movimentos sociais urbanos não usam a força, concentrando-se na mobilização e pressão ao poder público para a conquista de suas reivindicações e argumentou que os movimentos sociais urbanos

(...) se colocam em oposição à determinada situação do cotidiano, tentando – a partir de sua organização – transformar aquilo que lhes aflige, podendo para isso usar a força ou a coerção. (...) referimo-nos a uma ação coletiva decorrente de uma luta social, política, econômica ou cultural (Ferreira A. , 2011, p. 253).

De modo geral, essas definições não se opõem à argumentação de Tarrow:

(...) que el mejor modo de definir a los movimientos es como desafíos colectivos planteados por personas que comparten objetivos comunes y solidaridad en una interacción mantenida con las élites, los oponentes y las autoridades. Esta definición tiene cuatro propiedades empíricas: desafío colectivo, objetivos comunes, solidaridad e interacción mantenida (Tarrow, 1997, p. 21).

Os movimentos sociais diferem-se das ações coletivas e ativismos sociais (embora se constituam num subconjunto dos mesmos) – que muitas vezes são organizados por entidades de classes, a exemplo de associações de moradores – que buscam atender às demandas imediatas dos associados. Ademais os movimentos sociais não se assemelham também a ativismos sociais emergentes e efêmeros – que apesar de possuírem grande poder de mostrarem-se à mídia e de pressão popular, não são necessariamente fruto da uma ação de um movimento social.

A perspectiva de Souza, resguardada pelas discussões de Touraine (1973) e Castells (1972), aponta que as ações coletivas constituem um amplo conjunto de ações sociais, das quais fazem parte os ativismos sociais e os movimentos sociais, de modo que o elemento que os distingue essencialmente “[...] é a maior ou menor amplitude do conjunto de fenômenos considerados” (Souza M. L., 2009, p. 12).

O movimento social é algo mais específico, enquanto o ativismo social, bem como as ações coletivas são mais amplas, constituindo todo o conjunto das mobilizações sociais ou cidadãos (Figura 6). Não se trata nem da questão da escala política de atuação, nem tampouco do porte das mobilizações sociais, mas sim de indicar que nem toda ação social deriva de um movimento social, embora um movimento social ou vários deles possam atuar em ações coletivas, ativismos e mobilizações sociais, a fim de fortalecer outras lutas que não são necessariamente as lutas objetivadas pelo movimento social.

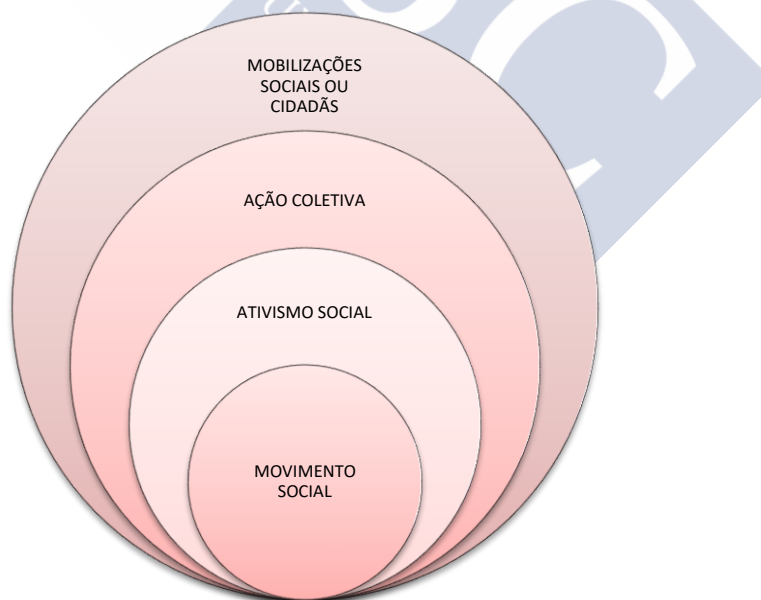


Figura 6 Ações sociais: relações entre os principais conceitos constituintes
Fonte: Souza (2009), Blanco (1996), Montañó e Duriguetto (2011). Elaboração: Oriana Araujo

Apesar de tênues, as distinções precisam ser realizadas, a fim de compreender que nem toda manifestação da sociedade por habitação na Bahia, por exemplo, representa um movimento social de luta por habitação no município onde ocorrerá.

Da mesma forma, não se pode deixar de considerar que os ativismos são sintomáticos da grave crise habitacional que o Estado da Bahia, assim como o Brasil,

provocaram ao longo de seu histórico de desassistência habitacional às camadas mais pobres da sociedade.

Dos elementos que constituem o conjunto dos fenômenos analisados que caracterizam e diferenciam essencialmente os ‘verdadeiros’ movimentos sociais de outros, bem como dos ativismos, mobilizações sociais e das ações coletivas, com base na perspectiva de Souza (2009), que busca situar conceitualmente esses termos, ampliada a partir das observações de Montaño e Duriguetto (2011), de Rodrigues (2013), que faz uma abordagem mais específica dos movimentos sociais urbanos, propondo uma leitura mais plural e focada na multiplicidade de movimentos e de perspectivas reivindicatórias, de Calheiros e Duque (2015), que refletem sobre as transformações nos movimentos sociais e a conjuntura atual desse início de século XXI, destacam-se os seguintes (Quadro 2):

Quadro 2 Elementos constituintes dos movimentos sociais

- Durabilidade da ação e sua possibilidade de relativização ante a objetivação de cada movimento;
- Conquista ou a defesa de direitos considerados essenciais e, portanto, inalienáveis;
- Organização coletiva da ação; Caráter público da ação;
- Convite à cidadania e participação dos próprios sujeitos portadores de certa identidade/ necessidade/ reivindicação/ pertencimento de classe;
- Ação fundamentada efetivamente em princípios e valores como liberdade, igualdade e justiça, requerendo formas diferenciadas de distribuição de riqueza e de poder - luta pela descentralização do poder; ou, mais especificamente, como preferem os zapatistas, ação fundamentada na defesa e direito do/ao ‘território, dignidade e autonomia’ e no princípio de ‘mandar obedecendo’;
- Elevado senso crítico em relação ao *status quo* e capacidade analítica sobre os fatores estruturais e conjunturais que conduzem aos problemas sociais contra os quais organizam as lutas; luta contra injustiças decorrentes das contradições políticas, econômicas, sociais e culturais; o confronto ou defesa das instituições;
- Questionamento profundo da ordem sócio-espacial vigente e busca pela superação de seus aspectos negativos fundamentais;
- Busca de alternativas ante soluções únicas e perspectivas de esgotamento indicadas;
- Capacidade de denúncia e resistência aos problemas profundos da sociedade em que atuam: racismo, homofobia, superexploração do trabalho, opressão de gênero, marginalização social, dentre outros; poder transformador mediante realidades hostis;
- Ambição social da ação, da qual se destaca o caráter emancipatório da ação, visto que nem todo movimento social possui efetivamente caráter emancipatório, a exemplo do nazismo alemão;
- Geralmente os movimentos populares urbanos, dirigem-se ao Estado - que regula o uso do solo urbano -, evidenciando o não cumprimento das suas funções constitucionais, a exemplo da promoção da função social da cidade e do provimento de moradias dignas;
- Afastamento dos poderes estabelecidos.

Fonte: Souza (2009) e Montaño e Duriguetto (2011), Calheiros e Duque (2015; 2013), Rodrigues (2013). Elaboração: Oriana Araujo, 2016.

Blanco (1996) sugere que se considere o fenômeno dos movimentos sociais como processos de construção social da realidade, no qual se toma consciência da usurpação como questão social⁸, definindo-os como “(...) el proceso de (re)constituición de una identidad colectiva, fuera del ámbito de la política institucional, por el cual se dota de sentido a la acción individual y colectiva” (Blanco, 1996, p. 01).

Para a autora o movimento social corresponde a uma produção alternativa de sentido, de uma identificação alternativa, para a transformação da ordem social, quando a dissonância ou incerteza entre preferências e expectativas coloca as pessoas excluídas da identidade coletiva ou ação política de uma sociedade num dado momento, onde a

⁸ A autora recorre a Norbert Lechner (1990) para tratar da formação de consciência da usurpação.

voz desses indivíduos não é ouvida, num processo em que a rede de relações e a capacidade de mobilização são fundamentais (muito mais que a institucionalização).

Tal assertiva impõe a reflexão nada simples a respeito da relação entre os movimentos sociais e o Estado, especialmente em sociedades como a brasileira, na qual a eleição de um presidente de esquerda e de sua sucessora nas primeiras décadas do século XXI, caracterizando governos mais progressistas, de certa forma representou esperanças em dias melhores para os movimentos sociais que arrefeceram no período do governo Lula e Dilma o potencial questionador emergente, na busca de soluções negociadas, que não aconteceram na escala esperada.

Cumprir investigar se houve um arrefecimento das pressões sociais advindas dos movimentos de luta por habitação na Bahia nesse período ou se mantiveram suas ações, apesar do Estado, como se supõe.

Outro elemento importante a ser considerado diz respeito às contradições internas nos movimentos sociais, em suas culturas e práticas políticas, bem como das ambiguidades, autoritarismos e personalismos de algumas lideranças (Souza M. L., 2006), (Santos R. E., 2011).

Da ação dos movimentos sociais podem emergir uma série de transformações; dessas, as implicações no território interessam especialmente a esse estudo. Para isso, há desafios a serem enfrentados pelos movimentos sociais:

El principal reto de los movimientos social es por lo tanto, la expansión de su autonomía, la profundización de las prácticas sociales emancipatorias, la construcción de nuevos imaginarios e ideas así como la transformación radical de las relaciones de poder e nun sentido radicalmente democrático. (Ocampo y Hoetmer, apud Zibechi, 2007, p.11).

Das contribuições de Porto-Gonçalves (1998; 2006; 2010), se depreende que o próprio movimento social já implica em mudança, capaz de inscrever na terra uma escrita própria, outra forma de grafar o espaço, numa geograficidade do social, a partir do surgimento de novos protagonistas, de novos campos de força política, de poder, de modo a produzir práticas emancipatórias:

[...] todo movimento social é portador, em algum grau, de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares. [...].

Enfim, os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade. A Geografia, deste modo, de substantivo se transforma em verbo – ato de marcar a terra. [...]

Final, movimento é, literalmente, mudança de lugar e, assim, todo movimento social é, de alguma forma, em maior ou menor grau, portador de uma outra configuração social possível. (Porto-Gonçalves, 2006, p. 20-21).

Nesse sentido, ainda segundo o autor, ao ‘geografar’ a terra sob suas intenções, suas perspectivas reivindicatórias, os movimentos sociais contestam as contradições sociais, protagonizando o questionamento sobre o que é, a forma como está, na projeção de como a realidade pode vir a ser e o que a impede de vir a ser, ou seja, são os portadores do inconformismo indutor de mudanças que não interessam ao pensamento conservador (ávido pela ‘manutenção da ordem vigente’).

O protagonismo pode ser pensado a partir do exemplo da metáfora da revolta do coro, de J. Nun (1989) citado por Blanco (1996): uma possibilidade de que os assistentes das peças teatrais gregas requisitassem que a tragédia representada no centro do cenário não é a que preferem, ou quando são retirados do cenário (nunca participam, porque só os heróis gregos se relacionavam com os deuses e partiam em busca de aventuras, do poder e da glória). Assim, o coro passa a desejar a mudança da tragédia e

a exigir novos papéis para si, como têm feito os povos originários da América Latina, a partir de lutas e as perspectivas emancipatórias de que trata Porto-Gonçalves (2010).

Zibechi (2007) argumentou que há, entre os diversos movimentos sociais da América Latina, as seguintes características comuns: 1. A territorialização da luta, recuperando ou conquistando espaços; 2. Tendência à autonomia em relação ao Estado e a partidos políticos (depende de sua capacidade de auxílio à subsistência aos seguidores); 3. A revalorização da cultura, da identidade dos povos e da afirmação das diferenças étnicas e de gênero; 4. Capacidade de formar seus próprios intelectuais; 5. As mulheres desempenham papel fundamental nos movimentos; 6. Preocupação com a relação com a natureza e a organização do trabalho de modo mais horizontal e igualitária.

Dessas características, destaca as novas territorialidades como o principal marco diferenciador dos movimentos latino-americanos. No âmbito das experiências autogestionárias em relação ao trabalho, Zibechi (2007) apontou a atuação dos trabalhadores na recuperação de empresas falidas, a exemplo do caso da cerâmica Zanón na Argentina e a constituição e atuação da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão) no Brasil, como modelos de que ‘outro mundo é possível’, inclusive no âmbito da produção. A ANTEAG até 2008, atuava em 15 Estados brasileiros, agrupava cerca de 265 empresas e 35.000 trabalhadores (Carvalho M. C., 2012).

No caso dos movimentos de luta por terra, por território urbano ou rural, o território se constitui num trunfo para os movimentos, uma vez que sua luta não apenas se territorializa, como também ocorre no território e por território, resultando além das territorialidades visíveis também em espacialidades que ficam marcadas na memória coletiva ativando discussões sobre outras possibilidades políticas de uso e gestão do espaço, de modo que os movimentos socioterritoriais são sempre socioespaciais, mas os movimentos socioespaciais não são sempre socioterritoriais (Fernandes, 2000, 2005; Martin, 1997).

Ao refletir sobre as explicações da socióloga Scherer-Warren (1993) a respeito de um denominador comum para os movimentos sociais do campo e da cidade, Martin (1997), enfatizou que não se trata apenas de lutas cidadãs, mas de lutas com caráter essencialmente espaciais, constituindo-se em movimentos socioespaciais:

Contudo, mais do que um abstrato “espaço da cidadania”, o ponto comum desses movimentos é, simplesmente, a luta pelo direito ao espaço concreto: o espaço de vida e/ou do trabalho que é sempre a sua base e o seu trunfo, a atividade fundamental desses movimentos. É por esse fato que eles não são somente sociais, mas também espaciais, que podem ser denominados de movimentos “socioespaciais”. E isto não é uma redundância e tampouco um “pleonismo”, como foi, em certa medida, dito para Jacques Scheibling (1994). (Martin, 1997, p.08).

Nesse sentido, privilegiou-se a expressão movimentos socioterritoriais, conforme discutida por Fernandes (2000; 2005), que embora identifique os movimentos sociais e os movimentos socioterritoriais como “[...] um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade” (Fernandes, 2005, p. 31), indica que sua diferença essencial é que para os movimentos socioterritoriais, a terra é um trunfo: “Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência.” (p. 31). Por isso, dissocia as ONGS (Organizações Não-Governamentais), associações e outros movimentos que considera socioespaciais dos movimentos socioterritoriais.

Para Neves (2004, p. 38) “Os movimentos sócio-espaciais e sócio-territoriais seriam, para a geografia, o mesmo que os movimentos sociais para a sociologia, vistos por um outro aspecto”.

É importante destacar a ideia de território como trunfo, no sentido de objeto de luta, desejo de conquista, mas especialmente, como essencial para a existência: ter um espaço que ofereça abrigo contra as intempéries é, no mínimo, necessário. Não é um luxo. Não deveria ser inacessível a nenhum ser humano.

Mais que isso, ter um lugar que ofereça proteção, sensação de bem estar, um lar, uma casa, uma moradia para se viver é uma necessidade imediata humana. Trata-se de disputa por um espaço para a vida, para a sobrevivência, de um espaço mesmo vital, conforme já o dissera Ratzel, mas numa escala nanoterritorial, como defende Souza (2013). Em igual sentido há importantes movimentos internacionais por um ‘salário vital’ global, que vêm sendo pouco mostrados na mídia, uma vez que buscam direitos econômicos (Harvey, Espaços de esperança, 2013).

Moradia é uma das necessidades básicas que muita gente não consegue suprir, porque não possui o dinheiro para adquirir os ‘bens’ necessários e, atualmente, praticamente tudo (especialmente para quem não detém nenhum meio de produção), precisa ser comprado; portanto, há várias pessoas que estão excluídas e, simplesmente, estão à parte do mercado e relegadas à própria sorte devido à parca atuação do Estado.

No caso dos Sem-teto, estão literalmente fora, excluídos, sem abrigo, pelas ruas, ou vivendo de favor com amigos e parentes ou acolhidos em abrigos mantidos por entidades religiosas e às vezes, pelo Estado. Confirmam a assertiva de Haesbaert (2010) de que a ideia da desterritorialização mesmo potencializada como no caso dos Sem-teto implica sempre uma nova reterritorialização, não sendo, portanto desterritorialização de fato, razão pela qual defende que a desterritorialização é um mito. Ou ainda, insurgem-se e lutam pela conquista da moradia, associando-se ou organizando os movimentos de luta por habitação.

Para Zibechi (2007), a luta resulta na criação de um ‘mundo novo real e possível’, baseado em novas relações humanas, que até já existe, mas ainda é relativamente frágil e incipiente e sua expansão depende de defesa, porque inimigos poderosos tentam destruí-lo.

O sentido de resistência nem sempre foi uma lógica predominante entre os mais pobres, sobrepondo-se o sentido de sobrevivência. Nesse início de século XXI, os movimentos de luta por habitação no Brasil se fortaleceram, atuando com mais ênfase, maior organização e poder de visibilização da causa, que sofria de ‘invisibilização’ forjada pelos agentes hegemônicos da produção do espaço urbano, aos quais interessa a manutenção do *status quo*.

A luta dos ‘Sem-teto’ no Brasil não é só por moradia, mas sim por uma sociedade mais justa. A relação de forças é desigual: não controlam a mídia de massa, não possuem a simpatia do judiciário, sofrem todo tipo de preconceito social.

O despertar da população excluída, sua motivação e mobilização para a luta sugere que há uma nova consciência política em curso e já se sabe que não basta lutar para sobreviver, é preciso lutar para viver, para acessar os mais diversos bens produzidos pela humanidade, dos quais a moradia e o acesso à cidade é prioridade para os Sem-teto. Lógico que essa consciência de direitos e disposição para a luta ainda não atingiu todos os excluídos, porque se assim o fosse haveria uma revolução social no Brasil.

O processo de adesão à luta não é simples como se pode supor, já que depende, dentre outras questões, da assunção de uma condição de pobreza, além do estabelecimento de identidade com os pares e com a luta, requerendo forte grau de politização e consciência da usurpação de direitos que só é possível quando o indivíduo

compreende a sua condição de igualdade (Izaguirre, 2004). Guimarães (2015) reitera que

[...] não é fácil conciliar a urgência no atendimento às necessidades imediatas relacionadas à sobrevivência do núcleo familiar com a disposição e a disponibilidade para participar de lutas coletivas que podem demandar tempos mais largos. Ademais, também é bastante forte o apelo ao individualismo e às soluções isoladas em contraposição à construção de vias coletivas, o que constitui entraves à organização dos movimentos sociais urbanos. (Guimarães M. C., 2015, p. 731).

Para Santos (2011) trata-se de ativar mobilizações para a luta, o que decorre de uma série de bem sucedidas estratégias elaboradas pelo movimento social, que no entendimento de Tarrow (1997) corresponde a um dos problemas contornados pelos movimentos sociais:

(...) como coordinar a poblaciones desorganizadas, autónomas y dispersas de cara a una acción común y mantenida. Los movimientos resuelven el problema respondiendo a las oportunidades políticas a través del uso de formas conocidas, modulares, de acción colectiva, movilizand o a la gente en el seno de redes sociales y a través de supuestos culturales compartidos. (Tarrow, 1997, p. 33).

As capacidades de articulação, de formação política, de elaboração de táticas dos movimentos de Sem-teto informam que as coisas podem e devem ser de outro jeito, calcadas em outras lógicas, mais solidárias, menos perversas: não se pode aceitar a omissão do Estado no cumprimento dos direitos constitucionais, como se fez ao longo de décadas no Brasil.

2.2.2 Enfoques teóricos dos movimentos sociais

Em rápida revisão sobre as teorias que buscaram ‘explicar’ os movimentos sociais na década de 1970, Mellucci (1989) afirmou que criaram alguns dualismos, como os seguintes:

Isolamento/solidariedade - cujos autores consideram que a ação coletiva resulta da desintegração social, de modo que os desamparados ‘isolados’ passaram a se organizar; tal perspectiva, na concepção de Mellucci (1989), acabou por reduzir tal ação a uma reação patológica e à marginalidade; enquanto a solidariedade indicava a expressão de interesses comuns, especialmente relacionados aos interesses de classes, por exemplo. O autor considera ainda que essa abordagem não explica como passar da condição de classe à consciência de classe (problema do marxismo), ou ainda, como um ator coletivo é formado e mantido.

Estrutura/motivação – os movimentos seriam produto da lógica do sistema ou de crenças pessoais. A ênfase estaria no contexto socioeconômico e na ideologia ou valores.

Para Mellucci (1989), abordagens como as de Touraine e Habermas ainda na década de 1970, avançaram em relação aos dualismos isolamento/solidariedade; estrutura/motivação, ao atribuir a formação desses novos atores às mudanças ocorridas no capitalismo pós-industrial, numa perspectiva mais estrutural, mais sistêmica, embora para o autor, apesar de tais abordagens explicarem porque os movimentos se formam, não explicam como os movimentos se formam e mantêm suas estruturas, de modo que a análise estaria mais concentrada nas relações sistêmicas do que na lógica dos atores; alertou que a ação não pode ser analisada apenas a partir das contradições estruturais e indicou:

A ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de

oportunidades e coerções. Os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites. É por isso que a organização se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas. (Mellucci, 1989, p. 52).

O autor destacou o ganho de se considerar os ‘porquês’ advindos dos enfoques dos anos 70, que associados ao ‘como’, resultariam em estudos com perspectivas mais abrangentes, como no paradigma de interação múltipla [indicado por Kriesberg], mas essas análises focaram em demasia a dimensão política, reduzindo os conflitos sociais ao protesto político, que pode promover mudanças econômicas.

Embora seja tentadora a abordagem a partir da dimensão da pobreza e miséria em que se encontram muitos dos militantes dos movimentos sociais, é importante considerar os elementos indicados por Scherer-Warren (2003), explicitando razões pelas quais não se pode defini-los a partir apenas das questões relacionadas à pobreza, uma vez que de modo geral, as explicações para a pobreza como fator determinante podem ser refutadas conforme os argumentos do Quadro 3, o que pressupõe a consideração de outros elementos na constituição e atuação dos ‘movimentos cidadãos’.

Gohn (2010) apresentou uma rica proposta para a análise dos movimentos sociais, de cunho sociológico, indicando categorias de análise, fases e tipos de movimentos sociais. Porém na análise aqui efetuada sobre as territorialidades dos movimentos sociais urbanos na Bahia, os movimentos sociais de luta por habitação não são tomados como uma categoria de análise (como na Sociologia), ou mesmo como indica Fernandes (2005), na Geografia, mas como um agente social fundamental na produção do espaço urbano.

Sistematizou-se a perspectiva de Gohn (2012) ao indicar cinco grandes enfoques teóricos dos movimentos sociais na contemporaneidade, apresentados no Quadro 4.

A perspectiva apresentada por Falero apontou a necessidade de astúcia intelectual, traduzida em destreza no tratamento teórico-empírico na pesquisa sobre os movimentos sociais na América Latina, a fim de fugir da repetição e enunciou grandes eixos de discussão, dos quais interessa destacar o ‘estabelecimento de conexões com o plano territorial’, ao questionar: “Como pensar processos de socialização sem pensar a espacialização da luta? Os exemplos possíveis são múltiplos, mas o que interessa ver é como o espaço está envolvido na própria produção das ações” (Falero, 2012 , p. 45).

Enquanto agente social complexo e de suma importância para a equidade social no Brasil, os movimentos sociais de luta por habitação popular apresentam-se como portadores da necessária fonte de questionamento e pressão política da ‘ordem’ social excludente que impera no país, a partir da organização e mobilização dos excluídos para a luta por inclusão social, inicialmente pela conquista da moradia e outros direitos para uma vida digna.

Quadro 3 Abordagens da pobreza e relação com movimentos cidadãos

Teoria	Autor (es) proponentes ou basilares da teoria/ Período/ Cerne da questão da pobreza	Crítica e principais críticos	Explicação para a pobreza	Negação
Teoria da cultura da pobreza	Oscar Lewis (Década de 1960) Questão cultural	Fatalista, tradicionalista. Janice Perlman e Manuel Castells	Falta de ambição; Passividade política.	A pobreza é produto do capitalismo e o mito da passividade dos pobres é uma forma de controle dos mesmos.
Modelo das estratégias de sobrevivência	James Scott (Década de 1980). Vítima social	Reducionista. Escobar e Friedmann.	Busca de sobrevivência (papel ativo), mas degradante: esmola, prostituição.	Em circunstâncias favoráveis, os pobres podem usar as oportunidades para se melhorarem e a seus grupos, empoderando-se.
Teoria da politização dos pobres	Castells e Teologia da Libertação (América Latina). (Décadas de 1970-1980). Integração social subalterna	Assistencialismo e associativismo. Asef Bayat	Apesar de subalternos, os pobres podem lutar e conquistar serviços e consumos coletivos.	Dificuldade em transformar a luta por serviços e bens em mobilização política.
Paradigma da resistência dos pobres	Baseado em Foucault e Gramsci. (Décadas de 1980-1990)	Indefinição conceitual Nas ações coletivas a resistência é um ato político intencional. Asef Bayat e James Scott	Onde há poder, há resistência, mesmo que não haja ação coletiva, mas formas alternativas.	Se os pobres são resistentes porque se preocupar com seu empoderamento?
Teoria da política de rua	Asef Bayat (Década de 1990)	Naturalização do pobre como ator pré-político, cuja indignação política é casual; são 'dependentes' de mediações externas, sem condições de empoderamento. Ilse Scherer-Warren	Na busca pela sobrevivência, os pobres (rebeldes silenciosos) praticam transgressões silenciosas e constroem redes sociais passivas (ocupam espaços para trabalho e moradia, por exemplo); se forem ameaçados buscam comunicar-se e cooperar-se, originando manifestações coletivas de resistência, podendo tornar-se um ator político articulado a movimentos sociais mais amplos.	Os pobres não são rebeldes silenciosos que resistem apenas quando são ameaçados, mas em múltiplos lócus de sociabilidade política e de resgate de cidadania.

Fonte: Scherer-Warren (2003). Elaborado por Oriana Araujo.

Quadro 4 Enfoques teóricos dos movimentos sociais na contemporaneidade

Eixos culturais	Relacionam-se às identidades atribuídas ou adquiridas, cujos vínculos e ações, de modo reflexo, advém e promovem sentidos e significados do próprio agir coletivo.
Justiça social	Relacionam-se ao reconhecimento das diferenças e desigualdades e na redistribuição de bens e riquezas para compensar injustiças.
Resistência, autonomia e novas formas de luta contra o neoliberalismo	Crítica às lutas por integração social, conclamando a uma reflexão sobre a própria existência, constituindo-se em movimentos de reinterpretação.
Teoria Pós-colonial, da descolonização ou das racionalidades alternativas	Propõe a descolonização do saber e do poder. Denúncia à herança colonial e naturalização da injustiça e exploração dos mais pobres. O movimento social impulsiona uma ética da libertação, que culminaria na autonomia e emancipação dos oprimidos.
Institucionalização das ações coletivas	Foca questões relacionadas à institucionalização dos movimentos, administração e oportunidades políticas. Maior preocupação da governança no/sobre o movimento e a participação.

Fonte: Gohn (2012). Elaboração: Oriana Araujo.

Os movimentos sociais produzem práticas espaciais insurgentes, constituindo-se nos movimentos emancipatórios aos quais Souza (2009) se refere, de modo que são ainda portadores da esperança de que outro mundo é possível, como constatará Bernardes (2006) e Harvey (2013). Sua mobilização representa o poder que emana da organização da população excluída, cuja força pode avolumar-se para além da pressão política, para a efetivação de suas reivindicações, conforme discutiram Silva (1992) e Ferreira (2011).

2.3 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES CONSTITUÍDAS NA QUESTÃO DA HABITAÇÃO

As pessoas e as famílias que estão Sem-teto, organizadas num movimento social, enfrentam uma batalha coletiva contra os agentes hegemônicos atuais pela obtenção de seu território de moradia: seu espaço de ter, sua terra, seu terreno, onde possam viver e exercer sua territorialidade mínima, corroborando a assertiva de que

Os homens têm necessidade, para dar um sentido à sua presença neste mundo, de se assimilar a um território que é, para eles, um refúgio e um espaço onde se sentem protegidos, conhecidos e reconhecidos. (Claval, 1999, p. 90).

O vocábulo território deriva do latim *terra* e *torium*, que significa terra pertencente a alguém (Corrêa, 1994, apud Silveira, 2013), mas pertencer não está necessariamente vinculado à propriedade da terra, mas à apropriação (Silveira, 2013).

Essas perspectivas são adjacentes à concepção de Foucault (1978) de que

Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder. (Foucault, 2007, p. 89).

O território não é apenas o lócus de relações de poder (político-econômico) através de mediações espaciais/domínio concreto de parcela do espaço, o TER; mas também, um meio de identificação e de reformulação de sentidos e de valores, o SER de cada grupo social, de modo que pode veicular poderes simbólicos capazes de ora reforçarem a segregação, ora ativar em múltiplas identidades, ora viabilizarem dinâmicas de convívio (Haesbaert, Identidades territoriais, 1999).

Saquet (2013) baseado em Jean Gottmann indicou as mudanças de significados que o território assumiu para as diferentes sociedades, mudando especialmente o seu sentido de território como ‘abrigo’ para território como ‘trampolim’ para oportunidades ou ‘receptáculo de investimentos econômicos’, como fruto do avanço das relações mercantis, onde as relações de poder ganharam força e ressignificaram as interpretações do território.

A partir de relações de poder, que estão relacionadas a questões ideológicas, ocorre a apropriação política do território e de seu uso: “A apropriação política ocorre institucionalmente, por meio do Estado, e nos movimentos sociais, como *comportamento coletivo* de resistência organizado territorialmente⁹.” (Saquet, 2013, p. 33).

Nesse sentido, cabe discutir a questão do poder como inerente aos campos de ação dos agentes hegemônicos e contra-hegemônicos, já que é produzido nas relações e a todo instante.

Na perspectiva de Brito (2008) o poder advém de relação consensual e, quando não há consensos, mas sim coação, não há hegemonia. Apesar dessa abordagem interessar especialmente por demonstrar que as formas de violência não sustentam eternamente os poderosos que as exercem, não é a perspectiva de poder que parece melhor se adequar aos estudos de movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais lidam com o presente e com o futuro imediato; seu devir é essa noite – quando estarão de vigília, sem saber se virão retirá-los – ou o amanhã, onde aguardarão os desdobramentos e consequências de suas lutas: a conquista ou a expulsão do território, a luta cotidiana pela sobrevivência, o convívio nem sempre fácil entre os ‘pares’; estão, eles próprios, sendo os vetores da mudança para a sociedade e novas relações de poder que almejam.

Foucault (1978) advertiu que o poder fora visto e aceito de modo ‘estreito e limitado’, a partir do jurídico, como a lei que diz não, que reprime, quando o poder é muito mais que isso, permeando todo o corpo social:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, masque de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (Foucault, 1978, p. 08)

Tarrow (1997) entende que em relação aos movimentos sociais o poder manifesta-se na união de forças de cidadãos para enfrentar as elites, as autoridades e seus antagonistas sociais, de modo que criar, coordenar e manter esta interação é contribuição específica dos movimentos sociais fazendo surgir as oportunidades políticas para a intervenção desses agentes.

No caso dos Sem-teto no Brasil, as oportunidades políticas são criadas a partir de diferentes ações para pressionar os demais agentes, uma vez que dificilmente são consentidas ante o reconhecimento de sua importância.

Saquet (2013) sistematizou e apresentou os seguintes elementos da reflexão de Foucault sobre o poder:

- ✓ Com o termo poder me parece que se deve entender a multiplicidade de relações de forças inerentes ao campo no qual se exercitam (...); o jogo que, através de lutas incessantes, transforma-o, reforça-o, inverte-o; o apoio que estas relações de forças encontram umas nas outras (...).
- ✓ o poder não é alguma coisa que se adquire (...); o poder se exercita a partir de inumeráveis pontos e no jogo de relações desiguais e móveis;
- ✓ as relações de poder não estão em posição de exterioridade com relação a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais), mas são imanentes; (...) têm, onde estão presentes, um papel diretamente produtivo;

⁹ O autor remete à Alberto Magnachi (1976) como um dos pioneiros na abordagem renovada do território.

- ✓ o poder vem de baixo. (...) é preciso imaginar que as relações de força que se formam e operam nos aparatos de produção, nas famílias, nos grupos restritos, nas instituições, servem de suporte a amplos efeitos que percorrem o conjunto da sociedade (...);
- ✓ as relações de poder são, contemporaneamente, intencionais e não subjetivas (...);
- ✓ onde há poder há resistência (...). Isto significa o caráter estritamente relacional das relações de poder (...). (Foucault, 1978, p. 82-85, citado por Saquet, 2013, p. 32).

Côncios de que não serão incluídos magicamente no mercado de moradias no Brasil, os militantes dos movimentos de luta por habitação travam no território e por território, sua luta por mudanças nas relações de poder que dominam o Estado e o mercado, já que o território é base material para a vida:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistema de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele flui. (Santos M. , Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal, 2002, p. 96)

Fernandes (2005, p. 26) discutiu a necessidade da realização de estudos relacionados aos movimentos sociais e suas espacialidades: “Hoje, frente aos intensos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais, urge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades”.

Numa perspectiva convergente, Silveira indicou que desde a Antropogeografia de Ratzel à Geografia Política, entende-se que o território é o resultado da ação humana e “(...) tal apropriação de um pedaço da crosta terrestre cria, ao mesmo tempo, sua identidade e qualidade”, de modo que o território é uma ‘extensão apropriada e usada’ e a territorialidade “(...) como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. É um sentimento de exclusividade e limite (...)” (Silveira, 2013 , pp. 40-39).

O território é o conceito de análise na Geografia que incorpora reflexões sobre o poder, de modo que: “[...] o poder, sua conquista, seu exercício e sua configuração estão sempre associados ou rebatidos sobre um plano espacial” (Gomes P. C., 2010, p. 139). Assim, os impasses e os pactos político-sociais também podem ser analisados ante a perspectiva do território, a exemplo dos que ocorrem no âmbito da atuação dos movimentos socioterritoriais de luta pela habitação popular na Bahia, considerando a indicação de que

Este [o território] é uma aposta entre poderes, disputado, apropriado, ameaçado, povoado, explorado; ele integra uma dimensão natural (a extensão-suporte), uma dimensão sociopolítica (os sistemas de controle ou de apropriação do qual ele é objeto) e uma dimensão cultural (a carga simbólica de que ele se reveste para os indivíduos ou grupos que nele capturam uma parte ou a totalidade de sua identidade) (Claval, 1999, p. 79).

O questionamento exercido pelos movimentos de luta por habitação sobre a apropriação do solo urbano e dos imóveis urbanos para fins diversos que não a moradia e, no caso baiano, essencialmente o uso especulativo do solo e imóveis urbanos, bem como da pouca intervenção pública para sanar a demanda dos mais pobres por habitação nas médias e grandes cidades baianas demonstra o sentido do território e das territorialidades conforme concebu Saquet:

O território funda-se em relações e conflitos, contradições e é substantivado, simultaneamente, pela unidade. Há ao mesmo tempo, em sua composição, diversidade e unidade, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças; tempos e temporalidades (ritmos) e territorialidades (...).

(...)

O território só se efetiva quando os indivíduos são e estão em relação com outros indivíduos; significa, por isso, interação plural, multiforme; relação, reciprocidade e unidade; significa territorialidade(s). (Saquet, 2013, p. 162-163).

Para Fernandes (2005) a intencionalidade das relações sociais fragmenta o espaço e sua representação pode ser material ou imaterial, de modo que pode ser projetado como o todo, embora seja uma parte (resultado da ação de uma visão de mundo), produzindo-se então o território – que é, ao mesmo tempo, convenção e confrontação; possui limites, fronteiras, é um espaço de conflitualidades:

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (Fernandes, 2005, p. 27).

No ponto de vista desse autor, todo território é espaço, mas nem todo espaço é território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico, que pode conter diversos territórios, constituindo o que Haesbaert (Ibid) chamou de multiterritorialidades: “As relações sociais (intencionalidades) transformam o espaço em território e determinam sua existência e sua destruição” (Fernandes, 2005, p. 28). Contém elementos da natureza, os espaços produzidos pelas relações sociais e também os imateriais, como o conhecimento, que são trunfos (Raffestin, 1993); suas propriedades são tão dinâmicas quanto as sociedades que modelam o território:

Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização (Fernandes, 2005, p. 28).

Tais ideias convergem com a perspectiva de Raffestin (1993), apesar de sua abordagem quantitativa, de que o território é produzido a partir do espaço devido à ação de apropriação concreta ou abstrata efetivada por atores que a ele se vincula influenciando-o enquanto é influenciada, permeadas por relações de poder.

No caso brasileiro, Saquet (2013, p.164) advertiu que “As forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a desterritorialidade e as *novas* territorialidades, num único movimento, complexo e heterogêneo” sendo necessário que se tenha uma nova sociedade para um novo território e vice-versa, para que ocorra melhoria na qualidade de vida a partir de resistências no território capazes de acabar com o poder que desumaniza, para outras formas ético-políticas capazes de atender às aspirações, desejos e necessidades dos indivíduos, promovendo sua autonomia.

Essas resistências são características dos movimentos sociais de luta por habitação que combatem a exclusão do acesso ao território a que são submetidos os seus militantes, reiterando o que indicou Martin (1997):

Os MSE são vetores da reterritorialização dos marginalizados que são também e sobretudo “irreverentes” em relação a ordem espacial estabelecida (Martin, 1997, p. 11).

Sack (2013) considerou que a territorialidade é uma estratégia – que pode ou não ser acionada – para o acesso diferenciado a pessoas, coisas e relações, de modo que se alista aos contextos, aos objetivos e motivações e não a um enraizamento biológico, a algo instintivo;

significa que a territorialidade humana é construída socialmente, a partir de múltiplas vontades, razões e significados, de modo que jamais é neutra:

(...) territorialidade será definida como a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Essa área será chamada de território. (...) territórios requerem esforço constantes para estabelecê-los e mantê-los (Sack, 2013, p. 78).

Para o autor, são características interdependentes da territorialidade: Classificação por área, comunicação pelo uso de um limite (fronteira, marco ou sinal), controle/ imposição de níveis de acesso à área ou a coisas dentro e fora da área, de modo que:

[...] interação humana, movimento e contato são também casos de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as idéias e ações dos outros e o acesso deles a recursos. Relações espaciais humanas são os resultados de influência e poder. Territorialidade é a forma espacial primária que o poder assume (Sack, 2013, p.87-88).

A abordagem desses autores assemelha-se à concepção de que a territorialidade “(...) reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral (...) por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (Raffestin, 1993, p. 158), que são sempre relações de poder entre os diversos atores sociais e com a natureza.

Na análise das possíveis territorialidades constituídas pelos movimentos de luta pela habitação popular na Bahia, observa-se que correspondem às contrarrazões ou racionalidades concorrentes (Santos M. , 2012), necessárias à elaboração de uma consciência universal a respeito dos ditames da globalização, da violência e da tirania do dinheiro que, conflituosamente, do ponto de vista da racionalidade dominante constituem as ‘irracionalidades’ (Santos M. , 2002).

Silveira (2013) citou o geógrafo brasileiro Roberto Lobato Corrêa, que discute as dimensões políticas e afetivas da apropriação territorial, das quais resultam as territorialidades enquanto conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas que garantem a um agente social a apropriação e permanência num território.

A luta pessoal, feita de modo isolado é muito desigual, mas torna-se mais forte quando feita coletivamente e, a exemplo do que ocorre na geopolítica internacional na relação entre países desenvolvidos e não desenvolvidos, a comparação de forças nessa batalha entre agentes hegemônicos e contra-hegemônicos é desleal.

Por isso, a ‘guerra/ conflito’ é política, territorial e espacial; dificilmente será bélica devido à irrisória possibilidade armamentista dos movimentos sociais de luta por habitação ante os agentes hegemônicos brasileiros, dentre os quais se situa também (e paradoxalmente) o Estado, bem como a orientação para a paz presentes no imaginário da maior parte dos militantes.

Ante a retomada pela direita do poder político no Brasil em 2016, através de estratégias questionáveis, bem como do caráter impopular de suas ‘reformas’ notadamente neoliberais, além de seu descaso e escárnio que beiram o cinismo em declarações que minimizam os imensos protestos populares nas principais cidades do país, não surpreenderá se num futuro de médio prazo as manifestações já não forem tão pacíficas.

Ações mais enérgicas já vêm acontecendo em algumas cidades em que bancos, lojas de automóveis e grandes alvos capitalistas são quebrados, como forma de ação direta de destruição seletiva da propriedade privada por ‘jovens mascarados para desmascarar’ problemas ignorados após manifestações pacíficas, na tática Black Bloc no Brasil (Brum, 2016).

Parte da batalha dos Sem-teto tem sido travada no campo jurídico, mas aí igualmente temos a ‘contaminação’ elitista do judiciário brasileiro, que tende a proteger a propriedade privada e agir sem preocupações sociais quando delibera muito rapidamente sobre reintegrações de posse, conforme alertaram Porto-Gonçalves (2006) e Boulos (2012).

O combate é essencialmente político, no tensionamento com os agentes hegemônicos para a busca de soluções negociadas, associadas à territorialização da luta em ocupações diretas, além de espacial à medida que busca expor as reivindicações em diversas ações pela cidade, seja com painéis pintados, bandeiras fincadas, passeatas, obstrução de tráfego de veículos em avenidas estratégicas, busca de espaço na mídia local e nacional, dentre outras estratégias que ajudam a construir a espacialidade e a territorialidade dos movimentos sociais de luta pela habitação.

2.4 RELAÇÕES A SEREM ESTABELECIDAS OU AGENTES A SEREM ENFRENTADOS?

2.4.1 Promotores imobiliários, proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários

Como se sabe, a especulação imobiliária é o grande negócio dos proprietários de terrenos e de imóveis que não cumprem sua função social nas cidades. Interessa a esses agentes a subprodução de moradias e a interferência mínima do Estado na regulação do mercado, a fim de garantir o aumento dos preços devido à ampliação constante da demanda em detrimento da oferta. Harvey (2013) considera que no sistema capitalista, as ‘expectativas’ são dignas de respeito, mas que o ‘comportamento especulativo’ é desprezível.

Na perspectiva de Vainer (2011) pensar a cidade como mercadoria, como uma empresa ou uma pátria, como se fossem multinacionais, é submeter inteiramente a sociedade às diretrizes econômicas, fazendo dos prefeitos, mais do que ‘dirigentes políticos’ verdadeiros ‘vendedores ambulantes’ em busca de competitividade, ofertando garantias a investidores privados, ampliando a cidade empresarial e diminuindo o sentido de *pólis*, de espaço político.

Trata-se de gestar uma despolitização planejada, para que o cidadão esteja submetido à única saída possível para a crise, que seria a partir da competitividade da cidade. Essa sedução do mercado obviamente é urgente e não resta tempo para discutir o que fazer com os “grupos com escassa relevância estratégica”, de modo que os usuários insolventes da cidade mercadoria, produto de elite estrategicamente pensado para usuários solventes, estão simplesmente fora do processo (Vainer C. B., 2011).

Tornar a moradia um fator econômico interessa especialmente aos promotores imobiliários e fundiários. Trata-se do abandono da moradia como “(...) parte dos bens comuns que uma sociedade concorda em compartilhar ou prover para aqueles com menos recursos – ou seja, um meio de distribuição de riqueza”, para a concepção da habitação como um fator de ordem econômica, transmutando-a em mercadoria e ativo financeiro, numa clara “(...) submissão do conjunto das formas de existir nos territórios a uma única forma”, resultando “(...) na despossessão massiva de territórios, na criação de pobres urbanos “sem lugar” (Rolnik, 2015, pp. 32, 14, 16).

Corresponde a um processo típico do sistema capitalista, em que se reserva para aguardar o aumento dos lucros na negociação em momento oportuno. Assim, não são imóveis ociosos: são imóveis que possuem uma finalidade econômica e particular, mas são parasitas do ponto de vista social porque não possuem uma função social urbana, a exemplo da moradia que é uma necessidade de milhares de pessoas e se estabelece um forte paradoxo: há inúmeros imóveis vazios nas cidades e inúmeras pessoas sem moradia adequada, porque o único agente

regulador tem sido o mercado e a relação entre a demanda e a oferta é mediada pela renda das famílias.

A especulação imobiliária norteia a maior parte das ações de vários grupos econômicos e também de proprietários individualizados, de modo que tem sido muito aceita, sem grandes questionamentos pela sociedade brasileira que parece ter sido convencida de que esse modelo é acertado, mas sob ampla resistência dos movimentos de luta por habitação e de sociólogos, geógrafos, arquitetos, urbanistas e antropólogos, dentre outros estudiosos, que sabem muito bem que esse modelo conduz à segregação e exclusão socioterritorial, tornando as cidades brasileiras ainda mais desiguais.

Manuel Delgado chama de ‘brutalidade especulativa’ os despejos que ocorrem em diversos lugares do mundo em função da cobiça da especulação imobiliária (Delgado, 2016). Trata-se de brutalidade especulativa associada ao descaso público que resulta em desumanidade.

Esse processo acompanhado da ampliação dos preços dos imóveis em descompasso com os aportes salariais têm tornado a moradia um bem de difícil acesso em países como a Espanha, onde um bem-estar imaturo começou a se dismantelar caso não haja intervenções públicas e políticas que promovam a construção de habitações a fim de atender à população de menor renda e conter a escalada dos preços (Rodríguez, 2003).

Nesse país observa-se a diferença do tratamento que a sociedade atribui aos males que afetam a todos, à medida que a *alcadesa* (prefeita) de Madri, Manuela Carmena (El Mundo, 2015), fora eleita em 2015 devido, em grande parte à projeção de sua atuação contra os despejos, deixando clara a exigência da sociedade para que o Estado se posicione a favor dos mais pobres e que é possível evitar a sua expulsão quando o poder público opta pela defesa da sociedade em detrimento dos interesses imobiliários.

Os promotores imobiliários, de posse de um preço máximo para o gasto com cada moradia, tratam de utilizar os piores materiais de construção, barateando o valor de cada unidade habitacional e maximizando os seus lucros. Há fortes evidências de superfaturamento em diversas obras e parece haver suborno dos agentes públicos responsáveis pela fiscalização dos empreendimentos e qualidade da construção, que aprovam as atrocidades sem fim que ocorrem na produção das moradias para a população de baixa renda nas mais diversas cidades grandes, médias e pequenas do Brasil.

No que se refere especialmente à atuação nos maiores mercados, ou nas maiores cidades, percebe-se mais claramente a fusão desses agentes, a partir da *financeirização da política habitacional* no Brasil [termo utilizado por Royer (2009), citada por Shimbo, 2012]:

(...) surgiu um novo agente privado na produção de habitação, que desempenha múltiplos papéis, outrora delegados a agentes diferentes. A incorporadora e a empresa construtora, fundidas numa mesma figura jurídica, agora compra terrenos (e os reserva num *landbank*), executa a construção, comercializa as unidades habitacionais, articula o financiamento habitacional do cliente (fase de pré-aprovação na concessão do crédito) e captura recursos no mercado de capitais – além daqueles do SFH [Sistema Financeiro da Habitação] (Shimbo, 2012).

A investigação sobre uma empresa de construção responsável por cerca de 10% da produção de unidades habitacionais no Brasil até 2009 constatou que sua atuação está centrada na economia dos custos (controle sobre os trabalhadores, padronização do processo produtivo, técnico e de gestão, além das tipologias habitacionais) e ampliação dos lucros, de modo que outros princípios como os relacionados ao bem estar não são essenciais, a menos que seja para atender estratégias de propaganda (Shimbo, 2012).

Além do período eleitoral, as grandes empreiteiras, com destaque para a Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, OAS e Queiroz Galvão, continuaram financiando os

partidos políticos fora dos anos de eleição: “De 2010 a 2013, por exemplo, transferiram R\$ 374 milhões aos grupos políticos nacionais” (Boulos, 2013, p. 61).

Trata-se do grupo dos atores privados cuja motivação é a obtenção de benefícios econômicos, o incremento de poder e influência das empresas, de modo a agirem isolada ou coletivamente para pressionarem (lobbies) os representantes políticos e os técnicos do poder público (González, 2014):

Os mesmos procuram ganhar a partir das suas posições concretas, bem sejam substanciosos contratos do setor público, ajudas e subvenções para fazer uma determinada operação, normas que favoreçam ou ampliem o seu campo de atuação e ajudas em tempos de dificuldades, entre muitas outras possibilidades. Dessa forma o mundo privado dos negócios necessita de um domínio público solvente para manter-se (e isso apesar das múltiplas declarações de empresários e banqueiros em prol de uma redução dos aparelhos de governo) (González, 2014, p. 122).

A ampliação dos canais de acompanhamento, fiscalização e denúncia são fundamentais para garantir que a pressão dos agentes privados não se sobreponha ao atendimento das necessidades sociais.

A força desses agentes tem sido minimizada com muito esforço por movimentos de luta por habitação na América Latina, a exemplo do MST/Lima-Peru, que desenvolve estratégias coletivas para que eles próprios promovam a construção das moradias desejadas com mecanismos de autoajuda, a fim de não permitir a mercantilização do direito à habitação (Krekeler, 2015). No Brasil anda a passos muito lentos a liberação de recursos para os próprios movimentos de luta por habitação e, embora a legislação já permita tais repasses, há ainda muita burocracia a dificultar tal acesso.

2.4.2 O Estado: agente central

O Estado possui papel fundamental na produção de territorialidades, desterritorialidades e de reterritorialidades ao controlar fluxos e forças capazes de promover novas formas de organizações sociais, considerando-se que no território e na reterritorialização estão embutidas as ideias de movimento e de mobilidade (Haesbaert, 2010).

Claro está que o Estado não atua sozinho, embora seja o agente mais completo. Diversos estudos concluíram que o Estado brasileiro coaduna muito mais com os agentes hegemônicos do que com os agentes contra-hegemônicos da produção do espaço urbano. Admite-se que essa é uma época em que “(...) o Estado investe renovadamente, em variáveis combinações, na cooptação e na criminalização de muitos movimentos sociais, objetivando e amiúde logrando, debilitá-los (...)”, independente de que seja governado por políticos de esquerda, de centro, de direita, no Brasil, no México e na Argentina (Souza M. L., 2012, p. 91).

A partir das indicações de Foucault, destaca-se o erro que

(...) consiste em localizar o poder no aparelho de Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem (Foucault, 2007, p. 98).

Na tentativa de captar parte da sutileza do que compõe o poder do Estado, examinou-se o judiciário, a polícia e os funcionários públicos enquanto agentes mais diretamente envolvidos com os movimentos que lutam por habitação.

A luta dos Sem-teto costuma direcionar-se ao Estado, a exemplo do que ocorre em Lima, no Peru, onde o Movimiento de los Sin Techo (MST) fundado em 2011, mas com experiência

de luta coletiva por habitação desde 2002, onde nasceu a convicção de que deveriam exigir do Estado (autoridades competentes) o direito à moradia acessível e digna, inspirado em experiências brasileiras e argentinas, organizou-se para ‘ganhar peso e poder de convocação’, de modo a mobilizar pessoas, atrair a atenção da mídia e da sociedade para a falta de moradias a que estão submetidos, obrigando o Estado a cooperar diretamente com o movimento (Krekeler, 2015).

Demo (2005) questiona acertadamente a noção de que o mercado é maldito, enquanto o Estado é santo, como se ‘suas qualificações históricas’ não estivessem atreladas à respectiva sociedade que os sustenta e indica que o cerne da questão não é o mercado ou o Estado, mas o mercado capitalista e o Estado capitalista e a sua possibilidade de servirem de instrumentos reais da cidadania, desde que a sociedade organizada os colocasse a seu serviço, a fim de evitar o seguinte cenário:

Difícilmente se poderia negar que vivemos em sociedades absurdamente desiguais: somente um punhado de países eurocêtricos possui “democracia” razoável e algum bem-estar comum; 80% da população mundial são pobres e a natureza está agonizando (Demo, 2005, p. 454).

Esse é o legado colhido pelas veias abertas da América Latina, conforme salientava Galeano (2000), ao deixar claro que não se deveria diminuir a ação do Estado na defesa das economias nacionais, do povo. Entretanto, os governos neoliberais sucessivos na recente democracia brasileira, gentilmente mantiveram as ‘veias abertas’ ao capital internacional, ao livre comércio, ao *laissez-faire*, em que o mercado resolveria tudo: a oferta e a demanda, de modo que o Brasil também se encontra

[...] diante de um conjunto de políticas em que o estado se (des)nacionaliza e se (des)democratiza, conforme as ricas expressões de Aníbal Quijano para indicar que o estado abandonou a nação e abdicou de ser o guardião dos direitos da população e, assim, da cidadania e da democracia. (Porto-Gonçalves & Silva, 2011, p. 11).

O Estado-nação e suas outras escalas, com destaque para a local onde as decisões políticas e o ordenamento territorial possui sentido prático, é propriedade das pessoas comuns e deveria estar a serviço da cidadania e o bem-estar dos habitantes, conforme argumenta González (2014), ao apontar o princípio da subsidiariedade como essencial na administração aproximando-a do cidadão europeu, mas não é essa a realidade dos países semiperiféricos e periféricos do capitalismo como o Brasil que se encontram mais ‘politicamente’ organizados do que ‘socialmente’ (Touraine, 2006), salvo raríssimas exceções como o caso da cidade de Porto Alegre e seu orçamento participativo.

Observa-se que há uma espécie de ‘consenso’, fruto dos pactos tácitos das elites hegemônicas (Santos B. d., A gramática do tempo: para uma nova cultura política, 2010), de que as pessoas devem trabalhar ou ter ‘sorte na vida’ para acessar por compra seus bens materiais – sem considerar as condições recebidas ou preexistentes –, sendo que existe grande dificuldade em reconhecer, especialmente entre pessoas com baixa escolaridade e pouca politização, o Estado como indutor de políticas públicas, de modo a responsabilizar e pressionar os gestores públicos a intervirem nos processos ampliados de produção de moradia, de financiamentos, atuando como reguladores de mercado e benfeitores sociais, ao invés de permitirem o *laissez-faire*, a autorregulação do mercado imobiliário e a especulação imobiliária.

Uma vez que moradias para os mais pobres não interessou ao mercado imobiliário e os municípios (e seus agentes imobiliários locais) foram fingindo não ver que os mais pobres iam parcelando terrenos, amontoando-se uns sobre os outros, diminuindo as ruas, criando becos e depois labirintos, em espaços onde não chega quase nada ‘oficialmente’, mas que se

autorregula com eficiência, produziu-se as favelas – verdadeiros territórios fragmentados, mas articulados à ‘cidade formal’ – que são o reflexo do processo de autoconstrução e produção das cidades.

A cidade do Rio de Janeiro [o que se aplica a quase todas as outras metrópoles brasileiras] abriga um padrão típico da sociedade brasileira, conforme traçado por Gilberto Freire: “Afim, nossas cidades se caracterizam como reprodução ampliada da Casa Grande e Senzala” (Porto-Gonçalves & Silva, 2011, p. 04).

Em ponto antípoda ao *status quo* situam-se os movimentos de luta por habitação que vêm questionando as estruturas econômicas e políticas que aprofundam a segregação, a marginalização e a exclusão das condições básicas à vida humana:

Finalmente, el debate sobre el Estado atraviesa a los movimientos, y todo indica que se profundizará en la medida en que las fuerzas progressistas lleguen a ocupar los gobiernos nacionales. Está pendiente un balance del largo período en el que los movimientos fueron correa de transmisión de los partidos y se subordinaron a los Estados nacionales, hipotecando su autonomía. Por el contrario, parece ir ganando fuerza, como sucedió ya en Brasil, Bolivia y Ecuador, la idea de deslindar campos entre las fuerzas sociales y las políticas. (Zibechi R., 2007, p. 27).

Resultado de sua vivência na coordenação em âmbito nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e da análise dos dados, Boulos (2013) assinalou que a aliança entre o Estado brasileiro e o capital imobiliário não é recente:

Esta aliança não é nova. Os donos de terra sempre tiveram muito poder na política brasileira. É só lembrar dos coronéis latifundiários, no campo, ou da forma como cresceram as cidades. Na formação das periferias, o papel do Estado foi decisivo, tanto ao permitir os loteamentos clandestinos quanto ao levar, sob medida, a infraestrutura que valorizou as áreas dos especuladores (Boulos, 2013, P. 59).

Deve-se considerar ainda o fato de que a escolha a respeito de onde serão alocados os investimentos públicos nas cidades, valorizando determinados lugares, salvo raríssimas exceções, ficam “(...) a mercê daqueles que detêm o poder e que tomam essas decisões em gabinete.” (Silva J. B., 2003, p. 95).

De acordo com Shimbo (2012) a relação entre o Estado e a produção de moradias no Brasil atrela-se ao modelo de transferência de recursos públicos para o setor privado desde o surgimento, ainda no período ditatorial (1964), da primeira política efetiva de habitação, a partir da criação do BNH (Banco Nacional de Habitação), com ampliação sensível a partir de 2003 quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva iniciou uma ‘nova’ política de habitação voltada para a ‘habitação de interesse social’ e para a ‘habitação de mercado’, usando especialmente recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) para destinar R\$ 5 bilhões em 2003 e outros 40 bilhões de reais para o financiamento da habitação em 2008.

Embora o discurso que ‘legitima’ a destinação do uso dos recursos públicos para a atuação do setor privado na política de habitação seja a necessidade de atendimento rápido do déficit habitacional: “Vale lembrar que esse déficit está concentrado majoritariamente, quase 90%, na faixa da população com renda média familiar mensal de até 3 salários mínimos e o segmento econômico do mercado imobiliário atende, fundamentalmente, acima dessa faixa” (Shimbo, 2012, p. 209).

Dito de outra forma: o capital imobiliário utilizou-se muito bem desses recursos para a ‘habitação de mercado’ e construiu para o nicho de mercado da classe média – que pode acessar os financiamentos, enquanto a habitação de interesse social voltada para as pessoas sem renda ou com renda até 3 salários não teve sua demanda contemplada.

Para essa faixa de renda restou a ação do Estado enquanto agente propulsor direto e, nesse âmbito, as relações mais tradicionais entre o Estado, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e os grupos excluídos tendem a ocorrer: As prefeituras (Estado) acessam o crédito e devem promover a construção de unidades habitacionais; os proprietários fundiários aproveitam para especular sobre o preço da terra a ser vendida para a construção do ‘conjunto habitacional’ – a depender do tamanho do município e das relações estabelecidas com os agentes públicos, premia-se algum aliado político ou parente com a compra de seus terrenos nas áreas periurbanas, garantindo um distanciamento considerável do empreendimento para que as terras do meio possam ser vendidas depois a preços bem mais elevados.

Não são raros os casos em que escolhe-se áreas muito, muito distantes, criando praticamente vilas rurais, com a desculpa de que não havia terras disponíveis na área urbana – como se não existissem instrumentos jurídicos suficientes para a desapropriação –, com o intuito muito claro de excluir e depositar os pobres bem longe, além de garantir a valorização dos terrenos que situam-se nos interstícios. Na Bahia, muitos são os exemplos desse distanciamento escancarado da construção dos conjuntos habitacionais populares em relação à área urbana.

No caso de Salvador, o distanciamento das novas moradias em relação aos espaços de vida das pessoas, é fruto de um Estado capturado pelos interesses econômicos do mercado imobiliário e indústrias da construção civil, que estão tornando o ‘sonho da casa própria’ num ‘pesadelo’, de modo que:

[...] (i) o PMCMV não contempla o conjunto das pessoas que efetivamente precisam de moradia; (ii) parcela considerável da população Sem Teto contemplada não tem condições de arcar com os custos da moradia, o que tem resultado na insólita situação de abandono e venda, por preços irrisórios, do imóvel recém-adquirido; (iii) as unidades habitacionais estão sendo construídas em terrenos “periféricos”, ou seja, distantes dos bairros consolidados (local de trabalho e fonte de renda de muitos dos moradores das ocupações) e sem infraestrutura e serviços urbanos (como transporte, equipamentos de saúde e educação). Ao deslocar os moradores de ocupações situadas em bairros consolidados e centrais (degradados ou não) para áreas periféricas e sem infraestrutura urbana, o PMCMV reproduz, em tempos de redemocratização e flexibilização produtiva, o velho padrão periférico e segregador de urbanização; (iv) existe uma incompatibilidade entre a dupla condição de direito e de mercadoria da habitação – prevalecendo, nessa relação, os interesses da indústria da construção civil, conforme demonstrado pelos dados e indicadores de crescimento desse segmento da economia. (Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi, 2014, p. 730).

É necessário entender, conforme demonstraram as sociedades europeias que acessaram o ‘estado do bem estar social’, que o Estado não garantiu a cidadania, mas sim a sociedade que utilizou o Estado para garanti-la, de modo que a sociedade é a efetiva responsável pelas garantias sociais que o Estado foi obrigado a realizar, como discute, dentre outros autores, Demo (2005). O bem-estar é descrito da seguinte forma:

(...) consiste em uma criação do próprio capitalismo do continente [europeu], que junto com as capacidades políticas e de liberdade econômica que foram concedidas aos seus cidadãos, considera que pelo próprio fato de existir, as pessoas de um determinado país devem possuir direitos sociais reconhecidos (González, 2014, p. 109).

Dessa concepção decorrem outras como as de dependência, atribuindo às instâncias governamentais o cuidado com as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Em sentido oposto, segue o uso do Estado pelo mercado e não pela sociedade organizada, como ocorre no Brasil. A perspectiva de ‘trazer o Estado de volta’ fazendo-o retomar sua autonomia focada no cuidado social, a fim de não ser capturado por nenhum agente

específico, sem que haja primazia disto ou daquilo (Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi, 2014) precisam ser bem avaliadas.

É possível considerar que em países como o Brasil e em Estados como a Bahia não se pode apregoar a ‘volta do Estado’, porque ‘o Estado nunca esteve’ efetivamente em prol do bem-estar social, permanecendo claramente associado aos interesses capitalistas nacionais e internacionais, apesar da variação da intensidade, de acordo com a orientação política dos governantes eleitos, porque não há outra explicação razoável para o fato de que economias tão pujantes possuam populações tão empobrecidas e submetidas a tantas mazelas sociais.

Dentre os males que afetam a população brasileira, destacam-se: falta de moradia, baixo salário mínimo, precarização do acesso à saúde, alto custo de transportes urbanos, baixa qualidade do ensino público, bairros sem infraestruturas urbanas e ambientes urbanos adequados, desvalorização da produção agrícola camponesa, dentre outros aspectos que poderiam ser sanados ou atenuados caso o Estado estivesse orientado para o cuidado das pessoas.

O Brasil sofreu um golpe político associado à conivência jurídica e ao teatro midiático, engendrado e aplicado pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e seus aliados da ultra direita (PSDB e DEM), em associação com o Congresso Nacional, retirando a presidente eleita Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), do poder no ano de 2016, para a assunção de seu vice-presidente Michel Temer (PMDB).

Trata-se do resultado do pacto do PT com partidos historicamente da direita, ofertando-lhes benesses na estrutura do Estado, em prol de ‘governança’.

Fato é que o PT não atendeu aos anseios reais de suas bases, embora buscasse também incorporá-las ao processo de tomada de decisões, mas apenas timidamente, o que provocou sérios desgastes que foram capitaneados pela direita para romper com o PT e engendrar um golpe político aplicado no governo de Dilma Rousseff, que descontentara os aliados da direita ao permitir e instigar o avanço de investigações dos esquemas de corrupção. 72% dos deputados foram a favor da saída da presidente para a assunção de seu vice Michel Temer (D'Agostino, 2016).

É importante destacar o processo de resistência engendrado especialmente pelo MTST em âmbito nacional, especialmente no caso da suspensão do convênio em maio de 2016 para construção de 11.250 unidades habitacionais através do Minha Casa Minha Vida Entidades (que já correspondia a ínfimos 1,5% do total de construções), revogada em 2 de junho de 2016 pelo novo ministro das cidades (Fávero & Jr, 2016); (Vermelho, 2016).

O anúncio da diminuição da produção de unidades habitacionais da faixa 1 e da ampliação do nível de renda para acesso ao PMCMV, provocou a reação dos movimentos de luta por habitação em diversos Estados brasileiros, a exemplo da Bahia.

Doimo (1983) advertiu sobre as estratégias de cooptação, manipulação, controle e neutralização do Estado em relação aos movimentos sociais, de modo que superar mais essa dificuldade é fundamental para a hegemonia dos interesses populares, a fim de não situarem-se no caráter reformista e clientelista, atuando apenas como mediadores da orientação da distribuição de equipamentos e serviços urbanos pelo Estado, em detrimento de sua virtualidade política e sua perspectiva transformadora.

Jacobi (1989) destacou que a relação entre os movimentos sociais e o Estado não é simplesmente de oposição, como na luta contra um inimigo a ser vencido, mas sim numa relação mais complexa em que, a partir da pressão, diálogo e negociações com agências públicas, força-se o Estado a assumir compromissos e soluções para as demandas da população que se movimentou, de modo que não há a derrota do Estado, mas um conflito que modifica a ambos.

A tentativa do Estado em coordenar vários interesses (e essencialmente no atendimento dos empreendedores imobiliários) se dá através de mecanismos de persuasão, cooptação e da repressão, a partir de sutilezas no ajuste das agendas, sedução do poder e outras estratégias, mas não é o único agente capaz de realizar o planejamento urbano e os movimentos sociais têm enorme potencial na concepção e implementação do planejamento e gestão urbanas a partir da proposição de soluções alternativas (Souza M. L., 2006).

Ademais, depende do posicionamento de cada movimento, de sua filiação ideológica, senso crítico e força, estarem com o Estado, apesar do Estado ou contra o Estado (Souza, Ibid).

2.4.2.1 Dentro do Estado: os funcionários públicos

A efetivação dos direitos garantidos nas Leis enfrenta no cotidiano uma série de empecilhos relacionados essencialmente à falta de vontade política, que inclui desde a efetivação das políticas públicas nas diferentes escalas – especialmente na escala municipal, onde a vida real acontece – até a vontade individual de servidores públicos que em muitos casos não se identificam com as demandas da população pobre ao ponto de, mesmo quando encontram-se sob diretrizes progressistas, muitas vezes continuarem cumprindo ‘orientações’ de gestões governamentais atentos aos grupos hegemônicos, para os quais a população da ‘cidade informal’ simplesmente não importa, com exceção da atuação em casos de desmoronamentos e mortes provocadas ‘pelas enchentes’, ou nos casos em que era necessário ‘transferir’ a população para outras áreas da cidade, conforme relatou Maricato (2011) ao discutir sua experiência à frente da Secretaria de habitação de São Paulo, entre 1989 e 1992.

Outro exemplo da resistência dessas mesmas forças conservadoras nos é dado pela mesma autora ao indicar que na referida gestão, a própria prefeita e gestores foram indiciados judicialmente como ‘loteadores clandestinos’, por inverterem as lógicas antes predominantes.

Naime (2012) encontrou exemplos em Porto Alegre e em São Paulo, de que a boa vontade dos funcionários da Caixa Econômica Federal, auxiliando os movimentos a resolverem da melhor forma os impasses para propor e contratar créditos para a autogestão habitacional conduziu a ganhos efetivos para esses movimentos.

Esses casos corroboram a premissa de que: “Inverter prioridades significava transformar o orçamento e todos os procedimentos – incluindo corações, mentes e “especializações” dos servidores da máquina pública – em realmente públicos” (Maricato, 2011, p. 22).

Aos mais pobres coube o Estado atuar como principal produtor da moradia ou acessarem os raríssimos e burocráticos recursos destinados a Entidades sociais. No caso da atuação do Estado, a partir das prefeituras municipais, os processos de cadastro e seleção dos possíveis beneficiários em muitos municípios (especialmente os menores) já iniciam coercitivamente: os aliados do prefeito têm mais chance, já que não se faz sorteio na maioria dos casos e as secretarias do município escolhem a partir de critérios cujo desempate pode ser o desejo de favorecer uns em detrimento de outros.

Dentre as etapas previstas nesses processos costumam estar reuniões com os agentes, muito bem documentadas, para atestar a exigência de participação popular. Nessas ocasiões os engenheiros, prefeitos, secretários, convencem os mais pobres de que o conjunto habitacional só vai poder ser construído no local tal, sob tais e tais condições: ou isso ou nada. Como indicou uma participante desse processo num pequeno município do semiárido da Bahia: “Quem vai questionar? Eles inventam uma desculpa e tiram você da lista. O jeito é concordar”.

Ou porque sofreram coerção ou porque não conseguiram enxergar os interesses subjacentes ao processo, muitos dos ‘ganhadores’ das casas, cujos materiais de construção

tendem a ser os piores possíveis, se sentem muito agradecidos e fazem questão de colar fotos dos candidatos a sucessores do prefeito ‘benfeitor’ nas próximas eleições. São os novos formatos do velho coronelismo que manteve as estruturas de poder político e econômico na Bahia, renovado, adaptado às novas exigências do planejamento urbano, numa espécie de neocoronelismo.

Nas cidades médias e grandes da Bahia o processo costuma ocorrer a partir de cadastro nas prefeituras e em movimentos sociais e a seleção é realizada a partir de sorteios ou da definição de critérios debatidos com representantes populares. Claro está que há embates importantes relacionados à contemplação dos inscritos.

Desde 2005 com o acesso ao Programa Crédito Solidário, ampliado pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, há a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Habitação a movimentos sociais ou organizações sociais para a produção de moradias, no processo de autogestão. Entretanto, embora a autogestão se apresente como mais eficiente no processo de produção de melhorias que promovam bem estar, aliadas a uma localização menos excludente, alcançadas devido ao fato de destinar efetivamente o valor destinado à produção de cada unidade habitacional para a construção e não aplicar apenas o valor mínimo para garantir o lucro – como fazem as construtoras privadas –, é responsável por apenas 2% das moradias contratadas e enfrenta entraves burocráticos absurdos (Boulos, 2013).

Há uma série de dificuldades que os movimentos de luta por habitação enfrentam para acessar os créditos e possibilitar a autogestão na produção de moradias: excessiva burocracia; desconfiança; (in) disponibilidade dos técnicos da Caixa Econômica Federal em propor ajustes para adequar as propostas; regras de financiamento das moradias desconexas da realidade dos Sem-Teto; dificuldade de concorrer com incorporadores imobiliários na aquisição de terrenos para construção; dificuldades de garantir a ‘legalidade’ do terreno, que possuem pendências jurídicas enquanto os cartórios tratam de promover uma série de entraves para a legalização – até porque a Lei 12.424/11 diminuiu o valor a ser cobrado pelos cartórios nesses processos, de modo que estes alegam juridicamente que há inconstitucionalidade, obrigando os movimentos a enfrentarem os cartórios no judiciário; além de dificuldades para formular e aprovar o projeto por falta de recursos para contratar assessoria qualificada (Naime, 2012); (Mineiro & Rodrigues, 2012):

A burocracia governamental é estreante nas relações com grupos organizados de origem popular e ao realizar interpretações excessivamente conservadoras da legislação, a multiplicação de procedimentos internos pouco transparentes e a adoção de encargos que aos movimentos pesam demasiadamente além do necessário, impõe a estes a necessidade de se dedicarem a uma agenda que exige maior especialização por parte dos agentes técnicos e disposição de mobilização por parte da base social dos movimentos (Mineiro & Rodrigues, 2012, p. 37).

Dessa forma, diversos movimentos de luta por habitação – que não estão constituídos ‘legalmente’, com registros oficiais – por razões as mais diversas, cuja resistência a aliarem-se a uma política mercadológica é uma delas, não participam desses mecanismos de autogestão dos créditos habitacionais.

Em contrapartida, os movimentos de luta por habitação que defendem o acesso à autogestão na produção de moradias, propõem que a entidade represente e aja junto com os ‘beneficiários’ da política de habitação, que nessa perspectiva transformam-se de ‘público alvo’ para ‘efetivos agentes’ da produção de moradias (Mineiro & Rodrigues, 2012).

2.4.2.2 Dentro do Estado – o judiciário

Outro agente vinculado às forças do Estado, fundamental para o cumprimento da ‘função social’ do solo urbano é o poder judiciário e executivo (considerar-se-á como um agente, devido à ação conjunta de decisão judicial pelos juízes e execução das decisões pela polícia).

No cotidiano, sabe-se da velocidade com que os proprietários fundiários conseguem os mandatos de reintegração de posse (Porto-Gonçalves, 2006) e como as abordagens policiais costumam ser truculentas quando investigam algo numa ocupação de Sem-teto, como indicou uma ocupante:

A polícia não respeita a gente aqui. Entram na casa das pessoas. Acha que todo mundo aqui é bandido, porque quando tem assalto aí na BR, foge por aqui por dentro do acampamento. (Entrevista com militante no Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014, em Feira de Santana-BA).

É surpreendente ainda a velocidade de resposta do poder judiciário baiano (apesar de reconhecidamente lento em quase todos os processos judiciais movidos pela população baiana) quando a ação é preventiva em relação a possíveis ocupações, com velocidade exorbitante no julgamento dos processos e deliberações sobre Interdito Proibitório, inclusive com condenação do movimento social ‘ameaçador’ da propriedade privada a pagar as custas dos processos, conforme constatara Cloux (2008), a respeito das decisões judiciais contra o MSTs no ano de 2003. Claro está que tal decisão contraria a condição de hipossuficientes dos Sem-teto e o descumprimento dessa prerrogativa.

De modo análogo ao que ocorre com o judiciário brasileiro em relação ao MST, quando a questão é criminalizar a luta dos movimentos por moradia popular, a favor da função social das terras e imóveis urbanos, o judiciário é muito veloz, apegado a artigos da Constituição Brasileira que defendem a propriedade privada, mas ‘incapaz’ de fazer valer os direitos universais, humanos, maiores, também parte da Constituição Brasileira (Brasil, 1988), que já no seu capítulo e artigo primeiros assegura que a cidadania e a dignidade da pessoa humana são dois dos cinco fundamentos da sociedade brasileira, além do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) e sua clara orientação para a atenção à função social do solo urbano.

A violência contra os militantes dos movimentos urbanos que contestam a propriedade privada assemelha-se ao que ocorre no campo brasileiro. A velocidade da decisão judicial é a maior prova do interesse dos representantes da justiça em fazer a justiça valer para os fidalgos (filho de alguém), em detrimento dos mais necessitados – em sua maioria os povos originários e negros –, que estão submetidos a esse aparato estatal, judiciário, formal, que sacraliza o direito dos mais ricos, de modo que vive-se no Brasil o fim do colonialismo, mas não o fim da colonialidade (Porto-Gonçalves, 2006).

Pode-se considerar ainda que na América Latina as lutas sociais sempre foram tratadas ‘casos’ de polícia e não questão de política, como efetivamente o são, dado o predomínio de uma lógica de favor em relação a uma lógica de direitos (Porto-Gonçalves, 2010). Em Foucault encontra-se uma reflexão sobre o empoderamento popular e o exercício de seu poder, a partir de certo ódio da justiça que não os atende e na luta para que o judiciário funcione melhor e conceda sentenças mais justas:

(...) atrás do ódio que o povo tem da justiça, dos juízes, dos tribunais, das prisões, não se deve apenas ver a idéia de outra justiça melhor e mais justa, mas antes de tudo a percepção de um ponto singular em que o poder se exerce em detrimento do povo (Foucault, 2007, p. 44).

A entrevista concedida por um dos ocupantes de um prédio de uma empresa que abriu falência e não entregou os apartamentos a seus clientes, que era um operário da obra, ilustra bem as escolhas do judiciário baiano:

Nunca recebi meus tempos (direitos decisórios), mas a Justiça, que é tão lenta para obrigar a Encol a pagar meus direitos, foi rápida para expulsar a gente. Enquanto meu processo se arrasta há quase seis anos, o dos proprietários levou apenas 3 meses (Santana, 2004, apud Cloux, 2008, p. 83).

A luta empreendida pelos movimentos sociais é justamente para que se efetivem direitos sociais já previstos constitucionalmente no Brasil, mas “(...) os conflitos sociais decorrem de um conjunto brutal de ilegalidades cometidas pelos poderes públicos deste país (União, estados e municípios), ao não fazerem valer, em concreto, os direitos consagrados constitucionalmente” (Maior, 2013, p. 85). O autor assevera ainda que o direito social já deveria ter superado o direito liberal que criminaliza os movimentos sociais [como faz o poder judiciário baiano, salvo raras exceções], desconsiderando que os movimentos se manifestam e lutam pelo cumprimento da ordem jurídica constitucional, na busca por cidadania, por justiça e por experimentarem a beleza da condição humana, de modo que:

Eis, portanto, o desafio maior que todo(a)s haveremos de enfrentar na luta por justiça social e democracia, para o que, como se vê, a Reforma Agrária [pode-se ler: idem para a Reforma Urbana] se mostra essencial: estabelecer um círculo virtuoso entre aumento da justiça social e democracia tomando como meta concreta e inegociável a diminuição da violência (Porto-Gonçalves, 2006, p. 251).

O problema central não é a existência de Leis no Brasil, mas a sua aplicação arbitrária ou a sua não-aplicação, de modo que é preciso questionar a ação da justiça e não necessariamente a Lei, que pode ser utilizada para manter e fortalecer privilégios, resultando em segregação e exclusão (Maricato, Metrópole, legislação e desigualdade, 2003). A Lei escrita é ‘letra morta’, mas sua ‘vivacidade’ depende dos que a aplicam e das exigências da sociedade para sua correta aplicação.

Nesse sentido, a reflexão realizada por Santos (2009) se efetivou no Brasil em um golpe político-jurídico-midiático que demoveu a presidente eleita em 2016:

Está em curso uma contra-revolução jurídica em vários países latino-americanos. É possível que o Brasil venha a ser um deles. Entendo por contra-revolução jurídica uma forma de ativismo judiciário conservador que consiste em neutralizar, por via judicial, muito dos avanços democráticos que foram conquistados ao longo das duas últimas décadas pela via política, quase sempre a partir de novas Constituições. (...)

Não é um movimento concertado, muito menos uma conspiração. É um entendimento tácito entre elites político-econômicas e judiciais, criado a partir de decisões judiciais concretas, em que as primeiras entendem ler sinais de que as segundas as encorajam a ser mais ativas, sinais que, por sua vez, colocam os setores judiciais progressistas em posição defensiva (Santos B. d., 2009).

Duque & Calheiros (2013) ao discutirem as prerrogativas do Estado democrático como o sistema político que mais dá garantias ao cidadão contra o despotismo do poder apontam a necessidade de que a justiça seja:

1. Independente sem isolamento;
2. Imparcial sem impessoalidade;
3. Igualitária sem desequilíbrios.

A justiça calcada nesses pressupostos evita os interesses corporativos, o tráfico de influências, a incompetência e a presunção, impede as infiltrações e interferências políticas no poder judiciário, garante os direitos dos cidadãos ao agir sobre as ações humanas, equilibrando-as, de modo a garantir que o poder emane do povo e seja exercido para o povo. Foucault (1978) advertiu que:

A minha hipótese é que o tribunal não é a expressão natural da justiça popular mas, pelo contrário, tem por função histórica reduzi-la, dominá-la, sufoca-la, reinscrevendo-a no interior de instituições características do aparelho de Estado (Foucault, 2007, p. 23).

A justiça penal não foi produzida nem pela plebe, nem pelo campesinato, nem pelo proletariado, mas pura e simplesmente pela burguesia, como um instrumento tático importante no jogo de divisões que ela queria introduzir (Foucault, 2007, p. 33).

No caso brasileiro, constatou-se que na democracia e justiça estatal, vários capitais simbólicos se combinaram para gerar a elite jurídica brasileira, dentre os quais, a proveniência de um curso de direito de uma faculdade renomada, notadamente as do Sudeste do Brasil, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, que possuem o maior número de representantes no topo da carreira jurídica (Almeida F. N., 2010).

Devido ao reconhecimento de que a concorrência para acesso às universidades públicas é disputadíssima e de difícil acesso aos mais pobres, criou-se a política de cotas de acesso ao ensino superior (Brasil, Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) desde o ano de 2012 (no governo de Dilma Rousseff), o que representou forte avanço na garantia do acesso aos ‘cursos de elite’ para egressos da escola pública (além de reserva especial para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência) e, ao mesmo tempo, a forte resistência da elite brasileira. Os efeitos de tal política poderão vir a ser percebidos a longos e médios prazos. Nesse sentido, importante política reparatória tem sido realizada na UEFS-BA ao constituir turma especial do curso de direito para assentados da reforma agrária.

Há ainda a forte diferenciação entre a feminização na base da carreira do direito e a masculinização do topo da carreira (Tribunais Superiores, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Nacional de Justiça, líderes associativos e sócios dos grandes escritórios), bem como um aumento relativo da participação de mulheres no Ministério Público Federal, ao qual parece ser atribuída força secundária nas relações entre os poderes judiciários, que pode estar também relacionada (assim como na Defensoria Pública) à “(...) dedicação de suas funções ao tratamento de questões e de uma clientela igualmente subordinada – defesa de pobres, curadoria de menores, direito de família, direitos humanos, interesse difusos e minoritários” (Almeida F. N., 2010, p. 294).

Essa relativa concentração regional e institucional, bem como de classe social, além da masculinização, são fatores que contribuem para a diminuição do pluralismo ideológico que tende a ser maior quanto mais diversificados socialmente forem os magistrados. De igual forma, a maior diversificação, tende a gerar campos de tensões e conflitos entre as elites e contraelites da política da justiça (Almeida F. N., 2010).

Se as práticas judiciais fundissem legalidade e legitimidade (como propõem movimentos de renovação), ter-se-ia maior proximidade do poder judicial com a realidade social e superar-se-ia a ideia de ‘neutralidade’ e mera filiação à Lei, tão caros aos conservadores, de modo a permitir a ‘convivência ordenada e não apenas a repressão desordenada’, a que se refere Faria Lopes (1989, p. 163, apud Almeida, F. N., 2010, p. 299).

2.4.2.1.1 Avanços nos marcos regulatórios que influenciam a questão da habitação

O reconhecimento da necessidade de justiça social, territorial e de igualdade, que fomenta a luta dos movimentos sociais e de Sem-teto do Brasil, produziu importantes avanços nos marcos regulatórios vigentes.

É necessário considerar que a Lei de Terras de 1850 que primeiramente oficializou a terra como negócio, atribuindo o direito de livre venda e compra a proprietários e potenciais compradores, foi o primeiro elemento a impedir o acesso à terra a partir de seu parcelamento e

distribuição aos brasileiros pobres que evidentemente não reuniriam condições financeiras para a aquisição, restando-lhes a propriedade de sua força de trabalho ou a tentativa de ocupação.

Daí até o estabelecimento dos programas que possibilitaram a autogestão habitacional – ainda que venha ocorrendo de forma tímida e territorialmente seletiva no âmbito nacional, nesse início de segunda década do século XXI, houve muita luta, com retrocessos e avanços (Ferreira R. F., 2012).

Investigações sobre a judicialização da questão agrária e as diferentes formas de violência praticadas, concluíram que:

No Brasil, para além das leis de terras que se fizeram desde as sesmarias até a de 1850, há um poder privado que atua aquém e além da mediação pública por meio de grilagens e violências várias, onde o cartório, mais do que oferecer “fé pública”, faz parte dos recursos de poder a ser repartido entre os “amigos do rei”, entre os fidalgos (fi’d’algo, de filhos d’alguém), ainda hoje (Porto-Gonçalves, 2006, p. 243).

Desde o período colonial um seletivo grupo, descendentes de europeus, geralmente ligados às grandes fazendas agrícolas e uns poucos comerciantes ricos – que aqui serão chamados de elite – começou a se organizar e articular para a gestão do país em prol de seus interesses (constituindo os agentes hegemônicos atuais), o que evidentemente não incluía criar condições cidadãs para os escravos, já que a Lei Áurea de 1888 aboliu o sistema escravista e tornou o negro livre, mas completamente desprovido de condições básicas de sobrevivência: Sem Terra, Sem-Teto, Sem Emprego, fez cessar uma das maiores atrocidades a que uma sociedade pode submeter um ser humano: a sua escravização, mas gerou outra atrocidade: o seu abandono, a sua estigmatização, a sua condenação quase que sumária à miséria, constituindo um ‘apartheid velado’, por existir de fato uma grande separação entre negros (hoje quase todos pardos) e brancos, bem como dos indígenas (reduzidos a uma parcela pequena da população brasileira que luta pela demarcação de suas terras).

Além da resistência dos negros na constituição de quilombos no passado, algumas soluções foram encontradas pelos excluídos: a ocupação das áreas mais distantes dos núcleos centrais das cidades, geralmente sem muito valor comercial, que foram absorvendo ao longo do tempo os mais pobres. Através da autoconstrução foram erguendo barracos, casas, aproveitando todo espaço possível para moradias, resultando nas extensas favelas nas médias e grandes cidades brasileiras. Adverte-se que as áreas intermediárias foram mantidas propositalmente vazias, aguardando valorização, via de regra após investimentos infraestruturais do Estado, que alimentou a especulação imobiliária (Maricato, 2011).

A força do povo negro e dos mais pobres promoveu a sua resistência, a sua sobrevivência. Obviamente muitas famílias negras e pardas superaram essas condições impostas, revertendo a situação, alcançando a ascensão social mesmo sob condições muito difíceis; entretanto, ainda na segunda década do século XXI são os negros e pardos os que recebem os piores salários: até 40% de renda média menor que os brancos (DIEESE, 2012), têm menores índices de escolaridade e compõem majoritariamente a população carcerária: somados, negros e pardos correspondem a mais de 70% da população brasileira encarcerada (Souza B., 2014).

O estudo de Cloux (2008) sobre os Sem-Teto de Salvador constatou a presença majoritária de população negra e parda, bem como de mulheres entre os ocupantes de prédios e terrenos.

Apesar da resistência e pressão dos movimentos sociais, a regulamentação legal não garantiu a efetivação da reforma urbana e dos anseios por uma cidade mais justa, pelo direito à vida urbana, sobre o qual ensinou Lefebvre (2001). Por essa razão, ainda deve-se:

[...] buscar entender as forças que resistem à implementação dos marcos legais conquistados nas lutas, sejam elas específicas ou urbanas. Entender porque instituições como judiciário, legislativos, executivos, Ministério Público e Cartórios de Registro de Imóveis resistem em aplicar o Estatuto da Cidade, significa entender a sociedade brasileira (Maricato, 2011, p. 97).

Conhecer e discutir os avanços e retrocessos nos marcos regulatórios auxilia a compreender parte importante da dimensão dos conflitos fundiários urbanos brasileiros, uma vez que as Leis apontam (ao menos em tese), como a sociedade deve conduzir suas ações para a garantia dos direitos.

As lutas e pressões populares conduziram a importantes vitórias no âmbito do avanço da legislação brasileira, cujas principais estão listadas e brevemente discutidas a seguir. Essa legislação deu suporte à implementação de políticas públicas para a habitação – inclusive possibilitando a autogestão na construção (Ferreira R. F., 2012).

1. Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988).

Promulgada em 1988 se constitui numa grande vitória dos diversos movimentos sociais que combateram a ditadura militar, com destaque no urbano para os movimentos estudantis, o movimento contra a carestia, da década de 70 e a União por Moradia Popular na década de 80, dentre outros.

Devido à possibilidade de enviar emendas populares ao Congresso Nacional (garantindo-se a prerrogativa de que deveriam possuir 30.000 assinaturas de eleitores, apoiada por três entidades da sociedade civil), a emenda sobre reforma urbana, apoiada por 150.000 assinaturas, foi enviada ao Congresso, que a recebeu, mas não a incorporou, demonstrando que a participação popular na ‘nova democracia’ a ser implantada teria o caráter consultivo e não deliberativo (Souza, 2008), o que fez Maricato (2011) anunciar “Nunca fomos tão participativos”, mas não vemos efetivadas as nossas propostas na maioria dos casos. Assim a emenda sobre reforma urbana foi reduzida a dois poucos artigos da Constituição:

Capítulo II - Da Política Urbana

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (Brasil, 1988, p. 39).

No que diz respeito à **moradia** - a Constituição ‘garantiu’ apenas a partir de 2000 que comporia um dos direitos sociais, incluindo-a (Ferreira R. F., 2012):

Capítulo II - Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988, p. 07).

2. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Brasil, Estatuto da cidade: Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, e legislação correlata, 2001).

Empreendeu-se a tentativa de regulamentar a Lei Federal de Desenvolvimento Urbano que fora podada na Constituição e, somente onze anos após a Lei conhecida como “Estatuto das Cidades”, fora promulgada. O Estatuto das cidades prevê, dentre outros importantes elementos:

Art. 2. II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Art. 8 Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

Art. 9 Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Brasil, 2001).

Muito comemorado, o Estatuto das Cidades, apresentou os marcos regulatórios necessários à reforma urbana de fato, que objetiva: 1. Coibir a especulação imobiliária; 2. Reduzir o nível de disparidade sócio-econômico-espacial intra-urbana e a segregação residencial; 3. Democratizar o planejamento e a gestão do espaço urbano; 4. Garantir segurança jurídica/ regularização fundiária para a população pobre; 5. Gerar emprego e renda; evitar a “expulsão branca” (Souza M. L., 2008); (Souza & Teixeira, 2009).

Maricato & Ferreira (2001) já se perguntavam: “Essa Lei vai pegar”? Atualmente, o que se observa é a sua tecnificação – ou emprego para a elaboração de planos diretores mais teóricos que práticos (ou mercadológicos) –, mas sem efetiva aplicação, especialmente pelo poder judiciário que, via de regra, continua a ignorar a necessidade de cumprimento da função social do solo urbano.

3. Lei 11.124/ 2005 - Lei do Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e Decreto 5.796/2006 que a regulamenta (Brasil, 2005)

Destaca-se que essa pode ser considerada a primeira Lei de iniciativa popular que fora aprovada pelo Congresso, apesar de encaminhada em 1991 na 4ª Caravana dos Movimentos de Moradia à Brasília, com mais de 1 milhão de assinaturas e 5.000 participantes (Ferreira R. F., 2012). Enfatiza-se o artigo 4º que reitera a moradia digna e a função social da propriedade:

Art. 4º A estruturação, a organização e a atuação do SNHIS devem observar:

I – os seguintes princípios:

a) compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;

b) moradia digna como direito e vetor de inclusão social;

c) democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios;

d) função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade (Brasil, 2005).

4. Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico (Brasil, Lei Nº 11.445, 2007)

Garante a obrigatoriedade dos serviços de saneamento e permite sua cobrança diferenciada em zonas distintas (verificando-se as demandas reais – por exemplo, volume de lixo produzido), bem como permite a não cobrança para a população que não pode pagar pelo serviço:

Artigo 29. § 2 Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços (Brasil, Lei Nº 11.445, 2007).

5. Lei 11.578/2007 - Acesso de entidades (cooperativas e associações) aos recursos do fundo nacional de habitação de interesse social (Brasil, Lei Nº 11.578, 2007)

A importância dessa Lei está no reconhecimento de que as entidades que lutam pela melhoria urbana podem ser promotores imobiliários também, devido aos relatos de uma série de problemas relacionados à construção de unidades habitacionais de interesse social por empreiteiras e prefeituras que pouco ou nada consideraram sobre as necessidades reais dos futuros moradores, a exemplo da escolha de lugares muito distantes das áreas centrais da cidade, uso de materiais de péssima qualidade, dentre outros. Dada a sua extinção já no ano seguinte, em 2008, seu caráter emergencial possibilitou o andamento das obras do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e o acesso ao Fundo Nacional de Habitação por entidades não governamentais. Pode-se considerá-la uma precursora da Lei 12.424/2011, discutida a seguir.

6. Lei 11.888/2008 – Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (Brasil, Lei Nº 11.888, 2008)

A garantia da assistência, por meio de convênio entre União, Estado, Distrito Federal ou Município devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, para famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem, priorizando regimes de mutirão e zonas de interesse social. O custeio (previsto no artigo 6º) deve ser realizado por recursos dos fundos federais, recursos públicos orçamentários ou por recursos privados.

Trata-se da tentativa de resolver um problema muito comum enfrentado pelos movimentos sociais de luta por habitação, que enfrentam a necessidade de um projeto adequado para apresentação à Caixa Econômica Federal. A assessoria técnica é fundamental para a contratação e execução de projetos de moradia popular (Naime, 2012).

Entretanto, falta profissionais disponíveis para a realização desse trabalho, bem como será necessário travar verdadeiras lutas para obter efetivamente a assessoria técnica gratuita e suficientemente ágil, afinal a própria Constituição Federal apresenta em seu artigo 5º tanto o direito à propriedade, quanto o direito à assistência jurídica gratuita (mantida na emenda 80/14) para os que comprovarem insuficiência de recursos, ou em termos jurídicos, hipossuficiência econômica.

7. Lei 11.977/2009 – Lei que institui o Programa Minha Casa Minha Vida (Brasil, Lei 11.977, 2009)

A referida Lei garante no seu artigo 46 a regularização fundiária de interesse social, evidenciando o cumprimento da função social do solo urbano no seu uso.

8. Lei 12.424/2011 - Lei que institui o Programa Minha Casa Minha Vida entidades 2 (Brasil, Lei nº 12.424, 2011)

Regulamenta outras leis e busca regular elementos importantes para a inclusão social, a exemplo do que trata seu 5º artigo:

Art. 5º-A. Para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU, deverão ser observados:

I - localização do terreno na malha urbana ou em área de expansão que atenda aos requisitos estabelecidos pelo Poder Executivo federal, observado o respectivo plano diretor, quando existente;

II - adequação ambiental do projeto;

III - infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; e

IV - **a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público.** (Brasil, Lei nº 12.424, 2011).

Além disso, em seu artigo 1.240-A altera para 2 (dois) anos o tempo para o domínio integral sobre imóvel urbano de até 250m², cujo ex-cônjuge ou ex-companheiro abandonou o lar. Essa alteração, embora exclusiva para casais, evitaria (em tese), o esfacelamento da propriedade familiar, a partir da separação, por ser muito comum que após a venda da casa para partilha o valor resultante não possibilite o acesso a uma nova residência para ambos, tornando a família desfeita novamente Sem-Teto.

Outro importante elemento dessa Lei é a garantia da diminuição de custos com registros em cartórios em até 75% (Mineiro & Rodrigues, 2012).

9. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Brasil, Lei nº 12.587, 2012)

A Lei 12.587 reitera a obrigação dos municípios com mais de 20.000 habitantes a elaborarem um plano de mobilidade urbana, incorporando-o no plano diretor urbano, em até no máximo 03 anos; interessa bastante a todos os grupos sociais mais pobres a tentativa de inversão de prioridades na mobilidade urbana brasileira – centrada nos automóveis e motocicletas –, uma vez que indica:

Artigo 24. § 2º Nos Municípios sem sistema de transporte público coletivo ou individual, o Plano de Mobilidade Urbana deverá ter o foco no transporte não motorizado e no planejamento da infraestrutura urbana destinada aos deslocamentos a pé e por bicicleta, de acordo com a legislação vigente. (Brasil, Lei nº 12.587, 2012).

10. Lei 13.019/2014 – Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias (Brasil, Lei 13.019, 2014)

A Lei 13.019 pretende tornar mais transparentes os processos de parcerias, estabelecendo uma série de exigências para as organizações da sociedade civil. Entretanto, as exigências advindas da Lei 13.019 pode significar um retrocesso no acesso aos repasses para a autogestão habitacional, haja vista que a maioria dos movimentos de luta por habitação popular, especialmente os que preferem a ‘ocupação direta’ e exigem o cumprimento da função social do solo urbano, dificilmente poderão e/ ou optarão por se organizar

burocraticamente para acessar esses recursos, porque buscam resistir às tentativas de cooptação do Estado e preferem se manter organizados, mas não institucionalizados.

Contudo, permite a apresentação de propostas ao poder público, para fins de chamamento público, como indicam os artigos 18 e 19:

Art. 18. É instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

Art. 19. A proposta a ser encaminhada à administração pública deverá atender aos seguintes requisitos:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido;

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida. (Brasil, Lei 13.019, 2014).

Esse levantamento e breve discussão sobre o avanço da legislação que aborda ou tangencia a questão da moradia de interesse social no Brasil, demonstra que desde a retomada efetiva dessa pauta pelo governo federal, essencialmente a partir do primeiro mandato do presidente Lula em 2003, até o mandato interrompido em 2016 da presidente Dilma Rousseff (ambos do Partido dos Trabalhadores), as Leis foram reelaboradas de modo a permitir o acesso dos movimentos sociais ao crédito habitacional e assistência técnica, bem como a outras entidades.

Pode-se dizer ainda que há um conjunto de Leis que satisfazem a perspectiva da produção de cidades mais justas e que ofereça qualidade de vida para suas populações, entretanto nada garante que elas se efetivem no cotidiano.

A mobilização popular se constitui como instrumento essencial para a mudança da conjuntura ‘sóciopolítica’ atual, já que a aprovação de Leis – conforme a práxis brasileira – não significa sua efetivação, devido à disparidade entre a Constituição escrita e a Constituição real, que não escapa das relações de poder entre os agentes influenciadores da interpretação das ‘palavras de plástico’, moldáveis de acordo com os seus interesses (Carvalho & Rodrigues, 2016). Nas palavras de Maricato (2011):

Embora os principais movimentos sociais não tenham deixado de ocupar imóveis ociosos que descumprem a determinação da Constituição Brasileira de atendimento à função social e de fazer amplas manifestações de rua, sistematicamente ignoradas pela grande mídia, é forçoso reconhecer um caráter demasiadamente “juridicista” e institucional dessa lista de conquistas. Além dos aspectos já mencionados da tradição clientelista que caracteriza a relação do Estado brasileiro com os de baixo, eternamente dependentes de favor, é preciso lembrar a tradição arbitrária de aplicação da lei no Brasil (Maricato, 2011, p. 95).

As forças hegemônicas e o uso de diferentes poderes (político, judiciário, midiático, simbólico e ideológico) dificultam e até mesmo impedem a efetivação das Leis que podem conduzir esse país a uma reforma urbana de fato, capaz de tornar nossas cidades ‘habitáveis’ para todos, já que o Brasil é um país em que, apesar da morosidade ou agilidade proposital do poder legislativo, possui um significativo avanço no que diz respeito aos marcos regulatórios para a equidade social.

A esperança de que a inversão de prioridades ocorra no futuro, advém justamente das manifestações sociais que denunciam as extremas desigualdades e não aceitam a herança colonial em que uns poucos viviam nas ‘casas grandes’ e a maioria escravizada vivia nas ‘senzalas’.

No atual contexto, em que o Brasil é gerido por um governo de direita fruto de um *impeachment* orquestrado pelas elites, esse horizonte se encontra um pouco mais distante: a ‘casa grande’ está no poder.

Há alguns anos, o Brasil era um país em que muitos passavam fome; reduziu-se significativamente esse grande mal. É necessário superar a ideia de que o dinheiro comanda tudo, afinal numa sociedade democrática o Estado deve atuar para garantir os direitos constitucionais e os direitos humanos declarados em 1948, cujos artigos 22 a 25 são relembrados por Harvey (2013) para indicar a sua violação pela maioria dos países signatários. É salutar relembrar o artigo 25 da Declaração dos Direitos Humanos devido à importância da garantia à vida digna:

Artigo 25

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948).

Especialmente na América Latina em que tais direitos foram historicamente usurpados dos mais pobres, é fundamental que a sociedade mude os rumos da atuação do Estado, colocando-o efetivamente a seu serviço e não das elites endógenas e exógenas.

É possível modificar o quadro de exclusão social que atinge tantos cidadãos, tornando-os cidadãos, a partir do respeito às diferenças e assunção do fato de que as pessoas que vivem em bairros irregulares e trabalham no setor informal fazem a cidade funcionar e precisam que a cidade melhore as suas condições de vida (Balbo, 2003); contudo não há respostas únicas para tal intento, de modo que a participação da população é um caminho inicial para a cidade inclusiva.

É preciso que se ampliem as consciências sobre outras formas possíveis de ser/estar no mundo, calcadas em noções de solidariedade e humanidade, como conclamava Milton Santos (2002), bem como de justiça social.

2.4.3 A mídia

A grande mídia – redes de televisão, rádios, revistas e jornais – possui considerável audiência que ‘inspira’ ideias, numa população em que o analfabetismo funcional é realidade e o senso crítico não prevalecem. Fato é que a grande mídia tende a veicular imagens pejorativas sobre os Sem-teto e os movimentos sociais no Brasil.

Trata-se da mídia hegemônica que possui uma aliança com o Estado, ocorrendo a “[...] seleção espacial e social produzida pelas interpretações mais veiculadas da vida coletiva” (Ribeiro A. C., 2011, p. 29).

A análise de 12 horas de programação jornalística nacional e baiana sobre temáticas relacionadas à exclusão social concluiu que mesmo quando demonstram certa indignação ante as questões, apontam para a conciliação, silenciando a respeito das questões políticas e históricas implicadas, promovendo as ações voluntaristas privadas e alternativas religiosas como solidárias e solução mais adequada, de modo a isentar o poder público e os núcleos de poder da tomada de atitudes, reforçando as saídas pacíficas e individuais, abrandando as tensões sociais, fragilizando ‘o sentido coletivo de mudanças’ e a possibilidade de luta contra a desigualdade, de subversão que poderia advir da exclusão social, condicionando os sujeitos à passividade e desmobilização (Matos, 2009).

Despolitizam a representação política ao indicarem que ‘os políticos só querem roubar’, ‘quando chegam lá dão uma banana para o povo’, como fez o apresentador de telejornal da

Bahia, auxiliando a naturalizar o descrédito nos políticos e na política, bem como reiterando a ideia de abandono à própria sorte (Matos, 2009).

A pesquisa sobre o tratamento dos ‘pobres no papel’, ou o modo como parte da grande imprensa brasileira, argentina, mexicana, boliviana, chilena, venezuelana e peruana abordam a pobreza, constatou que são ínfimas as notícias sobre os pobres, apenas 1% do que é escrito, demonstrando que apesar da pobreza que assola a América Latina, tal problema social não se converte em “valor de notícia”, porque sempre esteve ali, de modo que a pobreza não produz impacto (Kitzberger & Pérez, 2008). Ademais, quem fala sobre a pobreza são os representantes de instituições estatais e não governamentais, Igrejas, Universidades, políticos, consultores (com destaque para economistas), de modo que num universo de 143 convidados para falar sobre o tema, apenas um era um representante de sindicato, concluindo-se que “Los pobres difícilmente se constituyen como sujetos con voz propia em la esfera pública” (Kitzberger & Pérez, 2008, p. 81).

Os mais pobres tornam-se notícia associados a vítimas de eventos de catástrofes naturais e emergências climáticas que os visibilizam, mas conclama-se a sociedade geralmente para a solidariedade, eximindo o Estado de sua responsabilidade ante a pobreza que é anterior às enchentes, terremotos ou ondas de frio, aceitando o status quo. Elementos como delitos, crimes, narcotráfico e outras formas de violência também atraem a atenção da mídia para os mais pobres, mas a tendência é de criminalização da pobreza, especialmente no Rio de Janeiro. Outro tema que atraiu a atenção sobre a pobreza foi o bolsa família, mas a discussão tem sido sobre sua relação com a popularidade do ex presidente Lula, mais do que sobre seus efeitos reais (Kitzberger & Pérez, 2008).

Outro elemento importante diz respeito à ocultação das causas profundas como a miséria e exclusão social, que resultariam em violência, situando os ‘marginais’ como bárbaros e rogando o controle institucional. Ou ainda difundem a concepção de vencer por esforço próprio, de forma mágica ou divina, já que operam

(...) a noção de que o excluído não é um indivíduo marginalizado, segregado, desumanizado. Ao contrário, seu discurso age no sentido de desmarginalizar, humanizar, dignificar e mesmo felicitar os excluídos pela sua bravura, esperança e vitória cotidiana (Matos, 2009, pp. 188-189).

Baseado em Arendt (1993) para quem o poder relaciona-se à capacidade de conduzir a ação do outro ao seu desejo, Ferreira (2011) destacou a importância dos meios de comunicação na condução da ação coletiva, possibilitando a materialização no lugar de projetos exógenos.

A grande mídia sistematicamente insiste em ignorar o abismo social que atinge a população brasileira, atribuindo apenas ao ‘esforço individual’ as condições para ‘melhoria de vida’, como se o acesso aos serviços essenciais de qualidade não fizesse diferença. Faz parte de um sistema que invalida o saber e os dizeres das massas, conforme se depreende da aceção de Foucault:

(...) existe um sistema de poder que barra, profbe, invalida esse discurso e esse saber [das massas]. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (Foucault, 2007, p. 42).

Para o autor as relações de poder não podem existir, funcionar, sem a produção, a acumulação, a circulação e um funcionamento do discurso.

Claro que a produção do discurso não é especificidade da mídia, mas a veiculação e a produção de tendências pela grande mídia e a propaganda, nos dias atuais, é fundamental, especialmente em sociedades cuja competência de decodificação das causas profundas que

subjaz o que está sendo veiculado é muito prejudicada pela baixa escolaridade da população, como ocorre no Brasil.

Pode-se considerar ainda que a mídia tem veiculado um real tão trágico que afasta o cidadão de sua realidade imediata, porque mostra um mundo pior do que o vivido por ele, criando uma ideia de que os problemas próximos não são tão graves (Silva J. B., 2007).

Desse modo, conformam-se as consciências a um estado letárgico, de aceitação, que tende a dificultar a organização popular e sua mobilização para a solução de problemas, bem como atribuem aos movimentos sociais a alcunha de baderneiros, dificultando a identificação dos que se consideram a favor da ‘ordem’.

Estudos sobre as notícias veiculadas pela mídia sobre os Sem-teto constataram que a mídia de massa no Brasil tende a divulgar e construir representações sociais que criminalizam as ocupações de imóveis urbanos levando a crer que as pessoas que ali militam são vagabundas e criminosas (Cloux R. F., 2011), (Tomimura & Muniz, 2012).

Além disso, a mídia trata de ignorar as manifestações sociais, não divulgando notícias sobre diversas ações, a fim de não visibilizar a luta dos povos excluídos (Maricato, 2011).

A mídia está na intercessão entre o mercado e a sociedade pautando-se pela lógica do lucro e da ordem estabelecida, de modo a encarregar-se de criminalizar os movimentos sociais, apontando-lhes como perturbadores da ordem e do consenso (Miranda L. C., 2008).

Numa sociedade ainda pouco crítica, esse discurso tende a predominar no imaginário popular e é necessário empenho para mudar esse modo de ver os movimentos sociais, especialmente os movimentos socioterritoriais, que contestam a especulação fundiária e imobiliária na cidade e no campo, de modo que:

(...) torna-se importante testemunhar a ocupação como um lugar de produção de meios de vida, que possibilita a luta concreta pela moradia a partir de uma recusa à passividade e ao assistencialismo (Tomimura & Muniz, 2012, p. 454).

Destaca-se ainda a forma como os Sem-Teto se organizam para trabalhar nas ocupações e constataram a evolução individual das pessoas a partir do trabalho coletivo e da participação nos processos decisórios, politizando-se (Tomimura & Muniz, 2012).

Ribeiro (2011) indicou que está havendo inversão e o discurso do habitante tem sido substituído pelo da imprensa. Nessa perspectiva, que parece se confirmar, vive-se tempos complicados em relação à decodificação do real, especialmente quando atribui-se à imprensa ‘ser porta voz da sociedade’, indicando o que a sociedade quer, espera, almeja, sabendo-se que as estratégias de manipulação são utilizadas sem um mínimo de obediência à ética, na perspectiva de que se vende as notícias, ou simplesmente, há um alinhamento de interesses na manutenção das coisas como estão e explicita as dificuldades de combater a ‘imagem com o verbo’, razão pela qual advoga a favor da cartografia social:

A acumulação de capital comandada pelo capital financeiro radicaliza práticas de convencimento apoiadas na visão e aumenta a sobrecarga de imagens e de leituras outorgadas da experiência social [...]. É muito difícil combater a sedução da imagem com o verbo, que exige tempo e atenção. (Ribeiro A. C., 2011, p. 24).

Outras estratégias de comunicação, especialmente utilizando a internet, nas lutas a favor da transparência, no compartilhamento das lutas por inclusão social e direitos fundamentais, são essenciais para situar a sociedade a favor dos movimentos sociais. Ampliá-las, qualificá-las e torná-las mais visíveis são fundamentais para que as formas alternativas de pensar a sociedade e o mundo possam ser mais conhecidas e debatidas.

2.4.4 A Igreja Católica e outras organizações religiosas

A Igreja Católica tem sido reavaliada na análise dos movimentos sociais ao se constatar sua presença, em diferentes formas e níveis de intensidade na organização popular, no estabelecimento de bases críticas para o questionamento de injustiças.

A defesa dos povos pobres e oprimidos da América Latina foi redimensionada a partir da Conferência do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) em Medellín (1968), Colômbia, na qual a justiça social passou a ser central e fundamentou a teologia da libertação que significaria a aproximação da Igreja Católica com os mais pobres, cabendo-lhe promover transformações sociais de combate às injustiças, cobrando do governo ações efetivas, denunciando a venalidade, os abusos e desigualdades entre ricos e pobres, entre fracos e poderosos (Carvalho, 2007).

Essa Igreja defensora dos mais fracos, que exige outras posturas de seus fieis e dos governos resultou em movimentos importantes de renovação, onde espíritos e práticas mais progressistas e humanistas assim permitiram.

Na Bahia, a Companhia de Jesus fundou o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) em 1967, que desenvolve um importante trabalho de base:

(...) um trabalho político-educativo com setores populares, buscando alcançar o público mais desassistido e os extratos da população de renda mais baixa. Procuramos favorecer e incentivar a tomada de iniciativas próprias e autônomas por parte dos grupos populares com os quais trabalhamos, contribuindo para superar a longa história de exclusão social e autoritarismo decorrente da dominação das elites sobre o povo brasileiro (<http://ceas.com.br/institucional/sobre/>).

Evidente que nem todos os setores da Igreja católica são progressistas e se mobilizam com todas as forças para promover a justiça social. Exemplo disso foi a luta realizada pela freira Irmã Dulce, desde 1940, dentro de sua própria ordem religiosa para realizar um trabalho de assistência social aos doentes do subúrbio de Salvador, que se tornou na atualidade uma referência no Brasil.

Doimo (1983) reitera a importância atribuída por Singer (1980) à Igreja Católica no processo de organização de movimentos populares (dentre os quais os de bairro, por moradia), a partir do trabalho das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

Em fins da década de 1960 e início da década de 1980, sob o golpe militar brasileiro, centenas de padres haviam sido presos, sete mortos e vários torturados, bem como a Igreja sofria com a repressão nos moldes estabelecidos pelos militares (Carvalho, 2007), o que demonstra que a Igreja atuava contra o golpe, apesar de tê-lo apoiado no início. Essa postura progressista fora vista com perplexidade por muitos pesquisadores que vivenciaram esse período, devido à histórica aliança da Igreja com o Estado (Doimo, 1983).

Um exemplo da atuação junto aos movimentos sociais rurais é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que mais tarde se tornara ecumênica, associando outras igrejas, a exemplo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB (CPT, Comissão Pastoral da Terra, 2017).

A CPT realiza um importante trabalho de conscientização política e apoio às lutas populares, especialmente dos movimentos que atuam no espaço rural brasileiro.

Nas cidades, especialmente nas favelas, conforme constatou Menegat (2005), a população está à mercê da parca ação social do Estado ou de instituições religiosas como as Igrejas evangélicas:

[...] observam-se novas e extensas regiões relativamente homogêneas, onde a renda familiar oscila entre zero e um salário mínimo: “Aqui você anda e anda e não é capaz de juntar um real. Tem

muita criança que não é registrada e quando morre é enterrada no quintal mesmo. O vizinho faz de conta que não viu porque ele já viveu a mesma situação” [depoimento de morador de periferia de duque de Caxias, RJ]. Sem acesso aos meios necessários à vida urbana, os moradores das novas periferias metropolitanas aguardam a sorte de serem incluídos em programas de assistência social do Estado ou das Igrejas Evangélicas (Menegat, 2005, p. 116).

Depreende-se daí que para além do Estado e seu desinteresse crônico em resolver a questão da moradia no Brasil, há a atuação das Igrejas evangélicas nos territórios mais pobres das cidades, mas a sua participação na organização direta da luta por moradia não é muito comum.

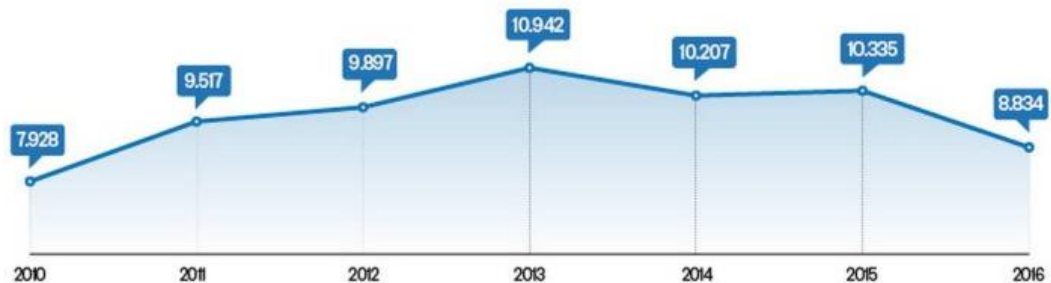
É fato notório no Brasil que as instituições que atuam ‘na fé’ tem se ampliado em níveis nunca vistos. O número de novas organizações religiosas é fenomenal, atingindo uma média de mais de 9.000 instituições ao ano entre 2010 a 2016 (Figura 7).

Caso seu crescimento esteja relacionado à pobreza e situação de vulnerabilidade da população, é provável que continue aumentando. Se realizarão atividades de organização popular para o combate à exclusão socioterritorial e para a ampliação da justiça social, o futuro revelará.

Quanto à relação entre as religiões de matriz africana e os movimentos de luta por habitação, não se encontram muitos estudos, embora de modo geral, entenda-se que a luta pela permanência dos terreiros de candomblé seja uma luta territorial e urbana, tratando-se de uma religião ‘territorial’ (Júnior, 2014).

RITMO INTENSO

REGISTRO DE ORGANIZAÇÕES
RELIGIOSAS NOS ÚLTIMOS SETE ANOS



Fonte: Receita Federal

Editoria de Arte

Figura 7 Registro de organizações religiosas no Brasil

Fonte: Grillo (2017)

Devido à escravidão e à hegemonia branca, as religiões africanas sofreram forte discriminação e perseguição, de modo que precisaram aculturar-se num sincretismo religioso forçado, mas utilizado como forma de resistência.

Atualmente, com mais de 80% de sua população composta por afrodescendentes, Salvador possui 1408 terreiros identificados pelo CEAO-UFBA (Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia) (Santos J. T., s/d) e boa parte deles foram mapeados (Figura 8). Para os demais municípios estudados não foram encontradas tais informações.

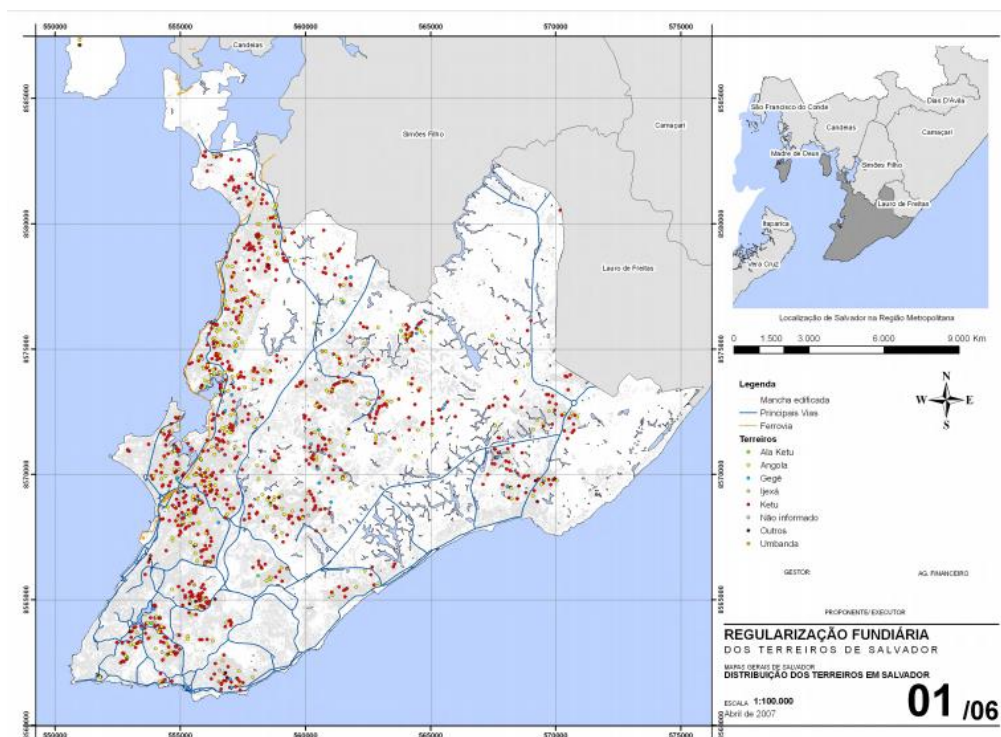


Figura 8 Terreiros de Candomblé em Salvador

Fonte: (Afro-Orientais, 2007)

Esses terreiros já estão muito diferentes, perderam suas áreas, suas ‘roças ou terreiros’ onde estabelecem uma relação de respeito e reciprocidade com os elementos naturais que são sagrados já que representam divindades e seus poderes, devido às inúmeras perseguições que sofreram ao longo do tempo e à especulação imobiliária (Santos C. O., 2009).

A força da resistência do povo de santo pode inspirar a luta por habitação já que a persistência e diferentes estratégias elaboradas ao longo do tempo permitiram sua sobrevivência contra todas as adversidades.

2.4.5 A Universidade

Foucault (2007) indicou que apesar das mudanças e crises, a Universidade amplia seu poder através de uma multiplicidade de intelectuais que são afetados e se referem à Universidade. Considerou que há uma mudança sobre o ‘intelectual universal’ – escritor – que se propunha a ser defensor da sociedade e das verdades universais (diferente dos que são competências a serviço do Estado ou do capital), para o ‘intelectual específico’ que passa a engajar-se nas lutas reais, cotidianas – considerando que as massas possuem saberes e consciência suficientes para falarem por si mesmas –, de modo que a ação sobrepõe-se à mera escrita, constituindo-se a própria teoria em prática.

Nesse sentido é interessante considerar a advertência de Lacoste (2006) ao concluir que por melhor intencionado que seja um pesquisador, será sempre alguém de fora aos olhos dos que estão diretamente imbuídos nas lutas. Entretanto há os casos em que a militância intelectual torna-se também prática, a partir de diferentes formas de participação.

Os intelectuais podem auxiliar a descobrir o sistema de verdades, fazê-lo aparecer, uma vez que na perspectiva de Foucault (2007), são produzidos por grandes aparelhos econômicos ou políticos – universidade, exército, escritura, meios de comunicação – de cada sociedade:

[...] os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2007, p. 10).

De modo complementar, realizou-se uma consulta¹⁰ ao diretório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), do Brasil, a fim de identificar os grupos e linhas de pesquisa mais diretamente envolvidas com o estudo dos movimentos sociais.

Foram encontrados 89 grupos de pesquisa em que os ‘movimentos sociais’ compõem a própria nomenclatura do grupo. São grupos das mais diversas áreas do conhecimento como: Geografia, Educação, Direito, Sociologia, Economia, Serviço Social, História, Filosofia, Antropologia, Ciência Política e Psicologia, em Universidades de diferentes Estados do Brasil, tanto públicas como privadas.

Se o termo ‘movimentos sociais’ for pesquisado na composição de nomes dos grupos, de suas linhas de pesquisa e das palavras-chave das linhas de pesquisa, são encontrados 740 registros e ampliam-se as áreas de pesquisa para Agronomia, Saúde Coletiva, Ciências Ambientais, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Comunicação, Linguística, Administração, Artes, Ciência da Computação, Arqueologia, Educação Física, Arquitetura e Urbanismo, Teologia, Geociências, dentre outros.

As Universidades e seus pesquisadores poderão ampliar o importante papel de denúncia em relação às mazelas sociais e a atuação constante dos movimentos sociais para saná-las, atuando em novos campos de força política, além de oferecer apoio direto a partir de projetos de extensão.

2.4.6 Os políticos, a habitação e a política partidária no movimento

Ao avaliar a aliança entre o estado brasileiro, os grandes empreiteiros e os políticos na atualidade, Boulos (2013) indicou que ainda vive-se o esquema da troca de favores, baseado no financiamento das campanhas eleitorais dos partidos por parte dos empreiteiros e o ‘retorno’ dos políticos eleitos sob a forma da destinação de grandes obras públicas - muitas vezes superfaturadas - para as empreiteiras, além de outras facilidades, a exemplo da implantação de infraestrutura nas áreas que interessam ao capital imobiliário, despejos e remoções de comunidades em áreas ‘irregulares’ e que agora interessam ao capital imobiliário, além de mudanças na legislação para flexibilizar as leis que possam atrapalhar o ‘progresso imobiliário’:

É assustador: mais da metade (54%) dos deputados federais e senadores eleitos em 2010 recebeu “doações” de grandes construtoras. (...) As grandes empreiteiras, sozinhas, representaram 25% de todos os gastos com campanha eleitoral no Brasil em 2010. E isto só em doações registradas, sem contar o famoso e gordo caixa dois.

Para não correr o risco de perder, financiam os dois lados da disputa. (...) De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral [2014], a campanha da petista [Dilma Rousseff] recebeu um valor total de R\$ 350 milhões. A do tucano [Aécio Neves] ficou com R\$ 226 milhões (Boulos, 2013, pp. 60-61).

No ano de 2017 as relações entre empresas e políticos tornaram-se ainda mais evidentes a partir das denúncias em delações premiadas no processo de investigação da corrupção política brasileira, de empresários de gigantes dos ramos da construção civil e de carnes do Brasil, que obtinham favorecimento em operações creditícias e mesmo aprovação de leis. As denúncias

¹⁰ Consulta realizada em 10 de novembro de 2016 em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf.

dos empresários do frigorífico JBS atingiram 1829 políticos brasileiros (Landim & Agostini, 2017).

A estimativa é de que sejam desviados cerca de R\$200 bilhões por ano no Brasil (Macedo, 2015) ou, aproximadamente US\$60 bilhões, valor superior ao PIB do Uruguai, da Bolívia e do Paraguai.

Ante o cenário político atual que se tornou público no Brasil, parece ser acertado afirmar que vive-se numa ‘plutocracia’(disfarçada em democracia), que pode ser entendida como um processo em que “Um indivíduo ou um pequeno grupo de financistas manipula os espaços econômicos e corrompe os políticos segundo seus interesses, graças ao poder do dinheiro e da sua desfaçatez” (Grün, 2007, p. 86). O problema da corrupção no Brasil e da captura do Estado por políticos cooptados por agentes financeiros dificulta o acesso dos movimentos de luta por habitação aos créditos habitacionais, bem como da disponibilização de moradias a custos mais baixos para a população de baixa renda.

A questão da relação de associações de moradores e de movimentos de luta por melhorias urbanas com o Estado e dos associados com os políticos, em Fortaleza, no fim do século XX, indicou que: “Existe, sem dúvida, dividendos político-partidários para quem controla essa ou aquela associação” (Silva J. B., 1992, p. 91).

Essa é uma questão que precisa ser considerada, mas também não se pode supor que haverá uso ‘eleitoreiro’ por parte das lideranças; essa é outra ‘espada’ apontada para as lideranças dos movimentos sociais, além da cooptação (Souza M. L., 2006).

O processo de organização dos movimentos pode fazer emergir os ‘empresários do movimento’ aos quais se refere Harvey (2013) e é preciso estar atento a esse problema, mas é igualmente necessário pensar que as pessoas precisam ter do que viver, de modo que o debate sobre como as lideranças se mantêm precisa ser realizado com muita cautela para evitar acusações mal fundamentadas.

Por essa razão, buscou-se compreender como se dá a relação dos movimentos investigados com a política eleitoral, que constituem-se, conforme a perspectiva de Zibechi, novos desafios a serem enfrentados pelos Movimentos:

En paralelo, el movimiento actual está sometido a debates profundos, que afectan a las formas de organización y la actitud hacia el Estado y hacia los partidos y gobiernos de izquierda y progresistas. De la resolución de estos aspectos dependerá el tipo de movimiento y la orientación que predomine en los próximos años (Zibechi R., 2007, p. 26).

Para além da política externa aos movimentos sociais, existem também importantes elementos da política interna e podem ocorrer disputas internas que são inerentes aos espaços onde há poder, conforme constatara Cloux (2008) referindo-se a ‘disputas entre os campos políticos no MSTs’, que são capazes de promover rupturas entre lideranças e constituir outros movimentos, como ocorreu com o MSTs, do qual resultou o MSTB.

Tal premissa foi também constatada por Fontoura (2008), que destacou as disputas pessoais em Associações:

Consideramos que a cidade se encontra permeada por pensamentos e ações que vão além das lutas que opõem capital e trabalho, por exemplo, no caso das disputas pessoais dentro das Associações de Moradores (AMs), e que acabam por dificultar a organização dos indivíduos em torno de ações de cunho estrutural (Fontoura, 2008, p. 357).

Trata-se, conforme a perspectiva de Santos (2011) de embates e solidariedades, das disputas de poder, geradores de tensões e conflitos internos, que precisam ser disciplinados por mecanismos de organização interna, capazes de conter as forças disruptivas.

É preciso que haja uma orquestração muito bem feita entre os participantes de um movimento social, a fim de que as forças individuais sejam potencializadas na coletividade, de modo que a mediação das tensões do jogo político do próprio movimento possibilite a sua existência ou sua extinção, bem como a separação. Nesse contexto emergem os líderes dos movimentos como elementos chave no processo de acomodação de tensões e potencialidades individuais a partir de sua capacidade de negociação.

Ante tais complexidades é importante atentar para a advertência de Souza (2012) de que apesar das ideias promissoras da nova geração dos movimentos sociais, ainda ocorrem formas verticais de organização popular e centralismos que dificultam a autogestão e a autonomia populares, tornando-se obstáculos e contradições que devem ser superados e, por isso conclama que “É preciso perseverar com a honestidade de não exagerar as virtudes nem silenciar sobre os problemas” (Souza M. L., 2012, p. 91).

Os agentes hegemônicos atuam para dificultar o acesso dos mais pobres às benesses socioeconômicas, produzindo as extremas desigualdades que historicamente o colonialismo permitiu – que atualmente viram lucro ao supervalorizar as áreas formais da cidade –, mas que resultou nas cidades bomba-relógio, nas quais a maioria das pessoas vivem nos limites do habitar dos quais fala Souza A. G. (2008), marcados pela luta para ‘sobre-viver’, em que a ausência ou precariedade da moradia é um dos principais fatores, mas não o único. Conhecer e combater suas práticas é obrigatório para os que buscam igualdade e isso não se restringe aos movimentos sociais.

Os movimentos sociais reivindicam acesso à moradia, da qual estão efetivamente excluídos e seu exemplo é capaz de inspirar manifestações contra os despejos daqueles que se viram impossibilitados de pagar suas hipotecas, como ocorreu na Espanha, conduzindo a uma modificação na concepção social do problema, de que pessoas irresponsáveis endividaram-se mais do que podiam pagar, para uma concepção de que os problemas advindos das políticas que produziram a cidade neoliberal que não prioriza o bem estar dos cidadãos e conduz boa parcela deles à pobreza e ao despejo, não se pode conceber, criando o movimento dos indignados (González, No prelo).

Ainda mais notória se torna a ação dos movimentos de luta pela habitação na Bahia, quando se constata que diferente dos países desenvolvidos, em que as manifestações ocorrem a partir de uma classe média bem instruída, que utiliza amplamente a internet, os movimentos de Sem-teto brasileiros são realizados por pessoas que mal se instruíram e/ou estão se instruindo ao fazerem o movimento, com exceção de alguns coordenadores.

É necessário ampliar o olhar para o fato de que a cidade caótica, violenta, com poucas condições de habitabilidade em diversas áreas, torna cada vez mais caras e rentáveis as áreas em que o capital imobiliário atuará para produzir a ‘pseudo’ cidade segura, com bons serviços, bons padrões de habitabilidade.

Trata-se de um embate ideológico, de racionalidades, que não se situa apenas no âmbito federal, mas sim no âmbito local, no cotidiano, na esfera do indivíduo ou grupos de indivíduos cujas ações, desejos e motivações fazem a diferença.

A questão da moradia abrange desde o Sem-Teto, que milita pela moradia, ao deficiente físico que necessita locomover-se, ao prefeito, assessores e funcionários dos municípios, aos funcionários dos bancos que possibilitam e/ou dificultam o acesso ao crédito, ao juiz que delibera sobre a legalidade, aos policiais que executam as deliberações judiciais, às pessoas que cotidianamente emitem juízo de valor sobre os fatos (muitas vezes sem a criticidade suficiente sobre a moralidade das situações, já contaminadas por leituras pejorativas), aos professores, pesquisadores e intelectuais que podem auxiliar a reinterpretar os processos e valorizar as lutas com vistas a uma sociedade mais justa, aos arquitetos e engenheiros que

podem acolher as demandas dos mais pobres, aos professores, padres, pastores e técnicos de instituições públicas e privadas que podem apoiar as entidades populares.

O cumprimento das Leis de interesse social existentes depende de vontade sociopolítica e de pressão política – de todos, ou seja, do desejo de produzir uma sociedade e um espaço urbano mais justos que, infelizmente parece ainda não ter contagiado a parcela acostumada com as benesses da manutenção da exploração dos mais pobres. Esse legado escravista, colonial, precisa com urgência ser superado; afinal, apesar de haverem muitos muros e poucas pontes (Souza M. L., 2006) entre a cidade formal e a informal, entre o morro e o asfalto, entre o condomínio e a favela, não é possível o isolamento completo das elites em suas ‘ilhas utópicas’ (Gomes P. C., 2010) ou feudos (Rodrigues, 2010): é preciso recuperar o sentido do encontro, do estar com o outro, do ‘com-viver’, retomando a cidade como possibilidade para uma vida em que não prevaleça a ideia privada de felicidade, muito mais incluyente do que excludente.

Devido ao seu potencial transformador, de mudança, os movimentos sociais de luta por habitação são criminalizados pelos agentes hegemônicos que reservam a cidade para o lucro, por questionarem a ‘ordem vigente’ e fazerem ver que ‘alguma coisa está fora da ordem’, já que a cidade deveria ser para a vida, contrários à racionalidade dominante calcada no mercado e propagada pela mídia.

Essa razão crítica e pulsante dos movimentos de luta pela habitação corresponde àquelas indicadas por Santos (2002, p. 115): “É somente a partir de tais irracionalidades que é possível a ampliação da consciência”.

A consciência universal de que outro mundo calcado em noções de solidariedade é possível (Santos M. , 2002) seguramente auxiliaria na redução das imensas desigualdades sociais a partir da efetiva inclusão social, de modo a atender desde os Sem-teto a qualquer outro grupo humano que se encontre em condições indignas de vida.

Capítulo 3

CIDADES EXCLUDENTES E RESISTÊNCIA POPULAR

A CASA¹¹

Era uma casa
Muito [desen]graçada
Não tinha teto
Não tinha nada
Ninguém podia

Entrar nela não
Porque na casa
Não tinha chão
Ninguém podia

Dormir na rede
Porque a casa
Não tinha parede
Ninguém podia
Fazer pipi
Porque penico
Não tinha ali
Mas era feita
Com muito esmero
~~Na Rua dos Bobos~~
~~Número Zero.~~

(Vinícius de Moraes)



¹¹Poesia infantil. Foto: Barraco no Quilombo Lucas da Feira (Oriana Araujo)



3 ESPECIFICIDADES, PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO DA MORADIA NAS CIDADES MÉDIAS E GRANDES DA BAHIA

3.1 CIDADES MÉDIAS E GRANDES DA BAHIA: DISPARIDADES

Desde 1960 o incremento da população urbana na Bahia foi maior que o da população rural, com aumento sensível do ritmo de crescimento urbano em 1970, de modo que em 1980 a população urbana ultrapassou a população rural (Gráfico 1).

Nesse período, as cidades que cresciam mais e as que se industrializavam atraíam a mão-de-obra disposta a deixar o campo em busca de trabalho, instrução e melhores condições de vida, num mito do urbano como modo de civilidade que não se confirmou no Brasil (Porto-Gonçalves, 2010) porque os gestores públicos e as políticas públicas urbanas vigentes nas cidades não ofereceram um ambiente urbano adequado, serviços e moradia à população recém-chegada na mesma proporção que a demanda proveniente da urbanização acelerada em curso, bem como o desenvolvimento econômico não produziu a empregabilidade formal desejada.

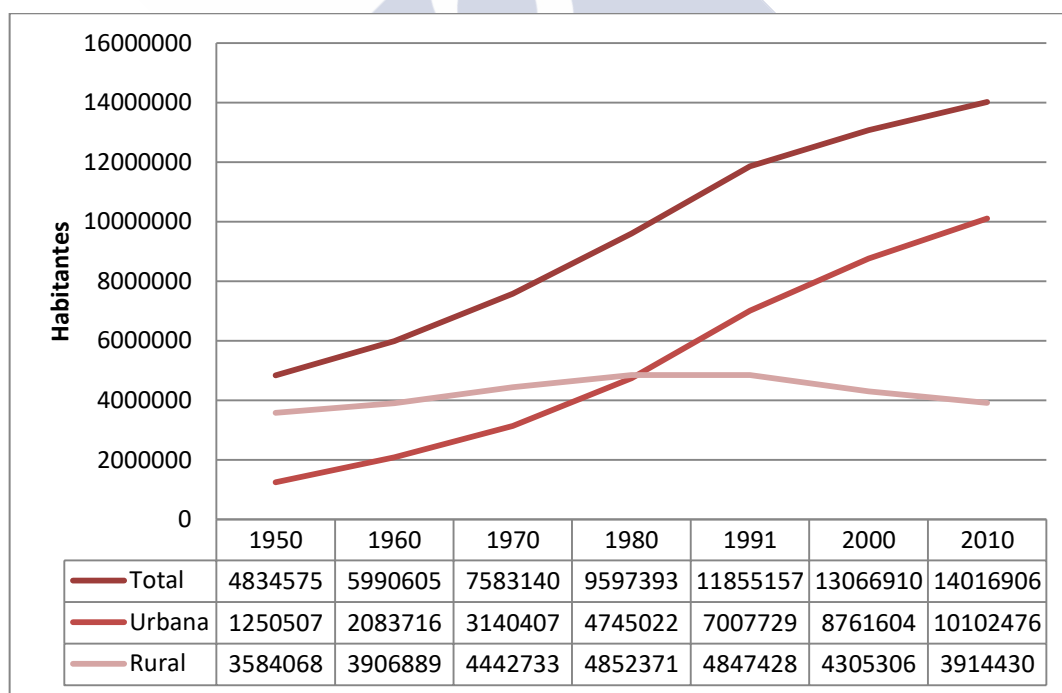


Gráfico 1 Bahia: população total, urbana e rural (1950-2010)

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Oriana Araujo

O descaso, a omissão seletista do poder público associado à letargia do poder judiciário em relação à garantia do bem estar e dos direitos humanos fundamentais, parece ser a melhor explicação para um dos enigmas da Bahia: as razões de um Estado rico, correspondente ao

sétimo maior produto interno bruto do Brasil em 2015 (SEI, 2017), dentre os 27 Estados brasileiros (após SP, RJ, MG, RS, PR e SC), com o quarto maior contingente populacional do país – após SP, MG e RJ (IBGE, SIDRA, 2010) – possuir uma população tão empobrecida, como se constatou em sua capital Salvador e nas demais cidades pesquisadas, a partir da análise do rendimento mensal da população.

Na Bahia, entre os anos de 2000 e 2010 houve um acréscimo de 15,16% na população urbana, enquanto ocorreu um decréscimo de -8,92% na população rural (Silva & Silva, 2011), numa tendência de esvaziamento do campo iniciada na década de 1960 que deve se manter em 2020, uma vez que as políticas estaduais e municipais para a manutenção da população rural são ainda muito tímidas. Apesar disso, em 2010 a Bahia permaneceu como o Estado brasileiro de maior contingente populacional rural absoluto.

Uma parte dos migrantes passou a trabalhar informalmente, configurando a ‘velha e atual’ hipertrofia do setor terciário (Santos M., 2008) caracterizado como fenômeno alternativo do “(...) subemprego urbano, marginalidade social ou setor informal urbano” (Souza G. A., 1980, p. 107). Contudo, muitos dos pobres urbanos desse início de século XXI já são os ‘filhos do êxodo’ (como lembra Mira Alves, coordenadora do MSTB), são os filhos dos migrantes pobres do século XX mais os filhos dos pobres que já estavam nas cidades, a exemplo dos escravos libertos.

A moradia em bairros mais distantes onde o aluguel é mais barato, em barracos, cortiços no centro, a coabitação forçada configurou favelas, “invasões”, loteamentos irregulares e outros ‘jeitos’ encontrados pelos mais pobres das atuais cidades médias e grandes da Bahia, como ocorrera nas maiores cidades de quase todo o Brasil.

Apesar de todas as adversidades no espaço urbano das maiores cidades baianas, o fluxo migratório se manteve, seguiu insensível à baixa possibilidade de inserção na economia formal urbana, o que está relacionado a fatores de repulsão do espaço rural baiano (Souza G. A., 1980), além do baixo dinamismo socioeconômico das cidades pequenas, mais do que exatamente a fatores de atração no espaço urbano das maiores cidades da Bahia.

Reiterando a comparação de que a Bahia é um resumo histórico e geográfico expressivo do Brasil no que tange à questão do desequilíbrio regional (Silva S. B., 2003), observa-se que o processo de urbanização na Bahia também coaduna com o que ocorreu no Brasil, cuja crise urbana advém da orientação dos gastos públicos para os agentes socioeconômicos hegemônicos, resultando no seguinte quadro:

(...) a grande cidade, mais do que antes, é um pólo da pobreza (a periferia no pólo...), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas. (...)

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial. (Santos M., A Urbanização Brasileira, 2009, p. 10).

Ainda para o autor, devido a tantas necessidades emergentes e a ausência de respostas, a cidade brasileira do futuro está “(...) fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções” (Santos M., 2009, p. 11).

Apesar disso, boa parte da população parece ter se acostumado com a ideia de espaço urbano que existe, esquecendo-se de questionar o papel do Estado (escala municipal, estadual e federal) e sua omissão na constituição de cidades que ofereçam espaços dignos para a moradia e para a vida urbana, conforme o modelo de cidade forjado pelas camadas mais abastadas financeiramente, que segregam-se em condomínios fechados, bairros vigiados e não

se ocupam da cidade para todos. Seguramente o esclarecimento, a ampliação da escolaridade e criticidade devem produzir cidadãos mais cômicos de seus direitos e dos deveres do Estado.

Nesse sentido, a existência de movimentos de luta por habitação revela a insurgência contra o modelo excludente de cidade que a Bahia possui, colocando o cidadão em sua condição efetiva de produtor do espaço urbano, como protagonista na denúncia da desigualdade e da exclusão a partir da própria condição de ser Sem-teto e na defesa do direito à morada digna e à cidade.

As cidades da Bahia aqui consideradas médias e grandes— ou aquelas com mais de 50.000 habitantes — correspondem a 24 cidades ou cerca de 6% de um total de 417 cidades e possuem juntas 5.626.835 habitantes, o que representa aproximadamente 60% de um total de 9.381.569 habitantes que viviam em cidades na Bahia em 2010 (IBGE, Sinopse do censo demográfico – 2010, 2010) conforme demonstra a Tabela 1.

Esse contingente populacional é muito significativo, especialmente ao se considerar que no total, os 5.626.835 hab. dessas 24 cidades com mais de 50.000 hab. da Bahia, é maior do que a população absoluta de quinze Estados brasileiros: Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Amazonas, Amapá, Acre, Roraima e Rondônia (IBGE, IBGE Cidades, 2010).

Tabela 1 Bahia: População total urbana e quantidade de cidades por classe de habitantes (2010)

Habitantes	Cidades (absoluto)	% sobre o total de cidades	População das cidades (hab.)	% sobre o total da população urbana
De 501 a 1 000	2	0,5	1 517	0,02
De 1 001 a 2 000	13	3,1	20 815	0,22
De 2 001 a 5 000	117	28,1	396 350	4,22
De 5 001 a 10 000	142	34,1	988 280	10,53
De 10 001 a 20 000	80	19,2	1 155 467	12,32
De 20 001 a 50 000	39	9,4	1 192 305	12,71
Mais de 50 000	24	5,8	5 626 835	59,98
De 50000 a 65000	7	1,7	419 416	4,47
De 65000 a 100000	5	1,2	441 426	4,71
De 100000 a 150000	5	1,2	659 551	7,03
De 150000 a 200000	4	1,0	675 294	7,20
De 200000 a 300000	1	0,2	260 260	2,77
De 300000 a 600000	1	0,2	495 965	5,29
Mais de 600000	1	0,2	2 674 923	28,51
Total	417		9 381 569	

Fonte: (IBGE, Sinopse do censo demográfico - 2010, 2010). Elaboração: Oriana Araujo

É importante destacar as disparidades demográficas existentes no conjunto dessas cidades, explicitado no fato de Salvador ter 2.674.923 hab. (IBGE, 2010), que corresponde a 28% da população do Estado, além da concentração econômica e decorrentes, caracterizando a macrocefalia urbana (Santos M. , 2012) na Bahia, que já fora associada ao processo semelhante da França quando se podia falar em Paris e o deserto francês, como fizera Gravier, que advertiu sobre os condicionantes das redes urbanas serem muitos diferentes (Santos M. , 2010).

Poder-se-ia relacionar também Salvador e o deserto baiano, mas tal metáfora já não ilustra tão bem o espaço baiano, devido ao fato de que nesse início de século XXI, a rede urbana baiana está um pouco mais equilibrada. Entretanto, a concentração populacional e do dinamismo econômico ainda continua sensível, de modo que a rede urbana baiana pode ser caracterizada como uma rede urbana dendrítica, devido à forte atração da capital do Estado, à existência de poucas cidades médias que são também muito diferentes entre seus reais potenciais e zonas de influência, dentre outros fatores (Silva S. B., 2003), (Correa, 2006), (Dias & Araújo, 2013).

O contingente populacional é um indicador social que apesar de não expressar os fluxos que caracterizam as cidades e suas interações, expressa em parte as potencialidades, haja vista o fato de terem seus crescimentos demográficos mais ou menos amplos, que é fator fundamental (mas não exclusivo) na relação entre demanda e oferta de habitações (públicas e privadas), de que resulta a exclusão contra a qual militam os Sem-teto organizados em movimentos sociais. Tais dissimetrias são semelhantes ao que acontece com a rede urbana brasileira e já foram explicitadas por diferentes pesquisadores (Silva & Rocha, 2003), (Alcoforado, 2007), (Santos J. , 2009), (Porto, 2003).

Além do estudo “REGIC – Regiões de Influência das Cidades”, do IBGE, cuja especificação para a rede urbana da Bahia e relevância encontram-se demonstradas em Caldas & Souza, 2009, outros estudos como os de Dias & Araújo (2013), além de Aveni, Galindo, & Oliveira (2016) sugerem nomenclaturas e classificações distintas para a rede urbana baiana. Mas ante as diferenciações do conjunto de cidades estudadas e as demais cidades da Bahia, considerá-las como médias e grandes – mais próxima da abordagem de Santos J. (2009) – e subdividi-las em classes a partir de seus contingentes populacionais em pequeno, médio e grande porte (Tabela 2 Cidades da Bahia com mais de 50.000 habitantes (2010) Tabela 2) é uma estratégia de abordagem para tornar mais didática a exposição dos dados que não pretende impor-se como uma classificação para a rede urbana baiana, haja vista não ser o objetivo dessa pesquisa.

Depreende-se dos dados expostos na Tabela 2 que 50% das cidades pesquisadas possuem menos que 100.000 habitantes, das quais 29% possuem menos de 65.000 habitantes, distribuídas da seguinte forma, da menor para a maior (considerando-se sua posição ordinal em relação às demais): Luís Eduardo Magalhães (24°), Guanambi (23°), Irecê (22°), Valença (21°) e Itapetinga (20°), Dias D’Ávila (19°) e Candeias (18°), enquanto outras 21% possuem contingentes habitacionais variando entre 65.000 a 100.000, a exemplo de Santo Antônio de Jesus (17°), Porto Seguro (16°), Paulo Afonso (15°), Eunápolis (14°) e Simões Filho (13°), constituindo Cidades Médias de Pequeno Porte (CMPP) (Figura 9).

As cidades que possuem entre 100.000 hab. e 200.000 hab. perfazem 38% do conjunto investigado, conformando as Cidades Médias de Médio Porte (CMMP), das quais Alagoinhas (12°), Barreiras (11°), Teixeira de Freitas (10°), Jequié (9°) e Ilhéus (8°) têm menos de 150.000 hab., enquanto Juazeiro (7°), Camaçari (6°), Lauro de Freitas (5°) e Itabuna (4°) têm mais que 150.000 e menos de 200.000 habitantes. A cidade de Itabuna (4ª maior), que associada a Ilhéus (8ª maior) atinge mais de 300.000 habitantes, num bipolo ligado tradicionalmente à produção cacaueteira no sudeste do Estado (Fonseca, 2005), ultimamente sob a primazia de Itabuna em detrimento de Ilhéus, que já fora o centro mais dinâmico.

Tabela 2 Cidades da Bahia com mais de 50.000 habitantes (2010)

Posição (população absoluta)	Cidade	População residente na sede (2010)	Classe
1º	Salvador	2 674 923	Metrópole
2º	Feira de Santana	495 965	Cidade Grande (CG)
3º	Vitória da Conquista	260 260	Cidade Média de Grande Porte (CMGP)
4º	Itabuna	199 643	Cidade Média de Médio Porte (CMMP)
5º	Lauro de Freitas	163 449	CMMP
6º	Camaçari	160 866	CMMP
7º	Juazeiro	151 336	CMMP
8º	Ilhéus	148 577	CMMP
9º	Jequié	136 470	CMMP
10º	Teixeira de Freitas	128 482	CMMP
11º	Barreiras	123 741	CMMP
12º	Alagoinhas	122 281	CMMP
13º	Simões Filho	95 043	Cidade Média de Pequeno Porte (CMPP)
14º	Eunápolis	93 413	CMPP
15º	Paulo Afonso	93 404	CMPP
16º	Porto Seguro	80 267	CMPP
17º	Santo Antônio de Jesus	79 299	CMPP
18º	Candeias	64 722	CMPP
19º	Dias d'Ávila	62 473	CMPP
20º	Itapetinga	61 403	CMPP
21º	Valença	59 476	CMPP
22º	Irecê	58 350	CMPP
23º	Guanambi	58 111	CMPP
24º	Luís E. Magalhães	54 881	CMPP

Elaboração: Oriana Araujo. Fonte: IBGE (2010)

Nesse grupo de cidades é importante destacar a configuração do bipolo interestadual formado por Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco), que são separadas apenas pelo rio São Francisco e mantêm significativos fluxos e interações socioeconômicos, impulsionados especialmente pela fruticultura irrigada.

Vitória da Conquista e seus 260.260 hab. comporá a Cidade Média de Grande Porte (CMGP), terceira maior da Bahia, enquanto a segunda maior – Feira de Santana – constitui a grande cidade desse grupo de cidades com maior concentração populacional, finalizado por Salvador que é a metrópole e maior cidade da Bahia.

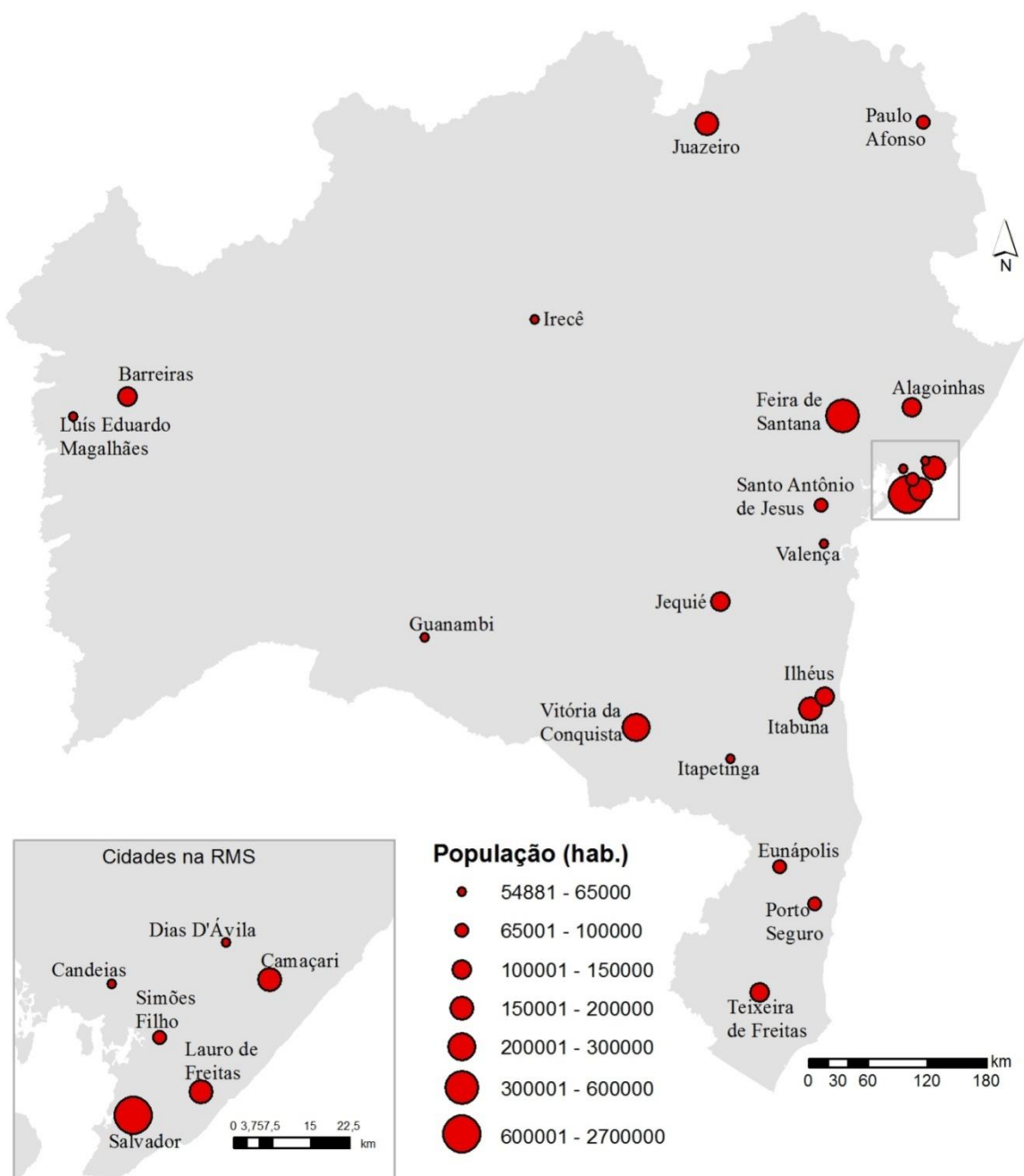


Figura 9 Bahia: cidades com mais de 50.000 habitantes (2010)

Fonte: IBGE, Sinopse do censo demográfico - 2010, 2010. Elaboração: Oriana Araujo

Salvador apresenta o máximo desvio do padrão populacional dentre as 24 cidades estudadas, o que dificulta qualquer tipo de comparação e mesmo de elaboração de postulados gerais, considerando-se tais dissimetrias e as especificidades do ‘conjunto’ pesquisado. Contudo, as maiores cidades possuem mais pesquisas disponíveis, de modo que a produção do seu espaço urbano está mais bem documentada e pode-se perceber diferentes visões a respeito da questão urbana e da moradia, a partir da análise em diferentes áreas do conhecimento.

Reafirma-se a forte concentração populacional em Salvador, capital do Estado da Bahia, cinco vezes mais populosa que Feira de Santana, que por sua vez possui quase o dobro da população de Vitória da Conquista. Feira de Santana e Vitória da Conquista possuem como traço comum o fato de serem importantes centros de ligação entre o interior do Estado e o litoral, caracterizando-se como fortes centros comerciais, servidos de importantes entroncamentos rodoviários.

Dentre as cidades/distritos sedes abordados, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Paulo Afonso, Luís Eduardo Magalhães, Lauro de Freitas, Itabuna, Eunápolis, Dias D’Ávila e Barreiras contém toda a população urbana do município; destacam-se Salvador e Lauro de Freitas que são totalmente urbanos, sem população rural (Tabela 3).

As cidades/distritos sedes de Camaçari, Porto Seguro, Candeias, Simões Filho, Itapetinga, Guanambi, Valença, Juazeiro, Vitória da Conquista, Irecê, Ilhéus, Feira de Santana, Jequié, Alagoinhas e Teixeira de Freitas não possuem todo o contingente populacional urbano municipal, dividindo-o com outros distritos, de modo que o distrito sede não é o único urbano possível nesses municípios (Tabela 3).

Tais dados foram analisados a fim de elucidar a hipótese de que as cidades onde há maior adensamento populacional, associado ao rápido crescimento urbano e forte pressão imobiliária com baixa oferta de moradias, são mais susceptíveis à formação de movimentos sociais de luta por habitação. Segundo tal raciocínio, as sedes de município totalmente urbanos e acima de 90% urbanos (

Figura 10), com todo o contingente populacional habitando esse ecúmeno (porque deve-se considerar que o distrito sede nem sempre possui toda a população urbana do município, compartilhando-a com outros distritos), apresentam mais chances de ocorrer a constituição e atuação de movimentos de luta por habitação.

Constatou-se que das nove cidades que possuem toda a população urbana do município, em duas há movimentos de luta por habitação atuantes (Salvador e Eunápolis) e em uma já houve a atuação (Lauro de Freitas). O que significa que o adensamento da população municipal em uma cidade é um fator propulsor para a luta por habitação e permite inferir que, caso não haja forte ampliação na oferta de moradias populares, as demais cidades nessa condição (Lauro de Freitas, Dias D’Ávila, Santo Antônio de Jesus, Paulo Afonso, Luís Eduardo Magalhães, Itabuna e Barreiras) possuirão movimentos de luta por habitação.

Outra dimensão importante a ser considerada diz respeito à densidade demográfica, a julgar que a maior concentração populacional numa mesma área tende a elevar os preços de aluguéis e de imóveis, devido ao aumento da demanda e pressão socioeconômica, ampliando-se a dificuldade dos mais pobres em acessar uma moradia adequada. É preciso ponderar que a densidade demográfica estimada pelo IBGE abrange a totalidade da área do município e, apesar de servir como uma referência para comparações, varia muito em função do tamanho do município e de sua população. Nesse sentido, optou-se por considerar a densidade demográfica de 100 hab/km² como variável potencializadora para a luta por moradia para o conjunto de cidades investigadas.

As cidades de Salvador e Lauro de Freitas se destacam com mais de 2800 hab/km². Com densidade demográfica acima de 500 hab/km² situa-se Simões Filho, enquanto Feira de Santana e Itabuna possuem mais de 400 hab/km². Acima de 300 hab/km² estão Dias D'Ávila, Camaçari, Candeias e Santo Antônio de Jesus. Na sequência, entre 100 hab/km² a 210 hab/km² encontram-se Irecê, Alagoinhas, Ilhéus e Teixeira de Freitas.

Apesar das diferenças dos tamanhos das áreas municipais e contingentes populacionais, constata-se que de 13 cidades com mais de 100 hab/km², em 5 delas há movimentos de luta por habitação, reiterando a validade do indicador, haja vista que foram identificados movimentos de luta por habitação em 7 cidades das 24 pesquisadas.

Tabela 3 Taxa de urbanização (%), população da sede (%) e densidade demográfica dos municípios médios e grandes da Bahia (2010)

Cidade	Percentual total urbano	Percentual população na sede	Densidade demográfica (hab/km ²)
Salvador	100,0	100,0	3859
Lauro de Freitas	100,0	100,0	2833
Itabuna	97,5	97,5	474
Dias d'Ávila	94,0	94,0	361
Eunápolis	93,2	93,2	85
Teixeira de Freitas	93,4	92,9	119
Luís Eduardo Magalhães	91,3	91,3	15
Barreiras	90,0	90,0	17
Itapetinga	97,1	89,9	42
Jequié	91,8	89,8	47
Feira de Santana	91,7	89,1	416
Irecê	92,2	88,2	207
Santo Antônio de Jesus	87,2	87,2	348
Paulo Afonso	86,2	86,2	69
Alagoinhas	87,4	86,1	189
Vitória da Conquista	89,5	84,8	90
Ilhéus	84,3	80,6	105
Simões Filho	89,6	80,5	587
Candeias	91,4	77,8	322
Juazeiro	81,2	76,4	30
Guanambi	79,4	73,7	61
Valença	72,6	67,1	74
Camaçari	95,5	66,2	310
Porto Seguro	82,0	63,2	53

Fonte: IBGE, Sinopse do censo demográfico - 2010, 2010. Elaboração: Oriana Araujo.

Repetem-se nas duas variáveis escolhidas como dimensões potencializadoras da dificuldade de acesso à moradia (urbanização acima de 90%, concentração populacional na cidade/sede municipal; densidade demográfica acima de 100 hab/km²) as cidades de Salvador, Lauro de Freitas, Itabuna, Dias D'Ávila e Teixeira de Freitas, com alta probabilidade de possuírem movimentos sociais de luta por habitação popular.

Faz-se necessário considerar que a questão da moradia não diz respeito apenas ao adensamento populacional, mas também ao investimento e disponibilidade do estoque de imóveis disponíveis para a moradia. Portanto, levou-se em conta o déficit habitacional estimado nos municípios investigados, bem como a quantidade de imóveis vazios e as unidades habitacionais construídas a partir de investimentos públicos, cujos achados e discussões encontram-se no item seguinte.

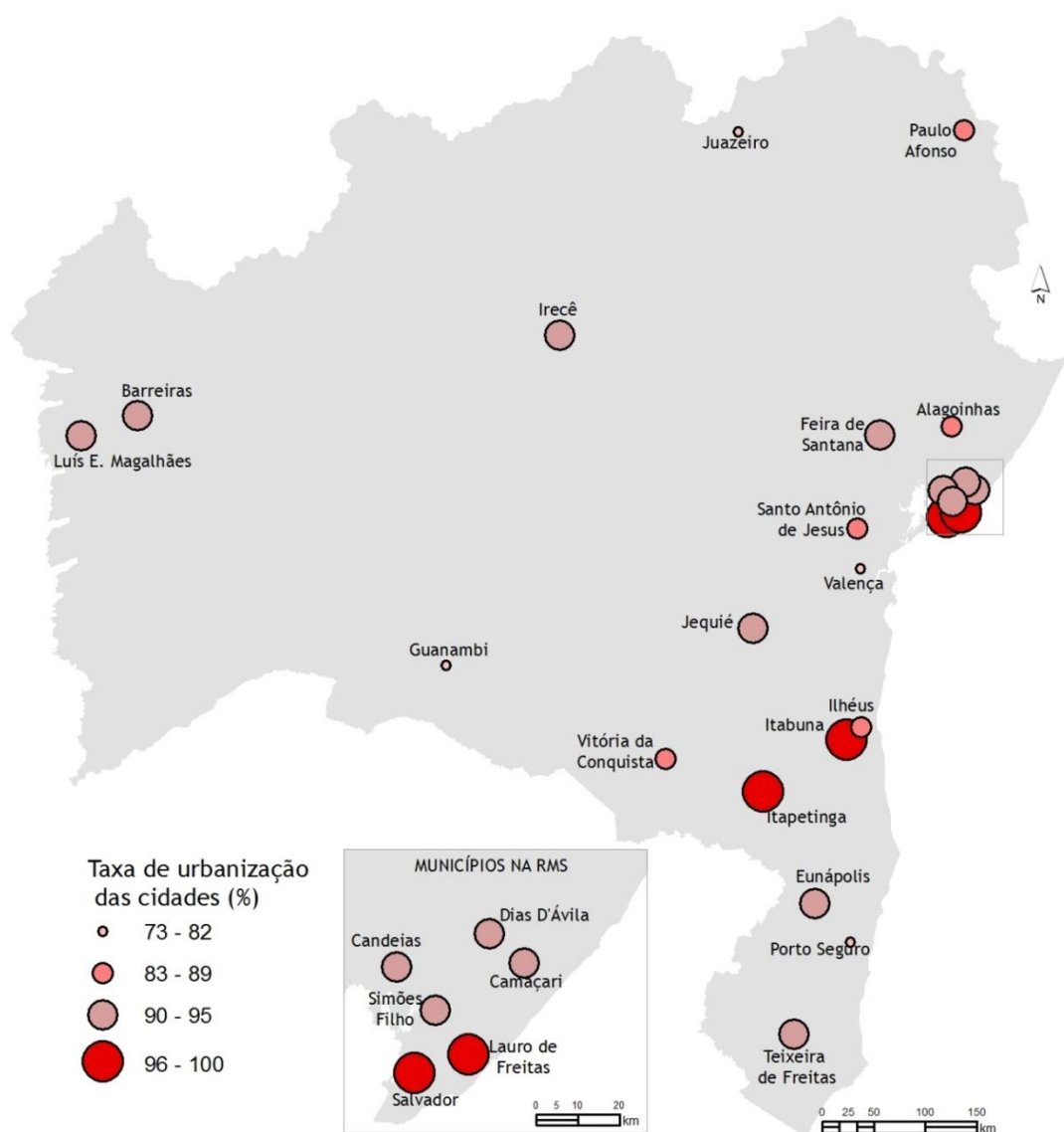


Figura 10 Bahia: taxa de urbanização das sedes municipais das grandes e médias cidades (2010)

Fonte: IBGE, Sinopse do censo demográfico - 2010, 2010. Elaboração: Oriana Araujo.

3.1.1 Déficit habitacional e vazios (in)disponíveis nas cidades baianas com mais de 50.000 habitantes

Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP, 2014, p. 16), em 2012 havia no Brasil um déficit habitacional de 5.792.508 unidades habitacionais (9,1% do total de domicílios), correspondente às necessidades das famílias que estão em situação de habitação precária (domicílios rústicos e improvisados), coabitação familiar, adensamento excessivo e ônus excessivo com pagamento de aluguel (comprometimento de 30% do rendimento das famílias com renda até 3 salários mínimos).

Para a Bahia a FJP (2014, p. 7) estimou um déficit de 386.746 unidades habitacionais em 2012. A queda em relação ao déficit estimado a partir dos dados do censo de 2010, já refletem os resultados do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Apesar da relativa redução, considerou que há uma previsão de déficit habitacional de 581.788 domicílios até 2023 para o Estado da Bahia. Contudo, caso sejam mantidas as construções de unidades habitacionais no mesmo ritmo dos anos de 2007 a 2013, nos quais foram construídas uma média de 1.117 unidades habitacionais por mês, o déficit estimado de domicílios cairia dos atuais 12,8% para 9,45% em 2023, correspondendo em termos absolutos a 408.196 unidades habitacionais necessárias para suprir o déficit habitacional calculado segundo os parâmetros definidos no âmbito da FJP (Bahia, 2015, p. 62).

Tal estimativa aponta para demandas um pouco menores, mas muito significativas. Ademais, é necessário advertir que não se considerou a tendência à formação de famílias numa população composta por jovens e adultos nas próximas décadas, conforme denota a pirâmide etária, de maior concentração no intervalo de população com faixa etária de 10 a 34 anos (Figura 11), levando em conta, entretanto, a taxa geométrica de crescimento populacional na Bahia – que tende a declinar do atual 0,525% ao ano para 0,35% ao ano em 2023.

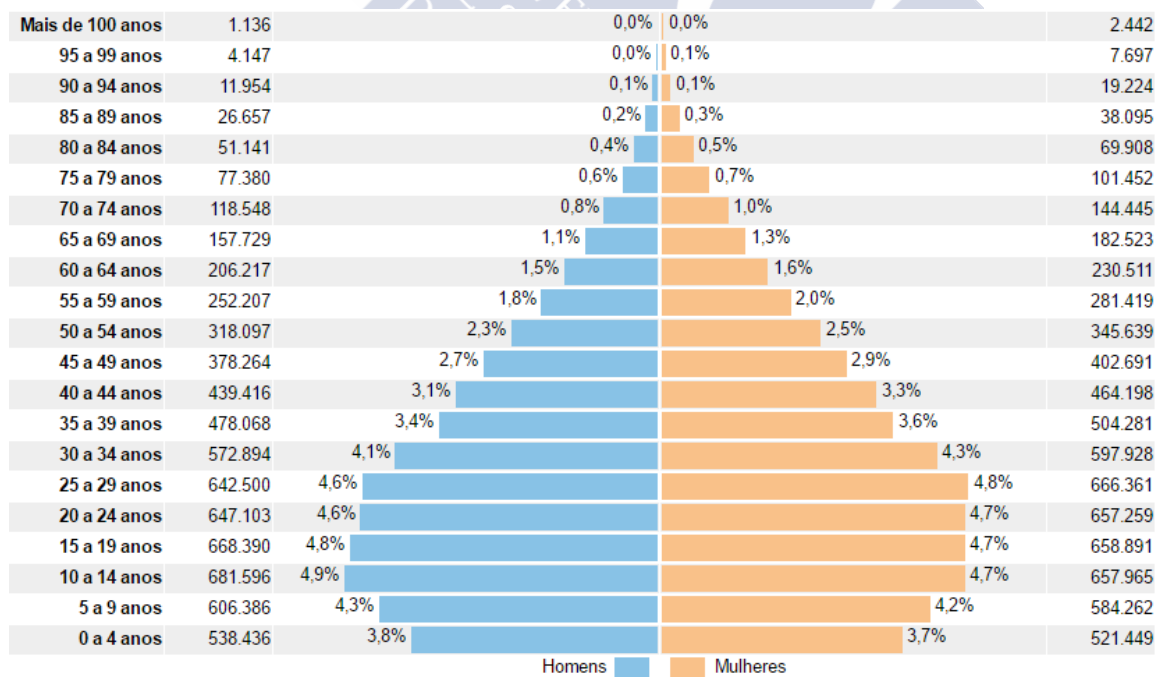


Figura 11 Bahia: Distribuição da população da população por sexo, segundo os grupos de idade (2010)

Fonte: IBGE, Sinopse do censo demográfico - 2010 (2010). Disponível em: <https://goo.gl/61voaH>.

O estudo do Ministério das Cidades que projetou as necessidades habitacionais baseadas no estoque pela carência e déficit habitacional, associados às tendências de formação e dissolução de famílias, projeção populacional, tamanho dos domicílios, taxas de chefia e respectivas rendas. As indicações do estudo apontam que a demanda por habitação no Brasil crescerá num ritmo mais acelerado do que o ritmo do crescimento populacional, haja vista que a população deverá crescer cerca de 0,9% ao ano, totalizando um crescimento de 14,4% entre os anos de 2008 a 2023 (contemplados no estudo), atingindo 214 milhões de hab., enquanto a demanda por habitação crescerá a uma taxa anual de 2,26% no mesmo período, atingindo um montante de 80,2 milhões de domicílios (Oliveira, Givisiez, & Rios-Neto, 2009). Esse estudo concluiu que:

A despeito do fluxo positivo de formação de domicílios adequados, o estoque projetado de domicílios caracterizados como deficitários e inadequados seria de 20 milhões de domicílios em 2023, ou 25% do estoque total. Esse estoque não deve ser ignorado e, para ser revertido, demandará expressivo investimento do poder público e da sociedade. (Oliveira, Givisiez, & Rios-Neto, 2009 , pp. 59-60).

Ante o quadro dos anos de 2017 e 2018, com redução significativa do investimento federal pelo governo de Michel Temer, prevê-se que a já difícil questão da moradia para os mais pobres será agravada.

Contraditoriamente, estima-se que havia na Bahia 385.943 domicílios urbanos vagos (IBGE, SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação Automática , 2010). No conjunto das médias e grandes cidades da Bahia o número de domicílios vazios chega, em alguns casos como os de Feira de Santana, Camaçari, Lauro de Freitas, Jequié, Simões Filho, Eunápolis, Porto Seguro, Candeias, Dias D'Ávila, Valença, Irecê e Guanambi (Tabela 4), a superar o déficit habitacional estimado. Os 77.945 domicílios vagos em Salvador também destacam-se ante o grave cenário de precariedade habitacional na cidade.

A existência dos imóveis vazios está atrelada a um capitalismo parasitário, em que se busca o lucro pela agregação de amenidades aos diferentes espaços urbanos (geralmente resultantes de investimentos públicos), calcados na espera por valorização, de modo que o imóvel 'rende' mesmo estando fechado, sem que haja qualquer tipo de constrangimento por essa prática – estando vazios, mas não estão disponíveis para a moradia.

Apesar de raras, as experiências de desapropriação, a exemplo do uso de prédios públicos do INSS em São Paulo que demoraram cerca de 12 anos para serem transferidos à prefeitura como forma de pagamento de dívidas com o Estado, disponibilizando importantes prédios de áreas centrais para fins de moradia e usos coletivos, após reformas que levarão algum tempo, certamente auxiliarão a solucionar parte do problema da moradia e do abandono de imóveis (Rolnik, 2016).

Há instrumentos legais suficientes que preveem o uso social dos imóveis urbanos, mas não é tarefa fácil convencer as prefeituras municipais e seus agentes, o judiciário e seus agentes, a mídia e até mesmo a vizinhança e população local de que a ocupação com moradia digna desses espaços vazios significará ganhos para todos os envolvidos.

A dificuldade de convencimento decorre, em grande parte dos lucros que se pretende obter com a especulação imobiliária, afinal a cidade é atualmente muito mais espaço de negócios do que espaço de encontros, bem como da tendência a associar os Sem-teto à imagem muito degradada das pessoas em situação de rua que, de fato, não correspondem aos Sem-teto que estão na militância. Estes são trabalhadores na maioria informais, desempregados ou formais com baixos rendimentos, que não conseguem adquirir uma habitação adequada, mas ainda não desistiram de viver com dignidade, tanto que lutam pela efetivação de seus direitos.

Estabelece-se um paradoxo que poderia ser evitado por políticas habitacionais que promovessem a ocupação dos imóveis vazios por pessoas que necessitam de moradia. Os movimentos de luta por habitação têm denunciado e ocupado muitos desses imóveis, mas a justiça e sua ‘imparcialidade’ tendem a reintegrar a posse, mesmo quando há sérias dívidas de tributos municipais, desconsiderando a necessidade de cumprimento da função social dos imóveis urbanos, conforme tem ocorrido de modo recorrente em Salvador, onde a luta é por moradia e reforma urbana.

Tabela 4 Déficit habitacional, unidades habitacionais contratadas e imóveis vazios em cidades baianas com mais de 50.000 habitantes

Posição (população absoluta)	Cidade	Déficit habitacional - unidades (2010)*	Unidades habitacionais contratadas (2009- 2014): PMCMV e FAR**	Domicílio particular vago (2010)***
1º	Salvador	93.981	18.703	77.945
2º	Feira de Santana	17.362	19.382	19.694
3º	Vitória da Conquista	9.665	8.298	8.766
4º	Itabuna	9.641	5.804	8.695
5º	Lauro de Freitas	5.725	3.903	6.547
6º	Camaçari	9.567	12.114	16.382
7º	Juazeiro	8.304	9.480	5.979
8º	Ilhéus	8.925	4.676	7.953
9º	Jequié	4.637	6.202	6.014
10º	Teixeira de Freitas	4.629	3.280	3.839
11º	Barreiras	5.215	3.714	4.704
12º	Alagoinhas	4.431	4.578	3.975
13º	Simões Filho	3.579	6.890	4.421
14º	Eunápolis	4.466	3.200	6.128
15º	Paulo Afonso	3.968	1.000	3.568
16º	Porto Seguro	6.233	3.950	8.578
17º	Santo Antônio de Jesus	3.398	1857	3.010
18º	Candeias	2.413	1.380	3.886
19º	Dias d'Ávila	1.976	3.945	3.595
20º	Itapetinga	2.961	2.798	1.942
21º	Valença	4.201	1.280	4.346
22º	Irecê	2.132	1.396	2.302
23º	Guanambi	2.462	2.000	2.557
24º	Luís Eduardo Magalhães	3.774	2.176	3.352

Fonte: *Furtado, Lima-Neto, & Krause (2013); ** (SEDUR, 2015, p. 49); *** (IBGE, SIDRA, 2010). Elaboração: Oriana Araujo.

O questionamento sobre esse processo brutal já era realizado por Adoniran Barbosa, um sambista popular brasileiro, na década de 1960, quando em uma de suas composições relata um processo de despejo e pergunta ao ‘doutor, autor da ordem judicial’ o que as pessoas

devem fazer quando os barracos forem destruídos? Ou ainda quando retrata o desenraizamento territorial e social vivido por ele e seus companheiros quando tiveram sua casa, a ‘maloca’ demolida, tornando-se a voz, o narrador dos grupos subalternos em relação aos agentes hegemônicos, embora concordasse em ‘seguir a Lei’:

Veio os homis c'as ferramentas/ O dono mandô derrubá/ Peguemos todas nossas coisas/ E fumos pro meio da rua/ Apreciá a demolição/ Que tristeza que nós sentia/ Cada táuba que caía/ Doía no coração/ Mato Grosso quis gritá/ Mas em cima eu falei:/ Os homis tá cá razão/ Nós arranja outro lugar. (Barbosa A. , Saudosa Maloca, 1951).

Quando o oficial de justiça chegou/ Lá na favela/ E contra o seu desejo/ Entregou pra seu Narciso/ Um aviso, uma ordem de despejo/ Assinada "Seu Doutor"/ Assim dizia a petição:/"Dentro de dez dias quero a favela vazia/E os barracos todos no chão"/ É uma ordem superior/ ô, ô, ô, meu senhor/ É uma ordem superior/ Não tem nada não, seu doutor/ Não tem nada não/ Amanhã mesmo vou deixar meu barracão/ Não tem nada não/ Vou sair daqui/ Pra não ouvir o ronco do trator/ Pra mim não tem problema/ Em qualquer canto eu me arrume/ De qualquer jeito eu me ajeto/ Depois, o que eu tenho é tão pouco/ Minha mudança é tão pequena/ Que cabe no bolso de trás/ Mas essa gente aí/ Como é que faz?/ ô, ô, ô, ô, meu senhor/ Essa gente aí/ Como é que faz? (Barbosa A. , Despejo na Favela, 1969).

Ainda no cancioneiro popular, Gil & Liminha (1985) indicam que “Nos barracos da cidade/ ninguém mais tem ilusão/ No poder da autoridade de tomar a decisão (...)” e relacionam a crise habitacional à usura e lucratividade do ‘sistema’, que estabelece uma parceria com os governos, o que consideram estupidez e hipocrisia.

É necessário estabelecer outras racionalidades e combater essas práticas, como já está previsto no Estatuto das cidades, a partir do IPTU progressivo que prevê a sobretaxa dos imóveis sem função social, mas que é pouco aplicado pelas prefeituras.

Fato é que a ‘Lei não pegou’ e a cidade continua sendo gerida conforme lógicas comerciais e desumanas, que dificultam a efetiva reforma urbana – embora essa alternativa pudesse ser muito eficaz, especialmente por possibilitar a moradia em imóveis vazios, afinal qual o sentido de uma sociedade que admite a existência de tanta gente sem teto e de tanto teto sem gente?

As intervenções públicas no início do século XXI com vistas à redução do déficit habitacional na Bahia se devem tanto aos tímidos programas municipais – especialmente nos municípios médios e grandes –, quanto às ações em larga escala decorrentes do grande programa federal ‘Minha Casa, Minha Vida’. Um dos acertos desse programa diz respeito ao fato de que contemplou os menores municípios na Bahia, auxiliando a refrear o déficit habitacional e até mesmo evitando a expansão dos fluxos migratórios dessas cidades menores para as maiores (Figura 12).

Por outro lado, devido a vários interesses imobiliários e desinteresse dos gestores municipais (que escolhem os locais de construção das habitações de interesse social com parca ou nenhuma ‘consulta’ popular), bem como ao extremo desrespeito às pessoas mais pobres, as novas unidades habitacionais são construídas, via de regra e com raríssimas exceções, longe de tudo e com acesso muito dificultado ao transporte público. Há casos gritantes em que o conjunto habitacional está tão distante da cidade que mais se parece com um povoado rural, a exemplo de Tanquinho de Feira (BA). Não é incomum a resistência por parte dos contemplados nesses programas, incluindo a desistência de utilização do imóvel, conforme constatado nas maiores cidades baianas.

O estudo de Arruda (2015) destacou o distanciamento do Residencial Coração de Maria em Salvador, no bairro Nova Esperança (Figura 13) e indicou que a observância da disponibilidade de equipamentos públicos e sociais no raio de 2,5km (como passou a prever o PMCMV após os ajustes para tentar impedir o isolamento das moradias construídas) também

não resolveu as necessidades efetivas desses serviços por parte dos novos moradores, porque as poucas unidades disponíveis mal conseguem atender as populações dos locais onde já estão e, por conseguinte, não conseguirão suprir a nova demanda provocada por um incremento de mais 1800 famílias do residencial Coração de Maria, além de mais 1887 famílias do residencial CEASA em sua hinterlândia, dentre outros, de modo que a prefeitura realizou um estudo e propôs a construção de novos equipamentos.

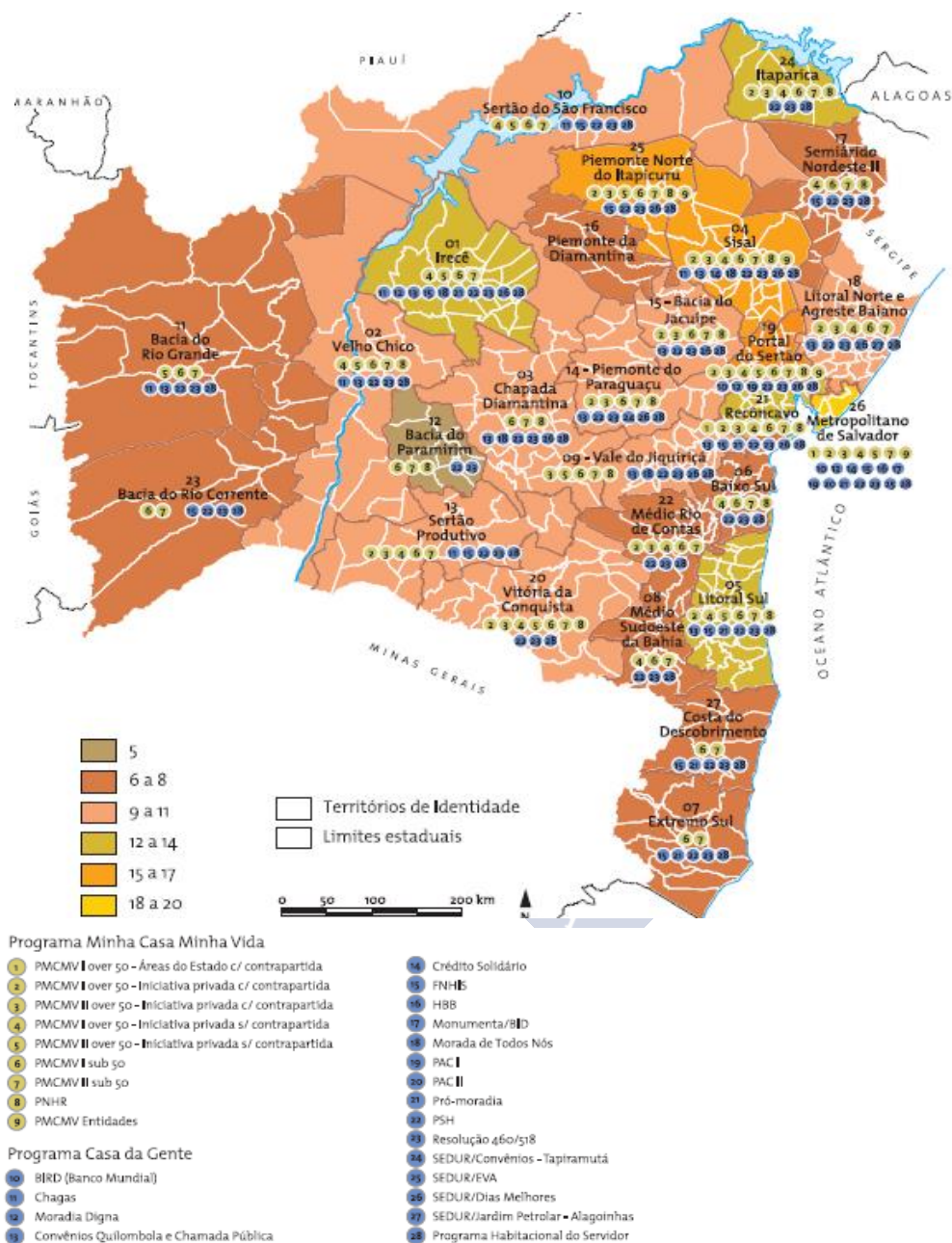


Figura 12 Empreendimentos do PNCMV e Programa Casa da Gente por território de identidade na Bahia

Fonte e elaboração: Bahia (2015, p. 69)

Entretanto, os equipamentos não foram construídos e as unidades habitacionais foram entregues em 2016, o que dificultou o acesso das famílias tanto aos serviços públicos básicos (Unidade Básica de Saúde/Posto de saúde, escola pública de ensino fundamental, creche, posto de polícia comunitária, praça) e complementares (Hospital/pronto socorro, escola pública de ensino médio, delegacia, delegacia da mulher, CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, conselho tutelar, centro cultural, biblioteca pública, acesso público à internet, parque - área verde); quanto ao trabalho (com sensível aumento no tempo de deslocamento), bem como a serviços comerciais (padaria, farmácia, supermercado, banco, feira, lotérica), de modo que as autoras constataram tanto a existência de famílias que vão ao seu apartamento apenas no fim de semana, bem



como uma pretensão de se mudar para cerca de 20% das famílias (Prudente & Leiro, 2017).

Figura 13 Residencial Coração de Maria (Salvador), 2016 - PMCMV

Fonte: Jornal Grande Bahia, 2016. Foto: Isac Nóbrega.

Não é exagero concluir que estão sendo construídas pequenas cidades sem nenhum equipamento público nas grandes cidades baianas, uma vez que cada grande empreendimento do PMCMV pode abrigar cerca de 10.000 pessoas. A irresponsabilidade de deixar essas pessoas à margem dos serviços essenciais é um absurdo quase tão grande quanto não construir novas habitações, conforme tem discutido os movimentos de luta por habitação no fórum pós-ocupação em Salvador, por que, afinal, como as pessoas vão viver isoladas?

Esse modelo adotado em quase toda a América Latina, conforme indicou Rolnik (2015), inspira-se na ‘solução’ encontrada pelo Chile para a questão habitacional, a partir da década de 1970, transferindo o financiamento e a construção das moradias para o setor privado, com a construção entre 1980 a 2000, de mais de 2 milhões de unidades habitacionais, das quais 500 mil eram ‘*viviendas económicas*’, mas a baixa qualidade da construção, aliada ao estigma de pobreza e marginalidade, além do confinamento espacial fizeram com que mais de 60% das pessoas quisessem sair dessas casas, relatando que sentiam medo e vergonha de viver ali. O resultado é que no Chile há conjuntos habitacionais inteiros (novos guetos) sendo demolidos, numa clara demonstração de que esse modelo é desastroso e serve muito mais para beneficiar o setor privado que constrói os conjuntos habitacionais do que efetivamente para as pessoas que precisam de moradia nas cidades (Rolnik, 2015).

Argumenta-se que a locação social corresponde a uma alternativa para o suprimento da demanda por habitação e ao que consideram ser “a ideologia da casa própria”, argumentando que: “Garantir o acesso à moradia digna não significa, necessariamente, prover a demanda de habitação com o instituto da propriedade privada” (Baltrusis & Mourad, 2014, p. 274).

A favor desse argumento apontam a manutenção do poder de escolha, decisão e liberdade das pessoas que desejam morar em determinados locais, geralmente em função das questões relacionadas à mobilidade e proximidade com o trabalho, em detrimento da ‘opção única’ que lhes é dada pelos programas de aquisição da casa própria, de adquirir uma das moradias construídas em conjuntos habitacionais distantes.

Convém considerar que o aluguel social apesar de permitir a permanência em locais próximos ao trabalho, mantém as famílias sob a vulnerabilidade de estarem, repentinamente, Sem-teto outra vez, tendo em vista que podem ocorrer as seguintes situações: Mudança de governo e retirada da assistência social, com imediata impossibilidade de pagamento do

aluguel; Desejo do proprietário do imóvel em dar outro fim à sua propriedade, retirando-se do programa de locação social, dentre outras.

Por conseguinte, as famílias estariam novamente sem a habitação, Sem-teto e obrigadas a mudarem-se constantemente. Por isso, ao invés de propor a organização de programas sociais que contemplem o aluguel de imóveis para as famílias de baixa renda, nos locais que possibilitam a manutenção de seus trabalhos, deve-se propor a aplicação do que já está garantido pelo Estatuto das Cidades (Brasil, Estatuto da cidade: Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, e legislação correlata, 2001) e fazer a desapropriação desses imóveis, sua reforma e cessão de uso com impedimento de comercialização e garantia de posse para as famílias que deles necessitam para efetivar a sua função social: a moradia.

Claro que há países em que a regulação da locação ainda é mais bem feita, embora esteja cada dia mais flexível (devido ao ‘sutil’ desmonte ao estado de bem-estar social), a exemplo do Reino Unido, onde a locação ainda é uma solução razoável encontrada, com o auxílio público para os mais pobres – uma em cada cinco famílias do Reino Unido não conseguem arcar com os custos de moradia e recebem apoio do Estado –, mas também ocorrem sérios problemas com os despejos (Rolnik, 2015).

Cumpra investigar se os movimentos sociais de luta pela habitação popular na Bahia estão dispostos a considerar essas possibilidades de ‘alternativa’ e se pensam esse tipo de solução para o problema da falta de moradia. Seu potencial de concessões se dá até esse âmbito?

3.2 NEM TODOS QUE PRECISAM SE ORGANIZAM: CIDADES MÉDIAS SEM MOVIMENTOS DE LUTA POR HABITAÇÃO NA BAHIA

Em 84 municípios baianos, ficou demonstrado que os movimentos de Sem-teto representavam apenas 0,1% das organizações sociais identificadas em sua pesquisa (Teixeira, 2008). Esse percentual ínfimo de movimentos de luta por habitação em relação aos demais não está relacionado com a falta de demandas, mas sim com a dificuldade em promover tal luta, de modo que sua existência no interior da Bahia representa importante fenômeno de politização.

Geralmente a participação em movimentos sociais por direitos, inicia mesmo a partir da necessidade imediata de algo, a exemplo dos meios básicos de sobrevivência, o que já é um avanço, em sociedades como a brasileira que foi ensinada a conformar-se com a ‘ordem vigente’, em que a grande mídia, principal formadora da opinião pública, atesta que ‘cidadãos de bem’ não devem se envolver com ‘atos de vandalismo’ e os associa aos movimentos sociais, de modo a criar uma atmosfera de repulsa à participação social, mesmo entre as pessoas que necessitam e são menos críticas.

Uma dificuldade para a organização popular diz respeito à má formação escolar básica, ou ainda à sua inexistência para boa parte das pessoas sem-teto, de modo que é necessário um processo de formação política no próprio movimento, a fim de ampliar os horizontes daqueles que começaram a participar dos movimentos na esperança de ter acesso a um bem, a exemplo da moradia.

Reitera-se a dificuldade de mobilizar pessoas, retirá-las da apatia com vistas à mobilização e participação em movimentos sociais (Doimo, 1983). Por estas e outras razões, que dizem respeito às subjetividades humanas, vínculos sociais, estigmas difundidos, nem todas as pessoas que precisam de moradia possuem predisposições para a luta e, por isso, não se mobilizam.

Dentre as maiores cidades da Bahia, não foram identificados movimentos socioterritoriais de luta por habitação em atividade atualmente nas seguintes cidades (

Figura 14): CMMP: Itabuna, Lauro de Freitas, Camaçari, Juazeiro, Ilhéus, Jequié, Barreiras e Alagoinhas. Dentre as cidades médias de médio porte apenas Teixeira de Freitas possui um movimento social de luta por habitação;

CMPP: Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, Dias D'Ávila, Itapetinga, Valença, Irecê, Guanambi, Luís Eduardo Magalhães. Dentre as cidades médias de pequeno porte foram encontrados movimentos de luta por habitação em Simões Filho, Eunápolis e Candeias.



Figura 14 Cidades com mais de 50.000 habitantes na Bahia sem movimentos socioterritoriais de luta por habitação identificados

Elaboração: Oriana Araujo

Destaca-se que não foram encontrados nessa pesquisa, apesar de intensa busca, mas não significa que não existam tais movimentos nesses municípios porque falhas podem ter ocorrido, de modo que são considerados como ‘movimentos identificados’ e não como ‘movimentos existentes’.

A não identificação dos movimentos de luta por habitação em dezessete das vinte e quatro cidades médias e grandes da Bahia não é resultado de uma condição ótima de estoque habitacional, haja vista que em todas as cidades há um significativo déficit habitacional em relação ao seu contingente populacional, conforme demonstrado na Tabela 4 (item anterior). Fica claro que a existência de movimentos de luta por habitação não pode ser explicada apenas por razões estatísticas, mas especialmente por motivos socioculturais que sustentam a disponibilidade para o questionamento e a reivindicação de direitos.

Um fator atenuante que é necessário considerar é a força de regulação que o PMCMV possui, acomodando parte das pessoas que potencialmente se mobilizariam, tendo em conta que há cidades cujas unidades habitacionais contratadas no âmbito do PMCMV até 2014, excederam o déficit habitacional estimado, a exemplo das cidades de Feira de Santana, Camaçari, Juazeiro, Jequié, Alagoinhas, Simões Filho e Dias D’Ávila (Tabela 4 – item anterior). É possível que o processo de organização e mobilização social seja refreado nesses municípios.

Contudo, pode-se esperar que, caso não haja outras intervenções públicas e diante da tendência da ampliação da população urbana e de formação de famílias nas cidades médias e grandes da Bahia, a necessidade de moradia e a experiência das tentativas frustradas conduzam à constituição de movimentos sociais de luta por habitação em grande parte dessas cidades na próxima década, a exemplo de Itabuna, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Santo Antônio de Jesus, onde já ocorreram ocupações espontâneas significativas.

Ademais em muitos desses municípios foram encontrados registros de conflitos urbanos, geralmente relacionados à ocupação espontânea de terrenos (e não por movimentos sociais) que tendem a ser desarticuladas mediante processo judicial e reintegração de posse, geralmente sob anuência do poder público municipal, mesmo quando é proprietário dos terrenos. A retaliação é uma das formas de demonstrar o poder e a força dos agentes hegemônicos nessas cidades, além da tentativa de cooptação das lideranças por políticos locais, mediante a oferta de variadas benesses individuais.

O início da formação de forças contestatórias são fagulhas alvissareiras de esperança que há capacidade de lutar por direitos nessas cidades, devido às dificuldades a driblar até assumir a condição de Sem-teto, identificar-se com um grupo de pessoas e lutar junto em busca de justiça territorial.

3.3 RECONHECENDO A IGUALDADE: CIDADES MÉDIAS E GRANDES COM MOVIMENTOS DE LUTA POR HABITAÇÃO NA BAHIA

Enquanto os programas habitacionais não se ampliam ou se requalificam e a questão estatística e legal é debatida – muito longamente – milhares de pessoas continuam a improvisar formas de habitar e também a lutar por moradia. Há muita gente em movimento nas cidades baianas em defesa do direito à moradia digna, ou como prefere Harvey (2013) ‘arquitetando’ outra forma de existir, a partir da luta, do enfrentamento.

Os movimentos socioterritoriais de luta por habitação popular têm sistematicamente ocupado prédios e terrenos urbanos vazios que podem atender às necessidades de moradia nas cidades. A denúncia sistemática do paradoxo ‘há muita gente sem casa e muita casa sem gente’ vem sendo feita pelos movimentos de luta por habitação, que enfrentam fortes

resistências sociais, a exemplo do que constatou Bomfim (2002) sobre uma ocupação de terreno pertencente a uma empresa, organizada por Sem-teto, numa cidade de 200 mil habitantes no Rio Grande do Sul:

“Ninguém na cidade estava isento de opinião. (...)”

A população da cidade ficou dividida entre os favoráveis (citando o direito a moradia) e os contra (chamando os ocupantes de “delinquentes”). Entre os meios de comunicação, também havia os favoráveis (em defesa do “povo pobre”) e os contra (“há pobres que trabalham e não invadem a propriedade alheia”). (Bomfim, 2002, pp. 97-98).

Lutar por habitação corresponde a um ato de coragem para o enfrentamento dos preconceitos sociais, criticidade para reivindicar um direito e muita disposição para enfrentar agentes sociais historicamente poderosos, considerados intocáveis como os proprietários fundiários e, mais estranhamente, o Estado – que, em tese deveria estar a serviço da sociedade – e seu aparato policial que é rapidamente acionado por juízes nos processos de reintegração de posse (salvo raras exceções).

A fim de conhecer especificidades dessas cidades, desses espaços urbanos que são palcos da atuação de movimentos sociais de luta por habitação, procurou-se discutir brevemente sua evolução urbana e populacional, bem como dimensões sociais e políticas importantes ao entendimento da questão da moradia nas maiores cidades da Bahia, a partir da contribuição de diversos cientistas sociais que pesquisaram essas cidades, das notícias veiculadas em meios digitais e da análise de dados IBGE.

No item seguinte encontram-se sintetizados diferentes aspectos das cidades com mais de 50.000 habitantes que possuem movimentos de luta por habitação (Figura 15) consolidados até o ano de 2015 e identificados. Correspondem a 7 das 24 cidades pesquisadas: Salvador (metrópole), Feira de Santana (CG), Vitória da Conquista (CMGP), Teixeira de Freitas (CMMP), Simões Filho (CMPP), Eunápolis (CMPP) e Candeias (CMPP).



Figura 15 Cidades com mais de 50.000 habitantes na Bahia com movimentos socioterritoriais de luta por habitação identificados

Elaboração: Oriana Araujo

3.1 Salvador: opulência e miséria na constituição da metrópole baiana

O início do que configuraria a principal cidade da rede urbana mais antiga do Brasil pode ser atribuído à fundação da capital colonial em 1549 pela Coroa Portuguesa, no entorno da Baía de Todos os Santos (Figura 16), como registrado no Regimento de Tomé de Souza:

[...] ordenei... fazer uma fortaleza e povoação grande e forte...; e por ser informado que a Bahia de Todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brazil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim, pela disposição do porto e rios que nelas entrão, como pela bondade e abundancia e a saúde da terra e por outros respeito; hey por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento [...] . (Amaral apud Vasconcelos, P. d., 2011, p. 379)

O povoamento inicial, calcado essencialmente no comércio de escravos para o trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar, na ação da Igreja Católica e na busca da defesa do território contra as sucessivas invasões holandesas, inglesas e francesas (Vasconcelos P. d., 2011), garantiu o crescimento da cidade do Salvador e seu entorno e configurou um espaço urbano extremamente desigual, em que a cidadania efetiva nunca se constituiu para todos.

Por outro lado, sempre houve insurgências e resistências importantes contra o sistema que se estabeleceu, que vão desde os quilombos como forma de resistência coletiva, até os protestos e mortes individuais daqueles que preferiram a morte apanhando nos ‘trancos’ onde os escravizados eram amarrados – como acontecia no Pelourinho em Salvador, atualmente área turística quase sem referência à escravidão no local –, às formas atuais de resistência mais explícitas em processos coletivos, a exemplo dos movimentos sociais de luta por direitos essenciais e condições dignas para a existência, a exemplo do direito à moradia.

Salvador e sua Região Metropolitana passou a ter vertiginoso crescimento com a descoberta do petróleo na década de 1930 (Vasconcelos P. d., 2011), como demonstra a Figura 17, que evidencia o lento crescimento de Salvador e seu centro até o século XX, quando esse processo avançou vorazmente, havendo um incremento populacional de 900% entre os anos de 1940 e 2012 (Baltrusis & Mourad, 2014) (Figura 18).

Essa ocupação de praticamente todo o município de Salvador ocorrera especialmente de modo desordenado, mediante omissão ou participação incipiente do Estado na provisão de moradias acessíveis à população crescente, sob a lógica própria dos mais pobres, em processos de autoconstrução de barracos e casas, melhorados ao longo dos anos, que configuraram as extensas favelas da atual Salvador.

A atuação da Petrobrás na década de 1950 e instalação de pólos industriais a partir de 1960 (Brito, 2008), concentrou cerca de 70% da indústria de transformação da Bahia na RMS (Alcoforado, 2007) e atraiu migrantes de todo o Estado, provenientes do campo e de cidades menores – embora a Bahia continuasse sendo um Estado ‘exportador de mão-de-obra’, haja vista que a emigração sempre fora superior à imigração. Salvador destaca-se em contingente populacional mesmo em âmbito nacional, situando-se como a quarta maior cidade do Brasil em 2017, após São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (IBGE, 2017). Esses dados reiteram a



Figura 16 Representações cartográficas da Baía de Todos os Santos

Fonte: Vasconcelos P. d. (2011, p. 381)

argumentação de Silva, Silva & Silva (2014), de que ocorre macrocefalia urbana no Estado da Bahia, explicitada na RMS (Figura 19) e a forte disparidade de Salvador em relação às demais cidades do Estado.

Entretanto, é preciso considerar, conforme esclareceu Souza (2008) que esse crescimento da Região Metropolitana de Salvador e de pontos seletos no território baiano não se deu ao acaso, devido à predisposições naturais ou logísticas. Trata-se de considerar que a ação governamental sempre fora indutora desses processos, através de diferentes práticas – mais ou menos visíveis:

Assim, percebe-se que a ausência de políticas claras de desenvolvimento regional acaba por se expressar através de desequilíbrios sociais, ambientais e econômicos. Assim o modelo de desenvolvimento implantado pelo governo estadual acabava promovendo um intenso processo de seletividade territorial, onde os beneficiários foram as regiões econômicas localizadas nas extremidades do território baiano (Metropolitana, Extremo Sul, Baixo-médio São Francisco e Oeste), em detrimento das que se localizam nas áreas centrais (Piemonte da Diamantina, Chapada Diamantina e Serra Geral). Certamente a lógica – se é que existe uma – para tal seletividade territorial não foi única e simplesmente a localização espacial. (Souza É. J., 2008, pp. 85-86).

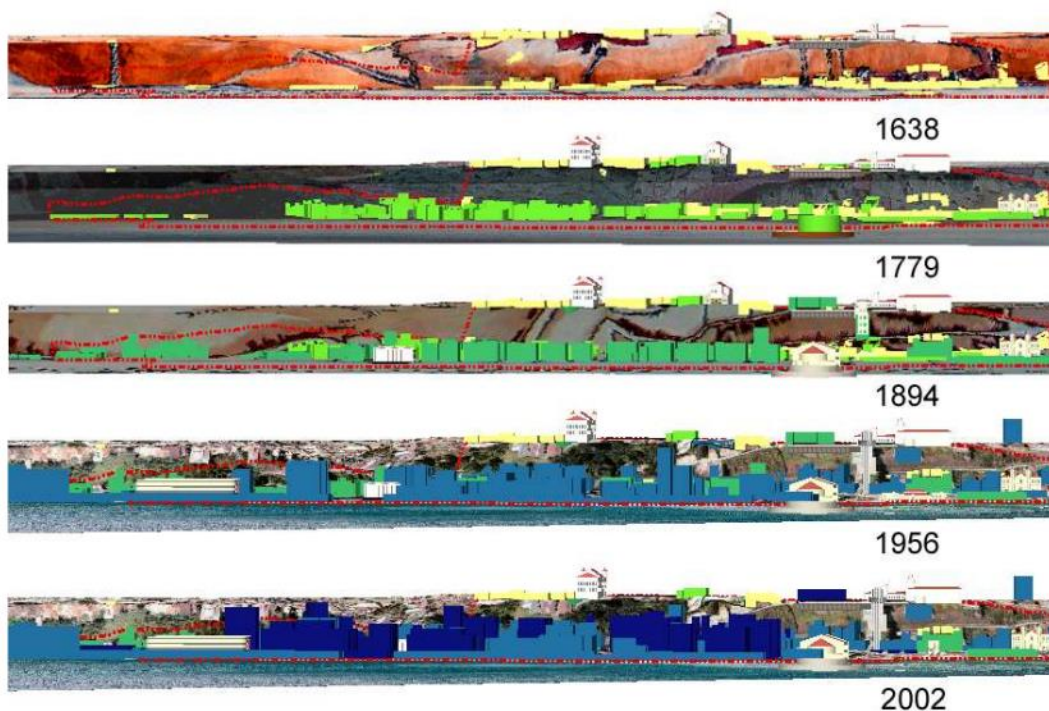


Figura 17 Evolução urbana de Salvador (Século XVII ao XXI)

Fonte: Quadro montado por Rocha H. F. (2007, p. 122), simulando o mesmo ponto de vista da figura 18.



Figura 18 Fotografia panorâmica do frontispício de Salvador

Fonte: Foto de Guilherme Gaensly. Em: Sampaio (2005, p.10 e 11, citado por Rocha, 2007, p. 122).

A seletividade territorial dos investimentos estatais (Souza É. J., 2008), está muito relacionada aos pactos eleitoreiros com as elites oligárquicas (Alban, 2006), de modo que a ação governamental em suas diferentes esferas foi, no mínimo omissa, em relação aos fortes problemas sociais presentes nas cidades da Bahia.

Vasconcelos P. d. (2011) indicou que o ‘Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS)’, definira desde 1940 área industrial na Península de Itapagipe, mas não considerara o surgimento da favela de palafitas ‘Alagados’, em 1948 na mesma Península. Trata-se da práxis política brasileira de relegar a população à própria sorte, como se moradia fosse um bem de fácil acesso para a população assalariada e sub-assalariada.



Figura 19 Municípios da Região Metropolitana de Salvador

Fonte: Silva, Silva, & Silva (2014, s/p.)

Salvador constitui-se num dos espaços urbanos mais desiguais do mundo, onde riqueza, adequação ambiental e ordenamento territorial, autoss segregação em condomínios, associado ao pleno acesso a serviços de um lado, opõe-se e mescla-se por outro lado, a espaços autoconstruídos sob lógicas próprias, de intensificação do uso do solo, da lage, do que seria a rua, constituindo as ocupações dos morros e encostas, das áreas de córregos, das áreas

distantes e mal servidas de transporte público, conformando imensas favelas para onde se destinou a população mais pobre – que é maioria na metrópole.

Conforme se observa no mapa das tipologias habitacionais de Salvador (Figura 20), praticamente todo o município é habitado, mas a qualidade habitacional é bastante questionável, especialmente considerando-se que “Cerca de 30% do total de seus domicílios são classificados como aglomerados subnormais” (Baltrusis & Mourad, 2014, p. 268).

Reconhece-se que “(...) mais de 60% das habitações de Salvador são irregulares, construídas em áreas de invasão e demais parcelamentos não-aprovados pela prefeitura” (Gordilho-Souza, 2008, p. 157), enquanto estima-se em 527 mil unidades habitacionais com condições de habitabilidade deficientes em Salvador, ou cerca de 73% dos domicílios existentes em 2006, que abrangem cerca de 1,9 milhões de habitantes (Gordilho-Souza, 2008, p. 416; 433), o que corresponde a cerca de 71 % da metade da população absoluta (IBGE, IBGE Cidades, 2010) soteropolitana vivendo em moradias inadequadas.

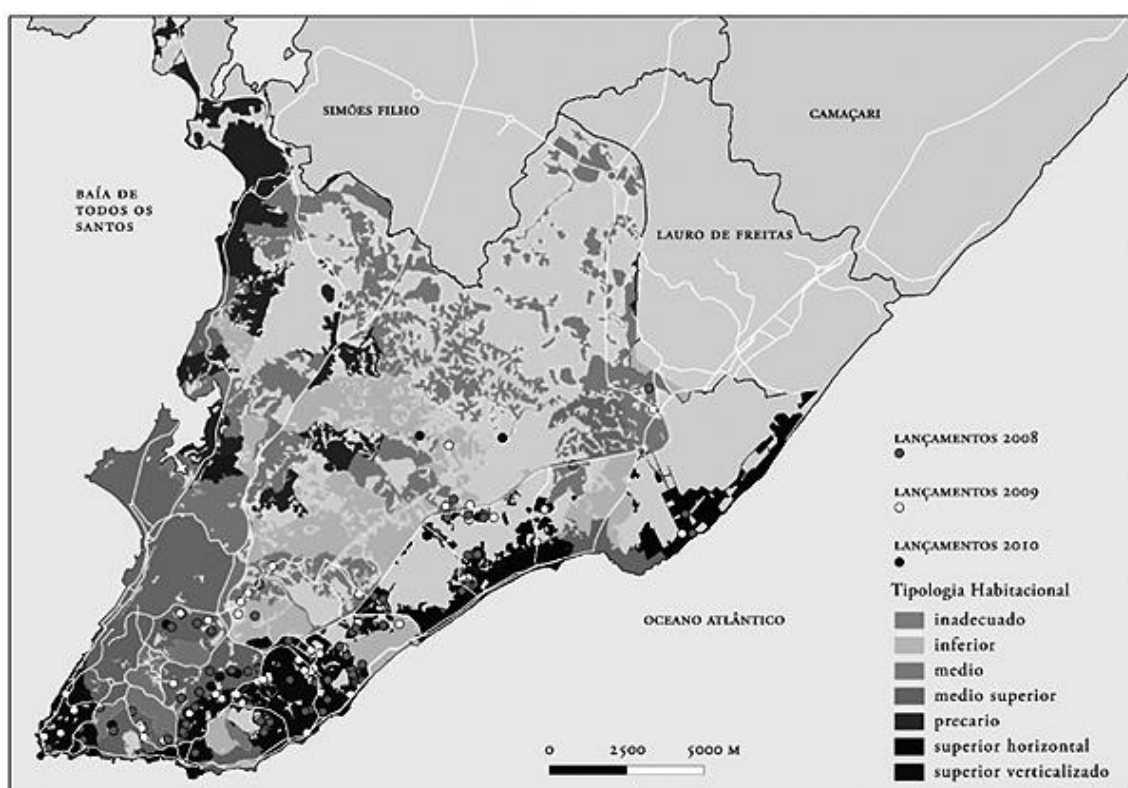


Figura 20 Tipologia habitacional de Salvador e empreendimentos imobiliários (por ano de lançamento)

Fonte: (Carvalho & Pereira, 2014, p. 16)

Está nítida ainda a concentração dos empreendimentos imobiliários formais em áreas da Orla e Miolo de Salvador, com exceção do Subúrbio Ferroviário, cujos resultados visíveis e camuflados (Figura 21) foram assim descritos: “Por trás dos cartões-postais, há uma imensa cidade à deriva, silenciosa, segregada e excluída dos circuitos e parâmetros formais, contudo integrante dessa múltipla realidade urbana” (Gordilho-Souza, 2008, p. 411).

Para Carvalho & Barreto (2007), em Salvador, os investimentos municipais focados na estruturação da cidade em consonância com o capital imobiliário, conformou ‘ilhas de afluência (onde predomina a população branca, a exemplo do bairro Itaigara, cujo índice de desenvolvimento humano assemelhou-se ao da Noruega, seguido de perto por Pituba e

Caminho das Árvores) em um mar de pobreza – onde concentram-se os negros e pardos, a exemplo do bairro de Coutos, Paripe, bairro da Paz –, cujo índice de desenvolvimento humano assemelha-se ao da Argélia (Lisboa, 2007), descrevendo a seguinte configuração urbana na cidade:

[...] O primeiro [Orla Marítima Norte] constitui a “área nobre” da cidade, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos e os interesses de produção imobiliária. O segundo [o Miolo], localizado no centro geográfico do município, começou a ser ocupado pela implantação de conjuntos de “classe média baixa” na fase áurea da produção imobiliária através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente, o Subúrbio Ferroviário [no litoral da Bahia de Todos os Santos] teve sua ocupação impulsionada pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas. Transformou-se em uma das áreas mais carentes e problemáticas da cidade, concentrando uma população extremamente pobre e sendo marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infra-estrutura e, mais recentemente, por altos índices de violência (Franco, Santos e Gabrielli, 1998; Gordilho Souza, 2000 e 2002). (Carvalho & Barreto, 2007, p. 255).

Conforme demonstra a Figura 22, a situação de extremos em 2010 não se modificou, sendo que o IDH de bairros como a Baixa da Jaqueira em Salvador e Nova Constituinte situam-se abaixo do IDH do Congo, de modo que a miséria da África e o melhor da Europa (Cidade Jardim, Itaigara, Horto Florestal) situam-se em Salvador. Essas disparidades situam o IDHM médio geral de Salvador em 0,759 (IBGE, IBGE Cidades Salvador, 2010), que é muito distante da situação real dos bairros mais pobres.



Figura 21 Vista aérea de Salvador (Agosto de 2012)

Fonte: Rocuet (s/d)

O padrão descrito por Carvalho e Barreto (2007) manteve-se em 2010, mas com uma novidade na autossegregação até então produzida em Salvador, como indicam Carvalho e Pereira (2014):

Novas formas de segregação também começam a se desenvolver, com a implantação de bairros que se pretendem autônomos em relação a cidade, congregando suas quatro funções contemporâneas – moradia, trabalho, consumo e lazer –, a exemplo do Horto Bela Vista, condomínio residencial e comercial com mais de 1.000 unidades. (Carvalho & Pereira, 2014, p. 138).

A essas funções pode-se acrescentar a instrução escolar básica, haja vista que o condomínio Bela Vista (Figura 23) promete oferecer ainda em 2017 um Colégio particular renomado da cidade e indica em slogan no seu site: “Comunidade é viver num bairro que reúne tudo num só lugar” (Horto Bela Vista, 2017).

Borja (Clarín, 2013) considerou que os bairros fechados são um ‘urbanicídio’. Trata-se da maximização da autossegregação e produção dos enclaves fortificados, ou ilhas utópicas (Gomes, 2002), frutos da opção por um ‘divórcio da elite em relação aos contextos territoriais locais’ (Davis, 2014); pode-se fazer uma alusão ainda aos burgos da Europa medieval, em que a cidade era protegida pelos muros, mas de forma exacerbada pela extrema separação de

classes a partir do poder aquisitivo e, mediante perdas sensíveis das relações a serem estabelecidas na ‘cidade extra-muros’, de modo que tal fragmentação do tecido socioespacial precisa ser repensada ou, como advoga Souza (2006), é necessário construir mais pontes do que muros nas cidades brasileiras.

Esse brutal processo de autoss segregação é questionável e o modo como sociedades assim desenvolvidas lidarão com as consequências decorrentes tem sido tema recorrente entre geógrafos e também por outras formas de expressão como a música popular brasileira, a exemplo da reflexão sobre a vida vazia que pode advir de tantos muros e grades que apartam as pessoas nas cidades brasileiras, como nos trechos destacados na canção composta por Gessinger & Licks (1991):

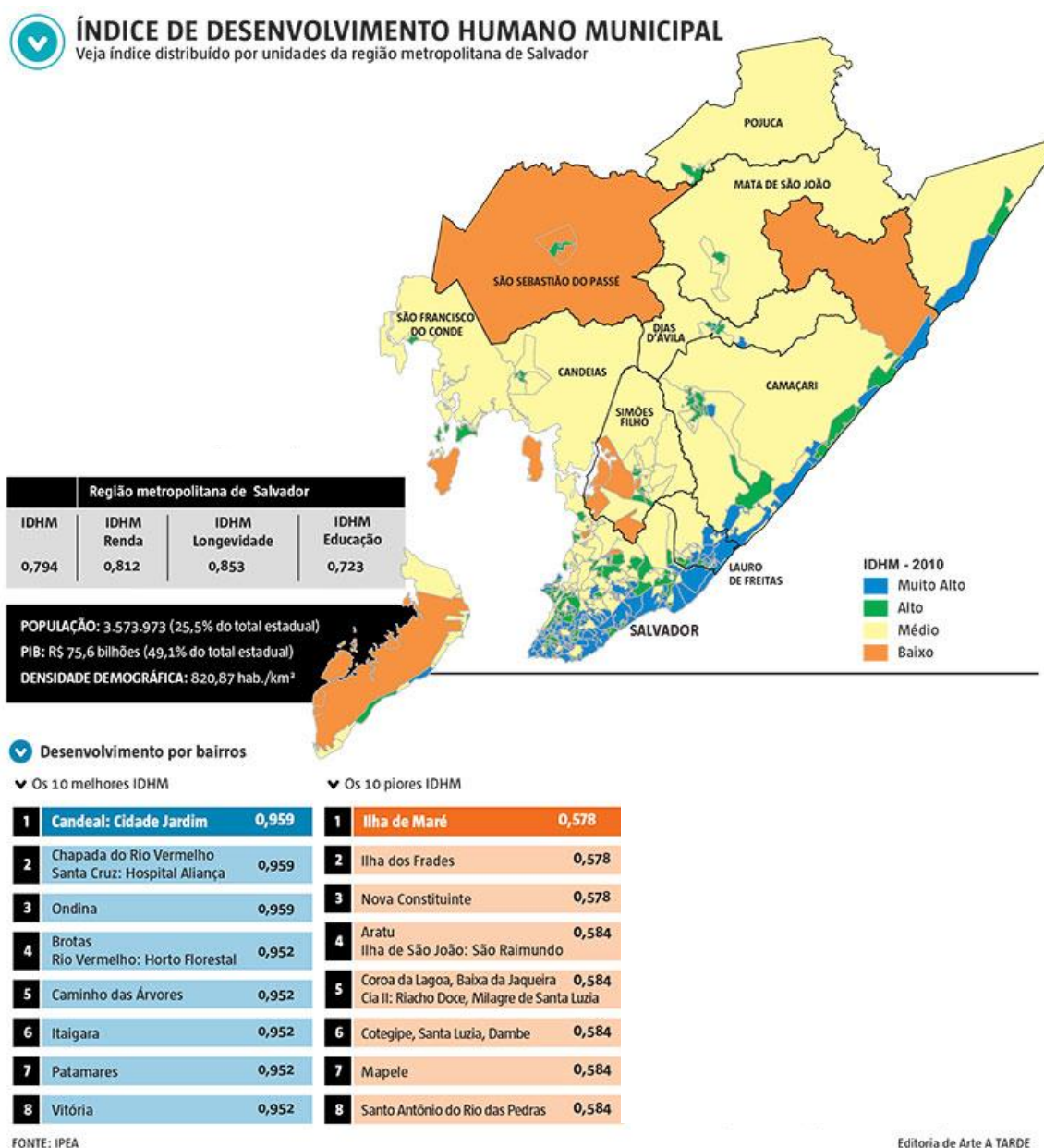


Figura 22 IDH de Salvador e municípios da RMS
Fonte: Alves & Jr (2014)



Figura 23 Condomínio e Shopping Bela Vista no ‘Miolo’ de Salvador

Fonte: Horto Bela Vista (2017)

MUROS E GRADES

Nas grandes cidades do pequeno dia-a-dia/ **o medo nos leva a tudo**, sobretudo a fantasia/ **então erguemos muros que nos dão a garantia**/ de que morreremos cheios de uma vida tão vazia/ **nas grandes cidades de um país tão violento/ os muros e as grades nos protegem de quase tudo**/ mas o quase tudo quase sempre é quase nada/ **e nada nos protege de uma vida sem sentido**/ (...)

Nas grandes cidades de um país tão irreal/ os muros e as grades nos protegem de nosso próprio mal/ levamos uma vida que não nos leva a nada/ levamos muito tempo prá descobrir/ que **não é por aí**... não é por nada não/ não, não pode ser...é claro que não é?SERÁ?

Meninos de rua, delírios de ruína/ violência nua e crua, verdade clandestina/delírios de ruína, delitos & delícias/ a violência travestida faz seu trottoir/ em armas de brinquedo, medo de brincar/ em anúncios luminosos, lâminas de barbear/

Viver assim é um absurdo, (como outro qualquer)/ como tentar o suicídio (ou amar uma mulher)/ viver assim é um absurdo (como outro qualquer)/ como lutar pelo poder (lutar como puder). (Gessinger & Licks, 1991).

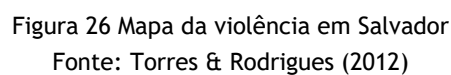
A Pituba é uma das áreas com predominância de população branca, com menor índice de população preta em Salvador, enquanto o Nordeste de Amaralina é uma área com predominância de pretos e pardos (Carvalho & Barreto, 2007). A Figura 24 retrata a vista de cima do Nordeste de Amaralina e da Pituba.

A configuração territorial extremamente desigual pode ser associada aos espaços mapeados na Figura 25, onde se observa que a população com renda per capita domiciliar inferior a meio salário mínimo, ocupa o subúrbio ferroviário (Oeste-Noroeste da Península) e a área ao Norte do ‘miolo’ de Salvador, bem como alguns enclaves de resistência onde estão antigas favelas. Nas áreas onde a população de menor renda se concentra, ocorre o maior número de casos de homicídios (Figura 26).



Figura 24 Vista aérea do Nordeste Amaralina e Pituba ao fundo - Salvador.

Fonte: A Tarde (2014)



Nessas áreas estão ainda concentradas as pessoas pretas e pardas, bem como o maior número de jovens que não concluíram o ensino médio e nem estudam, nem trabalham, como indicaram Carvalho & Barreto (2007): É a Salvador/ Bahia de todos os pobres de que nos falavam cientistas sociais na década de 1980, em livro homônimo (Vianna, 1980), conforme relembra Bomfim (2009), ao questionarem-se como uma cidade tão rica possui uma população tão empobrecida, aliando crescimento e exclusão social, de modo que as pessoas encontram as mais diferentes formas de ganhar algum dinheiro, de garantir a sobrevivência dia a dia.

A descrição de uma das áreas mais violentas de Salvador, a Baixa do Fiscal, exemplifica o cotidiano dessas pessoas:

Lojas de ferragens, de som automotivo, de peças de carro usadas, alguns ferros velhos, galpões acumulando carcaças e estratégicas portas por onde se vende cerveja. Atrás de tudo isso, 5.024 habitantes. Apinhados em casas de reboco exposto, em ruas sem calçamento, iluminação, saneamento... Lazer? Não há praças ou campinhos, nem mesmo os de barro. (Torres & Rodrigues, 2012).

Os dados referentes à renda per capita da população de Salvador, expostos no Quadro 5, deixam evidente o caráter de pobreza em que se encontram os trabalhadores e suas famílias, considerando-se que mais de 50% da população de Salvador vive com renda de até 1 salário mínimo por pessoa, constituindo a parcela da população que dificilmente acessará o caro mercado habitacional formal de Salvador. Ressalte-se que 24% dessa população possui rendimento per capita que as situam abaixo da linha de pobreza (Considerando-se a medida de linha de pobreza para países de renda média como o Brasil, as pessoas com renda de menos que US\$5,50/dia, ou o equivalente a cerca de R\$18,00/dia, estão abaixo da linha de pobreza; assim, as pessoas que vivem com menos de meio salário mínimo estão abaixo dessa linha - valores em dezembro de 2017).

Quadro 5 Salvador: Rendimento domiciliar per capita (%), em salários mínimos - 2010

Município	Até ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5
Salvador	24,26	28,16	21,9	15,69	9,98

Fonte: IBGE Cidades (2010). Elaboração: Oriana Araujo

A relação entre o baixo índice de trabalhadores formais, associadas ao baixo valor do salário mínimo pago no Brasil a que se refere Ammann (2013) fora constatada em campo por Mattedi, no início da década de 1980, ao investigar as ocupações irregulares de Salvador:

A maioria das pessoas declaram que, não podendo desviar uma quantia para o pagamento do aluguel, a saída é procurar uma invasão e lá construir um barraco. A declaração de muitos moradores deixa evidenciado esta preocupação; “como o aluguel está caro o jeito é ficar aqui apesar da promiscuidade e falta de higiene” “(...) pois caso contrário estaríamos debaixo dos viadutos da cidade, pois não dispomos de condições de pagar aluguel, cada vez mais caro” (Mattedi, 1981, citada por Miranda, 2008, p. 61).

Grande parte do problema habitacional em Salvador diz respeito não apenas à falta de habitações, mas também ao desconforto e condições ambientais ruins aos quais se submetem os moradores, o que sustenta a perspectiva de um planeta formado de ‘cidades miséria’ ou cidades favelas, de um urbano hiperdegradado a que se refere Davis (2014), assim descrito por Gordilho-Souza:

No seu conjunto, representam situações extremamente perversas para os que habitam essas áreas, geralmente submetidos a um ambiente construído precário, sem conforto, em situações de risco, má qualidade de serviços públicos, enfim, excluídos da cidade formal e dos benefícios implícitos (Gordilho-Souza, 2008, p. 157).

Essas moradias correspondem a uma solução precarizada para o habitar, excluindo-se o direito de viver em ambientes salubres, agradáveis, de modo que se não podem ser contabilizadas como déficit quantitativo, constituem um déficit qualitativo ampliado, não considerado nas estatísticas do censo demográfico, conforme argumenta Gordilho-Souza (2008).

Pode-se garantir que as ocupações não resultam apenas de um processo de exclusão do trabalho, sendo composta de desempregados, mas sim de um processo de integração subalterna ao mundo do trabalho, em que apesar dos trabalhadores cumprirem longas jornadas o salário recebido não possibilita a sua manutenção com bem-estar. Esse fato associado à crescente especulação imobiliária e superelevação dos preços de terrenos e de imóveis como se observa especialmente (mas não exclusivamente) nas maiores cidades da Bahia torna a moradia um bem de difícil acesso.

O caso de Alagados, no subúrbio ferroviário, é emblemático do descuido secular com relação à moradia em Salvador. A Figura 28 demonstra o aspecto que ainda possui grande parte desse lugar que, apesar da construção de 1.100 casas (Figura 27) e regularização da posse e entrega de mais de 3.000 títulos de posse (Oliveira D. , 2015), ainda encontra-se muitas famílias vivendo em palafitas nos Alagados (Bairros: Massaranduba, Joanes, Mangueira, Uruguai e Novos Alagados).

É importante salientar que a regularização fundiária a partir da entrega de documentos de posse não são indicativos de que as unidades habitacionais possuem boas condições de habitualidade, nem tampouco o seu entorno. Além de todas as mazelas que enfrentam, devido às péssimas instalações elétricas, de gás e aos improvisos cotidianos para o cozimento de alimentos, estão sujeitas a incêndios como o que ocorrera em janeiro de 2015 (Figura 29).

A Comunidade de Alagados atraiu a



Figura 28 Aspecto da moradia em palafitas em Alagados/Salvador (BA) em 2015

Fonte: Oliveira D. (2015). Foto: Margarida Neide



Figura 27 Unidades habitacionais em Alagados IV e V (Salvador/BA), entregues em 2016

Fonte: GOVBA, SECOM (2016)



Figura 29 Incêndio em Alagados/Salvador (BA) em 14 de janeiro de 2015

Fonte: Lima E. (2015)

atenção e ação solidária da freira Irmã Dulce, que foi responsável pela publicização da primeira ocupação de imóveis sem função social de que se tem notícia em Salvador: ‘invadiu’ cinco casas, na Ilha dos Ratos, em 1939 (Obras Sociais de Irmã Dulce), para iniciar o atendimento aos doentes, enfrentando e atraindo a atenção de muitos poderosos, por conseguinte, fora expulsa das casas (Guimarães J. , s/d).

De seu trabalho e persistência se constituiu a maior obra gratuita de assistência pública de saúde e educação aos pobres na Bahia (excetuando-se as governamentais) e o exemplo de que é necessário resistir, ocupar e lutar por direitos.

Em Salvador, não é incomum a população submeter-se aos extremos, aos limites, que podem ser tomados em sentido literal mesmo: as encostas são os limites (Figura 30), sobre os quais ‘penduram-se’ numa luta constante com os deslizamentos de terra nos períodos de chuvas, muitas casas e pessoas em Salvador.

Contudo, mesmo nas favelas, ocorrem os mecanismos do mercado imobiliário, como denota o depoimento de uma contemplada em programa de habitação em Alagados, no ano de 2016, ao se referir à ‘compra’ de seu barraco duas décadas atrás:

"Há muito tempo, esperava ter uma casa decente. Minha vida sempre foi dura. Morei em casa de família, e tem patroa que trata bem, outras não", lembrou. "Quando comprei meu barraco, era palafita. Como é que não vou ficar feliz?" (Bárbara da Cruz, 76 anos; Fonte: Franco (2016).

Esse processo é flagrante na transcrição de Bomfim, ao revelar a dificuldade de conseguir o acesso à moradia nas favelas pelos mais pobres, há quase quarenta anos atrás:

Entre os mais pobres, moradores de favelas ou em cortiços no Centro Histórico de Salvador (em terrenos ou casarões arruinados invadidos), não existe a ideologia da casa própria; o sonho da realização da meta de conseguir a casa própria é aspiração das classes médias. Segundo Vianna [1980]:

O que se pode verificar é que, de um modo geral, a perspectiva de se tornar um ‘invasor’, com toda a insegurança que há nessa condição, antes de estar ligada a uma vontade de ‘morar no que é próprio’, deve-se ao preço relativamente caro dos alugueis das casas e quartos na favela (Bomfim, 2009, p. 128).

O mercado existente nas antigas ocupações irregulares conduziu à formação de líderes e ao estabelecimento de formas de convívio que ordenam a vida, sob aspectos que associam-se à ‘justiça difusa’ (Porrás, 2013), à qual pode-se associar também o ‘ordenamento territorial’ dessas áreas.

Em busca de alternativas para a questão da moradia em Salvador, parte da população encorajou-se a participar das ‘invasões’ espontâneas e pouco organizadas, ocupar e lutar por um pedaço de terra urbana onde construir uma forma de habitação, que ficara popularmente conhecida como barraco.

O quadro 6 demonstra a evolução histórica do processo de ocupação de áreas em Salvador e a reação da Prefeitura, Estado, União, órgãos públicos e polícia, ora despejando os moradores em reintegrações de posse mais ou menos violentas – de acordo com o grau de resistência dos ocupantes – ou da remoção dos ocupantes para outras áreas.



Figura 30 Deslizamento de encosta no bairro Barro Branco - 15 mortos (2015)

Fonte: GOVBA, Tapera TV (2015)

A autora destaca o fato de que houve o aumento da repressão às ocupações desde 1964, quando se instaura o governo da Ditadura Militar no Brasil, havendo pressão e erradicação de ocupações que já estavam consolidadas desde as décadas de 1940 e 1950. A partir de 1977, com certa abertura política, a repressão diminuiu um pouco ampliando-se as remoções em lugar da erradicação pura e simples.

A respeito desse processo constatou-se que os sucessivos prefeitos adotaram um discurso ‘higienista e modernista’: iriam limpar [o que incluía retirar as ocupações e as pessoas de determinadas áreas], para depois construir, modernizar Salvador e cita o exemplo da ocupação Bico de Ferro – uma colônia de pescadores, localizada no fim da Pituba –, que fora violentamente expulsa sob a ‘justificativa’ da construção de uma área de lazer para ‘toda a sociedade’ – o Jardim dos Namorados (Lima G. , 2009).

Em espaços que interessavam menos à ‘sociedade’, tolerava-se as ocupações, haja vista os desgastes eleitorais que as remoções podiam provocar:

A forma encontrada em tratar com os sem moradia e, ao mesmo tempo, com o mercado imobiliário, foi delimitar áreas na qual fazia “vista grossa” em relação às invasões e outras na qual não se podia permitir de forma alguma, pois eram de grande potencial mercantil e de acúmulo de capital. (Lima G. , 2009, p. 32)

A história da relação do Estado (especialmente a Prefeitura de Salvador) com as ocupações e os Sem-teto deixa claro que os sucessivos governantes pouco se preocuparam com as pessoas desprovidas de moradia: como vivem, suas condições já tão precárias, sua pobreza, ou ainda, com seus vínculos identitários, seus saberes, seu trabalho. É realmente como se não existissem, fossem desnecessários à cidade, descartáveis. Lida-se, salvo raríssimas exceções, com um poder público que pouco se preocupa com a condição humana, com tornar a vida de cada cidadão melhor.

Ou essa mentalidade deixa de ser aceita como normal, ou jamais se alcançará uma vida efetivamente cidadã para todos (de dentro e de ‘fora’ do processo, mas conviventes no espaço urbano, na cidade). Os processos de reintegração de posse, de extinção de favelas são desumanos: para onde as pessoas irão?

Na atualidade Salvador é a cidade baiana que possui o maior número de movimentos socioterritoriais de luta por habitação popular, que foram organizados nos primeiros anos do século XXI, são eles: o MSTB, o MSTS, o MDMT e a União Nacional por Moradia Popular. Os elementos que caracterizam suas lutas e territorialidades serão analisados no capítulo seguinte.

Quadro 6 Ocupações erradicadas e removidas em Salvador durante a Ditadura Militar

QUADRO DE OCUPAÇÕES ERRADICADAS E REMOVIDAS PELO ESTADO (Município, Estado e União) ATÉ 1984					
n.º	OCUPAÇÃO	Ano Criação	Ano Erradicação	Proprietário	Quem erradicou
1	Bairro Santo Antônio - Av. Odeânica - Ondina	1952	1967/1968	Marinha: aforado à Magalhães e Cia.	PMS ¹
2	Bico de Ferro - Pituba	1957	1967	Marinha	PMS
3	Jaqueira do Carneiro	1957	Tentativa de erradicação 1976/1977	PMS	DNER ²
4	Rocinha dos Marinheiros Dique e Luísa - Ligeira do	1960	1977	Particular	PMS
5	Dique com a Av. Vasco da Gama	1961	Sem referência	PMS	Sem referência
6	Caminho de Areia	1961	Sem referência	IAPC ³	Sem referência
7	Campinas	1966	Tentativa de erradicação 1966	PMS	PMS
8	Pero Vaz	1966	Remoção para San Martin - 1970	PMS	PMS
9	Curva Grande - Garcia	1966	Parte consolidada/Parte removida em 1976 para Fazenda Sete de Abril	PMS	Governo do Estado
10	Loca da Sereia - Monte Serrat	1966	Remoção para San Martin - 1970	Marinha	PMS
11	Curtume ou Maloca	1969	1969	Sem referência	Sem referência
12	Brongo do IAPI	1970	1970	INPS ⁴	PMS
13	Fazenda Três Árvores	1970	Sem referência	PMS	Sem referência
14	Fazenda Mãe Vida	1970	1970	PMS	PMS
15	Av. Contorno-Solar do Unhão	1970	Tentativa de erradicação 1971	PMS	PMS
16	Pituaçu - Boca do Rio	1971	1971	PMS	PMS
17	Pêla Porco	1972	1972	INPS	Sem referência
18	Jardim Saramandaia	1972	Tentativa de erradicação 1972	PMS	PMS
19	Caxundé - Boca do Rio	1973	Tentativa de erradicação 1973	PMS	PMS
20	Baixa do Cajueiro - Boca do Rio	1974	Tentativa de erradicação 1974	PMS	PMS
21	Nova Divinéia - IAPI	1975	Tentativa de erradicação 1975	INPS	INPS
22	Fazenda Grande do Retiro	1974	1975	União	DNER
23	Baixa do Marotinho	(1974) 1976	Remoção para Fazenda Sete de abril feita pelo Governo do Estado - 1976	PMS	PMS
24	Jardim Imperial - Boca do Rio	1976	Tentativa de erradicação 1976	PMS	PMS
25	Bernardo Spector	1976	1976	SETRABRES ⁵	SETRABRES
26	Alto da Terezinha - Escada	1976	1979	PMS	PMS
27	Aeroclube	1978	1978	PMS	PMS
28	Mata Escuro	1978	Remoção 1978	Estado	Estado
29	Ceasa - Barro duro	1979	Remoção 1979	Estado	Estado
30	São Marcos	1979	Remoção 1979	Estado e Município	Estado
31	Trilhos da Leste Brasileira	1979	Remoção 1980	União	União
32	Narandiba	1980	Remoção 1985	União	União
34	Estação da Lapa	1980	Remoção 1983	PMS	PMS
35	São Joaquim	1980	Remoção 1984/1985	PMS	PMS
36	Jardim Praia Grande	1981	Remoção 1982	PMS	PMS
37	Ilha do Rato	1981	Remoção 1981	União	União
38	Mata Escuro	1982	Remoção 1984	Estado	Estado
39	Jardim Caiçara	1983	Remoção 1984	União	União
40	Jardim Cajazeira	1983	Remoção 1983	Estado	Estado
41	Saramandaia	1983	Remoção 1984	União	União
42	Teotônio Vilela	1983	Remoção 1985	Estado	Estado
43	Mata dos Otis	1983	Remoção 1985	PMS	PMS
44	Baixa da Égua	1984	Remoção 1984	PMS	PMS
45	Dique Pequeno	1984	Remoção 1984	PMS	PMS
46	Dom Avelar de Castelo	1984	Remoção 1985	PMS	PMS
47	Nordeste de Amaralina	1984	Remoção 1985	PMS	PMS
48	Pirajá	1984	Remoção 1984	Estado	Estado

Quadro elaborado pela autora, tomando como base MATTEDI (1979), GORDILHO SOUZA (1990).

Notas: 1. Prefeitura Municipal de Salvador. 2. Departamento Nacional de Estrada de Rodagem. 3. Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. 4. Instituto Nacional da Previdência Social. 5. Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social.

Fonte: Lima G. (2009, p. 31)

3.3.2 Feira de Santana

As origens do povoamento do que hoje constitui a cidade de Feira de Santana remonta o século XVII, com a concessão das terras das Itapororocas a Miguel Ferreira Feio em 1615 e a

João Peixoto Viegase seus descendentes, em 1616, da Freguesia de São José das Itapororocas (atual distrito de Maria Quitéria) (Galvão R. d., 1982).

Os Peixoto Viegas detiveram a maior parte das terras (Figura 31), numa sesmaria que abrangia Água Fria, Itapororocas e Jacuípe (Figura 32), onde cultivaram e exportaram fumo, possuíram engenhos de cana-de-açúcar, criaram gado e mantiveram o domínio por longos 150 anos, de modo que “(...) mantiveram hegemonia sobre a terra e o meio em regime quase feudal” (Galvão R. d., 1982, p. 28), sendo reconhecidos por ‘combater’ os índios Tapuyas e Paiaíás, primeiros habitantes da terra (Moreira V. D., 1992).

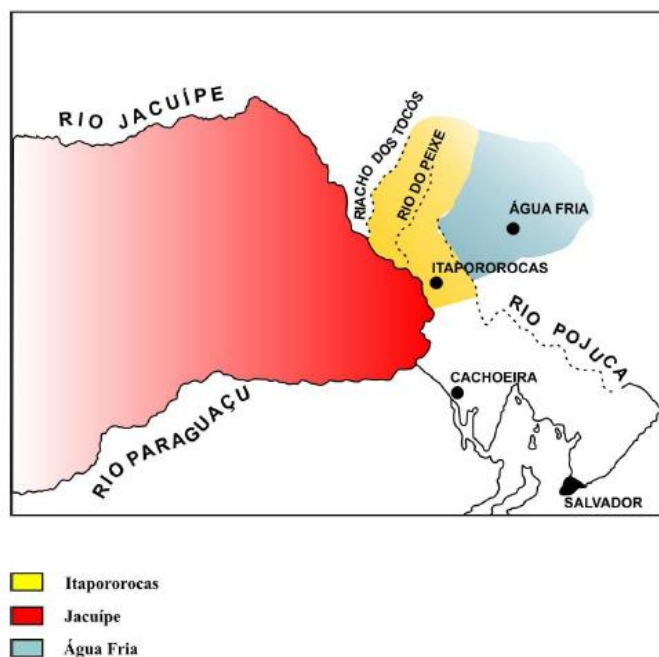


Figura 31 Área aproximada das terras de João Peixoto Viegas no início do século XVII

Fonte: Freire (2007, p. 32)

Contudo, foi na área comprada a um neto de Viegas (Freire L. C., 2007), pelo casal Ana Brandão e Domingos Barbosa de Araujo (de uma família do Recôncavo), que doaram cem braças de terra, em 1732, para erguerem a Capela de Senhora Sant'Ana e São Domingos, onde se desenvolveu o povoado que originou Feira de Santana (Galvão R. d., 1982). Em 1702 Manoel Ribeiro Ribas também adquiriu dos Peixoto Viegas outra área do que hoje constitui a cidade de Feira de Santana (Galvão R. d., 1982).

As nascentes (Olhos d'Água) existentes auxiliaram a manter a posição de entreposto do sertão ao litoral, já que serviam para dessedentar pessoas e animais. A capela impulsionou a formação de uma vila que já se destacava como ponto de pousio dos tropeiros condutores de boiadas e que realizavam ali também a comercialização do gado, originando o núcleo urbano inicial, que seguiria ruas tangentes à Igreja da Matriz, expandindo-se ao sul no sentido da linha férrea que fora desativada em 1970 e ao Norte no sentido da estrada das boiadas (Figura 33).

A feira do gado tornou-se uma grande feira livre, especialmente após a transferência da Feira do Capuame, de Dias D'Ávila, para os Olhos D'Água em 1819, devido à proibição da criação de gado na área úmida, que deveria ser reservada à cana (Santos C. R., 2016) expandiu-se, passou a ocupar ruas do centro e tornou-se a 'Feira de Santana', que nomeou a

cidade emancipada em 1873; a feira fora realizada às segundas-feiras desde 1860 a 1977 (Figura 34), quando fora extinta do centro da cidade e condicionada a um centro de abastecimento, para onde foram transferidos os feirantes (Moreira V. D., 1992).

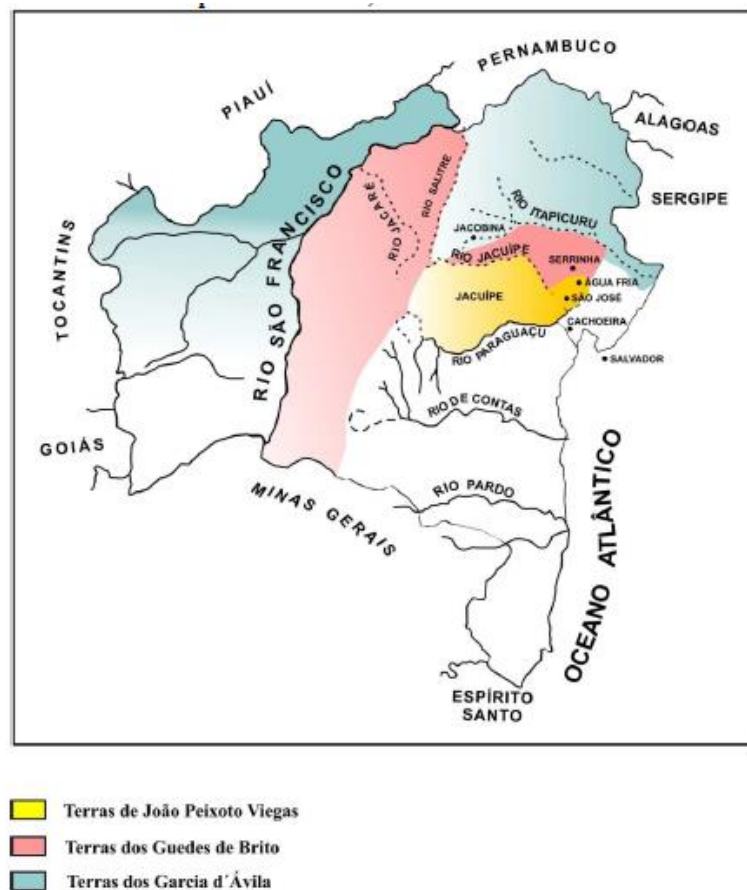


Figura 32 Sesmarias de João Peixoto Viegas (século XVIII)

Fonte: Freire (2007, p. 33)

A cidade permaneceu com forte função comercial (formal e informal) e, em meados do século XX, o crescimento da rede de transporte rodoviário colocaria Feira de Santana na condição de maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste do Brasil e tornou-se a segunda maior da Bahia, conhecida como “Princesa do Sertão”, fortemente integrada a Salvador.

As tentativas de ‘organizar espaços’ para o comércio livremente realizado em Feira de Santana não conseguiram evitar o surgimento constante de novos vendedores ambulantes pelas ruas do Centro da cidade, a exemplo dos camelôs que sempre retomam o calçadão da rua Sales Barbosa, as calçadas da avenida Senhor dos Passos, da Av. Marechal Deodoro e do Nordeste: são vendedores ambulantes de frutas, aparelhos eletrônicos e outras mercadorias que utilizam barracas móveis e carrinhos de mão, dentre outras estratégias (Teles, 2017).

No entanto, estão sempre sobressaltados pela possibilidade de terem suas mercadorias tomadas pela prefeitura numa operação chamada de ‘rapa’, onde agentes públicos retiram violentamente as mercadorias, numa ação truculenta justificada pela necessidade de ‘limpeza da cidade’.

A informalidade sistemática que a Prefeitura quer combater é geradora da renda de centenas de feirenses que vivem desses ‘bicos’; retirar suas mercadorias é lança-los à precarização ainda maior.

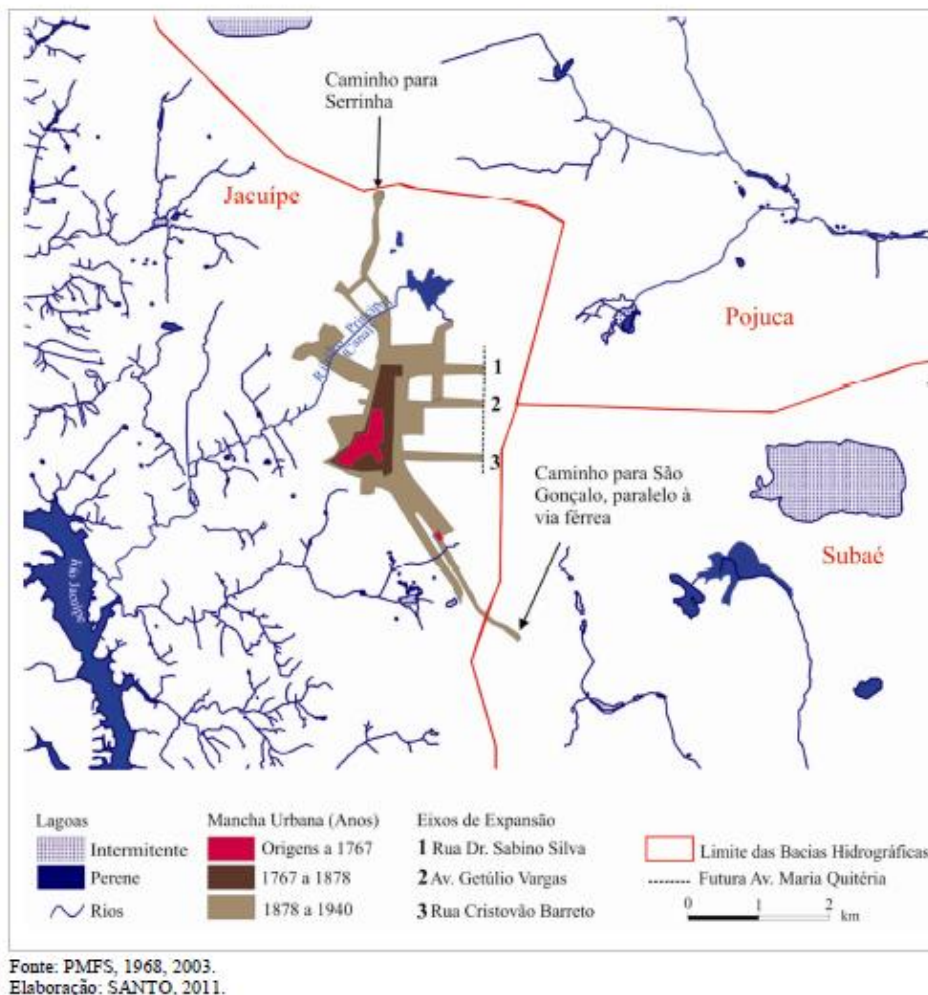


Figura 33 Área urbana de Feira de Santana até 1940 e rede hídrica associada
Fonte: Santo (2012, p. 138)

Uma análise do rendimento per capita da população economicamente ativa de Feira de Santana em 2010 (

Quadro 7) demonstra que 32% da população de Feira de Santana vive com até 1/2 salário mínimo por pessoa, enquanto que 31,37% vive com renda de 1/2 até 1 salário mínimo, o que revela um percentual muito significativo da população que se mantém em uma situação econômica precária, de modo que estão excluídos do rentável e em expansão mercado imobiliário feirense, haja vista sua reduzida ou nula capacidade de inversão de recursos na compra de moradias, sem a intervenção de custeio público (Araujo O. , 2017).

A criação de um centro de comércio pela Prefeitura em 1996, organizando as antigas barracas em pequenas lojas fixas reordenou o ‘Shopping Popular Feiragui’, onde se

encontram diversos produtos eletrônicos importados e atualmente mais diversificados (Santos C. R., 2016).

Contudo, seguindo na contramão da vocação da cidade, sob o pretexto de organizar o centro da cidade, o prefeito Zé Ronaldo pretende novamente encaixar os ambulantes em um ‘Shopping Popular’ (público-privado), que será construído no lugar do atual Centro de abastecimento, retirando-os das áreas onde estão para o que tem considerado uma área moderna, que



Figura 34 Feira livre antes de 1977

Fonte: Aguiar (2013)

trará benefícios para todos, sob a ressalva de que foram ouvidos em

audiências públicas (Jornal Grande Bahia, 2017). Fato é que assim como ocorrera quando a antiga feira livre foi extinta, com cerca de 5000 feirantes, para o novíssimo centro de abastecimento que comportou 1500 deles e o poder público não se manifestou sobre o que aconteceria com os demais, o mesmo pode ocorrer com o novo Shopping popular que ocupará uma área no centro de abastecimento e pretende comportar 1800 comerciantes (Teles, 2017). Assim, os camelôs questionam quais as vantagens que terão considerando que:

(...) nas ruas encontram oportunidade de conseguir algum recurso financeiro pois comercializam com as pessoas que circulam, principalmente, a pé pelo centro da cidade, e fechados num espaço como o proposto para o shopping popular não encontrarão o mesmo público consumidor. (Teles, 2017, p. 216).

Haverá gestão privada do empreendimento (Teles, 2017) e os comerciantes informais serão ‘convidados’ a colocarem suas mercadorias nessas lojas, sob preços acessíveis (?). Esse é um exemplo da ideia de ‘progresso’ e civilidade – baseada na negação das práticas rurais e da própria feira que ‘sujaria’ a cidade (Silva M. P., 2012) – e que fora defendida ao longo do século XX e início do século XXI. A entrega da cidade ao capital parece ser a resposta à velha pergunta: porque não se reorganiza a feira livre e se permite que o comércio ambulante aconteça?

Quadro 7 Rendimento domiciliar per capita (%) de Feira de Santana (2010)

Até ½ salário	De ½ a 1	De 1 a 2	De 2 a 5	Mais de 5
32,67	31,37	21,13	11,13	3,69

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Oriana Araujo, 2015

A Feira de Santana do início do século XXI continua em busca de um progresso exógeno, aberta e subordinada aos capitais e ao desejo do investidor, sem considerar efetivamente o seu potencial endógeno, o seu comércio como gerador de riquezas, a sua história e cultura como

potencializadores do turismo e da renda, a exemplo do que já fizera com o CIS (Centro Industrial do Subaé), privilegiando o shopping em detrimento da feira livre.

O ‘progresso’ não foi tão hábil em construir habitações populares na mesma velocidade em que a população urbana crescia, conforme assinala também Vargas (2008), como fora ao demolir casarões para dar lugar a estacionamentos (Miranda, Silva, & Oliveira, 2012), sem preocupação com a memória e a historicidade presentes no espaço urbano, reduzindo a quase nada o centro histórico da cidade, de modo que Feira de Santana cresceu não apenas ‘descuidosa de sua beleza’, como indicado no Hino à Feira (escrito por Georgina Erismann) e também de sua gente.

As lagoas que antes serviram como fontes de água limpa, passaram a ser aterradas, receber esgotos e abrigar ocupações ditas ‘irregulares’ (moradia para a população de baixa renda, a partir da autoconstrução) ou ‘regulares’ (grandes aterros para empreendimentos comerciais, residenciais e instituições de pesquisa; mais recentemente privatizadas em condomínios luxuosos), de modo que muito desse patrimônio natural foi se perdendo (sob a anuência do poder público municipal ao longo de décadas). Identificou-se a ocupação das lagoas de Feira de Santana variando entre o mínimo de 11%, na Lagoa Tabua ao máximo de 65% na Lagoa Grande (Lobão & Machado, 2005).

O projeto Nascentes (C.Netto, Rocha, Nolasco, & Franca-Rocha, 2003), catalogou 48 lagoas, 06 fontes, 03 rios e 11 riachos em todo o município de Feira de Santana. A Figura 35 apresenta a distribuição da rede hídrica na cidade de Feira de Santana, associada à expansão urbana desde as origens do povoamento ao ano de 2003.

Diversos desses riachos foram completamente canalizados ou aterrados, bem como servem para a destinação de efluentes domésticos e industriais (Fernandes, Santo, & Santos, 2008); as autoras indicaram ainda que em áreas concretadas e casas do Conjunto Feira X as nascentes haviam ‘estourado’ o concreto e retomado seu curso.

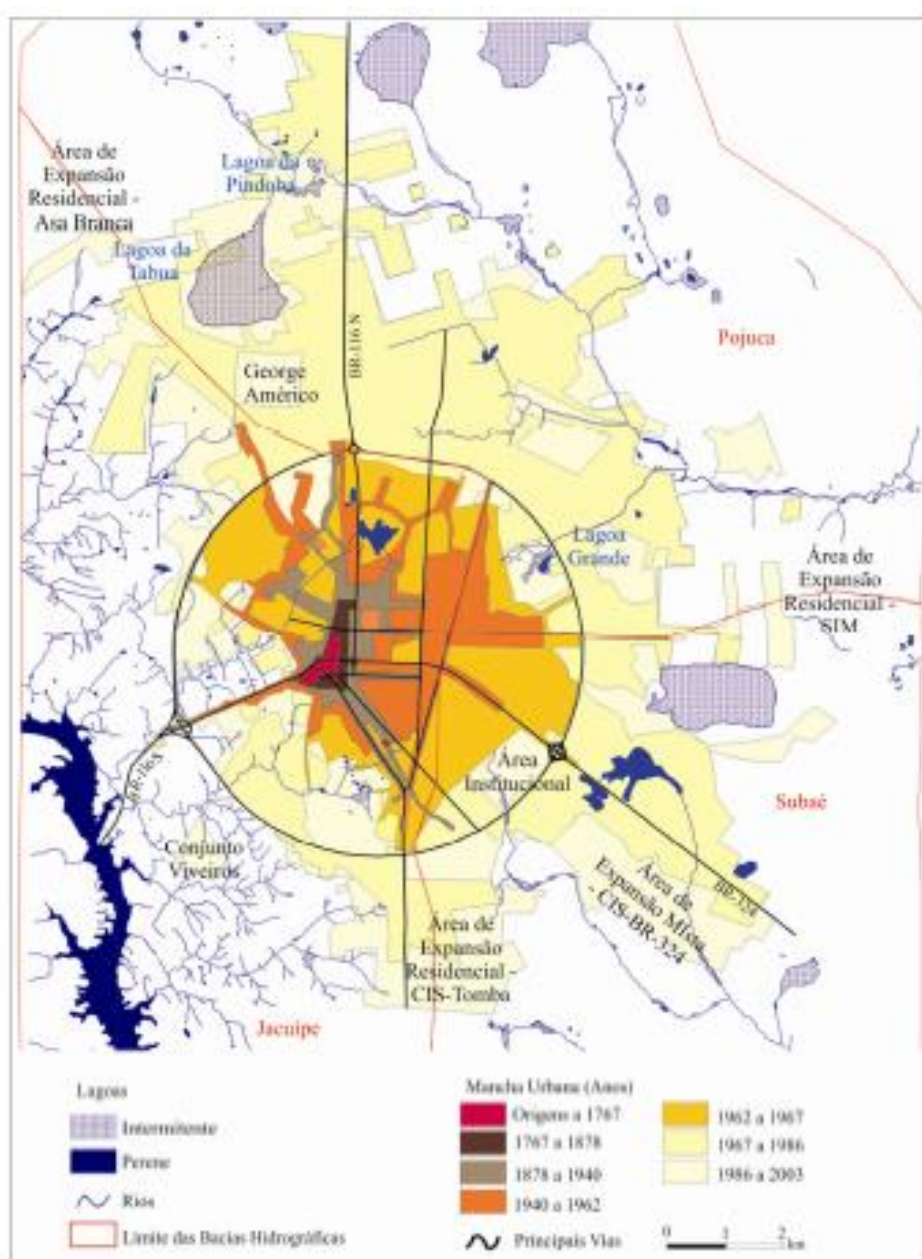
Projetos de recuperação públicos muito pontuais começaram a ser realizados recentemente, a exemplo da Lagoa do Prato Raso, em que uma pequena área (lagoa do Geladinho) foi transformada em Parque urbano (Figura 36), enquanto no outro lado do que já fora um complexo hídrico interligado áreas imensas vêm sendo aterradas para ceder espaço a moradias para população de baixa renda. A anuência do poder público com tal ocupação deve estar relacionada ao interesse imobiliário em converter essa área central em solo para construção: os pobres ocupam, aterram, sofrem com as cheias, os mosquitos, consolidam a área, apagam a lagoa do imaginário popular; na sequência, os incorporadores imobiliários compram as pequenas casas, fazem a demolição e instalam seus equipamentos comerciais.

Entre as décadas de 1940 a 2010, o distrito-sede apresentou um crescimento de 449% em sua população urbana (Santo S. M., 2012), que tivera expressivo aumento a partir da década de 1960, de modo que em 1970 a população urbana de Feira de Santana correspondia ao dobro da população rural (Gráfico 2), devido à intensa migração que ocorrera para essa cidade, ao ponto de em 2010 cerca de um terço de sua população não ser natural do município (IBGE, 2010). Nesse período instalou-se o CIS, criou-se a UEFS e pavimentou-se a BR 324, ampliando os fluxos com Salvador. Atualmente 92% da população é urbana, com uma densidade demográfica de consideráveis 416 hab./km² (IBGE CIDADES, 2015).

Se por um lado a cidade crescia, o comércio e a indústria se desenvolviam, por outro, não houve a desejada imersão econômica para boa parcela da população que continuou com baixíssimos rendimentos, o que repercutiu na busca de alternativas informais para o problema da moradia. A Feira de Santana do início do século XX possuía claros espaços para a moradia da elite e dos pobres (incluindo-se os que se destinavam à cidade para fugir das secas no

semiárido baiano), sobre os quais legislava-se, sem preocupação com o destino dos que não estivessem adequados à noção de civilidade vigente, como demonstrado por Silva:

Os becos se constituíam, então, em locais apropriados por trabalhadores/as pobres da cidade para estabelecerem suas experiências de trabalho e relações familiares, pela construção de seus pequenos casebres, tidos como insalubres e feios, na perspectiva dos jornais. Souza afirma que em 1937, o Código de Posturas da cidade legislou sobre a demolição destas casinhas, que deveriam ser substituídas pela construção de edifícios higiênicos embelezados, seguindo determinadas noções de arquitetura, apontando para as medidas da municipalidade de Feira de Santana que visavam redesenhar o espaço urbano a partir de normas de civilidade que atingiam diretamente as práticas costumeiras dos/as trabalhadores/as pobres da cidade. (Silva M. P., 2012, p. 42).



Fonte: PMFS, 1968, 2003.
Elaboração: SANTO, 2011.

Figura 35 Rede hídrica de Feira de Santana e evolução da mancha urbana (até 2003)

Fonte: Santo S. M. (2012, p. 151)



Figura 36 Lagoa do Prato Raso, no Centro de Feira de Santana. Esquerda (a): Parque urbano. Direita (b): vista do aterramento da Lagoa

Fonte: (a) Folha do Estado (2016). (b) Foto: Carlos Augusto, em: Simas (2017)

Construiu-se um discurso de que os becos eram espaços de promiscuidade e lascívia, associados a práticas morais de hábitos anti-higiênicos e incivilizados (Silva M. P., 2012), que permitiu a ‘liberação’ desses espaços centrais para outros usos, especialmente os comerciais. Os antigos moradores devem ter se dirigido para as áreas mais distantes, nos subúrbios da cidade, nos “territórios condenados, malditos e desprezados”, a exemplo do Calumby, local de moradia de ex-escravos (Silva M. P., 2012), onde suas práticas não estivessem no Centro da cidade, ‘atrapalhando’ a expansão imobiliária.

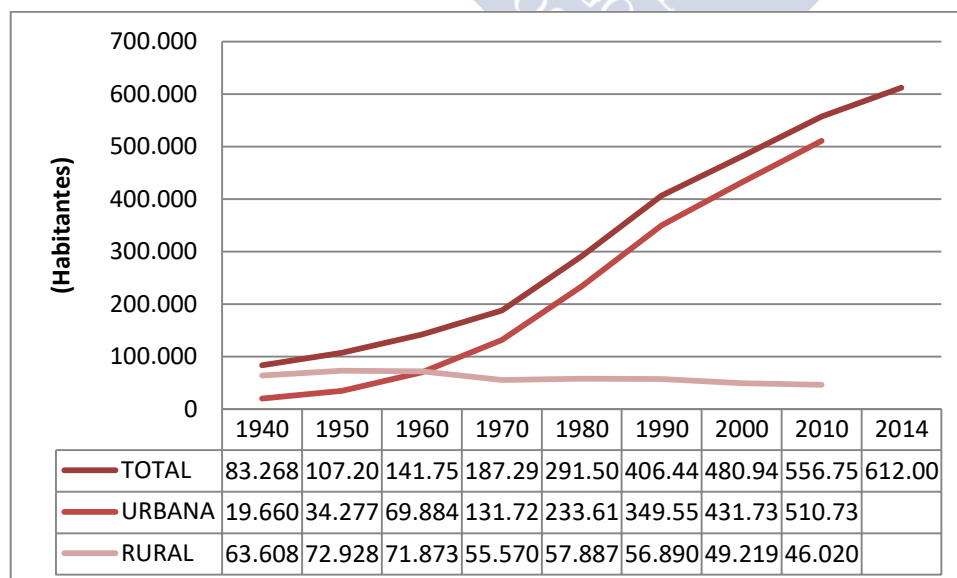


Gráfico 2 População total, urbana e rural de Feira de Santana (1940-2014)

Fonte: Ministério das Cidades; (Santo S. M., 2012, p. 158)

Concluiu-se que o subúrbio, distante da ‘cidade’, da iluminação pública, das escolas, dos serviços de saúde era o local de moradia dos trabalhadores pobres, sendo assim considerados até as primeiras décadas do século XX as seguintes localidades: Olhos d’Água, Calumby, Muchila, Alto do Gonçalo (Cruzeiro), Boa Viagem, Tanque da Nação (Baraúnas); Muchila; Estrada das Boiadas; Lagoa Grande, Rua do ABC, Sobradinho, Mangabeira, Rua do Padre, Tanque do Urubu, Queimadinha, Lagoa do Fumo, Mangabeira (Silva M. P., 2012).

A mudança advinda do término da construção de um anel rodoviário em 1975 (Av. Eduardo Fróes da Mota) que contornou a cidade (Teles, 2017), na pretensão de que os veículos passassem por Feira de Santana sem maiores incômodos no centro da cidade, tornou esse antigo ‘subúrbio’ em espaços mais centrais e privilegiados (área intra-anel), estando o ‘subúrbio’ na área extra-anel.

A partir de 1970 o próprio Estado passou a construir conjuntos habitacionais na área extra-anel (Santo S. M., 2012), que atualmente estão mais integrados à dinâmica urbana da cidade (Figura 37). Esse argumento pode ser utilizado para justificar o uso de terras tão distantes para construção dos empreendimentos voltados para a população mais pobres, entretanto sabe-se que não se pode achar razoável que uma população espere cerca de 50 anos para estar servida das benesses urbanas. Além disso, há casos em que essas benesses e integração jamais chegaram e a população vive isolada e mal servida de transporte público, como é o caso do conjunto Viveiros (também lembrado por Santo, 2012), construído na década de 1990.

De acordo com o estudo realizado por Santo (2012), apenas em 1969, fora construído um conjunto habitacional voltado para população de baixa renda (1 a 3 salários mínimos); além disso, entre 1969 até 2010 foram produzidas apenas 20.273 unidades habitacionais ‘populares’. A autora destaca ainda a mudança no padrão de construções, com extrema piora após os anos de 1990, além da escolha de áreas longínquas, isoladas e de difícil acesso para a implantação de muitos dos empreendimentos voltados à população de baixa renda.

Em 2010 o IBGE constatou a existência de 36.857 imóveis em Feira de Santana que eram ocupados por pessoas que não detinham sua posse (alugados, cedidos pelos empregadores, cedidos de outra forma ou em outra condição de ocupação) e revelou ainda que 15.568 (10%) dos domicílios particulares de Feira de Santana são de alvenaria, mas não possuem revestimento externo das paredes. Ainda mais inadequados são os 675 domicílios construídos com madeira, taipa ou outros materiais.

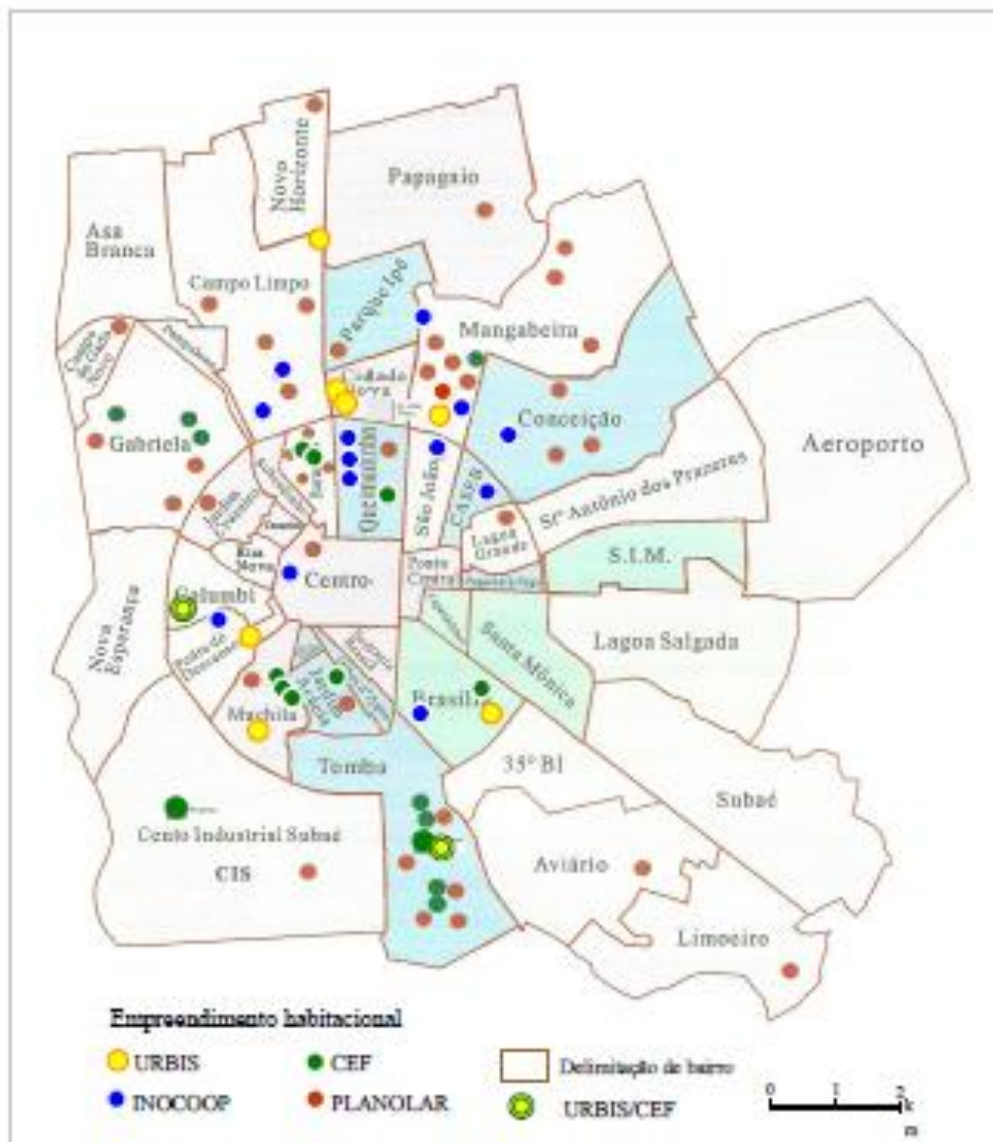
Contudo, Feira de Santana foi o município da Bahia que mais construiu unidades habitacionais pelo PMCMV e FAR entre 2009 a 2014, totalizando 19.382 unidades habitacionais, superando o déficit habitacional estimado de 17.362 (Furtado, Lima-Neto, & Krause, 2013), indicando que nesse início de século XXI a gestão pública municipal moveu-se no sentido de ampliar a oferta de moradia, amenizando a carência que se acumulou ao longo de décadas, o que deverá impactar significativamente os dados do censo demográfico em 2020, embora o crescimento da população e a tendência de formação de famílias gerem novas demandas.

O mapeamento (

Figura 38) realizado por Santo et. al (2016) deixa claro que os empreendimentos voltados à faixa 1 do PMCMV, para população de menor renda, são os que possuem maior número de unidades habitacionais por empreendimento, tratando-se de gigantescos conjuntos habitacionais, mas situados em áreas mais distantes e com terrenos mais baratos, com destaque para os bairros Mangabeira, Conceição, Asa Branca, Aviário, Santo Antônio dos

Prazeres e Tomba, repetindo-se o processo de segregação dos mais pobres via ação estatal, que já ocorre em outras cidades brasileiras:

A localização dos conjuntos habitacionais do PMCMV também segue a lógica do capital. Os empreendimentos para as Faixas salariais 2 e 3, ficaram em áreas mais valorizadas e relativamente próximas ao centro, enquanto as unidades destinadas à Faixa 1, ficaram mais afastadas, em áreas ambientalmente frágeis, sendo, no caso de Feira de Santana, próximos aos riachos e nas zonas de dissecação do tabuleiro. (Santo, Fernandes, Useda, & Falcão, 2016, p. 16).



Fonte: OLIVEIRA, 2004, p. 174.
Adaptação: SANTO, 2012.

Figura 37 Distribuição espacial dos Conjuntos habitacionais e loteamentos PLANOLAR por empreendedores - Feira de Santana (até 2004)
Fonte: Santo (2012, p. 164)

As áreas mais próximas ao Centro da cidade ou servidas de vias de acesso rápido ou de melhores equipamentos urbanos próximos, receberam os investimentos destinados à faixa 2, à

classe média. Nesses empreendimentos a quantidade de residências por empreendimento é geralmente menor, embora a qualidade da moradia varie muito em seu padrão. Destacam-se os bairros SIM, Pedra do Descanso (Complexo de Condomínios Vila Olímpia – Figura 39), Santo Antônio dos Prazeres e Papagaio, em áreas intra anel de contorno ou muito próximas, bem como em áreas próximas a instituições de ensino superior, a exemplo da UEFS – no setor norte da cidade (Papagaio) – e da FTC – no setor Leste da cidade (SIM).

Os empreendimentos voltados para a faixa 3, classe média, conformam verdadeiros enclaves fortificados como os qualificou Caldeira (1997), uma vez que seus muros e pórticos os separam dos contextos locais nos quais estão inseridos, como no exemplo discutido por Santo, Fernandes, Useda, & Falcão (2016), em que um condomínio numa área mais pobre ocupa o bairro Rua Nova, mas sua entrada situa-se no outro extremo, em outro bairro, a fim de separá-los das áreas consideradas ‘mais perigosas’.

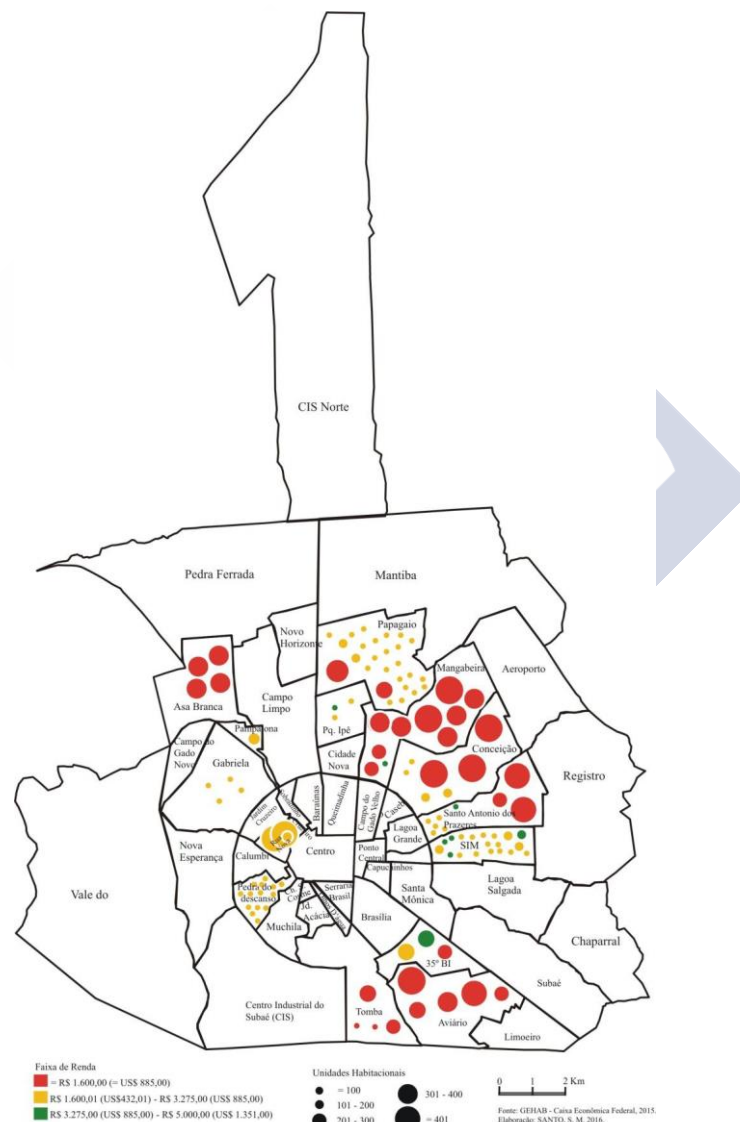


Figura 38 Distribuição espacial dos empreendimentos habitacionais em Feira de Santana, por faixa de renda e tamanho (2009-2014).

Fonte: Santo, Fernandes, Useda, & Falcão (2016, p. 17)

O avanço dos empreendimentos habitacionais sobre áreas rurais promoveu a criação de novos bairros em Feira de Santana, incorporando ao distrito sede terras de outros distritos.

Santo (2012) preocupou-se com a autosegregação e a utilização de lagoas como amenidades para agregar valor em condomínios de luxo, a exemplo do Lagune Ville, no bairro Papagaio, já que impedem o acesso à lagoa, privatizando-a, conforme demonstra o anúncio de uma imobiliária (Figura 40). Em 2017, um lote de terreno no LaguneVille estava sendo comercializado por mais de duzentos mil reais (conforme pesquisa em corretoras online).



Figura 39 Vista aérea do complexo de condomínios Vila Olímpia, no bairro Pedra do Descanso (2014)
Fonte: BAHIA J. G. (2014)

DESCRIÇÃO

Condomínio Lagune Ville de Feira de Santana. Apresenta uma completa e moderna infra-estrutura, para você viver os melhores momentos da sua vida. Uma excelente oportunidade para viver em um dos melhores condomínios da cidade. Condomínio com LAGO privativo, onde você pode pescar, e aproveitar uma maravilhosa área de lazer.

Figura 40 Anúncio para comercialização de lotes no condomínio LaguneVille
Fonte: Imóveis (2017)

O empreendimento Alphaville, também com lotes comercializados acima de duzentos mil reais, às margens do rio Jacuípe, no setor Oeste da cidade, garante a exclusividade e composição únicas de paisagens naturais, conforme indicado num site de anúncio. Observa-se que, se por um lado, houve investimento na produção de unidades habitacionais para os mais pobres em locais distantes e mal servidos de transporte público, de serviços essenciais de saúde e educação, de cuidados paisagísticos, de áreas de convivência, por outro, a iniciativa privada atua livremente na privatização dos recursos naturais e de territórios urbanos, na busca por alternativas que o dinheiro pode garantir, o que demonstra que as elites das cidades médias baianas tendem a seguir o padrão de moradia em condomínios, desistindo da cidade enquanto espaço de encontro e das diferenças.

O que se pode esperar é que Feira de Santana seguirá segregando os mais pobres a partir da própria ação do Estado, destinando-os às ‘caixinhas de pombo’ (minúsculos apartamentos) em locais mal servidos de infraestrutura urbana e de transportes, bem como desprovidos de preocupação com o bem estar humano, como se a moradia popular não pudesse ter esses elementos, enquanto os ricos se autosegregarão pagando pelo conforto que os condomínios lhes oferecem, sob anuência e apoio da prefeitura, de modo que a cidade deve seguir mais fragmentada do que articulada, com mais muros do que pontes (Souza M. L., 2008), mais

individualizada, numa ‘pseudo homogeneidade’ que seguramente contraria o princípio do encontro dos homens livres tão caro ao exercício da cidadania.

Em 2010 o IBGE considerou que não havia favelas (ou aglomerados subnormais) em Feira de Santana, devido à metodologia adotada pelo Instituto. Contudo, diferentes estudos asseguram que há favelas em Feira de Santana (Carmo, 2009), (Vargas, 2008), (Oliveira M. L, 2004) :

Em 2004, havia um total de 27 favelas irregulares e clandestinas, alojando uma parcela considerável da população (26%) (...) no município de Feira havia 3 conflitos fundiários urbanos, que envolviam 210 famílias. (Oliveira M. L., 2014, p. 72).

A autora desenvolveu uma pesquisa na Rocinha e afirmou:

O que se vê na Rocinha é a periferia da periferia. Existem diferentes espaços segregados, dentro do próprio espaço segregado, que expressam formas variadas de marginalidade habitacional. (Oliveira M. L, 2014, p.83)

Carmo (2009) também encontrou registro de 27 assentamentos subnormais em Feira de Santana, dos quais elegeu 7 para realização de sua pesquisa, localizados conforme a Figura 41. Dadas tais condições, em Feira de Santana foi encontrado um movimento de luta por habitação popular (Araujo O. , 2017) que será melhor examinado no capítulo seguinte.

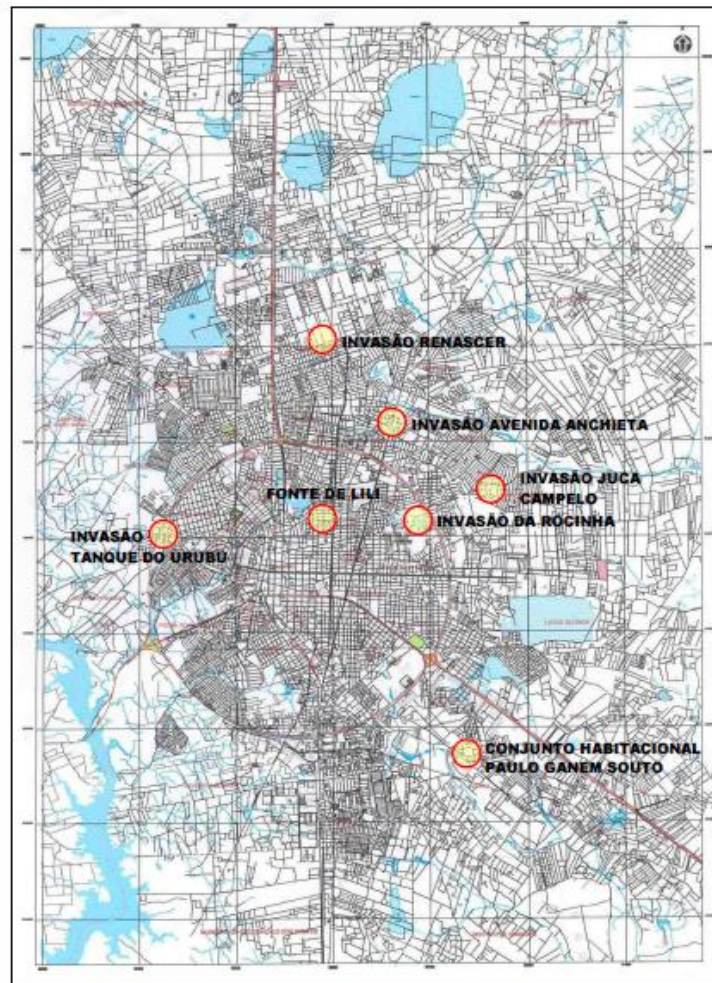


Figura 41 Assentamentos subnormais de Feira de Santana

Fonte: Carmo (2009, p. 186)

3.1.3 Vitória da Conquista

O Arraial da Conquista foi organizado em fins do século XVIII pelo português (Capitão-Mor) João Gonçalves da Costa, que se apossou de grande território, expulsou, escravizou e extinguiu diversas aldeias indígenas (como dos Imborés ou Aimorés e dos Pataxós, na expulsão dos índios desde Ilhéus, Porto Seguro, Camamu), ‘na conquista dos gentios’ – às vezes negociadas em ‘acordos’ e utilização das desavenças entre uma nação e outra para cooptá-las como parceira de guerra e depois escravizá-la (como feito com os Mongoiós). (Sousa M. A., 2001).

João Gonçalves, ‘seus’ escravizados e empregados abriram estradas e condições para o estabelecimento de redes viárias e de comércio, bem como desenvolveu a pecuária bovina extensiva e conduziu o processo de povoamento do ‘seu’ Arraial, que passou a fazer parte da estratégia portuguesa de exploração mineral, mas como entreposto, na articulação entre o Sertão da Ressaca¹² e o litoral.

A riqueza e poder da família perduram longo tempo e um dos filhos de Gonçalves da Costa, orgulhava-se de ser um ‘Senhor de prestígio’, que era respeitado e obedecido por afeto, criação e costume’ da pouca gente que vivia ali (Correspondência de início do século XIX. Em: Sousa (2001, p. 192).

Certamente essas origens remotas ainda influenciam o cotidiano em pleno século XXI, como se nota a partir da situação paradoxal descrita por Santana (2014), ao acompanhar o processo de elaboração do PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social) de Vitória da Conquista, onde constatou que a participação popular efetiva relacionava-se a saber quando as casas populares estariam prontas, calcadas em suas emergências e não no interesse cidadão e político em discutir a cidade, de modo que questiona:

Como resolver a participação popular em uma situação de pobreza, baixo nível educacional, fraca organização sindical e resquícios da ditadura e do clientelismo adjacente ao coronelismo sertanejo que se reproduz nas políticas assistencialistas do neoclientelismo? (Santana M. R., 2014, p. 172). [Educação de qualidade para todos foi a resposta encontrada pelo autor].

As primeiras estradas foram embriões do que viria a ser um dos principais entroncamentos rodoviários do Estado da Bahia, a partir do estabelecimento na década de 1940 da BA-262 (Ilhéus - Bom Jesus da Lapa), que situa-se a 134 km da ferrovia de Brumado (Ferrovia Centro-Atlântica), permitindo sua integração aos sistemas de transporte hidroviário do São Francisco / Rio Corrente, ferroviário e rodoviário em direção ao porto e aeroporto de Ilhéus (Silva C. Q., 2013). Na década de 1960, constrói-se a Rio-Bahia (BR-116), que liga a Bahia ao Sudeste do Brasil.

Ademais a ampliação de outros serviços como os de educação e de saúde, formaram redes importantes para o desenvolvimento social e econômico de Vitória (Ferraz, 2009). A superação do ‘isolamento’ de Vitória da Conquista, reforçou a função comercial e delineou a industrial, com a criação do Distrito Industrial dos Imborés na década de 1980 e sua expansão.

A Vitória da Conquista do século XXI possui um shopping center – Conquista Sul –, onde ‘é possível sentir-se na metrópole, como em São Paulo’, como informara uma entrevistada à Mares (2016, p.143), que constatou as mudanças nas práticas espaciais do lazer na cidade, apresentando a inflexão de parte da população (especialmente a mais abastada), para a ‘Praça de alimentação’ do Shopping, em detrimento dos que preferem as Praças públicas.

¹²A Ressaca corresponde a uma alusão de uma ‘baía de mato rodeada por serras’ e seu ‘movimento’ ao desenho semi-circular do movimento de ressacas marinhas (Medeiros, 1988, citado por Sousa, 2001, p. 19).

A população do município de Vitória da Conquista era rural e praticava essencialmente a agricultura de subsistência, o cultivo de mandioca e de mamona (Menezes H. J., 2011) até a década de 1960, quando a população urbana superou a rural (Gráfico 3). A partir de então, ocorreu um forte crescimento populacional no município de Vitória da Conquista que dobrara sua população a cada vinte anos: entre 1960 a 1980 e novamente entre 1980 a 2000, fenômeno atribuído por Almeida (2005) à implantação do pólo cafeeiro¹³ e à migração rural-urbana, mas a autora adverte que:

Entretanto, o crescimento populacional urbano, não veio acompanhado de um dinamismo econômico e de uma política de habitação popular que garantissem o acesso à habitação ao conjunto da população sem rendimentos ou com renda mensal de até dois salários mínimos. (Almeida M. C., 2005, p. 18)

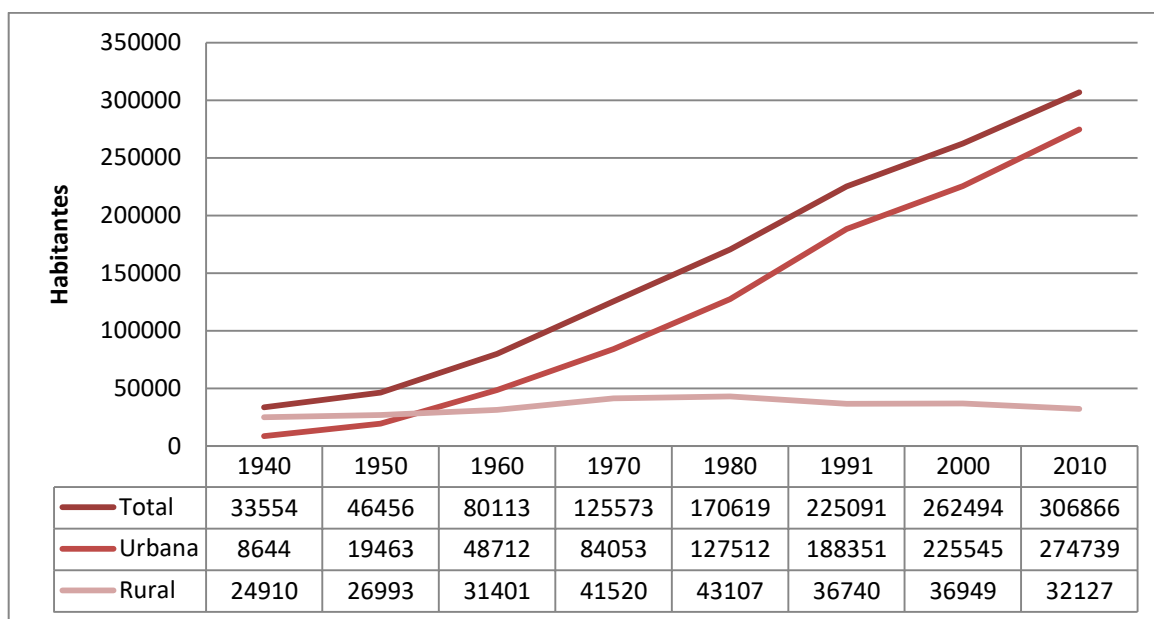


Gráfico 3 População total, urbana e rural de Vitória da Conquista (1940-2010)

Fonte: IBGE Séries Históricas; Ferraz (2009, p. 57). Elaboração: Oriana Araujo (2016).

Entre 1970 e 2010 houve um crescimento populacional de 246% no município de Vitória da Conquista, segundo cálculo de Silva C. Q. (2013). Considerando-se que 89,5% da população total era urbana e que 84,8% deles ou 260.260 hab. viviam na cidade de Vitória da Conquista em 2010 (IBGE Séries Históricas), pode-se afirmar que a cidade aumentou, no intervalo de apenas 40 anos, em quase três vezes seu contingente populacional, sem que efetivamente fossem construídas unidades habitacionais acessíveis a uma população essencialmente de migrantes rurais.

Os migrantes rurais, via de regra, foram expropriados de suas terras por diferentes mecanismos (venda ou expulsão) e atraídos pela falácia propagada de que a cidade era o lugar do progresso, do crescimento pessoal, das boas escolas, da indústria, enquanto o campo era o lugar do atraso, como ocorria em todo o Brasil.

Avaliou-se que o processo de constituição de loteamentos populares (delimitação e venda de terrenos urbanos) na década de 1950 e 1960 em Vitória da Conquista foi um negócio realizado “[...] num tempo em que a preocupação urbanística não estava na ordem do dia e

¹³O PRRC – Plano de Renovação e Revigoração da Cafeicultura, no governo da ditadura militar, sob presidência do General Médici. A política de fortes subsídios fez a colheita saltar de 840 sacas em 1975 para 13.179 sacas em 1983, o que resultou em fortes processos migratórios para as cidades. (Menezes H. J., 2011, p. 93).

que o poder de mando local estava bem próximo e aquiescente ao proprietário privado”, quando houve também a elevação artificial do preço dos terrenos, tornando-os ‘seletivos’ (Medeiros, 1978, citado por Menezes H. J. 2011, p. 97).

Nesse ‘salto’ de preços em relação a alguma amenidade ou mesmo ao estímulo à diferenciação socioespacial, situa-se grande parte dos problemas urbanos atuais, dentre os quais o da dificuldade de acesso à moradia: tornar a terra urbana cara, supervalorizada, associada aos baixos salários pagos à maioria da população empregada, produziu o grande contingente de ‘Sem-tetos’ que se tornariam lucrativos ainda como inquilinos. Tudo isso ocorreu sob o olhar conivente do poder público que permitiu a ‘autorregulação’ do mercado, como se os pobres estivessem aí incluídos.

O crescimento desordenado e insuficiente em equipamentos urbanos nos bairros proletários e populares, antípoda ao surgimento de bairros nobres e da especulação imobiliária e das atividades comerciais no Centro da cidade que foram acompanhadas da derrubada dos imóveis antigos, ocorreram apesar da existência de um Plano Diretor desde 1976 em Vitória da Conquista (Veiga, Veiga, & Matta, 2013).

Além disso, adverte-se que os agentes políticos que se alternaram no poder municipal possuem grande responsabilidade no processo de especulação imobiliária, ao dotar determinadas áreas de infraestruturas que agregam forte valor imobiliário (esgotamentos sanitário, água encanada, energia elétrica, pavimentação de vias, acesso a transporte público), associados à prática de manutenção de grandes vazios que tornaram-se áreas muito valorizadas ao longo do tempo (beneficiando os proprietários fundiários e promotores imobiliários) e ‘empurrando naturalmente’ os mais pobres para as áreas mais distantes e sem infraestruturas, considerando a redução dos preços imobiliários nessas áreas (Veiga, Veiga, & Matta, 2013).

Configurou-se uma população com baixa remuneração, haja vista que, conforme explicita o Quadro 8, cerca de 34% da população vive com menos de meio salário mínimo por pessoa do domicílio, enquanto outras 34% vivem com até um salário mínimo, o que permite inferir a dificuldade dessa população (quase 70% dos residentes) de inserir-se no mercado formal privado de moradias em Vitória da Conquista.

Quadro 8 Vitória da Conquista: Rendimento domiciliar per capita (%) - 2010

Até 1/2 salário mínimo	De 1/2 a 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
34,21	34,04	18,37	9,46	3,92

Fonte: IBGE Cidades (2010)

Devido a essas dificuldades de baixo rendimento e de comprovação da renda de trabalhadores informais, dentre outros fatores, constatou-se que a política habitacional na cidade, a partir de programas habitacionais do INOCOOP, BNH e URBIS, foi acessada essencialmente pela classe média local, o que promoveu ainda mais exclusão social no acesso à cidade formal (Almeida M. C., 2005).

Exemplo claro desse processo encontra-se no bairro Cruzeiro: ocupado espontaneamente pela população de baixa renda, que comprava os terrenos nas mãos dos moradores que tinham tomado ‘posse’ das terras e construía, num bairro até hoje sem infraestruturas mínimas e no bairro Pedrinhas, resultado de ocupação espontânea de terreno pertencente à Igreja Católica, devido a impossibilidade econômica de pagar por um terreno no vizinho Cruzeiro (Mares, 2013).

A solução de moradia encontrada pelos mais pobres, a partir da ocupação de áreas impróprias para moradia – submetidas às enchentes (por serem áreas rebaixadas) ou a desmoronamentos (por serem demasiadamente íngremes) –, como ocorre na Lagoa do Jurema desde 1970 (Figura 42), sujeita a inundações (Silva C. Q., 2013), apesar da existência de 8.766 domicílios vagos em 2010 na cidade (IBGE, SIDRA, 2010) é ilustrativa da dimensão do problema habitacional em Vitória da Conquista.



Figura 42 Habitação na Lagoa da Jurema (2012)

Fonte: Silva C. Q., 2013, p. 06). Fotos: Cristiane Silva

A Figura 43 evidencia a expansão da malha urbana em todas as direções; nota-se que a partir da década de 1970 a área que situa-se além do anel rodoviário passou a ser ocupada, mas as áreas intra-anel rodoviário e mais próxima ao Centro ainda são mais densamente povoadas.

Análise exemplar dos processos de produção do espaço urbano em Vitória da Conquista advém de Barros & Rocha (2010), ao informarem que em 1997 na Avenida Juracy Magalhães, estabeleceu-se um grande assentamento da população ocupante de áreas irregulares: o Loteamento Vila América, onde até 2010 as casas possuíam problemas de estrutura, ainda faltava calçamento, transporte adequado, “sistemas de drenagem e esgotamento, pavimentação e iluminação” e sobra violência. Ocorre que na mesma avenida em 1998, anunciou-se a construção do Shopping Conquista Sul. Em 2007, construiu-se o Condomínio Residencial Green Ville com todas as infraestruturas e vizinho ao Loteamento Vila América (Figura 44), que deixa evidente o tratamento do poder público com relação à população assentada, conforme indicou uma moradora:

Eu sei que lá no Green Ville, eles são classe alta, e a gente não, por isso eles têm esgoto, a gente não. Eu fui na EMBASA e perguntei porque que a gente não tem esgoto e o pessoal do 'lado' tem, o rapaz lá me disse que a gente não tem dinheiro nem para pagar a taxa da água como que a gente vai ter para pagar a taxa de esgoto, fiquei 'retada' com ele... (Moradora A: Vila América, 2009. Em.: Barros & Rocha (2010).

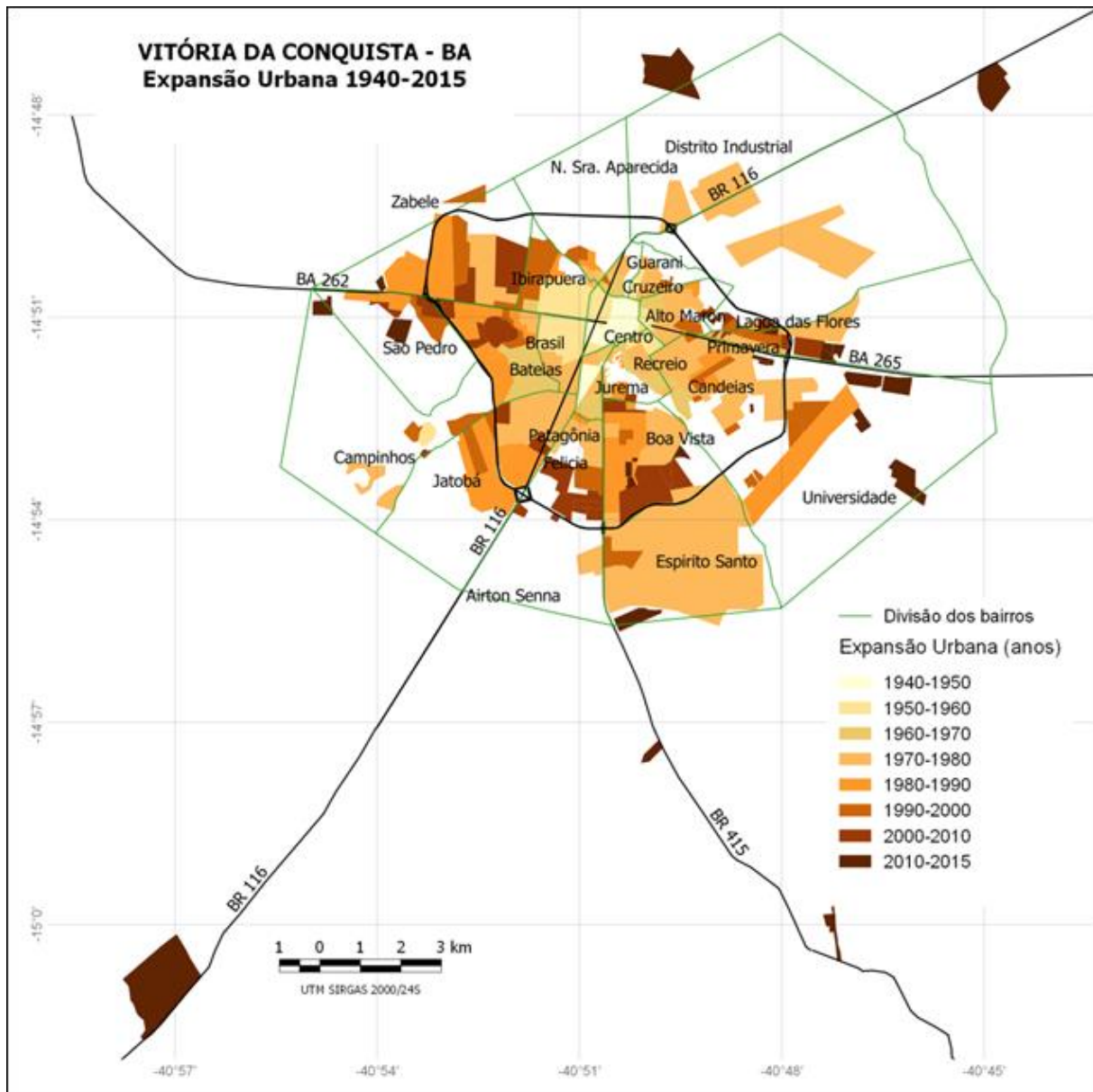


Figura 43 Expansão urbana de Vitória da Conquista-Bahia (1940-2015)

Fonte: Veiga, Veiga, & Matta (2013, p. 120)



Figura 44 Vila América: ruas enlameadas em 2015

Fonte: Novais (2015)

Do descuido público em relação ao Loteamento realizado pela prefeitura no atendimento da população de baixa renda, associado ao descaso do funcionário da EMBASA (Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A), pode-se inferir que há ‘várias más vontades’ a serem enfrentadas para resolver o problema dos mais pobres, que seguramente não ocorreu para o empreendedor do condomínio privado (financiado com dinheiro público) que conseguiu acessar todas as infraestruturas necessárias.

Do outro lado do muro, os pobres do Loteamento Vila América são considerados necessários para alguns dos agentes da produção do espaço urbano de Vitória:

[...] Hoje o Green Ville [Figura 45] oferta em torno de uns 200 empregos, de babá, faxineira, arrumadeira, vigilante, jardineiro, zeladores, todo mundo mora aí vizinho. Então, há uma inclusão social. Você não pode fazer um bairro somente de elite, por que fica difícil transporte para os servidores chegarem, e fica mais caro a mão de obra pra nós. (Empresário do setor imobiliário. In.: Rocha I. d., 2011, p. 129)

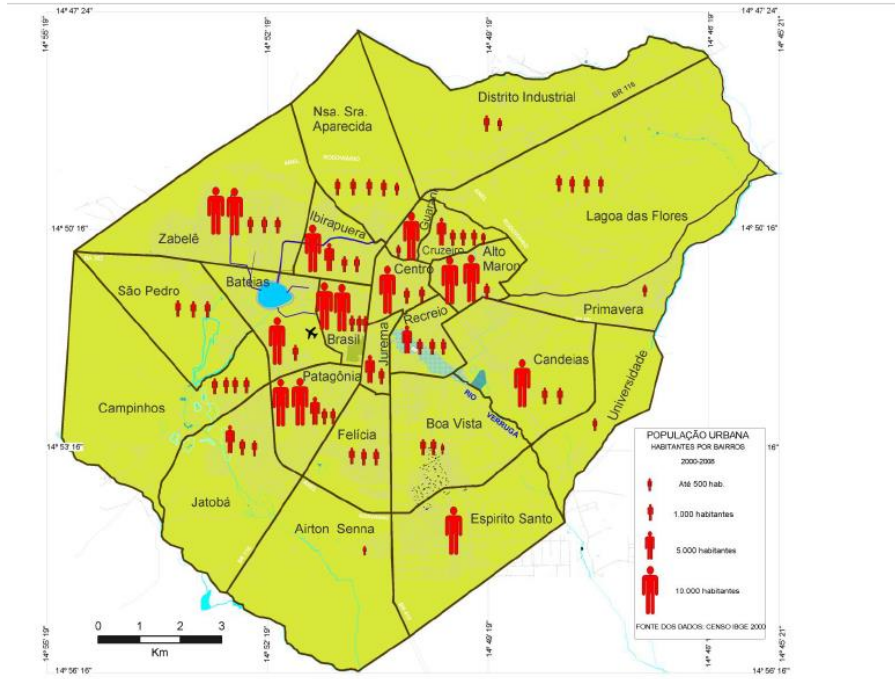


Figura 45 Entorno do pórtico do Condomínio Green Ville em 2014

Fonte: Google Maps

Conforme denotam a Figura 46 e a Figura 47, as áreas centrais de Vitória da Conquista são mais populosas e alternam bairros de melhor padrão construtivo em seu Leste-Sudeste, com bairros de padrão construtivo variando de médio a baixo e precário em seu setor Norte, Leste e S-SO. Os bairros mais novos e distantes do Centro tendem a seguir o padrão dos vizinhos imediatos, de modo que o bairro do Distrito Industrial, Lagoa das Flores e Primavera variam seu padrão construtivo entre popular e baixo/precário, enquanto o bairro Universidade, Boa Vista e Espírito Santo tendem a apresentar padrão construtivo médio e alto.

Apesar de reunir condições para o forte questionamento sobre a disponibilização de moradias à população mais pobre, em Vitória da Conquista, identificou-se apenas um movimento de luta por habitação – o MTD – que está associado a outras reivindicações por direitos; ocupações espontâneas também foram encontradas, mas não se associam ou formam um movimento social consolidado até 2015. As questões relacionadas ao MTD serão discutidas no próximo capítulo.



Fonte dos dados: IBGE, Censo Demográfico 2000.
 Fonte do mapa: FERRAZ, Ana Emilia de Quadros e ROCHA, Altemar Amaral, 2008.
 Nota: Dados organizados pela autora e Altemar Amaral Rocha

Figura 46 Expansão urbana de Vitória da Conquista-Bahia (1940-2015)
 Fonte: Ferraz (2009, p. 115)

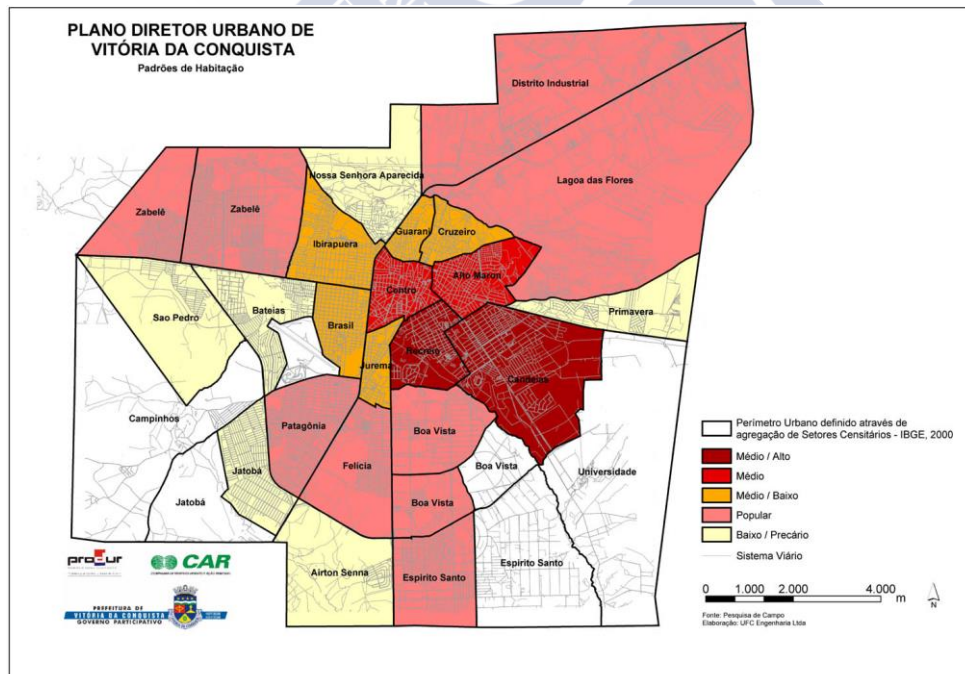


Figura 47 Vitória da Conquista: Padrões habitacionais (2004)
 Fonte: Almeida M. C. (2005, p. 71)

3.4 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO EM CIDADES MÉDIAS DE MÉDIO PORTE DA BAHIA

Das cidades cujo contingente populacional situa-se entre 150.000 a 200.000 habitantes, não foram identificados movimentos sociais de luta por habitação agindo no presente momento em Itabuna, Lauro de Freitas, Camaçari, Juazeiro, Ilhéus, Jequié, Barreiras e Alagoinhas, mas foram identificados conflitos e questionamentos importantes sobre a necessidade de moradia e a especulação imobiliária calcada na reserva de imóveis urbanos, bem como ocupações espontâneas em algumas dessas cidades, que correspondem a indicações de que movimentos de luta por habitação podem vir a se constituir no futuro.

As exceções são as cidades de Lauro de Freitas e Camaçari, que fazem parte da RMS, onde já ocorreu a ação efetiva do MSTB a partir de ocupações na orla, mas a partir da solução do conflito o movimento cessou a atividade nessas cidades.

Dessa forma, dentre as cidades médias de médio porte da Bahia, apenas em Teixeira de Freitas identificou-se a presença dos MLHS, razão pela qual aspectos importantes da produção do espaço urbano dessa cidade serão discutidos no item seguinte.

3.4.1 Teixeira de Freitas

A substituição do sistema ferroviário pelo sistema rodoviário no Brasil e a inauguração da BR-101 em 1973, lançou o povoado de São José de Itanhém, rebatizado Teixeira de Freitas, situado às margens da BR, a um rápido crescimento, ao ‘progresso’, de modo que emancipou-se em 1985 (Gomes L. M., 2015); elemento essencial fora também a exploração de madeira e estabelecimento de serrarias.

Como os demais municípios cacauicultores do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas é parte da ‘pobre região rica’¹⁴ que já vinha sendo forjada, mediante a concentração da riqueza agrária e de sua burguesia (Costa, 2012, citado por Mira, 2014).

De modo contraditório, o município melhorou substancialmente seu IDHM após a crise do cacau (Mira, 2014). Entretanto, essa melhoria está muito mais relacionada aos avanços estatísticos na educação e saúde do que na renda, embora o quadro geral pós-cacau indique que as novas atividades estabelecidas representaram melhoras gerais nos indicadores.

Dessas atividades destaca-se o setor de celulose e papel, que se implantou –via forte uso de recursos públicos –, no extremo Sul da Bahia:

O Governo Federal destinou cerca de US\$ 466.846.200,00 ao setor celulósico-papeleiro entre 1974 e 1980, não só mediante financiamentos por meio do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), mas também pela participação acionária do BNDE e de estatais com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em empresas de papel e celulose. (Silvestre, citado por Gomes L. M., 2009, p. 86).

Investiu-se muito dinheiro público para fomentar o ‘agronegócio’ do eucalipto a fim de substituir os cultivos agrícolas tradicionais, que eram apontados como arcaicos e de subsistência, numa violência à ‘agricultura’ onde antes dos desertos verdes de eucaliptos:

[...] encontraremos o registro da existência de dendê, bromélias, orquídeas de espécies diversas, sapé, bambu, maracujá e araçá, bem como de uma atividade agrícola com produção de abóbora, amendoim, melancia, mamão, quiabo, feijão, mandioca, milho, batata-doce, enfim, um modelo agrícola voltado para a policultura, além de uma atividade pecuária voltada para criação de bovinos, eqüinos, suínos e aves. (Gomes L. M., 2009, p. 130).

As empresas de exploração do eucalipto e derivados se instalaram sob promessa de empregabilidade que perdurou até a construção das unidades e a mecanização (Gomes L. M.,

¹⁴ Expressão cunhada por Asmar (1985, citado por Mira, 2014).

2009). Ante a possibilidade de auferir lucros com a venda das terras – que à época estavam desvalorizadas – muitos camponeses venderam-nas e se empregaram nas ‘firmas’, mas 80% dos empregados foram demitidos e a mão-de-obra especializada adveio de outras cidades e regiões. Alguns poucos foram contratados por empresas terceirizadas onde os salários e as relações de trabalho são mais precárias. A maioria perdeu seus empregos e já não tinham mais terra, de modo que muitos migraram para cidades maiores e uns poucos resistiram e buscam reinventar suas vidas, mas enfrentam dificuldades muito maiores que antes, que a luta coletiva pode auxiliar a mitigar. Para a autora:

É provável que muitos desses homens e mulheres hoje habitem as periferias das cidades da referida região engrossando o número de desempregados, da violência, dos distúrbios familiares, das tristezas, dores e solidão. (Gomes L. M., 2009, p. 129).

Assim, o Estado que incentivou a chegada do ‘progresso’ do agronegócio do eucalipto não cuidou das pessoas que ficaram desempregadas após sua concretização e, de igual maneira, as cidades que receberam os migrantes oriundos da crise do cacau, do café e da expansão do eucalipto, a exemplo de Teixeira de Freitas, tampouco organizaram seus espaços urbanos e disponibilizaram moradias adequadas aos novos residentes, que aumentaram substancialmente, haja vista que 93,4% da população é urbana e reside essencialmente na cidade de Teixeira de Freitas (apenas 0,6% da população urbana não reside nessa cidade), que conta atualmente com 128.482 habitantes (IBGE, 2010), com crescimento constante em detrimento da população rural que decresce desde 1990 (Gráfico 4).

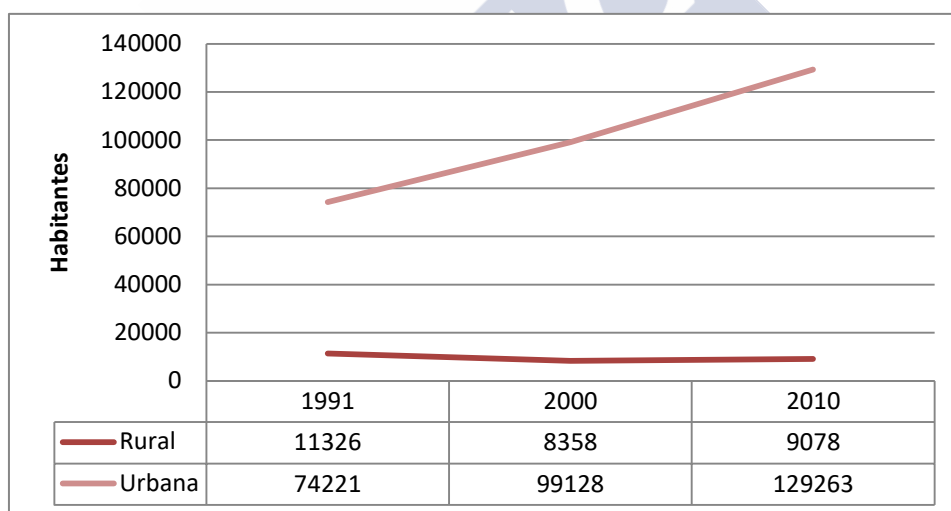


Gráfico 4 Teixeira de Freitas: População urbana e rural (1991-2010)
Fonte: IBGE, SIDRA (2010). Elaboração: Oriana Araujo.

Apesar de sua constituição recente, o rápido crescimento demográfico pressionou o crescimento urbano, sensivelmente notado com o surgimento de novos bairros a partir de 2005.

Trata-se de uma cidade essencialmente comercial (Figura 48) e de prestação de serviços, atendendo a municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais, enquanto os municípios que compõem sua hinterlândia na Bahia constituem a Oeste importante bacia leiteira e de derivados, além da indústria sucroalcooleira; ao Norte polo cacauicultor, cafeicultor, complexo hidrelétrico e de produção bovina; ao Sul o eucalipto, fábricas de celulose e indústrias de madeira fina; enquanto ao Leste predominam o turismo, a produção de mamão e de papel e celulose (Borborema, 2016). Na agricultura sobressaiu-se o papel dos imigrantes japoneses no desenvolvimento do cultivo de abóbora, tomate, maracujá, pimentão, quiabo com destaque para a melancia e o mamão (Borborema, 2016).



Figura 48 Centro de Teixeira de Freitas (2016)

Fonte: Borborema (2016)

Associada à pujança econômica e crescimento demográfico está o aumento da violência em Teixeira de Freitas, conforme apresentaram (Lima & Sá, 2015). Assim como nas demais cidades estudadas, essa violência indica as fortes desigualdades no acesso às riquezas produzidas na cidade. Molar (2016) ao noticiar o fato alerta para a existência de bolsões de pobreza e exclusão social na cidade, que tendem a ser ignoradas por todos e indica que não se combate a violência sem ampliação da cidadania.

Tais perspectivas, bem menos otimistas em relação ao desenvolvimento da cidade, revelam uma percepção mais crítica e humanística ao destacarem as desigualdades sociais que se refletem no espaço urbano de Teixeira de Freitas, onde há dificuldades no acesso à moradia, questionadas a partir da ação social organizada, que será discutida no próximo capítulo.

3.5 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO EM CIDADES MÉDIAS DE PEQUENO PORTE DA BAHIA

As cidades baianas que compõem o quadro das sedes urbanas cujo contingente populacional situa-se entre 70.000 a 100.000 habitantes e não possuem movimentos de luta por habitação identificados nessa pesquisa são: Paulo Afonso, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, Dias D'Ávila, Itapetinga, Valença, Irecê, Guanambi e Luís Eduardo Magalhães. Contudo, em Irecê (terceira menor cidade do grupo das 24 maiores da Bahia) houve ações pretéritas do MSTB que cessaram após a conquista do objetivo, o que reforça o argumento de que a organização popular para a luta por moradia não está relacionada diretamente a contingentes populacionais ou densidades demográficas.

Nesse universo foram identificados movimentos de luta por habitação em Eunápolis, Simões Filho e Candeias, cujos aspectos relacionados ao crescimento urbano e moradia serão discutidos a seguir.

3.5.1 Eunápolis

Eunápolis se constituiu a partir do acampamento de trabalhadores de uma empresa construtora da BA 02, constituindo o vilarejo 64 (km 64), também chamado de Ibiapina, tornando-se um povoado com cerca de 50 casas em 1950, quando fora nomeada 'Nova

Floresta' pelo padre Emiliano Gomes Ferreira, que rezara ali a primeira missa, ampliando-se com a construção da atual BR101 em 1960 (Galvão R. M., 2017), (Oliveira A. A., 2015).

A questão da moradia já aparece nesse primórdio de sua formação socioespacial, a partir da reivindicação de Ivan de Almeida Moura, proprietário das terras, que exigia a saída dos moradores. A solução viria da intervenção do secretário de Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia, Eunápio Peltier de Queiroz, que fora ao povoado inaugurar um trecho da BA 02 (de terra batida) e atendera à solução dos moradores realizando a compra de cinco alqueires das fazendas Boa Nova e Gravatá de Ivan Moura, no ano de 1954 (Guerra, 2017).

O reconhecimento da ação de Eunápio refletiu-se na adoção do topônimo Eunápolis, quando da emancipação do município em 1988, desmembrado de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália.

Considerados tais fatos não é exagero dizer que a cidade de Eunápolis surgiu de uma ocupação e que o conflito fora solucionado a partir da intervenção de ação do Estado, personificada num funcionário público estatal, a partir da compra dos terrenos e cessão aos ocupantes.

Alarmante é descobrir que desde 1960 um dos núcleos iniciais do povoamento, a rua das Tangerinas, continua sem pavimentação, sem esgotamento sanitário, sem água encanada (Figura 49), conforme denunciou Oliveira A. A. (2015), que acrescenta:

A Rua das Tangerinas, não possui nenhuma outra infraestrutura, além da rede de energia elétrica. (...) Nas campanhas eleitorais, os candidatos e seus cabos eleitorais vão a esta localidade para fazer promessas, conforme relato de seus moradores antigos. (Oliveira A. A., 2015, p. 66).



Figura 49 Rua das Tangerinas, ocupada desde 1960 (vista panorâmica e interna)

Fonte: Oliveira A. A. (2015, p. 65)

A adoção do rodoviarismo no Brasil trouxe pujança econômica e o povoado KM 64 cresceu rapidamente, superando as suas sedes administrativas – Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, que disputavam o território, inclusive em quantitativo populacional.

O desenvolvimento do comércio foi essencial para o crescimento econômico, bem como as atividades silvícolas, como da retirada de madeiras nobres da mata Atlântica, a exemplo do jacarandá. A proibição do corte de madeiras da mata Atlântica resultou no fechamento de serrarias, nos fins de 1980 e início de 1990, mas a atividade econômica fora substituída pelo plantio de eucalipto fomentado com a instalação da Veracel Celulose. Contudo a cidade manteve sua economia concentrada no comércio e serviços (especialmente educação e saúde) que emprega 74% dos trabalhadores formais (Oliveira A. A., 2015).

Oliveira (2015) relata que o crescimento urbano de Eunápolis ocorreu de forma acelerada e sem infraestrutura adequada, já que a rede de esgotamento sanitário atinge apenas 26% dos

domicílios em 2010, apesar de um documento de Planejamento Diretor Urbano aprovado desde 2001, mas que não foi efetivamente cumprido; avalia que há forte seletividade espacial nos investimentos públicos, de modo que Eunápolis é muito desigual.

O incremento da população urbana foi considerável desde a emancipação da cidade que já surgiu média no contexto da rede urbana baiana: um núcleo urbano de mais de 60.000 habitantes em 1990, com acréscimo sensível de cerca de 30.000 habitantes até 2010 (Tabela 5).

Tabela 5 Eunápolis (BA): População urbana e rural (1970-2010)

Ano	População Urbana	População Rural
1991	63540	7005
2000	79161	4959
2010	93413	6783

Fonte: IBGE, SIDRA (2010). Elaboração: Oriana Araujo.

A pressão por moradia aumentou o preço dos imóveis e aluguéis e acelerou a ampliação da malha urbana (Figura 50), essencialmente de forma espontânea, a partir da organização dos moradores da cidade, como se pode constatar a partir do aspecto urbano de áreas de ocupação mais antiga, próximas ao centro da cidade, a exemplo do bairro Dr. Gusmão (Figura 51).



Figura 50 Vista aérea de Eunápolis (2017)

Fonte: Guerra (2017)

Observa-se que os loteamentos de terrenos urbanos expandiram-se a partir de 1990, coincidindo com a data de início das operações da Veracel, situada em 1991 (Joly, 2007), conforme demonstra a Figura 52, que localiza os loteamentos criados até 2009.



Figura 51 Aspecto urbano da rua Flor do Bairro - Bairro Gusmão - Eunápolis (2012)
Fonte: Google street view

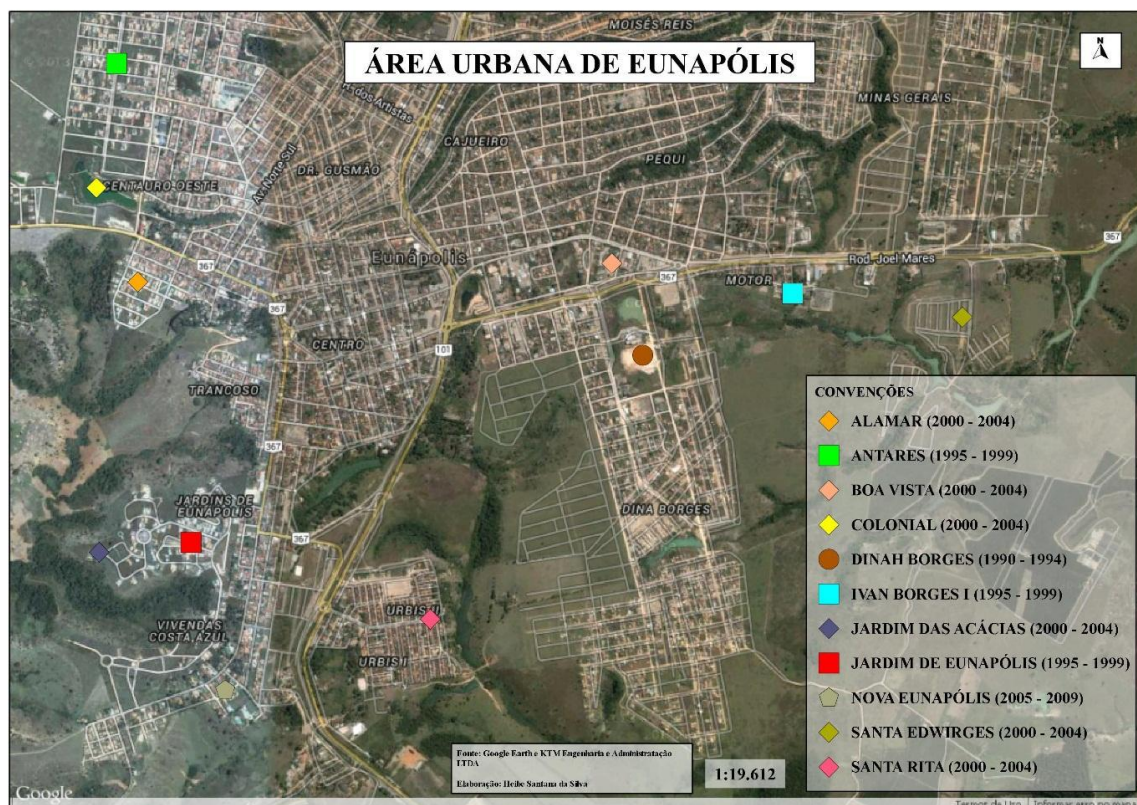


Figura 52 Expansão urbana dos Bairros de Eunápolis (aproximação)
Fonte: Oliveira A. A., (2015, p. 55), a partir de Embasa, 2014.

A implantação da Veracel atraiu muitos migrantes e promoveu reordenamentos territoriais importantes, inclusive ampliando-se o surgimento de empreendimentos imobiliários com terrenos de urbanização de alto padrão, voltados aos funcionários da empresa e à população de maior poder aquisitivo da cidade, a exemplo dos Jardins de

Eunápolis, que teria sido planejado por arquitetos e engenheiros de outros Estados e possui entrada única, com guarita, embora não seja um condomínio fechado (Oliveira A. A., 2015).

No que diz respeito à moradia, houve a intervenção pública na década de 1980, a partir da URBIS, com a construção de 3 conjuntos habitacionais destinadas à população com renda e 3 a 5 salários mínimos. Apenas com o PMCMV, em julho de 2011, a população de baixa renda foi atendida, com a destinação de 1500 unidades habitacionais no Parque Renovação I, II e III (Oliveira A. A., 2015).

Entretanto, razões políticas impedem que outro conjunto seja habitado, o Alecrim (faixa 1 do PMCMC/FAR), com 500 moradias, que nunca fora finalizado (Figura 53), apesar da previsão de entrega em 2015 (Barbosa P. , 2017).

As contradições sociais permaneceram, conforme estudo de Oliveira A. A. (2015), que deixa clara a omissão ou inércia do poder público municipal em solucionar



Figura 53 Residencial Alecrim - PMCMV (Eunápolis)

Fonte: Barbosa (2017)

questões importantes para o desenvolvimento urbano, como a moradia adequada e a infraestrutura:

A notícia da vinda de uma indústria para Eunápolis, oferecendo milhares de empregos, percorreu o país e moveu um grande número de pessoas esperançosas por mudança de vida. As pessoas vieram, o quantitativo de emprego não se confirmou e a cidade que não havia se preparando adequadamente, continua expondo as suas deficiências. (Oliveira A. A., 2015, p. 89).

O estudo de Joly (2007) conclui também que a região de Eunápolis sofre com os resquícios do paternalismo e coronelismo anteriores à Veracel e com a distante relação que a Veracel estabelece com o lugar, apesar das mudanças provocadas com a sua chegada, razão pela qual sugere que haja contrapartidas maiores, mecanismos de compensação para a sociedade civil, que não se resumam a pagamentos de tributos.

Embora não enfoque mais detalhadamente as questões de cunho político em Eunápolis, Cerqueira Neto (2014) aponta elementos importantes para entender a força das elites endógenas, ligadas à produção de cana-de-açúcar ou à pecuária extensiva bovina, ambas calcadas no latifúndio, que na sua perspectiva produziram problemas socioambientais muito semelhantes ao que vem acontecendo com o eucalipto, mas sempre mantiveram os descontentes sob sua hegemonia:

(...) as fazendas de cana-de-açúcar têm donos com nome e sobrenome, o que dificulta, ou inibe, o aparecimento de conflitos no campo, nesta região, onde geralmente os maiores plantadores de cana são pessoas tradicionais na região e de grande influência política e econômica.

Por outro lado, o conflito com as empresas de eucalipto é mais possível, pois se combate a empresa, não o nome de uma pessoa influente, pois apesar de toda evolução das relações humanas e políticas, ainda existe no Extremo Sul da Bahia resquícios do modelo antigo de governar as pessoas e de administrar a terra. (Cerqueira-Neto, 2014, p. 168).

Joly (2007) adverte que os investimentos advêm de dinheiro do BNDES para que continuemos a exportar pasta de celulose, matéria-prima, ao invés de papel, para que outros países os beneficiem [a exemplo do processo semelhante em Teixeira de Freitas, discutido anteriormente]:

Em outras palavras, em troca de geração de alguns empregos, o BNDES custeava a multinacional escandinava [beneficiada devido à diminuição de tarifas de exportação por conta de sociedade com a empresa instalada no Brasil] (Joly, 2007, p. 94).

Eunápolis, contudo não cresceu desigual e sem questionamento: há luta por moradia nessa cidade e o movimento social que atua será enfocado no próximo capítulo.

3.5.2 Simões Filho

Os índios Tupinambá, Tapuia e Aratu viveram no território do atual município de Simões Filho até o século XV. A área era chamada de Cotegipe (caminho das Cotias) e mais tarde de Água Comprida. A partir da colonização no século XVI, Sebastião Álvares e seu filho Sebastião Farias receberam uma sesmaria e trataram de lutar e expulsar os povos originários – não sem resistência, já que levaram 30 anos para considerarem o território propício para a habitação e organizaram a fazenda e engenhos de cana-de-açúcar (Figura 54), que



Figura 54 Engenho em Cotegipe, século XVI

Fonte: Lopes (2017)

se tornou uma das áreas mais habitadas da Colônia no século XVI. No século XVII as terras foram vendidas para a família Rocha-Pita. Em 1610 constrói-se a Igreja de São Miguel de Cotegipe e cria-se a freguesia de São Miguel de Cotegipe (Lopes, 2017).

No século XIX as terras estavam sob a égide das famílias Teive e Argolo, que as exploravam com base na escravização do povo negro. No século XIX destaca-se a instalação da estação ferroviária de Água Comprida em 1860 (Lopes, 2017).

A criação do município de Simões Filho resulta do processo político de emancipação do distrito de Água Comprida, no ano de 1961, então pertencente a Salvador. O distrito sede recebeu o nome do jornalista fundador do Jornal A Tarde, o deputado Ernesto Simões Filho (Lopes, 2017).

Grave (2015) destaca a importância do rio Joanes para Simões Filho e indica que até a década de 1950 a base de sua economia era o cultivo da cana-de-açúcar e a pecuária; contudo, a partir da implantação da R-LAM na RMS e da criação do CIA (atualmente circunscrito a Candeias – CIA Norte e Simões Filho – CIA Sul) e do Pólo Petroquímico de Camaçari nas décadas de 1960 e 1970, o processo de urbanização em todos os municípios da RMS tornou-se acelerado, gerando “(...) fortes pressões ambientais e habitacionais, que hoje se apresentam como sérios e evidentes problemas.” (Grave, 2015, p. 58).

Apesar da importância do CIA no que diz respeito à arrecadação municipal, Grave (2015) aponta que as indústrias utilizam pouco da mão-de-obra local e mais de outros municípios, especialmente de Salvador.

O crescimento da população urbana de Simões Filho foi expressivo a partir da década de 1970, saltando de 5981 habitantes para 25573 habitantes em 1980 (Gráfico 5). Trata-se de um processo de incremento populacional urbano de mais de 400%, enquanto o campo foi acrescido apenas de 1980 pessoas nesse período: em uma década a cidade deixou de ser muito

pequena para tornar-se mediana na rede urbana da Bahia daquele período, que contava com apenas 30 cidades com mais de 20 mil habitantes em 1980 (IBGE, 2010).

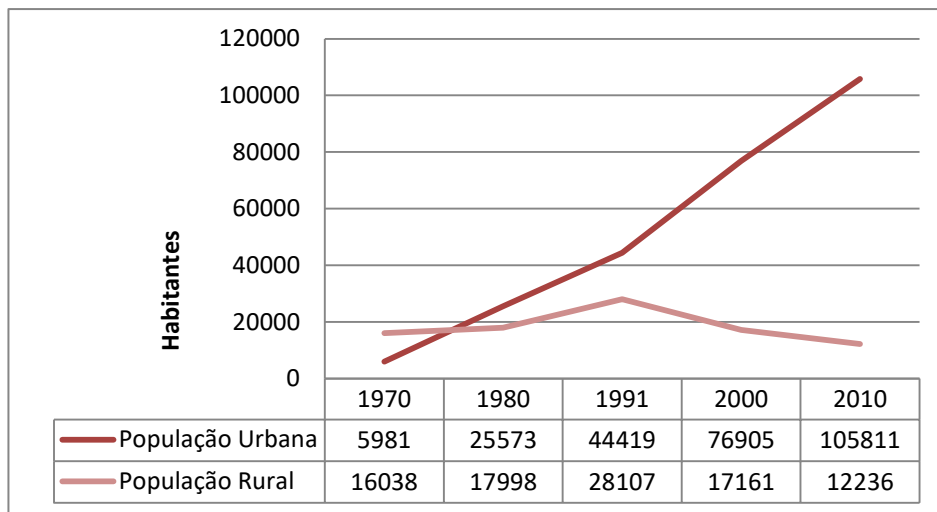


Gráfico 5 Simões Filho: população urbana e rural (1970-2010)
Fonte: IBGE, SIDRA (2010). Elaboração: Oriana Araujo

Entre 1980 a 1990 houve um incremento absoluto de 18.846 pessoas, enquanto entre 1990 a 2000 a população urbana foi acrescida de 32.486 pessoas e de mais 28.906 habitantes entre 2000 e 2010, concentradas 80% no distrito sede (IBGE, 2010), que em 2010 possuía 95043 habitantes, ante o declínio constante da população rural.

É exagero considerar que os municípios de Simões Filho e Lauro de Freitas não passam de uma extensão de Salvador, porque por mais que haja integração, fluidez e interdependência, cada município possui responsabilidades específicas que também estão além do planejamento integrado que se espera estabelecer na RMS, a exemplo da questão da moradia. Não obstante, embora devesse existir, o planejamento integrado e as ações metropolitanas são pouco efetivados (Silva, Silva, & Silva, 2016) e, por isso mesmo, é preciso considerar cada município individualmente, porque de fato é dessa forma que é efetivado o planejamento urbano e o ordenamento territorial.

O mapeamento apresentado por Silva & Lage (2005), identificou os vetores de crescimento urbano em Simões Filho até 2004, relacionando-o a importantes redes de transporte: ao Leste ao longo da ferrovia, ao Sul ao longo da BR 324 e próxima ao CIA e ao Norte em direção à BA 093 (Figura 55).

No vetor Sul em direção à reserva do rio Ipitanga, foi identificado que há uma forte pressão de diferentes agentes para a incorporação imobiliária de áreas que ainda possuem cobertura vegetal, mas especialmente dos grupos empresariais que pretendem utilizar essas vantagens paisagísticas como mero ativo econômico na produção de moradias para comercialização, geralmente mediante anuência ou omissão proposital dos gestores municipais (Santos C. S., 2011).

Resultado desse processo de urbanização intensa, rápida e sem um planejamento urbano e investimentos adequados, em 2010, Simões Filho apresentava a terceira maior densidade demográfica da Bahia, com 587 hab/km² e sua área urbana é conturbada com Salvador.

A solução encontrada por grande parte dos moradores é a autoconstrução nas áreas de terrenos mais baratos, a exemplo das extremidades da cidade, como na Rua Deus da Esperança (Figura 56), onde há mais de 30 anos os moradores esperam ser incluídos nas

benesses do espaço urbano, submetendo-se às variadas precariedades das periferias das cidades baianas.

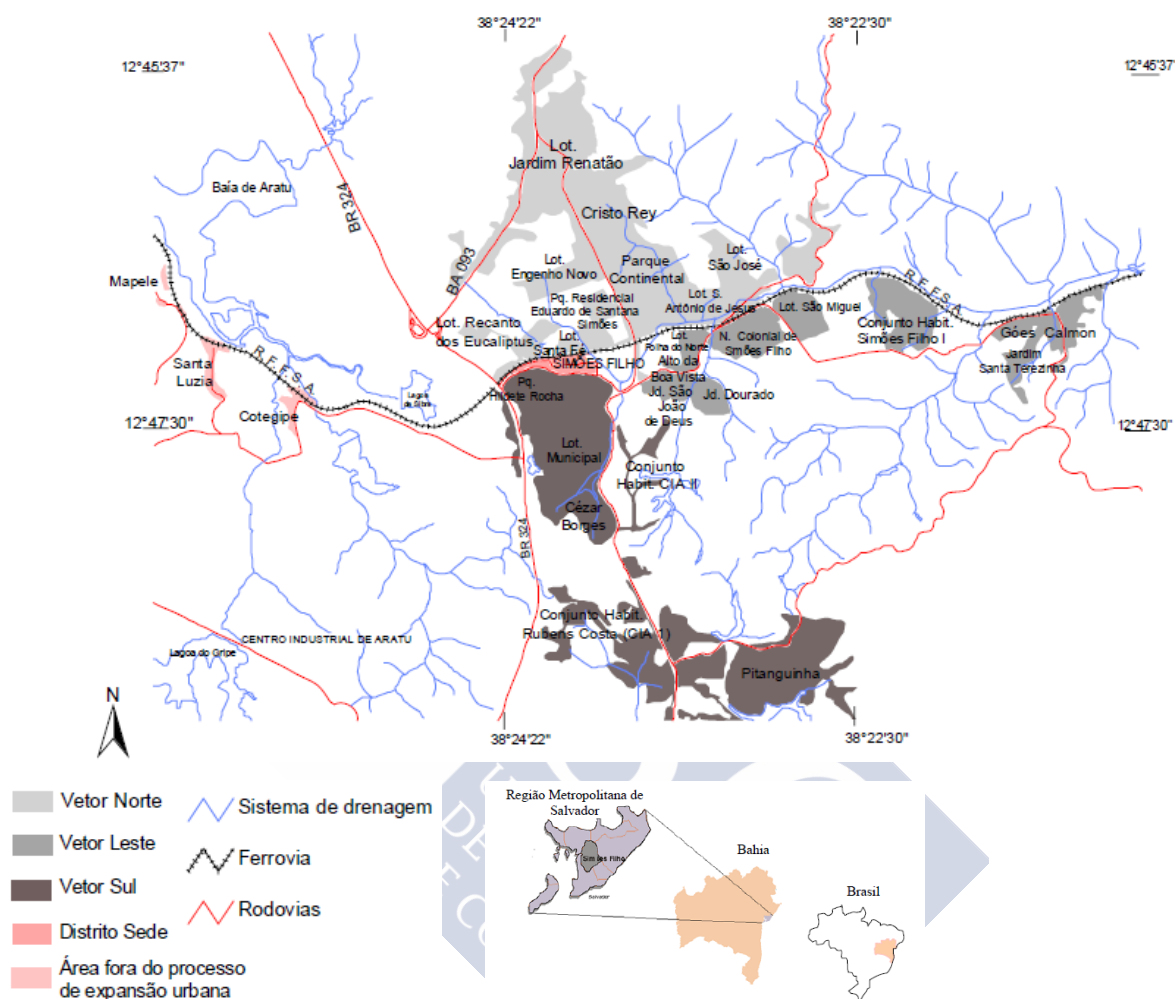


Figura 55 Vetores do crescimento urbano de Simões Filho até 2004
Fonte: Silva & Lage (2005, p. 14137).

Espaços como esse demonstram que os problemas advindos da expansão urbana desordenada decorrente da autoconstrução constatados por Silva & Lage (2005) se mantêm.

O déficit habitacional estimado de Simões Filho correspondeu a 3.579 moradias (Furtado, Lima-Neto, & Krause, 2013), enquanto o IBGE (2010) identificou 4.421 domicílios vagos, demonstrando as sérias contradições dessa cidade, onde há muita gente sem teto e muito teto sem gente.

Como na maioria das cidades brasileiras, ignorou-se a existência desses vazios habitacionais e optou-se por construir novas

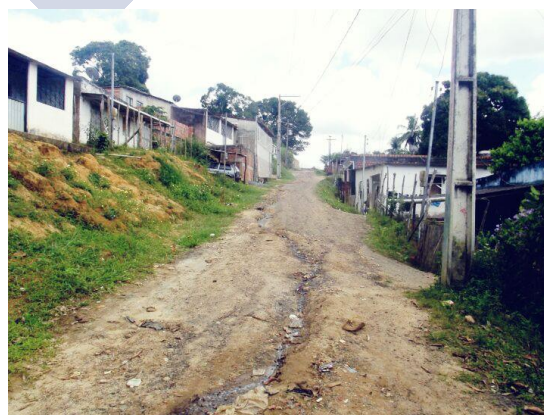


Figura 56 Rua Deus da Esperança, Simões Filho (2017)

Fonte: Souza D. (2017)

moradias, de modo que contratou-se a construção de 6.890 unidades habitacionais, no âmbito do PMCMV e FAR, até 2014 (SEDUR, 2015).

Tais construções não sobrepujaram o processo de luta por moradia em Simões Filho, onde identificou-se a atuação do MSTB, cujas especificidades serão analisadas no capítulo seguinte.

3.5.3 Candeias

A atual cidade de Candeias, sede do município homônimo, guarda íntima relação com a religiosidade, conforme revela seu topônimo, uma simplificação de Nossa Senhora das Candeias ou do Santuário de Nossa Senhora da Candelária, construído pelos Jesuítas no século XVII (Epifania, 2008).

O território fora tomado dos índios Tupinambás, onde se instalou o Engenho Pitangas, de posse de Dom Felipe de Almeida; após sua reconstrução decorrente da invasão holandesa, em 1643, o Engenho Pitanga fora vendido ao Colégio dos Jesuítas de Salvador. Em 1760 os jesuítas foram expulsos e as terras foram vendidas para o Coronel Jerônimo Queiroz, período da ‘Candeias canavieira’ (Epifania, 2008).

Brito (2008) adverte que a população canavieira era extremamente pobre, sustentada em uma mentalidade ainda escravista e paternalista, com salários aviltantes que perdurou até 1946 quando uma greve promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Santo Amaro – que fora fechado –, embora tenha avançado na garantia ‘legal’ da assistência médica e social aos canavieiros, além das garantias trabalhistas, mas que na prática não se consolidaram porque os usineiros e produtores passaram a descontar dos empregados e reivindicavam para si a bondade de disponibilizar um alojamento (quando havia). Os trabalhadores reorganizam-se e, após uma série de lutas, das quais resultara a morte de dois operários, conseguiram em 1949 instituir os direitos trabalhistas em Santo Amaro.

A cidade de Candeias seguiu ainda uma matriz religiosa até a descoberta do petróleo em meados do século XX, que acelerara seu crescimento populacional, resultando numa ocupação caótica das encostas (Epifania, 2008).

A Candeias – cidade santa, hierofânica, milagrosa – foi forjada a partir da difusão do seguinte acontecimento:

Segundo uma lenda local, em meados do século XVIII ocorreu uma aparição da virgem Maria para uma menina cega vinda do Piauí, sendo guiada para uma fonte nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora da Candelária onde a virgem Maria solicitou que ela banhasse os olhos nas águas da fonte. A menina voltou a enxergar, encontrando uma imagem da virgem Maria no paredão da fonte. (Epifania, 2008, p. 45).

As romarias e a organização do espaço intraurbano de Candeias nas proximidades da chamada ‘Fonte dos Milagres’, cujo entorno recebeu a Igreja de Nossa Senhora das Candeias (Figura 57), dedicada à Santa, deu a tônica ao crescimento comercial e de serviços hoteleiros em torno da recepção dos romeiros, bem como da expansão urbana, especialmente nas áreas mais íngremes (Figura 58), que foram ocupadas de modo desordenado, em



Figura 57 - Largo da Igreja de Nossa Senhora das Candeias

Fonte: Fraga Filho (2000), citado por Epifania (2008, p. 50)

áreas de risco, a partir da autoconstrução decorrente do intenso fluxo migratório para a

‘Candeias petrolífera’. A estrada de ferro também era outro fator propulsor da dinâmica urbana no início do século XX.

A descoberta do petróleo em Candeias e a montagem da Refinaria Landulpho Alves em Simões Filho, na década de 1950 (Prefeitura de Candeias, s.d), atraiu e absorveu mão de obra pouco qualificada para a construção civil, mas também precisou de mão de obra especializada que o local não dispunha; descartados os primeiros, autosssegregados os segundos. O crescimento sensível de Candeias e interesses políticos locais resultaram na sua emancipação de Salvador, em 1958 (Epifania, 2009).

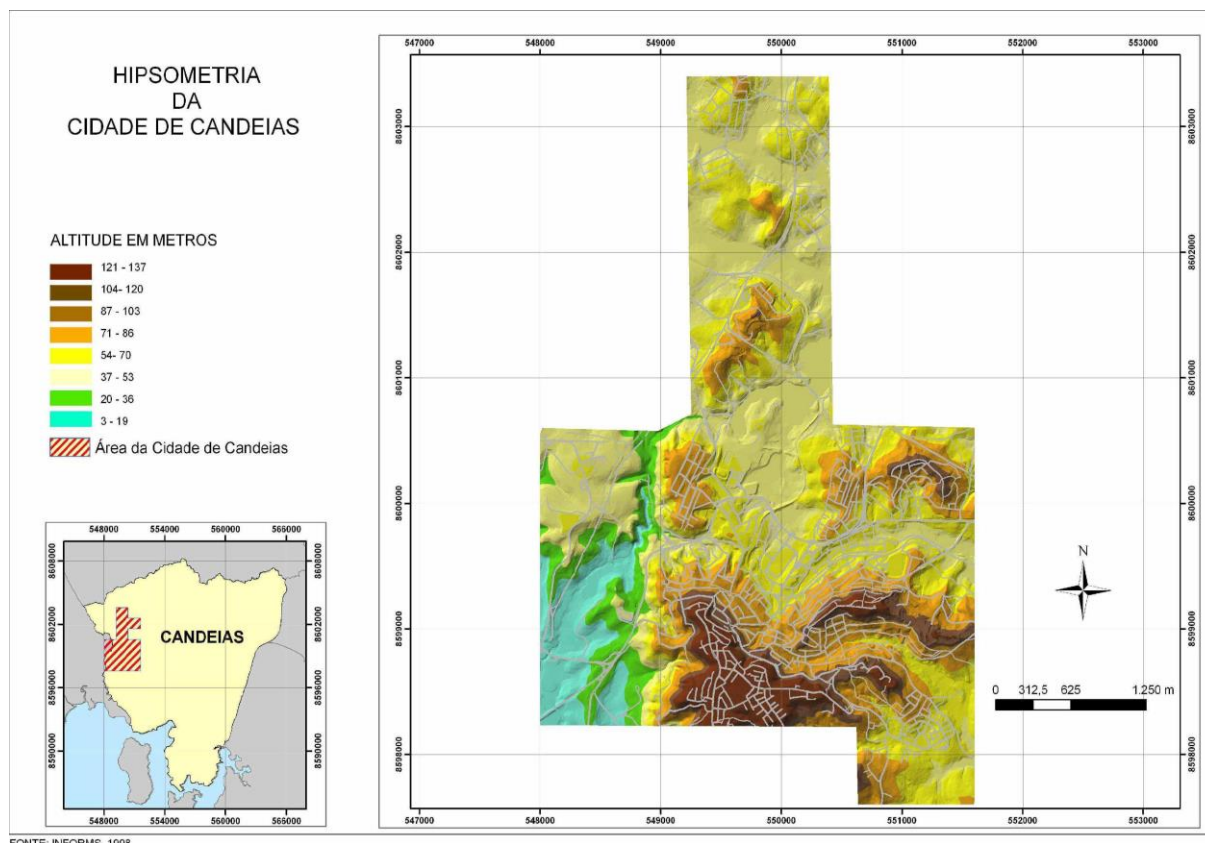


Figura 58 Candeias: área urbana e hipsometria
Fonte: Epifania (2008, p. 41)

Foi constatado um aumento de 500% da população de Candeias entre 1958 quando deixara de ser um subdistrito de Salvador com um contingente total de 3.607 habitantes (urbanos e rurais) e 1960, em que o município de Candeias saltou para 18.484 habitantes, dos quais cerca de 12.500 pessoas residiam em Candeias e cerca de 6.000 pessoas no campo (Brito, 2008). Ocorreu um incremento de população realmente acelerado em dois anos. Nesse período foram construídos 100 km de oleoduto, dentre outras obras de expansão da infraestrutura da Petrobrás para a prospecção de óleo e gás, refino e distribuição (Brito, 2008).

Entretanto, dados apontados por Carvalho, Freitas, & Campanário (2000, p. 35) indicam uma população total de 7.196 habitantes em Candeias na década de 1950, o que significa um crescimento de cerca de 250% entre a década de 1950 e 1960, quando o ‘ouro negro’ atraiu um intenso fluxo migratório. De qualquer forma, uma pequena cidade receber mais de 10.000 pessoas em uma década, significa um impacto profundo tanto na materialidade construída do

espaço urbano, quanto nas relações pessoais. Como indica Epifania (2009), passa-se ‘das luzes de nossa Senhora ao negrume do petróleo’, numa metáfora que sugere perda de qualidade de vida para os habitantes de Candeias, ante a mudança da atividade econômica e da inserção de novos agentes sociais, com rebatimento em diversos aspectos do município e da vida.

Fato é que a população urbana de Candeias em 1960 atingiu 12500 habitantes (Gráfico 6), dos quais, por estimativa supõe-se que cerca de 9.600 pessoas viviam na cidade (considerando-se os atuais 77,8% de moradores na sede do município). Em 2010 a população absoluta da cidade de Candeias era de 64.722 habitantes (IBGE, 2010) e o município possuía densidade demográfica de 322 hab./km².

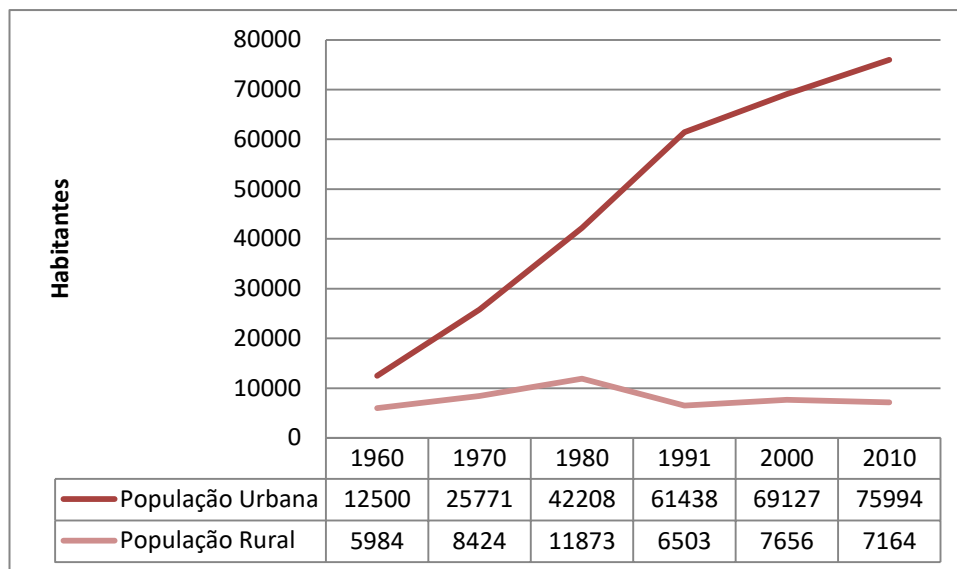


Gráfico 6 Candeias: população urbana e rural (1960-2010)

Fonte: IBGE, SIDRA (2010), Dado de 1960 extraído de Brito (2008, p. 130). Elaboração: Oriana Araujo.

A forte inversão econômica e de esforços do Estado da Bahia para a industrialização decorrente do petróleo foi omissa para o crescimento urbano desordenado que ocorria nas cidades receptoras dos investimentos para a indústria, exemplificado pela ausência de registros da construção de habitações populares até a década de 1980 em Candeias. Como indica Epifania (2009, p. 601): “Privilegiou-se a produção de infraestrutura para a instalação das indústrias em detrimento de melhores condições do espaço urbano nas áreas destinadas à ocupação populacional”.

A instalação do CIA e do Porto de Aratu em fins da década de 1960 fez crescer o número de assalariados, especialmente homens, que impulsionaram o aumento das atividades comerciais e também as relacionadas à prostituição feminina desde a década de 1960 (Azevedo, 1960, citado por Epifania, 2008).

Desde a construção do Porto de Aratu na década de 1970, responsável pelo escoamento de parte da produção das indústrias instaladas no CIA, à construção pelo governo do Estado da Bahia de um porto exclusivo para a montadora Ford nos anos 2000, Candeias é uma demonstração clara da política neoliberal adotada pelo Estado da Bahia, apoiada pelos municípios receptores (Prefeitura de Candeias, s/d).

Os dados sobre a economia colocam o município efetivamente como o 12º maior PIB da Bahia, com renda *per capita* de R\$38.121,89 em 2015 (SEI, 2017), contudo, o dado real, aquele que considera a renda em cada domicílio e divide pela quantidade de residentes, revela que as benesses da industrialização e da grandeza dos números econômicos não se traduziram em desenvolvimento social, haja vista o empobrecimento efetivo da população.

Conforme demonstra o Gráfico 7, cerca de 37% da população de Candeias vivia com menos de meio salário mínimo por pessoa (abaixo da linha de pobreza); associados aos 32% que vivem com mais de meio até 1 salário mínimo, o que ocorre é um imenso aglomerado de pessoas com baixos rendimentos, cerca de 69% dos habitantes com até no máximo um salário mínimo por pessoa, que lutam pela sobrevivência cotidiana em Candeias.

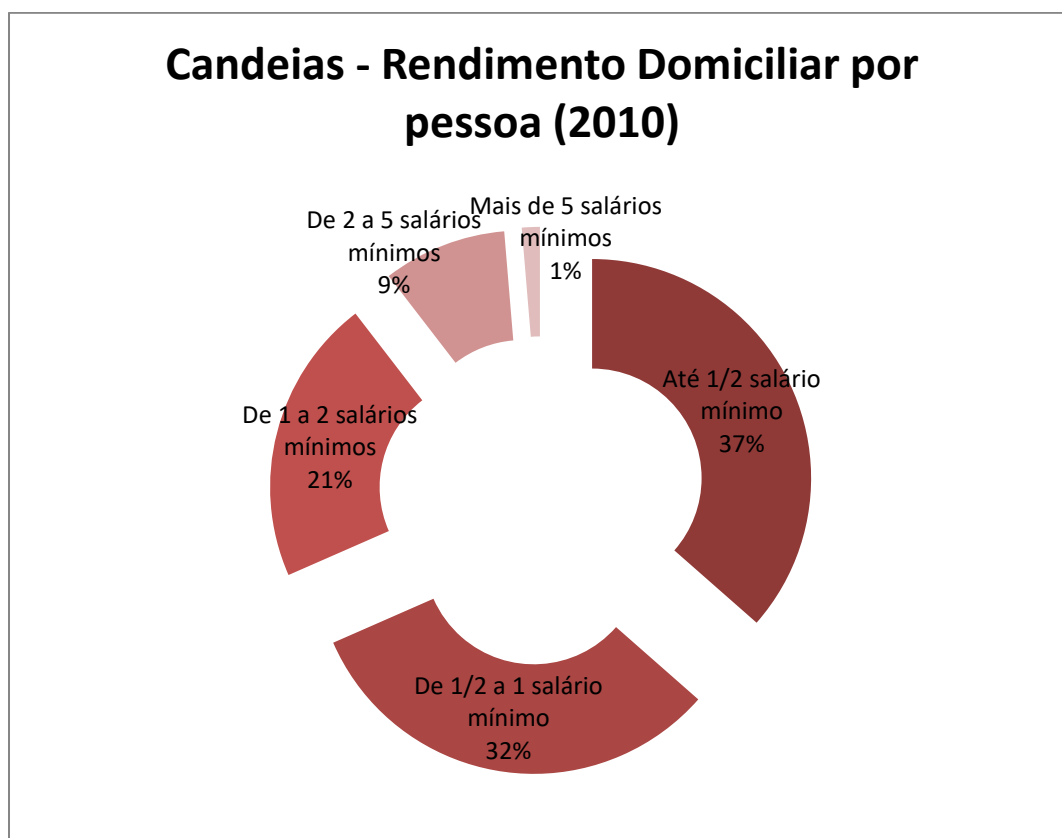


Gráfico 7 Candeias: Rendimento Domiciliar por pessoa (2010)

Fonte: IBGE CIDADES@ (2010). Elaboração: Oriana Araujo.

Não obstante, está nítido no padrão habitacional predominante na cidade de Candeias, de fácil constatação visual, que a inversão econômica em moradia dessa população com baixos rendimentos, não possibilitou o estabelecimento de moradias adequadas em áreas devidamente ordenadas e planejadas para tal fim, mas sim de ocupações irregulares, apesar do extremo esforço de seus responsáveis para melhorá-las ao longo do tempo (Figura 59).

Candeias corrobora o enunciado de que a combinação da segregação espacial da pobreza associada à exclusão urbanística, ‘solucionou’ o déficit habitacional e resultou em “(...) imensos aglomerados precários, deficientes, densos, destituídos de conforto ambiental e coletivo, segregados e excluídos da cidade formal” (Gordilho-Souza, 2008, p. 14).

As tímidas tentativas de ordenamento do espaço urbano foram refreadas a partir da ditadura militar e a consideração de Candeias como área estratégica para segurança nacional, com suspensão de eleições e indicação de prefeitos, chamados de biônicos, porque administravam à distância o município; tal quadro foi amenizado em 1979 quando a PETROBRAS indicou um de seus operários de Candeias para a prefeitura e fora aceito pelos militares e pelas lideranças locais (Epifania, 2008).



Figura 59 Aspecto de áreas de risco em Candeias (2015)
Fonte: Alves A. (2015)

O crescimento urbano para áreas mais planas se deu com a construção de conjuntos habitacionais da URBIS na década de 80, bem como da prefeitura e do centro administrativo, além de loteamentos organizados para a classe média, mais distantes das áreas de forte adensamento (Epifania, 2008).

Em 2010 calculou-se em 2.413 unidades habitacionais de déficit em Candeias (Furtado, Lima-Neto, & Krause, 2013), enquanto foram identificados 3.886 domicílios vagos (IBGE, 2010), o que pressupõe considerar o sucesso na ‘solução da casa própria’ informal (Gordilho-Souza, 2008), essencialmente espontâneo da necessidade de moradia ao longo do tempo em Candeias, haja vista que o déficit poderia ser muito maior. A intervenção pública planejada na construção de moradias em Candeias através do PMCMV e FAR indica a construção de 1.380 unidades habitacionais até 2015 (SEDUR, 2015), o que não elimina o déficit atual.

Ante tal quadro, identificou-se a existência da luta organizada pelos Sem-teto de Candeias, a partir do MSTC (Movimento dos Sem-Teto de Candeias), surgindo a Candeias das lutas, que será discutida no capítulo seguinte.



Capítulo 4

A TERRITORIALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS URBANOS DE LUTA PELA HABITAÇÃO POPULAR NA BAHIA

UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA





4 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS URBANOS DE LUTA PELA HABITAÇÃO POPULAR NA BAHIA

4.1 INCONFORMADOS, INSURGENTES E COMBATIVOS: PROTAGONISTAS DA LUTA POR HABITAÇÃO NA BAHIA

ALAGADOS

Todo dia
O sol da manhã vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo quem já não queria
Palafitas, trapiches, farrapos
Filhos da mesma agonia

E a cidade

Que tem braços abertos num cartão-postal
Com os punhos fechados da vida real

**Lhes nega oportunidades
Mostra a face dura do mal**

Alagados, Trenchtown, Favela da Maré
A esperança não vem do mar
Nem das antenas de tevê

A arte é de viver da fé
Só não se sabe fé em quê

(Ribeiro, Barone, & Vianna, 1986)

A “arte de viver” não necessariamente da fé, mas da luta, da esperança em sair das ruas, dos barracos, é a dura realidade enfrentada cotidianamente por milhares de pessoas na Bahia: ‘são os filhos da mesma agonia, que saem do sonho pro mundo’ os que talvez preferissem continuar sonhando (Ribeiro, Barone, & Vianna, 1986).

Dentre essas pessoas há as que despertaram para a ação, para a militância por dias melhores, pela moradia e por uma sociedade mais justa, ao ousar subverter as lógicas vigentes, negando a subcidadania que lhe destinam e assumindo o protagonismo para a conquista efetiva da cidadania, a partir do direito à moradia e à cidade, unindo-se aos seus pares nos Movimentos Socioterritoriais de Luta pela Habitação Popular (MSLHP). Trata-se, como argumentava Freire P. (1987), da relação crítico-reflexiva-dialógica da práxis libertadora que se expressa na

(...) fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens”. (...)

Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero. (Freire P. , 1987, p. 63).

O cenário dos Sem-Teto em ocupações (Figura 60) corresponde a paisagens ‘pintadas’ em cores de cinza, marrom e preto; entretanto, reitera-se o desejo de outras paisagens no forte contraste colorido do grafite – a exemplo do painel pintado em construção remanescente da antiga fábrica da Alimba, que servia de residência para o caseiro –, que parece destacar ainda mais a precariedade do entorno onde foi pintado, enquanto indicam também a criatividade e cultura pulsantes apesar de todas as adversidades. São as ‘Cidades de Plástico’, ‘Alagados’, os ‘Quilombos’ que já demonstram em seus topônimos a ‘ausência de oportunidades e a face dura do mal’ às quais se refere a música Alagados (Ribeiro, Barone, & Vianna, 1986), mas são também as ‘Rosas de Luxemburgo’, ‘Carlos Marighella’, ‘Carlos Lamarca’ ‘Lucas da Feira’, dentre outros topônimos que

demonstram o reconhecimento da luta por direitos e liberdades engendrados por esses ícones da resistência popular contra a opressão.

Ao discutir questões relacionadas aos mais pobres nas cidades Santos M. (2012) asseverava que os mais pobres, os homens lentos, justamente porque não possuíam a mobilidade, a velocidade, a relação com as imagens fabricadas e consumidas pelos ricos e buscada pelas classes médias, escapavam ao totalitarismo da racionalidade da cidade “luminosa”, que cria uma naturalidade, uma mecânica rotineira, sem surpresas, de modo que apesar de ter a mobilidade, acabam por ver pouco da cidade e do mundo, já que

Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para quem tais imagens são miragens, não podem por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações. (Santos M. , 2012, p. 325).

Na cidade “opaca” predomina a criatividade e um olhar mais fixo para o futuro e seu enfrentamento, em busca de caminhos alternativos aos indicados pela cultura de massa, capaz de estabelecer tanto uma cultura popular, quanto uma perspectiva de mudança. A instalação de uma práxis libertadora e inventiva, na busca para suprir as suas carências, conduz a uma mobilidade intensa, inclusive nas metamorfoses do trabalho e no exercício de atividades diversas, ao ‘sabor da conjuntura’, a que Santos M. (2012) chamou de flexibilidade tropical.

Uma vez despertados para a necessidade de lutar por seus direitos, saem do conformismo que subtraiu a cidadania, enquanto exercício político e social e assumem o protagonismo a partir da subversão, da dissidência, da contestação e enfrentam as forças hegemônicas. Atuam a partir da ‘Crítica, Ocupação, Mobilização, Bandeira de luta, Articulação, Território e Estratégia’, que conformam o ‘COMBATE’ ao qual se dedicam, explicado a Souza Júnior (2008) pelos movimentos urbanos de João Pessoa (PB).



Figura 60 Barracos no Quilombo Lucas da Feira - Feira de Santana/BA.

Foto: Oriana Araujo, 09/07/2014

Ora são radicais, ora são dialógicos, ora são utópicos, ora pragmáticos, ora autônomos, ora heterônomos e são tão diversos entre si quanto são as pessoas que se movimentam por direitos, justiça e uma sociedade mais justa em todo o mundo, tornando-se companheiros na pronúncia do mundo, como preferia Freire P. (1987).

Os movimentos socioterritoriais identificados na Bahia agem para fazer cumprir o direito à moradia, que é considerado pela ONU um direito fundamental, de suma importância para uma vida digna, mas requerem mudanças também nas estruturas da desigual sociedade brasileira. Não obstante os movimentos informam em suas faixas de reivindicação: “Moradia digna é a porta de entrada para outros direitos” (Slogan da UMP-BA).

De modo geral, ainda de acordo com a ONU, esse direito deve vir acompanhado de outras liberdades e elementos componentes da garantia à moradia adequada, como: segurança de posse, custo acessível, localização adequada, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, além da não discriminação e priorização a grupos vulneráveis e desfavorecidos (Figura 61), que num conjunto garantem uma moradia para além das quatro paredes, como o direito a viver com segurança, paz e dignidade em algum lugar (ONU-Hábitat, 2010).

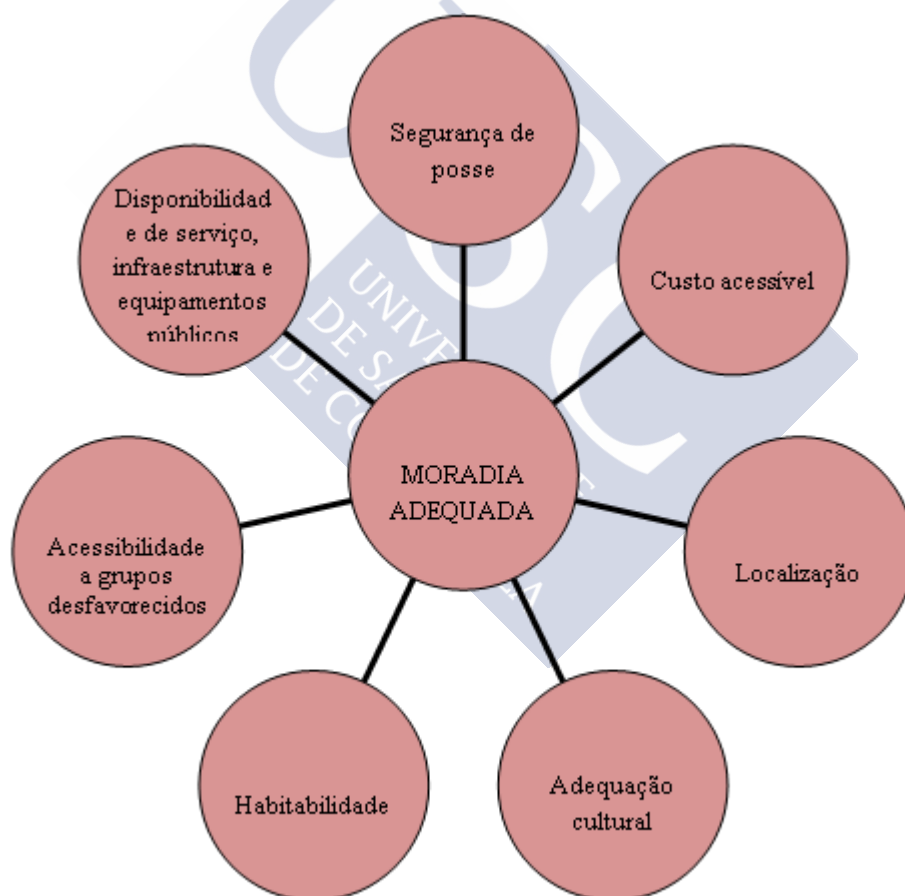


Figura 61 Elementos relacionados à moradia adequada

Fonte: ONU-Hábitat (2010, p. 04). Elaboração: Oriana Araujo.

Ao moverem-se pelo direito à moradia, possuem clara atuação política e enfrentam as dificuldades de mobilização das pessoas que atingem também outros movimentos sociais na

contemporaneidade, como constatou Guimarães M. C. (2015) ao estudar os Sem-Teto em Portugal.

Na contemporaneidade reaparecem preocupações antigas e bastante caras aos movimentos urbanos no que diz respeito à participação, organização, mobilização e conscientização, conforme atestavam os debates realizados nos Encontros de Movimentos Populares:

a) há muita dificuldade em mobilizar a população. É preciso descobrir meios para motivar a participação; b) há falta de líderes e os que existem têm muitos compromissos assumidos; c) a televisão é a maior rival; d) faltam recursos financeiros para o incremento de meios de divulgação e mobilização. Por outro lado, os meios de comunicação pouco apoio dão; e) a investida do poder público é muito grande e a maneira como ele se apresenta torna difícil entender se ele é adversário ou protetor; f) as pessoas querem resultado a curto prazo e não têm um objetivo maior para lutar; g) o povo não acredita na sua força e nem na política; h) é preciso integrar mais os movimentos de bairro e não ficar só a nível das reivindicações, mas promover o lazer e a cultura (teatro, cineclubes etc.). (Doimo, 1983, p. 37)

Observa-se a recorrência dessas dificuldades, sob intensidades variadas nos MSLHP da Bahia, que dilatam ainda mais a magnitude de sua existência, diante de tantas adversidades, que variam desde o reconhecimento e identificação com a luta até a participação efetiva nos movimentos. Estão ativos, reinventando-se nas cidades de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Simões Filho e Candeias, ocupando importante lugar político nessas cidades e nos espaços onde não eram sequer esperados, muito menos desejados, apontando territórios urbanos reservados, sem função social e ousando perguntar: por que não podemos morar nesses prédios ou terrenos se a Lei nos garante esse direito?; ousando ainda desobedecer, ocupar, resistir, lutar para permanecer, ainda que demorem mais de uma década para atingir seu objetivo.

Delineiam um futuro diferente e constroem esse futuro, sofrendo derrotas e alcançando vitórias, errando e aprendendo, servindo de exemplo de cidadania e protagonismo social. Em outras cidades da Bahia há núcleos importantes se constituindo para lutarem por moradia.

Ante as várias dificuldades enfrentadas pelos militantes da luta por moradia na Bahia, muitos movimentos optaram por se inserir nos programas de moradia que foram implementados a partir do governo Lula, com sequência no governo de Dilma Rousseff.

Desse grupo resulta a dificuldade em participar dos processos de escolha dos locais onde foram construídas as unidades habitacionais, de modo que o isolamento e dificuldade de permanência dos militantes nessas casas resultam no problema recorrente no problema recorrente do seu abandono ou mesmo comercialização. Esse grupo continuou ocupando, mas aceitou desocupar garantindo uma habitação a seus militantes em uma unidade do PMCMV, de modo que territorializam a luta pela cidade, contudo, submetem-se a mesma territorialidade do PMCMV. Tal situação, em última instância, determina onde vão morar os militantes que optarem pelas moradias oferecidas como objeto de barganha para que os movimentos desocupem os terrenos e prédios que reivindicam.

Sua luta política resulta em territorialidades sem autonomia, mas inscrevem no imaginário a dimensão de possibilidade de conquista, considerando o rompimento com o costumeiro uso eleitoreiro das unidades habitacionais, que em muitos municípios baianos, chegam ao cúmulo de serem distribuídas a partir da indicação de vereadores ligados aos prefeitos.

Outros MSLHP permaneceram nas ocupações, resistindo ao longo de anos em busca da desapropriação (mesmo que garantindo apenas o terreno). Apesar de sofrerem tanto pelo cansaço com relação à permanência em situações muito difíceis de moradia, quando conseguem a posse, há os problemas relacionados à autoconstrução e organização do entorno.

Em muitos casos, obtém-se apenas o terreno e precisam ordenar o espaço sem apoio das prefeituras e do Estado, o que resulta em baixa qualidade ambiental dos entornos. Além disso, o padrão das construções tende a ser o resultado da parca possibilidade de inversão de recursos na construção, proporcional à baixa renda das famílias, de modo que o aspecto do que deveriam ser ‘comunidades do bem viver’ assemelha-se às favelas. Entretanto, constituem efetivamente as territorialidades pelas quais se puseram em luta, uma vez que não exigiram apenas moradia, e sim moradia no território que escolheram para viver, atuando pelo reconhecimento do seu duplo direito: à moradia e à escolha do local onde querem viver, conforme destacou Cruz (2004) referindo-se aos movimentos emancipatórios dos povos da Amazônia:

A luta pelo território é simultaneamente uma luta pela redistribuição [dos meios de produção, das condições materiais da existência] e pelo reconhecimento (...) o direito ao território é o direito a uma cultura, a um modo de vida, a uma identidade própria, expressa num conjunto de práticas e representações sociais que forma o núcleo simbólico que diferencia esses grupos sociais do conjunto da sociedade. (Cruz, 2014, p. 66).

De modo análogo ao que acontece com esses grupos, sobre os quais Cruz (2014) reitera que não lutam só por terra, mas por território, pode-se considerar que há sensíveis diferenças entre a luta por moradia e a luta por moradia digna, onde se impõe considerar noções mais complexas de emancipação e justiça.

Apenas um dos movimentos socioterritoriais de luta por habitação na Bahia identificados na pesquisa acessou o PMCMV-Entidades ou outras fontes de financiamento e promove a construção das unidades habitacionais. As principais dificuldades encontradas, dentre outras, diz respeito aos entraves burocráticos, à mobilização para a autogestão e a disputa por terrenos com os promotores imobiliários. Trata-se da construção de novas territorialidades com participação intensa dos militantes em todo o processo de construção das moradias, com poder de voz e voto, numa prática mais próxima de autônoma, porque deliberam sobre onde querem morar, como querem morar e sobre como construirão suas moradias.

Os MSLHP na Bahia lutam para ‘mudar as racionalidades’, as perversas lógicas vigentes tão comumente desumanas daqueles que planejam, efetivamente deliberam e constroem a cidade – convocando o Estado a assumir seu papel na garantia da vida digna à população. Sem dúvida, constituem a sociedade profundamente ativa, portadores de uma vitalidade extraordinária para a ação que lastreiam as práticas libertárias (Ribeiro A. C., 2011).

Para que a moradia se efetive como um direito real é necessário ainda mudar as mentalidades das pessoas que se habituaram e veem com naturalidade a existência da miséria e da exclusão social: a vida humana dever vir antes de qualquer outro interesse e cabe ao Estado garantir os direitos fundamentais.

É preciso fazer lembrar que

A pobreza também é gente, rapaz. Os fracos também é gente, não é somente os ricos que é gente não. (Sr. Mizael. Idoso. Morador da Ocupação Paraíso. Em.: MSTB/NEPPA/CEAS, 2015).

Apesar das milhares de vidas condenadas a ambientes insalubres e inadequados nas periferias urbanas brasileiras, a luta pela terra urbana, pelo direito à moradia apenas na última década do século XX ganhou maiores contornos e projeção nacional. O principal movimento de luta por habitação brasileiro no século XXI, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), organizou-se apenas em 1997 (Goulart, 2011); embora em São Paulo, a União dos Movimentos de Moradia (UMM) já atuasse desde 1987 (Macedo Filho, 2010).

Mesmo que tenha existido no Brasil um histórico de luta pela habitação, especialmente nas grandes cidades, estas se deram essencialmente no âmbito da consolidação das ocupações

irregulares já realizadas e, apesar de sua colaboração efetiva na proteção dos ocupantes e na formação política, não conseguiram adquirir um caráter reivindicatório suficientemente amplo para lhes alçarem à condição de representante nacional da luta por moradia.

Nesse âmbito destaca-se o importante papel realizado pelo Movimento em Defesa dos Favelados (década de 1960) (Cloux R. F., 2013) e federações e associações de bairros, além das inúmeras ocupações espontâneas que ocorriam nas maiores cidades do Brasil. No entanto, a variedade de pautas e a dificuldade de unidade dificultou a representatividade nacional, retomada no fim do século XX e início do século XXI pelo MTST.

Evidente que parte dos esforços empreendidos pelos diferentes coletivos populares nas cidades brasileiras, depois de 1964, estavam canalizados para a luta contra a ditadura militar, finda apenas em 1988 com as eleições diretas e a proclamação da Constituição Federal (Ferreira R. F., 2012).

No ano de 1987 a UMM realizou a ocupação de vários terrenos de forma simultânea, mobilizando cerca de 50 mil famílias (Boulos, 2012). Em julho de 1990 foi criado o MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia), que se expandiu para vários Estados brasileiros e instigou processos de ocupação de imóveis urbanos sem função social (Ferreira R. F., 2012).

Entretanto, nos anos de 1980 a 2000 as lutas pela terra rural alcançaram mais visibilidade, organização institucional e dispersão territorial bem mais consolidada no Brasil do que a luta pela terra urbana, especialmente com a criação do importante Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984 e de outros movimentos rurais.

A consolidação do MTST se deu a partir da Marcha Popular Nacional de 1997, organizada pelo MST, onde ocorreu o estreitamento das lideranças do MST com militantes de movimentos urbanos que auxiliaram na organização da luta na cidade, o que resultou na ocupação de terreno em Campinas, em 1997, já sob a tutela do MTST (Goulart, 2011). Após intensa luta, condições precárias de vida no acampamento e morte de seis líderes, o bairro hoje conhecido como Parque Ociel, fora ‘legalizado’ pela prefeitura de Campinas apenas em 2006, quase uma década após sua ocupação.

Essa luta demonstrou que os interesses dos agentes hegemônicos geralmente apoiados pelo Estado possuem forças poderosas e violentas, mas passíveis de derrotas, o que reforçou o sentido e organização da luta pela reforma urbana.

Ao prefaciar o livro de Boulos, Plínio Arruda Sampaio, escrevera que o autor “[...] milita em um movimento social tão importante quanto o MST: o que este realiza no campo, o MTST realiza na cidade.” (Boulos, 2012, p. 7).

As estratégias variam: ocupam terrenos vazios nas periferias, ocupam prédios públicos, lutam por moradia, serviços e infraestrutura nos bairros mais pobres, a partir de marchas e travamentos de avenidas e do trânsito (Boulos, 2012). Dessas ações, resultam aprendizados para os envolvidos que não se perdem mesmo quando há os processos de despejo da ocupação, portanto, há um processo de formação política dos agentes envolvidos.

Conforme a perspectiva apresentada e defendida por Boulos “[...] os trabalhadores sem-teto vão aprendendo a valiosa e antiga lição de que não dependem de ninguém, a não ser da própria luta, para mudar a vida e conquistar seus direitos” (Boulos, 2012, p. 65). Disso resulta uma atuação mais crítica e ocorre também a formação de novos militantes e lideranças para a luta por melhorias nas condições de vida em suas comunidades.

A efervescência da luta por moradia no Brasil do século XXI foi acompanhada pelo surgimento/efetivação de movimentos de luta por habitação popular em algumas das maiores cidades da Bahia, especialmente a partir de Salvador.

A seguir discute-se os aspectos fundamentais, de acordo com a metodologia adotada, para a compreensão das territorialidades constituídas pelos principais movimentos de luta pela

habitação popular no Estado da Bahia, nas cidades onde foram identificados (Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Simões Filho e Candeias) bem como analisa-se a relação que estabelecem com outros agentes urbanos, até o limite do alcance de captura das subjetividades dos processos humanos que subjaz pesquisas qualitativas.

4.2 SALVADOR: A CONCENTRAÇÃO DA CONTESTAÇÃO

Salvador concentra a maior parte da população do Estado da Bahia, é o município de economia mais pujante, possui grandeza inestimável na prestação de serviços de saúde e educação, é centro difusor de cultura e arte e ainda é cidade turística, além de centro administrativo do Estado (capital).

Contudo a pujança econômica e cultural não é convertida em desenvolvimento social, de modo que a cidade apresenta índices de desenvolvimento humano tão díspares que há bairros semelhantes à Noruega, enquanto outros assemelham-se ao Congo.

A concentração da pobreza tem cor – pretos e pardos (descendentes de escravos) –, tem desterritorialidades anteriores – migrantes do campo ou de cidades menores –, bem como, proximidade espacial: concentrando-se desde 1940 na área de mais baixo valor imobiliário, entre a Baía de Todos os Santos (especialmente no subúrbio) e o Miolo de Salvador (Cloux R. F., 2008).

A exclusão socioterritorial é gritante: morar em Salvador é muito caro para os assalariados e subassalariados. Mesmo nas favelas, especialmente as ‘bem localizadas’ (geralmente as que estão mais próximas ao Centro e áreas onde há trabalho), o preço dos aluguéis é alto e muita gente não consegue moradia, nem mesmo nos ‘quartinhos’ (um cômodo e sanitário coletivo) das favelas e cortiços.

Não obstante, Salvador concentra também a contestação sobre os absurdos e abismos sociais que se avolumaram ao longo do tempo, dos quais a existência de pessoas sem ter onde morar é um sintoma da degradação a que toda a sociedade está submetida em diferentes intensidades. Nesse contexto, os movimentos sociais de luta por habitação encontraram na metrópole baiana as condições para se estabelecerem, a julgar pelo histórico processo de exclusão do acesso ao mercado formal de moradias e à parca atuação municipal e estadual no provimento de moradias para os que não podem pagar, os mais pobres, que também estão concentrados em Salvador.

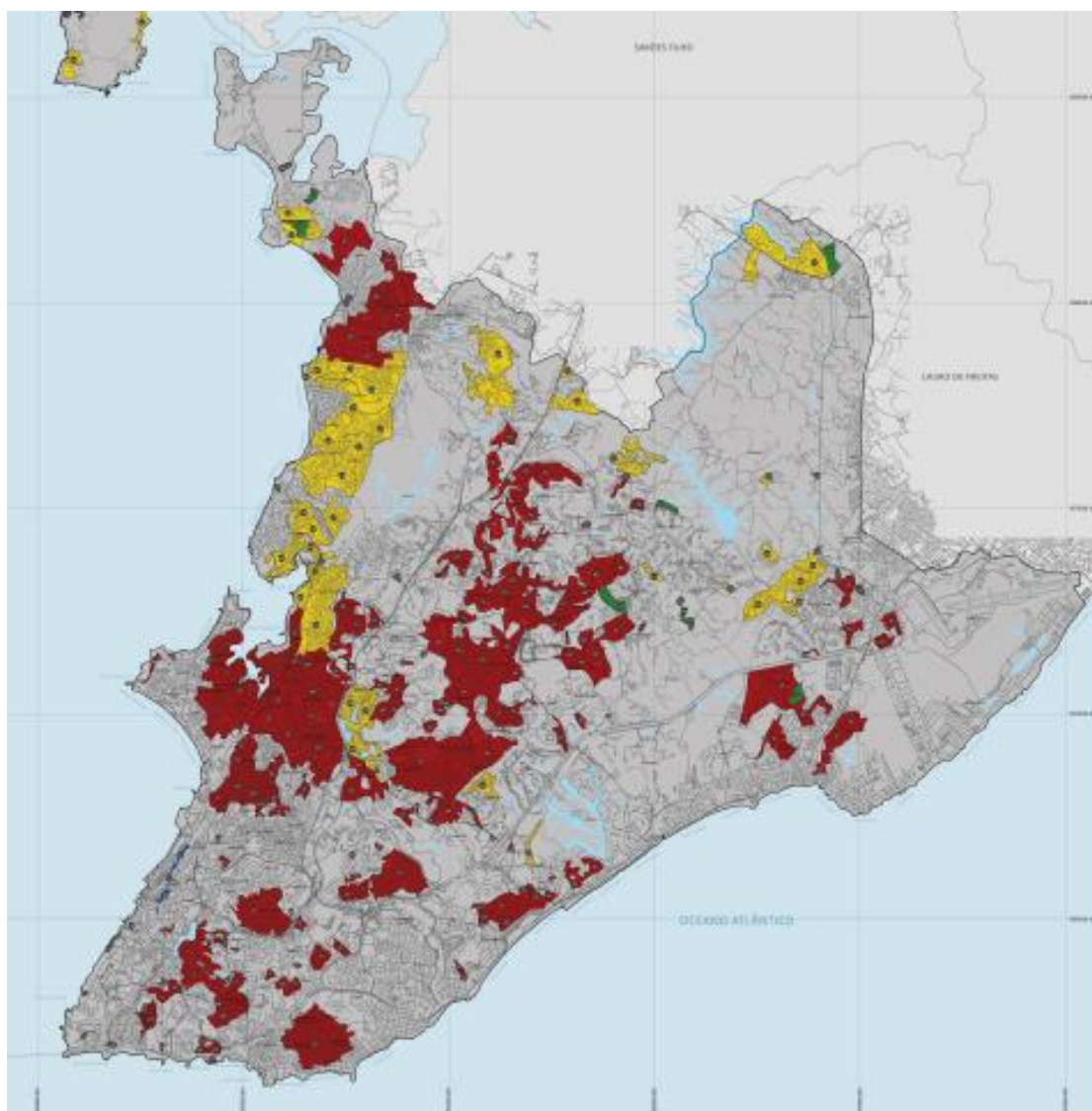
Conforme denota o mapa (Figura 62) que espacializa as zonas especiais de interesse social (ZEIS) identificadas pela PMS, há pleno conhecimento dos órgãos públicos sobre a dimensão do problema de moradia em Salvador, que seguramente estão além das estatísticas, conforme denota os seus adjetivos: precários, irregulares. A melhor metáfora é mesmo a de que é um mar de pobreza com ilhas de riqueza, ou um mar de miséria com ilhas de fluência (Carvalho & Barreto, 2007).

A aplicação dos instrumentos legais relacionados a essas ZEIS, tendo em conta sua pluralidade jurídica, deve ser feita a partir da adequação dos instrumentos urbanísticos à realidade dos ‘desiguais’ (Lima A. N., 2013), a fim de evitar a gentrificação.

A questão da moradia possui indicadores ainda mais contundentes quando se considera as previsões a médio prazo, de modo que a SEHAB/PMS (2008) estimou um déficit de 257.300 novas unidades habitacionais em Salvador até 2025, ampliando-se em muito as 93.981 unidades estimadas para 2010 (Furtado, Lima-Neto, & Krause, 2013).

A dimensão vultosa da cidade irregular, que representa a conquista do teto possível aos mais pobres, não possui solução simples. Especialmente considerando-se que, em muitas cidades brasileiras a solução apresentada pelo poder público é a remoção para espaços ermos,

o que representa um brutal processo de segregação espacial e de desenraizamento territorial de pessoas que possuem vínculos diversos com seus lugares de moradia.



ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE






-  ZEIS 1 – Assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares
-  ZEIS 2 – Edificação ou conjunto de edificações deteriorada, desocupadas ou predominantemente sob a forma de cortiços ou habitações coletivas
-  ZEIS 3 – Terrenos não edificadas, subutilizados ou não utilizados
-  ZEIS 4 – Assentamentos precários ocupados por população de baixa renda inseridos em APA ou em APRN
-  ZEIS 5 – Assentamentos ocupados por comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, especialmente aquelas vinculadas à pesca e mariscagem

Figura 62 Zonas Especiais de Interesse Social em Salvador (2016)

Fonte: SUCOM (2016).

A complexidade dessa questão e mais os custos associados, tem conduzido especialistas, como Gordilho-Souza (2008) a considerarem a consolidação/irreversibilidade desses espaços informais duramente produzidos e conquistados pelos mais pobres, apontando como soluções a melhoria e inclusão, em oposição à substituição.

Num município considerado totalmente urbano com Salvador, mesmo em áreas de ocupação irregular como as favelas e loteamentos irregulares, o acesso à terra urbana e a construção de uma moradia é relativamente caro para os mais pobres que acabam submetendo-se a alugueis. Apesar de trabalharem muito, o que recebem mal permite que se alimentem, movam-se e paguem o aluguel. Ante tais condições muitas pessoas buscam os movimentos de luta por moradia, a fim de que lhes seja oportunizado o acesso à habitação, direito constitucional no Brasil.

Os movimentos sociais de luta por habitação são aqueles que possuem um repertório de reivindicações e ações coletivas propulsoras não apenas da satisfação imediata da necessidade individual de moradias, mas uma solução para a questão do acesso a condições dignas de moradia e de acesso à cidade. Correspondem a um grupo organizado (mas não necessariamente institucionalizado) cuja luta se estenda por um tempo razoável, a partir de práticas democráticas de gestão. Nessa perspectiva, identificou-se em Salvador a atuação dos seguintes movimentos socioterritoriais de luta por habitação já consolidados e com ocupações diretas (Figura 63):

- ✓ Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Salvador (MSTS);
- ✓ Movimento dos Sem-Teto da Bahia (MSTB);
- ✓ Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho (MDMT);
- ✓ União Nacional por Moradia Popular – Bahia (UMP-BA);

Em processo de constituição ou com reduzida atuação territorial até 2015 (data limite para a identificação dos MSLHP enfocados na pesquisa), em Salvador, foram identificados, a partir da conversa com diferentes lideranças, os seguintes movimentos:

- ✓ Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM): segundo sua coordenação, atua na mobilização e cadastramento das pessoas para o acesso à moradia popular, a partir dos programas estaduais e municipais; não fazem ocupações diretas. O MNLM surgiu a partir do MLT (Movimento de Luta por Terra) e sua coordenação vem mudando ao longo do tempo, o que faz interromper a atuação do movimento, que tem buscado se reestruturar. A coordenação indicou que o MNLM tem 10 anos, o que situa sua formação em 2008. O MNLM possui cerca de 2000 pessoas cadastradas e já conseguiu habitação para cerca de 60 pessoas. A militância do movimento reúne-se em Águas Claras;

- ✓ União de Luta por Moradia (ULM): criada em 2016; sua principal liderança, Cristina Silva, fez parte do núcleo inicial que originou o MSTS/MSTB; a ULM participou de uma ocupação com outros movimentos em Cajazeiras;

- ✓ Movimento Sem Teto da Bahia Democrático e de Luta (MSTB-DL): foi organizado em julho de 2013 após divergências internas no MSTB, que resultou em fortes embates entre os coordenadores estaduais e culminou na expulsão de dois de seus líderes. Remanescentes do primeiro processo de ocupação e organização do MSTS/MSTB, Franklin e João Dantas, romperam com o MSTB e constituíram o MSTB-DL. Certamente, o MSTB-DL ampliará a organização popular em Salvador. Contudo, devido à sua recente constituição em relação ao período investigado nessa pesquisa, estudo mais aprofundado não foi realizado com esse movimento;

- ✓ União em Defesa da Moradia (UDM): recém-constituído, sua principal liderança, Zilmar, participava da Federação das Associações de Moradores de Salvador (FABS);
- ✓ Frente de Luta Popular por Moradia (FLP): a FLP diz respeito à tentativa de unificação dos movimentos de luta por habitação em Salvador, a partir de 2012, mas dissidências conduziram a Frente a atuar como um movimento de luta. É liderado por Rita Sebadelhe e realizou ocupações em conjunto com outros movimentos.



Figura 63 Salvador: MSLHP identificados até 2015.

Elaboração: Oriana Araujo

Embora uma caracterização universal seja difícil de conseguir, os estudos de Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro (2012) e Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi (2014) realizado com aplicação de 1845 questionários, além de 59 entrevistas com ocupantes e líderes em 36 ocupações, resultou num importante diagnóstico sobre os

movimentos de luta por habitação ou de Sem-teto em Salvador, dos quais destacam-se os seguintes elementos:

Já não correspondem aos migrantes, mas a seus filhos – ‘os filhos do êxodo’, como indica dona Mira –, conforme explicitado no Gráfico 9, haja vista predominarem as pessoas nascidas em Salvador, em sua região metropolitana, enquanto os de outros Estados advêm de São Paulo, Sergipe, Alagoas e Pernambuco (Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi, 2014);

Constituem grupos que reúnem pessoas de baixa renda, geralmente desempregadas, que vivem da prestação de serviço informais; Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi (2014) indicam ainda que a renda média per capita era de R\$99,92;

60% dos territórios ocupados pelos diferentes movimentos de luta por habitação são públicos (Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi, 2014);

Os territórios ocupados são predominantemente terrenos, que correspondem a 50% das ocupações, enquanto prédios perfazem 39% das ocupações, os galpões constituem 6% e as ocupações mistas de prédios e terrenos equivalem a 5% do total (Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi, 2014), conforme denota o Gráfico 8.

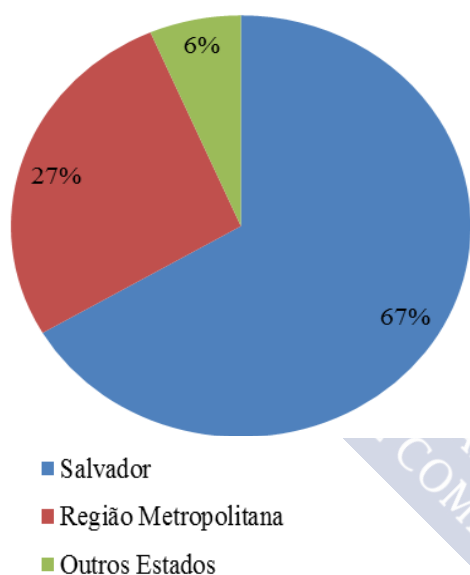


Gráfico 9 Local de origem dos sem-teto de Salvador

Fonte: Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi (2014, p.725). Elaborado por Oriana Araujo.

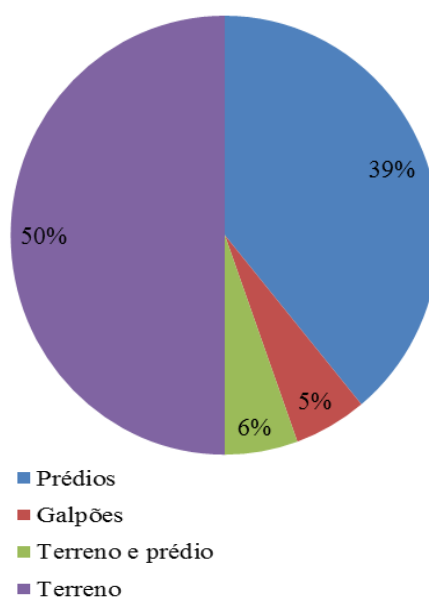


Gráfico 8 Territórios ocupados pelos Sem-Teto de Salvador (tipo de edificação)

Fonte: Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi (2014, p.725). Elaborado por Oriana Araujo.

Quanto aos locais de conflito, o mapa elaborado pela SEDUR (2010, citada por Ribeiro A. C., 2011, p. 12) identificou 29 locais de conflito fundiário em Salvador (Figura 64), com um total de 4910 famílias envolvidas nos conflitos. Contudo, as mudanças decorrentes das dinâmicas intrínsecas ao processo da luta por moradia, já são notadas no mapeamento que apresentou um total de 36 ocupações em Salvador (Figura 65), realizadas tanto por movimentos sociais de luta por habitação quanto por mobilizações independentes de pessoas que se encontram sem-teto, abrangendo 5027 famílias (Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012). Mapeamentos mais atuais não foram encontrados.

Observa-se a persistência das ocupações no subúrbio ferroviário e CHS, com atuação rarefeita na área do Miolo da cidade, a exemplo do que já acontecia com as ocupações das décadas anteriores, que eram espontâneas – as invasões que se expandiam rapidamente nas zonas menos valorizadas. Percebe-se a dificuldade em propor outra forma de utilização dos

espaços ou imóveis urbanos vazios nas zonas nobres da cidade, onde historicamente, não são sequer toleradas as ocupações, embora atualmente o MSTs tenha se proposto a quebrar esse confinamento territorial das ocupações.

O estudo de Cloux R. F. (2008) concluiu que o MSTs era constituído por maioria feminina, que correspondia a 68% das pessoas presentes no movimento, enquanto a população masculina correspondia a apenas 28%; os demais 4% correspondia às crianças.

Apesar de não saberem especificar com a exatidão de um censo, os coordenadores dos demais MSLHP de Salvador confirmaram verbalmente que as mulheres são maioria nesses movimentos. Em estudo específico no Quilombo Lucas da Feira, também foi constatada a proporção de 36% de mulheres, 35% de crianças e 29% de homens (Araujo O. , 2017). De modo inverso, constatou-se que entre os sem-teto da Espanha apenas 13% são mulheres, enquanto 87% são homens (Castilo, 2007)

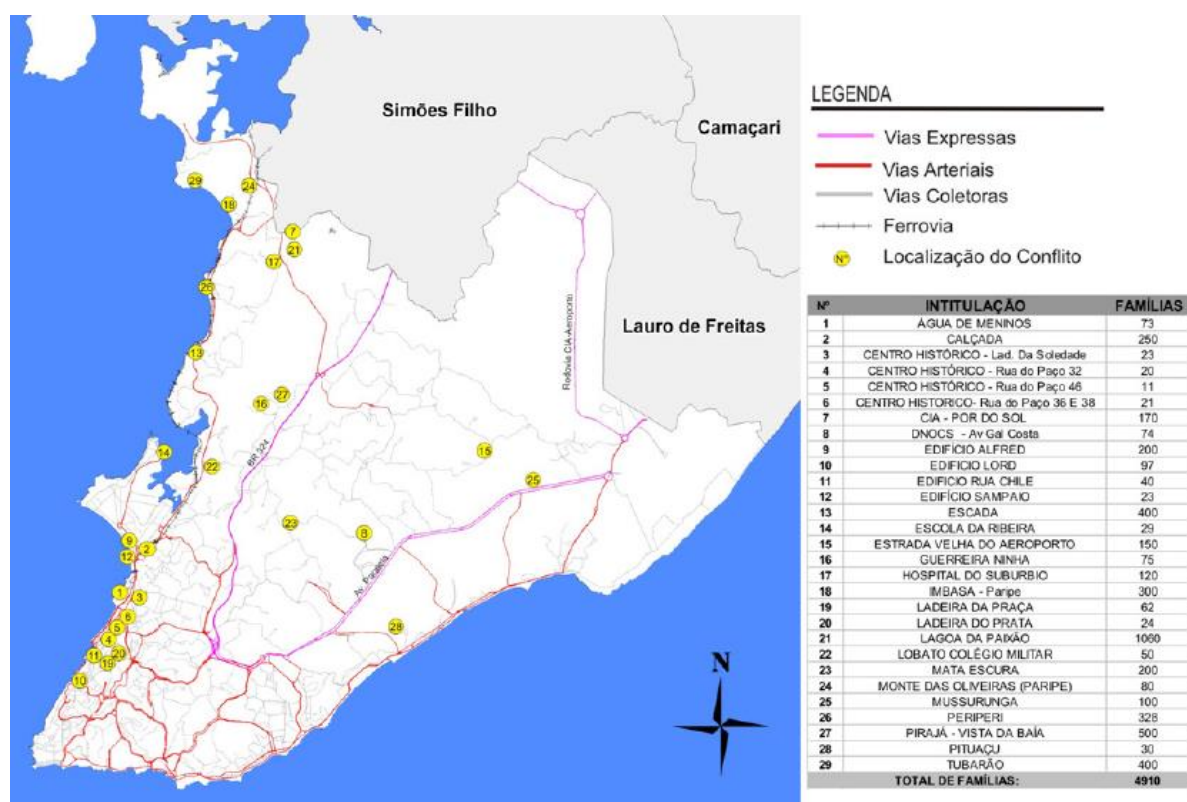


Figura 64 Conflitos fundiários em Salvador, identificados pela SEDUR (2010)

Fonte: SEDUR, 2010, citada por Ribeiro D. M. (2011, p. 12)

A participação nos MSLHP representa a independência com relação à opressão masculina e a possibilidade de empoderamento feminino a partir da luta, na participação efetiva das mulheres nas lideranças e nos processos decisórios dos movimentos. O depoimento de uma participante corrobora essas premissas:

Tem mulheres que tem vergonha de ser sem teto, mas muitas são separadas e não tem condições de ter um teto. Mas eu digo: eu tenho orgulho de participar do movimento. Porque eu quero ter meu teto e não depender de homem. É isso que todas as mulheres deveriam pensar. (Entrevista concedida a Carlos Pronzato, 2004, citado por Cloux R. F., p. 57).

As crianças Sem-teto são a representação ainda mais triste de uma sociedade desigual, excludente, preconceituosa, machista, capitalista selvagem e de um Estado a serviço das elites

– falta-lhes de tudo um pouco: condições básicas para a higiene, acesso à saúde e educação decentes, brinquedos, materiais escolares, roupas, calçados. Ainda não conscientes disso, sabem que é preciso de vez em quando correr de uma ocupação para outra, porque está havendo reintegração de posse!

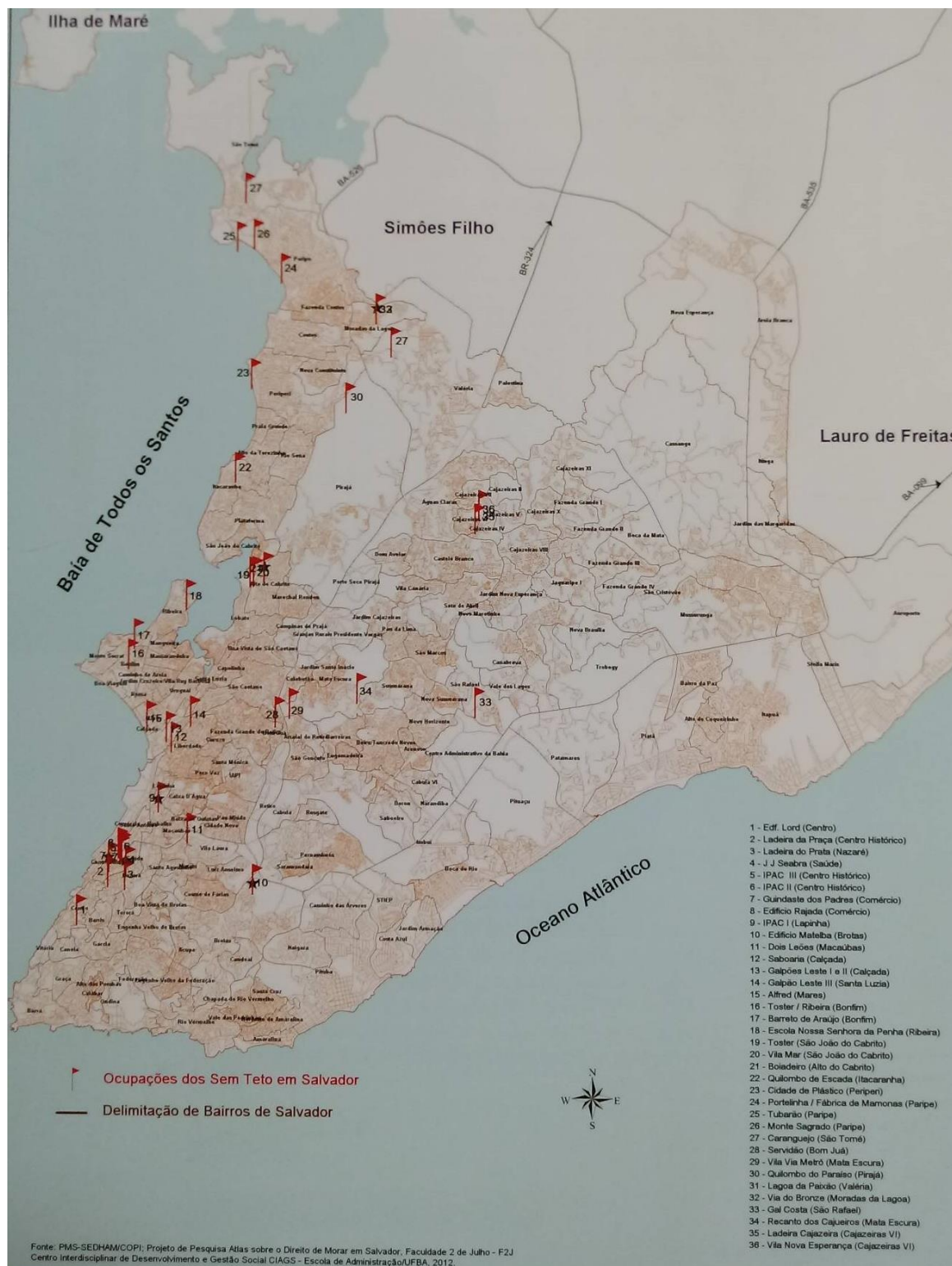


Figura 65 Ocupações dos Sem-teto em Salvador, identificados por Santos et al. (2012)

Fonte: Santos et al. (2012, p. 24).

Contudo, não lhes falta criatividade, haja vista que mesmo diante dos contextos aos quais estão submetidas conseguem organizar brincadeiras, socializar (Balaguer, 2012). Desenvolvem-se na ‘infância possível’ nos barracos das ocupações, demonstrando o incrível potencial humano que se tem desperdiçado ao se relegar as pessoas à miséria.

As crianças Sem-teto são geralmente filhos de mães solteiras e encontram-se em condições de exposição a diversas situações que nenhuma família ‘classe média’ brasileira submeteria seus filhos sob hipótese alguma; em especial a vulnerabilidade sexual, com iniciação sexual precoce, que muitas vezes resultam em gravidez indesejada, bem como assédio de traficantes, além de possuírem dificuldades de escolarização, já que em muitos casos, frequentam regularmente a escola, mas não conseguem aprender as competências adequadas à sua faixa etária (Araujo O. , 2017).

Quanto à dimensão étnica, há maciça predominância de pretos, que correspondiam à 85% da população constituinte do MSTs/MSTB; os outros 15% correspondiam aos pardos (Cloux R. F., 2008). Igualmente, os coordenadores de outros MLHS informaram que constataam a presença maciça de negros e seus descendentes, embora não tenham uma estimativa estatística.

4.2.1 Territórios especiais: o Centro Histórico de Salvador e a luta constante por permanência e inclusão

O Centro Histórico de Salvador (CHS), devido à intensa riqueza histórica, patrimonial, cultural e social que resguarda, vem sendo ‘redescoberto’ (embora sempre estivesse ali, pulsante na manutenção da posse dos imóveis sem função social, que se mantiveram à espreita, aguardando a valorização imobiliária, como se efetiva atualmente), no planejamento urbano soteropolitano – a partir de lógicas mercadológicas, que não atira os antigos moradores da Cidade Alta para a Cidade Baixa, via falha geológica mesmo, jogando os mais pobres para morrerem encosta abaixo, talvez por medo da repercussão midiática internacional, porque no mais, de forma velada, é isso que tem acontecido: descarte, expulsão, descuido total e irrestrito com a vida humana.

O planejamento elaborado tem sido meramente consultivos, conforme denunciaram os estudos de Bittencourt J. M. (2011), Mourad & Rebouças (2012), Kohara, Uemura, & Ferro (2012), Mourad & Baltrusis (2016), Figueiredo, Mourad, & Rebouças (2016) e Souza M. L. (2006; 2008) cumpridores de etapas de discussão e consultas populares, de audiência à sociedade civil previstas, mas sem que as recomendações sejam consideradas efetivamente na hora de utilizar ‘a caneta’ que institui como os usos desse espaço urbano se darão: parece ser inconcebível aos sucessivos prefeitos, secretários, técnicos apoiadores, projetarem um Pelourinho (CHS), onde os mais pobres que ali vivem sejam elevados à categoria de moradores de áreas decentes, com toda a riqueza patrimonial a seu dispor.

Cientes de que dificilmente serão realmente atendidos a partir das participações em audiências públicas, diferentes movimentos de luta por habitação têm ocupado imóveis vazios no CHS e se esforçado na luta pela reabilitação para moradia e a inclusão das pessoas em condição de Sem-teto em programas de assistência social, enfrentando uma infinidade de desafios para permanecer nesses imóveis.

A ‘assepsia social’ que a CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) pretendia realizar no Centro Histórico fora denunciada desde 2002 pela promotoria pública do Estado da Bahia, a partir da ação de resistência dos moradores organizados na Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH) (Bittencourt J. M., 2011).

A resistência coletiva através da AMACH, do coletivo ‘O Centro Antigo Sangra’, o apoio de Universidades e do Ministério Público, bem como de outras entidades, assegurou a moradia de interesse social na sétima etapa do Programa de Reabilitação do Centro Histórico para 103 famílias (Bittencourt J. M., 2011), muito embora a análise de Mourad & Baltrusis conclua que os ‘territórios dos pobres’ foram circunscritos “[...] as ruas já estigmatizadas como território dos drogados e prostitutas” (Mourad & Baltrusis, 2016, p. 102).

Entretanto muito moradores foram ‘relocados’, haja vista sua descrença na possibilidade de lutar contra o Estado. Mourad & Baltrusis (2016) denunciaram a expulsão de 3.574 famílias pobres desde o início da recuperação em 1990, além da ‘deportação’ entre 2000 a 2003 – resultado da ‘inclusiva’ ação para a moradia da 7ª etapa – de mais 1202 famílias, que se espalharam por 80 bairros de Salvador, 40 municípios da Bahia e mais 09 Estados do Brasil. A expulsão fora realizada mediante indenizações ínfimas chamadas de auxílio relocação pagas aos ocupantes dos antigos casarões.

Figueiredo, Mourad, & Rebouças (2016) alertaram para o atual processo de maximização da urbanização corporativa que atuará, ‘numa escala sem precedentes’, envolvendo não apenas uma rua, mas todo um perímetro urbano, em diferentes espaços urbanos de Salvador – dentre os quais, o Bahia District, no CHS, a partir da reforma do Palace Hotel (Figura 66 - superior) na primeira rua do Brasil. As autoras afirmaram que a empresa ‘Fera empreendimentos’ adquiriu 125 imóveis nos arredores da rua Chile. Os imóveis na rua Chile e seus arredores que devem ser revitalizados a exemplo do Meatpacking District (Figura 66 - inferior), em Nova York, uma zona de antigos matadouros que virou atração turística (Wiziak, 2015).

A ação desse grupo provavelmente diminuirá os imóveis antes vacantes, 1.500 unidades (Mourad & Rebouças, 2012), à espera da especulação imobiliária – que já chegou e reservou os imóveis para sua incorporação aos poucos, o que tornará ainda mais complexo o processo de resistência da população local.

Ante o avanço previsível dos interesses econômicos calcados no turismo que se dará na próxima década, é possível que as ações ‘higienistas’ que daí decorrem tenderão a expulsar os antigos residentes, com anuência do poder público e de parte da ‘sociedade’, como já ocorreu no CHS e em outras cidades brasileiras, no processo nomeado de expulsão branca ou gentrificação.

Os descendentes dos povos negros escravizados sofreram as atrocidades das torturas no Pelourinho do CHS no período colonial e, no século XXI, seus descendentes sofrem com o novo colonialismo da indústria imobiliária que pretende lhes expulsar de seu território para áreas distantes, mas não sem resistência.



Figura 66 Palace Hotel (Salvador)/ Vista do Meatpacking (Nova York)

Fonte: Oriana Araujo (2017) e (Dicas de New York)

Em audiência pública realizada em abril de 2016 sobre o Projeto de Lei 302/2016, um representante da CONDER, considerou que o ‘Revitalizar’ atrairá investimentos para o Centro Histórico de Salvador e beneficiará quem vive no entorno porque vai gerar mais renda, mais trabalho e vai criar um ambiente melhor para o turismo.

Outrossim, o Revitalizar corresponde em verdade a um retrocesso, tendo em vista que o executivo pretende perdoar toda a dívida de IPTU dos casarões históricos, beneficiando os proprietários fundiários ao invés de puni-los por descumprirem a obrigatoriedade de destinar função social aos imóveis, apoiando assim a especulação imobiliária parasitária, além de conceder uma série de estímulos à construção e reforma para ‘usos mistos’.

O interesse dos movimentos de luta por moradia é justamente que esses imóveis sejam desapropriados e transformados em moradia social. Cientes de que enfrentarão estratégias já conhecidas que resultarão na expulsão dos moradores, os movimentos indicam:

Essa cidade é nossa. Nós precisamos fazer parte da revitalização, de forma séria. As pessoas gostam de Salvador pelo que ela é. Nós não temos que nos adaptar ao turista, o turista se adaptará a nós. (Maura Cristina¹⁵ – Coordenadora estadual do MSTB).

Durante toda a audiência, houve várias interrupções, com protestos coletivos como ‘retira o projeto’, bem como manifestações individuais ‘só saio daqui no caixão’, ‘quero casa para meus filhos’.

Numa rede social, na página “O Centro Antigo Sangra”, há importantes discussões sobre as prováveis consequências que o Projeto Revitalizar trará à população originária, com importantes figuras que facilitam a interpretação para os usuários, de temas como turismo predatório, substituição da cultura popular pela ‘cultura gourmet’, desapropriação e expulsão de moradores de casarões antigos, limpeza étnica (Figura 67).

No dia da votação do projeto diversos movimentos de luta por habitação se reuniram e protestaram na Câmara de Vereadores de Salvador, mas o projeto foi aprovado assim mesmo (Figura 68), o que suscitará a ampliação das estratégias de confrontação para garantir a permanência das famílias no CHS. De igual maneira será fundamental a ampliação das estratégias de articulação para a permanência dos movimentos que continuam a ocupar os imóveis do Centro Histórico. Entre os agentes sociais organizados que atuam na luta por permanência e por moradia no Centro Histórico de Salvador destacam-se:

Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH); União dos Movimentos de Moradia do estado da Bahia (UMM); Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); Movimento dos Sem-Teto de Salvador (MST); Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho (MDMT); Movimento Nacional da População de Rua de Salvador (MNPR); Frente de Luta Popular – Vila Nova Esperança (Rocinha) (FLP); moradores da Vila Coração de Maria; moradores da Rua Ribeiro dos Santos e Associação de Casa de Estudantes da Bahia (ACEB). (Kohara, Uemura, & Ferro, 2012).

A distância entre os locais originais de moradia e os conjuntos habitacionais para onde foram enviados parte dos ocupantes do Edifício Lord, do MSTS (Figura 69) dão uma ideia do volume de problemas para viver que essas pessoas passam a enfrentar: distância do local onde realizavam trabalhos para a subsistência, necessidade de transporte coletivo e dificuldade em custeá-lo para acesso à escola (Ribeiro D. M., 2011). Volume este reiterado no seguinte depoimento, onde denota-se a clareza sobre os impactos sociais que serão gerados a partir da distância do trabalho ou dos ‘bicos’

¹⁵ Audiência pública sobre o Programa Revitalizar. PL 302/2016. 07/04/2017. Centro Cultural da Câmara de Vereadores.

cotidianos típicos da economia informal, que garantem a sobrevivência de cada dia, pelos líderes dos movimentos de luta por habitação em Salvador:



Figura 67 Convites à participação popular contra o Programa Revitalizar em página de rede social

Fonte: Articulação do Centro Antigo, p. s/d



Figura 68 Protesto na Câmara de Vereadores em 24/04/2017 contra o PL 302/2016.

Fonte: Articulação do Centro Antigo

Quando se entrega a moradia é preciso pensar no trabalho e renda para que o morador possa pagar a mensalidade e as tarifas públicas. Apesar de subsidiada, a mensalidade precisa ser paga. Os moradores da Alfred que foram para o conjunto habitacional construído pelo Programa já estão passando por dificuldades. Em torno de 99,00% dos que receberam a casa na Estrada Velha do Aeroporto já estão inadimplentes e muitos estão com a água e luz cortadas. Então, é preciso pensar a moradia de forma associada com o trabalho.

Os moradores da ocupação do Clube Português, por exemplo, quando foram transferidos para Pirajá e Valéria começaram a passar necessidades. Eles viviam de reciclagem no bairro da Pituba, quando foram transferidos para um bairro periférico e pobre não tiveram mais como trabalhar. (Idelmário Proença, liderança do Movimento dos Sem Teto de Salvador – MSTs. In.: S Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi, 2014, p. 728).



Figura 69 Localização da moradia original e nova moradia dos ocupantes do Edifício Lord (MSTs)

Fonte: Ribeiro D. M. (2011, p. 46).

As dificuldades relacionadas à distância dos novos empreendimentos financiados pelo Estado geram questionamentos sensatos como o seguinte:

No Programa [PMCMV], você é obrigado a morar ali – se quiser é ali, se não, fica sem. Por que a elite tem a casa financiada onde quer e nós não? Isso é tenebroso, um golpe da direita que está no poder com o disfarce de esquerda. O povo tem que disputar a cidade. (Maria José da Silva, liderança nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM. In.: Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi, 2014, p. 727).

Alerta-se ainda para o futuro previsível quando não se leva em conta que as vulnerabilidades sociais típicas da população de mais baixa renda, aproximam muitas pessoas de atividades ilícitas, submetendo a comunidade inteira, como ocorre mais explicitamente no Rio de Janeiro, mas também em Salvador:

Esses programas estão jogando as pessoas em lugares sem nenhuma infra-estrutura, sem nenhum controle social. E se não tiver um controle social, aquilo ali vai se transformar em uma Cidade de Deus em Salvador. Os traficantes já estão lá, eles foram junto com suas famílias. E aí? O povo tá perdido e tá todo mundo sem saber o que fazer. Não tem reciclagem, não tem pesca. Como eles vão sobreviver? (Rita Sebadelhe, da Frente de Luta Popular – FLP. Em: Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi, 2014, p. 728).

E há clara advertência sobre a necessidade de que o Estado não pode simplesmente depositar os pobres distantes e deixá-los à própria sorte:

Na verdade, com a ausência do Estado nesses espaços, as comunidades acabam criando suas próprias regras e a marginalidade é quem se impõe. Depois vai ter que se usar tanque de guerra para levar o Estado lá pra dentro. O Estado precisa estar presente nesses empreendimentos desde sempre. Caso contrário, em vez de criar dignidade, estará construindo favelas de concreto. O governo da Bahia precisa perceber que se ele não estiver presente, ele vai gastar milhões para resolver esse problema depois. É comum as pessoas ficarem escandalizadas quando sabem que o morador vendeu sua casa por um pequeno valor, mas a verdade é que ninguém ‘come parede’. A pessoa vende o imóvel por necessidade e volta a ocupar, a morar em uma ocupação de novo. Não adianta dar a casa e a pessoa não ter como pagar, como comer. (Naelson Cléon, da Frente de Luta Popular – FLP. Em: Santos M. E., Afonso, Ribeiro, & Rossi, 2014, p. 729).

Pedro Cardoso, do MSTB, defende que é preciso que se tenha acesso à casa e ao trabalho, reconhecendo que são as contradições do sistema capitalista amparados na ausência do Estado que produz a desigualdade.

Tais relatos e análises das falas dos coordenadores de movimentos de luta por habitação na Bahia remetem à discussão sobre as atividades econômicas que são reconhecidamente próprias de um determinado espaço e apenas se concretizam nele. São atividades locais, formais e informais, que sobrevivem apenas porque estão em locais precisos, com um mercado também preciso (Balbo, 2003).

É preciso considerar que em contextos sociais cuja empregabilidade formal não atinge toda a população economicamente ativa e, especialmente os mais pobres e menos instruídos dificilmente terão acesso, como é o caso dos Sem-teto, a retirada da população ocupante dos locais atuais de moradia sem o seu consentimento e sua fixação a quilômetros de distância corresponde a uma espécie de condenação à ampliação da miséria, constituindo-se num ato macabro.

É urgente que se responda: Afinal do que eles vão viver? De que adianta ter uma casa adequada e não conseguir mantê-la? Como uma pessoa que vive de fazer tranças afro em cabelos, no Centro Histórico de Salvador, vai trabalhar se morar a quilômetros de distância desse lugar, considerando que a mobilidade urbana é custosa?

A ‘inclusão socioterritorial’ realizada pelo PMCMV é, contraditoriamente, excludente: direciona as pessoas para áreas distantes da cidade e desconsidera que mover-se na cidade é praticamente impossível para as pessoas de baixa renda que vivem na informalidade, graças ao alto preço do transporte público. Em 2017 uma passagem de ônibus urbano em Salvador custava R\$3,60, o que significa um custo de R\$7,20 em um deslocamento. Isso equivalia a aproximadamente 15% do salário mensal consumido nos deslocamentos (considerando 5 dias de trabalho), sendo ainda mais grave para os que não conseguem um salário mínimo em suas atividades.

Constatou-se que cerca de 60% dos moradores das ocupações de Sem-teto em Salvador não dispõem de rendimento mensal, enquanto cerca de 19% possui renda de até meio salário mínimo e outros 19% possuem renda entre meio e um salário mínimo, somente ínfimos 3,78% dos moradores das ocupações possuíam renda entre um a dois salários mínimos (Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012).

A moradia ou o local de moradia, ainda que ofereça condições precárias e insalubres, associados às sociabilidades estabelecidas garante-lhes a sobrevivência. Os governos estadual e municipal não podem simplesmente ignorar essa questão; devem pensar outras formas de provisão de moradias que contemplem os anseios das pessoas que se encontram Sem-teto ou em tetos improvisados, equacionando essa questão, afinal há conjuntos habitacionais urbanos inteiros sendo abandonados em diversos países subdesenvolvidos.

Esse ‘modelo’ de provisão de moradias, como advertiu Rolnik (2015), conformou guetos em que o estigma da pobreza e as dificuldades a que foram submetidos os moradores, conduziram ao progressivo abandono das moradias, de modo que conjuntos habitacionais inteiros foram demolidos em países como o Chile.

4.2.2 MSTs - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Salvador

Na Bahia, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Salvador (MSTs), fora fundado em 2003 (Cloux R. F., 2008); (Macedo Filho, 2010). De um processo de discordâncias e cisão entre suas lideranças constituiu-se o Movimento dos Sem Teto da Bahia – MSTB, em 2006 (Miranda L. C. (2008); entrevista com coordenadores do MSTB, 2017).

As lideranças principais à época da fundação eram Jhones Bastos e Pedro Cardoso, além de Ildemário Proença, João Dantas e Naélcio Soares, dentre outros (Cloux R. F., 2008). Em 2017 a principal liderança é Jhones Bastos, enquanto Ildemário Proença tem se afastado do MSTs devido a discordâncias.

A constituição do MSTs vincula-se à necessidade particular e insurgência de Jhones Bastos que afirma que não tinha ‘nem eira, nem beira’ e vivia sendo posto para fora da casa de sua tia, com quem morava. Conforme relata, encontrou uma casa que estava abandonada havia 17 anos e organizou junto com jovens da Igreja católica a ocupação, mas logo depois foram ‘convencidos’ a sair pela dona do imóvel, que era uma delegada de polícia.

Esse grupo de jovens começou a se reunir numa Escola e em 28 de junho de 2003 fizeram a ocupação da Estrada Velha do Aeroporto, enfrentando

(...) forte perseguição policial num período em que Antonio Carlos Magalhães era o prefeito através de Imbassahy [prefeito de Salvador entre 1997-2005, pelo PFL, atual DEM], era governador através de Paulo Souto [governador entre 1995-1999 e 2003-2007, pelo PFL], era senador, era presidente, era tudo e ele também mandava na justiça e só tinha um, que Deus colocou no nosso caminho, Dr. Carlos Cintra Dutra, que era o presidente do tribunal de justiça, que foi contra ACM e nos deu proteção. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

No caso da ocupação Dois de Julho (2003), apenas após a realização de uma caminhada de 30 km houve uma reunião com o Secretário Municipal de Habitação para discutir a questão. A estratégia de protestar coletivamente através de caminhadas se mantém como uma das principais ações para pressionar o poder público a partir da demonstração do poder de mobilização de pessoas, a exemplo da participação nos protestos de 2 de julho de 2017 em Salvador (Figura 70).

De acordo com Cloux R. F. (2008), a constituição do MSTs adveio do encontro do grupo de moradores que ocuparam o terreno na Estrada Velha do Aeroporto para a constituição de suas moradias (Acampamento 2 de Julho) com o grupo



Figura 70 Participação do MSTs no 2 de Julho
Fonte: MSTB P. d.

que ocupara um imóvel para a instalação da sede da Associação de bairro existente, mas sem espaço físico. Do contato entre seus líderes fundou-se o MSTS.

É notória a participação, no passado, de seus principais líderes em movimentos estudantis e movimentos religiosos que à época da ditadura serviam de proteção para a contestação do golpe militar, devido à proibição de qualquer tipo de questionamento da ordem vigente. Outra estratégia importante de resistência foi a constituição de associações de bairro, onde os problemas locais e também políticos eram pautados.

Embora houvesse extrema dificuldade de organização e mobilização popular no período da ditadura militar havia resistências importantes:

(...) Desde aquela época organizamos diversas associações de moradores e movimentos populares, lutando também pela moradia e infra-estrutura. (Pedro Cardoso – Coordenador do MSTS, 2007, em entrevista concedida a Cloux R. F., 2008, p. 63).

De igual importância ainda é a participação, no presente, de seus líderes em partidos políticos de esquerda (Cloux R. F., 2008), a exemplo do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), dentre outros, denotando o não alinhamento do MSTS em relação aos partidos conservadores de direita, conforme se supõe que ocorra em movimentos cujas principais agendas sejam a reversão da desigualdade e exclusão social que atingem os mais pobres.

Quando perguntado sobre a ocupação dos líderes, destacou que atuam como assessores federais e estaduais de políticos que são vinculados à luta – deputados e vereadores – que apoiam o movimento, liberando-os para fazerem política social e afirma:

Antes não era assim, porque a gente não tinha esse pensamento. Hoje tudo está vinculado à política, a gente acaba aderindo. Senão não faz. Se cada um de nós fôssemos trabalhar preso num canto, não íamos fazer as movimentações. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

A possibilidade de ocupar-se na assessoria de políticos que auxiliam a causa do movimento precisa ser analisada considerando tanto os aspectos positivos, relacionados ao sustento das pessoas que dedicam suas vidas integralmente ao movimento social, garantindo-lhes a possibilidade de trabalharem na assessoria política ao tempo em que dedicam-se ao movimento, como os aspectos negativos a exemplo do uso eleitoral das ações que o movimento realiza em prol desse ou daquele candidato.

Evidente que a formação política mais ou menos crítica das bases populares de cada movimento é o diferencial em relação ao direcionamento do voto. Uma pergunta fulcral dessa questão que ainda carece de resposta diz respeito à escolha de representação política do movimento nos quadros eleitorais: afinal, é aceitável ou mesmo desejável que o movimento social ocupe cargos eleitorais?

Quanto às perspectivas atuais do MSTS em relação à moradia, Jhones Bastos indica que possuem dois objetivos com a ocupação de imóveis:

Pressionar o governo para que saia mais unidades habitacionais para Salvador e para a Bahia;
Fazer com que os imóveis que estão abandonados há mais de 3 anos e são considerados vagos, conforme o PDDU (que foi aprovado com muita luta), sejam disponibilizados para a moradia de interesse social, que é um encontro com a Lei. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

O coordenador do MSTS indica ainda que outras formas de provisão de moradia não interessam ao MSTS, ressaltando que a forma de moradia pretendida é a casa própria, individual, para garantir-lhes a fixação ao território, o que remete à discussão de Haesbaert

(2010) quando assevera que a casa própria garante ao homem sedentarizar-se, exercer sua territorialidade mínima, deixando a condição de nômade. Nesse sentido, argumenta:

O aluguel social não interessa porque o que a gente quer de fato é que as famílias tenham a sua moradia, tenha seu emprego, sua oportunidade de trabalho e pedimos muito capacitação para o trabalho, mas a gente não tem conseguindo e é uma crítica que a gente faz ao governo. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

A preocupação em promover a capacitação para o trabalho e auxílios para a inserção dos militantes em atividades formais demonstra que o MSTS atua não apenas pela luta por moradia, mas também por inserção socioeconômica de seus militantes, com vistas à melhoria da qualidade de vida.

A crítica ao governo quanto ao não atendimento das demandas para a capacitação técnica dos Sem-teto revela que os gestores públicos municipais e estaduais, talvez por razões políticas, deixam passar a excelente oportunidade de promoverem o desenvolvimento social reintegrando as pessoas que vivem na informalidade às atividades econômicas formais.

O slogan “Organizar, ocupar, resistir” (Figura 71), que fora definido desde a formação do MSTS e segue compartilhado com o MSTB, denota a clara intenção e reconhecimento de que é preciso: organizar os Sem-teto, às vezes a partir do próprio reconhecimento de sua condição até a efetiva atuação no movimento; ocupar como estratégia de conquista territorial e denúncia do descumprimento da função social dos imóveis urbanos; resistir à retaliação dos proprietários, sejam particulares ou o próprio Estado, como demonstração de força e disponibilidade para o enfrentamento e luta pelo direito à moradia.



Figura 71 Logomarca do MSTS

Fonte: Coordenação do MSTS

A Figura 72, da parte interna da ocupação da Alfred, que foi ocupada em 21 de abril de 2004 até 10 de fevereiro de 2010, indica que se busca a solidariedade como valor preponderante para a manutenção do MSTS, o que denota a importância das relações interpessoais para a manutenção da coesão nas ocupações e no próprio movimento.



Figura 72 Interior de ocupação do MSTS

Fonte: MSTS (S/D)

O MSTS não constrói as próprias unidades, mas seu coordenador indicou que estavam tentando conseguir cadastrar-se ainda em 2017 no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades e citou a ação da UMP-Bahia na construção de moradias em Salvador.

Quanto à escolha dos imóveis que serão ocupados, a estratégia do MSTS mudou, de acordo com seu coordenador, anteriormente faziam uma sondagem, vestindo-se de mendigos

para saber sobre a situação dos imóveis, mas atualmente usam a internet para investigar e tentam consultar a vizinhança sobre a possibilidade de instalar um projeto social na área.

É notória a tentativa atual de retirar o estigma de mendicância, para uma concepção de luta por direitos, de atuação como um projeto social, a fim de conseguir o apoio da vizinhança ao invés da repulsa em relação aos Sem-teto.

Bastos informa que ao ocuparem um terreno ou prédio, enviam imediatamente uma lista à defensoria pública do Estado na área de conflitos fundiários, com o nome do prédio ocupado e a relação de moradores daquela localidade, para que a defensoria esteja ciente e alerta. Informa ainda que solicitam os antecedentes criminais das pessoas que participam da ocupação, ‘para que tudo dê certo’, o que denota a preocupação em mostrarem-se pessoas idôneas, distantes da bandidagem.

Fica claro que após anos a frente do MSTs há um grande conhecimento adquirido dos percursos e percalços jurídicos a serem enfrentados até a conquista da moradia. Uma vitória nesse sentido é o reconhecimento de várias instâncias sociais de que não se pode simplesmente colocar os ocupantes para fora, seja com ou sem violência, porque é preciso, no mínimo, que haja uma ordem judicial de reintegração de posse. As pessoas que ocupam independentemente são mais facilmente expulsas pelos proprietários porque não possuem esse respaldo.

Não obstante, o coordenador do MSTs responde a inúmeros processos judiciais movidos pelos donos dos imóveis, o que demonstra as dificuldades encontradas pelas lideranças dos movimentos de luta por habitação na Bahia.

A escolha dos espaços a serem ocupados pode resultar da observação de seus líderes e da indicação de seus membros, a exemplo de uma publicação na página do MSTs em uma rede social (Figura 73), em que alguém indica que há casas sendo construídas no arraial do Retiro cujas obras estão paralisadas há um ano, num chamamento ao MSTs para a análise do caso que poderia resultar em uma ocupação.

No que diz respeito às territorialidades produzidas na luta por habitação, ocorreram importantes mudanças quanto à escolha dos espaços a serem ocupados pelos Sem-teto, seja terrenos ou prédios, procurando acessar áreas servidas de infraestrutura:

A gente está mais chique (risos). Agora a gente quer espaços mais próximos da cidade, mais próximos da burguesia, como no Horto Florestal (um apartamento na Pituba custa 800 mil reais, no Horto custa 4 milhões). A gente quer morar onde tem escola, creche, acessibilidade e quando tem prédio abandonado nessas localidades, a gente deve acolher quem está para ser despejado e ocupar. [...] Um monte de pessoas que recebe as casas ficam felizes, mas também ficam insatisfeitas porque é longe de tudo, não tem transporte, não tem escola, não tem nada. O último conjunto entregue no CEASA, não tem nada nas proximidades, não tem as políticas que direciona a família; mais de 3.000 unidades habitacionais (com uma prestação que era de R\$25,00 e Temer aumentou para R\$270,00, porque Temer não quer que pobre tenha vez). E ocupamos terrenos também, se a gente souber e achar vazio. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

Contudo, as tentativas do MSTs em ocupar prédios abandonados nas áreas nobres da cidade, sugerem mais uma estratégia de barganha para alcançar outros objetivos – a exemplo do aumento de unidades habitacionais do PMCMV – do que de fato uma opção efetiva de

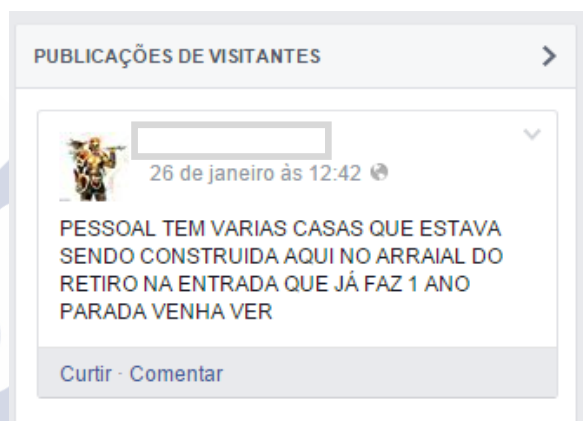


Figura 73 Comentário em rede social do MSTs (26/01/2016)

Fonte: MSTs (S/D)

moradia, reconhecendo-se que a mobilização de diversos agentes sociais (o que inclui os vizinhos) para sua retirada nesses bairros é maior e mais poderosa, devido tanto ao valor dos imóveis quanto à rejeição dos Sem-teto nas áreas nobres da cidade.

No que tange à visibilidade da ocupação e a relação com a mídia, o coordenador do MSTS adverte que não gosta muito da imprensa porque os considera muito sensacionalistas e relata que já foi aconselhado por um jornalista durante uma caminhada a ‘ocupar um shopping e quebrar tudo’ a fim de ganhar visibilidade nacional e internacional:

Quando a gente vai fazer a ocupação eles [jornalistas] saem até ‘no tapa’ para pegar o melhor ângulo na hora de quebrar o cadeado. [...] A mídia é desgraçada: quando tem o Minha Casa Minha Vida nas páginas policiais eles mostram os bandidos lá botando terror porque as vezes tem muitas pessoas que ganha a casa (comelões) e não quer ir morar, aí os bandidos tomam conta. A gente já chamou a mídia várias vezes para mostrar o antes e o depois: a imprensa não tem interesse nas mães chorando de felicidade porque ganhou sua casa, eles não vão, agora ficam quase uma hora mostrando uma mãe chorando porque o filho está lá morto, lá no chão, cheio de sangue.[...] A mídia 70% destrói e 30% ajuda. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

Após a ocupação é realizada a limpeza do prédio, a instalação clandestina de água e luz (gatos), a separação das brigadas (segurança à noite, saúde, recepção de novos sem-teto) e a divisão dos m² para cada família.

As regras de convivência nas ocupações vão desde as punições definidas pelo grupo até a expulsão. Exigir que sejam cumpridas acaba expondo os líderes do movimento e coordenadores das ocupações, que precisam se indispor com alguns ocupantes para fazer cumprir as normas das ocupações.

A respeito das pessoas que não são efetivamente Sem-teto e viram rapidamente notícia difamatória para o movimento, considera o seguinte:

A gente sofre isso constantemente. Porque a gente não tem estrutura financeira para ir de casa em casa para saber se a pessoa tem casa ou não. A gente já encontrou pessoas que tem casa e aluga sua casa e vem pro movimento. Quando a gente descobre a gente expulsa (um entrega o outro) por que é tudo que a imprensa quer. A gente já expulsou coordenador que cobrava propina de dois ou três mil reais para colocar o nome nas listas para aquisição da casa. Houve um caso de uma coordenadora que cobrou a propina, mas as pessoas não foram contempladas e essa coordenadora apareceu morta. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

Atualmente o processo seletivo para a conta que os movimentos sociais possuem no PMCMV se dá via sorteio realizado entre os cadastrados pelos movimentos junto à Prefeitura de Salvador, o que coibiu a possibilidade de práticas de suborno.

Sobre assédio e suborno, assegura que há tentativas por parte de alguns proprietários de prédios ocupados em retirá-los a partir de pagamentos ‘vantajosos’ para o movimento e seus líderes, como fica nítido no seguinte relato:

Ele viu que não tinha mais jeito, sabia que ali estava errado, que não tinha como resgatar, eles vinham fazer propostas mirabolantes [indica quem foi] e queriam que eu desocupasse o prédio, me oferecendo propinas (...), queriam me dar novecentos mil reais para eu tirar o povo do prédio e queriam me dar trezentos e setenta mil para a compra de um terreno e titularizar todo mundo. Financeiramente aquilo seria ótimo, mas não seria bom para o povo. Na minha cabeça seria como vender a alma ao diabo e eu preferi saber que eu fiz a coisa certa: todos só saíram de lá para as suas casas no Jardim das Margaridas. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

Deduz-se desse relato que para o MSTS a inclusão no PMCMV foi considerada satisfatória, de modo que aceitam negociar a saída dos imóveis ocupados para o programa de moradia, numa postura heterônoma em relação à função social da propriedade que pleiteavam, mas pragmática em relação à obtenção de uma moradia.

Bastos indica ainda que outros proprietários e grupos empresariais procuram negociar a saída dos Sem-teto, seja diretamente ou indiretamente através de advogados, mas que o MSTS não aceita negociar com eles, buscando a justiça para resolver a questão.

Quanto à estrutura organizacional do MSTS, tem ocorrido transformações em relação ao período em que o MSTB estava associado, correspondente ao período que vai de 2003 a 2006. Além de modificar a própria estrutura do movimento social para o reforço de uma Associação, parece haver forte personalismo na figura do coordenador do MSTS e presidente da ATDSTS (Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem-Teto de Salvador), embora existam diretorias e coordenações de núcleos. Uma demonstração da dificuldade em manter a coesão entre os coordenadores revela-se pelo rompimento de uma importante liderança do MSTS, pioneiro também, Idelmário Proença, conforme relata o próprio Jhones Bastos, devido a divergências de pensamento e opiniões, mas essas dissidências não são exclusividade do MSTS e são ocorrências normais.

Não obstante, ao longo de toda a caminhada no movimento social, os diferentes aprendizados podem ter conduzido a uma maior centralização das decisões, talvez devido às discordâncias em relação às diretrizes e tomadas de decisões, de embates e anseios pessoais. Essas ocorrências são comuns a todos os grupos humanos que lidam diretamente com relações de poder e dizem respeito às subjetividades humanas, muito difíceis de serem captadas e avaliadas.

O MSTS baseia-se em coordenações, dividas em coordenador geral e coordenações setoriais do movimento, enquanto na ATDSTS há várias diretorias, além da presidência. Quanto à remuneração, Jhones Bastos atesta que nenhuma função, nem no MSTS, nem na ATDSTS é remunerada.

A Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem-Teto de Salvador (ATDSTS) foi constituída em 2006 e desde a sua logomarca reafirma o caráter de luta por cidadania ao destacar **“Antes de sermos sem teto, somos todos cidadãos”** (Figura 74).

A ATDSTS possuía uma taxa de manutenção de três reais em 2006 e em 2017 o valor cobrado mensalmente era de dez reais, mas o pagamento não é obrigatório e não é realizado por cerca de setenta por cento dos sócios. Jhones Bastos avalia que não se trata de falta de desejo de pagar, assim como ocorre em relação às mensalidades das casas, mas sim por falta de recursos, de modo que estão se empenhando em ajudar as pessoas a conseguirem emprego, auxiliando na distribuição de currículos, bem como a se qualificarem através de cursos, porque as pessoas querem trabalhar, mas ‘muitas vezes não sabem fazer nada, não têm qualificação’.

O valor arrecadado com a mensalidade é utilizado para o custeio das despesas do movimento: aluguel de sede própria, transporte de coordenadores, organização de material didático e das manifestações públicas, dentre outras necessidades.

Para Jhones Bastos, trata-se de algo perfeitamente idôneo, uma vez que outras categorias também se associam e recolhem pequenas taxas, como comprovara em ação judicial quando fora acusado de vender as



Figura 74 Logomarca da ATDSTS
Fonte: Coordenação do MSTS

casas, demonstrando que o dinheiro é utilizado para organizar o movimento, além de questionar porque outras categorias trabalhistas podem ter associações e os Sem-teto não.

Claro está que organizar um movimento social sem nenhum recurso financeiro é extremamente difícil, contudo, é necessário cuidar para que não aconteça com o MSTS o que acabou acontecendo com muitas associações no Brasil: forme-se um grupo de coordenação remunerada que passa a viver da associação, constituindo-se numa espécie de ‘burocratas da assistência social’.

Por outro lado é importante considerar que há um grande volume de trabalho a ser realizado que acaba por absorver muito do tempo de suas lideranças, dificultando manter-se em outros trabalhos; não obstante, uma estrutura mais descentralizada permitiria que as tarefas fossem mais bem compartilhadas e então não houvesse sobrecarga. O relato de uma coordenadora do MSTS ajuda a entender o que ocorre nas ocupações e o quanto suas lideranças são requisitadas:

Ser liderança cansa muito, sempre a noite tem briga de marido e mulher, às vezes tem faca, às vezes tem polícia e eu tenho que receber a polícia e resolver os problemas. Eu sou chamada o tempo inteiro, mas tem regimento interno. Eu comecei tirando as bebidas dos corredores, até mesmo de dentro dos barracos, por que mesmo quando eles bebem em seus barracos eles saem para brigar. Eu tirei homem sem camisa nos andares. A questão da limpeza no dia a dia, eu coloco no mural de cada andar qual a família que é responsável pela limpeza do andar naquele dia. A limpeza tem que ser feita até as 10 horas da manhã. De quinze em quinze dias eu faço assembléia geral aqui e quando precisa eu convoco Jhones e ele vem sempre que eu chamo. (Maria Conceição Santos. Coordenadora da ocupação da antiga fábrica Toster/Bonfim. In.: Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012, p.130)

A cisão e a opção política do MSTS em concentrar-se especialmente na luta urbana em Salvador, enquanto o MTSTB optou pela atuação em âmbito estadual, demonstra graus de intencionalidade e racionalidade bem diferentes em relação à expansão territorial da luta, visíveis a partir da escala geográfica de sua atuação.

Entretanto, ao longo do tempo, o MSTS modificou a sua área de atuação e passou a auxiliar e fomentar a luta por habitação em outras cidades da Bahia, de modo que, segundo seu coordenador atuam em 209 cidades da Bahia, na tentativa de organizar a luta por habitação no Estado. Contudo, a atuação nessas cidades ainda se dá pela formação de núcleos iniciais, com consolidação efetiva em Salvador, Candeias, Itaparica e Vera Cruz (Figura 75).

A mudança com relação à escala de atuação do movimento denota certo personalismo, mas também uma postura altruísta e fora assim explicada:

No começo, na verdade eu não tinha pensamento em ir para canto nenhum, só resolver minha vida. Consequentemente eu comecei a tomar gosto depois da ocupação da Estrada Velha e migraram pessoas dos interiores para cá e essas pessoas falavam: por que não bota esse movimento em Dias D'Ávila, em Feira de Santana, tem um monte de gente lá nessa situação também. Mas não saí para lugar nenhum nessa época. Em 2005 eu tomei gosto e fomos para várias cidades. (JHONES BASTOS. Entrevista realizada em 10/04/2017).

O fato de fundar o movimento dos Sem-teto em várias cidades da Bahia não garante que efetivamente a luta por habitação se consolidará. A formação política é fundamental para a continuidade, bem como as disposições pessoais e coletivas, especialmente nas cidades menores onde a proximidade submete os indivíduos ainda mais a julgamentos coletivos que estão repletos de preconceitos em relação às lutas por teto ou terra, associando seus partícipes a vândalos, com diminuta consciência em relação à necessária organização popular. Se há recursos humanos suficientes para atender uma demanda tão grande no MSTS apenas no futuro saber-se-á.

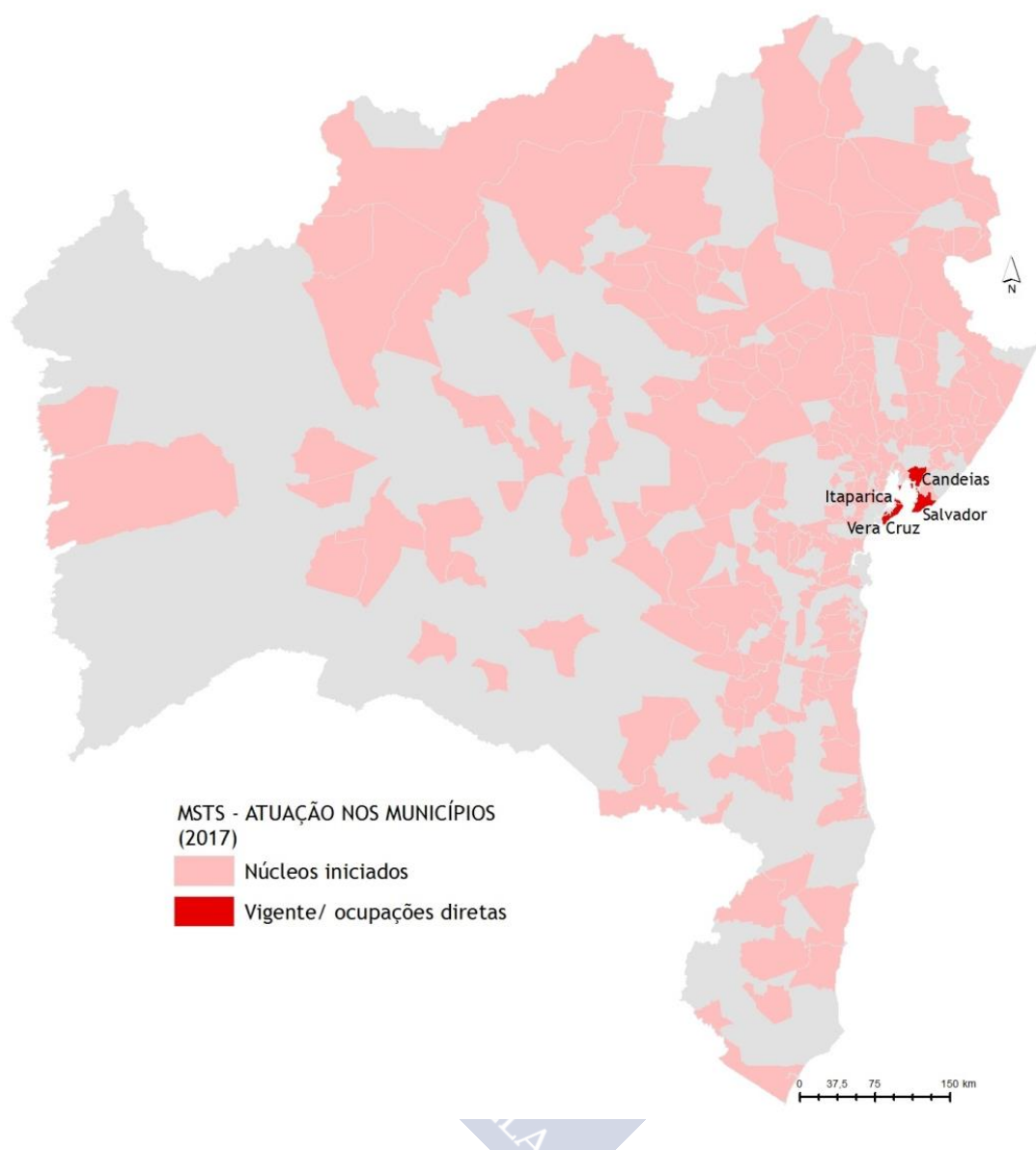


Figura 75 Municípios de atuação do MSTS (2017)
Fonte: Coordenação do MSTS. Elaboração: Oriana Araujo

Embora o MSTS possua uma estrutura aparentemente adequada à sua expansão a partir da ATDSTS, a capacidade de organizar a luta em 209 cidades, na metade dos municípios baianos requer um empenho muito grande de suas lideranças e o desfecho de tal intento apenas o tempo dirá.

Em 2017 as cidades de Candeias e os núcleos das Ilhas de Itaparica e Vera Cruz, além de Salvador, onde a atuação do MSTS é territorialmente mais consolidada, já possuíam organização considerável e ocupações diretas. A cidade de Candeias é parte do grupo de cidades com mais de 50.000 habitantes da Bahia e terá suas especificidades examinadas em item próprio porque sua consolidação é anterior a 2015.

Em Salvador, o estudo de Bochicchio (2008, p.78) a respeito do MSTS, apresentou a localização espacial da luta realizada por esse movimento em 19 ocupações, cuja

concentração no setor oeste da Península (Figura 76), já reconhecido pelas condições de pobreza no subúrbio ferroviário, é notável. Contudo, o coordenador do MSTS informa que pretendem ocupar outras áreas da cidade.

Até 2012, o estudo de Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro (2012) identificou 15 ocupações em Salvador, elencando o ano de início, o número de famílias, a situação do imóvel – público ou privado; se terreno, prédio ou galpão; e traçou um diagnóstico de cada ocupação. Constam ocupações desde 2000, anteriores à constituição do MSTS, por se tratar de ocupações espontâneas que solicitaram o ingresso no movimento para receber sua assistência na resistência (Quadro 9).

O resultado de cada ocupação foi informado por Jhones Bastos, em 2018, de modo que realizou-se a atualização dos dados sobre as ocupações do MSTS em Salvador, indicando o desfecho das ocupações descritas em 2012 (Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012), além de adicionar as ocupações efetuadas após 2012 (quadro 9).

Das 15 ocupações da 1ª fase da atuação do MSTS em Salvador (realizadas entre 2000 a 2008), houve negociação e reapropriação em 9 delas (Servidão, Saboaria, Galpão da Leste 1 e 2, Barreto de Araujo, Alfred, Via do Bronze, Ladeira Cajazeira, Guindaste dos Padres), 1 se desligou do movimento enquanto em 6 delas (Vila Via Metrô, Toster, Edifício Rajada, Edifício Matelba, Galpão da Leste 3, Escola Nossa Senhora da Penha) a ocupação resiste, segue em litígio e disputa judicial pela consolidação.

A negociação realizada diz respeito à saída do imóvel ou terreno inicialmente ocupado para uma das unidades habitacionais do PMCMV.

Nas ocupações da 1ª fase que seguem em litígio, os militantes do MSTS continuam a enfrentar as duras condições das vidas no improviso, como diagnosticou Santos et. al (2012), em relação à energia elétrica, à dificuldade de abastecimento de água e acesso a esgotamento sanitário, além de outros fatores que tornam a vida nas ocupações extremamente difíceis.

Apesar de todas as adversidades enfrentadas, os ocupantes destacam o fato de não pagarem aluguel como fundamental para a sua melhora de vida após se mudarem para a ocupação (Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012), o que revela a sua incapacidade de acessar a moradia por outra via, devido aos baixíssimos rendimentos obtidos em seu trabalho, geralmente informal.

Os dados sobre a ocupação do prédio abandonado da antiga fábrica da Toster, no Bonfim, revelaram um perfil que não é incomum nas ocupações de Sem-teto: 86% não concluíram o ensino médio; a renda *percapita* era de R\$ 154,81; 48% dos espaços transformados em moradia para a família dispõem de apenas um cômodo e as demais dois cômodos, enquanto as famílias possuíam cerca de 5 pessoas; 91,35% dos moradores que trabalham não possuem carteira assinada, ocupando-se como garçons, porteiros, ajudantes de obras, mecânicos e barmans; cerca de 70% das moradias não possuem água encanada, pegando-a de um ponto próximo; 44% dos ocupantes não possuem sanitário e compartilham com outros ou usam sacos plásticos para descartarem as fezes; não obstante, as doenças mais comuns são: gripe, febre, diarreia, verminoses e infecções de olho e couro cabeludo (Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012, pp. 128-130). Apesar disso tudo, a ocupação da Toster resiste desde 2003: são longos 15 anos.

Na 2ª fase, que vai de 2009 até 2017, o MSTS possuía cinco ocupações diretas em Salvador, com cerca de 1580 famílias residentes, que também enfrentam as difíceis condições da moradia improvisada nas ocupações (Quadro 9).

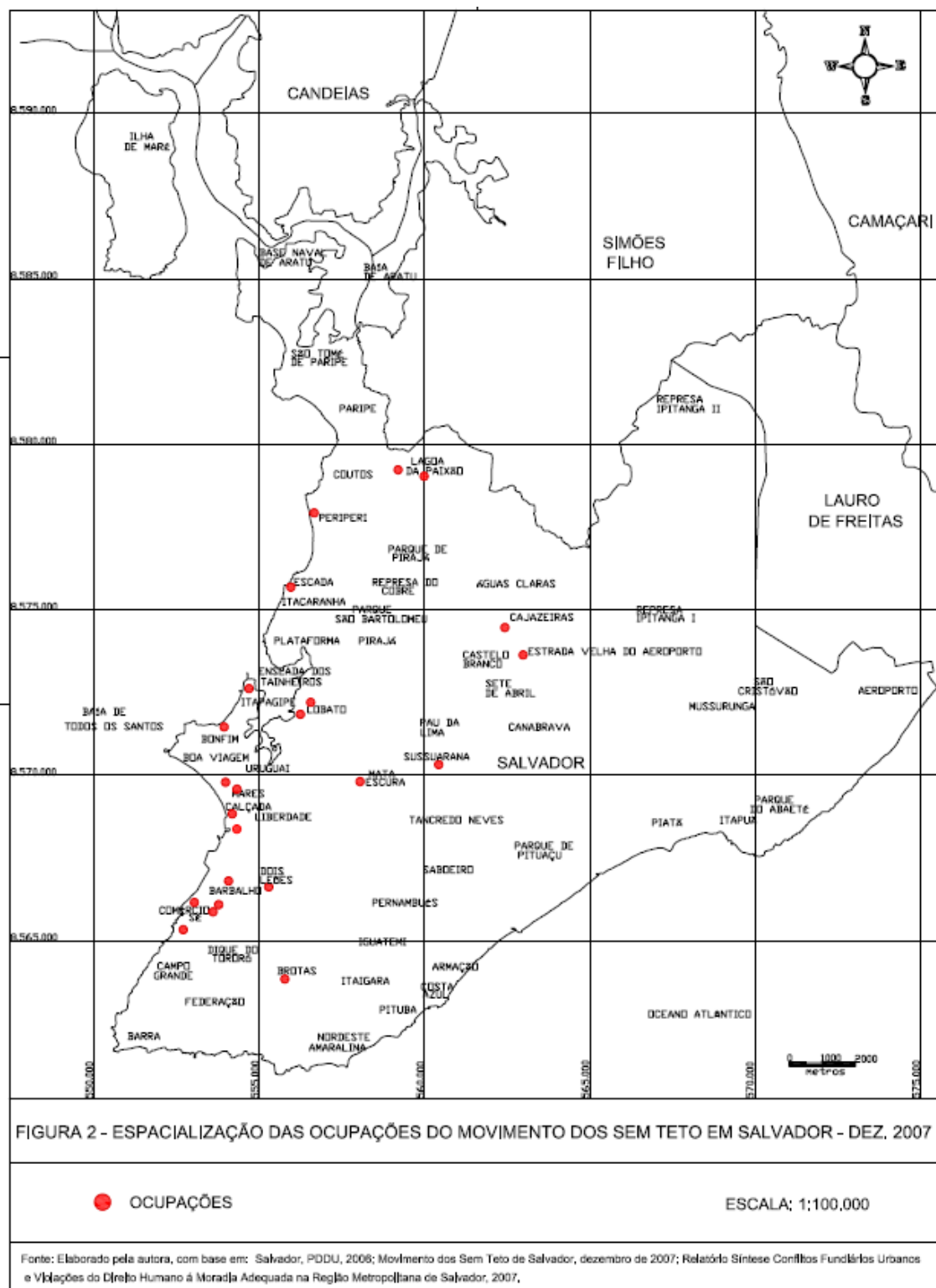


Figura 76 Ocupações do MSTs (2007)

Fonte: Boichichio (2008, p. 78).

Quadro 9 Ocupações de prédios e terrenos do MSTS - Salvador (2012)

Início	Nome da Ocupação	Famílias	Situação do imóvel (público/ privado)/Tipo	Desfecho - 2017 (Reintegrada/ litígio)
2000	Servidão	45	Público federal/ terreno	Reintegrada/ saíram para o PMCMV
2000	Vila Via Metrô	150	Particular/terreno	Litígio/ processo judicial
2003	Saboaria	130	Particular/ terreno	Reintegrada/ saíram para o PMCMV
2003	Galpão da Leste 1 e 2	84	Público federal/ prédio/galpão	Reintegrada/ saíram para o PMCMV
2003	Toster - Ribeira	150	Particular/ prédio	Litígio/ processo judicial
2003	Barreto de Araujo	120	Particular/prédio; terreno	Reintegrada/ saíram para o PMCMV
2004	Edifício Rajada	56	Particular/ prédio	Litígio/ processo judicial
2004	Edifício Matelba	30	Particular/ prédio	Litígio/ processo judicial
2004	Galpão da Leste 3	72	Público federal/galpão	Litígio/ processo judicial
2004	Alfred - Mares	150	Particular/ prédio	Reintegrada/ saíram para o PMCMV
2005	Escola Nossa Sr ^a da Penha	31	Público municipal/ prédio	Litígio/ processo judicial
2007	Via do Bronze	129	Público estadual/terreno	Reintegrada/ saíram para o PMCMV
2007	Ladeira Cajazeira	88	Público estadual/terreno	Reintegrada/ saíram para o PMCMV
2008	Guindaste dos Padres	30	Particular/ prédio	Reintegrada/ saíram para o PMCMV
2008	Fábrica da Mamona/ Portelinha	300	Particular/ terreno	Desligou-se do movimento
2015 (1 ^a) 2017 (2 ^a)	Alto Verde (Trobogy)	300	Privado	Litígio/ processo judicial
2016	Atlantic Beach (Stiep)	80	Privado	Litígio/ processo judicial
	Infinity Residence (Boca do Rio)	100	Privado	Litígio/ processo judicial
2012	Vila Vitória	500	Público	Litígio/ processo judicial
2013	Vila Esperança	600	Público	Litígio/ processo judicial
2016	Mansão do Horto		Privado	Desocuparam

Fonte: Dados até 2010: Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro (2012, p. 25); Desfecho e demais anos: coordenação do MSTS (2017/2018). Elaboração: Oriana Araujo.

É preciso considerar que apesar de terem sistematicamente ocupado imóveis e terrenos urbanos, o MSTS ainda não conseguiu territorializar nesses espaços as famílias, enfrentando despejos e negociando a saída dos ocupantes para moradias em conjuntos habitacionais construídas no âmbito do PMCMV, o que demonstra certo pragmatismo em relação à finalidade do movimento, já que se consegue a moradia, mas fragiliza-se o sentido de resistência com vistas à reforma urbana. Deve-se ponderar que as difíceis condições das vidas nas ocupações dificultam resistir à sedução de receber uma unidade habitacional, ainda que esteja a 20 km de distância.

Constata-se o cumprimento do objetivo pactuado entre os governos federal (desde Lula), estadual e municipal, os promotores imobiliários e proprietários através do PMCMV: o ‘modelo do ganha-ganha’ (Boulos, 2013), em que o proprietário fundiário retoma seu imóvel ou terreno, o promotor imobiliário lucra com as novas construções, o movimento social arrefece porque é satisfeita a necessidade imediata de moradia de uma parte da sua militância e o Brasil segue negando a função social da propriedade já definida na legislação – e a reforma urbana torna-se uma miragem.

Contudo, espera-se que a justiça julgue favoráveis os processos de pedido de usucapião impetrados para as ocupações que resistem há mais de 10 anos.

É fundamental destacar a capacidade de resistência da militância do MSTS, que mantém ocupações desde o ano 2000, prestes a completarem mórbidos 18 anos, além de outras ocupações com quase 15 anos de luta obstinada. Cumpre ressaltar que esse é o tempo de uma criança crescer e tornar-se adolescente, morando em condições de improviso e insegurança, deixando clara a opção medíocre do Estado e proprietários de buscar vencê-los pelo cansaço, ao invés de fazer cumprir a função social desses imóveis requisitados pelo MSTS para abrigar as pessoas. É também a demonstração da insensibilidade do poder judiciário baiano que não se pronuncia em favor dessas pessoas, fingindo não conhecer as condições precárias a que se submetem.

A imbricação de Associação e movimento social, no caso do MSTS, aumenta sua complexidade porque o *modus operandis* do movimento socioterritorial continua mantido, mas agregado a possibilidades variadas, desde que o fim seja a moradia, a casa própria. Observa-se um forte pragmatismo no que diz respeito à ação, que ultrapassa a preocupação com a formação política, de modo que autonomia e heteronomia fundem-se a fim de que o objetivo final seja atingido.

Quanto às estratégias de luta do MSTS, destaca-se o caráter territorial imediato, típico dos movimentos socioterritoriais, que possuem no território um trunfo e seu principal elemento de luta (Fernandes B. M., 2005) que resulta na constituição de novas territorialidades, além das estratégias de resistência e subversão que buscam marcar a sociedade com mecanismos que façam lembrar a existência e esforços do movimento, a exemplo da realização de caminhadas e outras estratégias que constituem espacialidades importantes para o movimento, seu reconhecimento social e político e para a conquista de suas reivindicações.

Quanto à população do MSTS, o contingente havia saltado das iniciais 700 famílias em 2003 para 36.000 famílias em 2005 (Cloux R. F., 2008), o que demonstra a forte predisposição para a luta entre as pessoas excluídas do acesso à habitação. Contudo, nesse período, ainda fundiam-se o MSTS/MSTB.

Em 2017, de acordo com Jhones Bastos, em Salvador estavam cadastradas mais de 7.000 famílias no MSTS, enquanto estima em cerca de 9.400 famílias já contempladas com unidades habitacionais através do movimento, a partir do PMCMV.

Cloux R. F. (2008) baseou-se em reportagem do jornal A TARDE para indicar que o ‘público’ do MSTS se constitui de pessoas oriundas de cidades do interior da Bahia e exemplifica a constatação no depoimento de uma acampada proveniente de Feira de Santana, com 4 filhos, desempregada e com expectativas frustradas na grande metrópole, que depositava sua esperança na possibilidade de conseguir uma moradia a partir da luta no MSTS. Utiliza ainda o exemplo de um casal camponês, proveniente de Boa Vista do Tupim, que devido ao aumento do número de filhos e dificuldades de mantê-los a partir do trabalho rural, migrou para Salvador.

Essa perspectiva fora corroborada pela pesquisa de Boichichio (2008) que constatou um percentual de 57% de integrantes advindos de outros municípios, contra 43% de soteropolitanos partícipes do MSTS, o que correspondia a uma especificidade do MSTS nesse ano, já que o estudo de Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro (2012) constatou a predominância de soteropolitanos no conjunto dos movimentos de luta por moradia em Salvador, considerados os ‘filhos do êxodo’, já que são os descendentes dos migrantes que ora se mobilizaram.

Quanto à relação do MSTS com agentes políticos, sua coordenação avalia que desde a gestão de Imbassaí os movimentos passaram a ser mais tolerados porque a prefeitura percebeu que a pressão desses movimentos ampliaria o acesso ao PMCMV que havia sido implantado. Com o prefeito atual (ACM Neto – Democratas) indica que não tem problemas, nem recebe ajudas, mas atribui tal tranquilidade à busca de popularidade do prefeito, que opta por não perturbá-los. Quanto ao governo estadual (Rui Costa – Partido dos Trabalhadores) considera-o acessível, embora menos que o anterior, mantendo uma relação boa com o MSTS.

Já em relação à Universidade, o MSTS afastou-se um pouco nos últimos anos, mas seu coordenador recorda ter realizado muitas palestras e ter dado muitas entrevistas para pesquisadores, considerando que as pesquisas são importantes para o MSTS porque auxiliam a divulgar as lutas que realizam. Indica que se afastou um pouco por conta das viagens pelo interior do Estado para organizar a luta por moradia, mas explicita que deseja manter a relação com as Universidades.

O MSTS não possui parcerias com instituições religiosas, mas não interfere nas crenças religiosas de seus militantes, respeitando todas as religiões.

Ao avaliar as negociações realizadas e a aceitação das moradias nos conjuntos do PMCMV, ante as dificuldades enfrentadas nesses novos espaços, o MSTS tem começado a ensaiar perspectivas mais críticas ainda e talvez a mudança na conjuntura política nacional auxilie a tornar a relação com o Estado menos cordial. O caso da ocupação da Mansão do Horto, explicitado a seguir, demonstra o despertar para outros sentidos na luta por moradia, mas ainda parece ser realizada mais como elemento de pressão do que como real horizonte utópico de conquista da moradia nesse território ocupado.

4.2.2.1 MSTS: A emblemática Ocupação da ‘Mansão do Horto’ Florestal

Em abril de 2016 o MSTS se lançou na tentativa de ocupar áreas nobres de Salvador, em prédios abandonados, a exemplo da ‘Mansão do Horto’, um prédio cuja construção estava abandonada havia 31 anos (Figura 77), no bairro Horto Florestal, cujos valores imobiliários estão entre os mais elevados de Salvador.

A saída das ocupações suburbanas para os bairros nobres fora assim justificada pelo coordenador do MSTS:

Sempre jogam a gente no final de Salvador onde, o pior de tudo, não tem equipamentos públicos, não tem creche, transporte, posto de saúde, policial, e o que resulta é a malandragem que

cai pra dentro e tomam posse. A gente agradece o governo federal pelas casas, mas sem equipamentos no entorno fica difícil. (Jhones Bastos. In.: Freire T. (2016).

E acrescentou:

Nós fizemos um levantamento de 47 prédios ociosos, sem nenhuma finalidade social, com mais de 15 anos abandonados. Este que nós ocupamos agora tem 31 anos abandonado, uma grande vida de abandono, e a gente fica triste porque depois de todo esse tempo aparece o dono com advogado, seguranças. Antes era ocupado por vagabundos, marginais, drogados. Uma vez até mataram um rapaz aqui, tem uns cinco anos. Os vizinhos sempre ligavam para a prefeitura para falar das atrocidades que aconteciam aqui, onde encontramos quatro mega tanques no nono andar com, no mínimo, sem exagero, quatro bilhões de larvas do mosquito da dengue. (Jhones Bastos. In.: Rocha N. (2016).

A relação com o proprietário do imóvel se deu através de seu advogado que disse não haver sentido para as pessoas ocuparem o prédio, já que tem dono e que buscava uma solução judicial imediata. Outra estratégia foi colocar seguranças para proibir a entrada de pessoas no prédio e evitarem que a ocupação crescesse; interessante notar que os próprios seguranças se retiraram do local. Quanto aos vizinhos, chamaram logo a polícia, porque a

estrutura pode estar comprometida, sendo perigoso (A Tarde, 2016), numa preocupação intrigante com o zelo da vida dos sem-teto; alguns poucos apoiaram, porque o prédio abandonado cria vários problemas.

Contudo, como houve forte repercussão na mídia local e regional, bem como os ocupantes receberam o apoio da OAB-Bahia, a repressão imediata não chegou a ser violenta.

Quanto ao Estado, a SUCOM apressou-se em impor a saída do movimento sob pena da aplicação de alta multa diária (Aratu on line, 2016), com a alegação de que: “O motivo é a irregularidade da ocupação e a segurança das pessoas que estão no local, por tratar-se de ambiente insalubre e inseguro.” (Correio, 2016).

O MSTs informou que mestres e estudantes de arquitetura avaliaram o imóvel como seguro, o que não satisfaz a ‘preocupação’ da SUCOM com a segurança dos ocupantes.

As opiniões das poucas pessoas que se manifestaram nos sites de notícias através de comentários foram contrárias à ocupação, acusando Jhones Bastos de buscar promoção para candidatura a vereador. Essa é uma das razões pela qual alguns líderes de movimentos sociais preferem não se candidatar a cargos políticos. Outros, em contrário, defendem que a participação direta nos processos políticos, potencializa a representação do movimento e de visibilização de sua causa.

Tanta preocupação com a segurança dos ocupantes não aparece em outros territórios ocupados; as motivações para retirá-los da zona nobre da cidade podem estar relacionadas com os estigmas que lhes impõem a maior parte da sociedade, como indicou uma moradora da Ocupação Guindaste dos Padres:

Quando você se identifica como membro do Movimento do Sem Teto você é excluído: Não perguntam se você é pessoa, se você é gente. Às vezes perguntam pra mim: você mora naquele lugar? Com aquele povo? Eu digo: sim, eu moro. São pessoas humildes, que têm coisas boas, são pessoas e que têm calor humano. As pessoas pensam que ser Sem Teto é ser bandido. Na verdade para os Sem-Teto, Salvador é uma selva e todos querem devorar a gente. Tente chegar em um lugar



Figura 77 Ocupação do MSTs: Mansão do Horto

Fonte: Araujo T. D. (2016)

e diga. Eu sou um Sem Teto. Você pode ser branco, formado, você pode ter a formação que for, mas se você é Sem Teto você é sempre marginalizado. Dizem que não tem discriminação em Salvador. Não é verdade” (Maia. In.: Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012, p. 101).

Perguntado sobre a candidatura a vereador e se isso não poderia atrapalhar o movimento, Jhones argumentou que não atrapalhou a luta por moradia e houve mais crescimento político, porque demonstrou que obteve muito voto, mesmo sem dinheiro:

Resolvi me candidatar porque tudo gira em torno da política. (...) a gente sempre se esbarra na mesa dos políticos e às vezes eles querem só abençoar o grupo pequeno deles. Fui convencido pela vontade do grupo, que dizia: porque tem gente que não tem nada a ver com a sociedade, que não faz nada, porque você não lança sua candidatura? (...) mas muita gente pensa que se você é candidato você é rico e pede dinheiro (...) matam e morrem pelos cinquenta reais da boca de urna. Tem que mudar essa concepção. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

Destaca a força do MSTS ao conseguir eleger 5 conselheiros tutelares e indica que tal intento só fora conseguido pela Igreja Universal.

Em 02 de junho de 2016 os ocupantes cumpriram o mandato judicial de reintegração de posse e saíram do local. É interessante frisar a agilidade da justiça soteropolitana, em resolver a questão em menos de 2 meses, quando o normal é que, na média, os processos judiciais se arrastem por longos seis anos na Bahia (Bretas, 2016). Numa espécie de compensação, publicou-se também uma chamada pública de sorteio de unidades habitacionais. De acordo com Jhones Bastos:

A gente pressionou no Horto [bairro nobre de Salvador], dois meses depois saiu uma chamada pública, 1880 unidades [habitacionais] para todos os movimentos, dessas 980 foram nossas. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

Jhones avalia que a relação do MSTS com a justiça a partir da defensoria pública estadual e federal é muito boa, mas é preciso lutar para ampliar porque

(...) na Bahia tem 517 juízes, 387 promotores, 229 defensores; imagine: para julgar tem um monte, para acusar tem um monte e para defender tem pouco. (...)

Os juízes não querem conta com a gente, a justiça foi feita para pobre, não foi feita para rico e o mundo inteiro está vendo a justiça só julgando um lado [cita o juiz Sérgio Moro em relação ao ex-presidente Lula, enquanto não fazem nada com Aécio Neves]. Na Bahia existe a irresponsabilidade de alguns juízes porque o dono de um prédio fala o que quer com um juiz e o juiz nem manda uma inspeção lá no prédio para saber, para diagnosticar quem tá lá, quem não tá e não faz o diagnóstico do processo daquele imóvel e é só pagar as custas jurídicas e o juiz dá a liminar de reintegração de posse. Deu entrada, a liminar é certa. A gente já pegou várias falhas de juízes irresponsáveis. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

Discute que há juízes que não avaliam a cinquentenária ou a centenária de um local e assegura que, em muitos casos, os documentos são forjados pelos proprietários, simulando a antiguidade do documento, que é aceito pelo juiz sem maiores exames, o que deixa o movimento insatisfeito ante a pouca apuração dos fatos por alguns juízes:

(...) parece que a justiça serve a quem tem dinheiro, quem tem condições. (Jhones Bastos. Entrevista realizada em 10/04/2017).

Destaca que a polícia hoje já os vê com outros olhos, porque eles enviam o regimento interno do movimento para todas as companhias de polícia, indicam que os participantes do movimento não possuem antecedentes criminais, mas a polícia fica mais à parte. Avalia que a polícia também receia ser acusada porque eles precisam ter autorização judicial para entrar nas ocupações, porque se entrarem vão sofrer as consequências.

4.2.3 MSTB - Movimento dos Sem-Teto da Bahia

O MSTB é um movimento social de luta por habitação que foi criado em 2006 a partir da cisão entre lideranças do MSTS (organizado em 2003) e seguiu utilizando o mesmo slogan ‘organizar, ocupar, resistir’ (Figura 78). Sob a coordenação de Pedro Cardoso, um professor de matemática que desde o período da ditadura militar atua em movimentos sociais, além de coordenadores forjados nas bases do próprio movimento, a exemplo de Dona Mira, Maura



Figura 78 Logomarca do MSTB
Fonte: Coordenação do MSTB

Cristina, Rita Ferreira, Juliana Santos e Ana Vaneska.

Miranda L. C. (2008) identificou esse campo político da cisão do MSTS como o que assumiu uma ordem contra-hegemônica “(...) com uma concepção de autonomia do movimento, de construção de poder popular, de mobilização, de conscientização da base, de projeto estratégico para a sociedade.” (Miranda L. C., 2008 , p. 103).

O MSTB luta por justiça social, além da moradia, com um claro horizonte utópico, conforme depreende-se da explicação de sua coordenação:

É o início de um processo de organização da luta, que busca a horizontalidade, autonomia em relação ao Estado e a partidos políticos e religiões e solidariedade como princípios e valores contrapostos ao capitalismo e conta com a mobilização como instrumento educativo. (Pedro Cardoso – Coordenador do MSTB. Entrevista realizada em 13/03/2015, em Salvador-BA).

O hino do MSTB explicita que sua intenção é a luta por equidade social e justiça territorial, a partir da disposição para a ocupação e cooperação, para mudar a sociedade e para confrontar o sistema, numa alusão ao capitalismo e as desigualdades entre as classes sociais, como denota seus versos:

HINO DO MSTB – BANDEIRAS AO VENTO

A minha casa conquisto pela força!
Conquisto caminhando, insistindo em ocupar!
Vou caminhando, seguindo em movimento,
Minha bandeira ao vento
Sobe e desce sem parar.

E de mãos dadas com o meu vizinho do lado
Me sinto encorajado,
Bem mais forte pra lutar!!!
E num confronto, tomo das mãos do sistema
O direito a moradia, meu direito de morar!
Refrão:
Bandeiras ao vento,
O povo em movimento fazendo revolução!!!
Bandeiras ao vento,
O povo consciente fazendo revolução!!!

Vem companheiro, seguindo em movimento,
Este é o momento, não é hora de parar.
Organizar, ocupar e resistir!!!
Este é o nosso lema, então vamos prosseguir!

Se cai a lágrima, fica no peito a esperança,
Pois só haverá mudança se houver revolução!!!
O povo unido, exigindo seus direitos
Que estão no artigo 6º da Constituição!
Refrão.

(Luciana Moura. In.: MSTB, 2016).

Os topônimos das ocupações, de per si, indicam a estratégia de associação da luta do movimento Sem-Teto à luta dos negros refugiados em quilombos, territórios de refúgio para negros e índios em fuga da escravidão a que eram submetidos, de modo que, como lembra Zibechi R. (2010), no Brasil os quilombos eram espaços de liberdade, que se converteram em emblemas da resistência afrobrasileira hoje reivindicada pelos movimentos sociais, conforme esclarece Pedro Cardoso:

Todas as ocupações se chamam quilombos porque a gente se inspira na história de 514 anos de resistência dos negros, dos índios, das mulheres [...]. (Pedro Cardoso. Entrevista realizada em 13/03/2015).

A relação com seu correspondente africano – quilombo – é explicitada por Munanga (1996), que aponta sua origem linguística Umbundu, mas sua utilização sociopolítica e militar entre povos bantu, que viviam nos atuais territórios de Angola e Zaire, nos séculos XVI e XVII; devido a conflitos pelo poder, migravam em busca de novos territórios e alianças, de modo que, conforme sua utilização bantu:

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos [J. Miller]. (Munanga, 1996, p. 60).

Ao situar as sucessivas fragmentações e formação de novos movimentos a partir do núcleo inicial do MSTB, Pedro Cardoso reitera que a principal razão para as dissidências diz respeito ao fato de que o MSTB é livre, independente, não é governista e exemplifica que algumas lideranças de outros movimentos aceitam fazer “Até acordo com um Major que faz mediação de conflitos fundiários”.

É fundamental ressaltar que há um enorme potencial de formação de lideranças dentro do MSTB, haja vista a tendência de coordenadores se dissociarem desse movimento, para criar outro, com a mesma causa, mas gerido sob outros moldes. Em contrapartida, o parcelamento do movimento inicial representa a perda de importantes líderes, colaboradores, o que pode resultar em centralização exacerbada ou na sua renovação mediante o surgimento de novas lideranças.

As dissidências, esses ‘movimentos no movimento’, conforme indica as discussões do OSAL analisadas por Vázquez (2011), demonstram as ambiguidades, limitações, conflitos internos, numa heterogeneidade, que longe de desqualificá-los e impedir sua constituição, os torna mais complexos, tanto do ponto de vista dos processos quanto de suas potencialidades, visto que não são agentes uniformes.

Quando questionado se essas lideranças se afinam, se apoiam, ante o objetivo comum, categoricamente, Pedro Cardoso indica:

Não. Porque é uma questão ideológica. A gente não faz os acordos que eles fazem (...) porque são governistas. (Pedro Cardoso. Entrevista realizada em 13/03/2015).

A crítica realizada pelo ‘pioneiro’ na organização do movimento social para a luta por moradia popular na Bahia, Pedro Cardoso, tem um grau de pertinência relevante e é reveladora do que há muito se sabe: que no Brasil, nos governos do Partido dos Trabalhadores, de Lula e Dilma (2003-2016), cuja base eleitoral apoiou-se e muito nos movimentos sociais, mas que não realizou nem a reforma agrária e tampouco a reforma urbana, houve uma atenuação da atuação dos movimentos socioterritoriais já consolidados, ao mesmo tempo em que impulsionou a formação de novos movimentos devido ao aumento da confiança de que seriam atendidos.

De início esse arrefecimento pode ter ocorrido porque havia a crença de que seria a vez dos oprimidos no poder e depois porque os governos petistas federal e – no caso da Bahia especificamente, também houve a ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores, respectivamente com dois mandatos de Jacques Wagner (2007-2014) e seu sucessor Rui Costa (2015-2018) – no nível estadual começaram a promover a participação popular consultiva no planejamento, abrindo canais de negociação com a sociedade, empurrando-os ao setor da institucionalização, conforme o dissera Maricato (2011), na aparência de que os movimentos sociais deixariam de necessitar entrar em conflito com o Estado, para cooperar com o Estado.

Pode-se considerar que a aparente cooperação é uma estratégia do próprio Estado para reduzir os possíveis confrontos diretos, cooptando os movimentos sociais ou desfocando sua ação política, a exemplo da acomodação dos militantes dos MSLHP em conjuntos do PMCMV, desconsiderando a possibilidade de realização da reforma urbana mediante desapropriação dos imóveis e terrenos urbanos sem função social e requeridos pelos militantes, destinando-os à habitação de interesse social.

Ante a novidade da perspectiva de audiência (visto que os governos anteriores tratavam os movimentos sociais como ‘caso de polícia’), os movimentos se colocaram em espera, contudo, passados os oito anos dos mandatos de Lula e de Wagner, no máximo, como ocorreu com o MSTB, alguns canais de comunicação foram implantados, mas a efetivação da reivindicação não aconteceu. Claramente, acerca da relação com o governo Wagner (dito de esquerda), em relação ao seu sucessor – Paulo Souto (de direita) –, Pedro Cardoso diz:

Ele recebe, acolhe e ouve as demandas, mas casa continua sendo uma mercadoria e não um direito humano (nisso continua igual). (Pedro Cardoso - Entrevista realizada em 13/03/2015, em Salvador-BA)

Essa relação com o Estado, sem que seja o velho inimigo (o Estado da direita), mas que também não se apresenta como o sonhado Estado que acolheria e resolveria os problemas dos mais pobres, é delicada.

Dito de outro modo: ‘os amigos chegaram ao poder’. Mas os amigos não são os próprios movimentos sociais, são partidos políticos por eles apoiados e que, embora não ajam como agiam os partidos da direita, já não se apresentam mais com o caráter aparentemente revolucionário de quando emergiram – como é o caso do PT. Assim, a Bahia vai demonstrando, a partir do exemplo do Partido dos Trabalhadores que ‘tomar o poder’ não significa efetivamente implantar uma ordem contra-hegemônica.

Por isso, o coordenador do MSTB insiste na necessidade de autonomia em relação ao governo, que para ele não representa a luta do povo oprimido.

Não obstante, ao perceberem mais cedo a estratégia do governo petista na Bahia de essencialmente ‘negociar’ a saída das famílias e observando a mudança ocorrida em 2010 no âmbito da mediação dos conflitos fundiários da SEDUR – com o desmantelamento da equipe que buscava efetivamente soluções para os ocupantes, substituída pelo comando de um major

da PM, cuja sensibilidade máxima é indicar que caso os movimentos não aceitem as vias propostas pelo Estado, serão utilizados ‘outros meios’, de modo que os movimentos viram ressurgir o espectro da ação violenta da polícia que caracterizou o Carlismo, como relatou Pedro Cardoso –, o MSTB manteve-se mais distante da captura do Estado.

Conforme também constatara Santos V. F. (2017) ao investigar a relação do MSTB com o Estado no Centro Histórico de Salvador, comparando a aparente postura receptiva e não repressiva do Estado aos movimentos sociais ao ‘canto da sereia’, devido à sua atuação real no sentido de arrefecer os movimentos apresentando-lhes alternativas que preservem os interesses imobiliários em detrimento da reforma urbana, assemelhando-se às práticas dos governos de direita, diferindo-se deles quanto ao uso da força policial, uma vez que:

(...) o governo estadual coloca em ação a ambiguidade de seu projeto político ao intentar uma via de conciliação do inconciliável. Em verdade, o processo de expulsão dos ocupantes populares segue o seu curso, ainda que de maneira abrandada, mas não menos violenta. Todas as prioridades e perspectivas de atuação do governo salvaguardam a continuidade de um processo de espoliação, que visa transformar em capital o patrimônio imobiliário e arquitetônico do centro (Santos V. F., 2017, p. 17).

Ao final não é exagero afirmar que a única saída ‘pacífica’ apontada para os movimentos foi a mediação institucional sob os moldes definidos pelo Estado, o que atenuaria o caráter depositor dos movimentos. Mas o MSTB manteve-se na oposição e continua agindo aguerridamente na defesa da moradia digna em Salvador, apesar do governo petista e sua ‘prática de negociação’ com os movimentos.

A principal estratégia do governo do Estado da Bahia nesse início de século XXI parece ser a mesma de diferentes Estados brasileiros, conforme se observa no depoimento que revela a relação da prefeitura de São Paulo com os movimentos de luta por habitação:

[...] Por que o que é que o governo faz? “Tá bom, vocês ocuparam um prédio público?”. Então ele vai deixando, quatro, cinco, seis anos, que o povo se cansa de morar naquela situação precária, que não é lugar para se colocar gente para morar porque é a situação de risco, risco... [...] E ele [governo] aposta no quê? Na população se virar contra o movimento e dizer o seguinte: “Vocês [movimento de sem-teto] chamaram nós, estão dizendo que a gente teria uma casa, e qual a casa que vocês tão dando para gente?”. Foi isso o que o governo fez. (Coordenadora do Fórum de Cortiços: depoimento, 2005. In.: Neuhold (2009, p. 90).

Os movimentos de luta por habitação são reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Salvador e participam dos debates relacionados à moradia na cidade, especialmente em audiências públicas, bem como possuem representantes em diferentes conselhos.

Contudo, o direito à voz, ao questionamento não é transformado em ato deliberativo, de modo que continuam sendo ouvidos, mas não atendidos, conforme se pôde acompanhar em audiência pública realizada pela Câmara de Vereadores em abril de 2017 sobre o Programa Revitalizar. Travam verdadeiras batalhas para que sua voz seja efetivamente ouvida e suas reivindicações atendidas, desempenhando papel fundamental na defesa do direito à moradia e denúncia de outras questões que atingem os mais pobres em Salvador.

Considerando a organização do MSTB, trata-se de uma estrutura montada para que haja a deliberação efetiva por parte dos militantes, embora exista uma hierarquia que garante o funcionamento, conforme constatara Cloux R. F. (2008). Como em todas as instâncias onde existam seres humanos e relações de poder, há impasses e questões que devem ser gerenciados pelo grupo a fim de mantê-lo coeso.

São realizados Congressos onde as diretrizes do MSTB são debatidas e aprovadas. O movimento organiza-se por coordenações locais e estaduais que realizam assembleias para

deliberarem coletivamente sobre os temas discutidos. Nas ocupações há ainda a organização de brigadas, que cuidam da limpeza, segurança, dentre outras (Cloux R. F., 2008)

Os coordenadores são responsáveis por cadastrar, mobilizar e organizar as famílias e ações, desde novas ocupações às reivindicações, acompanham ainda o trabalho das brigadas, cuidam da formação política no movimento e articulam suas bases.

Para Pedro Cardoso a diferença entre o MSTB e outros movimentos está na clara dimensão de luta de classes, ademais da perspectiva de transformação social como a finalidade da luta, na qual a moradia é um direito a consolidar e não o fim da luta.

O MSTB atua a partir de núcleos e ocupações e, de acordo com sua coordenação, um núcleo é uma espécie de 'reserva', um embrião para fazer as ocupações, uma vez que

Os núcleos são espaços de discussão da moradia enquanto política pública, do caráter estrutural da moradia, da necessidade que a gente tem de estar o dia a dia na rua para pressionar o Estado a produzir mais moradia para garantir para todos e de preparação das ocupações (...) para fazer a ocupação se vê quais as famílias que estão mais em situação de penúria, enforcadas com o aluguel, chama essas pessoas, reúne, planeja a ocupação e executa. Nosso papel é esse. Quando você vai ver nos outros movimentos, a discussão é lista e cobrar dinheiro das pessoas (...) a gente não cobra, porque é tirar leite de pedra, tirar de quem não tem. (Pedro Cardoso. Entrevista concedida em 25 de abril de 2017).

O MSTB é associado à Resistência Urbana, uma Frente Nacional de Movimentos que visa unificar e articular os movimentos populares urbanos (Goulart, 2011). De acordo com Boulos (2012) a Resistência Urbana surgiu em 2007; entretanto as diferentes conjunturas parecem dificultar a unificação dos MSLHP em âmbito nacional.

É parceiro do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), em Salvador, uma entidade autoidentificada da seguinte forma:

(...) uma entidade jurídica sem fins lucrativos. Fundado em 1967, pela Companhia de Jesus, integrada por jesuítas e profissionais colaboradores. Tem como eixo unificador de sua prática o fortalecimento da autonomia e do protagonismo dos públicos que acompanha (Assessoria, s.d).

O MSTB realizou uma parceria com a Fundação Rosa de Luxemburgo (Berlim/ São Paulo) que resultou em recursos para a formação política no movimento. Há apoio da UFBA através do SAJU (Serviço de Apoio Jurídico), disponibilizando assistência jurídica de estudantes do curso de direito ao MSTB; é interessante observar que atualmente advogados já formados por essa Instituição continuam a assessorar o movimento voluntariamente devido à identificação com a causa. Pesquisadores de outras universidades, públicas e privadas também colaboram eventualmente com o movimento ou voltam suas pesquisas para esses agentes, auxiliando a visibilizar a causa.

Sobre o movimento social enquanto rede, Scherer-Warrer considera que

(...) os elos destas redes são múltiplos, compreendendo desde as bases do movimento, bem como suas várias mediações políticas (ONGs, cidadãos simpatizantes, apoios políticos partidários, religiosos, de intelectuais, etc.) e a análise do movimento precisa considerar a multiplicidade de atores que contribuem para sua constituição. (Scherer-Warren, 2003, pp. 76-77).

Nesse sentido, o MSTB é destacadamente um dos movimentos que mais busca e encontra parceiros em esferas não estaduais, dentre os MSLHP de Salvador, o que ressalta a concepção de cooperação, autonomia e solidariedade, que são fundamentais para o MSTB (MSTB, 2016). Estudos mais específicos podem revelar os detalhes dessas parcerias.

Quanto à territorialidade da luta, o MSTB, na fase atual, houve mudança na estratégia de atuação e expansão em todo o Estado, para a tendência de concentração do movimento em Salvador, já que de acordo com um de seus coordenadores:

É questão central da nossa ação política o crescimento das pessoas enquanto sujeito de transformação social e não precisa você estar fazendo com tanta gente, abrindo ocupação por abrir, entendeu? Porque é isso, nós abrimos quatro ocupações em Camaçari, duas se degeneraram, depois uma foi contaminada pela outra e daqui a pouco estavam utilizando meios que não estavam dentro dos parâmetros do que o movimento prega, dos princípios que o movimento prega. Pra nós a centralização é Salvador, aparecem ocupações espontâneas no interior do Estado, a gente vai lá discute, a pessoa bota a bandeira, mas a assistência nossa é muito pouca (Pedro Cardoso. Entrevista concedida em 25 de abril de 2017).

Cardoso indicou que a pretensão é fazer com que as ocupações se transformem em quilombos de resistência urbana, transformando as estruturas da sociedade. O mapeamento da ação do MSTB no Estado demonstra claramente que houve uma mudança em termos quantitativos na estratégia de expansão territorial do MSTB, considerando a diminuição do número de municípios onde atua, em prol de uma formação política mais consistente da militância, o que aponta a concentração dos esforços na qualidade das ações, evitando a degeneração dos valores defendidos pelo MSTB, uma vez que tanto os coordenadores quanto a militância possuem outras atividades, seus trabalhos que lhes garantem a sobrevivência e não podem dedicar-se integralmente ao movimento:

É humanamente impossível você acompanhar muitos municípios num movimento como o nosso, que não tem recurso, que não cobra absolutamente nada das pessoas (...), que as pessoas têm outras tarefas a cumprir. Que material humano nós teríamos? (...) A gente bota o chapéu onde o braço alcança, não vai sair crescendo por aí para não poder dar assistência (...) porque a gente tem um projeto (Pedro Cardoso. Entrevista concedida em 25 de abril de 2017).

De acordo com a coordenação do MSTB, apesar de serem procurados por lideranças do interior do Estado e, em alguns casos prestarem assistência na formação política e até mesmo jurídica, a exemplo do que ocorrera com Ilhéus, indica que esses grupos não podem ser considerados 'do MSTB' porque não é possível cuidar de sua formação com o zelo que fazem onde efetivamente atuam. Há outras especificidades também, como o caso das comunidades quilombolas, a exemplo do quilombo de Quingoma (Lauro de Freitas), cuja luta é por território, mas estaria mais relacionada à questão agrária, bem como à luta negra por território e, apesar de se afinarem e se articularem com o MSTB, não há condição de ampliar sua abrangência para mais essas lutas.

Por essa razão, a coordenação reconhece como integrantes do MSTB os núcleos de Camamu, Xique-Xique, Irecê e Dário Meira, enquanto em Simões Filho, Feira de Santana e Salvador há ocupações diretas do MSTB. Outros municípios, a exemplo de Esplanada, Camaçari e Lauro de Freitas, já foram áreas de atuação do MSTB, mas devido a problemas relacionados, via de regra, à degeneração local em oposição às diretrizes do MSTB, o movimento decidiu se retirar, conforme demonstra a Figura 79.

Permanecem ocupando terrenos e prédios vazios, mas muito mais preocupados com a forma como a luta será realizada do que com a quantidade de ocupações atuais, tendo em vista o nível de envolvimento necessário para consolidar as ocupações e conquistar a reivindicação do direito à moradia para o estabelecimento das comunidades do bem viver, calcadas na solidariedade e cooperação entre as pessoas. Em 2017 mantinham as ocupações listadas no quadro 10.

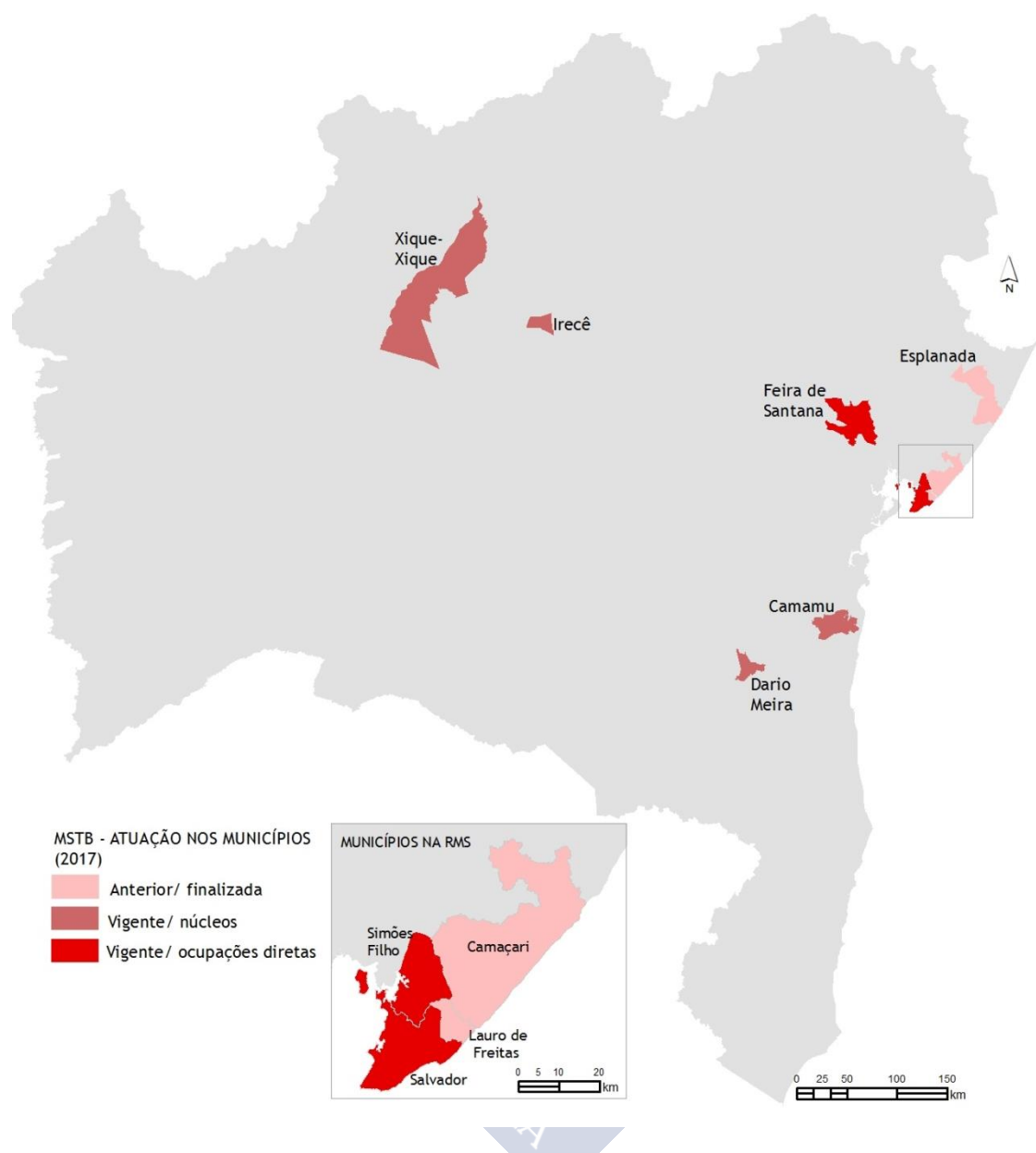


Figura 79 MSTB: Municípios de atuação (2017)
 Fonte: Coordenação do MSTB. Elaboração: Oriana Araujo.

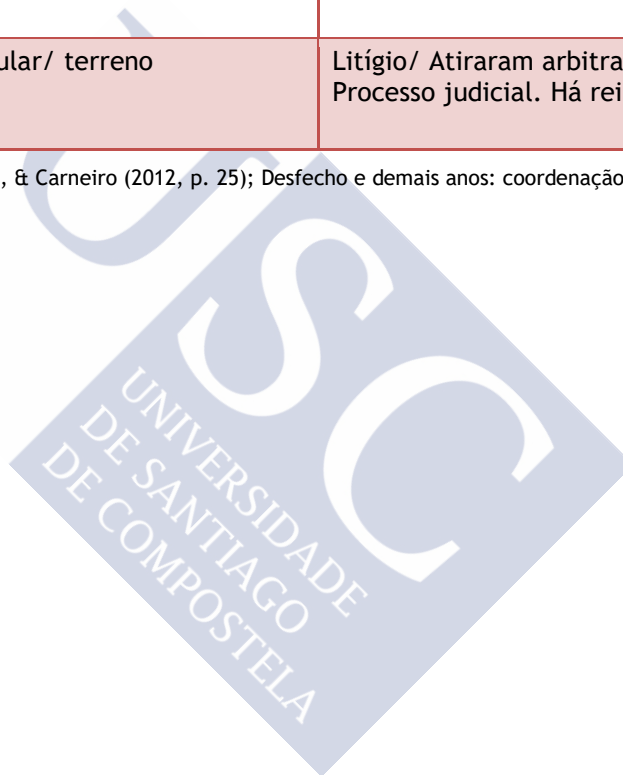
Quadro 10 Ocupações de prédios e terrenos do MSTB - Salvador (2018)

Início	Nome da Ocupação	Famílias	Situação do imóvel (público/ privado).Tipo	Desfecho - 2017 (Consolidada/ reintegrada/ litígio)
2002	IPAC I	12	Público estadual/prédio	Litígio
2002-2011	Dois Leões	85	Público municipal/ prédio	Saíram para casas do PMCMV (Cond. Jardim Cajazeiras)
2003	Boiadeiro	100	Público estadual/terreno	Litígio, mas algumas famílias foram para UH do PMCMV
2005	IPAC II	32	Público estadual/prédio	Litígio
2006	IPAC III	06	Público estadual/prédio	Litígio
2006	Toster-Lobato	100	Particular/ prédio	Litígio
2006-2011/2017	Quilombo de Escada	400 43(atual)	Grupo Neo Energia transferiu para o Estado para fins de moradia	Após um incêndio, em 2011, algumas famílias saíram para o Cond. Jardim Cajazeiras (PMCMV) e em 2017 para o Cond. Jardim das Margaridas (PMCMV) e outros retornaram
2013	Remanescentes do Quilombo de Escada	43	Grupo Neo Energia transferiu para o Estado para fins de moradia	Ato extrajudicial da SEDUR para retirada das famílias em março de 2018
2006-2018	Cidade de Plástico/ Quilombo Guerreira Zeferina	400	Público estadual/terreno	Consolidada. 2018 - construção de 230 UH no local (a ser entregue)
2006-2016	Lagoa da Paixão	910	Público estadual/terreno	Consolidada. Saída para o Cond. Lagoa da Paixão (próximo ao local da ocupação inicial)
2007-2011	Gal Costa	200	Público federal/ terreno	Saíram para casas do PMCMV (Cond. Jardim Cajazeiras)
2007	Recanto dos Cajueiros	82	Público estadual/terreno	Construção do conjunto habitacional (PMCMV)
2008-2011/2018	Monte Sagrado	130	Particular/ terreno	Saíram para aluguel social (2011); 2018 foram para o Cond. Jardim das Margaridas (PMCMV)
2010	Quilombo Paraíso	120	Público estadual/terreno	Litígio. Aguardam a construção do Conjunto no local, que está atrelado a uma obra viária (ARAUJO, 2017)

4 A territorialidade dos movimentos socioterritoriais urbanos de luta pela habitação popular na Bahia

Início	Nome da Ocupação	Famílias	Situação do imóvel (público/ privado).Tipo	Desfecho - 2017 (Consolidada/ reintegrada/ litígio)
13 de março de 2016	Quilombo Manuel Faustino (Estrada do DERBA)	62	Particular/ terreno	Litígio/ Atiraram arbitrariamente contra os ocupantes. Processo judicial. Há reintegração de posse em curso
Jun. de 2016 -29 de jun. de 2017	Guerreira Dandara (CHS)	12	Particular/prédio	Reintegração de posse
2017	Quilombo Maria Felipa (São Cristóvão)	?	Particular/ terreno	Litígio/ Atiraram arbitrariamente contra os ocupantes. Processo judicial. Há reintegração de posse em curso.

Fonte: Dados até 2010: Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro (2012, p. 25); Desfecho e demais anos: coordenação do MSTB (2017/2018). Elaboração: Oriana Araujo.



Desde o surgimento do MSTB até 2018 observa-se que houve um maior volume de ocupações até o ano de 2008; a partir daí há uma diminuição sensível da atuação via ocupação direta em Salvador, com retomada a partir de 2016. Esse intervalo nas ocupações está relacionado ao trabalho com o cadastro das famílias e sua distribuição em unidades habitacionais do PMCMV, que absorveu esforços da coordenação e abrandou a militância. De acordo com o MSTB (2016) o PMCMV resultou em muitas tarefas burocráticas, mas também na conquista de cerca de quatro mil unidades habitacionais.

O desfecho dos processos de ocupação demonstra que houve negociação e saída dos ocupantes em 05 territórios ocupados (cerca de 32%), para unidades habitacionais do PMCMV, na maior parte dos casos, em locais distantes da ocupação inicial. Chama a atenção que 5 dos territórios ocupados pertenciam ao Estado (governo federal, estadual ou municipal) e apenas 1 deles era privado, o que reitera o desinteresse da gestão pública, mesmo dita de esquerda, em destinar os imóveis urbanos públicos para a moradia de interesse social.

Exemplo da atuação do Estado nesse sentido é o emblemático Quilombo de Escada, segundo o relato de dona Mira, os ocupantes foram enganados pelos agentes estatais, indicando-lhes que deveriam construir as unidades habitacionais no território ocupado, mas quando as famílias saíram e foram para o aluguel social para aguardar a construção, um tempo depois foram informados que o estudo de solo indicava que a área não era apropriada para a construção, mas que disponibilizariam unidades habitacionais para eles em outros locais, destinando-os para os seguintes condomínios: Itinga, Bromélia, Simões Filho, Conjunto Pirajá, Res. Jardim Cajazeira e Cond. Jardim das Margaridas. Contudo, cerca de 43 famílias voltaram a ocupar o terreno e resistem às tentativas de retirá-los, a exemplo da ação da SEDUR realizada em março de 2018, apesar de não existir nenhum mandato de reintegração de posse, tentando coagir as famílias a se retirarem.

Das 13 ocupações realizadas até 2010, 6 continuam em litígio e as famílias resistem na luta apesar de viverem em condições inadequadas de moradia. Dessas, havia uma negociação em curso para a construção do conjunto habitacional do Quilombo Paraíso, mas depende da conjuntura política que se estabelecerá após as eleições de 2018 na Bahia e no Brasil.

Dentre as 13 ocupações mais antigas, há a importante conquista do conjunto habitacional Guerreira Zeferina (Cidade de Plástico), que deve ser entregue em 2018 e representa a permanência no território ocupado após 12 anos de lutas intensas e muita resistência. A ocupação Quilombo Guerreira Zeferina, em Periperi – subúrbio ferroviário de Salvador – (Figura 80), está recebendo o projeto de urbanização e construção das moradias para as 230 famílias ocupantes (FMFL, s.d), o que corresponde a uma importante vitória do MSTB, que está se consolidando no governo municipal de ACM Neto (da direita) e no governo estadual de Rui Costa (da esquerda).



Figura 80 Aspecto da Ocupação Guerreira Zeferina (2016)

Fonte: Almeida L. (2016)

Claro está que sua entrega em ano eleitoral (2018) deve gerar os dividendos políticos que os gestores almejam, mas o que fica de fato comprovado é a capacidade de resistência da militância do MSTB, que manteve a ocupação e a luta por sua transformação durante longos 12 anos, já que o início da ocupação é de 2006 (Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012), demonstrando que é possível a permanência das pessoas nos territórios

que escolheram ocupar e que os processos de intervenção pública devem e podem ser dialogados com os movimentos sociais.

Entretanto, ao longo do processo de construção, a prefeitura tem buscado soterrar a memória do MSTB presente em toda a luta, reiterando que a obra é da prefeitura, tentando apagar os símbolos da resistência popular, conforme indicou uma de suas lideranças.

O amadurecimento sobre a atuação do Estado no sentido de acomodar as pessoas em unidades habitacionais do programa de moradia, sem considerar a possibilidade efetiva de realização da reforma urbana e atendimento da solicitação do MSTB de disponibilização dos imóveis ocupados para a moradia social, conduziu à retomada das ocupações e organização de estratégias de resistência, que extrapolam a mera relocação das pessoas para outros lugares. Na avaliação da coordenação, essa foi uma estratégia pensada para retirar o fôlego do movimento, considerando que as pessoas de determinada ocupação vão sendo chamadas e destinadas a condomínios diferentes, desarticulando os vínculos e coesão social que sustentam a luta.

Ademais, seguem na defesa de outras pautas que atingem os seus militantes, a respeito da questão da mulher – com a criação do grupo Guerreiras Sem-Teto, no ano de 2007 (Silva L. d., 2008) –, do debate sobre o genocídio do povo negro, da defesa da expressão religiosa, do apoio à causa quilombola, dentre outras.

O MSTB atua diretamente na organização dos conjuntos habitacionais onde passam a morar seus militantes contemplados em sorteio do PMCMV, agindo no pós-ocupação de forma direta, com ações variadas, embora não participem de instâncias formais como o Fórum pós-ocupação. Tal ação é atribuída ao forte potencial crítico que os militantes do MSTB adquirem durante todo o processo de luta até a conquista da moradia, de modo que passam a desempenhar papel de liderança nesses novos conjuntos habitacionais, conforme análise de sua coordenação.

Dentre as estratégias utilizadas pelo MSTB destaca-se o grupo de Teatro do Oprimido (Figura 81), que realiza importante trabalho cultural e político essencial na formação de novas lideranças e da juventude do MSTB, bem como a mobilização e participação popular em caminhadas, a exemplo do 2 de Julho de 2017 (Figura 82), que são essenciais para a visibilização da luta por moradia. Além disso, participam de audiências públicas, debates, palestras, em instituições públicas e privadas, comunicando a intenção do MSTB e questionando a extrema desigualdade e exclusão da cidade a que são submetidos os Sem-teto e contra a qual lutam, exercendo sua cidadania na busca de sua inclusão e de seu direito à moradia e à cidade.

É de suma importância a assessoria jurídica e o conhecimento da questão da moradia das lideranças dos movimentos como denotam o depoimento da ocupação



Figura 81 Atividade do Grupo Teatro do Oprimido do MSTB em 2017

Fonte MSTB (s.d)



Figura 82 Participação do MSTB no 2 de Julho

Fonte: MSTB (s.d)

IPAC I (CHS), existente desde 2002 e associada posteriormente ao MSTB:

(...) Quando o movimento surgiu, Pedro Cardoso veio aqui e sugeriu que a gente se associasse. Eu não quis. Eu achava que era uma coisa de política (pensei que ele quisesse se candidatar a algum cargo). Depois vieram dois pedidos de reintegração de posse. Nós conseguimos ficar aqui até hoje. Já estamos aqui há 9 anos. Se não fosse o Movimento, a gente não estaria aqui. (Janete Borges de Brito. In: Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012, p. 105)

4.2.3.1 Quilombo Paraíso: resistência de quase uma década

A Ocupação Quilombo Paraíso, situa-se no bairro de Periperi, no subúrbio ferroviário, em Salvador (Figura 83), distante cerca de 25km do centro tradicional da cidade (Avenida Sete de Setembro).

A ocupação surgiu da organização de pessoas da vizinhança que necessitavam de moradia e resolveram ocupar a área próxima à construção do Hospital do Subúrbio em julho de 2009, sob liderança do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), conforme sistematizado no Quadro 11 que apresenta os principais marcos e ações efetivadas pelos militantes do Quilombo Paraíso.

O território em disputa pertencia à EMBASA (Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A), que foi privatizada, mas o Estado da Bahia é o principal acionista. As questões territoriais são essenciais nesse processo, haja vista que rapidamente o Estado saiu em ‘defesa do meio ambiente’ e informou que a ocupação estava numa APP (Área de Proteção Ambiental Permanente), relacionada à bacia do rio do Cobre, onde não se pode fazer nenhum tipo de uso do solo. Contudo a construção do Hospital do Subúrbio não foi impedida (Figura 84).

Ademais, o MSTB descobriu que a área da ocupação localizava-se efetivamente na Área de Preservação Ambiental do rio Paraguari, onde tomados os devidos cuidados é possível haver moradia.

As diferentes ações policiais, ainda no mandato de Jacques Wagner (PT) e a tentativa de extinção da ocupação (Figura 85) são, em um grau de desumanidade ainda maior, uma mostra brasileira do que Delgado (2016) chama de ‘brutalidade especulativa’ ao tratar dos despejos realizados em diferentes lugares do mundo.

A visita de Raquel Rolnik ao Quilombo Paraíso, embora tenha ocorrido em 2014 e a comunidade se encontre ainda sem previsão de acesso a uma moradia e espaço dignos para a vida, auxiliou a visibilizar a causa, a demonstrar o descaso que enfrentam os que lutam por moradia, de modo que comentou: “Consciência de direitos, solidariedade entre as distintas formas de luta e resistência. Achei que isso estava perdido, mas foi isso que vi aqui entre as comunidades e organizações” (ONU relatoria, 2014), além de recomendar a progressividade do direito à moradia, a partir do acesso à água, à energia elétrica e outros elementos mínimos essenciais à vida, enquanto o embate não é resolvido.



Figura 83 Ocupação Quilombo Paraíso

Foto: Oriana Araujo, 2015

Quadro 11 Marcos essenciais na luta por moradia no Quilombo Paraíso (MSTB)

Data	Desfecho - 2017 (Consolidada/ reintegrada/ litígio)
20 de julho de 2009	Ocupação do terreno e construção de barracos por cerca de 50 famílias e aumento para 450 famílias
04 de agosto de 2009	Reintegração de posse cumprida violentamente pela polícia militar do Estado da Bahia, com a derrubada dos barracos, sem prazos, sem negociações
04 de agosto de 2009	Reestruturação imediata do acampamento, com a reconstrução de 80 barracos, após a saída da polícia
07 de setembro	Participação anual na caminhada 'Grito dos excluídos'
27 maio 2010	Derrubada de barracos pela Polícia Florestal, mesmo após acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano para a permanência de 110 famílias.
02 de julho	Participação anual no desfile cívico 2 de julho
21 de fevereiro de 2014	Visita da Relatora da ONU para o Direito à Moradia, Raquel Rolnik
28 de nov de 2011 /18 de mar de 2015	Mobilização no Centro Administrativo da Bahia, com passeata pela Avenida Paralela até a governadoria
16 de jul de 2015	Participação e protesto em audiência pública promovida pela Câmara de vereadores
05 de out de 2015	Leitura coletiva como forma de manifestação em audiência pública do "Manifesto contra um PDDU Racista e Higienista"
13 de jun de 2016	Protesto público contra o processo de construção do PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) de Salvador
2017	Resistência e luta pela permanência das famílias após anúncio de projeto de construção de unidades habitacionais para famílias que serão atingidas por novas rodovias que serão contruídas para integrar o subúrbio e as ilhas à cidade, desconsiderando os ocupantes

Fonte: Araujo O. (2017)



Figura 84 Vista do entorno da área em disputa no Quilombo Paraíso - Salvador (BA). 2015
Foto: Oriana Araujo, 2015.

Atualmente vivem 120 famílias na ocupação: 100 mulheres, 60 homens e 68 crianças. É preciso força, resistência e resiliência para viver sob barracos de madeirite, onde “Quando chove, a água entra pelo fundo e sai pela frente” (MSTB/NEPPA/CEAS, 2015), além de problemas de violência doméstica e saneamento básico como diz Rita Ferreira (Coordenadora). Ademais, necessita-se de tudo, mas apesar das condições degradantes que enfrentam diariamente, conforme explica Pedro Cardoso, faz uma enorme diferença para essas famílias não pagar aluguel porque muitas passam fome mesmo.



Figura 85 Resultado da ação da polícia em 2009 no Quilombo Paraíso
Fonte: Passa Palavra (2009).

A forma principal de reivindicação são as manifestações públicas, com caminhadas e protestos coletivos para visibilizar o problema da falta de habitação, exigir solução na desapropriação da área ocupada, bem como a mesa de negociação com o governo do Estado, com assessoria jurídica.

Segundo Dona Mira (Coordenadora do MSTB), muita gente morre durante esse processo de luta, haja vista que demora-se até mais de uma década para que a solução seja tomada. Comprova-se ante o tempo que os militantes precisam resistir, já que a estratégia do governo do Estado da Bahia é a de ‘vencer pelo cansaço’, protelar a decisão definitiva para desmobilizar as pessoas, enfraquecer os movimentos de luta por habitação e devolver os terrenos e imóveis a seus antigos donos para que continuem atendendo à mera especulação imobiliária.

No ano de 2017 os ocupantes do Quilombo Paraíso foram convidados a participar do bolsa aluguel porque o Estado intervirá na área para construir um conjunto habitacional para assentar famílias que serão atingidas pela construção de rodovias. Contudo, consideravam que os Sem-teto do Quilombo Paraíso não seriam assentados porque não estavam na área de construção da rodovia e o programa habitacional já se relaciona ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) vinculado e não previa a inclusão dos ocupantes do Quilombo Paraíso. Nas palavras de Pedro Cardoso:

Você acredita que as pessoas não iam poder ficar lá? Tinha que sair e não poderia voltar. Porque é o chamado PAC vinculado: só poderia ficar lá as famílias que fossem afetadas pela construção das estradas, ao longo do processo de construção das vias, as pessoas que fossem desapropriadas pelas estradas. Quer dizer, escolheram lá porque a gente ocupou e agora vem dizer que a gente não estava vinculado?

A gente foi para cima, porque a gente ia ficar de fora, mas agora a gente já tá dentro. Como é que a gente não tá vinculado se vai tirar a gente do local para construir as unidades? Não está vinculado? A gente não foi afetado pela obra? Que história é essa? Querem que a gente vá para o bolsa aluguel, mas já que existe essa discussão de que a gente não está vinculado, se a gente sair pro bolsa aluguel, a gente não vai voltar. Esse é o dilema, é por isso que a gente vai resistir. Então, a gente não vai sair, se eles quiserem construir vai ser com a gente lá, para garantir. (Pedro Cardoso. Coordenador do MSTB).

É como se eles não existissem, uma vez que se propõe que eles saiam da área para construção de um conjunto habitacional – justamente o equipamento que almejam –, mas não são contabilizados como parte da população atingida. Trata-se de claro exemplo do descaso do Estado em relação aos mais pobres e aos movimentos de luta por moradia na Bahia. Apenas no dissenso e no recuo da proposta arbitrária do Estado o conflito se resolverá. A

resistência é clara e está posta. Os rumos da questão dependerão da conjuntura que se estabelecerá em 2018 com a eleição presidencial e retomada ou não dos investimentos previstos para a Bahia.

4.2.4 União por Moradia Popular – Bahia: a Efetivação da Autogestão

A União por Moradia Popular – Bahia (UMP-BA) foi constituída oficialmente em 02 de janeiro de 2004, mas advém de um processo de articulação de moradores de bairros de Salvador e a UNPM - União Nacional por Moradia Popular desde 1999, segundo Marli Carrara, que elenca os seguintes fundadores do movimento: Marli Carrara, Zulmira Barros (*in memorian*), Dona Helena Cerqueira, Sérgio Bulcão, Dailda Vasconcelos, Lícia de Jesus e Raimundo Mendes. Com exceção de Zulmira Barros, Lícia de Jesus e Raimundo Mendes, todos os demais fundadores permanecem na UMP-BA, atuando na sua coordenação.

A coordenação da UMP-BA informa que são filiados à CMP (Central de Movimentos Populares) e participavam do fórum pós-ocupação em Salvador, mas se afastaram um pouco atualmente devido ao acúmulo de atividades na construção que estão realizando e por conta de algumas divergências. Avalia que há boa relação com os demais movimentos de luta por habitação da Bahia, embora haja divergências mais acentuadas com algumas lideranças.

O lema da UMP “Autogestão e reforma urbana” indica a clara intenção de sobrepor-se à crítica ao Estado, para a ação, como solucionadores do problema: constroem as unidades habitacionais que almejam e estão organizados para isso, atuando como planejadores e gestores do espaço urbano, com o Estado e apesar do Estado (Souza M. L., 2006), de modo que participam da política pública de habitação nacional, tanto agindo no seu planejamento quanto na sua execução.

A autogestão tem sido realizada no Brasil desde a década de 1980 (Magalhães, 2016). Contudo, foi com o PMCMV que a produção autogestionária de moradias de interesse social foi efetivamente ampliada. Para a autora

A autogestão tem por objetivo possibilitar a execução de habitação de interesse social realizada por cooperativas e associações comunitárias vinculadas aos movimentos de moradia e reforma urbana, buscando identificar que fatores facilitariam e quais bloqueariam a implementação dos programas e discutir em que medida esta política responde à utopia de apropriação coletiva do espaço e realização do direito à cidade, conforme concebida na década de 1980 pelo movimento de reforma urbana. (Magalhães, 2016, p. 26).

Evidente que a destinação de recursos financeiros para a construção de habitações de interesse social não se deu sem persistência e embates travados por movimentos de luta por habitação junto ao governo federal, dentre os quais a UNMP, conforme reitera Ferreira (p. 25):

A atuação dos movimentos sociais urbanos para a garantia do acesso à moradia digna e a demanda por recursos, programas e ações que financiassem a produção autogestionária da habitação manteve os movimentos unificados desde o processo de redemocratização e foi fundamental para a retomada dos investimentos do Estado na política habitacional e na inclusão de associações e cooperativas como agentes proponentes e executores da política nacional de habitação (Ferreira R. F., 2014, p. 25).

A ação no cenário nacional e seus desdobramentos estaduais advém de um processo de organização que situa a UNMP como pioneira na organização para a autogestão da construção de moradias, acessando créditos públicos, conforme descreveu Castro (2016):

A UNMP tem sido fundamental para a articulação de diversas propostas habitacionais de interesse social na esfera Federal. Os movimentos de moradia que lhes deram origem, alcançaram conquistas importantes no âmbito do movimento nacional pela reforma urbana na década de 1980,

dentre as quais: garantia do direito Constitucional, aprovação do Estatuto das Cidades e a realização da Conferência das Cidades, conseguindo eleger 6 membros titulares e 5 membros suplentes para o Conselho Nacional das Cidades no triênio 2008-2010. Em 2004, por exemplo, obteve financiamento junto ao Ministério das Cidades para construção de moradias por autogestão por meio do Programa Crédito Solidário. Já em 2007, atuou diretamente na luta pelo acesso direto aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), concretizado em 2008 através do Programa Produção Social da Moradia (Castro, 2016, p. 22).

A perspectiva autogestionária é corroborada pela UMP-BA, quando suas lideranças informam que pretendem construir territórios compostos por cidadãos e cidadãs, onde a gestão seja sempre horizontal, considerando que cada grupo é diferente, de modo que cada projeto social é único.

A UMP mobiliza suas bases para a defesa de questões sociais e políticas que afetam os mais pobres, participando regularmente dos diversos protestos sociais que ocorrem em Salvador (Figura 86), espacializando um de seus lemas: “Moradia digna é a porta de entrada para outros direitos”.

Quanto à organização do Movimento na Bahia, Marli Carrara afirma que a coordenação é colegiada e que embora resolvam tudo coletivamente, foram obrigados a montar uma estrutura para efeitos de responsabilidade fiscal, constituindo uma coordenação geral, vice-coordenador geral, tesoureiro coordenador geral e tesoureiro vice-coordenador, mas consideram todos coordenadores, reunindo-se uma vez por mês.

A gestão das obras é feita pelas famílias em 2/3, enquanto 1/3 é feita por representantes da entidade e do movimento para preservar a memória, que também é constituída por coordenadores que participaram do processo em outra construção. É importante destacar a questão da memória e do aprendizado no processo de autogestão, especializando-se em questões burocráticas, explicitada no seguinte relato:

A gente ensina a Caixa [agência bancária responsável pelos financiamentos] a trabalhar em determinadas coisas. Porque? Porque a gente foi obrigado (...): A gente pode não saber a porta que dá certo, mas a que não dá certo a gente sabe porque a gente já bateu (Marli Carrara. Entrevista realizada em 02/03/2018).

Conforme enfatiza a coordenação, a União, o movimento não é construtor de casas, mas sim uma entidade que organiza o povo através do processo de construção das casas, controlando desde a escolha do terreno à concepção do projeto, construção e prestação de contas, decidindo as questões em reuniões semanais com os membros da Comissão de Representantes (CRE) e da Comissão de Acompanhamento das Obras (CAO) e em uma assembleia geral mensal, que é soberana, o que resulta no seguinte:

Nós fazemos pedaços de cidade melhores [melhor qualidade da casa e do bairro, moradia digna e melhor localizada] que é para mostrar para o Estado que é possível fazer com o mesmo dinheiro territórios democráticos, territórios que têm raiz (...) é a luta pela política de desenvolvimento urbano e implementação de todas essas iniciativas de autogestão (Carrara, 2012)

Tal ideal, de construção coletiva, de adesão voluntária e dentro das possibilidades de cada um na construção de moradias adequadas em ambientes agradáveis, a partir da união das



Figura 86 UMP: Caminhada em julho de 2017.

Fonte: Coordenação

pessoas aparece explicitada na logomarca do movimento (Figura 87), onde cada parte é colocada por todos.

Sobre a UMP, Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro (2012) consideraram que volta-se ao cadastramento das famílias em programas estatais, instalando muitos de seus integrantes em conjuntos habitacionais, de modo que perderiam a expressão no conjunto dos movimentos; nesse sentido, as ações da UMP-BA não compuseram o diagnóstico realizado pelos autores sobre os Sem-teto de Salvador.

Entretanto, observa-se que não é exclusivamente suportando as duríssimas penas de viver em ocupações que se produz a resistência territorial e a luta por moradia. A UMP-BA é, dentre os movimentos de luta em Salvador, o que efetivamente constrói as unidades habitacionais, por autogestão – a partir de convênios do movimento com o Estado, via Caixa Econômica Federal e programas como o Crédito Solidário e o Minha Casa Minha Vida Entidades, possuindo representação aguerrida junto a instâncias e fóruns de deliberação, a exemplo do Fórum pós-ocupação e do Conselho das cidades.

No que diz respeito à conjuntura política atual, Marli Carrara informou que no dia seguinte à assunção de Temer, o governo fez o corte de todas as seleções que a presidente Dilma havia realizado que era o primeiro passo para a contratação. Na sequência, o Ministério indicou um investimento de zero na construção de moradias, mas após muito questionamento e luta, reservaram um orçamento para construção de no máximo 35 mil unidades e mais 52 mil unidades do FAR, entretanto ameaça sempre reduzir a zero, o que obriga os movimentos a irem pras ruas, unindo os movimentos urbanos e rurais.

A coordenadora Marli Carrara afirmou ainda que ao penalizar o PMCMV Entidades, os golpistas (como se refere ao governo de Temer), atacaram um sonho que foi construído depois de 2003:

Ninguém tem ideia do que foi poder chegar para as famílias em 2004 e poder dizer que o movimento ia poder construir (claro que com lutas) para fazer pedaços de cidades melhores (Marli Carrara. Entrevista realizada em 02/03/2018).

A representante da UMP-BA destacou ainda que entre tirar a obra do papel e executar há dificuldades. As fases iniciais não têm dinheiro disponível, como se não existisse custos a pagar; ressalta a força e importância das mulheres que acreditam no projeto, enquanto os homens (maridos, companheiros), só aparecem quando o tijolo começa a ser colocado; destaca que não ‘fazem só moradia, fazem a vida melhor’, lutando para constituir cooperativas para que as famílias vivam melhor e informa que apesar disso conseguiram interiorizar a ação (Marli Carrara. Entrevista realizada em 02/03/2018).

A coordenação da UMP-Bahia indica que os desafios são grandes e a formação de suas bases para trabalhar nos projetos sociais do movimento é fundamental porque se trata de ‘um movimento que luta pela construção de uma nova sociedade, solidária, fraterna e socialista’. Sendo assim, se os técnicos forem bem formados, mas não acreditarem no socialismo, não serve para a União, porque é necessário que exista envolvimento com o projeto, uma preocupação com a base, com a vida das pessoas. Salienta que há diferenças entre ser parceiro



Figura 87 Logomarca da UMP-BA
Fonte: UNMP

e ser aliado da UNMP, de maneira que o governo é um parceiro, mas não é um aliado, já que os parceiros esperam contrapartidas (Carrara, 2016).

Entende que é preciso envolver as pessoas no processo de autogestão, por conseguinte, têm redimensionado diversos elementos na Bahia, a exemplo das oficinas – que vêm sendo realizados pelos próprios futuros moradores, que possuem alguma relação com as questões que desejam discutir: saúde, violência contra a mulher, meio ambiente, educação; o que torna essas oficinas mais atrativas, a fim de demonstrar que é possível construir com mais qualidade e com a participação das pessoas.

Outra questão que defenderam e conseguiram mudar é a compra de cursos profissionais do SESI (Serviço Social da Indústria), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), e indicou o motivo: “para nossas famílias escolherem o que vão fazer, hoje a gente compra até 60 bolsas, ao invés de oficininhas, de coffee break”. Outra estratégia para a manutenção do interesse das pessoas ao longo do processo de construção tem sido a mudança da Assembleia geral, que reunia cerca de 300 pessoas e não oportunizava real participação a todos, para a realização de reuniões menores, onde as pessoas possam de fato se expressar, acompanhar e participar (Carrara, 2016).

Aponta que é preciso reforçar estratégias como a formação de lideranças e de aproximação das lideranças do entorno, sejam de associações, de Igreja Católica ou Pentecostais, de Terreiros, para estabelecer relações e obter o apoio. Reitera que compete ao técnico da UMP romper as cercas, as barreiras, para que os que venham depois encontrem as coisas mais fáceis (Carrara, 2016).

As questões elencadas pela liderança baiana deixam claro que a UMP-Bahia possui um horizonte utópico claro, está tecnicamente preparada enquanto movimento social para a autogestão da construção, com forte potencial crítico e criativo para o enfrentamento das dificuldades e desafios que surgem ao longo do processo de luta e conquista da construção da moradia.

A diferença entre a construção realizada pela UMP e uma construtora qualquer está no fato de que o movimento não faz o menor tamanho das casas como permitido na legislação, coloca praça que construtoras não colocariam e permite que as famílias intervenham no acabamento de suas casas, alterando-o conforme seus desejos e possibilidades; além da efetivação de projetos sociais, a exemplo da instalação de unidades de produção e de venda no conjunto habitacional Mangueiras e Zulmira (Salvador), via cooperativa de panificação, de costura e serigrafia, montados a partir da discussão e formação das famílias, com dinheiro do projeto de moradia, criando instrumentos para isso, conforme demonstrou Marli Carrara.

O quadro 12 apresenta as ocupações e empreendimentos realizados pela UMP-BA desde sua constituição e revela 16 ocupações e/ou empreendimentos organizados pelo movimento desde 2004, mobilizando e beneficiando diretamente cerca de 3.000 famílias com a entrega de moradias ou de terrenos para a construção em 07 cidades da Bahia: Salvador, Feira de Santana, Itiúba, Itambé, Itabuna, Senhor do Bonfim e Eunápolis (Figura 88).

Além da primeira ocupação de 2004 em Salvador que só em 2018 se consolidará como moradia (o condomínio das Mangueiras e Zulmira Barros), há outras ocupações ou intervenções importantes da UMP no sentido de organização das famílias para autoconstrução, a exemplo da mobilização social em Pau da Lima para o Programa Dias Melhores, das melhorias habitacionais realizadas em Mata Escura, da construção do Residencial Movimento Dois de Julho no bairro de Pernambués, da regularização fundiária na SUDIC, da construção do Condomínio Mar Azul em Paripe, da construção do Residencial Vitória da União no Cabula. A concentração espacial das ações da UMP em Salvador

relaciona-se a questões de logística para o acompanhamento das famílias e dos processos que envolvem a autogestão que demandam muito tempo de suas equipes gestoras, formadas pela coordenação da União e as próprias famílias; considerando que a sede da UMP na Bahia é Salvador e que a magnitude da falta ou inadequação das moradias em Salvador é alarmante, como há muito tempo já advertiam pesquisadores como Brandão (1981), não causa estranheza que a UMP atue com mais intensidade em Salvador, embora também atue em cidades do interior do Estado.

Quadro 12 Ocupações e empreendimentos da UMP-BA

Data	Cidade	Ocupação/ Empreendimento	Famílias beneficiadas	Situação do imóvel	Desfecho (março de 2018)
2004- 2018	Salvador (Estrada Velha do Aeroporto)	Condomínio das Mangueiras	312	Particular	Compraram o terreno em 2009 Provável entrega da obra em 2018 (PMCMV Entidades 2)
2004- 2018	Salvador (Estrada Velha do Aeroporto)	Zulmira Barros	300	Particular	Compraram o terreno em 2009 Provável entrega da obra em 2018 (PMCMV Entidades 3)
	Salvador (Pau da Lima)				Programa Dias Melhores. Mobilização social
	Salvador (Mata Escura)	Mata Escura			Melhorias habitacionais
	Salvador (Cabula)	Residencial Vitória da União	236		
	Salvador	SUDIC	120		Regularização fundiária
2012	Salvador (Paripe)	Condomínio Mar Azul*	236		Parado (motivo: invasão e falta de compatibilização financeira)
2012	Salvador (Pernambúes)	Residencial Movimento Dois de julho*	48		(PMCMV Entidades). Deu entrada na Caixa para contratação de Compra antecipada de Projeto / assistência técnica / legalização
2009	Feira de Santana	Ocupação Mangabeira/ Oyama Figueredo	119	Particular	Permutaram por um terreno nas proximidades da UEFS
2013	Feira de Santana	Residencial Mangabeiras	300		Construção de unidades habitacionais via FNHIS, sem conflito territorial

Data	Cidade	Ocupação/ Empreendimento	Famílias beneficiadas	Situação do imóvel	Desfecho (março de 2018)
2018	Feira de Santana	Residencial Habitar do Sertão/ Campo do Gado	228		Construção de unidades habitacionais via PMCMV-Entidades, sem conflito territorial
2010-2018	Itiúba	Loteamento Vitória da União	70	Particular	Terreno comprado e projeto iniciado A obra está parada com 77% realizada e sofreu a ocupação de outros Sem-teto
2011-2014	Itambé	Sol Nascente	500	Público municipal	Permaneceram. Conseguiram a regularização fundiária
2012	Itabuna	Cessão de terreno da CEPLAC		Público federal	Terreno requerido pela UMP-BA e cedido pela Federação em atendimento à MP 2221
2013	Senhor do Bonfim	Loteamento Monte Alegre	150		Construção de unidades habitacionais via PMCMV-Entidades, sem conflito territorial
2017	Eunápolis	Ocupação de terreno			Está se associando à UMP

Fonte: Coordenação da UMP (2018). *Magalhães (2016, p. 20); Castro (2016). Elaboração: Oriana Araujo.

Em Feira de Santana a UMP ocupou, no ano de 2009, casas de um conjunto habitacional construído por Oyama Figueredo, desencadeando sérios embates com a polícia e uma mediação judicial em que a conciliação ofereceu um terreno nas proximidades da UEFS (que fora desapropriado pelo governo do Estado) para a construção de um conjunto habitacional pela UMP para atender às famílias que estavam ocupando as casas, de modo que desocuparam. A UMP fez o projeto que não fora contemplado devido ao atendimento de mais de 50% do déficit habitacional pelo PMCMV em Feira de Santana, que inviabilizou a disponibilidade de mais recursos para a cidade, conforme relatou Marli Carrara.

Ante a demora parte das famílias foram atendidas em outros empreendimentos que a UMP construiu em Feira de Santana, na Mangabeira, enquanto outras continuam aguardando. O residencial Mangabeiras atendeu 300 famílias (Figura 89).

Em Itambé, ocuparam um terreno público municipal, constituindo a Ocupação Sol Nascente, com cerca de 400 a 500 famílias.

Houve um grande enfrentamento e resistência, visto que os barracos foram queimadas duas vezes, mas há cerca de três anos conseguiram a regularização fundiária e as pessoas passaram a construir no loteamento.

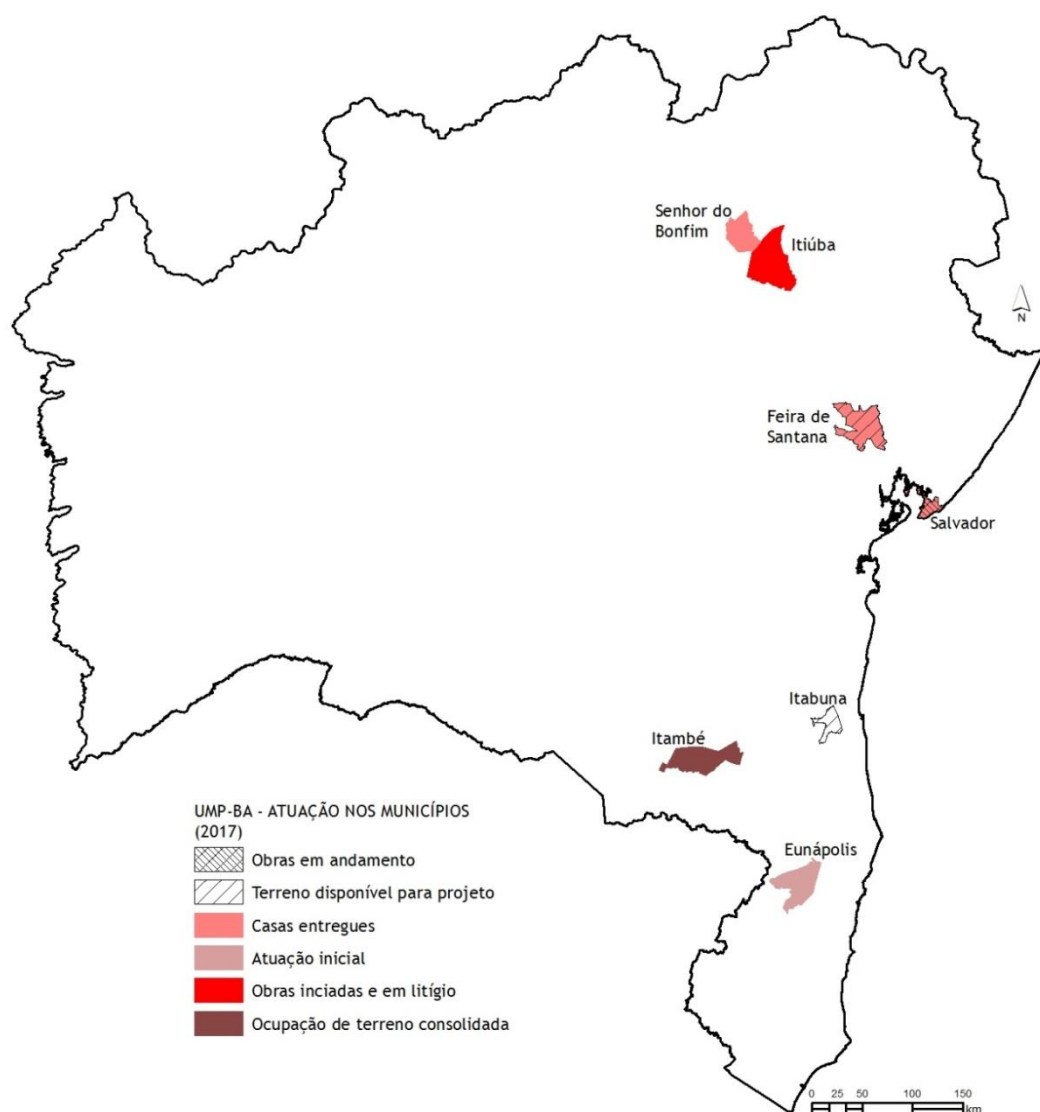


Figura 88 Municípios de atuação da UMP-BA

Fonte: Coordenação da UMP-BA (2018). Elaboração: Oriana Araujo



Figura 89 Residencial Mangabeiras (UMP-Feira de Santana)

Fonte: Carrara (2012)

A Figura 90 apresenta o aspecto da autoconstrução realizada pelos ocupantes no terreno da Ocupação Sol Nascente em Itambé, deixando claro que o acesso à terra urbana é um grande entrave para a construção da moradia, uma vez que de posse do terreno, as famílias vão aos poucos construindo suas casas.



Figura 90 Casas autoconstruídas da Ocupação Sol Nascente (UMP-Itambé)

Fonte: Carrara (2012)

Um marco importante na disputa territorial foi a Medida Provisória 2221 que ainda no governo Fernando Henrique destinou os imóveis do patrimônio da União sejam destinados à habitação.

Embora, de fato se consolidou a partir do governo Lula, que retirou a intenção do papel, como frisou Marli Carrara, de modo que grupos de trabalho estaduais realizaram vistorias e identificaram os terrenos da União sem uso na Bahia.

Resultado desse processo, um terreno que pertencia à CEPLAC em Itabuna foi destinado à UMP-BA e CONAM, que fizeram o requerimento da área para construção de habitação social e atendimento de funcionários da CEPLAC em cerca de 50% das unidades construídas. A construção deve ser iniciada após a conclusão da obra do Condomínio das Mangueiras em Salvador.

Em Eunápolis uma Associação pediu filiação à UMP-BA e estão ocupando um terreno, já foram despejados, voltaram e buscaram o apoio da União para construir. Conforme relata Marli Carrara, vão apoiar, mas sabem que construir não é fácil e exemplifica citando as dificuldades em terminar uma obra em Salvador – com orçamento de 2012 e compras realizadas em 2018, sem a correção da inflação, de forma que o cimento que fora orçado em R\$14,00 hoje custa R\$22,00.

Em Senhor do Bonfim a UMP construiu o Loteamento Monte Alegre (Figura 91), num terreno que fora ocupado, todavia negociado sem muitos problemas, a partir do PMCMV Entidades e beneficiou 150 famílias, devido a uma articulação regional. Marli Carrara destaca a dificuldade logística de mobilizar as famílias e acompanhar a obra, via empreitada global com uma empresa construtora, mas o movimento atua fiscalizando todas as etapas da obra e a qualidade dos materiais utilizados.



Figura 91 Loteamento Monte Alegre (UMP-Senhor do Bonfim)

Fonte: Carrara (2012).

Em Itiúba a UMP-BA enfrenta uma situação complexa porque o conjunto habitacional com 70 unidades que estava sendo construído para as famílias da UMP foram ocupadas num momento em que as obras paralisaram, com cerca de 77% de seu andamento; a UMP-BA pediu reintegração de posse e enfrenta a dificuldade de executar o mandado por conta da contradição de lutar por moradia e expulsar as pessoas que ocuparam as moradias em construção, conforme relatou Marli Carrara, de modo que estão tentando recadastrar as famílias e absorver parte dos ocupantes, enquanto outros precisarão sair.

A complexidade de tal situação demonstra o quão ambígua e contraditória pode ser a questão da moradia na Bahia e deixa ainda mais exposta a necessidade habitacional nas cidades, independente do porte, considerando-se que Itiúba é uma cidade com menos de 40.000 mil habitantes (IBGE, 2010), no semiárido baiano.

A associação da UMP com o Estado, participando de todas as etapas da política pública de moradia, desde o planejamento, a elaboração, até o acesso ao crédito público para o processo de autogestão na construção, demonstra que a inserção do movimento social é capaz de produzir efetivamente territórios urbanos para a moradia que sejam pensados coletivamente e organizados a partir de práticas comunitárias emancipatórias e autônomas. A relação com o governo do PT é assim explicada:

Antes não tínhamos nada (...). O que as pessoas não conseguem entender (...), quando perguntam ‘se você acha que os movimentos se acomodaram’, eu respondo: você não sabe o que é ter 20 ocupações e você atender todas as 20 aqui em Salvador. Isso não é pouca coisa... Não é. (...) Você ter duas, três mil famílias acampadas e você ter um programa e se organizar pra destinar, pra encaminhar, pra fazer cadastro, não tem Universidade que faria isso, ou só faria isso: sem dinheiro, sem ser pago, sem ser remunerado, tendo que fazer ‘cinquenta mil’ cadastros –faz um, depois faz outro, depois refaz porque não sei o que e gente cobrando e tendo que enfrentar as falcatuas dos dois lados (...) é muito trabalho. Você não sabe o que é ficar 2 meses preenchendo formulário com as famílias se você não tem nem computador, nem dinheiro pra botar crédito num telefone, nem internet (...) isso ocupa um tempo (...) e não teve um ano que a gente deixou de ir a Brasília e de ir pra rua (Marli Carrara. Entrevista realizada em 02/03/2018).

Pondera que em alguns momentos foram menos para as ruas, mas que é muito trabalho para realizar até acomodar todas as demandas, ao ponto de não terem conseguido se apropriar e usar os programas que tinham e estavam disponíveis a partir do governo do PT. Nesse contexto, tiveram que se organizar para entender os programas e seu funcionamento, ao ponto de a própria União Nacional, que se dedica essencialmente a isso, ter pessoas que se especializaram na Legislação.

Explica que a União e outros movimentos de moradia tiveram embates com o governo de Dilma Rousseff para dispor de recurso separado para a habitação, porque o dinheiro do OGU (Orçamento Geral da União) devido às normas do Banco Central estabelece tantos critérios que quase nenhuma entidade conseguiu acessar ou operacionalizar. Obtiveram então o PMCMV-Entidades que ainda possui muita burocracia, mas é menor do que a burocracia para acessar o dinheiro do OGU e reitera:

Imagina você construir casa desse jeito. Não ia construir nunca, porque obra não é só o que você compra de muita coisa... obra tem... amanhã estoura um cano aqui, você tem que comprar. Vai tirar o que? Do bolso? (Marli Carrara. Entrevista realizada em 02/03/2018).

A relação com a polícia é compreendida como algo normal, sabendo-se que a polícia faz o seu trabalho quando acionada, pressionando, mas não há nada de excepcional, é como o movimento espera que seja:

Você tá ocupando uma área que não é sua, é normal que alguém que se diz dono procure a polícia e a polícia vai... a gente nunca teve ninguém que apanhou (...) (Marli Carrara. Entrevista realizada em 02/03/2018).

Avalia que é pior a relação com os ‘grileiros’. A grilagem é o processo de utilizar insetos – os grilos – para envelhecerem papeis e adquirirem aspecto de documento antigo, com o qual a pessoa que fez a falsificação (o grileiro) alega propriedade sobre as terras; trata-se de pessoas desonestas, oportunistas e sem escrúpulos, geralmente amparadas por funcionários corruptos de cartórios de registro de imóveis. Interessante destacar que no processo de

formação das famílias e de discussão política, a UMP-BA demonstrou como é feito o envelhecimento dos papéis com o uso dos grilos para que as famílias vissem o que acontece.

No caso do terreno das Mangueiras em Salvador, o grileiro usou 15 homens e mais 5 policiais armados (fora de serviço) para cercar o terreno que já estava ocupado pela UMP e comprado pela Caixa. Marli Carrara lembra que o grileiro mandou colocar uma cerca demarcando uma área que supostamente era dele e que os militantes da UMP-BA tiraram a cerca por três vezes até que houve uma mediação de conflito com a SEDUR onde foi comprovada a propriedade através da escritura do terreno porque a Caixa Econômica já havia comprado, mas que o grileiro só parou de insistir quando as casas começaram a ser construídas.

A questão é que o terreno onde hoje estão o Condomínio das Mangueiras e Zulmira Barros, ocupado desde 2004 numa área de difícil acesso em Salvador, situa-se atualmente em área de expansão imobiliária considerada nobre, devido a uma série de investimentos em mobilidade urbana realizados em Salvador, que supervalorizaram o seu entorno.

A especulação imobiliária que se instalou na área foi tão veloz que o terreno que estava sendo cotado por 870 mil reais em 2005 passou para 2 milhões de reais em 2009, quando a UMP conseguiu destravar os recursos para a Caixa Econômica realizar a compra, conforme narrara Marli Carrara.

Contrariando as expectativas dos agentes hegemônicos ao indicarem que não podiam ficar ali, os Condomínios das Mangueiras e Zulmira Barros avizinham-se do Alphaville em Salvador (Figura 92), de modo legítimo, com registro em cartório – graças à luta e resistência das famílias ‘inassimiláveis pelo mercado normal’ (como diria Brandão, 1981) e organizadas na União por Moradia Popular Bahia (UMP-BA).



Figura 92 Condomínio das Mangueiras e Zulmira Barros - Salvador (UMP-BA)
Fonte: Coordenação da UMP

4.2.5 MDMT - Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho

O MDMT foi criado numa assembleia em 16 de abril de 2005 e advém da tentativa de realizar uma luta mais específica por moradia, uma vez que precisavam combater o apartheid habitacional na cidade, onde sobrou para a população negra a ocupação de favelas, periferias e áreas de risco; enquanto a atuação da UNEGRO (União de Negros pela Igualdade), de onde deriva o MDMT defendia muitas outras bandeiras e a luta pela moradia não existia efetivamente, conforme explicou um de seus coordenadores e fundadores, Tikão (Entrevista realizada em 03/05/2017).

Tikão assegura que desde o processo de organização popular de moradores de rua iniciado em 1997, com uma ocupação no Politeama, até a ocupação em 2000, no 02 de julho, nos casebres onde morara ele próprio por 16 anos, há uma trajetória focada em diversas aprendizagens e na defesa do povo negro, que convergiram para a criação do MDMT. Há ainda tragédias, a exemplo do incêndio que vitimou fatalmente 03 pessoas e deixou dezenas de pessoas nas ruas sem ter onde morar.

Evidencia-se que um movimento social não surge de repente, existindo uma história de disposição para o questionamento, para o embate com interesses poderosos, na busca da efetivação de direitos. O MDMT mais voltado para o CHS possui a dimensão artística muito presente e utiliza a arte como elemento para a qualificação social, profissionalização e politização; mobilizando apoiadores e a militância em oficinas de dança, de capoeira, de modelo e manequim, bateria e percussão, a exemplo dos cursos (Figura 93) que aconteceram em abril de 2017, quando se comemorou o aniversário do movimento, deixando claro que o MDMT é um movimento sociocultural também.

O MDMT mantém a perspectiva da reforma urbana, porém admite que a construção de moradias pelo poder público e sua doação ou concessão sob pequenas taxas à população de baixa renda auxiliou os MSLHP. No entanto, o coordenador explica que a solução deveria ser a permanência nos territórios ocupados, a exemplo dos casarões do CHS que estão sem função social e podem ser reformados para fins de moradia, pelos quais travaram fortes embates ao longo dos anos:

A gente quer que o Estado cumpra a Lei, o que está na Constituição porque se o Estado reconhecer a Lei, porque se praticar a Lei a gente não precisa ter movimento para pressionar o Estado para cumprir o que já está na Constituição. (Tikão. Coordenador do MDMT. Entrevista realizada em 03/05/2017).

Quanto às políticas alternativas como a bolsa-aluguel, auxílio moradia ou aluguel social, entende que não soluciona o problema porque são passageiras, considerando que o Estado não vai pagar o aluguel a vida toda, enquanto a família vai precisar da moradia a vida toda.

O coordenador do MDMT é radicalmente contra as pessoas que foram beneficiadas pelo PMCMV e não utilizam o imóvel, vendendo ou alugando, enquanto tem muita gente que precisa da moradia não consegue. Defende que os imóveis sejam tomados e devolvidos para sorteio entre os cadastrados nos movimentos de luta por habitação.

No caso dos militantes em movimentos socioterritoriais, algumas vezes ocorre a tentativa de comercialização dos lotes ou casas após a conquista da posse por parte de alguns beneficiados, haja vista o imediatismo da sedução do montante de capital obtido na comercialização. É preciso criar instrumentos que impeçam o uso do terreno como bem econômico, de troca, que tem se convertido na dimensão mais reforçada, tanto pela iniciativa privada quanto pelos governos, ao reduzirem sua atuação na produção de moradias, em detrimento de sua dimensão social, excluindo efetivamente os mais pobres do acesso à moradia e agravando as situações de riscos sociais (Rodríguez, 2003).

Nesse sentido, trabalhos de politização dos indivíduos, bem como a adoção de bons instrumentos judiciais e de controle internos serão capazes de assegurar a posse e coibir a comercialização, embora muitos dos acordos entre vendedores e compradores sejam informais. Sabe-se que esta é uma das dificuldades enfrentadas pelas lideranças dos movimentos socioterritoriais e é igualmente uma ‘arma’ de propaganda negativa muito veiculada pelas mídias, que buscam rotular os acampados como ‘interesseiros e



Figura 93 Cursos ofertados pelo MDMT em 2017
Fonte: Coordenação do MDMT

especuladores’. Claro está que embora nem todas as pessoas compreendam os valores simbólicos de suas lutas e atitudes, não se pode rotular um coletivo de sujeitos a partir de ações isoladas.

A coordenação do MDTM considera que o poder judiciário está do lado dos proprietários imobiliários, fazendo valer o direito de propriedade sobre a obrigação de cumprimento da função social dos imóveis:

O judiciário na verdade não vem pro nosso lado, ele é muito mais do lado do proprietário do que dos que ocupam o espaço, apesar dos imóveis não tá cumprindo a função social e quando a gente ocupa aparece o dono (...) o juiz não compreende a questão da necessidade das famílias que não têm onde morar e que estão lutando por uma causa que é justa e que é um direito constitucional. (Tikão. Coordenador do MDTM. Entrevista realizada em 03/05/2017).

É uma constatação óbvia considerando-se que estão sempre enfrentando ações de despejos e não conseguiram desapropriar nenhum dos casarões ocupados no CHS.

A ideia de que lutam para que a justiça faça valer o direito à moradia aparece na logomarca do MDMT, que apresenta a balança símbolo da justiça, bem como reiteram no slogan a luta e a capacidade de resistência do movimento (Figura 94).

Quanto aos proprietários de imóveis aponta que já fez vários acordos com os proprietários para ficar no imóvel até que o poder público construísse casas para relocar os ocupantes, de sorte que depois que isso ocorre, retiram-se do imóvel e o devolvem ao seu proprietário.

Essa é uma situação paradoxal, haja vista que é uma estratégia para pressionar o poder público a incluí-los na distribuição de moradias, inclusive com apoio do proprietário do imóvel que está sendo ocupado, mas retira a possibilidade efetiva de questionamento da função social do imóvel que se encontrava abandonado e podia servir de fato para a habitação das famílias.

Ao mesmo tempo, questiona a existência de cerca de 1500 casarões (Figura 95) que se encontram abandonados no CHS e poderiam ser convertidos em moradia, avaliando que devem retomar as ocupações, uma vez que todas as famílias não serão contempladas nos programas habitacionais existentes e fala sobre o potencial para isso:

As famílias querem ocupar porque eles estão morando de favor, sendo colocados para fora, a outra está com a filhinha dela, pagando aluguel e se tiver um lugar para ficar sem pagar já é um alívio para a família. Quando a gente faz a assembleia e fala do nosso planejamento, que pode haver ocupações, muitos perguntam logo onde é que vai ser, de 100 uns 50 quer ocupar. A gente explica



Figura 94 Logomarca do MDMT
Fonte: Coordenação do MDMT



Figura 95 Terrenos e prédios desocupados no Centro Histórico de Salvador (2017)
Foto: Oriana Araujo (2017).

as condições, como tem que ser o comportamento. Tem uma série de dificuldades, mas a gente discute, inclusive outros assuntos como intolerância religiosa, reforma trabalhista, violência contra a mulher e vários temas que as famílias escolhem e a gente leva palestrantes para as reuniões nos núcleos. (Tikão. Coordenador do MDMT. Entrevista realizada em 03/05/2017).

Apesar de ter concordado com a relocação das famílias para as unidades habitacionais construídas pelo PMCMV avalia que há muitas dificuldades para as famílias permanecerem nesses locais:

Nos empreendimentos a maior dificuldade que temos é a implantação dos equipamentos de infraestrutura porque muitas famílias saíram do seu lugar onde já tinham seu convívio social, onde sobreviviam de alguma forma e depois foram deslocadas para lugares ermos, distantes onde não tinha nada. Hoje a nossa luta é pela creche, pela escola, pelo espaço comunitário, pelo posto de saúde, que são a contrapartida da prefeitura e que até hoje ela não cumpriu. **Estamos numa guerra** para que esses equipamentos sejam implantados porque isso facilita a vida das pessoas, dá condições para que elas permaneçam naqueles espaços onde elas foram levadas, onde ela possa construir o laço dela social novamente, de sobrevivência. (...) Há famílias que foram morar no CIA e nas Bromélias e o filho ainda estuda aqui no Centro Histórico, porque lá não tem escolas e não tem auxílio nenhum de transporte, aliás até mesmo o transporte para pagar é uma dificuldade, é uma luta para que a prefeitura coloque linhas de ônibus para os empreendimentos, por isso também que muita gente não vai logo morar. Nós já nos manifestamos, já sentamos com o secretário de transporte, mas é aquela coisa: **você discute, fica ali anotado, mas depois não acontece nada.** (Tikão. Coordenador do MDMT. Entrevista realizada em 03/05/2017).

É notório o descaso da prefeitura com relação à mobilidade da população dos empreendimentos habitacionais para a população de baixa renda, uma vez que são alocados distantes dos equipamentos públicos essenciais e não são atendidos com nenhuma política reparatória como transporte público gratuito ou até mesmo nem são atendidos pelas linhas de transporte pagas.

Quanto à relação com a polícia aponta que há na SEDUR um setor de mediação de conflitos, com uma comissão e um major que intervém para que não haja violência policial e afirma:

Antes havia muita violência policial, os caras chegavam batendo e a gente peitava, eu já peitei muita polícia em Salvador, chegavam sem ordem judicial nem nada e se viam no poder e achavam que podiam fazer isso, porque encontravam pessoas leigas, quando começaram a se deparar com pessoas que tinha conhecimento a gente passou a bloquear isso, envolvemos o Estado, o governo mesmo, também para impedir que a polícia agisse por conta própria, por achar que eram invasores, que eram ladrões, que eram vagabundos que estavam ocupando ali. (...) Hoje a polícia sabe que não pode meter o pé e entrar na sua casa, apesar de ter muitos que agem arbitrariamente, mas hoje ela conhece as Leis. (Tikão. Coordenador do MDMT. Entrevista realizada em 03/05/2017).

Entretanto, indica que a relação com a guarda municipal não é tão pacífica e o coordenador do MDMT acredita que em caso de ocupação de imóveis municipais não haverá o mesmo tratamento porque ‘a guarda municipal faz tudo o que o prefeito quer’.

A percepção do coordenador do MDMT deixa claro que a diretriz do governo estadual, do PT, tornou a polícia militar mais respeitosa em relação aos MSLHP, enquanto a guarda municipal, sob a direção da prefeitura e do DEM, continua desconsiderando a causa da luta e tratando os militantes desses movimentos como bandidos.

A respeito da mídia entende que apesar da tendência a estar do lado da elite pode servir para mostrar a violência que eles sofrem e para ouvir as partes envolvidas, de modo que essa relação hoje é mais flexível do que antes:

A mídia nos marginalizava, a mídia foi quem mais nos marginalizou porque também os movimentos sociais sempre foram altamente marginalizados pela mídia, porque a mídia é muito mais a favor da elite do que da população carente, da população que faz manifestações, que vai reivindicar algum direito e a gente sabe que ela tem esse olhar de criminalização dos movimentos

sociais, mas hoje a mídia tem certa flexibilidade, a gente consegue também ter um diálogo com a mídia, hoje a gente faz as nossas manifestações e eles vêm fazer a cobertura, vêm dizer, vêm ouvir e torna isso público. Essa semana eu chamei a mídia e dei entrevista em três emissoras e foi publicado na íntegra o que a gente falou, mesmo quando a gente chama de um dia para o outro porque a gente não pode avisar com antecedência por causa da represália. A gente se cobre com a mídia, porque eles vão filmar, ver as agressões, ouvir as partes, fazer todo o documentário. (Tikão. Coordenador do MDMT. Entrevista realizada em 03/05/2017).

É preciso considerar que fazer a luta por habitação acontecer a partir de ocupações de imóveis e buscar ajustá-los à moradia não é uma tarefa fácil e requer muita dedicação e ajustes sempre a partir de discussões coletivas, o que reitera os processos de instrução que se fazem nos MSLHP como essenciais para a mudança de postura ante as desigualdades sociais que se pretende:

Quando se faz uma ocupação é difícil organizar a convivência das pessoas, muita gente num pequeno espaço há um choque cultural, interpessoal. Imagine colocar 82 famílias num prédio, de 104 que chegaram. Nesse prédio passaram 282 famílias. Nós coordenadores chegamos a não dormir, sendo chamados para resolver conflitos: é briga de marido e mulher, é criança andando nua nos corredores. Muita preocupação e estabelecemos normas de convivência baseadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no código penal, na Lei Maria da Penha e as pessoas tinham que assinar um termo para entrar na ocupação e há também punições, discutidas em assembleia. Além das normas que a gente criou: a participação na luta do movimento, a participação na manutenção do espaço, fazer 6h na portaria para garantir a segurança e outras como: som alto não pode, seu vizinho do lado precisa dormir, a questão do lixo, as pessoas saíam daqui educadas. (Tikão. Coordenador do MDMT. Entrevista realizada em 03/05/2017).

Atualmente o MDMT possui cerca de 8.000 pessoas cadastradas (Figura 96) em 15 núcleos e mantém 2 ocupações no Centro Histórico: o prédio da SEFAZ (Figura 98) e uma casa na Avenida Carlos Gomes. Já conseguiu cerca de 1.800 unidades habitacionais do PMCMV para relocar as pessoas que estavam em ocupações, bem como as cadastradas.

A fim de buscar recursos para tornarem-se os construtores de unidades habitacionais o movimento decidiu numa Assembleia em 2014 criar a Associação dos Movimentos de Luta pela Moradia e do Trabalho da Bahia e está aguardando o registro do CNPJ.

A respeito das parcerias, o MDMT possui relações de apoio com diversos sindicatos, numa rede muito próxima ao PC do B e não recebe auxílio de nenhuma outra instituição. Diretamente não tem parcerias com Igrejas católicas ou evangélicas e se aproximam mais das religiões de matriz africanas, mas, de acordo com seu coordenador, há muitos católicos e gente de todas as religiões porque não fazem acepções no MDMT e todas as parcerias são bem vindas e indica:

Na UNEGRO há 300 terreiros de candomblé cadastrados. No MDMT há um núcleo só do Povo de Santo, com mais de 500 pessoas. (Tikão. Coordenador do MDMT. Entrevista realizada em 03/05/2017).

Quanto às Universidades indica que são muito procurados para pesquisa, são visitados por estudantes, são chamados para dar palestras, uma vez conseguiram ser defendidos juridicamente por estudantes de direito, entretanto não possuem vínculo ou parceria direta com as Universidades, mas pretendem procurar para realizar um projeto.



Figura 96 Cadastro de família no MDMT

Foto: Oriana Araujo (2017)

A dimensão simbólica das perdas vivenciadas ao longo do processo de lutas está apresentada na parede da ocupação da SEFAZ, num aviso e solicitação por respeito: “Movimentos. Teve sofrimentos dores, mortes. Respeite” (Figura 97).



Figura 98 Ocupação da SEFAZ - MDMT (2017)

Foto: Oriana Araujo (2017)

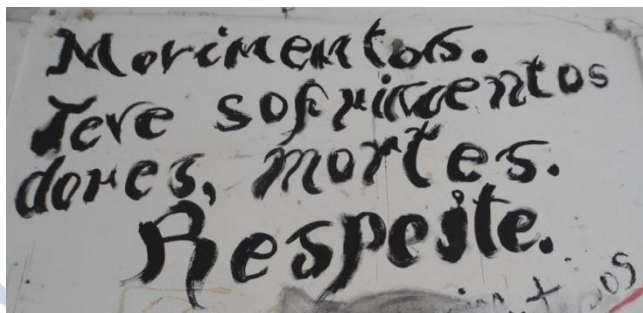


Figura 97 Inscrição em parede da Ocupação da SEFAZ - MDMT (2017)

Foto: Oriana Araujo (2017).

4.3 MSTB EM FEIRA DE SANTANA: O QUILOMBO LUCAS DA FEIRA

Ante o quadro de extrema desigualdade social, pauperização da população urbana, crescimento urbano, salário mínimo irrisório, ampliação exorbitante da especulação imobiliária e dificuldade de acesso à moradia, a população excluída de Feira de Santana procurou meios próprios de resolver seu problema habitacional, a partir das tão comuns ‘invasões’ de terrenos públicos e privados que ocorrem na cidade há muitas décadas.

Essas ‘invasões’ se deram, no passado, em áreas especialmente distantes do Centro da cidade, com baixo valor imobiliário, bem como nas áreas de difícil ocupação humana a exemplo do entorno das áreas das lagoas e córregos – que por Lei se constituem também em áreas são de preservação permanente, fator que dificulta a manutenção das famílias quando o poder público resolve ‘urbanizar’ tais áreas, impondo simplesmente a retirada das famílias, sem preocupar-se com seu destino.

Entretanto, esses processos de ocupação se deram a partir da união de pessoas com interesses comuns e necessidades imediatas de habitação. Via de regra as ocupações ocorriam em terrenos e as casas foram autoconstruídas, bem como os barracos, mas há as exceções como o bairro George Américo, que é um exemplo da luta por moradia em Feira de Santana e cujo líder fora assassinado em maio de 1988 antes de candidatar-se a vereador no período da abertura política.

Em Feira de Santana foram identificadas as ações vigentes de ocupação direta do MSTB e ações efetuadas da UMP-BA (Figura 99). A ação do MSTB será discutida a seguir, enquanto a ação da UMP-BA em Feira de Santana fora apresentada em item específico para o movimento devido ao fato de atualmente não estarem com ocupações diretas na cidade.

Em 2011, o Movimento dos Sem-Teto da Bahia (MSTB) organizou a ocupação da área da antiga fábrica da Alimba, uma empresa de laticínios, que finalizara as atividades e abandonara o imóvel.



Figura 99 Feira de Santana: MSLHP identificado até 2015
Elaboração: Oriana Araujo.

Não se trata de um grupo de pessoas que ‘invadiram’ um terreno quase que espontaneamente, mas sim de uma ação planejada em busca do direito à moradia, no âmbito dos movimentos socioterritoriais que possuem o território como objeto de luta, como um trunfo essencial à própria existência, conforme os qualifica Fernandes B. M. (2005).

O nome da ocupação, Quilombo Lucas da Feira, vinculada ao MSTB, homenageia um homem negro escravizado, nascido em 1807, quando Feira de Santana ainda era a Vila de Sant’Anna da Feira e pertencia à Cachoeira. Lucas rebelou-se contra ‘seu proprietário’ e fugiu, já que no período escravista uma forma de obter a liberdade era matar o seu ‘proprietário’, ou fugir dele, escondendo-se para evitar a captura (Lima, Santos, & Rossoni,

2011); por isso, os escravos que se libertaram pela fuga, iam para terras distantes e geralmente de difícil acesso, viver nos quilombos.

Não foi o caso de Lucas, que optara por viver ali mesmo, nas cercanias da área urbana, criando um bando que fazia assaltos a tropeiros e cargas na estrada das boiadas, dentre outras ações. Claro está que Lucas tornou-se o ‘inimigo número 1’ da elite hegemônica feirense, que tratou de difundir todo tipo de discurso pejorativo a seu respeito. Entretanto, a figura do Lucas herói da resistência à opressão, que representava o anseio de liberdade de um povo, mantém-se viva para o povo excluído das benesses do sistema capitalista.

Na luta contínua pela ressignificação da existência e no anseio para conseguir a posse do lote que ocupam, em junho de 2014, havia um total de 34 famílias efetivamente residentes no Quilombo Lucas da Feira, num total de 77 pessoas, das quais 29% eram homens (incluindo-se aí os adolescentes), 36% mulheres (incluindo-se as adolescentes) e 35% eram crianças, meninos e meninas.

A própria família, elemento primário de proteção social (Algaba, 2003), já se encontra ausente ou desestruturada. É notória a maciça participação de mulheres e crianças, que somadas perfazem 71% da população do Quilombo Lucas da Feira. Devido à necessidade de cuidar dos filhos, muitas mulheres possuem dificuldade de encontrar trabalho, bem como de estudar e qualificarem-se para o trabalho, de modo que dependem das rendas adquiridas pelos seus companheiros (quando há); ou ainda, quando solteiras, buscam auxílio nas vizinhas para cuidarem de seus filhos enquanto realizam algum trabalho temporário, como lavar roupas para famílias do entorno da ocupação, ou o auxílio governamental via bolsa família.

Sobre as crianças é importante destacar o fato de que apesar de frequentarem regularmente a escola, nenhuma sabia ler, mesmo as pré-adolescentes, o que é extremamente preocupante, considerando que o acesso ao conhecimento formal é fundamental para a emancipação na sociedade atual. É mais uma das facetas do desigual sistema escolar brasileiro: ir à escola pública não significa aprender.

Assim, os excluídos do acesso à moradia, começam também a serem excluídos do acesso ao conhecimento formal pela manutenção do analfabetismo, que lhes trará uma série de problemas na vida adulta, haja vista as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Ademais, os mais pobres enfrentam dupla discriminação:

No pueden acceder a una vivienda porque carecen de trabajo, pero no consiguen un trabajo porque no disponen de un alojamiento en condiciones que les facilite la estabilidad y los requisitos mínimos que exige el trabajo. (Algaba, 2003, p. 03)

Muitas mães destacaram a localização privilegiada da ocupação em relação às escolas da educação básica, o que possibilita que as crianças se dirijam a pé até a escola, mas também destacaram a ‘benesse’ da proximidade da BR 116, que facilita a carona para a escola.

Nenhuma mãe ponderou sobre a vulnerabilidade a que as crianças ficam expostas, tanto do ponto de vista dos acidentes de trânsito quanto da exposição à alienação sexual das que estão na pré-adolescência e na adolescência, muito comum em cidades brasileiras que são entroncamentos rodoviários, como é o caso de Feira de Santana.

Apesar de atualmente o ‘Quilombo Lucas da Feira’ contar com 34 famílias efetivamente moradoras, este já possuiu 87 famílias acampadas em abril de 2011, quando da data da ocupação inicial. Essa variação, que corresponde a uma diminuição absoluta de 53 famílias ou, aproximadamente 61%, entre os anos de 2011 a 2014, revela a redução do quantitativo de famílias residentes, mas destaca o poder da resistência dos 39% dos ocupantes que decidiram ficar por todo esse tempo, mesmo em condições muito precárias de moradia e sob as diversas

tentativas coercitivas direta ou indiretamente violentas, executadas tanto pela polícia quanto pelos diversos agentes do poder público municipal.

Essa flutuação da população efetivamente residente, mas não da população cadastrada para essa ocupação, é algo recorrente tendo em vista as dificuldades de se manterem nos acampamentos devido a diversos fatores, dentre os quais, destacam-se:

- ✓ Realização de trabalhos em outros espaços da cidade, como relataram alguns moradores e também foi constatado por Souza & Teixeira (2009), em prédios ocupados no Rio de Janeiro;
- ✓ Desistência da luta, haja vista todas as dificuldades encontradas e enfrentadas pelos militantes;
- ✓ Relativa melhoria de vida de algumas pessoas, que ao encontrarem empregos, mudaram-se para locais mais próximos ao trabalho e passaram a pagar aluguéis;
- ✓ Relocação de ocupantes que aceitam habitações populares do PMCMV em outras áreas da cidade e desistem da luta pela posse do terreno em questão.

Em síntese, ocorre o que indica muito claramente uma moradora:

Eles fazem de tudo pra gente desistir. [Quem são eles?]. Ah, o dono do terreno, a prefeitura, todo mundo; já prometeram que vão arrumar casa pra gente, mas eu não vou não, porque é num conjunto, em Santo Antônio dos Prazeres [bairro]. Sabe onde é? [não]. Longe de tudo. Eu quero é ficar aqui. Ter a posse daqui. (Entrevista com militante do Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014).

A moradora demonstra perspicácia ao denotar que compreende que há uma junção das forças contrárias à Ocupação: proprietário do terreno e o poder público local, que vão utilizando as mais diferentes formas – desde as judiciais até a oferta de outras possibilidades de moradia a fim de desfazerem a ocupação e manterem a posse da área.

Os ocupantes vivem em sua maioria ‘de bicos’ (serviços informais esporádicos), como lavagem de roupas, faxinas em residências próximas, carreto de feiras no centro de abastecimento. Há ainda os acampados que prestam serviços ali mesmo: cabeleireiros, manicures, bar, venda de geladinhos. Há ainda os que criam galinhas e porcos para o próprio sustento.

Por essa razão, a localização privilegiada do Quilombo Lucas da Feira (a aproximadamente 10 km do centro da cidade) e sua acessibilidade a diversas áreas da cidade, seja por meio dos transportes públicos coletivos ou de moto, bicicleta ou mesmo a pé, é fundamental para essas pessoas que necessitam buscar alguma forma de sustento diariamente, constatando-se que a mobilidade urbana é um importante fator para a resistência da ocupação na antiga fábrica da Alimba: trata-se de um local muito próximo à Universidade Estadual de Feira de Santana, na entrada da cidade para quem chega via BR 116 Norte, com um fluxo de veículos muito denso.

No Quilombo Lucas da Feira é revelada outra dimensão da questão urbana e sua complementaridade com o processo de expulsão camponesa, atrelando-se à questão rural: a expropriação e a migração de camponeses pauperizados para as cidades, que lhes ‘empurra’ para as periferias e o sub-emprego. Uma das ocupantes, ao falar sobre suas perspectivas no movimento e a possibilidade de conquista da posse do terreno, indicou:

Aqui, alguns gostam de criar; meu marido comprou filhotes de porcos, outros criam galinha e assim vai vivendo. (Entrevista com militante do Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014, em Feira de Santana-BA).

Outra razão para a permanência na ocupação diz respeito à perspectiva de moradia, aos desejos pessoais, ao sonho de residir ‘melhor’. Uma moradora explicou o seguinte:

Muita gente, umas sete pessoas, ganhou casa do Minha Casa Minha Vida [programa habitacional federal], eu também ganhei, lá no Santo Antônio dos Prazeres [Figura 100 esquerda]. É muito longe, mas quem teve do que viver lá, foi... Os outros ficaram pra ver se conseguem a conquista da terra... Sair daqui [mostra com orgulho a área que tem um lote de 10m por 30m – Figura 100 direita], pra ir morar num apartamento, negócio apertado. (Entrevista com militante do Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014, em Feira de Santana-BA).



Figura 100 Esquerda: residencial Verde Água, Feira de Santana-BA. Direita: Residência de militante no movimento Quilombo Lucas da Feira.

Foto Esquerda: Edson Ruiz/LUZ/ Foto Direita: Oriana Araujo, junho de 2014

Os ocupantes do Quilombo Lucas da Feira são uma expressão fiel da capacidade de luta, de resiliência, de perseverança e crença na força do movimento social. Embora vivam sob condições precárias, como o convívio com esgoto a céu aberto, lixo, instalações elétricas precárias a partir de ‘gatos’, uso de banheiro improvisado e compartilhado em péssimas condições (Figura 101), apontam que a principal dificuldade que enfrentam é a seguinte:

Aqui falta apoio, opinião, projeto...
Aqui tem muita criança. (Entrevista com militante do Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014, em Feira de Santana-BA).

Outra entrevistada afirmou que a principal dificuldade que enfrentam é com a polícia:

A polícia não respeita a gente aqui. Entram na casa das pessoas. Acha que todo mundo aqui é bandido, porque quando tem assalto aí na BR, foge por aqui por dentro do acampamento. (Entrevista com militante do Quilombo Lucas da Feira, em 16/07/2014, em Feira de Santana-BA).



Figura 101 Local utilizado como banheiro coletivo, no Quilombo Lucas da Feira

Foto: Oriana Araujo, junho de 2014

Depreende-se que os militantes Sem-Teto já não se queixam da falta de estrutura e da precariedade em que vivem, mas sim da relação que a sociedade trava com eles. Sabem que precisam de apoio, de projetos, bem como do respeito da polícia, talvez porque saibam que obtendo isso as demais necessidades serão supridas, considerando-se o que poderiam fazer os agentes públicos da administração municipal e estadual, o judiciário e a sociedade civil, se quisessem apoiá-los.

É o reconhecimento de que são excluídos das benesses econômicas e sociais do sistema capitalista atual, de sua integração subalterna e da necessidade tanto de lutas coletivas para a conquista de seus direitos, como de auxílio social para a inclusão, de modo que não falaram em necessidades imediatas, situando-se muito distantes da passividade atribuída aos mais pobres, reivindicando cidadania.

Sobre as diferentes formas de luta, os moradores do Quilombo Lucas da Feira informaram que estavam ‘meio parados’, sentindo falta de uma liderança mais ativa, haja vista que seu líder local, responsável pela articulação com a coordenação estadual e apoiadores locais – Joquielson Batista – morreu em Salvador, em outubro de 2012.

Foram sistematizadas as informações encontradas em diferentes meios digitais (blogs, sites de jornais), sobre as ações empreendidas no Quilombo Lucas da Feira, tanto por parte dos acampados, quanto de suas lideranças, bem como dos proprietários e do poder público.

As principais estratégias de luta e articulação encontradas foram a ocupação direta da fábrica e fixação do acampamento desde 23.04.2011, os protestos e interdição da BR-116 Norte (sentido Feira de Santana – Serrinha), a divulgação de notícias em sites, atividades culturais e políticas para a formação das bases (Araujo O. , 2017).

Destaca-se a espacialidade que a luta adquire, a partir da interrupção do tráfego na BR 116, numa cidade que é o principal entreposto rodoviário do Nordeste, registrando a questão da luta por moradia na memória espacial dos usuários dessa BR e dos habitantes que precisam utilizar o setor Norte da cidade, a exemplo dos que se deslocam para a Universidade Estadual de Feira de Santana.

Quanto à relação dos ocupantes do Quilombo Lucas da Feira com o MSTB, devido a uma indefinição relacionada à liderança local, observa-se que não havia o acompanhamento diário ou semanal das questões dos acampados, mas mediações de conflitos mais graves – quando surgem -, bem como assessoria judicial, providenciada pelo MSTB. Em entrevista, o coordenador estadual Pedro Cardoso reconheceu que o MSTB possui ações mais bem estabelecidas em Salvador do que em outros municípios, mas informou que nova liderança estava se consolidando em Feira de Santana.

Quanto aos proprietários imobiliários, acionaram a justiça e confiam na manutenção da propriedade privada, aguardando a reintegração de posse. A Prefeitura de Feira de Santana busca encontrar alternativa para o ‘impasse’ propondo a cessão de habitação para alguns ocupantes e sequer avalia a possibilidade de uma atuação pública a favor dos mesmos, capaz de propor uma intervenção urbana nos moldes indicados no Estatuto das Cidades e fundamentada no valor de uso do solo urbano.

Esses agentes buscam ‘vencer pelo cansaço’, a julgar que já são sete anos de resistência e a demora judicial pode diminuir a esperança dos ocupantes.

Por outro lado, os ocupantes que persistem vão se apropriando mais definitivamente do terreno, construindo suas casas de alvenaria, modificando a organização espacial da ocupação, acreditando que não serão mais expulsos porque está claro que o terreno agora tem função social definida. Por isso, permanecem no território ocupado. Segundo Pedro Cardoso,

A ação direta é a principal estratégia que usamos: Ocupamos para abrir o canal de negociação e mantemos a ocupação para avançarmos nas conquistas e vamos ficando, a ocupação vai se consolidando e tentamos a regularização (Pedro Cardoso. Entrevista realizada em 13/03/2015, em Salvador-BA).

Ao resistir na ocupação, buscam re-existir, enquanto sonham com dias melhores e enfrentam diversos questionamentos sobre seu potencial transformador: protagonizam a resistência em busca de uma re-existência! (Araujo O. , 2017).

4.4 A LUTA POR HABITAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A investigação realizada por Almeida M. C. (2005) sobre a produção da habitação popular em assentamentos e ocupações em Vitória da Conquista apresenta um mapeamento das ocupações, aborda parcialmente a importância dos movimentos sociais na luta por habitação, indicando que as ocupações constituem uma resposta à exclusão do acesso à habitação, mas não identifica os movimentos sociais, embora liste os seguintes assentamentos oriundos de ocupações:

[...] assentamentos oriundos de antigas ocupações (Alto da Conquista – 1991, Renato Magalhães – 1992, Parque da Colina – 1996, Ubaldino Gusmão -1996, Conjunto da Vitória – 1991 e Santa Helena – 1989/93) e das ocupações (Alto da Boa Vista – 1988, Alto da Conquista – 1997, Pedrinha – Nova Esperança – 2001, Nossa Senhora de Lourdes – 1999, Santa Cruz – 1988, Encosta do Conveima I – 1991, Encosta do Conveima II – Copacabana II – 1994, Santa Terezinha – 1984, Rua Paulo Rocha – 1992, Rua José Machado Costa – 1992, CGC – canteiro central – 1999, Kadija – ao lado do cemitério – 1989, Ipanema – 1980, Lagoa do Jurema – 1995, Rua Anelita Nunes – Tanque Seco -1996 e Vila União – 1987). (Almeida M. C., 2005, p. 20).

Almeida M. C. (2005) aponta que a constituição do primeiro movimento de luta por moradia em Vitória da Conquista ocorreu em 2001, mas não o identifica.

Ocorreram diversas ocupações de terrenos, entre 1985 e 2010 (Figura 102), em Vitória da conquista, provenientes de ‘movimentos sociais’, também não identificadas (Menezes H. J., 2011).

A confusão teórica dos autores referindo-se às ‘mobilizações sociais’ de luta por moradia em Vitória da Conquista como ‘movimentos sociais’, enquanto assumem que o primeiro movimento social se consolidará tempos depois, está no fato de que as ações foram suficientemente fortes para promover importantes (re)territorialidades, mas não foram planejadas e executadas por um movimento social, haja vista seu caráter imediatista. No caso de Vitória da Conquista, são ocupações espontâneas precursoras da organização de movimentos sociais.

Apenas em 1991 o Programa Municipal de Habitação Popular em Vitória da Conquista fora criado, estabelecendo loteamentos através da doação de terrenos e reconhecimento de ocupações já consolidadas, mas até 2004 não tinha contemplado a necessidade de novas moradias. Diante dessa situação, a pressão popular continuou a crescer e novas ocupações surgiram, mas a busca de soluções negociadas com a prefeitura acabou desmobilizando os militantes da luta por habitação.

As Figura 102 e 103 espacializam os assentamentos e ocupações ocorridos em Vitória até 2005 e 2010 e demonstram que os assentamentos estão mais distantes do Centro, enquanto as ocupações estão mais próximas, denotando o processo de distanciamento dos mais pobres em relação às áreas centrais, sob o velho argumento de que há maior adensamento no Centro e maior disponibilidade de terrenos nas áreas de expansão urbana, como justificativa para a escolha da construção de grandes conjuntos habitacionais para a moradia dos mais pobres, coadunando os interesses dos proprietários imobiliários com a intervenção pública na manutenção das áreas centrais para outras finalidades que não a habitação popular, enquanto as pessoas nas ocupações vão demonstrando que há áreas mais próximas que podem servir a essa função.

Ao buscar compreender os processos de valorização diferenciadas do espaço urbano em Vitória da Conquista, Rocha I. d. (2011) concluiu que:

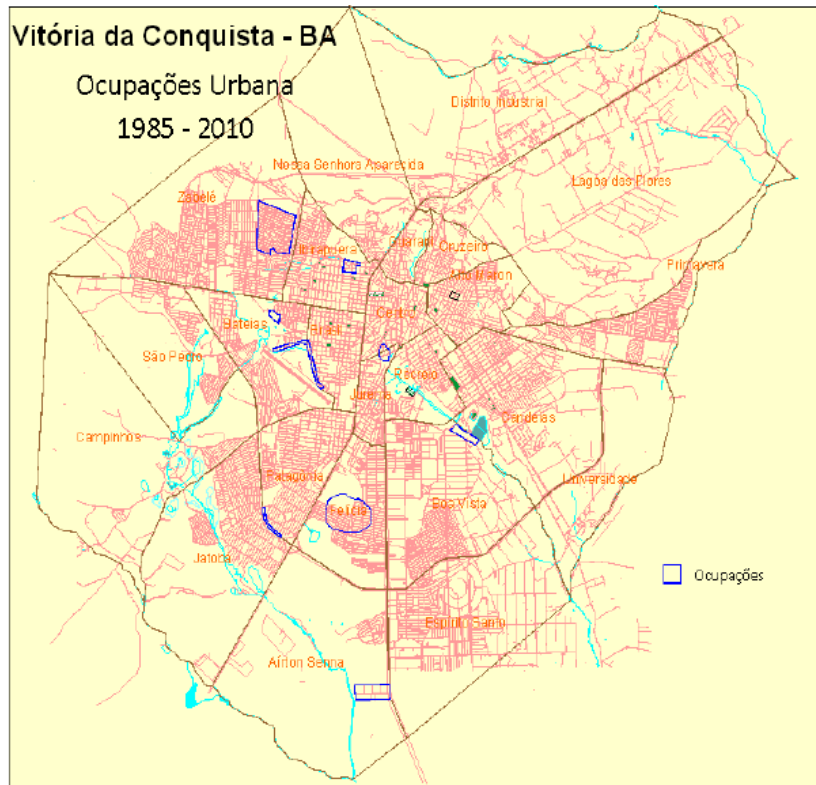


Figura 102 Ocupações de terrenos em Vitória da Conquista, entre 1985 e 2010

Fonte: Menezes H. J. (2011, p. 103)

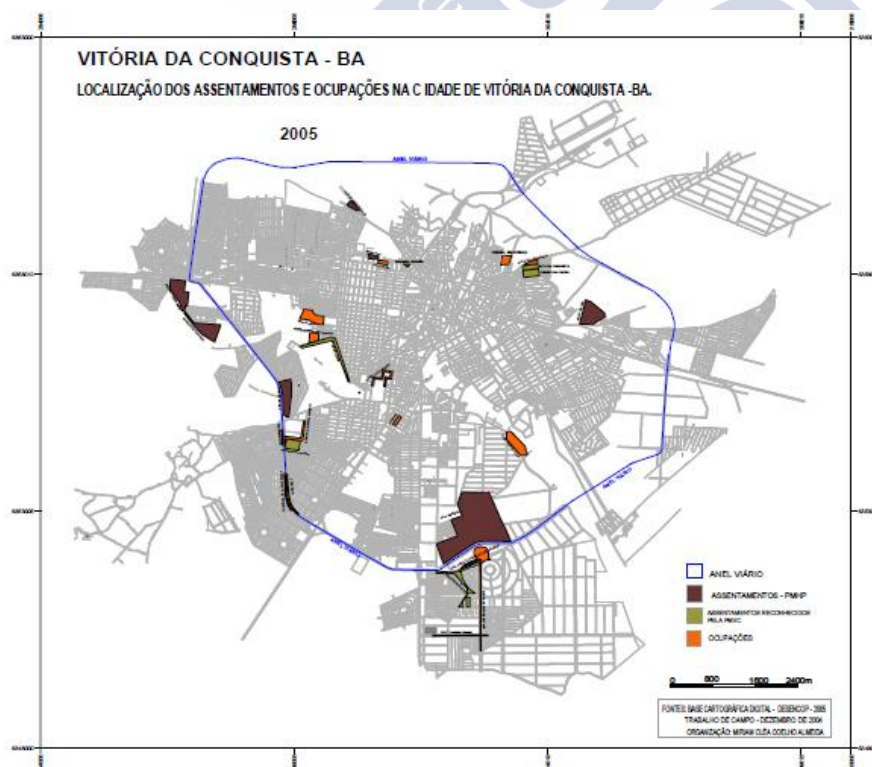


Figura 103 Assentamentos habitacionais e ocupações em Vitória da Conquista (2005)

Fonte: Almeida M. C. (2005, p. 16)

[...] é a lógica de mercado do sistema capitalista que orienta a produção do espaço urbano, não em uma relação simples e previsível do jogo da oferta e da procura, mas motivada por interrelações indissociáveis entre os distintos agentes sociais do desenvolvimento urbano, que exploram em seu proveito (econômico/político) a demanda pela moradia e manipulam a oferta de habitação de maneira socialmente seletiva no espaço urbano (Rocha I. d., 2011, p. 145).

Menezes H. J. (2011) relatou a ocupação de um terreno no centro de Vitória da Conquista, a ocupação América Latina (Figura 104), organizada pela Central de Movimentos Populares e Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, em 15 de junho de 2002, abrangendo 1700 famílias (aproximadamente 5.000 pessoas) em 700 barracos, como precursora para o surgimento de movimentos de luta por habitação em Vitória da Conquista. A ocupação, conforme percepção de seus militantes, teria sido ‘a primeira grande ocupação organizada, planejada e massiva da Bahia’ (Castro e Midian, 2002, citados por Menezes H. J., 2011, p. 38).



Figura 104 Ocupação América Latina, Vitória da Conquista

Fonte: Castro e Midian (2002, p.06, citados por Menezes H. J., 2011)

Em Vitória da Conquista até 2015 identificou-se a atuação do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD) (Figura 105), com ações de caráter socioterritorial claramente definidas, que serão discutidas no item seguinte.



Figura 105 Vitória da Conquista: MSLHP identificado até 2015

Elaboração: Oriana Araujo

4.4.1 MTD – Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos

Menezes H. J. (2011) situa em 2002 o início da organização do MTD em Vitória da Conquista e indica que lideranças do movimento nacional passaram a estruturar o movimento em Conquista, enviando um representante do Rio Grande do Sul¹⁶ ante a repercussão do Acampamento América Latina e a existência de outras manifestações de luta.

Contudo, devido a desgastes e frustrações no embate com os agentes públicos e divergências entre as lideranças, o movimento sofreu estagnação, que só fora superada em 2003, quando foi organizado o MTD em Vitória da Conquista, culminando na Ocupação Fazenda Felícia, às margens da BA-263, de onde foram expulsos sob ordem judicial. Ocuparam uma área próxima, resistiram por 8 meses, foram expulsos novamente, ocuparam outra área e conseguiram a posse da terra: o Assentamento Zumbi dos Palmares, onde passaram a lutar por condições de permanência (Menezes H. J., 2011). Entretanto, em 2017 ainda não haviam conseguido a documentação definitiva, segundo um de seus coordenadores.

No ano de 2016 realizou a mudança de nome para Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos, com manutenção da sigla MTD (Figura 106).

De acordo com Menezes H. J. (2011) o MTD busca articular as lutas urbanas e rurais, reorganizando o trabalhador urbano desempregado a partir da moradia em assentamentos no entorno das grandes cidades, em lotes de, no mínimo, 0,5 hectares por família, em comunidades na forma de “agrovila”, o que situa as negociações no âmbito do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

A importância do MTD na perspectiva de uma de suas lideranças local e estadual, antes moradora da cidade, é permitir a sobrevivência sem que para tudo seja necessário ter dinheiro, já que possuem uma terra para cultivar uma horta, criar galinhas (Figura 107).

Os princípios do MTD são a valorização da vida humana e o trabalho coletivo, num projeto popular para o Brasil (Menezes H. J., 2011). Um de seus líderes afirmou que:

O MTD não ocupa uma área só por moradia, porque geralmente quem tem problema de moradia é por que tem baixa renda e se não se cria alternativas de geração de trabalho e renda, acontece uma alta evasão de famílias após serem assentadas. É o que acontece nas ocupações de



Figura 106 Logomarca do MTD nacional.

Fonte: MTD e MOTU Brasil



Figura 107 Lote e moradia no assentamento Zumbi dos Palmares.

Foto: Oriana Araujo

¹⁶ O MTD nacional fora fundado em 2000, no Rio Grande do Sul.

sem teto, as muitas famílias ficam sem condições de permanecer morando ali por falta de renda e acabam vendendo o barraco ou a casa para ir tentar trabalho em outro local. Existe uma grande massa de desempregados que é nômade, não por opção, mas por não conseguir se manter e mesmo os subempregos e empregos hoje são muito temporários e rotativos (G., 2009). (Menezes H. J., 2011, p. 66)

A ocupação direta é a principal estratégia de luta, organizando as ocupações de terreno e produção de acampamentos. São realizadas manifestações em vias públicas, interdições de rodovias estaduais e federais, ocupações de prédios públicos, a exemplo da ocupação da sede do INCRA em 2009, bem como resistência a reintegrações de posse (coordenação do MTD).

Apesar das diferentes estratégias para a visibilização da luta, o Estado, no caso em análise a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e o INCRA, atuaram sempre no sentido de prorrogar as decisões, de arrastar os processos, utilizando a burocracia que lhes é tão cara como artifício para o combate às reivindicações, como se nota no processo da conquista do Assentamento Zumbi dos Palmares, que demorou seis anos e sofreu ajustes para 'adequar-se', reduzindo pela metade o número de famílias assentadas (Menezes H. J., 2011).

A territorialização da luta está evidente na Figura 108, que denota os frutos do trabalho de organização e resistência realizados no âmbito do MTD de Vitória da Conquista, além de deixar clara a escolha por espaços próximos à cidade, mas com disponibilidade suficiente de terras para a subdivisão dos lotes em 0.5 hectare por família (Menezes H. J., 2011), conforme objetiva o movimento.

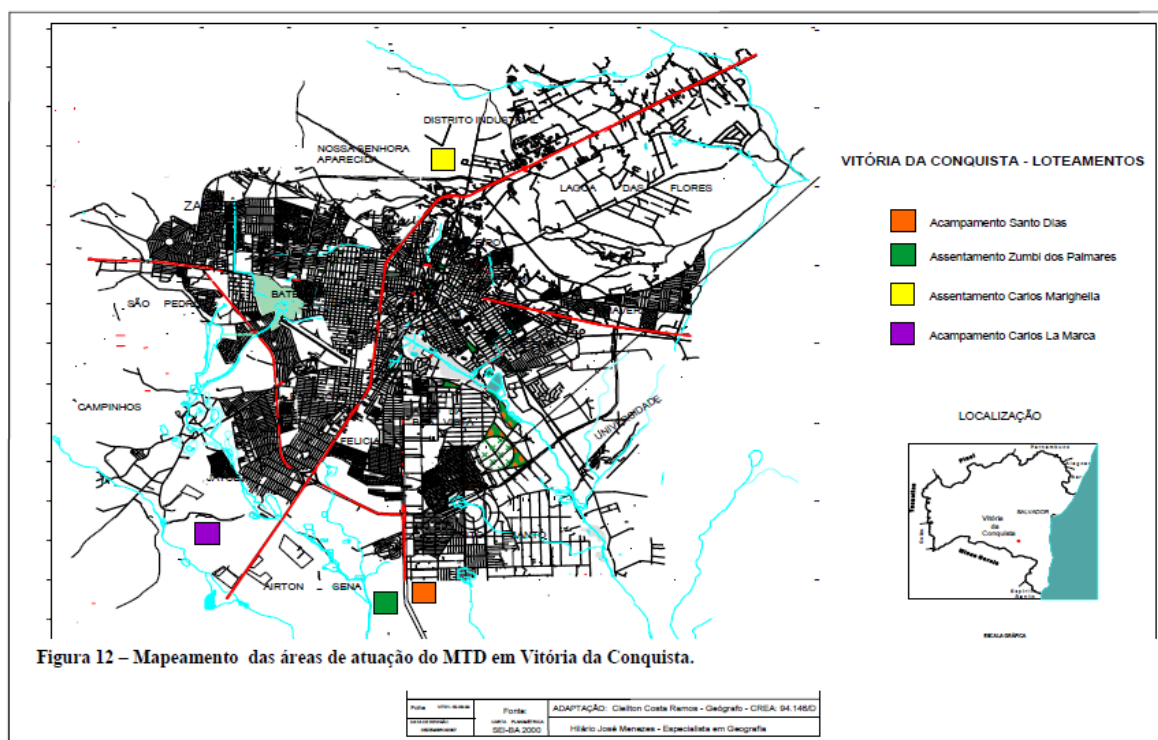


Figura 108 Territórios ocupados pelo MTD em Vitória da Conquista

Fonte: Menezes H. J. (2011, p. 55)

O Quadro 13 apresenta, por ordem temporal, as ocupações realizadas pelo MTD em Vitória da Conquista, desde 2003 a 2016, demonstrando que o movimento conseguiu consolidar as ocupações, ou no próprio território ocupado ou garantindo um território

específico para os militantes. Embora não possuam os títulos de posse, confiam nos acordos que realizaram com os diferentes prefeitos ao longo desse período.

A busca de cooperação com outras entidades pode ser constatada a partir do uso conjunto da ‘Casa 2 de Julho’ a partir de maio de 2015, pelos coletivos Consulta Popular, Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres – núcleo Maria Rogaciana e do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD), cuja manutenção será realizada pelos movimentos e apoiadores a partir de doações.

Quadro 13 Assentamentos e ocupações organizados pelo MTD-Vitória da Conquista

Nome	Data	Número de famílias assentadas	Desfecho
Zumbi dos Palmares	2003	20	Consolidada
Carlos Marighella (8km)	2004	40	Área cedida pela prefeitura para relocação
Felícia/ Carlos Lamarca	2004	30	Consolidada
Joana D’arc (4km)	2012	19	Área cedida pela prefeitura para relocação
Dandara	2016	19	Consolidada
Ocupação atualmente desvinculada do MTD			
Santo Dias	2004	60 (início) 35 (atual)	Desvinculada do MTD

Fonte: Eliete (coordenadora do MTD); Questão de direito (2016).

Elaboração: Oriana Araujo

O MTD é um movimento urbano-rural, haja vista que reorganiza os trabalhadores urbanos desempregados, subempregados, mas especialmente sem-teto, para a luta por uma moradia em áreas rurais, mas próximas à cidade, respeitando condições de acessibilidade para que o trabalhador possa morar e produzir no campo e continuar próximo à cidade, de onde continuam extraíndo parte de suas rendas.

Silva relembra a análise de Lefévre e Harvey de que a pobreza urbana é, em certa medida, a reorganização da pobreza rural nas cidades (Silva J. B., 1992). Nesse sentido, a retomada de territórios que possibilite o trabalho na terra, com proximidade das cidades, conforme proposto pelo MTD, apresenta uma solução razoável para a retomada de um modo de vida que fora abandonado em troca de um futuro melhor nas cidades, que em verdade não se concretizou, representando, em muitos casos, na piora das condições de vida. Embora, como discutiu Rattner (1973) exista todo um apelo de conformação que ilude os mais pobres na sensação de que está melhor porque vive numa cidade com tantos recursos, sem que se deem conta de que não podem usufruir dessa cidade porque não dispõem de dinheiro, numa estratégia de ‘fábula’ que dificulta a interpretação crítica em relação a sua própria vida.

O despertar da população Sem-teto (ou vivendo em condições insalubres) do estado letárgico de conformismo à tomada de consciência de sua sujeição e daí para o estado de inconformismo que conduz à ação é um importante papel realizado pelos MSLHP na Bahia.

É uma perspectiva diferenciada em relação aos demais movimentos de luta por habitação da Bahia, haja vista propor o acesso à moradia enquanto direito constitucional e também à terra, enquanto meio de produção, associada a outros meios fundamentais como água, energia elétrica e recursos para investir na produção rural. Além disso, propõem a politização de seus militantes, de maneira que os processos de formação política ocorrem constantemente, bem como o estímulo ao aumento da escolaridade, seja a partir da construção de escolas nas agrovilas, seja a partir do retorno à escola.

A conjuntura em 2017 indica que a conquista do assentamento dos militantes provocou certo refluxo na mobilização por moradia, uma vez que o objetivo fora conquistado, ainda que não tenham a propriedade assegurada juridicamente porque não possuem a documentação da posse dos terrenos.

Segundo a coordenação do MTD, de cerca de 60 famílias que ocuparam inicialmente o Santo Dias, apenas 32 permaneceram e não foram para os assentamentos Felícia (atual Carlos Lamarca) e Joana D'Arc. Essas famílias se desligaram do MTD e atuam por conta própria.

Outro elemento que aponta para o arrefecimento da atuação do MTD em Vitória da Conquista é o surgimento de ocupações espontâneas, com lideranças que não foram forjadas no âmbito do MTD. Essas ocupações dos 'sem bandeira' denunciam que o problema da falta de moradias persiste em Vitória da Conquista.

Esses ocupantes enfrentaram ações de expulsão, mesmo sem ordem judicial, engendrada por agentes da segurança municipal, com derrubada das casas construídas na ocupação Cidade Bonita em 2017 (Figura 109), mas continuam a construir e acreditam na permanência, conforme indicou uma de suas lideranças, que informou existir outra ocupação na cidade, a ocupação Maravilhosinha. É possível que surja dessas experiências novos movimentos sociais de luta por moradia em Vitória da Conquista ou ainda que se aproximem e tornem-se parte do próprio MTD ou outro movimento social.



Figura 109 Moradia demolida pela prefeitura de Vitória da Conquista em 2017

Foto: Oriana Araujo

Esses fluxos e refluxos são movimentos normais nos MSLHP (Santos R. E., 2011), já que a conquista do território requer esforços para consolidar outros direitos, de modo que suas lideranças, a exemplo do que ocorre com o MTD em Vitória da Conquista, precisam lutar pelas condições de permanência nos lotes conquistados, travando verdadeiras batalhas para conseguirem estradas acessíveis, escolas, transporte escolar para as crianças, água, energia, dentre outros elementos que demandam empenho e dedicação.

4.5 MOVIMENTOS DE LUTA POR MORADIA EM TEIXEIRA DE FREITAS: A AÇÃO DO MLT – MOVIMENTO DE LUTA POR TETO

De acordo com uma das lideranças do Movimento de Luta por Teto (MLT) em Teixeira de Freitas, o movimento foi fundado em junho de 1996 com a ocupação de terra por 600 famílias em uma área da Igreja Católica, mas mediante o mandato de reintegração de posse, eles se retiraram.

A logomarca do MLT (Figura 110) relaciona a habitação e a formação de famílias, destacando o caráter humano e de proteção ao qual se remetem suas lideranças.

O MLT atua apenas no município de Teixeira de Freitas e foi o único movimento socioterritorial de luta por habitação popular com ocupações diretas identificados no município (Figura 111).

A primeira ocupação urbana do MLT ocorreu em 2000, no Bairro Redenção, mas surpreendentemente no mesmo dia o número de famílias saltou de 150 para 600 famílias que estavam dispostas a lutar por moradia, de modo que no mesmo dia ocuparam outro terreno no bairro Luís Eduardo Magalhães, que continuou a receber famílias, atingindo 580. Parte do terreno era da prefeitura e parte era privado e, após pressão do movimento, luta e resistência – incluindo reintegração de posse –, a prefeitura desapropriou o terreno em 2001.

Em ambos os casos o MLT conseguiu a permanência nas ocupações, devido ao fato de se tratar de terras devolutas e de áreas privadas que foram desapropriadas pela prefeitura a fim de atender à reivindicação popular, de modo que em 2001 já se tornaram assentamentos consolidados e as famílias passaram a construir suas casas.

As ocupações prosseguiram e, em 2003, cerca de 2.500 famílias ocuparam um terreno no bairro Colina Verde, de uma empresa imobiliária (Campista Imobiliária), que também acionara a justiça. Ante a resistência, em agosto de 2004 a prefeitura desapropriou a área (decreto municipal 066/2014), destinando-a aos ocupantes (Figura 112). Nota-se que a coordenação do MLT preocupou-se com o ordenamento territorial, planejando o arruamento de modo a constituir ‘um bairro organizado, sem parecer uma favela’, como ressaltou uma de suas lideranças.

Entretanto, enquanto a regularização fundiária não for efetivamente realizada, os moradores estarão sempre suscetíveis a possíveis ordens judiciais de reintegração de posse, como ocorrera em julho de 2017, obrigando-os a mobilizarem-se mais uma vez para a garantia do direito à moradia (Bahia Extremo Sul, 2017).

Em 2004 cerca de 300 famílias ocuparam um terreno na Baixada Tancredo Neves, onde conseguiram a permanência devido ao fato do terreno ser público.

Entre 2004 e 2015 há um hiato nas ocupações e parece ter havido um arrefecimento na disposição em ocupar, que pode ser explicada parcialmente pelo atendimento da demanda existente nos assentamentos anteriores, bem como à mudança de conjuntura e ascensão do



Figura 110 Logomarca do MLT

Fonte: Coragem (2015)

governo Lula e criação do PMCMV com construção de unidades de habitação de interesse social, mas também pela eleição para vereador de sua principal liderança – que, no entanto, fora seguida de cassação devido a uma denúncia relacionada ao uso eleitoral de lotes em uma das ocupações, que apesar de contestada segundo o argumento de que a denunciante teria mentido para prejudicar o candidato e líder do MLT, não surtiu efeito. Em 2016 o mesmo candidato foi novamente eleito vereador com 1040 votos pelo PC do B e conseguiu assumir o mandato, contudo, segundo assegurou uma de suas lideranças, o cuidado com a campanha eleitoral fora redobrado, evitando até mesmo pedir votos nos assentamentos.



Figura 111 MLT: atuação na Bahia

Fonte: Coordenação do MLT (2017). Elaboração: Oriana Araujo.

Em 2015 o MLT organizou uma grande ocupação, com 2.300 famílias, em terreno doado à fábrica da Grendene para expansão das atividades, que não ocorreu. Tal ocupação, nomeada de Rosa de Luxemburgo, será examinada mais atentamente no item seguinte.

No ano de 2016 o MLT ocupou um terreno, às margens da BR 101, próxima à Pousada Lord, no Bairro Castelinho. A respeito das intenções sobre o uso do terreno, um dos líderes do

movimento afirmou que no espaço haveria área para as casas, área de lazer, área verde, posto policial, posto de saúde e que:

O que a gente faz é um ato de solidariedade, tirando pessoas dos aluguéis e construindo em áreas como essa (Romario Araujo. Liderança do MLT. Em: (Repórter Coragem, 2016).

O Quadro 14 sistematiza o histórico dessas ocupações do MLT em Teixeira de Freitas e demonstra o número de famílias ocupantes, a situação do imóvel e o desfecho das disputas.

O MLT tem atuado a partir da organização popular para a ocupação de terrenos e luta pela conquista da posse, com vistas à autoconstrução de moradias. Uma vez ocupada uma área, os lotes são logo divididos e as reuniões vão sendo realizadas de acordo com as necessidades. No início da ocupação tende a ser semanal e depois passa a ser quinzenal, mensal e são realizadas assembleias sempre que precisam definir questões importantes, mas são feitas sempre reuniões, porque de acordo com uma de suas lideranças, “estamos sempre dentro da ocupação, afinal somos um movimento”.



Figura 112 Ocupação Colina Verde (Teixeira de Freitas)

Foto: Oriana Araujo (agosto de 2017)

Quadro 14 Ocupações organizadas pelo MLT-Teixeira de Freitas

Data	Ocupação	Famílias ocupantes	Situação do imóvel	Desfecho
07/09/2000	Bairro Redenção	150	Devoluto	Consolidada
07/09/2000	Bairro Luís Eduardo Magalhães	580	Parte público, parte privado	Consolidada
03/06/2003	Bairro Colina Verde	2500	Particular	Consolidada
23/06/2004	Baixada Tancredo Neves	300	Devoluto	Consolidada
07/03/2015	Rosa de Luxemburgo	2300	Público cedido a empresa	Em litígio
22/06/2016	Castelinho* (próximo Pousada Lord)	180	Não informado	Em litígio

Fonte: Lideranças do MLT entrevistadas em setembro de 2017; Repórter Coragem (2016). Elaboração: Oriana Araujo

De acordo com uma de suas lideranças, os Sem-teto são identificados a partir da procura por terrenos junto às lideranças do MLT, comprovando sua condição de vulnerabilidade social.

A organização do movimento se dá pela constituição de coordenação das ocupações, que estão articuladas ao coordenador geral, Leonardo Feitoza (Leonardo do Sindicato), que é sua principal liderança e atualmente vereador (

Figura 113). São estabelecidos cinco coordenadores de ocupação ou do bairro, que passarão a atuar na Associação do Bairro constituída assim que a ocupação se consolida, de forma que um desses coordenadores será o presidente do bairro. São feitas reuniões de coordenação e depois com as pessoas para que as demandas sejam debatidas e votadas, com direito de fala e voto para todos.

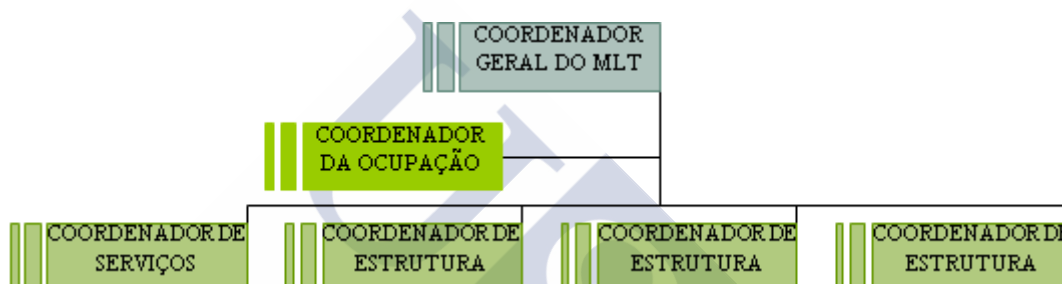


Figura 113 Estrutura organizacional do MLT

Fonte: Liderança entrevistada em agosto de 2017. Elaboração: Oriana Araujo

Quanto a apoios, o MLT articula-se com o sindicato dos trabalhadores da construção civil e com o PC do B. Além das dificuldades com infraestrutura, falta de apoio, porque indicam que ‘começam do zero’, uma das lideranças destaca a dificuldade em conscientizar as pessoas sobre a utilização do terreno efetivamente para a moradia e não como negócio e explica:

Tem que conseguir coordenar as pessoas e fazer entender que o movimento é social, para as pessoas que necessitam (...) as vezes a pessoa necessita de um terreno, mora debaixo de uma lona e, as vezes a pessoa por pouca besteira vende aquele direito que ela tá tendo ali. Se o movimento descobrir, a gente toma de quem vendeu e de quem comprou e passa para uma pessoa que necessita (Liderança do MLT. Entrevista concedida em agosto de 2017).

Apesar das dificuldades enfrentadas, uma das lideranças indica que

A maior motivação que a gente tem para a luta é a realização do sonho das pessoas [ter uma casa]; e quando você ajuda a conquistar é satisfatório demais e aí não tem dinheiro no mundo que compre a satisfação que você tem de ajudar o próximo (Liderança do MLT. Entrevista concedida em agosto de 2017).

O MLT ocupa para conseguir o terreno para a construção de moradias pelos militantes, considerando que as pessoas constroem a partir daí, à medida que vão economizando com o aluguel.

A escolha do terreno é feita a partir da observação de sua inutilização e sua possibilidade de servir á moradia, mas outros elementos como distância e topografia não são relevantes. De igual maneira, os topônimos são definidos a partir dos nomes que os bairros onde os terrenos ocupados estão; apenas a ocupação Rosa de Luxemburgo difere e fora escolhido em assembleia, dentre alguns outros nomes elencados.

Quanto a relação com outros agentes, a exemplo da mídia, uma das lideranças do MLT destaca o grupo Sul Bahia de Comunicação como hegemônico, porém indica que a relação com as rádios e os sites não é de grande oposição, mas de veiculação das notícias que atinjam o movimento, seja contra o movimento ou de notícias que o movimento indique.

4.5.1. Ocupação Rosa de Luxemburgo - MLT

Em 07 de março de 2015 aproximadamente 2.300 famílias organizadas pelo MLT, de Teixeira de Freitas, ocuparam o terreno público cedido à fábrica calçadista Grendene para a construção de um pólo calçadista, que nunca fora instalado. Constituíram a ocupação Rosa de Luxemburgo (Figura 114) e justificaram da seguinte forma a sua ação:

(...) ninguém consegue viver com um salário mínimo, o salário hoje é um salário de fome, então as pessoas não conseguem conviver com isso, e muitas vezes se fizer as compras do mês não dá pra pagar aluguel, e se pagar aluguel não dá pra fazer as compras do mês, na verdade isso aqui é uma luta, é um movimento com a finalidade de garantir a função social da terra que pra nós é moradia, não tem justificativa nenhuma uma área deste tamanho ficar aqui obsoleta, um latifúndio improdutivo de uma empresa que tem milhões e milhões que veio pra cá com uma promessa de gerar 1200 empregos. E hoje eu desafio a imprensa a ir lá dentro e achar pelo menos 100 funcionários, que não tem” (Leonardo Feitoza – Coordenador do MLT, 25/01/2016. Em: Brizola (2016).

A empresa buscou as demais instâncias da justiça para reaver a posse do que lhe fora cedido para um uso que não cumpre, de modo que uma desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) expediu mandato de reintegração de posse em 19 de janeiro de 2017, suspenso em 20 de janeiro de 2017 pelo juiz Marcus Aurelius.



Figura 114 Ocupação Rosa de Luxemburgo

Fonte: News (2015)

Os marcos essenciais relacionados e identificados em relação à ocupação Rosa de Luxemburgo estão sintetizados no

Quadro 15.

Segundo uma liderança do MLT, o Estado da Bahia, detentor da posse das terras, pretendeu ainda destinar a área para a instalação da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), mas a ação da própria reitoria da UFSB, de reunir-se com o movimento social, e

negar-se a digirir-se para uma área já ocupada e reivindicada pelo Movimento de Luta por Teto (MLT) dirimiu tal intento.

A disputa deveria seguir ao Supremo Tribunal, mas em 20 de julho de 2017 o prefeito da cidade foi até a ocupação e garantiu que entregaria a documentação dos terrenos aos ocupantes, não se sabe se por reconhecimento da luta ou por tentativa de ganho de votos e força política. Contudo, de acordo com uma liderança do MLT, o prefeito quer assentar na área cerca de 300 ocupantes de outra área, bem como que seja liberado espaço para construção de equipamentos públicos, o que deverá ser negado pelo MLT, afinal, para onde irão as pessoas que estão na luta pelo terreno?

Quadro 15 Marcos essenciais na luta por moradia no Acampamento Rosa de Luxemburgo

DATA	AÇÃO
07/03/2015	Ocupação do terreno e construção de barracos por cerca de 2.000 famílias
17/03/2015	Manifestação e busca de apoio na Câmara de vereadores de Teixeira de Freitas (Figura 115)
25/01/2016	Assembleia na ocupação para traçar estratégias
17/01/2017	Mandato de reintegração de posse expedida pelo TJE-Bahia
20/01/2017	Suspensão da reintegração de posse expedida pelo TJE-Bahia (liminar)
29/05/2017	Cadastramento das famílias pela Prefeitura; busca de solução junto ao governo do Estado
20/07/2017	Compromisso do prefeito Temoteo Brito (PSD) de que entregará a documentação dos terrenos aos ocupantes

Fonte: Brizola (2016); Fiscalizar Extremo Sul (s.d)(Fiscalizar Extremo Sul); News (2015); Nogueira, Atlântica News (2009); Liberdade News (2017); Liberdade News (2015). Elaboração: Oriana Araujo (2017).

Na ocupação percebe-se que as pessoas estão confiantes de que terão a posse assegurada, haja vista a rapidez com que as casas estão sendo construídas – cerca de 800 casas já construídas –, além dos barracos (Figura 116).

Essa velocidade da expansão das construções reitera a dificuldade de acesso ao solo urbano via compra, considerando-se que a posse do terreno já permite a construção da moradia almejada, ainda que o padrão habitacional nem sempre seja o mais adequado.



Figura 115 Manifestação pública na Câmara de Vereadores em março de 2015

Fonte: Fiscalizar Extremo Sul



Figura 116 Ocupação Rosa de Luxemburgo

Foto: Oriana Araujo (agosto de 2017)

4.6 LUTA POR MORADIA EM EUNÁPOLIS: ASTIE – ASSOCIAÇÃO DOS SEM-TETO INDEPENDENTE DE EUNÁPOLIS

A luta por moradia em Eunápolis passou a ser organizada coletivamente desde 2008, com a criação da Associação dos Sem-Teto Independente de Eunápolis (ASTIE), já com registro formal e área de atuação em Eunápolis (Figura 117). A maior parte dos líderes advinha da militância no MST, como explicou um desses líderes, que argumenta sobre o objetivo da luta da ASTIE:

(...) o objetivo da luta é a casa para as famílias que não têm onde morar, mas se conseguir o terreno já é difícil, imagine a construção das casas (...). A gente pediu ao governo reforma das casas do Juca Rosa, oficina de corte e costura, não tivemos êxito (...) o que nós fizemos? Por conta própria vamos fazendo... já não compra o feijão, amanhã compra uma porta, um saco de cimento e vai indo. Infelizmente, porque se for esperar pelo governo não vai sair. (Wedson /Gazo. Coordenador da ASTIE. Entrevista concedida em setembro de 2017).

A primeira ocupação realizada em 2008 ocorreu em um terreno da Veracel (empresa produtora de celulose e plantio de eucalipto) que já se situava numa área urbana e não deveria ser ocupada por eucalipto, conforme a compreensão da ASTIE (Bittencourt M. , 2008). Apesar da concordância do Ministério Público de que a área deveria ser destinada à moradia, houve reintegração de posse e manteve-se a propriedade da Veracel, com a derrubada dos barracos.

600 famílias foram forçadas a se retirar do local, apesar dos protestos e atos em defesa da permanência, a exemplo do acampamento em frente ao viveiro da Veracel e o bloqueio da BR 101 em 13/10/2008 (A Tarde , 2008). Cerca de 200 famílias foram cadastradas por assistentes sociais da prefeitura e encaminhadas para unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Quanto às demais famílias, o líder explicou que “*ficaram a ver navios*”:

As outras, infelizmente uns foram tomando seus rumos de vida porque as condições financeiras não tem como você ficar toda vida debaixo de uma lona esperando (...) os políticos fazem um cadastro, mas é aquela estratégia... (Wedson /Gazo. Entrevista concedida em setembro de 2017).

Entretanto 10 famílias ocuparam uma quadra esportiva em frente ao terreno de onde foram obrigados a sair e permanecem resistindo, aguardando uma unidade habitacional, vivendo em condições precárias há quase dez anos (Figura 118).

Atualmente, no terreno inicialmente ocupado fora construído um condomínio destinado à demanda solvável do mercado imobiliário. Paradoxalmente o condomínio situa-se em frente à quadra poliesportiva que abriga os Sem-teto que ocuparam o terreno em 2008.

Destaca-se a mudança de intenção da empresa em relação ao terreno, modificando o projeto de plantação de eucaliptos para um projeto habitacional futuro destinado à moradia de funcionários, através da comercialização dos imóveis, como estratégia para a manutenção da propriedade e de lucros.

Observa-se que há uma série de ações engendradas por diferentes agentes (Veracel, Prefeitura de Eunápolis, Ministério Público) para solucionar o conflito, mas não se cogita atender a reivindicação popular de que o terreno cumpra a sua função social sendo destinado à moradia para a população de baixa renda.

A ocupação dos apartamentos do Programa Viver Melhor (Figura 119) que estava com as obras paralisadas, da CONDER, resultou num acordo com a prefeitura de que um terreno seria doado e a CONDER construiria novas casas destinadas aos ocupantes, conforme indica Gazo. O acordo, apesar de documentado e assinado pelo então prefeito Roberio Oliveira, do

PSD (que foi reeleito e é o prefeito atual), não foi cumprido nem pela prefeitura, nem pela CONDER.

O quadro 16 apresenta as datas de início das ocupações, a quantidade de famílias diretamente envolvidas, a situação jurídica do imóvel ocupado e o desfecho da disputa estabelecida.



Figura 117 Bahia: município de atuação da ASTIE
Fonte: Coordenação da ASTIE. Elaboração: Oriana Araujo

Em 2010 ocuparam um terreno que fora doado por uma empresa de construção imobiliária à Prefeitura para a construção de um parque ecológico. Foram convencidos a sair, mediante a desapropriação de uma área pela prefeitura, que gerou o loteamento do bairro Nacional (Figura 120), destinando os terrenos para 160 famílias da ASTIE.

Contudo, em 2016 a tal área do Parque foi novamente ocupada por militantes do Movimento dos Trabalhadores Independentes (MTI) (cerca de 500 pessoas) e, dessa vez, as lideranças desse movimento foram presas e o próprio Wedson (Gazo) ficaram 3 meses no

presídio (apesar de alegar não ter participado dessa ocupação), enquanto outro líder encontra-se preso há mais de uma ano, sob alegação de que ocuparam uma área de proteção ambiental.



Figura 118 Ocupação na quadra poliesportiva - Eunápolis

Foto: Oriana Araujo (setembro de 2017)



Figura 119 Ocupação das casas da CONDER, Eunápolis (2009)

Fonte: Nogueira

Quadro 16 Lutas da ASTIE (Eunápolis)

Início	Ocupação	Famílias	Situação do imóvel	Desfecho
2008	Terreno da Veracel/Bairro Itapuã	600	Particular	Reintegração de posse; Cadastro no PMCMV de 200 famílias
2009	Viver Melhor/ CONDER/Bairro Gusmão	40	Estadual	Desocuparam; Acordo com a prefeitura (não cumprido)
2010	Bairro Colonial/ Parque ecológico	160	Particular doado à prefeitura	Desocuparam; Acordo de relocação (Bairro Nacional)
2015	Casas do Juca Rosa	50	SEDUR/muni cípio	Consolidada

Fonte: Wedson Souza (Gazo), coordenador da ASTIE (Entrevista realizada em 01 de setembro de 2017). Sites: Radar 4 (2009); Nogueira, Atlântica News (2009); A Tarde (2018); (Bittencourt M. , 2008). Elaboração: Oriana Araujo.

É preciso considerar que há custos para defender-se, constituindo advogados, viajando para Salvador, providenciando mover-se. Questionado se há pagamentos de mensalidade, Wedson (Gazo) destaca que não, porque é difícil convencer as pessoas de que o dinheiro será usado na busca de benefícios para todos; e que a participação em reuniões e assembleias, bem como o empenho das pessoas é maior e há colaborações quando estão ocupando terreno e pleiteando a moradia, mas a partir da conquista do terreno, já há dificuldades, as pessoas não querem mais participar e colaborar.

Em 2015, realizaram a ocupação do Juca Rosa, nas casas que começaram a ser construídas pela SEDUR e estavam abandonadas. Desde a ASTIE, foram buscadas as vias institucionais, a partir do diálogo com a prefeitura (prefeito Neto Guerrieri - PRTB) e a SEDUR, para que a Associação detivesse o direito às casas para assentar os Sem-teto que as ocuparam.

As casas foram parcialmente terminadas pelos próprios ocupantes, com auxílio da ASTIE, de modo que providenciaram as telhas, as portas e as cinquenta famílias passaram a morar definitivamente (Figura 121).

De modo geral, Wedson considera que a relação com a polícia militar e civil é muito transparente, alegando que a polícia realiza o trabalho dela e que hoje, diferente do que acontecia no período do Carlismo, a polícia não chega batendo, sabe que são cidadãos, mas executa o que a justiça determina.

Quanto ao poder judiciário, indica que há forte decepção com o ministério público e juízes porque de uma relação em que os movimentos eram mais ouvidos, houve uma mudança de postura e a Veracel passou a ser vista com outros olhos; ao que parece, tal postura inverteu-se desde 2011, quando foi firmado um acordo entre a Veracel e o governo do Estado, de que não seriam toleradas novas ocupações depois de 2011.

Ante tal intransigência, os movimentos responderam com uma grande audiência pública e a retaliação veio em 2015, com a prisão de sete ocupantes e lideranças em uma ocupação de sem-terra (MTI – Movimento dos Trabalhadores Independentes), em terras devolutas que a Veracel diz ser de sua propriedade, mas seriam resultado de documentos forjados. Alegou-se que estavam roubando eucalipto, corrupção de menores, formação de quadrilha, por conseguinte, ficaram 21 dias num presídio.

A demonstração de que é difícil livrar-se de acusações e a dureza de cumprir penas por delitos que não cometeu obviamente dificulta e arrefece a força das lideranças, afinal cabe sempre a reflexão pessoal sobre a sujeição a tais sacrifícios, já que há um peso a ser carregado por essas pessoas, há processos judiciais a serem respondidos e, nem sempre há reconhecimento social. Contudo, continuam na luta, sabem o significado de suas ações e que combatem forças poderosas, mas não invencíveis.



Figura 120 Moradia no bairro Nacional (Eunápolis)

Foto: Oriana Araujo (2017)



Figura 121 Casas do Juca Rosa (Eunápolis)

Foto: Oriana Araujo (2017)

4.7 O MSTB E A LUTA POR MORADIA EM SIMÕES FILHO

A luta por moradia em Simões Filho foi fomentada pelo MSTB (Figura 122), a partir do contato de suas lideranças com trabalhadores Sem-teto na cidade.

Em 2007 um grupo de 62 famílias ocupou as casas do conjunto habitacional Parque Continental (Figura 123), abandonado pela empresa construtora, apesar dos recursos da caixa econômica federal. Atualmente conta com cerca de 70 famílias porque outras pessoas construíram no entorno.

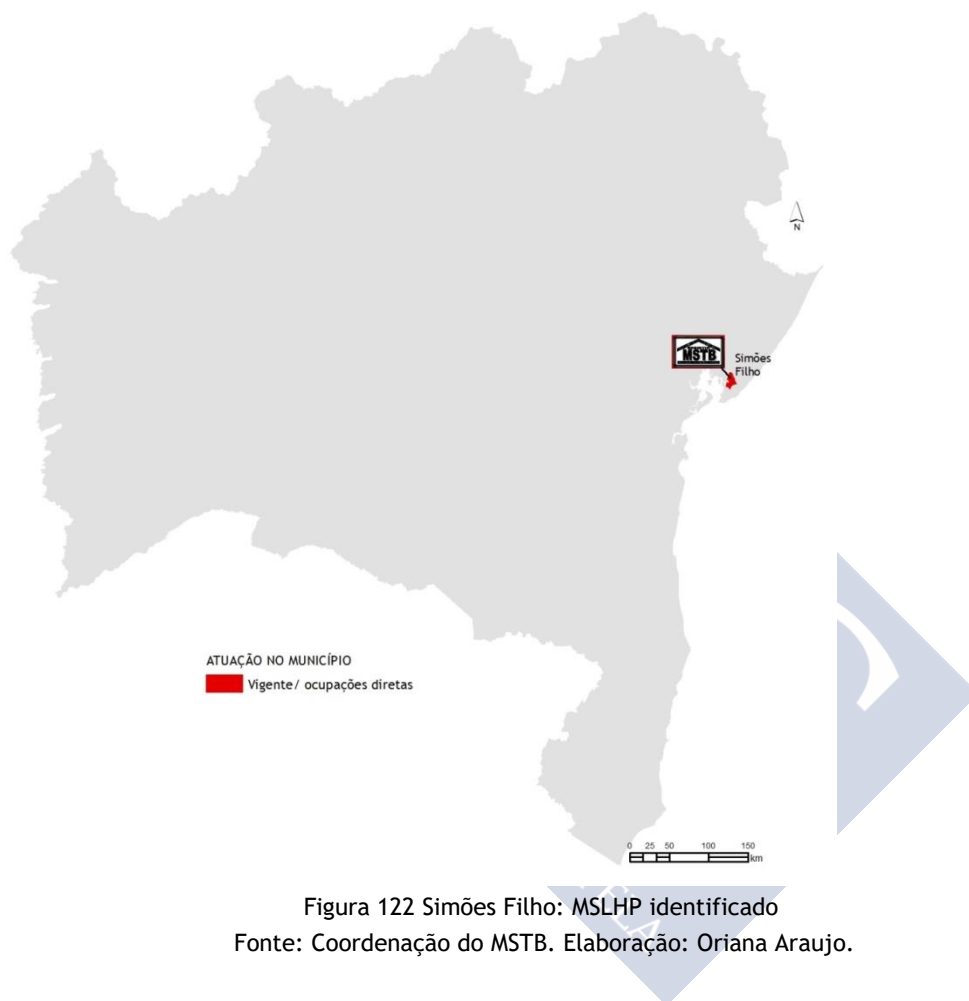


Figura 122 Simões Filho: MSLHP identificado
Fonte: Coordenação do MSTB. Elaboração: Oriana Araujo.

Juliana Silva (coordenadora do MSTB), em entrevista realizada em 03/03/2018, lembra que a relação com a empresa construtora foi complicada no início da ocupação do Parque Continental porque a empresa usou seguranças para intimidar as pessoas. Contudo, o movimento acionou a justiça, a partir da assessoria jurídica de advogados voluntários do MSTB e as coisas foram se acalmando.

O MSTB atuou no sentido de organizar as pessoas e as ações a serem desenvolvidas, a fim de dar visibilidade à causa e garantir a permanência, ainda que as casas não tivessem



Figura 123 Conjunto Parque Continental (Simões Filho)

Fonte: Araújo (2009)

condições de abrigá-las dignamente. A coordenação ressalta que apesar de inacabadas, as casas iniciadas representavam a esperança de um teto sem o pagamento de aluguel, o que significa muito para a população que se encontra desempregada ou subempregada.

O contexto e o cenário à época do início da ocupação foram descritos por Pitombo (2009) da seguinte forma:

Casas, meias casas, arremedos de casas. Quem percorre o conjunto habitacional que está sendo erguido no bairro Parque Continental, em Simões Filho, tem a impressão de estar em meio a ruínas de uma cidade fantasma. O cenário é resultado de um programa de habitação da Prefeitura de Simões Filho, que previa a construção de 65 residências, mas que, com a paralisação das obras, há cerca de um ano, viu as estruturas de 49 casas inacabadas serem ocupadas por famílias pobres da região (Pitombo, 2009).

A coordenação considera que a ocupação está consolidada porque apesar de haver um processo judicial, as pessoas já investiram nas casas, terminaram as construções e vivem efetivamente no conjunto.

A coordenação reconhece que há problemas com a liderança na ocupação porque um líder foi expulso do movimento por desvio da conduta e que, desde então, há dificuldade de estabelecer uma liderança mais efetiva; contudo, destaca que há um trabalho de formação política importante sendo realizado com a juventude da ocupação.

No que diz respeito à relação com outros agentes, a coordenação destaca a atuação de Igrejas Pentecostais que tem uma boa aceitação na comunidade. Quanto aos apoiadores, destaca que há associações de moradores do bairro que já existiam e auxiliam os ocupantes, acolhendo-os em seus projetos.

Segundo Juliana Silva (coordenadora), a relação com o município atualmente é boa, se observada a assistência social às famílias que são atendidas pelo programa bolsa família (auxílio mensal na renda) e com o Centro de Desenvolvimento Social e de projetos de alfabetização realizados na ocupação pela prefeitura e pelo Estado (2009-2014). Contudo, destaca que há falhas graves no que tange ao saneamento básico e infraestrutura na comunidade que nunca foram feitos pela prefeitura, mesmo quase 11 anos depois da ocupação e após diferentes mandatos políticos, cuja *'linha política é a mesma: não são vistos'*.

Apesar da ação direta de ocupação do território, explicitando com a sua ação o sentido do território produzido a partir das horizontalidades, da resistência, que constituem alternativas aos agentes hegemônicos e ao mercado que impõem no território suas lógicas tão utilitaristas quanto egoísticas, a militância do MSTB em Simões Filho ainda sofre com a invisibilidade dos problemas na ocupação já consolidada, já que o poder público finge não saber que não há saneamento básico, que não há pavimentação das ruas, a exemplo de outros bairros periféricos, que deixam clara a opção em investir os recursos públicos nas áreas onde vive a população de maior renda, ampliando ainda mais a segregação espacial.

A ocupação do Parque Continental é reveladora do processo de descaso e má aplicação do dinheiro público no Brasil. Não é raro encontrar nas diversas regiões brasileiras obras públicas paradas e abandonadas, sem que os prefeitos responsáveis por sua execução sejam responsabilizados. Estranhamente o país criou nas últimas décadas leis de responsabilidade fiscal que deveriam penalizar e coibir esse tipo de absurdo, entretanto, as manobras realizadas pelas equipes gestoras, aliadas à falta de denúncias populares e à ausência e/ou omissão da fiscalização pelos órgãos competentes ainda permitem que o dinheiro público não seja usado corretamente.

O movimento social de luta por habitação em Simões Filho atuou na denúncia do descaso em relação aos projetos de habitação abandonados, requerendo a sua finalização a partir da ocupação dos imóveis inacabados. Contudo, com o passar do tempo e indecisão sobre as

responsabilidades mediante as trocas de prefeito é a própria família que ocupou o imóvel que passa a finalizar sua construção, tornando-as moradias tão mais adequadas quanto maior for a capacidade de investimento familiar.

Observa-se que a ação do MSTB em Simões Filho fora importante para a manutenção das famílias nas casas ocupadas, mas não fomentou a constituição de um movimento dos Sem-teto de Simões Filho, talvez porque o sentido e interesse daquelas famílias fossem apenas a satisfação de sua necessidade imediata, sem disposição para a organização popular em prol da luta pela ampliação do direito à moradia na cidade.

4.8 CANDEIAS: DO MSTB AO MSTCD AO MSTC – MOVIMENTO DOS SEM-TETO DE CANDEIAS

O Movimento dos Sem-Teto de Candeias (MSTCD) é resultado da aproximação de lideranças de Candeias com o coordenador do MSTB, que auxiliou a organização das pessoas para a luta por moradia em Candeias, a partir de 2012, devido à relação de Conceição Neves com um projeto social como missionária da Igreja Assembléia de Deus, em que uma amiga indicou que deveria participar de uma reunião no CAB – Salvador, onde tiveram o primeiro contato.

Conceição lembra que começou a cadastrar pessoas para o PMCMV, por indicação de Jhones Bastos e então toda a cidade de Candeias se manifestou e começou a procurá-la, num processo rápido, que a assustou, porque de manhã cedo já tinha gente fazendo fila na porta da casa de sua mãe, onde morava. Feitas as fichas, marcaram uma reunião com Jhones em 13 de abril de 2012, onde fundaram o MSTCD (Figura 124), esclarecendo como o PMCMV funcionava, destacando que o movimento de luta por moradia entra como prioridade no Programa e diz:

Foi mais de 5.000 pessoas cadastradas nesse movimento aqui em Candeias e, em época de eleição, pense aí como eu não fiquei? meio que um pouco perdida, mas ele [Jhones Bastos] sempre estava na frente, sempre que tinha uma reunião ele vinha e dava toda a atenção. Aí quando eu fui mais me entrosando, fui tomando conhecimento, aí tivemos que fundar a sede com a participação do povo todo em 2012. Com um ano do movimento eu fundei a Associação e a gente foi marcando as reuniões mensais. E ele sempre me ajudando, tirando todas as dúvidas, eu aprendi muita coisa, retomei meus estudos, tudo depois dessas reuniões com o movimento; eu tinha parado na 5ª série do ensino fundamental, agora eu terminei o ensino médio, mesmo com toda essa luta entre ocupação, entre reuniões, passeatas, protestos, palestras, conferências e eu disse: não, eu preciso estudar, porque eu estava acomodada. (Conceição Neves, entrevista realizada em 02/03/2018).

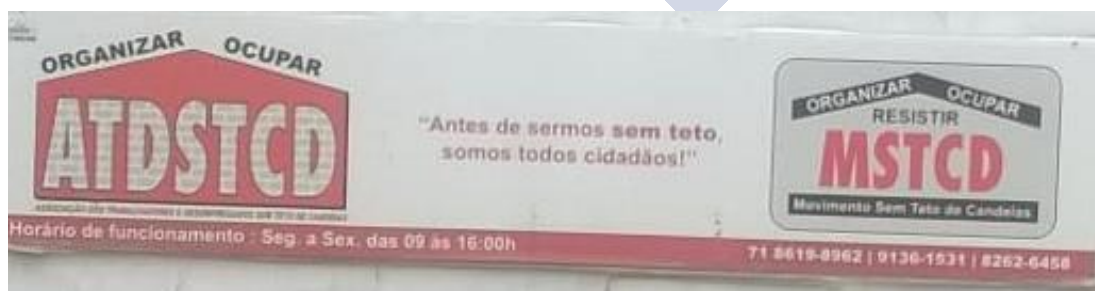


Figura 124 Placa com logomarcas do MSTCD e da ATDSTCD.

Foto: Conceição Neves.

A história de vida da coordenadora do MSTC corrobora a perspectiva de que há amplo crescimento pessoal e de formação para aqueles que atuam na luta por moradia, especialmente dos que se tornam líderes, seja por necessidade de aperfeiçoamento para munir-se de

melhores condições de enfrentamento em relação aos oponentes, seja por despertar para a instrução como propiciadora de crescimento pessoal.

Nesse período destacaram-se Conceição Neves, Luís (Índio), Moisés e Sérgio, como importantes apoiadores da luta em Candeias, mas se afastaram porque, segundo Conceição “é voluntário e é um trabalho árduo, cansativo mesmo”.

Em 13 de abril de 2017 aconteceu a desvinculação de Salvador e renovaram o Estatuto da Associação, considerando que a responsabilidade estava toda com o pessoal de Candeias, em comum acordo com o MSTS, passaram a caminhar sozinhos e o MSTCD tornou-se simbolicamente o MSTC (Movimento dos Sem-Teto de Candeias), com logomarcas semelhantes às anteriores (Figura 125), sob responsabilidade de Conceição Neves, auxiliada por Sandro Ribeiro, Meric Santos, Jeferson de Jesus, Zenilda Alcântara, Sidicleide dos Santos, Sidilene dos Santos e Jeferson Gonçalves, dentre outros militantes, atuando no município de Candeias (Figura 126).

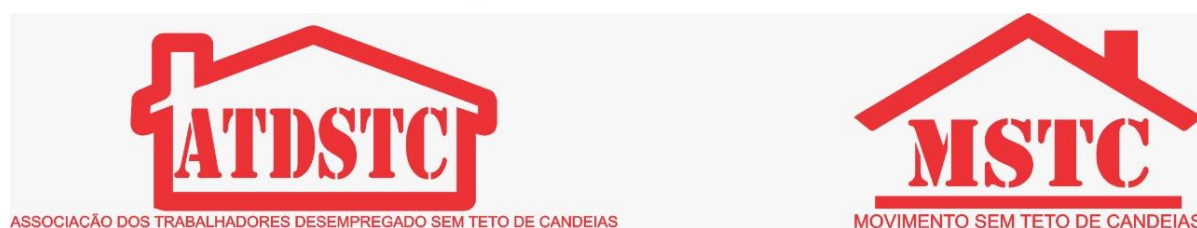


Figura 125 Novas logomarcas do MSTC e da ATDSTC

Fonte: Coordenação do MSTC

A ATSTC funciona com presidente, vice-presidente, secretários, coordenações e tesoureiro, devidamente formalizada, o que para sua coordenação, representa uma importante conquista, a julgar que os processos burocráticos para instituí-las são morosos e complexos.

Sobre a relação com a política partidária, informa que não é filiada a nenhum partido, mas que está pensando em se candidatar a vereadora porque:

Por causa da luta mesmo e eu vejo as dificuldades do povo. A gente passou muita luta aqui e a gente não teve ajuda de nenhum órgão, de ninguém, de nenhum político e também quando chegam pra fazer alguma coisa a gente dispensa é porque é na época da eleição. A gente passou uma luta aqui na época da ‘Zica’ [doença transmitida por mosquito] e não veio uma assistente social atender a população. Depois que já tá tudo feitinho, tudo cobertinho, aí aparece. A gente passou muita fome aqui, necessitamos de remédio, ninguém do poder público apareceu aqui (...). Foi eu, a equipe, Deus e o povo, pra se reunir pra conseguir lona, porque no começo a gente não botou telha não, a gente ficou num quarto e cobriu com um plástico pra dormir e, naquele inverno de 2015, a água quando batia na casa e entrava pro quarto, a gente dormia mais de 15 pessoas dentro de um quarto só, sentado na cadeira, com lama até aqui [mostra a perna], só cochilava, ninguém dormia (...), mas ninguém saía, porque a ordem é ocupar e não sair. (Conceição Neves, entrevista realizada em 02/03/2018).

E reitera que se for eleita vai ter como ajudar as pessoas, como as mães de muitos filhos que precisam, mas não conseguem cestas básicas na assistência social do município e outras pessoas que ela tenta ajudar, às vezes tirando do pouco que dispõe. Indica que aos sábados faz sempre um culto e distribui algum alimento, mas que essa função deveria ser do poder público, de modo que as pessoas pedem que ela se candidate para poder ajudar mais:

Muita gente aqui passa fome. Fome mesmo e eu fico de pés e mãos atadas porque não tem uma estrutura, não tem um filho de Deus que diga: vamos ajudar o movimento (...). (Conceição Neves, entrevista realizada em 02/03/2018).

Ao pensar em candidatar-se para poder ‘ajudar seu povo’ que fica abandonado, obrigando-a às vezes a retirar do pouco que possui para socorrê-los, a líder do MSTC contradiz a perspectiva da luta cidadã que efetuam, em direção a relações clientelistas, baseadas em favores, sujeitando-se à satisfação das necessidades imediatas, embora atuem também pela efetivação do direito à moradia, alternando a luta de cidadãos (obtem-se direitos) e a luta de sujeitos (obtem-se favores), conforme a perspectiva discutida por Braga (2017).

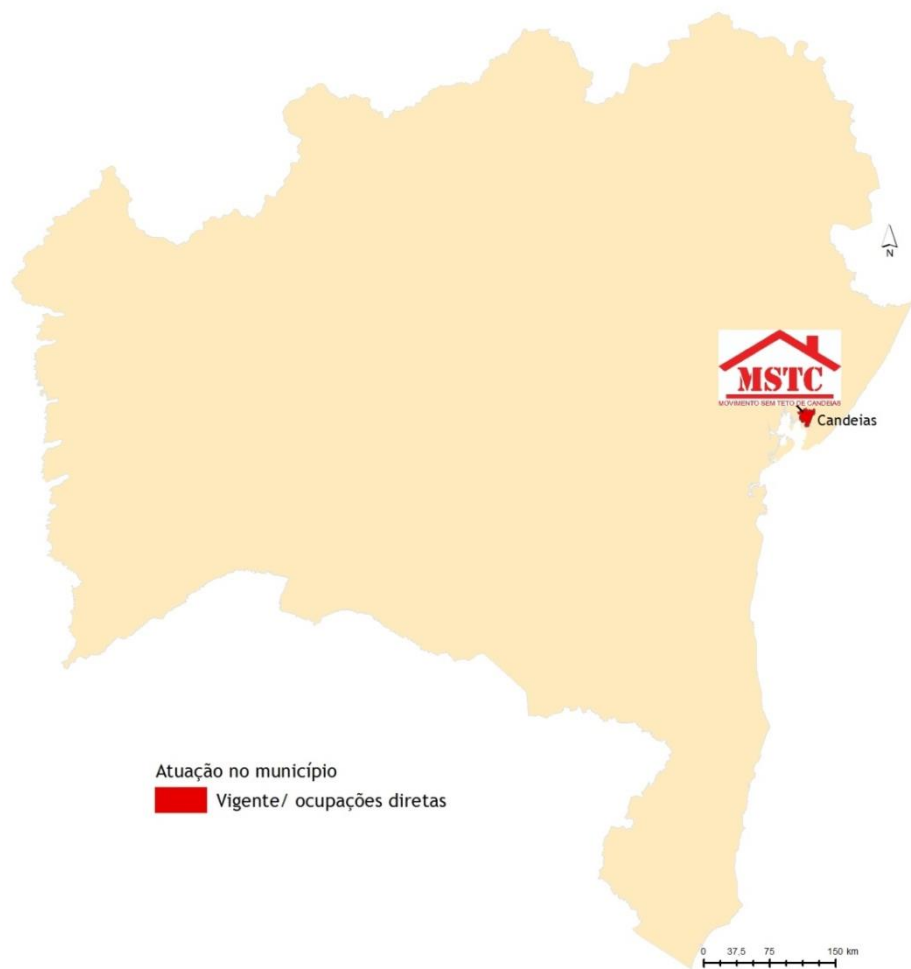


Figura 126 MSTC: atuação na Bahia.

Fonte: Coordenação do MSTC (2018). Elaboração: Oriana Araujo.

Fato é que há muitas dificuldades em organizar a luta popular em meio a tanta precariedade e que a representação política surge como uma possibilidade de tensionamento e defesa de outros direitos dos militantes ou mesmo do uso clientelista do mandato.

A respeito do uso das mídias sociais como mecanismo de pressão ao poder público, diz:

Já fiz tanto isso..., mas a gente cansa, às vezes, eu não paro não, mas tem hora que você cansa, aí você dá assim aquela parada, aquela descansada, porque a gente tem um pouco do limite. Tudo que foi feito aqui foi tudo azoando mesmo: prefeitura, facebook, foto (eu sempre tirei muita foto, lá você vê...), pra chamar a atenção das autoridades, a gente fazendo as coisas; só que tem hora que o próprio povo que foi beneficiado não reconhece. A gente pega e dá aquela parada e deixa. (Conceição Neves, entrevista realizada em 02/03/2018).

O Quadro 17 apresenta o histórico das ocupações realizadas pelo MSTC, a quantidade de famílias envolvidas e o desfecho da luta empreendida.

Destaca-se a inexperiência relatada pela coordenadora ao ocupar apartamentos vazios no Candeias I e II, que não fora bem organizada e chamou atenção dos donos dos imóveis, que apesar de não morarem, conseguiram os apartamentos. Apesar disso, uma família ficou 3 meses e a outra ficou 8 meses, mas saíram porque os donos pressionaram. Avalia que a tentativa serviu de aprendizado e então foi buscar legalizar a Associação para fazer ‘tudo correto’.

Essa imprevisibilidade do desfecho da ação ou a autonomia da ação como nomeia Ricoeur (1986, citado por Santos M., 2012) são fruto da complexa e dinâmica combinação com o meio, que pode deformar o impacto da ação, razão pela qual o conhecimento do sistema de objeto e do sistema de ações presentes no território são fundamentais para que a ação produza o resultado planejado (Santos M., 2012).

Quadro 17 Ocupações do MSTC

Data	Ocupação	Famílias ocupantes	Situação do imóvel	Desfecho (março de 2018)
Agosto de 2012 a abril de 2013	Candeias I e II (Bairro Massuim/ Ouro Preto)	02	Público municipal Conjunto habitacional/ PMCMV (1500 apartamentos)	Saíram
06 de junho de 2015	Vila São Benedito (Bairro Sarandi/ Fonte do Mato)	62	Público municipal/ casas abandonadas	Permanecem ocupando e aguardam a finalização das casas (iniciadas em 2006) e a construção de mais 58 casas
30 de setembro de 2016 a 10 de outubro de 2016	Ocupação do Candeias III (Bairro Areias)	160	Público municipal Conjunto habitacional/ PMCMV	Aguardam a entrega das casas em abril de 2018

Fonte: coordenação do MSTC. Elaboração: Oriana Araujo

A ocupação do Sarandi ou da Fonte do Mato iniciou em 2015 e abriga 62 famílias que vivem sob as telhas que conseguiram improvisar e nas casas sem terminar, com o aspecto demonstrado na Figura 127. Trata-se de uma ação mais bem planejada para a ocupação, com a sondagem da área, organização anterior dos ocupantes em reuniões e preparação coletiva da forma como agiriam para permanecer.

A disputa territorial, em alguns casos, requer a negociação com os vizinhos que, de alguma forma controlam essas áreas, a exemplo da ocupação Sarandi:

Foi muita ameaça aqui, com algumas pessoas da população, porque essa área aqui é ‘diferente’, eles acharam que a gente veio ocupar a área deles, depois foi esclarecido, quando eles viram a bandeira do MSTC, tinha faixa, eles viram que a gente tava legalizado e disse que a

bandeira de vocês é forte, é só vocês ficarem na posição que com vocês a gente não mexe, tão fazendo o que é certo porque isso aqui é desperdício...

Aqui só tinha as paredes, a gente que botou o telhado e as portas. Aqui só tinha mato. Por que chegou a ter o telhado, mas o povo se revoltou porque tinha mais de 9 anos essas casas aqui, coberta e parada, aí o pessoal vinha roubava sanitário, pia, roubava tudo, a população invadiu uma vez e levou tudo: telha, ripa, porta, ficou só as paredes. Aí quando tudo acalmou a gente fez um estudo aqui e viu que daria certo fazer uma ocupação aqui. (Conceição Neves, entrevista realizada em 02/03/2018).



Figura 127 Aspecto das casas e da Rua na Ocupação do Sarandi.

Foto: Oriana Araujo, 2018.

A ocupação do Candeias III, um conjunto habitacional do PMCMV, retrata bem as ambiguidades do processo de negociação com a Prefeitura, que esgotou as possibilidades para excluir a participação dos movimentos sociais até mesmo na distribuição do PMCMV, conforme demonstra-se a seguir.

4.8.1 Ocupação Candeias III: denúncia do abandono e luta por inclusão

O MSTC ocupou, no dia 30 de setembro de 2016, 06 prédios do Conjunto habitacional Candeias III (PMCMV) (Figura 128), destinando 20 famílias a cada prédio, a fim de garantir que as famílias militantes do movimento tivessem direito aos apartamentos, para evitar que a distribuição fosse realizada sem considerar efetivamente os que precisam de teto, a exemplo das 'cotas' para vereadores, secretários. Note-se que a ocupação ocorreu no período da eleição municipal, realizada em outubro de 2016.

Além disso, o empreendimento se encontrava com as obras paralisadas e a ocupação obrigou a retomada das obras.

Há uma forte relação com a Igreja Assembléia de Deus, a partir de uma das lideranças do MSTC, que é também



Figura 128 Candeias III (2017).

Fonte: BahianaFm (2017).

missionária, o que provoca situações paradoxais como a busca constante pela via legal, a partir do registro da

Associação e da busca de conciliação e da negociação com as autoridades públicas, ao mesmo

tempo em que, quando não são atendidos em suas reivindicações de moradia, partem para a luta, alimentando-se da fé:

Sempre que faço uma ocupação, faço primeiro uma oração, quem dá a direção é Deus... Quando eu fiz essa ocupação foi Deus quem deu a direção dentro da palavra [explica que abriu a Bíblia em Juízes]: “E Gideão se levantou de madrugada com seu povo e foi para a terra que eu mostrei.” (...) E a gente fez a ocupação 2 horas da manhã. E tava todo mundo, foi a coisa mais linda. A gente entrou tudo quietinho, não chamou a atenção dos vizinhos (...). (Conceição Neves, entrevista realizada em 02/03/2018).

Perguntada sobre a opinião dos pastores a respeito da ação de liderança que exerce no MSTC, diz que eles ficam um pouco surpresos, mas não dizem nada, não condenam. E então a liderança explica:

Antigamente Deus é que escolhia e ungia os reis pra irem na frente das batalhas, nas guerras e era guerra de sangue e espada mesmo para vencerem o inimigo e tomarem a terra que Deus deu. Tudo era por terra, então eu digo, ó meu Pai, não sou nada, não sei nada, mas o Senhor sabe, se o Senhor me escolheu, me cobre, me livra dos meus inimigos, porque a gente enfrenta tanto inimigo que você nem imagina. (Conceição Neves, entrevista realizada em 02/03/2018).

Apesar de justificar suas ações e apoiar-se em fragmentos da Bíblia, a liderança não recebe fortes incentivos dos pastores, que se restringem a não condená-la, sem envolver-se diretamente na luta por habitação. É possível que no futuro, surjam setores mais progressistas dentro das Igrejas pentecostais que possam apoiar os movimentos sociais de luta por habitação, haja vista que há bons argumentos nos trechos indicados pela liderança do MSTC. Entretanto, é preciso cuidar para que tais interpretações não conduzam às guerras pelas terras prometidas, como se vê em outras partes do mundo.

Munidos da garantia legal de que os movimentos sociais organizados têm direito de 30% a 40% das unidades habitacionais construídas, exerceram forte pressão para serem incluídos. As estratégias variaram desde as conversas com as autoridades (assistente social, prefeito, advogados), a ameaça de ocupação, até a ocupação de fato, com saída negociada após a garantia de que seriam cadastrados e incluídos na distribuição, devidamente registrado judicialmente.

As manobras do poder público para deixá-los fora do cadastro foram variadas, incluindo o não cumprimento de acordos verbais, de modo que a liderança avalia:

A palavra de autoridade nenhuma aqui é cumprida. Aqui tudo é forçado. (Conceição Neves, entrevista realizada em 02/03/2018).

Foram atendidos após extrema insistência, devidamente documentada, a partir de ofícios, de diligências, mas o que funcionou mesmo foi a ocupação, de modo que foram atendidos apenas após ameaçarem ocupar a Secretaria de Assistência Social, quando constataram que estavam sendo enleados em promessas que não eram cumpridas enquanto o tempo passava.

O Quadro 18 demonstra parte das principais ações realizadas e respectivas datas durante a batalha enfrentada pela coordenação e militância do MSTC desde a tentativa formal de diálogo com o poder público municipal para a inclusão do movimento na distribuição das unidades habitacionais do PMCMV até o planejamento e ocupação dos apartamentos, bem como as idas e vindas entre acordos verbais descumpridos por agentes públicos e a intervenção judicial para a garantia do direito de participação do processo.

Quadro 18 Principais ações na Ocupação Candeias III

Data	Ação
Junho de 2016	Documentos encaminhados às secretarias municipais solicitando a inclusão do MSTC na distribuição das unidades habitacionais
30 de agosto de 2016	Solicitação de audiência pública, mas nenhuma das autoridades convidadas compareceu
Agosto a setembro de 2016	Reuniões específicas com 20 famílias para organizar a ocupação (várias reuniões)
30 de setembro de 2016	Ocupação direta do Candeias III
10 de outubro de 2016	Saída da ocupação mediante promessa de que seriam incluídos no cadastro
Outubro de 2016	Audiência pública para divulgar as ações do MSTC
Não informada	Reunião com prefeito e assistente social para acordar o cadastro das pessoas do MSTC (não cumprido)
Janeiro de 2018	Queixa no Ministério Público sobre o não cumprimento do acordo verbal
Janeiro de 2018	Ameaça de ocupação da Secretaria de assistência social
Janeiro de 2018	Termo de Ajustamento de Conduta assinado por todos
16-19 de Janeiro de 2018	Cadastro das famílias no Programa
Fevereiro de 2018	Visitação das assistentes sociais
Março de 2018	Reunião para definição da entrega das casas (Figura 129)
Abril de 2018	Provável entrega dos apartamentos

Fonte: Coordenação do MSTC. Elaboração: Oriana Araujo



Figura 129 Reunião para discutir a entrega de casas

Foto: Conceição Neves (março de 2018)

É importante salientar que o MSTC atuou no sentido de coibir a ocupação individual e a depredação dos imóveis, a partir de particulares, incluindo o acionamento da polícia e a reiteração de que a ação do movimento foi ordeira.

Destaca-se a forte preocupação da liderança de estar dentro da Lei, documentado, não fazer bagunça, ‘fazer tudo certinho’, o que demonstra que o sentido da luta no MSTC ainda busca o respaldo da sociedade, reconhecendo-o como efetivamente organizado na luta por moradia.

A definição da contemplação de militantes do MSTC no Conjunto habitacional Candeias III constitui uma vitória de sua militância e a demarcação de novas forças políticas no cenário urbano de Candeias, demonstrando a importância da organização popular para a efetivação de direitos e defesa dos mais pobres.





Capítulo 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS





5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 TERRITORIALIDADES REDEFINIDAS NA LUTA POR HABITAÇÃO POPULAR

Sistematizar as conclusões dessa pesquisa requereu atenção a fim de não maximizar ou minimizar os feitos dos Movimentos Sociais de Luta por Habitação Popular (MSLHP) na Bahia, ou fazer uma análise voluntarista ou simplista enquadrando-os como progressistas ou reacionários, procurando não superestimá-los ou subestimá-los em relação aos seus enfoques, suas estratégias, suas ambiguidades e contradições, sua importância, seus relacionamentos e posturas, uma vez que se trata de uma questão demasiadamente complexa porque humana e coletiva, dinâmica, presente e mutável.

Constatou-se que os militantes da luta por habitação autodenominados Sem-teto diferenciam-se das pessoas que se encontram em condição de rua por lutarem pela efetivação do direito à moradia e não se deixarem vencer na busca pela dignidade, associando-se à luta coletiva realizada por trabalhadores pauperizados que não constituem a demanda solvável da população que acessará o caro mercado de moradias das cidades baianas.

Nem toda ocupação realizada possui moradores efetivos em todos os barracos montados, porque que os Sem-teto podem morar ‘de favor’ em casas de parentes e amigos; ou possuírem um barraco em condições precárias em alguma favela da cidade; ou ainda estarem pagando aluguel, cujo valor os impede de suprir outras necessidades básicas, razões pela qual lutam por um teto.

Constituem as áreas hiperdegradadas dos urbanos ‘impossíveis’ do mundo, que fazem deste um ‘planeta de favelas’, como lembrou Davis (2006) ao constatar que nos países subdesenvolvidos cerca de 78,2% da população vivia em áreas degradadas enquanto apenas 6% das populações dos países desenvolvidos obrigam-se a viver nessas áreas.

Uma ocupação demonstra um fato que é preciso discutir: há pessoas que necessitam de moradia e há espaços ou prédios vazios nas cidades baianas e brasileiras. Há casos como os de Feira de Santana, Lauro de Freitas, Camaçari, Jequié, Simões Filho, Eunápolis, Porto Seguro, Candeias, Dias d’Ávila, Valença, Irecê e Guanambi que possuem mais domicílios vazios do que unidades habitacionais em déficit (Furtado, Lima-Neto, & Krause, 2013), correspondendo à metade das 24 cidades médias e grandes da Bahia em que, de fato, há mais casas sem gente do que gente sem casas.

A ação direta sobre o território a partir da ocupação dos imóveis vacantes é a principal estratégia para a denúncia do abandono de uma prerrogativa do Estado ao não cumprir o seu papel na garantia dos direitos constitucionais; é a ação mais efetiva para exigirem o cumprimento da função social dos terrenos e imóveis urbanos, já prevista na legislação brasileira. Esse é o cerne da discussão, os contrapontos são estratégias dos agentes hegemônicos para retirar o foco e colocar os outros agentes sociais contrários aos Sem-teto e aos movimentos de luta por habitação.

É necessário que a sociedade compreenda que a vida em uma ocupação de Sem-teto, sob as lonas e tábuas de um barraco é desumana e não deve ser ignorada. Não se trata de um idílico acampamento de férias, se trata de vidas que estão condenadas a

enfrentarem as ausências de água potável, de sanitários, de chuveiros, de energia elétrica, de uma casa que minimamente lhes protejam das intempéries. Trata-se de pessoas que devido a todas as dificuldades financeiras que enfrentam e insalubridade do ambiente onde vivem, acabam adoecendo mais e, em muitos casos, abreviando os anos de vida devido à debilitação da saúde, como esclarece uma moradora de ocupação em Salvador:

(...) algumas crianças morreram por problemas respiratórios; a minha filha foi vítima de celulite facial. Foram quase seis meses internada fazendo tratamento, várias pessoas tiveram problemas respiratórios agravados, ataques de asma, outras pessoas tiveram meningite” (Moradora de ocupação em Salvador. Em.: Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012, p. 79)

Constatou-se que as principais doenças incidentes nas ocupações em Salvador são as infectocontagiosas e respiratórias como gripe, diarreia, dengue e verminoses, que são agravadas pela negação de atendimento público de saúde porque muitos moradores de ocupação não possuem um documento de identificação formal de seu endereço (contas de água, energia, correspondência em seu nome) (Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012).

Esse modo de vida é sobre-vida, é um absurdo e essas pessoas deveriam ser imediatamente amparadas, caso os gestores municipais assumissem adequadamente as suas responsabilidades e os demais agentes sociais apoiassem a causa dos Sem-teto, uma vez que ter um teto, uma casa, é de fato vital: uma necessidade material fundamental à vida humana, um território exclusivo para refugiar-se, para a realização das necessidades físicas e espirituais.

Ademais, uma sociedade forjada sob tanta desigualdade provoca gerações inteiras de crianças e jovens desamparados, com poucas perspectivas de inserção socioeconômica, o que gera uma série de problemas, a exemplo do relato de uma mulher que vive em ocupações de Salvador:

Imagine o que é você criar um filho em uma ocupação, convivendo com o tráfico, sendo abordado e seduzido o tempo todo pelos traficantes! Os meninos são seduzidos pelo dinheiro, eles querem celular, tênis bom, eles são vaidosos. Se todo mundo tem, porque eu não posso ter? Se você tem uma casa boa, porque eu não? (...) A galera que está surgindo hoje é diferente da nossa geração, que foi criada na cultura do medo. (...) A própria relação com a vida e a morte, hoje, é diferente. Eu dificilmente seria capaz de ferir uma pessoa, mesmo em legítima defesa. Não condiz com minha educação. Hoje não se tem a noção de que não se pode ferir o outro. O que tá faltando não é religião, falta ética, falta formação moral”. (Moradora de ocupação em Salvador. Em.: Santos E. , Afonso, Ribeiro, Miranda, Veiga, & Carneiro, 2012, p. 34).

A sedução consumista chega também aos que têm muito pouco. Como conformar jovens, no ápice de sua onipotência juvenil, de que simplesmente eles estão excluídos? Como mantê-los nos limites da ‘ordem’ quando já vivem nas zonas de indeterminação entre a ‘Lei e a não Lei’, nas fronteiras incertas que transformam ‘qualquer um em vida matável’ como indicou Telles (2010, citada por Rolnik, 2015).

Não raro há relatos de coordenadores de ocupações na Bahia que sofrem ameaças de morte por parte de militantes descontentes e de outras pessoas não identificadas e há esforços para buscar ordenar o movimento e mantê-lo, com o estabelecimento de regras de convivência e de sanções que nem sempre são fáceis de fazer cumprir, aproximando-os da justiça difusa conforme discutida por Porras (2013)

As difíceis condições da vida em ocupações na Bahia reiteram o que já dizia Josué de Castro, no clássico Geografia da fome, sobre a necessidade de atuação dos poderes públicos para acabar com a fome e promover a emancipação, superando a miséria:

O que é necessário por parte dos poderes públicos é condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo. É dirigir a nossa economia tendo como meta o bem-estar social da coletividade. (CASTRO, 2012 [1946], p. 292).

A advertência não foi atendida e, como se observou em ocupações pesquisadas e de acordo com os coordenadores entrevistados, a fome assola a vida de muitas das pessoas que, por serem Sem-teto, estão em ocupações ou militando nos MSLHP, em pleno século XXI, nas maiores e mais ricas cidades da Bahia: muita gente passa fome mesmo. Apesar da fome e de outras necessidades, essas pessoas em condição de Sem-teto estão em movimento, na luta coletiva por moradia e muitos desses militantes ressignificaram suas vidas não em tom de súplica, mas em tom de reivindicação.

Destaca-se o papel de formação crítica desempenhada pela maioria dos Movimentos Socioterritoriais de Luta por Habitação Popular (MSLHP) na Bahia, a partir de seus cursos, reuniões, místicas, intervenções artísticas, palestras. Cumprem um papel que deveria ter sido realizado pelo Estado, mas fazem isso com recursos escassos, especialmente financeiros. Ante seu importante papel no que tange à questão da escolarização e politização de seus membros, os movimentos de luta por habitação na Bahia deveriam ser reconhecidos e receberem dos municípios e Estado financiamentos para tais projetos.

Os movimentos de luta por habitação na Bahia efetivam as práticas e possibilidades emancipatórias na busca pela efetivação de direitos, no salto entre a transformação da carência em reivindicação de direitos, característicos da retomada da cidadania de seus partícipes, como ensinou Silva J. B. (1992)

Não se deixam conduzir pelo conformismo, a corrente, o que está vigente como se fosse verdade; pelo contrário, insurgem-se, vão de encontro, questionam o que está posto e revelam que tudo pode ser de outro jeito, que as pessoas devem estar incluídas nos processos decisórios e que devem ter garantidas pelo Estado as condições essenciais para viver, uma vez que este é sustentado por todos.

Perguntam: Por que as cidades possuem investimentos públicos tão diferenciados? Por que há lugares em que tudo funciona e outros em que as pessoas estão entregues à própria sorte? Por que 99% dos investimentos federais em habitação foram destinados às empresas imobiliárias e apenas 1% foi destinado aos movimentos de luta por habitação? Por que há tantos juízes e tão poucos defensores públicos? Por que são criminalizados pela mídia e pela sociedade se estão em busca de um mundo mais justo?

E perguntando fazem-se ver, fustigam os agentes hegemônicos, saem da invisibilidade consensual à qual foram relegados, tornam-se visíveis, incomodam e, não se retiram – a não ser por ordem judicial, contra a qual também resistem, porque nem sempre a ‘justiça é justa de fato’, instituindo contrarracionalidades fundamentais para a justiça social e territorial.

É importante ressaltar que onde há movimentos de Sem-teto na Bahia há algum tipo de politização, de capacidade de questionamento do *status quo* e de organização da luta contra as mazelas a que estão destinados os mais pobres no Brasil, o que não é pouca coisa ante o cenário de confusão e incompreensão do sistema socioeconômico e de suas mazelas pelas camadas mais pobres e menos instruídas da população.

Os Sem-teto resultam da combinação da desigualdade e da exclusão, já que hoje a esfera econômica é fundamental: as cidades são espaços para o comércio, para o negócio – ou a negação do ócio (Porto-Gonçalves, 2010) – que transforma todos em trabalhadores sem descanso. Na cidade mercadoria quem tem dinheiro participa, quem não tem está fora, não importa se homem, mulher, criança, negro ou branco, embora

mulheres e negros sejam maioria, devido à intensa desestruturação familiar e ao legado escravista e colonialista.

O discurso hegemônico leva a crer que é assim mesmo, que não há nada a fazer, como se as pessoas pudessem simplesmente ser descartadas, mas como bem lembra Blanco (1996) os movimentos são cômicos de que seus direitos foram usurpados e na coletividade fortalecem-se e reconstituem identidades alternativas para a transformação social, tornando-se protagonistas de práticas emancipatórias dos povos oprimidos e do restabelecimento da cidade para todos.

Constatou-se que os MSLHP da Bahia são mensageiros da reivindicação social, a exemplo do que ocorrera com Bernardes (2006) que, no contato com os movimentos sociais deixou de concebê-los como espaços de condensação de miséria para vê-los como um espaço de condensação de energia, de potencialidades, portadores de esperanças. Constituem territórios dissidentes (Souza M. L., 2006), calcados no questionamento da reserva dos imóveis urbanos para mera especulação imobiliária, enquanto milhares de pessoas não têm moradia digna e bem localizada, buscando imprimir novas territorialidades e novas relações sociais no espaço urbano (Santos R. E., 2011).

Assumiu-se que Movimentos Socioterritoriais de Luta por Habitação Popular (MSLHP) distinguem-se dos demais movimentos devido à ocupação direta dos imóveis urbanos que corresponde a uma relação inquestionável com o território no que diz respeito ao seu sentido de espaço apropriado, usado e definido por relações de poder (Fernandes B. M., 2005).

Definiu-se as cidades médias e grandes, a partir de ecúmenos urbanos com mais de 50.000 habitantes, de modo que 24 cidades baianas foram identificadas e classificadas como médias e grandes: uma foi considerada metrópole (Salvador), uma grande cidade (Feira de Santana) e uma cidade média de grande porte (Vitória da Conquista). Nove cidades constituíram o grupo das Cidades Médias de Médio Porte (CMMP) e doze cidades conformaram as Cidades Médias de Pequeno Porte (CMPP).

Os MSLHP que atuam nas maiores cidades da Bahia foram identificados tanto em trabalhos de campo e coleta de informação junto às lideranças contatadas, como a partir de pesquisas preexistentes e de buscas de notícias em sites de pesquisa na internet com marcadores devidamente ordenados sobre as ações dos movimentos socioterritoriais de luta por habitação organizados e em atuação até 2015.

A etapa de identificação dos MSLHP foi bastante exaustiva porque a busca fora realizada em 24 cidades baianas que nem sempre possuem notícias veiculadas por fontes seguras, de modo que foram examinados blogs, páginas em redes sociais e sites locais, além de vídeos divulgados em canais de comunicação pouco difundidos porque considerou-se que nem sempre as mídias locais julgam que as ações realizadas pelos Sem-teto são dignas de noticiamento. Outro fator dificultador esteve relacionado à solicitação da indicação dos movimentos atuantes pelas lideranças primeiramente identificadas que, devido a diferentes perspectivas e olhares, apontam os demais a partir de seus próprios critérios de julgamento e, não raro, indicaram grupos que ainda estão em processo de organização e desprezaram outros cuja atuação eles não reconhecem.

Dessa forma, é necessário admitir que devido às limitações que transcendem o esforço de encontrar todos os MSLHP que atuam nas 24 maiores cidades da Bahia, os resultados obtidos demonstram os movimentos que se conseguiu identificar e não necessariamente todos os existentes. É importante lembrar que houve uma busca por movimentos sociais efetivamente constituídos e não toda e qualquer mobilização social em prol da moradia, conforme discussão realizada por autores como Blanco (1996),

Souza (2009), Montañó e Duriguetto (2011), Calheiros e Duque (2015; 2013) e Rodrigues (2013).

Foram identificados Movimentos Socioterritoriais de Luta por Habitação Popular (MSLHP) em 7 cidades: Salvador (metrópole), Feira de Santana (CG), Vitória da Conquista (CMGP), Teixeira de Freitas (CMMP), Eunápolis (CMPP), Simões Filho (CMPP) e Candeias (CMPP), destacando-se Salvador que possui 4 MSLHP, enquanto Feira de Santana e Vitória da Conquista possui 1 MSLHP cada, enquanto das 9 CMMP registrou-se a ocorrência de MSLHP apenas em Teixeira de Freitas, foram encontrados MSLHP em 3 das CMPP (Tabela 6). A Figura 130 apresenta as cidades onde foram encontrados os MSLHP consolidados e com atuação vigente até 2015.

Tabela 6 Frequência da ocorrência de MLHS na Bahia por classe de cidades

Classe	Quantidade na amostra	Ocorrência do fenômeno - MSLH
Metrópole	1	1 (4 MLHS)
Cidade Grande	1	1
Cidade Média de Grande Porte (CMGP)	1	1
Cidade Média de Médio Porte (CMMP)	9	1
Cidade Média de Pequeno Porte (CMPP)	12	3

A existência de movimentos reivindicativos do direito constitucional à habitação nessas cidades atribui-se tanto à concentração populacional, à ocupação desordenada, à especulação imobiliária, à ampliação do déficit habitacional quantitativo e qualitativo, quanto a questões socioculturais, a exemplo da ampliação do distanciamento entre as pessoas que pode potencializar o engajamento em lutas como a dos Sem-teto devido aos estereótipos difíceis de serem assumidos nas cidades pequenas, bem como à existência de um corpo político de questionamento mais estabelecido devido à atuação de agentes politizadores fortes como sindicatos, alas progressistas da Igreja Católica e partidos políticos de esquerda, capazes de promover a mobilização social.

Dentre as variáveis analisadas, a densidade demográfica de mais de 100 hab./km² apresentou maior correlação com a existência de MSLHP, já que, com exceção de Vitória da Conquista e Eunápolis, os outros cinco municípios onde os MSLHP foram identificados possuem densidades acima de 100 hab./km².

De modo inverso, nem todas as cidades cujas densidades municipais situam-se acima de 100 hab./km² possuem MSLHP identificados, como é o caso de Itabuna, Dias D'Ávila, Irecê, Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas, Ilhéus, além Lauro de Freitas e Camaçari (onde já ocorreu a atuação do MSTB, mas encontra-se inativo). Assim, dos 13 municípios com mais de 100 hab./km², em 5 foram identificados MSLHP: Salvador, Teixeira de Freitas, Feira de Santana, Simões Filho e Candeias.

Outro indicador considerado foi o índice de urbanização, constatando-se que as sete cidades onde foram identificados MSLHP estão em municípios com mais de 89% de população urbana; destas, 2 cidades detém toda a população urbana do município: Salvador e Eunápolis.

É fato notório que nos 24 municípios pesquisados, tem ocorrido um forte esvaziamento do campo, haja vista que apenas em Guanambi e Valença a taxa de

urbanização situa-se abaixo de 80%, enquanto que 16 municípios possuem taxas de urbanização aproximadas superiores a 90%, destacando-se Salvador e Lauro de Freitas, consideradas 100% urbanas.



Figura 130 Cidades médias e grandes da Bahia que possuem MSLHP constituídos
Elaboração: Oriana Araujo.

Constatou-se o que já dissera, dentre outros autores, Silva (1992): a pobreza urbana é de alguma forma, pobreza rural reorganizada na cidade. O que resta para os pobres urbanos é a cidade sem urbanização, sem status de cidade, nas áreas desvalorizadas relegadas às vidas que ‘valem menos’ porque ‘podem menos’ na cidade mercadoria.

Do ponto de vista da distribuição espacial das cidades onde atuam os MSLHP no estado da Bahia (Figura 131) observa-se que a metade situa-se na hinterlândia de Salvador, em sua Região Metropolitana, como é o caso de Candeias e Simões Filho ou em sua área de influência como é o caso de Feira de Santana. Essa proximidade com Salvador, que concentra os diferentes movimentos socioterritoriais identificados de luta por habitação, é um fator explicativo da existência e atuação dos movimentos devido à oportunidade de comunicação, facilidade de contato, de deslocamento e transporte, conforme ressaltaram as lideranças entrevistadas.

Nesse sentido pode-se afirmar que os MSLHP atuantes em Feira de Santana, Simões Filho e Candeias configuraram-se a partir essencialmente da atuação de forças exógenas, mas podem evoluir, a exemplo do que já ocorrera em Candeias para a

constituição de um movimento próprio, capaz de atuar sem o auxílio do movimento que o assistiu na constituição.

Constatou-se a ocorrência de MSLHP consolidados e em atuação até 2015 nas 3 maiores cidades do Estado: Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista. Contudo, apenas em Salvador e Vitória da Conquista há movimentos criados a partir dos agentes locais ou com articulação nacional mais direta.

Em Salvador (Metrópole) identificou-se a atuação dos seguintes movimentos: MSTS, UMP, MDMT e MSTS. Em Feira de Santana (Cidade Grande) a luta fora organizada por movimentos de Salvador: o MSTB e a UMP-BA. Em Vitória da Conquista (CMGP) constatou-se a atuação do MTD, resultado de articulações locais e nacionais.

No conjunto das Cidades Médias de Médio Porte (CMMP) foi localizado um movimento socioterritorial de luta por moradia em Teixeira de Freitas: o MLT. Trata-se de um movimento criado por forças locais.

É importante ressaltar a ocorrência de MSLHP em três Cidades Médias de Pequeno Porte (CMPP), com população absoluta variando entre 60.000 a 100.000 habitantes: Candeias, Simões Filho e Eunápolis, mas Simões Filho e Candeias situam-se na RMS e resultam da influência e atuação direta do MSTB e MSTS. Nesse grupo destaca-se Candeias em que, após a intervenção do MSTS para a constituição do MSTCD, a militância separou-se do MSTS e fundou o MSTC coordenado no local.

Das CMPP da Bahia apenas em Eunápolis foi identificado um movimento socioterritorial que emergiu a partir da atuação de agentes completamente endógenos: a ASTIE, cuja criação resultou do contato de suas lideranças com lideranças da luta por terra rural.

Portanto, Teixeira de Freitas e Eunápolis correspondem às Cidades Médias de Médio e Pequeno Porte (respectivamente) do interior do Estado da Bahia que não estavam sob influência direta dos MSLHP de Salvador até 2015 e que possuem MSLHP, a exemplo de Vitória da Conquista (CMGP).

Ressalta-se que Teixeira de Freitas e Eunápolis são municípios recém-constituídos (1985 e 1988 respectivamente) em relação ao conjunto dos demais municípios que abrigam as cidades médias; o crescimento populacional foi veloz e houve forte esvaziamento do campo, de modo que, devido à ausência de políticas adequadas de planejamento urbano e construção de moradias populares, associado ao baixo rendimento mensal da população trabalhadora, o crescimento das cidades se deu essencialmente de forma desordenada, enquanto os preços dos terrenos e moradias nas áreas centrais e urbanizadas cresceram exponencialmente, restando às pessoas ocuparem os terrenos menos valorizados, ou como prefere Rolnik (2015), os ‘solos sem cidade’, onde faltam pavimentação, rede de esgotamento sanitário, iluminação adequada e os serviços públicos.

O movimento social de luta por habitação na Bahia, mais especialmente o movimento socioterritorial de luta por habitação, como resultado da ação humana, não é homogêneo e sim surpreendentemente diverso, carregado de valores, simbologias e concepções políticas distintas, que convergem na certeza de que é preciso mover-se, lutar para que a moradia seja na realidade um direito de todos, como garantido na legislação brasileira e a porta de entrada de outros direitos, como indicam os movimentos.

Os movimentos socioterritoriais de luta por habitação na Bahia encontram-se em fases distintas de sua constituição, mas são movimentos já consolidados, visto que sua criação situa-se entre os anos de 2000 a 2008, configurando movimentos que em 2015 já possuíam no mínimo 07 anos de atuação (quadro 19).

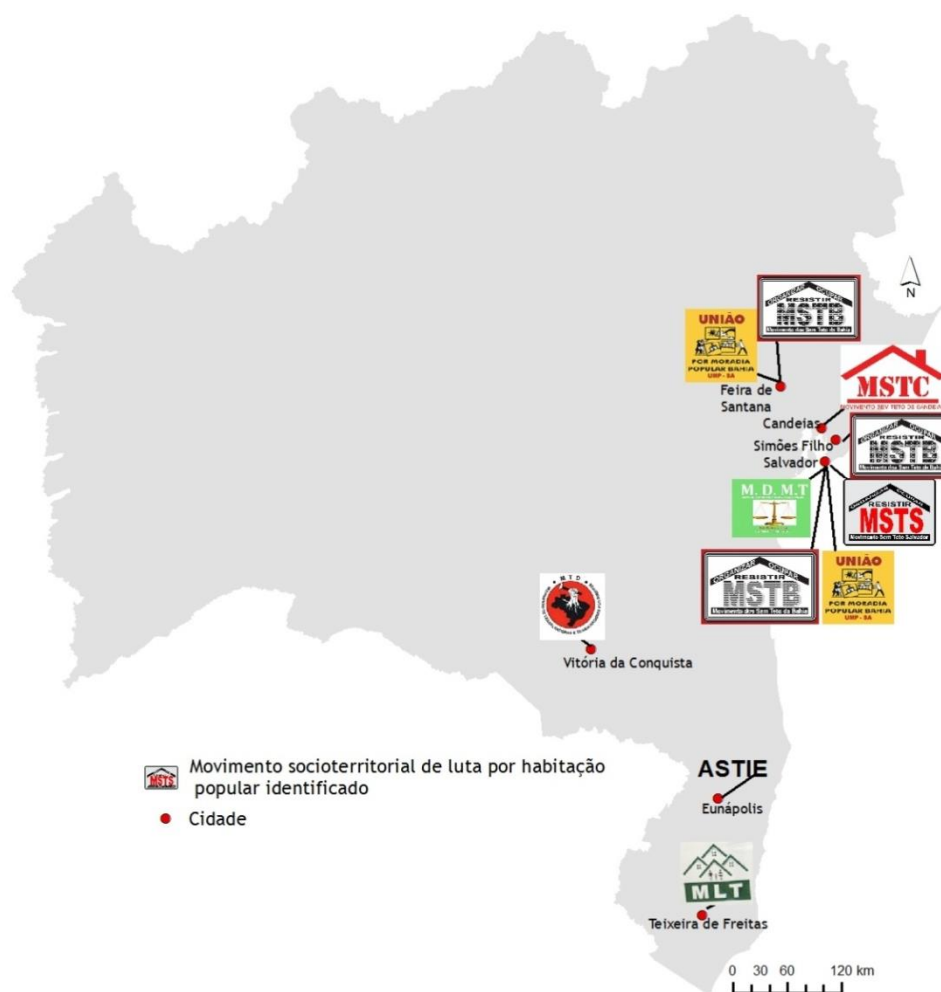









Figura 131 MSLHP identificados e atuação nas cidades médias e grandes da Bahia
Elaboração: Oriana Araujo

Na Bahia há importantes movimentos socioterritoriais de luta por habitação não apenas em Salvador que os concentra e de onde se expandiram para atuar em outras cidades como Feira de Santana, Simões Filho e Candeias, mas também em Vitória da Conquista, Eunápolis e Teixeira de Freitas. Juntos esses MSLHP na Bahia mantêm até 2017 cerca de 5.200 famílias em ocupações diretas. Já beneficiaram cerca de 20.000 famílias e mantêm aproximadamente 50.000 famílias cadastradas e em formação política nos núcleos. No total há cerca de 75.000 famílias diretamente envolvidas na luta por habitação na Bahia a partir dos MSLHP identificados nas médias e grandes cidades, o que significa cerca de aproximadamente 200.000 pessoas movendo-se em busca da efetivação do direito à moradia.

Estes movimentos são heterogêneos, atuam de modo muito diverso e se relacionam de forma muito específica com os diversos agentes sociais que estabelecem contato, de forma que postulados gerais para seu conjunto apresentam características universais cujas essências são melhores apreendidas em apreciações específicas, como demonstrou-se ao longo das análises realizadas.

Conforme denotado no Quadro 19 e na figura 130 conclui-se que todos os MSLHP identificados na Bahia são multiterritoriais porque atuam em mais de um território das cidades: todos ao longo da existência ocuparam mais de um território.

Movimento/sigla	Data de sistematização/ Logomarca/ Slogan	Municípios onde atua	Ocupações atuais/ Número de famílias cadastradas	Unidades habitacionais conquistadas/ produzidas	Principais parceiros
Movimento de Luta por Teto (MLT)	2000 	Teixeira de Freitas	02 ocupações (cerca de 2500 famílias)	Lotes de terreno que beneficiaram cerca de 3.500 famílias	Sindicato dos trabalhadores da construção civil e com o PC do B
Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)	2003 	Vitória da Conquista	05 ocupações Cerca de 128 famílias	As famílias continuam ocupando e aguardam a posse dos lotes de terra	UNEB (NAJA)
Movimento Sem-Teto de Salvador (MSTS)	2003 	Salvador, Candeias e mais 207 municípios da Bahia (núcleos)	Salvador: 05 ocupações (cerca de 1.580 famílias); 7800 pessoas cadastradas em Salvador; 34000 pessoas cadastradas nas demais cidades;	9.400 - Salvador (entre ocupantes e cadastrados)	Partido dos Trabalhadores (PT)
União por Moradia Popular-Bahia (UMP-BA)	2004 	Salvador Feira de Santana Senhor do Bonfim Itiúba Itambé Itabuna Eunápolis	01 terreno para construção em Itabuna; 01 terreno para construção futura em Feira de Santana; 02 residenciais em construção em Salvador.	Cerca de 2.619 famílias diretamente beneficiadas, exceto as cadastradas; Unidades habitacionais construídas a partir da ação da UMP-BA; Lotes de terrenos conseguidos pelo movimento. 04 residenciais em Salvador; 03 residenciais em Feira de Santana; 01 residencial em Itiúba; 01 loteamento de terrenos em Itambé; 01 residencial em Senhor do Bonfim;	PMCMV Entidades Caixa Econômica Federal UFBA

Movimento/sigla	Data de sistematização/ Logomarca/ Slogan	Municípios onde atua	Ocupações atuais/ Número de famílias cadastradas	Unidades habitacionais conquistadas/ produzidas	Principais parceiros
Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho (MDMT)	2005 	Salvador	02 ocupações (SEFAZ; Carlos Gomes); 15 núcleos; 8.000 pessoas cadastradas.	1.800 unidades habitacionais do PMCMV	Sindicatos, PCdo B
Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB)	2006 	Salvador Simões Filho Feira de Santana Dario Meira Xique-Xique Irecê Camamu	Quilombo Lucas da Feira - Feira de Santana (34 famílias); 09 ocupações em Salvador (cerca de 800 famílias); Parque Continental - Simões Filho (70 famílias)	Cerca de 2000 unidades habitacionais - PMCMV e unidades da comunidade Guerreira Zeferina.	PSOL Fundação Rosa de Luxemburgo CEAS
Associação dos Sem-Teto Independente de Eunápolis (ASTIE)	2008 ASTIE	Eunápolis	Ocupação da Quadra 10 famílias	410 famílias (casa do PMCMV e/ou terreno para relocação)	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Movimento Sem Teto de Candeias (MSTC)	2012: MSTCD 2017: MSTC 	Candeias	Ocupação do Sarandi 62 famílias	160 famílias (aguardam entrega de unidades do Candeias III)	MSTS Vereadora do PT

Quadro 19 Síntese dos Movimentos Socioterritoriais de Luta por Habitação identificados na Bahia (2017)

Fonte: Entrevistas com coordenadores e lideranças dos Movimentos realizadas pela autora entre 2015 a 2017. Elaboração: Oriana Araujo.

Contudo, sua distribuição espacial na Bahia é distinta, de modo que há movimentos que atuam em mais de uma cidade como o MSTB, a UMP-BA e o MSTS e há movimentos que atuam apenas na cidade de sua origem como o MLT, MDMT, MTD, MSTC e a ASTIE.

Quanto à dispersão espacial é interessante destacar a mudança de diretriz entre o MSTS e o MSTB que embora na origem da cisão que constituiu o MSTB possuíssem pretensões espaciais diferentes, inverteram a escolha inicial, de modo que atualmente o MSTB tem concentrado os esforços na cidade de Salvador, enquanto o MSTS tem buscado a expansão atuando em 209 cidades com a estruturação de núcleos.

O MSTB preocupa-se sobremaneira com o processo de formação política de seus militantes e por isso receia a expansão e a degeneração das diretrizes do movimento. Já o MSTS preocupa-se com a mobilização das famílias para a reivindicação da moradia e o desdobramento de sua expansão apenas o futuro dirá.

Em Candeias o MSTS fomentou o surgimento do MSTC, mas é necessário considerar que organizar o movimento em 209 cidades requer muito trabalho; todavia, conforme constatarea Fernandes (2000) há movimentos que mobilizam as famílias, mas não constituem espaços de socialização política.

Os MSLHP ao constituírem novas territorialidades expressadas nas ocupações diretas e nas denúncias sobre a reserva de imóveis urbanos para a valorização imobiliária, mantendo-os sem função social, tornam-se agentes da reterritorialização das pessoas que se encontram excluídas do acesso ao solo urbano, ao território para a moradia porque transformado em mercadoria inacessível aos mais pobres, como se fosse possível que seres humanos vivam em lugar nenhum, em território nenhum, desterritorializados – como adverte Haesbaert (2010).

Diferente das pessoas que estão em situação de rua e aí praticam sua reterritorialização, os Sem-teto organizados em movimentos de luta por habitação ao reterritorializarem-se ocupando espaços sem função social e em busca da cidadania que lhes fora negada na cidade mercadoria, passam a enfrentar agentes hegemônicos que atuam para retirá-los desses territórios em disputa, dos quais destaca-se o Estado (paradoxalmente).

Salvo em raríssimas exceções, que estão relacionadas às boas ou más vontades dos prefeitos em relação à causa dos Sem-teto (geralmente ligados a partidos de esquerda) e, obviamente, à capacidade de pressão dos movimentos, bem como a conjunturas favoráveis – a exemplo de anos eleitorais em que é preciso parecer que há apoio à causa –, o Estado em suas diferentes escalas atua mais na desterritorialização do que na reterritorialização dos Sem-teto que ocupam imóveis urbanos.

O Estado (prefeituras locais e ente federado) é o principal agente desterritorializador dos MSLHP na Bahia, agindo tanto por mecanismos sutis de coerção, cooptação e conformação como através da ‘eficaz’ estratégia de ofertar habitações minúsculas em bairros da periferia da periferia; quanto por mecanismos mais hostis, mais agressivos, como no uso da força policial em processos de reintegração de posse. O Estado segue engendrando esforços variados para a manutenção do ‘direito de propriedade’ em detrimento do ‘direito de uso’, buscando conciliar o inconciliável, sem jamais partir para o enfrentamento dos proprietários fundiários e promotores imobiliários das cidades médias e grandes da Bahia.

A análise da relação dos MSLHP com o Estado na Bahia é complexa porque muito diferenciada tanto entre os movimentos como no movimento, porque há ocasiões em que certo movimento assume um caráter de cooperação com o Estado para resolver determinada questão, enquanto adota um caráter completamente antagônico para resolver outra questão. Portanto, a dimensão da análise política só pode ser melhor realizada se investigado cada movimento e suas especificidades, o que requer estudos exclusivos.

Contudo, de modo geral, conforme se objetivou nessa pesquisa, pode-se afirmar que os movimentos socioterritoriais de luta por habitação popular na Bahia constituem oposição ao Estado e adotam estratégias e práticas colaborativas ou combativas às soluções apontadas pelo Estado (federação e/ou município) que são igualmente distintas tanto em intensidade como em ações, destacando-se as seguintes formas de proceder:

- ✓ Há movimentos que negociam a saída das ocupações para unidades do PMCMV, aceitando os limites impostos pela não escolha do local ao qual serão destinados, mas ponderando sobre a importância de destinar sua militância a uma moradia minimamente adequada. Nesse âmbito situaram-se o MSTS, MSTB, MDMT e a ASTIE.
- ✓ No caso específico da ocupação de terrenos resistem e vão autoconstruindo as moradias, aceitando o terreno como conquista, embora cobrem outras ações do Estado no âmbito da organização dos loteamentos que nem sempre ocorrem; se a justiça obrigá-los a sair com ordens de reapropriação a serem executadas pela polícia, buscam negociar alternativas como o bolsa aluguel (quando o município oferta) ou a ida para unidades do PMCMV, porque enfrentar a brutalidade e truculência policial é desgastante e pode vitimar a militância. Nesse âmbito situaram-se o MSTS, MSTB, MLT e a ASTIE. Destaca-se o MLT que realiza apenas ocupações de terrenos.
- ✓ A ocupação de casas abandonadas antes de terminar sua construção é uma forma tanto de denunciar o mau uso do dinheiro público nas cidades da Bahia, como de garantir um teto – ainda que pela metade – à militância, que passa a terminar a construção como estratégia para permanência. Nesse âmbito situaram-se a ASTIE, o MSTC e o MSTB em Simões Filho.
- ✓ No caso das ocupações de edifícios em áreas de forte valorização imobiliária como as áreas centrais das maiores cidades, a exemplo do que ocorre no CHS, há tendência à maior resistência e luta para a permanência por conta das relações sociais e identitárias com esses locais, além da realização de trabalhos em sua área imediata (a obstinação é decorrente dos altos custos de transporte que ‘imobilizam’ as pessoas que não podem pagar), de modo que estar numa ocupação perto do local de onde retiram o sustento e renda mínima chega a ser mais importante do que ter uma moradia num conjunto habitacional do PMCMV situado a até 25 km do local de vivência. Nesse âmbito situaram-se o MSTS, o MSTB e o MDMT.
- ✓ A participação direta na política pública de habitação nacional e a execução dessa política é a forma de territorializar a luta por moradia pelos movimentos que conseguiram se organizar através da autogestão para construir as moradias a partir de recursos adquiridos junto aos programas federais como o PMCMV-Entidades. O Estado mostrou-se mais parceiro do movimento autogestionário do que dos demais movimentos. Nesse âmbito situou-se apenas a UMP-BA.

Essa pluralidade de atuações remete à ‘política do possível’ discutida por Lanz (2009), demonstrando a capacidade de flexibilização do âmbito da reivindicação dos MSLHP na Bahia ao mesmo tempo em que procuram manter seus horizontes utópicos, que reforçam seu sentido de luta apesar de terem que negociar seus interesses com o Estado a partir de seus termos.

Não resta dúvida de que os MSLHP identificados na Bahia são agentes contra-hegemônicos que atuam na busca de justiça territorial, de um sentido de produção do espaço

urbano que incluía as pessoas independente das forças do mercado. Para isso batalham para que o Estado intervenha a favor dos mais pobres e assuma a sua prerrogativa na realização da reforma urbana. Lutam também para promoverem eles próprios os ‘pedaços de cidades melhores’, conforme advoga Marli Carrara ao mostrar, orgulhosamente as construções autogestionárias que a UMP-BA realizou, situando-se além do Estado, mas com recursos do Estado.

De igual complexidade é a relação dos movimentos identificados nas cidades médias e grandes da Bahia com os demais agentes da produção do espaço urbano. De forma abrangente destaca-se a relação como o poder judiciário que salvo raríssimas exceções tende a atuar contra a reivindicação de que se cumpra a Lei 10.257/01 (o Estatuto das Cidades) que institui o necessário cumprimento da função social dos imóveis urbanos. A maioria dos juizes não obedecem essa Lei, mas sim outras que anteriormente instituíam o respeito à propriedade privada, num conservadorismo do direito que beneficia evidentemente os proprietários e não os ocupantes. Entretanto há casos, embora minoritários, em que os juizes reconhecem o direito de posse aos ocupantes, encaminhando-se para o estabelecimento de cidades mais justas. Os movimentos destacaram a ação da defensoria pública em algumas cidades como importantes aliados no processo de embate judicial.

Da relação com as Igrejas destaca-se a Igreja católica para a formação dos movimentos de luta por habitação de Salvador (mais relacionada à formação política de lideranças no passado do que na assistência cotidiana atual), enquanto nas demais cidades essa relação não aparece.

Em todas as cidades é notória a relação com as Igrejas Evangélicas (protestantes e pentecostais), mas essencialmente com a participação de muitos militantes e lideranças nessas Igrejas, que não se colocam como apoiadoras da causa, ignorando-a.

As Religiões Afro-brasileiras também são frequentadas por militantes Sem-teto (especialmente em Salvador e Feira de Santana), mas não foi possível estabelecer se há relação com a formação da militância. Em todos os movimentos é facultado ao militante frequentar a religião que lhe aprouver, não havendo qualquer tipo de empecilho ao culto e prática de fé diferenciados.

Os proprietários fundiários entram na justiça contra os ocupantes, mas há casos de hostilidade diretamente praticada que lhes são atribuídas (embora difíceis de provar), como atirar contra a ocupação durante a noite. Além disso, identificou-se um caso efetivo de grilagem explícita no caso do terreno do Condomínio das Mangueiras e Zulmira, cuja construção é fruto da luta da UMP-BA.

Os promotores imobiliários são mais sutis e atuam pressionando os governos municipais e estaduais para retirar ou alocar os Sem-teto em áreas que lhes interesse porque tanto podem desvalorizar o entorno quanto podem auxiliar a valorizar os terrenos que situam-se entre áreas distantes das cidades a serem atendidas com os serviços públicos que o poder público destinará às áreas ocupadas. Há casos em que tentam negociar oferecendo vantagens às lideranças para retirar-se de determinada área, mas na maioria dos casos não estabelecem relação direta com o MSLHP.

A relação específica dos promotores imobiliários e proprietários fundiários com os MSLHP pode ser melhor caracterizada a partir da realização de pesquisas específicas sobre cada ocupação e cada desfecho, compondo uma memória importante para a análise dessa dimensão.

As Universidades de modo geral realizam pesquisas sobre os MSLHP, acionando suas lideranças e militância para entrevistas ou outros procedimentos, mantendo-se ‘distantes’ no entendimento das principais lideranças da Bahia, embora os exemplos dos grupos de direito e

de arquitetura e urbanismo que lhes prestam assessoria voluntária sejam destacados e indicados como de suma importância, de modo que consideram a Universidade como parceira dos movimentos.

A relação dos MSLHP com a mídia não é essencialmente de cooperação, mas especialmente em Salvador admitem a importância de ganharem a notoriedade midiática como forma de pressionar os demais agentes sociais a atenderem suas reivindicações, contudo, reconhecem que geralmente a mídia não está a seu favor. Nas demais cidades ainda há forte invisibilidade, mas as ações dos movimentos tem sido registradas em alguns sites e blogs locais e a forma como são abordados precisa ser melhor investigada.

Conforme indicara Ribeiro (2011) há recusas preponderantes quanto à vitalidade social questionadora; por essa razão as ações noticiadas tendem a ser as relacionadas à ocupação direta, grandes caminhadas e interrupção de trânsito. Dificilmente as ações de formação política e para o trabalho, as diferentes ações com as crianças, mães e pais ou os mutirões realizados recorrentemente pelos MSLHP são veiculadas pelos grandes meios de comunicação.

A relação com os partidos políticos tem se estreitado na fase de mais amadurecimento dos MSLHP identificados nas médias e grandes cidades da Bahia. De modo geral há aproximações de lideranças com partidos de esquerda e algumas lideranças prestam assessoria a políticos (vereadores e deputados) desses partidos, ou ainda há lideranças que se candidatam a cargos eletivos, de modo que a maior parte dos movimentos tem mudado a postura inicial de distanciamento total dos partidos políticos para a busca de cooperação que possa fortalecê-los. As especificidades também dessa relação requer estudos que ampliem o número de militantes e lideranças entrevistados a fim de estabelecer como cada movimento lida com seus campos políticos e os próprios políticos e como lidam com seus dividendos políticos partidários, como lembrara Silva (1992).

A constatação de que há na Bahia importantes movimentos socioterritoriais de luta por habitação popular e de mobilizações sociais em prol de diferentes direitos sociais e causas humanas, indicam que há esperanças de transformação social porque a participação popular no processo de reconhecimento da igualdade das pessoas mobiliza sentidos antes não despertados, uma nova perspectiva de conceber o mundo, rumo a uma consciência de que é possível refazer o modo como a sociedade brasileira foi constituída. Apenas cidadãos esclarecidos serão capazes de promover as grandes mudanças necessárias que perpassam por questões culturais e políticas. Uma sociedade aguerrida em prol de melhores condições de vida para todos, será também a sociedade que exigirá melhores políticos e ações políticas.

Na Bahia, devido à diversidade e força diferenciadas, demonstradas desde o início do século XXI, deve-se esperar que o enfrentamento permanecerá, com diferentes nuances, mas sempre na perspectiva de que é possível conquistar os direitos a partir da organização, luta e participação popular.

Em diferentes cidades da Bahia, especialmente em Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Simões Filho, Candeias, há verdadeiros ‘guerrilheiros da paz’, porque constituem a luta sem armas, dedicando toda uma vida em prol do ser humano, da defesa de direitos que foram negados por um Estado rico, mas profundamente desigual.

A história dos MSLHP revela lutas, táticas, perdas e ganhos, uma força política que surge em meio ao analfabetismo, à precarização das condições de sobrevivência, de maneira que sua permanência está relacionada à força da união, da solidariedade, da superação, do desejo de mover-se em prol de um ideal, que se nutre da conquista de cada moradia para os militantes e renova a energia para lutar pelos outros. Efetivam nas superações das dificuldades cotidianas,

ações que vão para além dos possíveis, remetendo à escrita de Milton Santos ao conclamar uma outra globalização, calcada na solidariedade:

O homem, cada homem, é afinal definido pela soma dos possíveis que lhe cabem, mas também pela soma dos impossíveis (SANTOS, 2002, p. 129).

A soma desses impossíveis individuais reunidos na coletividade permitiu aos MSLHP galgarem conquistas substanciais em suas lutas, subvertendo imposições, bem como auxiliaram a superar derrotas que lhes foram impostas. Por essas razões, há períodos em que atuam bravamente, há períodos em que recuam em determinadas frentes de ação para fortalecerem outras. Cada movimento social é único e suas práticas e ações podem e devem ser melhor detalhadas, em estudos de grande escala cartográfica, a exemplo dos nanoterritoriais (Souza M. L., 2013).

Sobre as contradições nos movimentos sociais no que diz respeito a questões como autonomia e autogestão, é considerável a adversão de que “É preciso perseverar com a honestidade de não exagerar as virtudes nem silenciar sobre os problemas” (Souza M. L., 2012, p. 91), de modo que é preciso atentar que entre os avanços e os retrocessos revelados na pesquisa sobre os Sem-teto na Bahia nem sempre as práticas identificadas foram efetivamente de autogestão e autoplanejamento, considerando o forte personalismo que parece existir em alguns casos.

Pode-se dizer analogamente a Porto-Gonçalves (2010) ao indicar que o Sem-terra é um Sem-Território, que o Sem-Teto também é um Sem-Território. São os insolventes, os que não serão absorvidos pelo mercado formal de moradias, mas que constituem uma demanda cativa, conforme reitera Rolnik (2015), a ser atendida pelos milhões de reais que o governo federal pode investir nos programas de habitação que são executados sem o devido zelo com o ‘cliente pobre’ finalmente olhado pelo Estado, por empresas construtoras especialistas nas contraditórias ‘habitações sociais de mercado’ – tão menores, em bairros precários e de baixa qualidade – quanto mais possibilitem ampliação de lucros (Shimbo, 2012) (Rolnik, 2015); são essas empresas que também financiam as campanhas eleitorais brasileiras, sejam de candidatos de direita ou de esquerda (Boulos, 2013).

Os MSLHP identificados na Bahia e os Sem-teto que os integram, reinventam as formas como lutam, ressignificam suas vidas e as dos outros, inserem outras lógicas na produção do espaço urbano, relembrando que o território é condição para a vida, que deveria ser prioritária em detrimento do lucro nas cidades. Dirigem suas lutas contra o parasitismo do sistema capitalista, onde é possível lucrar sem que haja função social, bem como ao Estado, que deveria estar organizado para cuidar das pessoas, fazendo cumprir os direitos sociais já garantidos na Constituição brasileira.

Nos MSLHP as pessoas seguem na luta porque, nas suas vidas, assim como na poesia “(...) quem sabe faz a hora, não espera acontecer” (Vandré, 1968) e explicam em seus hinos a sua estratégia:

E de mãos dadas com o meu vizinho do lado
Me sinto encorajado,
Bem mais forte pra lutar!!!
E num confronto, tomo das mãos do sistema
O direito a moradia, meu direito de morar!
(Luciana Moura. In.: MSTB, 2016).

São criadores de sub-versões e não apenas da subversão a que se propõem, mas à criação de outras versões do mundo (Cruz, 2014), construídas pelos ‘de baixo’ (Zibechi R., 2007). Travam verdadeiras batalhas, de modo que concorda-se com o argumento de Rolnik (2015) de

que há no mundo atual uma verdadeira ‘guerra dos lugares’, com rebeliões contemporâneas, das quais as reterritorialidades constituídas pelos MSLHP da Bahia são também protagonistas.

No caso dos Sem-Teto trata-se de subversões na organização espacial excludente e visível na sua produção, na diferenciação da apropriação territorial. A partir da luta por moradia, por terra urbana, por reforma urbana, relembram aos governos e à sociedade que no Brasil nega-se o acesso amplo às condições essenciais da existência humana, tornando visível o que os grupos hegemônicos se esforçam para manter oculto, escrevendo com suas próprias regras outra cultura política, a partir de uma gramática como a apregoada por Santos B. d. (2010), por vezes difícil de assimilar, porque nova, em construção, com uma sintaxe ainda não definida. Exigem participação não meramente consultiva, mas deliberativa, bem como executiva da política habitacional.

Os Sem-teto organizados em movimentos de luta por habitação popular na Bahia reescrevem a Geografia dessas cidades sem subordinação, resistindo e re-existindo na luta por moradia e por cidadania. Guardam sonhos individuais e coletivos, perdas, dores e conquistas. Fazem ver que “pobre também é gente”, como tão bem resumira o Sr. Misael da Ocupação Paraíso, apelando ao senso de humanidade, de reconhecimento do outro como um semelhante.



Capítulo 6

CONCLUSÃO





6 CONCLUSÃO

6.1 MORADIA, RETERRITORIALIZAÇÃO E CIDADANIA

Subverter ordens estabelecidas e ideologicamente sustentadas por imagens e discursos que defendem os interesses de poucos e conseguem ocultar o sistema social segregador e excludente que produzem, devido a pactos e ações tácitas, discretas, é a tarefa dos Sem-teto que se organizaram em movimentos sociais de luta por habitação. Sua existência já é incômoda, sua (re)territorialização é ainda mais incômoda, suas passeatas e protestos são a forma de obrigar a sociedade a vê-los, a reconhecê-los, para que todos os demais agentes sociais respondam à pergunta: Como pessoas pobres poderão adquirir uma moradia? Por que o Estado não dispõe moradias dignas para todos? Por que há tanta gente Sem-teto e tanto teto sem gente?

Os Sem-teto são como a ponta de um 'iceberg', porque correspondem a uma parte visível do grande corpo de problemas que promoveram a exclusão territorial nas cidades médias e grandes da Bahia. Essas cidades, via de regra, cresceram rapidamente e sem investimentos públicos amplos o suficiente em moradia digna para a população de baixa renda, resultando em extensas periferias urbanas organizadas via ocupação espontânea ou loteamentos clandestinos sem infraestrutura.

Constituíram-se favelas e bairros precários nas cidades, com a anuência ou ausência do poder público, onde os mais pobres estão praticamente confinados, devido à sua pouca mobilidade urbana atribuída ao crescente custo do transporte público urbano (ainda pior nas cidades grandes, devido à extensão da malha urbana).

A exclusão territorial nas cidades médias e grandes baianas é tão expressiva que há muitas pessoas que não conseguem pagar ou adquirir uma moradia até mesmo nas favelas, tornando-se 'Sem-teto', ou a expressão máxima de desterritorializados.

A exemplo do que indicam os movimentos de luta por habitação, assumiu-se que o morador de rua ou pessoa em situação de rua, que corresponde à pessoa que desistiu de estabelecer residência fixa (geralmente por impossibilidade econômica) e passou a viver nas ruas, procurando alguma forma de abrigo onde 'passar a noite', vivendo em situação de mendicância e sob alta vulnerabilidade, embora seja um 'Sem-teto', difere-se do 'Sem-teto' organizado em movimentos socioterritoriais porque estes pretendem possuir uma moradia fixa e, apesar de suas contingências econômicas, seguem trabalhando ou em busca de trabalho, realizando trabalhos esporádicos (bicos) e atuantes na luta para que o direito à moradia seja efetivado, para reterritorializarem-se.

A realização dessa pesquisa possibilitou verificar que há na Bahia importantes movimentos de luta por habitação que atuam com ocupações diretas de terrenos urbanos e edificações que aguardam valorização imobiliária, sem função social, em sete das vinte e quatro cidades médias e grandes da Bahia: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Candeias e Simões Filho. Trata-se de cidades excludentes onde existe resistência popular.

Constatou-se que alguns dos movimentos investigados atuam em outras cidades baianas que não constituem o grupo das maiores cidades, demonstrando que sua territorialização na Bahia é muito mais complexa, devido às redes de cooperação que estabelecem e de conjunturas internas favoráveis ao estabelecimento do movimento de luta por habitação em uma cidade em detrimento de outra, que não estão relacionadas ao contingente populacional, densidade demográfica ou especulação imobiliária.

O diagnóstico e análise realizados averiguou que nas médias e grandes cidades baianas, constituídos e atuantes na luta por habitação no início do século XXI, estiveram os seguintes movimentos socioterritoriais (listados como fazem para homenagear militantes que faleceram ou foram presos injustamente):

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Salvador: Presente!
Movimento dos Sem Teto da Bahia: Presente!
Movimento dos Sem Teto da Bahia – Simões Filho: Presente!
Movimento dos Sem Teto da Bahia – Feira de Santana: Presente!
União por Moradia Popular-BA: Presente!
Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho: Presente!
Movimento de Luta por Teto: Presente!
Associação dos Sem-Teto Independente de Eunápolis: Presente!
Movimento dos Sem-Teto de Candeias: Presente!
Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos: Presente!

A existência desses movimentos representa a articulação de pessoas em condição de vulnerabilidade social que transcenderam o sentido da carência para a atuação cidadã, mudando a percepção de que necessitam de ajuda, para o entendimento de que possuem direitos e que o Estado possui obrigações sociais, de modo que se organizaram para reivindicar e não para pedir, insurgindo-se, subvertendo a ‘ordem’ vigente. Nesse sentido, pode-se constatar o importante papel pedagógico, de formação política, que os diferentes movimentos sociais de luta por habitação realizam na Bahia.

A sua individualização ou pulverização é resultado de embates, discordâncias e diretrizes políticas diferentes em cada movimento, embora lutem pelo mesmo objetivo: a promoção de moradias adequadas para as pessoas que não podem comprá-las.

Obviamente que os movimentos baianos de luta por habitação contrariam agentes hegemônicos que historicamente associaram-se a políticos e colocaram o Estado brasileiro a seu serviço, mas na recente democracia brasileira, já tão conturbada, esses embates travados pelos movimentos deixam claro que a sociedade possui um importante papel no redimensionamento das políticas públicas e da ação do Estado.

Os movimentos socioterritoriais de luta por habitação ocupam, questionam, tensionam, fustigam, mobilizam-se e buscam visibilizar uma causa que ainda não possui a simpatia de grande parte da sociedade que se mantém ‘zelosa’ da propriedade privada, esforçando-se para demonstrar que uma cidade que onde todos podem morar adequadamente é melhor do que a cidade excludente, cuja máxima expressão é o ‘morador de rua’ (pessoa em situação de rua).

A contestação que os movimentos socioterritoriais de luta por habitação empreendem é uma forma de resistência à exclusão social e territorial que enfrentam tantos cidadãos nesse início de século XXI na Bahia e, obviamente, é combatida pelos agentes sociais que contrariam: os promotores imobiliários e proprietários fundiários e o próprio Estado que não parece simpatizar com o questionamento realizado por esses grupos; ademais, os meios de

comunicação e o poder judiciário continuam muito conservadores para atuarem a favor do Sem-teto, sendo raríssimos os exemplos de apoio.

Em contrapartida, os apoiadores costumam ter relação com sindicatos, partidos políticos mais à esquerda, Universidades, setores progressistas da Igreja católica, Organizações Não Governamentais, que tendem a se aproximar da defesa dos direitos humanos.

Constatou-se que a ocupação direta é a principal forma de atuação e estratégia para a denúncia de imóveis vacantes nas cidades, contudo, as condições inadequadas à moradia tornam as ocupações territórios precários, onde se enfrentam as intempéries (que variam desde o calor escaldante do verão feirense ao frio considerável do inverno conquistense) e todas as dificuldades de uma vida sob barracos ou vãos improvisados, numa sobrevivência complexa que é mesmo sobre-vida.

A identificação de que há predomínio de mulheres, crianças e pessoas negras nos movimentos de luta por habitação pesquisados na Bahia, indica a necessidade premente de políticas sociais específicas para a reparação das mazelas sociais advindas de uma sociedade que fora escravista e machista.

As ocupações deveriam ser provisórias, mas acabam durando anos a fio, devido à tentativa dos agentes hegemônicos de fazê-los desistir; em contrapartida, o fato de permanecerem na ocupação longos anos, é uma estratégia para consolidar a ocupação, demonstrando a sua real possibilidade de uso para moradia, pressionando o Estado a intervir a favor dos ocupantes. É um processo desgastante e não deveria acontecer se o Estado assumisse a responsabilidade na provisão de moradias adequadas aos mais pobres.

Há um movimento, a UMP-BA, que participa da política habitacional a partir do acesso a financiamentos e autogestão para a construção das habitações. Contudo, para a UMP-BA também há necessidade de enfrentamento dos demais agentes, devido à dificuldade de acesso a terrenos para construir, especialmente em Salvador.

Os movimentos socioterritoriais de luta por habitação identificados na Bahia são tão heterogêneos quanto são as pessoas que os compõem, de modo que em suas diretrizes políticas são, em alguns casos, portadores do anúncio de uma nova sociedade, calcada na igualdade humana e de direitos, com horizonte utópico claramente definido e defendido, como em outros casos, são sujeitos coletivos que lutam pelo acesso à moradia, sem projetos societários mais abrangentes. Por isso, não é possível tratar do movimento social de luta por habitação na Bahia e sim dos movimentos, no plural, para aproximar-se de sua heterogeneidade. Tentativas de reuni-los em 'Frentes' únicas vêm sendo realizadas em Salvador, mas não é fácil promover consensos; nos demais municípios baianos não se vislumbrou ainda a força de sua atuação numa rede estadual de movimentos de luta por habitação.

A força dos Sem-teto resulta da sua capacidade de mobilização, do estabelecimento de redes de apoio, mas essencialmente da sinergia de sua militância, coordenação, simpatizantes e apoiadores. Não resta dúvidas de que, apesar de sofrerem uma série de derrotas, alimentam-se das vitórias e esperança da conquista de moradia e da autonomia das pessoas.

Por tudo que foi ouvido, visto, pesquisado, constatado, fica a esperança em dias melhores, já que, a exemplo de Gonzaga Júnior (1980) "Eu acredito é na rapaziada" que resiste, re-existe e reconstrói suas vidas, reterritorializando-se nas cidades que lhes excluiu:

Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada

Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói a manhã desejada
Aquele que sabe que é o couro da gente
Que segura a batida da vida o ano inteiro
Aquele que sabe o sufoco de um jogo tão duro
E apesar dos pesares ainda se orgulha de ser brasileiro
(...)

(Gonzaga-Júnior, 1980).

A luta empreendida pelos movimentos socioterritoriais de luta por habitação da Bahia, a mudança que opera na vida dos militantes, o esforço dos coordenadores, as conquistas adquiridas, os embates travados, a persistência de seus militantes, o aprendizado com as derrotas, indica que há importantes e alvissareiras mudanças em curso na sociedade brasileira, que advém do fim do século XX e tem se intensificado nesse início de século XXI, ampliando a expectativa de que essa vitalidade se expanda para que as gerações futuras construam cidades mais incluídas e um mundo melhor para todos e não para poucos.



REFERÊNCIAS

- Afro-Orientais, C. d. (2007). Mapa: distribuição dos terreiros em Salvador. Universidade Federal da Bahia.
- Ageing, A. D. (2005). *Homelessness and mental health linkages: Review of National and International Literature*.
- Aguiar, C. (18 de 09 de 2013). Feira de Santana e sua história mal contada. Feira de Santana.
- Alban, M. (mar. de 2006). O novo enigma baiano, a questão urbano-regional e a alternativa de uma nova capital. *Revista Desenharia*, 2(4).
- Alcoforado, F. (2007). *Bahia: desenvolvimento do século XVI ao século XX e os objetivos estratégicos na era contemporânea*. Salvador: EGBA.
- Alentejano, P. R., & Rocha-Leão, O. M. (2006). Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? *Boletim Paulista de Geografia*, 84, 51 - 67.
- Algaba, A. (2003). La discriminación en el acceso al mercado de la vivienda: las desventajas de la inmigración. Novedades y permanencias. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, VII(146(060)).
- Almeida, F. N. (2010). A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da Justiça no Brasil. 329. São Paulo.: Universidade de São Paulo.
- Almeida, F. N. (2010). A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da Justiça no Brasil. 329. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Almeida, L. (11 de 06 de 2016). *Urbanização começa na "Cidade de Plástico"*. Fonte: A Tarde: <https://goo.gl/TwppBW>
- Almeida, M. C. (2005). Produção sócio-espacial da habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista - BA. 191. Salvador: UFBA.
- Almeida, R. G., Grandi, M. d., & Moreira, M. F. (2009). Oikos, agora e ekklesia: uma introdução às fronteiras, pontes e "áreas de sombra" de um espaço ocupado por sem-teto (Ocupação Quilombo das Guerreiras - Rio de Janeiro). *Cidades*, 6, 67-92.
- Alvarenga, M. S. (2011). Leituras sobre movimentos sociais e ações organizadas em contextos urbanos: notas de diálogos sobre métodos. In: A. C. Ribeiro, A. Campos, & C. A. Silva, *Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas* (pp. 161 - 170). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Alves, A. (2015). *Candeias: defesa civil registra diversas ocorrências por conta da chuva*. Fonte: Baiana FM (site): <https://goo.gl/pKyrQa>
- Alves, P. J., & Jr, J. M. (26 de 11 de 2014). *A tarde (Jornal)*. Fonte: Ondina e Cidade Jardim têm os melhores IDHM de Salvador: <https://bit.ly/2w13BVr>
- Alves, Z. M., & Silva, M. H. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia*, 61- 69.

- Ammann, S. B. (2013). *Expressões da pobreza no Brasil: análise a partir das desigualdades regionais*. São Paulo: Cortez.
- Araujo, O. (2017). Movimentos sócio-territoriais urbanos: a resistência dos sem-teto do 'quilombo Lucas da Feira' (Feira de Santana-Bahia-Brasil). *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 06(01), 35-57.
- Araujo, O., & González, R. C. (2017). Urbans socio-territorial movements: the resistance of homelessness of 'Quilombo Paraíso - MSTB' (Salvador-Bahia-Brazil). In: A. A. Fonseca, A. Puentes, & B. E. Vilariño, *Digital cities and spatial justice* (pp. 183-195). UGI.
- Araujo, T. D. (10 de Abril de 2016). *Movimento Sem Teto de Salvador ocupa prédio abandonado no Horto Florestal*. Fonte: Site Bocão News: <https://goo.gl/5wG2ca>
- Araújo, W. (12 de 03 de 2009). Fonte: Agência A TARDE.
- Arruda, C. A. (2015). Ipitanga, um novo bairro que se forma: inserção urbana do Programa Minha Casa Minha Vida em Salvador implantação do residencial Coração de Maria. *Trabalho de conclusão de Curso de Especialização em Assistência Técnica*, 61. UFBA: Faculdade de Arquitetura.
- Articulação do Centro Antigo. (s.d.). Fonte: Página no facebook: <https://www.facebook.com/articulacaodocentroantigo/>
- Assessoria, C. (s.d.). Facebook. Fonte: <https://www.facebook.com/ceas.assessoria>
- Aveni, A., Galindo, E. P., & Oliveira, S. M. (2016). Cidades e arranjos intermediários da Bahia: contribuições aos conceitos de cidade média e secundária. V *Simpósio Cidades Médias e Intermediárias da Bahia*, (pp. 01-16).
- Bahia. (2015). *Relatório síntese do PLANEHAB 2010-2013*. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento Urbano.
- Bahia, B. (14 de Junho de 2016). Vídeo: Confusão na votação do PDDU.
- BAHIA, J. G. (7 de Abril de 2014). *Prefeito de Feira de Santana anuncia investimentos na Vila Olímpia*. Fonte: <https://goo.gl/7WwKDT>
- BAHIA, R. (18 de maio de 2015). *Entrevista a Pedro Cardoso (vídeo)*. Fonte: <https://goo.gl/N4ufTa>
- BahianaFm. (2017). *CANDEIAS: CAIXA PREVÊ PARA ABRIL ENTREGA DE APARTAMENTOS DO MCMV, NO BAIRRO DA AREIA*. Fonte: <https://goo.gl/H44D13>
- Balaguer, A. (2012). Crescendo no MSTB: o brincar da criança do movimento dos sem teto nas ocupações da cidade de Salvador. 92. Salvador: UFBA.
- Balbo, M. (2003). La ciudad inclusiva. In: M. Balbo, R. Jordán, & D. Simioni, *La ciudad inclusiva* (Vol. 88, pp. 305-313). Santiago do Chile: ONU/ CEPAL.
- Baltrusis, N., & Mourad, L. N. (2014). Política habitacional e locação social em Salvador. *Cad. CRH [online]*, 27(71), 267-284.
- Barbosa, A. (1951). *Saudosa Maloca*. Fonte: <https://goo.gl/oeJySw>
- Barbosa, A. (1969). *Despejo na Favela*. Fonte: <https://goo.gl/YA8iyD>
- Barbosa, P. (26 de Março de 2017). *Minha casa, Minha vida, mas depende da vontade política, nada é para o povo*. Fonte: ROTA51.COM: <http://wp.me/p4NPmL-fA8>
- Barros, G., & Rocha, I. (2010). Condomínio Greenville e loteamento Vila Améria: Um retrato da segregação sócio-espacial em Vitória da Conquista. *Actas Del colóquio internacional de Geocrítica*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.

- Benítez, O. G. (set/dez de 2008). A reestruturação urbana da cidade de Puebla, México: dispersão territorial, desconcentração produtiva e fragmentação sócio-espacial. *GEOGRAFIA*, 33.
- Benítez, O. G. (set/dez. de 2008). A reestruturação urbana da cidade de Puebla, México: dispersão territorial, desconcentração produtiva e fragmentação sócio-espacial. *Geografia*, 33.
- Bernardes, J. A. (2006). A questão urbana na metrópole e os movimentos sociais: algumas considerações. In: C. A. Silva, D. G. Freire, & J. G. Oliveira, *Metrópole: governo, sociedade e território* (pp. 223-236). Rio de Janeiro: DP&A: Faperj.
- Bittencourt, J. M. (2011). A participação popular nos projetos públicos de intervenção urbana: o caso da 7ª etapa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador. 167. Salvador: UFBA.
- Bittencourt, M. (15 de 09 de 2008). *A Tarde*. Fonte: Sem-tetos ocupam área da Veracel em Eunápolis: <https://goo.gl/zyCh76>
- Bittencourt, M. (15 de Setembro de 2008). *Sem-tetos ocupam área da Veracel em Eunápolis*. Fonte: Jornal A TARDE (online): <https://goo.gl/zyCh76>
- Blanco, M. R. (1996). El concepto de movimiento social: acción, identidade y sentido. *Última Década*, 005, 1-18.
- Bochicchio, S. (2008). Movimento dos sem teto de Salvador: Estratégias de apropriação dos espaços e Territorialização. 148. Salvador: UFBA.
- Bomfim, J. D. (2002). Críticas práticas aos velhos & novos movimentos sociais urbanos no Brasil. *Sitientibus*, 83-108.
- Bomfim, J. D. (jul./dez. de 2009). Um novo enigma baiano? Salvador de todos os pobres. *Sitientibus*, pp. 115-137.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (janeiro-julho de 2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *EM TESE*, 2(1 (3)), 68-80.
- Borborema, A. (2016). *A pujança econômica da cidade no 31º Aniversário de Teixeira de Freitas*. Fonte: Teixeira News (on-line): <https://goo.gl/qxcNZ4>
- Boulos, G. (2012). *Por que ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci.
- Boulos, G. (2013). *Por que ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-teto* (3ª (ampliada) ed.). São Paulo: Autonomia Literária.
- Braga, R. (2017). *A rebeldia do precariado*. São Paulo: Boitempo.
- Brandão, M. d. (1981). O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: L. d. Valladares, *Habitação em Questão* (2ª edição ed., pp. 125-142). Rio de Janeiro: ZAHAR.
- Brasil. (5 de janeiro de 2007). Lei Nº 11.445. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010. 61. Brasília, 2013: Senado Federal.
- Brasil. (2001). Estatuto da cidade: Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, e legislação correlata. Brasília, Edições Câmara: Edições Câmara.
- Brasil. (16 de junho de 2005). Lei nº 11.124. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm.

- Brasil. (26 de novembro de 2007). Lei Nº 11.578. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11578.htm.
- Brasil. (24 de dezembro de 2008). Lei Nº 11.888. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm.
- Brasil. (7 de junho de 2009). Lei 11.977. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.html.
- Brasil. (16 de junho de 2011). Lei nº 12.424.
- Brasil. (3 de janeiro de 2012). Lei nº 12.587. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm.
- Brasil. (2012). Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. (<https://goo.gl/5jZoHS>, Ed.)
- Brasil. (31 de julho de 2014). Lei 13.019. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm.
- Bretas, V. (2016). *Quanto tempo a Justiça do Brasil leva para julgar um processo?* Fonte: Revista EXAME (online): <https://goo.gl/G9zVW2>
- Bringel, B. M. (2007). O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. *Boletim Goiano de Geografia*, 35-49.
- Brito, C. d. (2008). *A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Salvador: EDUFBA.
- Brizola, N. (25 de 01 de 2016). *Bahia Extremos Sul.com*. Fonte: MLT faz assembleia para definir novas estratégias referentes ao terreno da Grendene: <https://bit.ly/2QqPb9C>
- Brum, E. (13 de set de 2016). *EL PAÍS*. Fonte:). Black Blocs, os corpos e as coisas. Como os mascarados desmascaram o Brasil do “mais um direito a menos”: <https://goo.gl/sY8p8q>
- Burgos, R. (Jun de 2015). Pesquisa qualitativa: reflexões geográficas a partir de um estudo de caso sobre as contradições urbanas da cidade de Sorocaba - S. *Geographia Meridionalis*, 01(01), 145-159.
- C. Neto, J. S., Rocha, C. C., Nolasco, M. C., & Franca-Rocha, W. (2003). O uso do geoprocessamento na análise da situação ambiental das lagoas no município de Feira de Santana. *X simpósio brasileiro de geografia física aplicada*.
- Cabral, I. d., & Almeida, J. R. (2015). Dos loteamentos aos condomínios fechados: mudanças nas formas de produção e apropriação do espaço no bairro Boa Vista em Vitória da Conquista - Bahia. *XI Colóquio do Museu Pedagógico*, (pp. 327-341).
- Caldas, A. d., & Souza, F. A. (jul./set. de 2009). *BAHIA Análise & Dados*, 19(2), 537-553.
- Caldeira, T. P. (1997). Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos*(47), 155-176.
- Calheiros, A., & Duque, E. (jan./jun de 2013). De que tempo de faz a relação entre a dromografia e a democracia? *Sitientibus*(48), 153-173.
- Calheiros, A., & Duque, E. (2015). Movimentos e mobilizações sociais: originalidade e desafios. *Anais do II Congresso Internacional SETED-ANTE: Seminário: Estado, Território, Desenvolvimento*, (pp. 1239 - 1256). Santiago de Compostela, Espanha.
- Campos, A., França-Filho, A. L., & Fernandes, F. M. (2011). Entre indivíduos e sujeitos: lugares e territórios em movimento na metrópole. In: C. A. Silva, *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana* (pp. 137-149). Rio de Janeiro: Lamparina.

- Capel, H. (1972). Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. *Revista Geográfica*(8), 19-56.
- Cardoso, D. (27 de Junho de 2013). *Feira de Santana ganha seis novos bairros; decisão desagradada trabalhadores rurais*. Fonte: Site Acorda Cidade: <https://goo.gl/xFvq8>
- Carmo, R. B. (2009). *A urbanização e os assentamentos subnormais de Feira de Santana*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Carrara, M. (2012). *Video: Palestra realizada no Fórum Habitat Genève 2012*. Fonte: <https://vimeo.com/61718962>
- Carrara, M. (10 de Novembro de 2016). *Video: Quem sabe faz a hora (Mesa de debate no Seminário Nacional de Trabalho Social na Produção da Habitação Autogerida)*. Fonte: <https://goo.gl/kmg1Up>.
- Carvalho, J. P. (2007). A serviço da vida: a influência da Igreja Católica na formação do movimento nacional de defesa dos direitos humanos (1982-1986). 257. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Carvalho, A. L., Freitas, M. A., & Campanário, P. (Julho de 2000). Mudanças na dinâmica demográfica de Salvador e sua Região Metropolitana na segunda metade do século XX. *BAHIA ANÁLISE & DADOS*, 10(1), 35-48.
- Carvalho, A. L., Freitas, M. A., & Campanário, P. (2000). Mudanças na dinâmica demográfica de Salvador e sua Região Metropolitana na segunda metade do século XX. *Bahia Análise & Dados*, 35-48.
- Carvalho, C., & Rodrigues, R. (2016). *O direito à cidade*. Rio de Janeiro: Lumens Juris.
- Carvalho, I. d., & Pereira, G. C. (sept. de 2013). A cidade como negócio. *EURE (Santiago)*, 39(118), 5-26.
- Carvalho, I. M., & Barreto, V. S. (2007). Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. *Cadernos Metrópole*(18), 251-273.
- Carvalho, I. M., & Pereira, G. C. (2014). Estrutura social e organização social do território na Região Metropolitana de Salvador. In: I. M. CARVALHO, & G. C. PEREIRA, *Salvador: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática* (1ª ed., pp. 109-140). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles.
- Carvalho, I. M., & Pereira, G. C. (2014). Salvador, uma metrópole em transformação. In: I. M. CARVALHO, & G. C. PEREIRA, *Salvador: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática* (1ª ed., pp. 236-261). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles.
- Carvalho, M. C. (2012). Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. Juiz de Fora: UFJF.
- Castells, M. (2000). *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castilo, P. C. (2007). Los “sintecho” em España. *Humanismo y Trabajo Social*, 6, 55-70.
- Castro, R. R. (2016). Residencial Movimento Dois de Julho: habitação verticalizada para MCMV-Entidades, em Pernambués, Salvador - Bahia. 130. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Catalão, I. (2008). A propósito da dialética socioespacial e dos movimentos sociais. *Perspectiva Geográfica*, 4, 27-40.
- Cavalcanti, A. P. (jan./jun. de 2011). Fundamentos históricos metodológicos da pesquisa de campo em Geografia. *Geosul*, 26(51), 39-58.

- Cavalcanti, A. P. (jan./jun de 2011). Fundamentos históricos metodológicos da pesquisa de campo em Geografia. *Geosul*, 26(51), 39-58.
- CEAS. (07 de Setembro de 2015). *MSTB no Grito dos Excluídos 2015*. Fonte: <https://goo.gl/HtrafA>
- Cerón, M. C. (2006). *Metodologías de investigación social*. Santiago: Lom.
- Cerqueira-Neto, S. (2014). *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. Salvador: EDUFBA.
- Clarín. (28 de 11 de 2013). *Jordi Borja: "Los barrios cerrados son un urbanicidio"*. Fonte: <https://clar.in/2MsZMHm>
- Claval, P. (1999). A geografia cultural: o estado da arte . In: Z. Rozendahl, & R. L. Corrêa, *Manifestações da cultura no espaço* (pp. 59 - 97). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Cloux, R. F. (2008). *MSTS/MSTB: A Trajetória do Movimento dos Sem-Teto de Salvador/Bahia*. Salvador: Kawo-Kabiyesele.
- Cloux, R. F. (2011). O Movimento dos Sem Teto de Salvador e a Mídia: trajetória, mobilização social e conflitos. <https://bit.ly/2KxkNGg>.
- Cloux, R. F. (2013). Panorama da luta pela moradia em Salvador de 1964 até a formação do Bairro da paz. In: R. F. Cloux, *Resistências e Contestações: Movimentos sociais, política e ideologia* (pp. 281- 312). Salvador: Kawo-Kabiyesele.
- Coragem, R. (2015). Fonte: Aílson Cruz acusa Leonardo Feitosa de se apropriar indevidamente de terrenos de invasão: <https://goo.gl/XANxaN>
- Correa, R. L. (2002). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.
- Corrêa, R. L. (2002). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.
- Correa, R. L. (2006). *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Corrêa, R. L. (2013). Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: A. F. Carlos, M. L. Souza, & M. E. Sposito, *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* (pp. 41-51). São Paulo: Contexto.
- Correio. (11 de Abril de 2016). *Sucom notifica Movimento Sem Teto para desocupar imóvel no Horto Florestal*. Fonte: CORREIO: <https://goo.gl/ZlsKF8>
- CPT. (2017). Fonte: Comissão Pastoral da Terra: <https://www.cptnacional.org.br/>
- CPT. (2017). Fonte: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Site institucional): www.cptnacional.org.br
- Cruz, V. C. (2014). Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: O. A. (Orgs.), *Identidade, território e resistência* (pp. 37-72). Rio de Janeiro: Consequência.
- D'Agostino, R. (18 de 04 de 2016). *Veja estados e partidos que mais votaram pelo impeachment na Câmara*. Fonte: Portal G1: <https://goo.gl/Dh1oLM>
- Davis, M. (2014). *Planeta de Ciudades Miseria*. Madrid: Akal.
- Delgado, M. (14 de jun de 2016). *EL PAÍS*. Fonte: Vida urbana contra los desahucios en Boston: <https://goo.gl/4phq73>
- Demo, P. (maio/ago de 2005). Santo Estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitas. *Sociedade e Estado*, 20(2), 451-476.

- desconhecido. (s.d.). *Feira de Sanatana e sua história mal contada*. Fonte: Cristóvam Aguiar: <https://goo.gl/eXEq85>
- Dias, P. C. (2006). A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): estudo das características e implicações do processo. 200. Salvador: UFBA.
- Dias, P. C., & Araújo, M. M. (2013). Notas sobre cidades médias: uma proposta para a Bahia. *Geo UERJ*, 1(Ano 15, nº. 24), 285-311.
- Dicas de New York*. (s.d.). Fonte: Região de Meatpacking District em Nova York: <https://bit.ly/2oSdJMo>
- DIEESE. (2012). *A Inserção dos Negros no Mercado de Trabalho - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal*. <https://goo.gl/UXYRz8>.
- DIEESE. (14 de Abril de 2015). *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos*. Fonte: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>
- Doimo, A. M. (1983). Movimento social urbano, igreja e participação popular. 186. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Druck, G. (enero-abril de 2006). Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*, Año VII(19), 329-340.
- Duque, E., & Calheiros, A. (jan./jun. de 2013). De que tempo se faz a relação entre adromocracia e a democracia? *Sitientibus*, pp. 153-173.
- Epifania, A. G. (2008). Encontros e desencontros entre o sagrado e o urbano no cotidiano de Candeias - Bahia. 161. Salvador: UFBA.
- Epifania, A. G. (jul/set de 2009). Das luzes de Nossa Senhora ao negrume do petróleo: a produção do espaço intraurbano de Candeias, Bahia. *Bahia Análise & Dados*, 19(2), 589-602.
- Erismann, G. (1928). *Hino à Feira*. Fonte: <https://goo.gl/FmK1SU>
- Escolar, C. (junio de 1998). Epistemología del trabajo de campo en geografía: problemas en torno a la construcción de los datos. (U. d. Barcelona, Ed.) *Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, 1-6.
- Falero, A. (2012). Entre o rigor teórico-metodológico e a criação Algumas chaves cognitivas para a pesquisa dos movimentos sociais na América Latina. In: M. d. Gohn, & B. M. Bringel, *Movimentos sociais na era global* (pp. 19-36). Petrópolis : Vozes.
- Fávero, B., & Jr, R. T. (17 de 05 de 2016). *Ministro revoga construção de 11.250 unidades do Minha Casa, Minha Vida*. Fonte: Folha de São Paulo: <https://goo.gl/6D5VMf>
- Fernandes, B. M. (2000). Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*(15), 59-85.
- Fernandes, B. M. (jan/jun de 2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *NERA*, 8(6), 24-34.
- Fernandes, R. B., Santo, S. M., & Santos, R. L. (15 de febrero de 2008). O Sistema de Informação Geográfico (SIG) como subsídio para o planejamento urbano: a ocupação legal e as águas da sub-bacia do rio Jacuípe, Feira de Santana, Bahia, Brasil. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales (Serie documental de Geo Crítica)*, XIII(775).
- Ferraz, A. E. (2009). O espaço em movimento: o desvelar da rede nos processos sociotécnicos do sistema de saúde de Vitória da Conquista - Bahia. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.

- Ferreira, F. (. (s.d). *Projeto de requalificação da área Guerreira Zeferina (cidade de Plástico). Casa Civil/ SUCOM/ PMS.*
- Ferreira, A. (2011). *A cidade no século XXI: Segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Ferreira, D. (29 de outubro de 2015). *As lagoas de Feira de Santana*. Fonte: FEIRENSES (Jornal on-line).
- Ferreira, R. F. (2012). A autogestão habitacional no Brasil a partir do geoverno Lula: produção e agentes. In: L. C. Lago, *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições* (pp. 139-185). Rio de Janeiro: Letra capital: observatório das metrópoles.
- Ferreira, R. F. (2014). Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado. 214. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Figueiredo, G. C., Mourad, L. N., & Rebouças, T. d. (2016). Planejamento estratégico e a produção da cidade de exceção na América Latina: o caso da cidade de Salvador. *ContestedCities: Congresso Internacional*, (pp. 01-17). Madrid.
- Fiscalizar Extremo Sul*. (s.d.). Fonte: A sessão da Câmara de Vereadores de Teixeira de Freitas foi agitada, ao som do grito de Luta MLT: <https://goo.gl/Puq16f>
- FJP. (2014). Notas Técnica: Déficit habitacional no Brasil Anos 2011 e 2012. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informação/ FJP.
- Fonseca, A. Â. (2005). *Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após a descentralização*. Feira de Santana: UEFS.
- Fontoura, A. E. (2008). Participação, cotidiano e identidade na periferia de Porto Alegre. *Cidades*, 6(9), 355-384.
- Foucault, M. (2007). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal.
- Franco, A. (21 de Março de 2016). *Famílias de Alagados IV e V recebem 100 casas próprias*. Acesso em Janeiro de 2017, disponível em A TARDE (online): <https://goo.gl/mlwDCn>
- Frank, A. G., & Fontes, M. (junho de 1989). Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*(17), 19-48.
- Freire, L. C. (2007). Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888. 167. Salvador: UFBA.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, T. (11 de 04 de 2016). *Sucom notifica Movimento Sem Teto para desocupar imóvel no Horto Florestal*. Fonte: Correio da Bahia: <https://bitly.com/>
- Furtado, B. A., Lima-Neto, V. C., & Krause, C. (2013). Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010). 20. Brasília: Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA).
- Galeano, E. (2000). *As veias abertas da América Latina* (39ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Galvão, R. d. (jul-dez de 1982). Os povoadores da região de Feira de Santana. *Sitientibus*, 1(1), 25-31.
- Galvão, R. M. (04 de Novembro de 2017). *Eunápolis, 67 anos de fundação - uma cidade com o coração na estrada*. Fonte: Blog da Rose Marie: <https://goo.gl/p4GfPi>
- Germani, G. I. (2010). Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: A. S. Neto, E. M. Santos, & O. A. da, *(GEO) grafias dos movimentos sociais*. Feira de Santana: UEFS editora.
- Gessinger, H., & Licks, A. (1991). *Engenheiros do Hawaii*. CD Várias Variáveis. Rio de Janeiro.

- Gil, G., & Liminha. (1985). *Nos Barracos da cidade*. Fonte: <https://goo.gl/6yDSv4>
- Girardi, E. P. (2008). Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista.
- Gohn, M. d. (2010). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (8ª ed.). São Paulo: Loyola.
- Gohn, M. d. (2012). Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: M. d. Gohn, & B. M. Bringe, *Movimentos sociais na era global* (pp. 19-36). Petrópolis: Vozes.
- Gomes, L. F. (2012). *Perfil dos presos no Brasil em 2012*. Fonte: JusBrasi: <https://goo.gl/GC9Pw8>
- Gomes, L. M. (2009). HELVÉCIA - homens, mulheres e eucaliptos (1980 - 2005). 229. Santo Antônio de Jesus: UNEB.
- Gomes, L. M. (2015). Teixeira de Freitas - Ditos e Não Ditos: Uma cidade em disputa de memórias. XXVII *Simpósio Nacional de História*, (p. 16). Florianópolis.
- Gomes, P. C. (2010). *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Gonzaga-Júnior, L. (1980). E vamos à luta. *Álbum: De volta ao começo*. Gravadora: EMI-Odeon. Formato: LP.
- González, R. C. (2014). Políticas Públicas, gestão territorial e participação social. In: O. A. Silva, E. M. Santos, & A. S. Neto, *Identidade, território e resistência* (pp. 95- 130). Rio de Janeiro: Consequência .
- González, R. C. (No prelo). Os movimentos sociais urbanos em Espanha e o seu renascimento após 2010. Uma leitura geográfica.
- Google Maps. (s.d.). *Green Ville*. Fonte: <https://goo.gl/UwUswv>
- Google street view. (s.d.). Fonte: <https://goo.gl/utrWKS>
- Gordilho-Souza, A. (2008). *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: EDUFBA.
- Goulart, D. C. (2011). O anticapitalismo do movimento dos trabalhadores sem-teto - MTST. 286. Marília: UNESP.
- GOVBA, M. D. (2015). Fonte: Tapera TV: <https://goo.gl/egaTPM>
- GOVBA, M. D. (2016). *SECOM*. Fonte: <https://goo.gl/WZfs5q>
- Grave, D. I. (2015). Avaliação da capacidade de gestão democrática municipal: uma análise da experiência do plano diretor participativo de Simões Filho/BA. 112. Salvador: UFBA.
- Grillo, M. (26 de Março de 2017). *Desde 2010, uma nova organização religiosa surge por hora*. Fonte: Jornal O Globo on-line: <https://goo.gl/3SXPBF>
- Grün, R. (2007). Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. *RBCS*, 22(65), 85-167.
- Guerra, T. A. (12 de Maio de 2017). *A história de Eunápolis desde o povoado de Gabiarra até a emancipação*. Fonte: Site Bahia 40º: <https://goo.gl/8GZumJ>
- Guimarães, J. (s/d). *Arautos do Evangelho*. Fonte: O anjo Bom do Brasil: <https://bit.ly/2N7hxnt>
- Guimarães, M. C. (out./dez de 2015). Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. *Serv. Soc.*(124), 721-745.

- Haesbaert, R. (1999). Identidades territoriais. In: Z. Rozendahl, & R. L. Corrêa, *Manifestações da cultura no espaço* (pp. 59 - 97). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Haesbaert, R. (2010). *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Harvey, D. (2013). A liberdade da cidade. In: E. Maricato, *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram conta das ruas do Brasil* (pp. 27-34). São Paulo: Boitempo/ Carta Maior.
- Harvey, D. (2013). *Espaços de esperança* (6ª ed.). São Paulo: Loyola.
- Henrique, W. (2010). Dinâmicas do mercado imobiliário na produção do espaço urbano e da natureza em Salvador e região metropolitana (BAHIA). *Revista CIDADES*, 7(11), 307-329.
- IBGE. (s.d.). Fonte: IBGE Séries Históricas: <https://bit.ly/2wNQruB>
- IBGE. (2010). *IBGE Cidades*. Fonte: Brasil em síntese: cidades e Estados: <https://cidades.ibge.gov.br/>
- IBGE. (2010). *IBGE Cidades Salvador*. Fonte: Índice de Desenvolvimento Humano: <https://bit.ly/200OpBy>
- IBGE. (2010). *SIDRA*. Fonte: População residente: Brasil: <https://goo.gl/Djs1CP>
- IBGE. (2010). *SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação Automática*. Fonte: População nos censos demográficos por situação de domicílio: <https://goo.gl/BrJkbZ>
- IBGE. (2010). *Sinopse do censo demográfico - 2010*. Fonte: Domicílios recenseados por espécie: <https://goo.gl/oMgfwo>
- IBGE. (2017). *IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017*. Fonte: Agência Notícias IBGE (site): <https://goo.gl/cTWjt2>
- Imóveis, N. (Novembro de 2017). Fonte: Site da Imobiliária Nobel imóveis: <https://goo.gl/wVcn1i>
- Izaguirre, I. (2004). Algunos ejes teórico-metodológicos em el estudio del conflicto social. In: J. Seoane, *Movimientos sociales y conflicto en América latina* (pp. 249- 257). Buenos Aires: CLACSO.
- Jacobi, P. (1989). *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Joly, C. (2007). Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis - BA. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Júnior, R. d. (2014). O terreiro e a cidade: ancestralidade e territorialidade nas políticas de ação afirmativa. *Estudos de Sociologia*, 2(20).
- Kaiser, B. (2006). O geógrafo e a pesquisa de campo. *Boletim Paulista de Geografia*, 93 - 104.
- Kitzberger, P., & Pérez, G. J. (2008). *Los pobres en papel: Las narrativas de la pobreza em la prensa latino-americana*. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung.
- Kohara, L., Uemura, M. M., & Ferro, M. C. (2012). *Moradia é central: lutas, desafios e estratégias*. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.
- Konder, L. (1981). *O que é dialética* (25ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Konder, L. (1981). *O que é dialética* (25ª ed.). Editora Brasiliense.
- Krekeler, J. (2015). *Rompiendo esquemas, logrando acceso*. (Mesaesal futuro/ Misereor) Fonte: Alto Falante: <https://goo.gl/2U605W>

- Lacoste, Y. (2006). A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. *Boletim Paulista de Geografia*, 84, 77 - 92.
- Landim, R., & Agostini, R. (2017). JBS teve 'aula de delação' 15 dias antes de gravar conversa com Temer. *Folha de São Paulo*.
- Lanz, S. (s.d.). Capilares da transformação social: movimentos urbanos na América Latina. *CIDADES*, 6(9), 217-239.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade* (4ª ed.). São Paulo: Centauro.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade* (4ª ed.). São Paulo: Centauro.
- Lima, A. N. (2013). O direito à cidade e as zonas especiais de interesse social: um olhar sobre o município de Salvador. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, 45, 5-19.
- Lima, A. N. (2016). Do Direito Autoconstruído ao Direito à Cidade: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia. 329. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Lima, E. (14 de 01 de 2015). A TARDE. Fonte: Incêndio destrói palafitas em Massaranduba: <https://goo.gl/CGUilK>
- Lima, F. D., & Sá, A. J. (2015). Nas geografias da violência e da criminalidade: um olhar crítico para a cidade de Teixeira de Freitas-BA. *Encontro Nacional da ANPEGE*, XI, 258-267.
- Lima, G. (2009). Movimento Baixa do Marotinho: A luta pela moradia em Salvador (1974-1976). Salvador: UFBA.
- Lima, Santos, S. M., & Rossoni, I. (2011). Lucas da Vila de Sant'Anna da Feira - resgate da memória de Feira de Santana. *Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVIII Prêmio Expocom 2011 - Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação*.
- Lisboa, C. d. (2007). *Observatório das desigualdades*. Fonte: Indicadores: <https://bit.ly/1UX67Eb>
- Lobão, J. S., & Machado, R. A. (2005). Avaliação multi-temporal, da ocupação das Lagoas urbanas de Feira de Santana-BA, por meio de Sistema de Informação Geográfica. *Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, (pp. 3797-3804). Goiânia.
- Lopes, A. C. (2017). *Viagem por uma história comprida*. Fonte: IPAC/SEFAZ/SECULT: <https://goo.gl/YfVDxb>
- Macedo Filho, R. (2010). Onde mora a cidadania? visibilizando a participação das mulheres no movimento sem teto - Salvador/BA. 238. Salvador: UFBA.
- Macedo, F. (15 de 11 de 2015). Corrupção desvia R\$ 200 bi, por ano, no Brasil, diz coordenador da Lava Jato. *Estadão*. 15/11/2015.
- Magalhães, B. F. (2016). Autogestão e Sustentabilidade: proposta para as áreas livres e comunitárias do Condomínio das Mangueiras do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, Salvador-Bahia. 106. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Maior, J. L. (2013). A vez do direito e da descriminalização dos movimentos sociais. In: E. Maricato, *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram conta das ruas do Brasil*. (pp. 83-88). São Paulo: Boitempo/ Carta Maior.
- Malfitano, A. P., & Marques, A. C. (2011). A entrevista como método de pesquisa com pessoas em situação de rua: questões de campo. *Cad. Ter .Ocup*, 19(3), 289-296.
- maps, G. (s.d.). Fonte: <https://goo.gl/UwUswv>

- Mares, R. M. (2013). A periferia pobre e a produção do espaço urbano: o caso de Vitória da Conquista/BA. // *Simpósio de Estudos Urbanos*.
- Mares, R. M. (2014). Cidades médias e a produção do espaço urbano: reflexões sobre a produção dos espaços de lazer em Vitória da Conquista (BA). In: P. C. Dias, & D. M. Lopes, *Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão* (pp. 201-221). Salvador: SEI.
- Mares, R. M. (2016). A produção do espaço urbano em Vitória da Conquista/BA: lógicas e práticas espaciais do lazer. 179. Presidente Prudente/SP.
- Maricato, E. (ago de 2003). Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, 17(48).
- Maricato, E. (2011). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana* (4ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Maricato, E. (2011). *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido! In: E. Maricato, *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram conta das ruas do Brasil* (pp. 19-26). São Paulo: Boitempo/ Carta Maior.
- Maricato, E., & Ferreira, J. S. (7 a 14 de julho de 2001). Estatuto da Cidade: essa lei vai pegar? *Correio da Cidadania*.
- Martin, J.-Y. (nov de 1997). A geograficidade dos movimentos socioespaciais. *Caderno Prudentino de Geografia*, 19/20, 26-41.
- Matos, R. d. (jul./dez de 2009). A miséria da imagem: estudo sobre a representação da exclusão social em três programas de TV. *Sitientibus*, 41, 173-193.
- Mattos, P. L. (2005). A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. *RAP*, 823 - 847.
- Mellucci, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, 49-66.
- Menegat, E. (1º sem de 2005). A periferia é o limite: notas sobre a crise do modelo ocidental de urbanização. *Cadernos Metrópole*(13), 107-132.
- Menezes, H. J. (2011). A produção do espaço e a relação rural urbano: o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), em Vitória da Conquista - BA. 140. São Cristóvão: UFS.
- Menezes, S. O. (2007). De supérfluos a sujeitos históricos na contramão do capital: a geografia do (des)trabalho. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.
- Minayo, M. C. (2013). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Mineiro, E. H., & Rodrigues, E. (2012). Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: L. C. Lago, *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições* (pp. 19-48). Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrópoles.
- Ministério das Cidades. (s.d.). Fonte: <https://bit.ly/2PtmPv0>
- Mioto, T. C., & Lima, R. C. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katál*, 37-45.
- Mira, E. C. (2014). Controvérsias sobre a economia do Sul da Bahia: uma análise evolutiva do desenvolvimento humano a partir da crise do cacau nos anos 1980. *IV Semana do Economista 07 a 10 de outubro de 2014*. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz.
- Miranda, E. O., Silva, H. M., & Oliveira, L. P. (2012). Implicações da urbanização em Feira de Santana: o atual desenho da rua barão do Rio Branco a partir de uma análise social, econômica e territorial. *urbBA* 12.

- Miranda, L. C. (2008). Vizinhos do (in)conformismo: O Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia. 162. Salvador: UFBA.
- Modesto, N. S. (2013). Jogo político em São Gonçalo - RJ: (re) produção espacial promovida pela ação dos grupos de poder hegemônico. In: A. F. Carlos, M. L. Souza, M. E. Alessandri, M. L. SOUZA, & M. E. Sposito, *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* (pp. 41-51). São Paulo: Contexto.
- Molar, J. (2016). *A violência em Teixeira de Freitas*. Fonte: <http://www.fiscalizarextremosul.com/a-violencia-em-teixeira-de-freitas/>
- Montaño, C., & Duriguetto, M. L. (2011). *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez.
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Aplicadas.
- Moreira, V. D. (jul-dez de 1992). Caminhos históricos da feira de Feira de Santana: origens e secularidades. *Sitientibus*(10), 185-198.
- Mourad, L. N., & Baltrusis, N. (2016). O lugar do social enfraquecido: 7ª etapa do programa de recuperação do Centro Histórico de Salvador. *Cadernos do CEAS*(236), 88-107.
- Mourad, L. N., & Rebouças, T. d. (2012). Elegia aos vacantes. Considerações acerca do plano de reabilitação do Centro Antigo de Salvador. *III Seminário Internacional URBICENTROS*, (pp. 1-19). Salvador.
- Mourad, N. B. (2014). Política habitacional e locação social em Salvador. *Cad. CRH [online]*, 27(71), pp. 267-284.
- MPF. ((s/d)). *Caso lava-jato*. Fonte: Ministério Público Federal: <https://goo.gl/usQQMQ>
- MSTB. (2016). Movimento dos Sem-Teto da Bahia. *A luta pela cidade e a construção das comunidades do bem viver. Cartilha do MSTB: MSTB/ Fundação Rosa de Luxemburgo*, 27.
- MSTB. (s.d.). *MSTB - Movimento Sem Teto da Bahia*. Fonte: Facebook: <https://www.facebook.com/movimentosemtetodabahia/photos/>
- MSTB, P. d. (s.d.). Fonte: <https://goo.gl/RKV1a7>
- MSTB/NEPPA/CEAS. (26 de janeiro de 2015). *Documentário Semente Paraíso*. Fonte: <https://goo.gl/NuWMWE>
- MSTS. (s.d.). *Coordenação do movimentos sem teto de Salvador*. Fonte: Facebook: <https://bit.ly/2CyErTH>
- MTD e MOTU Brasil. (s.d.). Fonte: Facebook: <https://goo.gl/Be65tZ>
- MTST. (2014). Acesso em 20 de junho de 2014, disponível em Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: <http://www.mtst.org/index.php/o-mtst/quem-somos>
- Munanga, K. (dezembro/fevereiro de 1996). Origem e histórico do quilombo na África. *REVISITA USP*, 28, 56-63.
- MUNDO, E. (14 de Setembro de 2015). *El Ayuntamiento de Carmena paraliza 75 desahucios en dos meses*. Fonte: EL MUNDO: <https://goo.gl/yNa5nK>
- Naime, J. (2012). Política de habitação social no Brasil pós 2003: incentivos e barreiras estatais à produção associativa. In: L. C. Lago, *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições* (pp. 70-115). Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrópoles.
- Neuhold, R. R. (2009). Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. São Paulo: USP.

- Neves, A. L. (Agosto/dezembro de 2004). Dos Movimentos Sociais aos Sócio-Espaciais e Sócioterritoriais: uma Tentativa de Compreensão dos “Movimentos” Pela Perspectiva Geográfica. *NERA*, Ano 7(5), 35-42.
- News, L. (2015). *Ocupação da Grendene: Tribunal de Justiça preserva a decisão do Juiz de Teixeira*. Fonte: <https://goo.gl/4IJfnk>
- Nogueira, A. (s.d.). Fonte: Atlântica News: <https://goo.gl/QQr6dG>
- Nogueira, A. (12 de 01 de 2009). *Atlântica News*. Fonte: Prédios inacabados do “Viver melhor” são invadidos pelos sem tetos: <https://goo.gl/QQr6dG>
- Novais, M. (18 de Agosto de 2015). *Moradores do Vila América reclamam da lama em ruas do bairro*. Fonte: Blog resenha geral: <https://goo.gl/AuXV8N>
- NUCLEUNI. (21 de maio de 2009). *Integrantes do MTD dizem sofrer agressão da polícia. (Vídeo; 58’)*. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RgVRcmdMDuM>
- Nunes, C. (2014). O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*(75), 131-147.
- Obras Sociais de Irmã Dulce*. (s.d.). Fonte: <https://www.irmadulce.org.br/portugues/religioso/vida-de-irma-dulce>
- Oliveira, A. A. (2015). Transformações espaciais e indicadores socioambientais: o caso de Eunápolis-Bahia. 119. Ilhéus: UESC.
- Oliveira, D. (28 de Março de 2015). *Moradores da região de Alagados recebem 780 títulos de terra*. Acesso em Janeiro de 2017, disponível em Jornal A TARDE (online): <https://goo.gl/pdNyQb>
- Oliveira, E. L., Givisiez, G. H., & Rios-Neto, E. L. (2009). *Demanda futura por moradias no Brasil 2003-2023: uma abordagem demográfica*. Brasília: Ministério das Cidades.
- Oliveira, M. L. (2014). *Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela*. Feira de Santana: UEFS editora.
- Oliveira, N. C. (jan./jun. de 2011). As ambiguidades das relações entre os movimentos dos sem-teto, o Partido dos Trabalhadores (PT) e os governos Lula. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, 1(1), 75-95.
- ONU. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. <https://goo.gl/HUVd0u>.
- ONU-Hábitat. (2010). *El derecho a una vivienda adecuada*. Ginebra: Oficina de las Naciones Unidas.
- Pedon, N. R. (2013). *Geografia e movimentos sociais: Dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. São Paulo: UNESP.
- Pessôa, V. L., & Ramires, J. C. (2013). Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: G. J. Marafon, *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* (pp. 117-134). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Pitombo, J. P. (20 de Março de 2009). *Impasse em loteamento que sofreu invasão*. Fonte: A TARDE: <https://goo.gl/cXxWJC>
- Porras, R. M. (2013). Justicia difusa. Ordenación y manejo del conflicto en una ocupación de Salvador de Bahía. In: L. Á.-B. LÓPEZ, *Contemporary Struggles in Latin America* (pp. 21-34). Stockholm University: Sweden.
- Porto, E. (2003). Desenvolvimento e território na Bahia. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

- Porto-Gonçalves, C. W. (maio de 1998). Geografia e movimentos sociais no processo de globalização em curso: apontamentos. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 24, 19-30.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2006). Contribuição ao estudo da geografia da violência no campo brasileira. In: J. B. Silva, L. C. Lima, & D. Elias, *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume.
- Porto-Gonçalves, C. W. (Maio de 2006). A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas - MS*, 1(3).
- Porto-Gonçalves, C. W. (2010). A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: A. S. COELHO NETO, E. M. SANTOS, & O. A. SILVA, *(Geo)grafias dos movimentos sociais* (pp. p. 15 -170). Feira de Santana: UEFS Editora.
- Porto-Gonçalves, C. W. (s.d.). A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas - MS*.
- Porto-Gonçalves, C. W., & Silva, R. T. (2011). Da Lógica do Favor à Lógica do Pavor: um ensaio sobre a Geografia da violência na cidade do Rio de Janeiro. *Polis*(28), 01-28.
- Prefeitura de Candeias*. (s.d.). Fonte: Economia: <http://prefeitura.candeias.ba.gov.br/economia/>
- Prudente, A. A., & Leiro, M. d. (noviembre de 2017). Inserção Urbana no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV): Avaliação do Conjunto Habitacional Coração de Maria no Município de Salvador, Bahia, Brasil. *Hábitat y Sociedad*, 10.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Ramires, J. C., & Pessoa, V. L. (2013). Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa qualitativa. In: G. J. (Org.), *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* (pp. 23-35). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Ramires, J. C., & Pessoa, V. L. (2013). Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa qualitativa. In: G. J. MARAFON, *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* (pp. 23-35). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Rattner, H. (1973). *Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo : Nacional.
- Ribeiro, A. C. (2011). Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: C. A. Silva, *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana* (pp. 19 - 34). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Ribeiro, A. C., Silva, C. A., & Schipper, I. (2011). Cartografia da ação e juventude na cidade: trajetórias de método. In: A. C. Ribeiro, A. Campos, & C. A. Silva, *Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas* (p. Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Ribeiro, B., Barone, J., & Vianna, H. (1986). Alagados. *Paralamas do sucesso (banda)*. Álbum Selvagem. Gravadora: EMI.
- Ribeiro, D. M. (2011). Morar na Carlos Gomes: possibilidades e limites para a habitação de interesse social no centro. 108. Universidade Federal da Bahia.
- Rivera, A. J. (1999). Movimientos Sociales: Desafíos Teóricos y Metodológicos. In: J. D. Arp-Niesen, *Movimientos Sociales. Desafíos teóricos y metodológicos* (pp. 9-42). Universidad de Guadalajara.
- Rocha, H. F. (2007). Visualização urbana digital: Sistema de Informações Geográficas e Históricas para o Bairro do Comércio. 168. Salvador: UFBA.

- Rocha, I. d. (2011). Produção e valorização do espaço urbano de Vitória da Conquista: uma análise das estratégias e transformações no bairro Boa Vista. 153. Salvador: UFBA.
- Rocha, N. (12 de 04 de 2016). *Leia Mais.BA*. Fonte: MSTs pretende ocupar 45 imóveis em Salvador: <https://bit.ly/2oQTPBb>
- Rocuet, M. P. (s.d.). *Aérea Salvador*. Fonte: Flickr: <https://goo.gl/a26juZ>
- Rodrigues, A. M. (2010). O projeto de lei de responsabilidade territorial e a atuação de geógrafos urbanos. *Cidades*, 7(10), 207-226.
- Rodrigues, A. M. (2013). Os geógrafos na luta pela cidade como direito. *Boletim Campineiro de Geografia*, 3(1), 7-20.
- Rodríguez, C. D. (2003). La vivienda em España: reflexiones sobre um desencontro. (U. d. Barcelona, Ed.) *Scripta Nova*, VII(146 (095)).
- Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização das terras e das finanças*. São Paulo: Boitempo.
- Rolnik, R. (2016). *Blog da Raquel Rolnik*. Fonte: Uma luz no fim do túnel para imóveis vazios e degradados: <https://goo.gl/YymRrM>
- Prefeitura de Candeias*. (s.d.). Fonte: Economia. Site institucional: <https://goo.gl/2PL8cf>
- Sack, R. D. (2013). O significado de territorialidade . In: L. C. Dias, & M. Ferrari, *Territorialidades humanas e redes sociais* (pp. 63-89). Florianópolis: Insular.
- Santana, J. (06 de 03 de 2004). *ocupante do Edifício Costa Morena*, 4. (A. TARDE, Entrevistador)
- Santana, M. R. (2014). Participação popular em conselhos de habitação de interesse social: a experiência da elaboração dos PLHIS. In: P. C. Dias, & D. M. Lopes, *Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão* (pp. 161-174). Salvador: SEI.
- Santo, S. M. (2012). A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana - Bahia (1940-2010). 275. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Santo, S. M., Fernandes, R. B., Useda, N. G., & Falcão, P. M. (2016). Estado, política habitacional e expansão urbana no Brasil: utopias democráticas e realidades. *XIV Coloquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro Barcelona*, (pp. 01-22).
- Santos, B. d. (21 de 12 de 2009). A contra-revolução jurídica. *Carta Maior*.
- Santos, B. d. (2010). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* (4ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Santos, C. O. (2009). Kosiomi, kosi orixá. Sem água, sem orixá: Modelagem etnoecológica sobre uso da água no Ilê Axé Iyá Nassô Oká / Terreiro da Casa Branca, em Salvador-Bahia. 184. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana.
- Santos, C. R. (2016). Shopping popular Feiragui: estudos sobre a produção de um espaço de comércio em Feira de Santana - BA. 220. Rio Claro, SP: Universidade Estadual Paulista.
- Santos, C. S. (2011). Manancial do Ipitanga, a última fronteira na expansão urbana de Salvador: o urbano e o ambiental na perspectiva do direito à cidade. 184. Salvador: UFBA.
- Santos, E., Afonso, R., Ribeiro, S., Miranda, C., Veiga, E., & Carneiro, C. (2012). *Atlas sobre o direito de morar em Salvador*. Salvador: EDUFBA.
- Santos, J. (jul./set. de 2009). Urbanização e produção de cidades na Bahia: reflexões sobre os processos de estruturação e reestruturação urbana. *BAHIA Análise & Dados*, 19(2), 499-509.

- Santos, J. T. (s/d). Os candomblés da Bahia no século XXI. <https://goo.gl/MzoqMN>.
- Santos, M. ((2012 [1981])). *Manual de Geografia Urbana* (3ª ed.). São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (1997). *Metamorfoses do Espaço Habitado* (5ª ed.). São Paulo: HUCITEC.
- Santos, M. (2002). *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal* (9ª ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M. (2008). *O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2009). *A Urbanização Brasileira* (5ª ed.). São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2010). *A Urbanização Desigual: a Especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos* (3ª ed.). São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2012). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção* (4ª ed.). São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. E., Afonso, R. d., Ribeiro, S., & Rossi, R. (Out./Dez de 2014). O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Direito à Moradia - a experiência dos Sem Teto em Salvador. *O&S - Salvador*, 21(71), 713-734 .
- Santos, R. E. (2011). *Movimentos sociais e Geografia: sobre a espacialidade da ação social*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Santos, R. E. (2011). Cartografias e lutas sociais: notas sobre uma relação que se fortalece. In: A. C. Ribeiro, A. Campos, & C. A. Silva, *Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas* (pp. 30 - 42). Rio de Janeiro: Lamparina .
- Santos, V. F. (2017). O silente despejo dos ocupantes populares do Centro: Estudo sobre a relação da política urbana do Governo Estadual com o Movimento Sem Teto da Bahia entre 2007 e 2014. 180. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Saquet, M. A. (2013). *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Outras Expressões.
- Scherer-Warren, I. (outubro de 2003). A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. *Política & Sociedade*(03), 71-93.
- SEDUR, S. d. (2015). Habitação de Interesse Social: RMS, Itaparica e Vera Cruz. 65.
- SEI. (2017). PIB e estudos correlatos da Bahia (planilhas). <https://goo.gl/JsL2Je>.
- Shimbo, L. Z. (2012). *Habitação social de mercado: A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: C/Arte.
- SIDRA-IBGE. (2010). *Domicílios recenseados, por espécie e situação do domicílio (sinopse)*. Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1310#resultado>
- Silva, A. C. (1982). Natureza do trabalho de campo em Geografia Humana e suas limitações. *Revista do Departamento de Geografia*(01), 99-104.
- Silva, A. L., & Lage, C. S. (2005). Análise dos espaços intra-urbanos da cidade de Simões Filho. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP.
- Silva, B. C., & Rocha, A. P. (2003). Análise da Dinâmica da Urbanização no Estado da Bahia - 1940/2000. In: S. B. Silva, & B. C. Silva, *Estudos sobre globalização, território e Bahia* (pp. 85-107). Salvador: UFBA.

- Silva, B.-C. N., & Silva, M. P. (dez de 2011). Crescimento Demográfico no Estado da Bahia, 2000 A 2010: Uma Contribuição Estatístico-Cartográfica. *GeoTextos*, 7(2), 179-208.
- Silva, C. Q. (2013). Moradia irregular em Vitória da Conquista-Ba: Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema. *Anais do IV Encontro de Administração Política*, (pp. 01-17). Vitória da Conquista.
- Silva, J. B. (1992). *Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf Editora.
- Silva, J. B. (2003). Estatuto da cidade versus estatuto de cidade - eis a questão. In: A. F. CARLOS, *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto.
- Silva, J. B. (2007). Diferenciação Socioespacial. *Cidades*, 4(6), 89-100.
- Silva, L. d. (jan.-jun. de 2008). Breve relato histórico da luta por moradia em Salvador: o caso da ocupação Quilombo de Escada. *Antíteses*, 1(1), 118-150.
- Silva, M. P. (2012). Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930). 160. Feira de Santana: UEFS.
- Silva, S. B. (2003). O problema regional baiano: novas e velhas questões. In: S. B. Silva, & B. C. Silva, *Estudos sobre globalização, território e Bahia* (pp. 65-83). Salvado: UFBA.
- Silva, S. B., Silva, B.-C. N., & Silva, M. P. (10 de junho de 2014). A Região Metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configuração interna. (U. d. Barcelona, Ed.) *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea], VXIII(479).
- Silva, S. B., Silva, B.-C. N., & Silva, M. P. (2016). A Região Metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configuração interna. In: S. B. SILVA, I. M. CARVALHO, & G. C. PEREIRA, *Transformações metropolitanas no Século XXI: Bahia, Brasil e América Latina* (pp. 205-231). Salvador: EDUFBA.
- Silva, S. C., Leão, S. d., & Silva, B. C. (1989). *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- Silveira, M. L. (2013). Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: L. C. Dias, & M. Ferrari, *Territorialidades humanas e redes sociais* (pp. 39 - 62). Florianópolis: Insular .
- Simas, A. (22 de Outubro de 2017). *Um relato sobre lagoas e nascentes em Feira de Santana*. Fonte: Jornal Grande Bahia: <https://goo.gl/Q1ggdm>
- Sousa, M. A. (2001). A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. 220. Vitória da Conquista: Edições UESB.
- Sousa, S. P., & Pereira, J. B. (Fev. de 2010). A Igreja Católica e as Organizações e Movimentos Sociais na Diocese de Ipameri (Go): Partilhando Utopias. (ANPUH, Ed.) *Revista Brasileira de História das Religiões*, Ano II(6), 257-275.
- Souza Júnior, X. S. (2008). A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa - PB. 341. Presidente Prudente: UNESP.
- Souza, B. (20 de 11 de 2014). 8 dados que mostram o abismo social entre negros e brancos. *Exame (on line)*.
- Souza, D. (20 de Novembro de 2017). *Simões Filho: Morador denuncia falta de infraestrutura e coleta de lixo em bairro*. Fonte: Site Simões Filho on line: <https://goo.gl/eG4bWP>
- Souza, É. J. (2008). Políticas territoriais do estado da Bahia: regionalização e planejamento. Salvador: UFBA.
- Souza, G. A. (1980). Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: G. A. Souza, & V. Faria, *Bahia de todos os pobres* (pp. 103-128). Petrópolis: Vozes/CEBRAP.



- Souza, M. L. (2006). *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização e do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, M. L. (december de 2006). Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as 'critical urban planning' agents. *CITY*, 10(3), 327-342.
- Souza, M. L. (2008). *ABC do desenvolvimento urbano* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, M. L. (2008). *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, M. L. (2008). *Mudar a cidade: uma introdução crítica no planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, M. L. (2009). Introdução: A "nova geração" de movimentos sociais urbanos - e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. *Cidades*, 6(9), 9-26.
- Souza, M. L. (2012). Autogestão, "autoplanejamento", autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. *Cidades*, 9(15).
- Souza, M. L. (2013). A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: A. F. Carlos, M. L. Souza, & M. E., *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* (pp. 147-166). São Paulo: Contexto.
- Souza, M. L. (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, M. L., & Teixeira, E. T. (2009). Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e "lugares" do movimento dos sem-teto. *Cidades*, 6(9), 29-66.
- Sposito, M. E. (2001). *Capitalismo e urbanização* (13ª ed.). São Paulo: Contexto.
- SUCOM. (2016). PDDU. Mapa 03: zonas especiais de interesse social.
- Suertegaray, D. M. (2002). Pesquisa de Campo em Geografia. *GEOgraphia*, 4(7), 1 - 5.
- Tarde, A. (06 de 08 de 2014). Fonte: SineBahia emite documentos de graça no Nordeste de Amaralina: <https://goo.gl/fPO98O>
- Tarrow, S. (1997). *El poder en movimiento: Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madri: Alianza Editorial.
- Teixeira, E. C. (2008). *Sociedade civil na Bahia papel político das organizações*. Salvador: EDUFBA.
- Teles, A. O. (2017). O comércio informal em Feira de Santana (BA) - permanências e mudanças. 247. São Cristóvão, Sergipe: UFS.
- Tomimura, P., & Muniz, H. P. (2012). Ocupações do Movimento dos Sem-teto e a Psicologia do Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 453-461.
- Torres, J., & Rodrigues, R. (22 de Maio de 2012). *Mapa deixa clara a concentração de homicídios em bairros pobres*. Acesso em 13 de Janeiro de 2017, disponível em Correio, Salvador: <https://goo.gl/ZOAlDw>
- Touraine, A. (jan./abr de 2006). Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1), 17-28.
- TVE. (06 de outubro de 2016). *Projeto SOMAR (vídeo)*. Fonte: <https://goo.gl/adRBT3>
- UNMP. (s.d.). Fonte: Site da UNMP: <https://goo.gl/SXRYhQ>

- Vainer, C. (2013). Quando a cidade vai às ruas. In: E. Maricato, *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram conta das ruas do Brasil* (pp. 35-40). São Paulo: Boitempo/ Carta Maior.
- Vainer, C. B. (2011). Pátria, empresa e mercadoria. In: O. ARANTES, C. VAINER, & E. MARICATO, *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* (6ª ed., pp. 74-104). Petrópolis: Vozes.
- Vandré, G. (1968). Pra não dizer que não falei das flores. *Álbum: Geraldo Vandré no Chile*.
- Vargas, H. L. (2008). Ocupação Irregular de APP Urbana. *Sitientibus*, 7-36.
- Vasconcelos, P. A. (2013). A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: A. F. Carlos, M. L. Souza, M. E. Alessandri, M. L. SOUZA, & M. E. Sposito, *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* (pp. 75 - 96). São Paulo: Contexto.
- Vasconcelos, P. d. (2011). Baía de Todos os Santos: uma visão da Geografia Histórica. In: F. T. Carlos Caroso, *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos* (pp. 377 - 400). Salvador: EDUFBA.
- Vázquez, M. I. (noviembr de 2011). Teoría en movimiento: Más de una década de pensamiento crítico. *OSAL (Observatorio Social de América Latina)*, 30(Año XII), 25-42.
- Veiga, D. A., Veiga, A. J., & Matta, J. M. (jan./jun. de 2013). As políticas habitacionais no Brasil e o crescimento de cidades pequenas e médias como Vitória da Conquista - BA. *Revista Sitientibus*(48), pp. 101-129.
- Venturi, L. A. (2006). O papel da técnica no processo de produção científica. *Boletim Paulista de Geografia*, 84, 69 - 76.
- Vermelho, P. (02 de 06 de 2016). *Após ocupação do MTST, Temer recua e contratará moradias*. Fonte: Portal Vermelho: <https://goo.gl/D3NT18>
- Vianna, A. R. (1980). Estratégias de sobrevivência num bairro pobre de Salvador . In: G. A. Souza, & V. Faria, *Bahia de todos os pobres* (pp. 185-214). Petrópolis: : Vozes/CEBRAP .
- Vieira, T. (2002). *Tuca Vieira*. Fonte: www.tucavieira.com.br: <https://www.tucavieira.com.br/A-foto-da-favela-de-Paraisopolis>
- Wiziak, J. (28 de Junho de 2015). *Via mais antiga do país, em Salvador, será revitalizada para virar complexo turístico*. Fonte: Folha de São Paulo: <https://goo.gl/dSwLH4>
- Yazigi, E. (2003). Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. In: A. F. Carlos, & A. I. Lemos, *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto.
- Zemelman, H. (2003). Hacia una estrategia de análisis coyuntural. In: J. Seoane, *Movimientos sociales y conflictos en América Latina* (pp. 279-285). Buenos Aires: CLACSO.
- Zibechi, R. (2007). *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos.
- Zibechi, R. (2010). *Los sin techo de Bahía: La utopía del "buen vivir"*. Acesso em 25 de Fevereiro de 2015, disponível em ALAI, América Latina en Movimiento: <http://alainet.org/active/37113&lang=es>
- Sites consultados:
- A Tarde. (13 de 10 de 2008). Fonte: Sem-teto deixam terreno da Veracel e bloqueiam BR-101: <https://goo.gl/qBFKxz>
- PASSA PALAVRA . (08 de agosto de 2009). Fonte: Salvador: Polícia destrói ocupação do Movimento Sem Teto: <https://goo.gl/z2LDGN>

- Radar 4*. (23 de 01 de 2009). Fonte: Viver Melhor: Após acordo, sem-teto deixam obra: <https://goo.gl/2Sn9vv>
- IBGE CIDADES@*. (2010). Fonte: <https://goo.gl/M4MLFq>
- PASSA PALAVRA*. (28 de maio de 2010). Fonte: MSTB: Polícia Florestal invade a ocupação Quilombo do Paraíso: <https://goo.gl/jTMssK>
- ONU relatoria*. (2014). Acesso em 24 de fevereiro de 2014, disponível em Relatoria da ONU chama atenção para violações ao direito à moradia adequada em Salvador: <https://goo.gl/LHbxCK>
- El Mundo*. (14 de 09 de 2015). Fonte: El Ayuntamiento de Carmena paraliza 75 desahucios en dos meses: <https://goo.gl/yNa5nK>
- IBGE CIDADES*. (2015). Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291080&search=bahia|feira-de-santana>
- Liberdade News*. (29 de 08 de 2015). Fonte: Teixeira: Juiz adia audiência e ocupantes da área da Grendene fazem reunião: <https://goo.gl/SFLcpz>
- A Tarde*. (10 de Abril de 2016). Fonte: Movimento Sem Teto ocupa prédio no Horto Florestal: <https://goo.gl/Shn153>
- Aratu on line*. (12 de Abril de 2016). Fonte: Multa de R\$ 7 mil: Sem Teto se recusam a sair de prédio no Horto Florestal e serão autuados pela Sucom: <https://goo.gl/5T050g>
- Folha do Estado*. (19 de Setembro de 2016). Fonte: As lagoas e o crescimento de Feira de Santana: <https://goo.gl/vqNhWD>
- Jornal Grande Bahia*. (27 de 04 de 2016). Fonte: Vista aérea dos residenciais Coração de Maria e o Lagoa da Paixão Setor IV, localizados nos bairros de Cassange e Valéria, em Salvador (1): <https://bit.ly/2KxkNGg>
- Questão de direito. (18 de 04 de 2016). *Documentário Acampamento Santo Dias*.
- Repórter Coragem*. (22 de 06 de 2016). Fonte: 350 famílias do MLT invadem terreno no Castelinho e iniciam a construção de suas casas.
- Bahia Extremo Sul*. (14 de 07 de 2017). Fonte: Ladeiras de acesso ao Colina Verde são interditadas por moradores em protesto contra desocupação de área: <https://goo.gl/VRJjD1>
- Horto Bela Vista*. (2017). Fonte: <http://www.hortobelavista.com.br/>
- Jornal Grande Bahia*. (01 de Maio de 2017). Fonte: Construção do Shopping Comercial Popular de Feira de Santana é iniciada: <https://goo.gl/fq58xZ>
- Liberdade News*. (18 de 01 de 2017). Fonte: Justiça determina reintegração de posse no terreno da Grendene: Famílias ameaçam fechar rodovia: <https://goo.gl/B6ZMrD>
- A Tarde*. (13 de 10 de 2018). Fonte: Sem-teto deixam terreno da Veracel e bloqueiam BR-101: <https://goo.gl/qBFKxz>



APÊNDICE

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA Programa de Doutorado em História, Geografia e História da Arte	 
--	---

PESQUISA: A TERRITORIALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: A LUTA PELA HABITAÇÃO POPULAR NO ESTADO DA BAHIA

Autora: Oriana Araujo da Silva

Orientador: Dr. Rubén Camilo Lois Gonzalez

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

I. Perfil dos agentes entrevistados, militância e situação domiciliar

Idade: _____ Profissão: _____

Naturalidade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino

1. Escolaridade

() Ensino Fundamental incompleto	() Ensino Fundamental completo	() Ensino Médio incompleto
() Ensino Médio completo	() Ensino Superior incompleto	() Ensino Superior completo
() Pós-graduação (especialização, mestrado e Doutorado)	() Não deseja informar	O nome do curso:

1.1. Renda Familiar

() Menos de 1 salário mínimo	() 1 a 3 salários mínimos	() 3 a 6 salários mínimos
() 7 a 10 salários mínimos	() Desempregado	() não deseja informar

Atividade profissional: _____

1.2. Movimento (s) ao (s) qual (ais) está associado:

1.3. Desde quando milita por moradia? Por que aderiu ao movimento?

1.4. Função atual no movimento:

1.5. Situação atual de domicílio

<input type="checkbox"/> Alugado	<input type="checkbox"/> Próprio	<input type="checkbox"/> Barraco
<input type="checkbox"/> Cedido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Não desejo informar
<input type="checkbox"/> Outra: _____		

1.6. Cidade/ bairro/ocupação onde mora:

II – QUESTÕES SOBRE A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA E REDES

2. Em quais municípios/ bairros o movimento atua?

2.2.1. Por quê atua nesses municípios/ bairros especificamente e não em outros?

2.2.2. Conhece outros movimentos de luta pela habitação na Bahia? Sabe onde atuam? Mantém alguma relação com eles?

2.3. O Movimento se articula com outros movimentos? ☐ SIM* (...) NÃO

*2.3.1. Quais? De onde são?

2.3.2. Como se dá a articulação?

2.4. Há entidades parceiras do movimento ou apoiadores individuais? ☐ SIM* (...) NÃO

*2.4.1. Quais? De onde são?

2.4.2. Como ocorre o apoio ou parceria?

2.5. Qual a importância dessas relações nacionais e/ou internacionais para o movimento?

III – QUESTÕES SOBRE A RELAÇÃO DO MOVIMENTO COM OUTROS AGENTES

(Solicitar exemplos)

3.2. Como é a relação do Movimento com o Estado nas esferas:

3.2.1 - Municipal? 3.2.2 - Estadual? 3.2.3 - Federal?

3.3. Como é a relação do Movimento com os proprietários de terrenos urbanos e imóveis ocupados?

3.4. Como é a relação do Movimento com o poder judiciário?

3.5. Como é a relação do Movimento com a polícia?

3.6. Como é a relação do Movimento com os apoiadores e parceiros?

3.7. Como é a relação do Movimento com instituições religiosas?

3.8. Como é a relação do Movimento com a mídia?

IV – QUESTÕES SOBRE ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO E AGENDAS

4. Quanto à moradia. Seu interesse é:

<input type="checkbox"/> Casa própria doada	<input type="checkbox"/> Casa própria arrendada	<input type="checkbox"/> Casa alugada, com bolsa-aluguel
<input type="checkbox"/> Outra: _____ Por que?		

4.1. Como vocês escolhem os espaços que serão ocupados?

4.2. Quais os mecanismos/ estratégias que vocês utilizam para a conquista da moradia após a ocupação?

4.3. Como são escolhidos os nomes das ocupações e assentamentos? O que eles representam?

4.4. O movimento continua atuando após a conquista da moradia? De que forma? Por quê?

4.5. O que a conquista da moradia representa para vocês?

V – QUESTÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICA E GESTÃO NO MOVIMENTO

5. De que forma as famílias são recrutadas/selecionadas para as ocupações?

5.1 Como são organizados os acampamentos?

5.2 Como são definidas as funções de organização nas ocupações?

5.3 Como vocês se comunicam com os militantes e dirigentes?

5.4 Como os acampados se mantêm?

5.5 Alguma função é remunerada ou recebe algum tipo de auxílio financeiro?

5.6 O movimento recebe auxílio de alguma instituição? (Se há, quais instituições e que tipo de ajuda fornecem?).

5.7 Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo Movimento?

5.8 Como vocês tomam decisões acerca dos problemas no Movimento?

Entrevistador: _____ Hora: _____

Data: _____ Dia da Semana: _____

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Programa de Doutorado em História, Geografia e História da Arte



Pesquisadora responsável: Oriana Araujo da Silva

Orientador: Dr. Rubén Camilo L. Gonzalez

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: A territorialidade dos movimentos sociais urbanos: a luta pela habitação popular no Estado da Bahia

Telefone para contato: (75) 982970770

E-mail: orianageo@gmail.com

Nome do(a) voluntário(a): _____

Telefones para contato: (____) _____ (____) _____ E-mail: _____

Idade: _____ anos R.G. _____

O(A) Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “A territorialidade dos movimentos sociais urbanos: a luta pela habitação popular no Estado da Bahia”, de responsabilidade da pesquisadora Oriana Araujo da Silva.

Essa pesquisa objetiva analisar a ação dos movimentos sociais de luta pela habitação popular na Bahia e a constituição de novas territorialidades. De modo específico pretende-se: Identificar os movimentos sociais urbanos de luta pela habitação popular na Bahia; Identificar a abrangência espacial das ações dos movimentos sociais urbanos de luta pela habitação popular na Bahia; Analisar as estratégias de atuação dos movimentos sociais urbanos de luta pela habitação popular na (re)produção do espaço urbano no Estado da Bahia; Analisar a relação dos movimentos sociais urbanos de luta pela habitação popular com os demais agentes produtores do espaço urbano, principalmente o Estado, os proprietários fundiários e os incorporadores imobiliários.

Para isso realizaremos entrevistas que serão gravadas, transcritas, utilizadas parcialmente na tese e analisadas pela pesquisadora.

O(a) Senhor(a) foi escolhido(a) a participar do estudo porque é coordenador ou militante com reconhecida liderança no movimento de luta por habitação identificado. Suas falas serão expostas e isso pode lhe trazer retaliações por parte dos agentes contra os quais se coloca. Por

essa razão, sua identidade pode ser mantida em sigilo, bem como o movimento pelo qual milita, a menos que deseje tornar pública a sua opinião.

Para participar deste estudo o(a) senhor(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O(a) senhor(a) será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Sua participação é voluntária e não haverá qualquer forma de indenização (reparação a danos imediatos ou tardios), caso posteriormente sinta-se prejudicado.

Não há benefício direto para o(a) participante desse estudo, excetuando-se a colaboração para a compreensão do fenômeno da desigualdade que cerca o acesso ou exclusão à moradia na Bahia, bem como a visibilização da causa defendida.

Eu, _____, RG nº _____, declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Sobre o uso de meu nome, prefiro que seja:

- () Mantido em sigilo, a partir do uso de outro identificador
 () Identificado, expressando abertamente minha opinião com o uso do meu nome.

_____, ____ de ____ de ____

 Assinatura do participante

 Assinatura do responsável por obter o consentimento

 Testemunha

 Testemunha